

ANAIS DO SIMPÓSIO BRASILEIRO

# TERRITÓRIO, CIDADE E ARQUITETURA

ORGANIZADORES

Jeane Aparecida Rombi de Godoy

Angelo Palmisano

Sandra Medina Benini

2ª Edição  
2024



**UNIVAG**  
Centro Universitário

**PPg**au  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO  
SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO

 **PUC**  
CAMPINAS

Organizadores

**Jeane Aparecida Rombi de Godoy**

**Angelo Palmisano**

**Sandra Medina Benini**

# **Anais do Simpósio Brasileiro Território, Cidade e Arquitetura**

2ª Edição

Várzea Grande/MT

2024

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO ACADÊMICO EM  
ARQUITETURA E URBANISMO DO UNIVAG EM ASSOCIAÇÃO COM A PUC-CAMPINAS**

<https://www.univag.com.br/mestrado/1/mestrado-em-arquitetura-e-urbanismo/>

AV. Dom Orlando Chaves, nº 2.655 Bairro Cristo Rei  
Várzea Grande Mato Grosso – Brasil – CEP 78118-900  
mestrado.arquitetura@univag.edu.br



Ficha Catalográfica

G589a Anais do Simpósio Brasileiro: Território, Cidade e Arquitetura / Jeane Aparecida Rombi de Godoy, Angelo Palmisano, Sandra Medina Benini (orgs).  
2. ed. – Várzea Grande: UNIVAG, 2024.

468 p; il.; 29,7 x 21 cm

Requisitos do Sistema: Adobe Acrobat Reader  
ISBN 978-65-86753-82-0

1. Território 2. Cidade 3. Arquitetura  
I. Título.

CDD: 710  
CDU: 710/49

Índice para catálogo sistemático  
Brasil: Planejamento Urbano

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Angelo Palmisano

Prof. Dr. Antonio Busnardo Filho

Profa. Dra. Diana Carolina Jesus de Paula

Profa. Dra. Erica Lemos Gulinelli

Prof. Dr. Fábio Friol Guedes de Paiva

Profa. Dra. Gisele Carignani

Profa. Dra. Jeane Aparecida Rombi de Godoy

Profa. Dra. Jessica Seabra

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

Profa. Dra. Lucia Helena Gaeta Aleixo

Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

Profa. Dra. Natallia Sanches e Souza

Profa. Dra. Rosana Lia Ravache

Profa. Dra. Sandra Medina Benini

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>8 - 9</b>
<i>Jeane Aparecida Rombi de Gogoy</i> <i>Angelo Palmisano</i>	
<b>A Memória das Igrejas dos Negros em São Paulo: Seus Caminhos e Lugares</b>	<b>10 - 20</b>
<i>Caio Felipe Gomes Violin</i>	
<b>Análise de tipologia construtiva de conjuntos habitacionais promovidos pela CDHU na cidade de Presidente Prudente-SP</b>	<b>21 - 35</b>
<i>Maria Julia Avelino Silva Martins</i> <i>Mayara Pissuti Albano</i>	
<b>Análise do bairro Vila Neuma enquanto território negro de Iguatu-CE: o rio Jaguaribe como fator de segregação socioespacial</b>	<b>36 - 46</b>
<i>Jefferson Aleff Bezerra Batista</i> <i>Henrique Cunha Júnior</i>	
<b>As pequenas cidades: enfrentamentos para um território coeso</b>	<b>47 - 61</b>
<i>André Aparecido da Silva Araujo</i>	
<b>Assistência Técnica e Tecnologias: Reflexões sobre as experiências em Gamboa de Baixo (Salvador - BA)</b>	<b>62 - 72</b>
<i>Allyneanhy Gade Nunes Alves Oliveira</i>	
<b>Avaliação das políticas de saneamento básico em cidades da Amazônia legal</b>	<b>73 - 85</b>
<i>Lucas Vicente Nunes</i> <i>Rosana Lia Ravache</i> <i>Pedro Nessi Snizek</i> <i>Angelo Palmisano</i>	
<b>Caracterização de um novo bairro de população negra</b>	<b>86 - 101</b>
<i>Bárbara G. Vitorino</i> <i>Henrique Cunha Junior</i>	
<b>Desigualdades socioespaciais urbanas: impactos nas percepções da dimensão humana da cidade</b>	<b>102 - 116</b>
<i>Giovana Rodrigues de Sousa</i> <i>Douglas Gallo</i>	
<b>Do Hotel ao Condomínio Residencial: Habitabilidade e conformações socioespaciais distintas</b>	<b>117 -130</b>
<i>Bianca Coutinho Lopes Cunha</i> <i>José Gustavo Francis Abdalla</i>	

<b>Entre a Pedagogia da Rua e a Sociedade Capsular</b> <i>Rodrigo Vitorino Assumpção</i> <i>Antonio Busnardo Filho</i>	<b>131 - 142</b>
<b>Estratégias ESG e indústria da construção civil: um estudo das políticas públicas</b> <i>Luciane Cleonice Durante</i> <i>Ana Vitória Silva de Carvalho</i>	<b>143 - 161</b>
<b>Forma Urbana e Uso de Espaços Públicos Brasileiros: Estudos Recentes</b> <i>Lara Lima Felisberto</i>	<b>162 - 172</b>
<b>Habitação mínima contemporânea: estudo de caso do apartamento de 10 metros quadrados</b> <i>Marco Antônio Martins de Oliveira Filho</i> <i>Rafael Antônio Cunha Perrone</i> <i>Julia Rodrigues da Silva</i>	<b>173 - 187</b>
<b>Iluminação e arquitetura: percepções e preferências humanas em ambientes residenciais</b> <i>Melissa Grazielle de Araujo</i> <i>Douglas Gallo</i>	<b>188 - 202</b>
<b>Impactos ambientais na Avenida Contorno Leste: microbacia na rotatória da avenida</b> <i>Gilvani Leandro Sales Teixeira</i> <i>Francisco De Assis Gonçalves Junior</i> <i>Cleberon Ribeiro de Jesus</i>	<b>203 - 218</b>
<b>O comércio popular nas cidades brasileiras</b> <i>Pablo Corrêa Lima</i> <i>Viviane Cássia Nascimento</i> <i>Isabella Pinholi Cocate</i> <i>Frederico Braidá</i>	<b>219 - 232</b>
<b>Mapas e plataformas colaborativas: preservação da informação e difusão do Patrimônio Cultural</b> <i>Pedro Henrique Gonçalves</i> <i>Sandra Schmitt Soster</i> <i>Ernestina Rita Meira Engel</i> <i>Sarah Yasmin Pereira Marques</i> <i>Natália Biscaglia Pereira</i>	<b>233 - 244</b>
<b>Nuances do planejamento urbano no mundo globalizado: uma perspectiva da produção do espaço a partir do caso de Barcelona</b> <i>Luísa César Gonçalves</i>	<b>245 - 260</b>

<b>O edifício escolar expandido: análise projetual em Medellín nas escalas KM, M e CM.</b>	<b>261 - 275</b>
<i>Leonardo Tadeu Kseib Coelho da Silva</i> <i>Ana Gabriela Godinho Lima</i>	
<b>O espaço urbano e o espírito do capitalismo: a produção do espaço e o direito à cidade de populações em situação de rua</b>	<b>276 - 288</b>
<i>Morgana Dias Botelho</i>	
<b>O projeto “Nenhuma Casa sem Banheiro”: uma análise da percepção de satisfação dos usuários no município de Canoas/RS</b>	<b>289 - 301</b>
<i>Evelise Both</i> <i>Priscila Oliveira Vargas</i> <i>Luciana Inês Gomes Miron</i>	
<b>Pedras Que Cantam: Semântica e valores atribuídos ao pátio de São Pedro em Recife-PE</b>	<b>302 - 317</b>
<i>Josebias Costa do Nascimento Neto</i> <i>Pedro Henrique Cabral Valadares</i>	
<b>Pelo desenvolvimento de uma cultura de prevenção: o papel da Ciência da Conservação, os desafios climáticos e o contexto brasileiro</b>	<b>318 - 330</b>
<i>Pedro Henrique Vieira de Almeida</i> <i>Caryl Eduardo Jovanovich Lopes</i>	
<b>Planalto dos Alcantilados (MT) como barreira física para integração entre municípios: Uma reflexão pela mobilidade urbana</b>	<b>331 - 344</b>
<i>Rafaela Ferreira Rosso</i> <i>Rosana Lia Ravache</i> <i>Pedro Nessi Snizek Júnior</i> <i>Natallia Sanches e Souza</i>	
<b>Planos de Urbanização para a Cidade de Boa Vista a partir da dinâmica do Território Federal de Roraima (1944-1973)</b>	<b>345 - 357</b>
<i>Paulina Onofre Ramalho</i> <i>Rubens de Andrade</i>	
<b>Políticas Públicas de Habitação em Portugal: As contribuições do Poder Público para combate ao déficit habitacional</b>	<b>358 - 370</b>
<i>Heitor de Andrade Silva</i> <i>Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias</i> <i>Ana Katarina Pessoa-de-Oliveira</i>	
<b>Qualidade do Lugar: análise de atributos qualificadores dos parques urbanos em São Paulo/SP</b>	<b>371 - 385</b>
<i>Eduarda Faria Silva</i> <i>Douglas Gallo</i>	

<b>Registro de fachadas de edificações: um estudo de caso utilizando DJI Matrice 300 RTK e Zenmuse L1</b>	<b>386 - 400</b>
<i>Érico Fernando de Oliveira Martins</i>	
<i>Marlova Slaviero Lopes</i>	
<i>Rodrigo Bruno Zanin</i>	
<i>Sarah Lirio Paim</i>	
<b>Sustentabilidade e gestão das cidades históricas: Uma proposta a partir das ideias de Dennis Rodwell</b>	<b>401 - 415</b>
<i>Ivana Perucci Esteves</i>	
<i>Renato César Ferreira de Souza</i>	
<b>Transformações urbanas pós ferrovia em Assis – SP e Ourinhos - SP</b>	<b>416 - 430</b>
<i>Caio Cesar Tomaz de Oliveira</i>	
<b>Urbanização &amp; Gentrificação: Favela Brás de Pina – Rio de Janeiro</b>	<b>431 - 440</b>
<i>Luciana Nemer</i>	
<i>Felipe Gustavo Silva</i>	
<b>Utilização da Metodologia BIM em Reformas Residenciais com Aplicação da NBR 9050: uma Revisão Bibliográfica</b>	<b>441 - 454</b>
<i>Angelo Palmisano</i>	
<i>Hortência Santos Teixeira Bonfante</i>	
<i>Marilene Oliveira Santos</i>	
<b>Violência no espaço urbano: segregação espacial e urbana</b>	<b>455 - 468</b>
<i>Abelar Santana Moraes</i>	
<i>Antonio Busnardo Filho</i>	

## APRESENTAÇÃO

O 2º Simpósio Brasileiro "Território, Cidade e Arquitetura", realizado de 19 a 21 de outubro de 2024, foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG, em colaboração com a PUC-Campinas. Esse evento acadêmico-científico foi concebido para provocar debates teóricos e práticos acerca dos processos de planejamento e gestão das cidades contemporâneas.

Dado o cenário único do território brasileiro e a alta complexidade urbana presente em diversas regiões do país, especialmente aquelas que padecem de vulnerabilidades socioespaciais e ambientais agravadas pelas mudanças climáticas, torna-se imperativo repensar as cidades. Precisamos abordar suas formas, funções e usos dos espaços e territórios, além das demandas emergentes. O evento visou explorar essas questões complexas e essenciais para o estudo urbano e regional, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e profunda da cidade contemporânea.

A temática do simpósio provocou novas discussões sobre as interfaces entre território, cidade e arquitetura em diferentes escalas e dimensões. Para isso, a segunda edição adotou uma estratégia metodológica que incluiu apresentações de artigos e palestras enriquecedoras conduzidas por pesquisadores de diversos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, abordando os seguintes eixos temáticos:

- Arquitetura, Habitabilidade e Qualidade de Vida
- Conforto Ambiental no Espaço Urbano
- Empreendedorismo, Governança e Sustentabilidade no Ambiente Construído
- Infraestrutura Urbana
- Memória, Patrimônio e Paisagem
- Mudanças Climáticas e Resiliência Urbana
- Planejamento e Ordenamento do Território
- Políticas Públicas, Plano Diretor e o Direito à Cidade
- Saneamento e Meio Ambiente
- Sustentabilidade Urbana
- Território e Segregação Socioespacial
- Urbanismo Ecológico e Sistemas de Espaços Livres

Nos anais desta 2ª edição do Simpósio Brasileiro "Território, Cidade e Arquitetura", um documento de referência, foram registrados, em ordem alfabética, trabalhos que discutem e desenvolvem estudos enquadrados em um ou mais desses eixos temáticos. Destacamos que os trabalhos selecionados com notas iguais ou superiores a 7 (sete) pontos terão direito à segunda publicação na Revista Vernáculo – Territórios Contemporâneos, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG.

Agradecemos profundamente a dedicação e colaboração do Comitê Científico no rigoroso processo de avaliação dos trabalhos. Um agradecimento especial aos autores pela participação e contribuição com suas pesquisas, além dos incansáveis esforços de todos os docentes e discentes do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG. Nosso

reconhecimento também ao apoio incondicional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, sem o qual este simpósio não teria sido possível.

Várzea Grande/MT, 19 de junho de 2024

**Profa. Dra. Jeane Ap. R. de Godoy**

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu  
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

**Prof. Dr. Angelo Palmisano**

Coordenador Adjunto do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu  
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **A Memória das Igrejas dos Negros em São Paulo: Seus Caminhos e Lugares**

*Memory of Black Churches in São Paulo: Their Paths and Places*

**Caio Felipe Gomes Violin**

Doutorando, PUC-Campinas, Brasil

Professor Mestre, SEDUC-SP, Brasil

caioempreg@hotmail.com

## **RESUMO**

O presente estudo explora a memória das Igrejas dos negros em São Paulo, investigando seus caminhos e locais. Através de uma análise histórica e cultural, examina-se o papel dessas Igrejas na comunidade afrodescendente, destacando conceitos fundamentais. O artigo busca esclarecer o significado de irmandade e sua importância para o surgimento das igrejas do Rosário. O patrimônio religioso dessas irmandades é a materialidade da memória dessas comunidades afrocatólicas. Além disso, busca-se compreender a identidade afrocatólica e mapear os locais negros no estado de São Paulo, onde tais edifícios estão localizados. O estudo aborda a fundação, as práticas religiosas e as contribuições dessas igrejas para a construção da memória coletiva negra no contexto paulista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Igrejas. Negros. São Paulo. Identidade.

## **ABSTRACT**

*The present study explores the memory of black churches in São Paulo, investigating their paths and locations. Through a historical and cultural analysis, it examines the role of these churches in the Afro-descendant community, highlighting fundamental concepts. The article seeks to clarify the meaning of brotherhood and its importance for the emergence of Rosary churches. The religious heritage of these brotherhoods represents the materiality of the memory of these Afro-Catholic communities. Additionally, it seeks to understand Afro-Catholic identity and map black locations in the state of São Paulo, where such buildings are located. The study addresses the foundation, religious practices, and contributions of these churches to the construction of black collective memory in the São Paulo context.*

**KEYWORDS:** Memory. Churches. Blacks. São Paulo. Identity.

## 1 INTRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Para compreender a evolução e as mudanças que muitas vezes ocorreram em espaços historicamente significativos, é essencial revisita-los e entender esse processo. Nesse contexto, o termo "irmandade" refere-se a grupos de pessoas unidas por devoção religiosa e que seguem uma série de critérios específicos. Trata-se de uma comunidade de fiéis leigos que compartilham uma devoção católica comum, além de orações e responsabilidades relacionadas à administração de determinados patrimônios. Segundo a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, as irmandades negras desempenhavam um papel crucial na evangelização da comunidade negra escravizada, devendo ser orientadas pelo ordinário local ou pela própria comunidade de fiéis.

Segundo Cruz (2007, p. 4),

“uma das expressões mais típicas desse catolicismo foram as confrarias organizadas pelos leigos. Entre elas, existiam as irmandades e as ordens terceiras, que se diferenciavam das primeiras por estarem subordinadas às ordens religiosas. Podiam reunir membros de diferentes origens sociais, estabelecendo solidariedades verticais, mas também servir como associações de classe, profissão, nacionalidade e cor. Organizavam-se para incentivar a devoção a um santo protetor e para fins beneficentes destinados aos seus irmãos, que se comprometiam com uma efetiva participação nas atividades da irmandade. Esses fins beneficentes, tais como auxílio na doença, na invalidez e na morte, variavam de acordo com os recursos da irmandade, diretamente proporcionais às posses de seus membros”.

Em muitos casos, a religião é um instrumento de dominação à qual os negros tiveram que se submeter. Durante todo processo colonial e imperial, a participação negra estava presente em grande parte da cidade, inclusive na sua religiosidade. As primeiras devoções negras presentes no Brasil incluem o fenômeno de Nossa Senhora do Rosário, contudo, outras irmandades negras também possuíram devoções, como Santa Efigênia, Santo Elesbão e São Benedito. Cruz (2007, p. 5) afirma que

“os cativos afrodescendentes construíram igrejas para a elite e para si mesmos. Havia irmandades apenas para afrodescendentes em todo o país. Foi uma das formas pelas quais os negros seriam incorporados à vida civilizada nos trópicos, porém eles entrariam nestas confrarias com uma diferença: eles teriam um dia de celebrar sua devoção”.

Segundo Violin (2023, p. 40), o surgimento da devoção à Nossa Senhora do Rosário entre pardos e negros escravizados tem algumas problemáticas a serem consideradas. A primeira é relacionada às diferentes origens da devoção mariana nas comunidades negras, defendidas por diferentes autores, mostrando sempre que a origem da devoção à Nossa Senhora do Rosário nas comunidades negra e parda é bastante dinâmica, isto é, a adoção dessa devoção pela comunidade negra cativa e liberta possui diferentes origens, e cada uma delas tem sua importância e relevância na construção histórica de uma identidade afrocatólica. A segunda relaciona-se à inculturação e aplicação de uma religião oficial no território brasileiro.

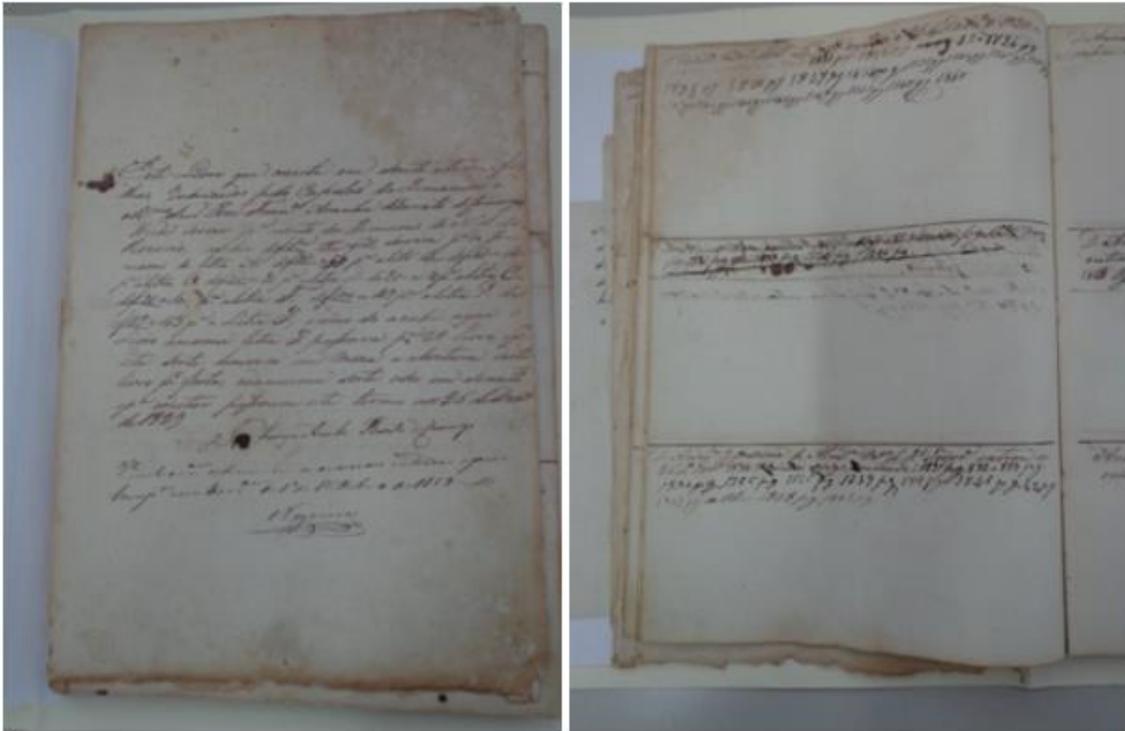
No entanto, sendo a irmandade uma instituição eclesiástica, Delfino, em sua tese de doutorado “O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica.”, define as funções e vantagens de uma irmandade negra nas colônias portuguesas da seguinte forma:

“As irmandades constituíam-se em associações religiosas cujos leigos se reuniam em torno de uma devoção ou orago. Suas regras de funcionamento e gestão estavam regulamentadas em um estatuto ou compromisso. Por este regimento se estabeleciam os critérios de admissão, os valores a serem pagos pela entrada, anuidades, esmolas aos santos, como também as normas para eleger a mesa diretora, responsável por administrar os assuntos cotidianos da confraria. Suas principais finalidades consistiam em promover o culto público devocional e a assistência material e espiritual aos “irmãos vivos e defuntos.” A legalidade dessas instituições dependia do aval de autoridades civis e eclesiásticas. A partir de 1765 todos os compromissos deveriam ser enviados ao Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens. Ao lado do poder régio, a Constituição do Arcebispado da Bahia prescreveu em seu LX Título, Parágrafo 867, a obrigatoriedade da remessa desses estatutos para a apreciação do bispado local. As irmandades do Rosário, conhecidas por arregimentar grande parte da população de estrangeiros traficados, serviram como lócus privilegiado para a reconstituição identitária desses grupos na experiência da diáspora atlântica” (DELFINO, 2015, p.19-20).

É notório que as Irmandades do Rosário criadas por negros ou pardos possuem a mesma responsabilidade que qualquer outra irmandade do contexto. Assim, adquiriram status de igualdade perante a sociedade da época. Isso posto, os termos grifados na transcrição, como “estatuto”, “compromisso”, “critério de admissão”, “eleição da mesa diretora”, “promoção do culto”, e “assistência material e espiritual”, demonstram os requisitos eclesiásticos legais que uma irmandade deveria cumprir para existir. Sendo assim, pode-se entender que, para uma comunidade de negros alcançar o status de irmandade, necessariamente precisava cumprir esses requisitos, assim como qualquer outra irmandade, permitindo comprovar a igualdade de relação jurídica existente entre as irmandades dos negros e dos brancos.

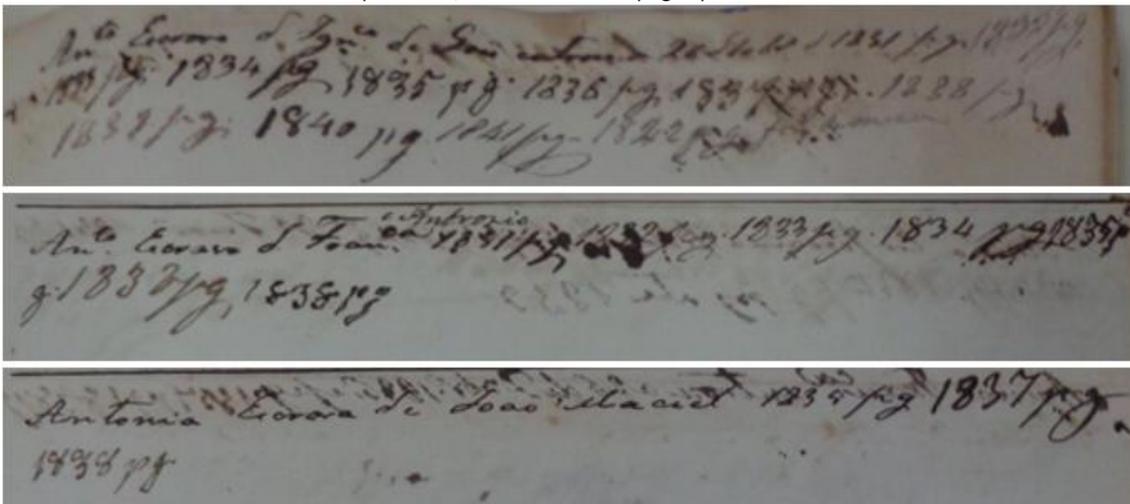
As comunidades negras do estado de São Paulo possuíam uma relevância social significativa. É importante notar que as irmandades desempenhavam um papel crucial, suprindo necessidades que o poder público da época não conseguia atender, como o cuidado com os doentes e o sepultamento dos mortos. O livro de registros dessas irmandades evidencia essa preocupação, registrando não apenas a manutenção dos edifícios, mas também a preocupação com as almas dos fiéis. Documentos que corroboram essa atenção incluem os registros das irmandades, nos quais constam os pagamentos realizados pelos negros escravizados, conforme o livro da Igreja do Rosário de Campinas (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Livro de assentamentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 2 - Detalhe do livro de assentamento, onde é possível encontrar o termo “escravo” e a família à qual pertencia, além dos valores pagos por ano.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Outra característica dessas instituições era a construção de seu patrimônio religioso, ou seja, as igrejas dos negros, além de suas irmandades, que representavam uma personalidade organizacional que administrava, também possuíam o compromisso da comemoração do santo de devoção. Em muitas dessas comemorações religiosas surgiam manifestações culturais, tais como as congadas e os reinados, que, por sua vez, constituíam uma parte significativa da identidade e da expressão cultural dessas comunidades negras. Desse modo,

“comemorada em diversos estados, sempre demonstrando as simbologias que está representada, em vestimentas, danças afros e coreografias que dramatizam a luta e história dos negros através de som de instrumentos musicais simples, como tambores maracanãs (caixas grandes) e o ripiliques (caixas pequenas), latinhas amarradas ao pé, bastão que significa o poder de superar as crises espirituais e principalmente as doenças. O motivo da comemoração é sempre o mesmo: homenagear santidades católicas. O que muda são as santidades escolhidas por cada região. O estado da Amazônia, por exemplo, homenageia Santo Antônio; enquanto em Minas Gerais, onde a festa é praticada com mais intensidade, homenageia-se São Benedito e Nossa Senhora do Rosário”. (Carvalho; Ramos, 2005, p.1)

Tais manifestações culturais resistem até os tempos atuais na tentativa de expressar a coletividade de sua comunidade.

“se por um lado, pertencer a uma irmandade levava a uma maior integração do afrodescendente na sociedade, por outro o estar dentro da legalidade diminuía a possibilidade de revoltas coletivas. Para a elite senhorial, estas associações eram um poderoso veículo de cristianização do negro, além de que, reunidos em grupo, ficava mais fácil controlá-los. Nas irmandades negras quase sempre se buscava evitar a mistura entre tribos ou nações africanas em uma mesma associação, o que também contribuiu para a perpetuação de preconceitos, porque divididos em grupos ficavam mais dispersos, significando assim menos perigo para o Estado já que não se uniam frente a uma causa comum”. (Cruz, 2007, p. 13)

O fenômeno das igrejas e irmandades negras possui uma memória tão evidente no estado de São Paulo que o grande número dessas instituições no território demonstra isso. Nesse sentido, as irmandades do Rosário têm uma identidade afrocatólica. Para entender tal conceito, é necessário definir “identidade”, pois cada uma pode possuir uma memória única.

Para o professor Joel Candau (2014, p.25),

“no caso da identidade, a tentativa de depuração conceitual é mais difícil. No que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um estado — resultante, por exemplo, de uma instância administrativa: meu documento de identidade estabelece minha altura, minha idade, meu endereço etc. -, uma representação - eu tenho uma ideia de quem sou - e um conceito, o de identidade individual, muito utilizado nas Ciências Humanas e Sociais. Aplicada a um grupo, a complexidade aumenta. Passemos do fato de que, nesse caso, o termo “identidade” é impróprio” porque ele nunca pode designar com rigor uma “recorrência”: em um momento preciso de uma observação um indivíduo é idêntico a ele mesmo, mas duas pessoas - mesmo que se trate de gêmeos — jamais são idênticas entre elas” O termo é então utilizado em um sentido menos restrito, próximo ao de semelhança ou de similitude que satisfaz sempre uma inclinação natural do espírito. Se admitirmos esse uso pouco rigoroso, metafórico, a identidade cultural ou coletiva é certamente uma representação”.

A partir da citação, é possível concluir que “identidade” pode ter múltiplos significados. Contudo, para aprofundar na ideia de identidade como memória, é necessário perceber que

“a identidade não consiste no comportamento individual, mas, antes, na capacidade pessoal do agente em estabelecer e dar continuidade a uma narrativa a respeito de sua própria história. Enquanto narrativa pessoal, entretanto, a autoidentidade apresenta um paradoxo: é sólida o suficiente para conferir segurança ao indivíduo e frágil como uma outra “estória” qualquer que potencialmente poderia ser contada e constituir outra identidade” (GIDDENS, 1993, p.54).

De encontro à concepção de Giddens, Stuart Hall elenca três concepções de “identidade” a partir do sujeito, denominadas de Iluminismo, Sociológico e Pós-moderno, com a tentativa de justificar uma identidade

“que não possui apenas uma única ou permanente identidade, mas várias, das quais algumas são contraditórias e outras não são resolvidas. Esse sujeito da modernidade tardia celebra a identidade “móvel”, pois o indivíduo “assume identidades diferentes em diferentes momentos”, esse deslocamento constante torna a identidade plenamente unificada, segura e coerente como uma fantasia, não mais possível de ser atingida ou alcançada nos dias atuais. Assim o indivíduo contemporâneo é um e muitos ao mesmo tempo, não é uma questão de dupla identidade, no entanto, ele é obrigado a suportar a modernidade tardia por meio de várias identidades senão não seria possível vivê-la. Ele é infringido a negociar e a renegociar constantemente com sua identidade, porque tudo é fluido e líquido, e é preciso ir se ajustando àquilo que a pós-modernidade proporciona” (HALL, 2014, p.12).

Entretanto, não é exatamente essa definição de “identidade” que contribui para o entendimento da construção identitária afrocatólica. A definição que melhor se aplica é a definida pelo professor Manuel Castells, que define a identidade como

“fonte de significado em função do processo de autoconstrução e individuação que envolve, e das experiências de um povo. Isto é, a identidade é uma construção social que tem por base um atributo ou um conjunto de atributos culturais que se inter-relacionam. E essa construção “[...] vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.” (CASTELLS, 2006, p.23).

Partindo desse conceito, Candau (2014, p. 16) complementa que

“a memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (...) patrimônio é uma dimensão da memória -, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade”.

Nesse sentido, a identidade afrocatólica, que faz parte de um processo de autoconstrução e que envolve a experiência de uma comunidade, se apresenta através de memórias existentes de um determinado grupo. Ou seja, é uma memória vivenciada através das experiências que vêm sobrevivendo no patrimônio cultural religioso pertencente àquela comunidade.

Assim, torna-se evidente que a escravização fazia parte de todas as esferas da sociedade brasileira. A Capitania de São Paulo, após a vinda dos colonizadores, foi se desenvolvendo timidamente entre os séculos XVI e XVIII. Somente com a crise na agricultura do nordeste e o achamento de jazigos de metais preciosos no interior de Minas Gerais é que a população paulista passaria por uma transformação considerável.

Segundo o pesquisador Francisco Vidal Luna,

“a população livre e escrava da região mineradora cresceu rapidamente, e o fornecimento de gêneros para essa população criou um novo e essencial mercado para São Paulo. A agricultura local subitamente ganhou um importante mercado para sua produção, e o consumo de alimentos e animais importados em Minas cresceu a um ritmo seguro e constante. A política da Coroa promoveu, adicionalmente, esse mercado de exportados paulista, chegando ao ponto de proibir a produção de açúcar e aguardente nas novas regiões mineradoras, para que não fossem desviados recursos da mineração. Para São Paulo, essa foi uma oportunidade que os colonos exploraram plenamente. O sinal mais evidente de mudança em São Paulo foi o notável crescimento da população de escravos negros depois de 1700. A força de trabalho, antes, principalmente, indígena, passou a ser dominada por brancos livres e africanos cativos. Nesse ano, os paulistas foram autorizados a obter escravos diretamente da África pela primeira vez. Iniciado esse afluxo de escravos africanos, seu crescimento foi constante a cada ano, e a nova força de trabalho seria crucial na implantação de uma próspera economia açucareira e cafeeira em São Paulo. Mas o crescimento da economia local não foi contínuo. Na década de 1730 abriu-se um novo caminho, mais curto, entre o Rio de Janeiro e Minas de ouro, passando totalmente ao largo de São Paulo. Além disso, conforme a economia das Minas Gerais crescia, também se desenvolvia sua agricultura, o que reduziu a demanda por produtos paulistas” (LUNA, 2009, p.39).

Conforme o território paulista era ocupado por uma política de povoamento implementada pelo quarto Morgado de Mateus, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Capitão geral da Capitania de São Paulo, em 1765, a necessidade de mão de obra escrava era fundamental para o desenvolvimento da região. Portanto, onde houvesse a utilização de escravizados era possível encontrar a formação de comunidades afrocatólicas, especificamente as sob devoção de Nossa Senhora do Rosário.

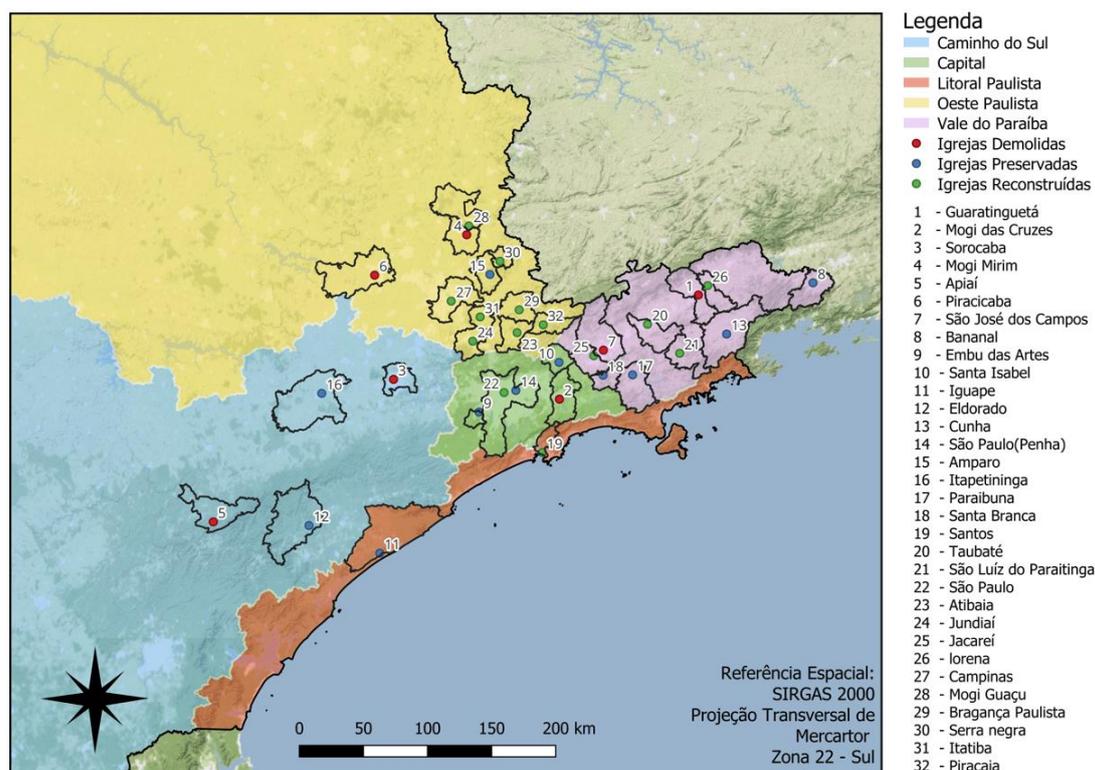
A presença do negro no território faz com que haja a necessidade da criação de irmandades e igrejas do Rosário. Entre 1545 e 1830 foram construídas 32 igrejas de Nossa Senhora do Rosário (Quadro 1), distribuídas pelas regiões de Capital, Oeste Paulista, Caminho Sul, Vale do Paraíba e Litoral (Figura 3).

Quadro 1 - Igrejas do Rosário

REGIÃO	CIDADE (ANO DE FUNDAÇÃO)	NOME DA IGREJA	STATUS
<b>Capital</b>	Mogi das Cruzes (1611)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Demolida
	São Paulo (1560)	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Reconstruída
	Embu das Artes (1554)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Preservada
	Santa Isabel (1812)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Preservada
	São Paulo (Penha) (1667)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Penha	Preservada
<b>Litoral</b>	Santos (1545)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Reconstruída
	Iguape (1538)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Preservada
<b>Oeste</b>	Mogi mirim (1769)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor	Demolida
	Piracicaba (1774-1776)	Capela de Nossa Senhora do Rosário e Igreja São Benedito	Demolida
	Atibaia (1769)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Reconstruída
	Jundiaí (1665)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Reconstruída
	Campinas (1797)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Reconstruída
	Mogi Guaçu (1769)	Igreja do Rosário dos Homens de Cor e São Benedito	Reconstruída
	Bragança Paulista (1797)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito	Reconstruída
	Serra negra (1828)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Reconstruída
	Itatiba (1857)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Reconstruída
	Piracaia (1817)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Reconstruída
	Amparo (1829)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Preservada
<b>Sul</b>	Sorocaba (1661)	Igreja do Rosário	Demolida
	Apiáí (1771)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário Mãe dos Pretos	Demolida
	Eldorado (1842)	Capela de Nossa Senhora do Rosário de Ivaporunduva	Preservada
	Itapetininga (1771)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos	Preservada
<b>Vale</b>	São José dos Campos (1767)	Capela Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Demolida
	Taubaté (1645)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Reconstruída
	São Luís do Paraitinga (1773)	Igreja Nossa Senhora do Rosário	Reconstruída
	Jacareí (1653)	Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Reconstruída
	Lorena (1778)	Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Reconstruída
	Bananal (1783)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Preservada
	Cunha (1785)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Preservada
	Guaratinguetá (1651)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Demolida
	Paraibuna (1666)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Preservada
Santa Branca (1832)	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Preservada	

Fonte: Violin, 2023 (adaptado).

Figura 3 - Cartografia aérea da capitania de São Paulo, demarcando cidades que possuem Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Violin, 2023, p. .

## 2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

A pesquisa tem como objetivo fornecer pistas para a compreensão da identidade das irmandades negras, possibilitando a análise do papel histórico dessas irmandades no contexto da evangelização da comunidade negra escravizada, bem como sua importância na promoção da devoção religiosa e na prestação de assistência material e espiritual aos seus membros. Além disso, o objetivo geral é analisar a construção identitária, buscando compreender como as irmandades do Rosário contribuíram para a formação da identidade afrocatólica no estado de São Paulo, explorando o conceito de identidade, além de mapear tais instituições no estado de São Paulo.

A metodologia proposta para a pesquisa envolve a análise documental, que consiste no estudo de documentos históricos, será realizada uma pesquisa bibliográfica, que incluirá a revisão da literatura acadêmica sobre o tema, como obras de historiografia, sociologia da religião e estudos culturais, a fim de embasar teoricamente a análise das irmandades do Rosário no território paulista.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate da memória negra desempenha um papel fundamental na análise das irmandades negras e sua relação com a identidade afrocatólica no estado de São Paulo, revelando uma profundidade histórica e cultural dessas instituições. Compreender o funcionamento e as características específicas das irmandades negras é essencial para reconhecer a importância de seus patrimônios religiosos.

A devoção centralizada em Nossa Senhora do Rosário é uma das mais antigas e difundidas no estado de São Paulo. Ao investigar suas práticas religiosas, festividades e contribuições para a comunidade negra escravizada, é possível compreender não apenas o papel crucial desempenhado por elas na promoção da devoção religiosa e na prestação de assistência material e espiritual, mas também sua relevância na construção da identidade afrocatólica.

A memória afrocatólica está profundamente enraizada no território e se expressa através das tradições e rituais das irmandades do Rosário, evidenciando a resiliência e a resistência do povo negro, e o reconhecimento desses locais na cidade. Portanto, ao analisar a construção identitária proporcionada por essas instituições, compreende-se não apenas a complexidade e diversidade da experiência afro-brasileira, mas também sua contribuição para a rica tapeçaria cultural do Brasil. Assim, as irmandades negras não somente representam uma parte importante do patrimônio religioso do país, como também constituem um arcabouço da memória viva da ancestralidade negra.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, J.; RAMOS, W. **Uma abordagem sócio-anropológica para o turismo: Um estudo sobre a Congada**. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade Católica do Sul, 2019. P. 1-12. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt6-uma-abordagem.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As Irmandades Religiosas de Africanos e Afrodescendentes. **PerCursos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525>. Acesso em: 10 maio. 2024.

DELFINO, L. L. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica: Freguesia do Pilar-São João Del-Rei (1782-1850)**. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, p. 526. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/877>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: 1993.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 213–218, 2015. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3562](http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3562). Acesso em: 10 maio. 2024.

LUNA, F. V. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial, 2009.

VIOLIN, Caio Felipe Gomes. **A construção de uma identidade cultural religiosa afrocatólica em terras paulistas: o caso das Irmandades e Igrejas de Nossa Senhora do Rosário**. Campinas, 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16926>

VIOLIN, C. F. G.; PEREIRA, R. B. O Afro catolicismo em terras paulistas: as igrejas de Nossa Senhora do Rosário. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 19, n. 1, p. 18-40, jan./jun. 2023. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Análise de tipologia construtiva de conjuntos habitacionais promovidos pela cdhu na cidade de Presidente Prudente-SP**

*Analysis of Construction Typologies of Housing Complexes Promoted by CDHU in Presidente Prudente-SP*

**Maria Julia Avelino Silva Martins**

Estudante de Arquitetura e Urbanismo  
mariamaju78@gmail.com

**Mayara Pissuti Albano**

Professora Doutora, UNOESTE, Brasil.  
ma.albano@unoeste.br

## **RESUMO**

A urbanização no Brasil, tem cada vez mais se desenvolvido, principalmente devido ao grande fluxo populacional que permeia as cidades brasileiras, dessa forma é necessário estabelecer diretrizes que atendam as cidades em desenvolvimento. No entanto diversos programas governamentais e iniciativas públicas e privadas, buscam fornecer moradia ao público de baixa renda. Tendo em vista a baixa qualidade arquitetônica e/ou construtiva dos conjuntos de habitação social, o trabalho apresentado tem como objetivo principal: entender o funcionamento das estrutura das casas de CDHU no município de Presidente Prudente-SP e ainda, se essas moradias atendem as necessidades de desenvolvimento populacional, e caso não atendam, as modificações que as mesmas passaram ao longo do tempo. Para isso, o trabalho conta com uma análise documental cedida pela CDHU, junto com levantamentos in loco, e ainda uma revisão bibliográfica, verificando a historicidade da habitação social brasileira. Dessa forma, a presente pesquisa é direcionada às modificações que ocorrem nas habitações sociais, derivando de originalidade da temática, e se direcionando ao eixo de habitabilidade e qualidade de vida. Buscamos assim, não só entender, mas catalogar mudanças, para possíveis construções de Habitações de Interesse Sociais, visando na funcionalidade e nas necessidades da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitação Social. CDHU. Presidente Prudente – SP. Modificações residenciais. Construção.

## **ABSTRACT**

*Urbanization in Brazil has increasingly developed, mainly due to the large population flow that permeates Brazilian cities, therefore it is necessary to establish guidelines that serve developing cities. The fact that the population is growing is one of the reasons that makes housing difficult for everyone. However, several government programs and public and private initiatives seek to provide housing to the most vulnerable public, so it is necessary to establish common guidelines for this construction, with the work emerging, with the main objective: Understanding the functioning of the structure of CDHU houses in the municipality of Presidente Prudente-SP, and whether these houses meet the needs of population development, and if they do not, the changes they have undergone over time. To achieve this, the work relies on a direct documentary analysis from CDHU, along with on-site surveys, and also a bibliographical review, including authors who work on the historicity of Brazilian social housing, such as Nabil Bonduki. In this way, this research is aimed at the changes that occur in social housing, deriving from the originality of the theme, and focusing on the axis of habitability and quality of life. The aim is to not only understand, but catalog changes, for possible construction of Social Interest Housing, aiming at the functionality and needs of the population.*

**Keywords:** Social Housing. CDHU. Presidente Prudente – SP. Home modifications. Construction.

## **1 INTRODUÇÃO**

A habitação no Brasil, tem sido um problema recorrente, Villaça (2001), é um dos urbanistas e estudiosos que menciona a estrutura segregada das urbes, onde diferentes classes sociais ocupam áreas distintas das cidades. A necessidade de se adaptar a relação de moradias ao grande fluxo de crescimento, é apontado por autores como Souza (2010), que demonstra que o planejamento e a gestão urbanas ao longo do último século foi ineficaz, culminando em diversos problemas urbanos.

Ao analisar o fator histórico, é possível perceber a crise nacional em relação ao déficit habitacional, e à falta de acesso ao solo urbano, que acentua a ocupação de áreas irregulares, construção de loteamentos e bairros clandestinos e o aumento do processo de favelização (BONDUKI, 2011).

No entanto, mesmo que os grandes centros urbanos acabem sendo sujeitos a grande quantidade de moradias irregulares, esse fenômeno atinge toda população nacional. A partir da década de 1930, o Estado começou a desenvolver programas que promovessem e financiassem moradias para população de baixa renda, sendo em nível federal a predominância histórica dos programas para tal fim.

No Estado de São Paulo, o órgão responsável pela política habitacional é a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), esta surgiu junto a uma busca por um melhor desenvolvimento urbano e habitação, tentando promover moradias populares, sendo o maior no Brasil (entre as entidades de promoções estaduais), de acordo com informações institucionais. Atende as famílias com rendimento mensal de 1 a 10 salários mínimos, tendo sido fundada em 1949, a mesma passou por diversas mudanças até chegar no modelo atual (CDHU, 2016).

A cidade de Presidente Prudente – SP já foi alvo da construção de conjuntos habitacionais promovidos por órgãos federal, estadual e também pelo próprio município. Assim, a cidade apresenta inúmeros conjuntos financiados pelo CDHU. O presente trabalho, visa a busca por entender a atuação da CDHU junto ao desenvolvimento da cidade de Presidente Prudente, com foco específico em moradias sociais.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo geral da presente pesquisa, foi a realização do levantamento do projeto arquitetônico e urbano dos conjuntos habitacionais (escala urbana) e das unidades habitacionais (escala do lote e edifício), para posterior análise da qualidade ambiental dos espaços promovidos por meio da CDHU nos conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa, conjuntos promovidos em residências térreas, sendo apresentado o Jardim Sumaré, localizados na cidade de Presidente Prudente – SP

## **3 METODOLOGIA**

Especificamente, houve uma pesquisa de levantamento da história da produção habitacional no Estado de São Paulo, com enfoque na CDHU, destacando-se a história da produção da habitação em Presidente Prudente – SP. Assim foi feita a busca pelos projetos arquitetônicos e urbanos, através de arquivos de prefeitura, da CDHU e levantamentos físico-territoriais realizados *in loco*.

Sendo feito um levantamento em um bairro específico, no caso, o Jardim Sumaré, catalogando as tipologias de construção popular e se ela está sujeita a alterações, buscando identificar aspectos socioespaciais que se relacionam com os locais de estudo como público alvo, entorno do projeto, características urbanas dos locais de inserção dos mesmos.

A presente pesquisa apoiou-se em investigação quali-quantitativa, utilizando-se de levantamentos bibliográficos, documentais e físico-territoriais in loco. Foram realizados levantamentos bibliográficos em livros e periódicos sobre habitação de interesse social brasileira com foco na produção estadual, do Estado de São Paulo e em Presidente Prudente – SP.

#### **4 HISTÓRIA DA HABITAÇÃO SOCIAL NO PAÍS E O CDHU**

O processo de urbanização, teve seu apogeu em território nacional a partir do começo do século XX, segundo Santos (et al, 2011), a partir do êxodo rural, começaram a aparecer grandes problemas de desenvolvimento e saneamento, principalmente em áreas ocupadas pela população de baixa renda.

Sachs (1999), aponta que os problemas ligados à urbanização foram reflexo direto da desigualdade social, ao se estabelecerem as cidades. Em uma linha do tempo concisa, a partir de 1888, que culminaram na problemática habitacional brasileira.

Esse processo contribuiu para o aparecimento de novos tipos habitacionais populares diferentes dos tradicionais cortiços, habitações coletivas que abrigavam a classe trabalhadora pauperizada. As novas modalidades também precárias e insalubres despontam no contexto do processo de modernização urbana na lógica higienista. Sobre essa situação Vaz (1993) afirma que as obras de saneamento e “modernização” das cidades, levou um grande número de trabalhadores a buscarem novos espaços, constituindo assim novas formas de moradia a exemplo das favelas (LOUREIRO, p.13, 2013).

Com o fim da escravidão, ex-escravos e trabalhadores de baixa renda acabaram por ocupar espaços ociosos da cidade, espaços que não eram interessantes para o mercado formal. Embora essa população tivesse a necessidade de se estabelecer e ter moradia, não existia ainda uma iniciativa de governo – por meio de políticas e programas - sobre a habitação de interesse social (LOUREIRO, 2013).

Nas primeiras décadas do século XX, as principais formas de morar das classes trabalhadoras eram os cortiços e favelas, situados em espaços insalubres. Bonduki (2011) aponta que, a essa época, as ações do governo restringiam-se à eliminar os cortiços e outros tipos irregulares de habitação. Ainda é necessário considerar, a Lei do Inquilinato, Lei Federal nº 3.993/1941, que congelou os valores de aluguéis. Diversos foram os fatores que influenciaram a criação dessa lei, como problemas econômicos pelos quais o país passava no período da Segunda Guerra Mundial, como forma de tentar controlar a insatisfação popular; no entanto, culminou num grande índice de despejos e outros problemas, que deixaram claro a sua ineficiência para com a situação vigente. (BONDUKI, 2011)

A primeira ação pública voltada a promoção de moradia, foi no governo Vargas (1930 – 1945), até então, a promoção de moradia para as classes de menor renda, se dava pela iniciativa privada, visando lucrar com os aluguéis (LOUREIRO, 2013). Vargas criou na década de 1940, os dois órgãos pioneiros da habitação, o Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP's) e a Fundação Casa Popular (FCP). Estes programas, além da promoção de moradias, investiam em obras de infraestrutura e urbanização (BONDUKI, 2011).

Embora pioneira, a atuação dos referidos institutos não apresentou resultados muito

significativos, conforme aponta Loureiro (2013,p. 10):

Da criação da FCP em 1946 até sua extinção em 1964 produziu-se 19 mil unidades habitacionais, estando estas moradias concentradas principalmente no sudeste do país. Já os IAPs, entre 1937 a 1945, construíram cerca de 124 mil unidades. Sobre esse respeito Rodrigues (1991: 38) entende que “[...] esses resultados pouco expressivos demonstram que a FCP limitou-se a produzir onde os recursos permitiam e os interesses prevaleciam.

A quantidade de moradias construídas não foi suficiente para suprir as necessidades populacionais. O que ocorre é que na ocupação das cidades, as pessoas com menor renda eram colocadas nas periferias, onde não tinham muitas vezes saneamento adequado, e outros aspectos que reduziam a qualidade de vida nesses espaços, dessa forma, pode-se apontar a fala de Souza (2010):

O Estado tem um papel fundamental na gestão urbana, tanto na regulação do mercado de terras e da produção do espaço urbano, quanto na provisão de infraestrutura e serviços públicos de qualidade para toda a população (SOUZA, 2010, p. 78).

A partir da década de 1960, ocorreram grandes mudanças nas políticas de habitação popular, com foco na construção de conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda. A criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Companhia de Habitação Popular (COHAB) marcaram este período (ASARI; USAMI, 2010). A partir de 1970, o BNH sofreu mudanças, principalmente pelo período político ao qual vivia. Houve mudanças, onde o foco passou a ser a integração social e a urbanização, a partir de programas como o Programa de Moradia Popular (PROMORAR) e o Fundo de Amparo à Reforma Urbana (FAR).

Mesmo com a existência de programas por parte do governo, o déficit habitacional se mantém, a quantidade de moradias construídas em áreas irregulares através do processo de autoconstrução é significativa, sendo considerado o tipo de construção predominante no país. O processo de autoconstrução – em função da ausência de auxílio técnico pode, muitas vezes, ocasionar problemas em relação a infraestrutura, e a outros aspectos essenciais, como desmoraamentos e desconforto dos usuários (ARRETCHE *et al*, 2007).

Desde o governo Vargas houve, ao longo da história, grande incentivo governamental em relação a autoconstrução, seja através da regularização de loteamentos periféricos, seja através da criação de subprogramas que direcionavam incentivos à autoconstrução. Trata-se de uma forma do governo economizar recursos, e repassar a responsabilidade da produção de moradia para a população, assim como apresenta Pereira (2008).

Embora o governo federal ainda seja o maior viabilizador de programas habitacionais e, após a ditadura terem sido criados outros programas como, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida – os estados passaram a criar órgãos para execução de programas que permitiram a ampliação de investimentos no setor habitacional (CAMARGO, 2022). Essa regionalização, começou a produzir mais resultados em um sentido amplo. Em 1976, em São Paulo, foi criado a CDHU.

A sociedade por ações denominada COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais n.ºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis.(CDHU, 2022, p.1)

Com o surgimento do CDHU, não apenas obras passaram a ser direcionadas de maneira específica, com um orçamento derivado dessas iniciativas, mas também habitações sociais, e reformas urbanas visando infraestrutura (CDHU, 2016).

Em exemplo, praças, avenidas, e outros que são feitos por base do programa, o mesmo surgiu em 1976, e dura até os dias de hoje, permitindo desenvolvimento urbano para diversos municípios e distritos do Estado. A CDHU, funciona por meio de regionais, ao qual consegue atender regiões em relação mais específica, como é o caso da CDHU de Presidente Prudente - SP (CDHU, 2016).

A CDHU surge como uma forma de se promover habitações e operar programas no Estado, seu principal público alvo, torna-se a população de baixa renda, na faixa de 1 a 10 salários mínimos. Em relação a sua criação, desde que surgiu, foi responsável por entregar mais de 500.000 residências, contudo seu princípio é o desenvolvimento urbano, conseguindo ser direcionadas às reformas de áreas públicas e outro, como por exemplo, a atuação em áreas de risco e periféricas, visando regularização fundiária e conforto da população, em uma visão generalista, procurando atender as necessidades urbanas, além das residências (SOUZA, 2020). Contudo, mesmo o surgimento do mesmo sendo vantajoso, ele propõe a padronização pela produção em massa, o que pode gerar problemas a longo prazo. Visando diminuir a relação de falta de problemas que possam ocorrer, em relação a padronização do local, surgem selos e qualificações, que apresentam diretrizes que correspondem a qualidade para a instalação. O Selo casa Azul, foi um parâmetro criado pela CAIXA em 2010, junto a instituições de ensino superior estaduais e federais, que buscam a qualidade de projetos, sendo estabelecido 53 parâmetros e 3 categorias, Bronze, Prata e Ouro. (VIEIRA, 2020)

O Selo Casa Azul entende que o proponente do empreendimento não deve apenas fornecer bens e serviços, mas deve portar-se como um agente de transformação social, através da atuação relativa a questões socioambientais. (VIEIRA, 2020, p.109)

É visado o cumprimento de diretrizes construtivas, como é o caso da NBR 9050/2020, e das diretrizes urbanas de cada local. Assim, o selo permite certificar que as casas seguem acessibilidade, sustentabilidade, e normas de construção, necessárias a garantir o conforto dos usuários. Dessa forma, entender a colocação dos parâmetros, permite delimitar a qualidade construtiva. Se pensando nessa padronização, as habitações propostas pelo CDHU, devem seguir padrões mínimos de qualidade, estabelecidos junto ao seu meio construtivo, surgem assim as certificações. (VIEIRA, 2020)

O público alvo, são as famílias que possuem de renda de 1 a 10 salários mínimos, porém a preferência é para até 5 salários, assim como determinado por meio da Lei Estadual 12.801/2008, além da prioridade em relação a salário, ocorre preferência por pessoas que possuem alguma incapacidade motora, deficiência ou doença crônica, e se encaixem nessa relação de salário. A preferência também é para casais com filhos em idade escolar. (SOUZA, 2020).

“i. Social: ação social inclusiva, para o atendimento às famílias de maior vulnerabilidade social, resultando na melhoria de qualidade de vida. ii. Econômica: oferta de soluções habitacionais, garantindo o acesso ao financiamento e subsídios compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. iii. Qualidade e Sustentabilidade: viabilização de imóvel urbano, com projetos de qualidade, infraestrutura e integrado à cidade.

Garantia de solução de moradia que propicie o uso e manutenção adequados nas condições de: habitabilidade, acessibilidade, sociabilidade e qualidade urbana e ambiental.” (SH/CDHU, 2020, p. 5)

O foco principal do programa está em atender às necessidades de moradia da população de baixa renda, priorizando famílias com alto custo de aluguel, casais em união estável, idosos, policiais e pessoas com deficiência. A parceria com municípios possibilita uma atuação mais abrangente e eficiente, otimizando recursos e alcançando um maior número de pessoas necessitadas.

Se apresentando a CDHU de Presidente Prudente, os primeiros conjuntos surgiram entre os períodos de 1973-1981, o que reflete no crescimento da cidade, o que culminou no aumento de processos de realocação de moradores de baixa renda para o entorno da cidade. (SOUZA, 2020).

#### **4.1 Jardim Sumaré em Presidente Prudente-SP**

Presidente Prudente é um município do estado de SP, ao qual surgiu junto à indústria férrea (Alta Sorocabana) e cafeeira. Devido ao surgimento da cidade seguir o agro, as características levaram a divisa: Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes. Foram os coronéis que separaram a cidade, sendo a Vila Goulart e a Marcondes (HONDA; ALBANO, 2011).

Um lado era voltada à relação mais industrial e agrícola, a outra era em relação a moradias, devido a essa divisa, a cidade se desenvolveu lentamente no começo do século XX. No entanto, a partir do surgimento de políticas habitacionais, e mudanças tecnológicas do país, a cidade passou por uma urbanização acirrada em 1980. E devido a isso, a construção de conjuntos habitacionais, passou a ser mais distribuída (HONDA; ALBANO, 2011).

Em exemplo de bairros famosos, como o Ana Jacinta, que surgiu em 1982 na cidade de Presidente Prudente. Junto a isso, existe o bairro de estudo, ao qual se chama Jardim Sumaré, em referência a fazenda que existia antigamente ao local. O bairro, que surgiu por volta de 1974, teve junto da CDHU, a instalação de 142 moradias populares, que visavam atender de 3 a 4 pessoas por residência, se considerando um casal e dois filhos. (PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2009).

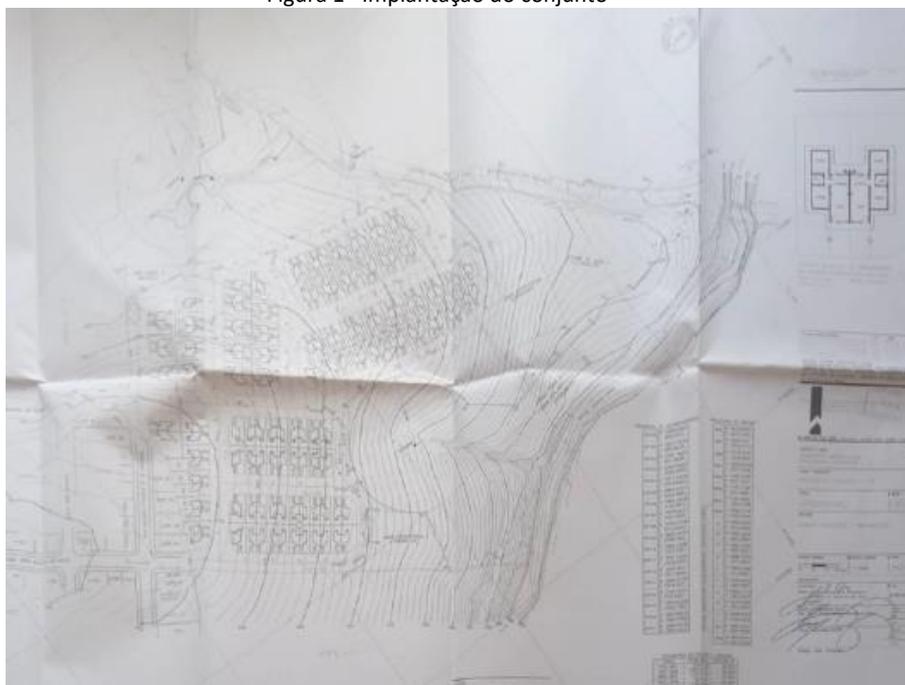
No entanto, essa aplicabilidade se considera padrão dos conjuntos habitacionais, em escala nacional, Bonduki(2011), apresenta em seus estudos, diversos tipos de moradias e habitações, no entanto, não existe muita diversidade, em relação aos tipos, sendo a maioria apresentada no mesmo estilo do Jardim Sumaré, ou seja, a habitação social, mesmo tendo passado por diversas mudanças, ainda reflete uma padronização de setorização.

O Jardim Sumaré, situado na zona leste de Presidente Prudente, ostenta uma história rica e complexa, entrelaçada com o desenvolvimento da própria cidade. Sua origem remonta à década de 1950, quando a área era ocupada por chácaras e sítios, pertencentes a famílias tradicionais da região, como os Santiagos e os Álvares. (PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2009).

Em 1972, a Companhia Prudentina de Desenvolvimento Urbano (Prudenco) adquiriu parte das terras, dando início ao processo de urbanização que transformaria a região em um bairro residencial. As primeiras casas do bairro foram construídas na década de 1980, principalmente por famílias de classe média e alta. Com o passar dos anos, o Jardim Sumaré se consolidou como um bairro populoso e diversificado, com uma população estimada em cerca de 10 mil habitantes (PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2009).

Com o passar do tempo, surgia a necessidade de investimentos de HIS (Habitações de Interesse Social), principalmente pelas necessidades que a cidade apresentava cada vez mais, em razão de seu crescimento. Sobre essa necessidade, começaram a surgir mais investimentos, e a CDHU em 2001, lançou o conjunto Jardim Sumaré (Figura 1), seu último conjunto de casas na cidade de Presidente Prudente, tendo passado em seguida por um processo de verticalização (PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2009).

Figura 1 - Implantação do conjunto



Fonte: Desenho original cedido pela CDHU(2023)

Conforme Bonduki (2011), a necessidade de atender à demanda por habitação social impulsionou a padronização em massa, resultando na construção de grandes conjuntos habitacionais. Essa realidade se replica em Presidente Prudente, onde a concentração de grandes conjuntos em áreas periféricas, sem infraestrutura adequada, gerou diversos problemas, aos quais levam a modificações nas habitações já existentes.

O conjunto contou com 142 casas, entregues no ano de 2009, e projetado em 2001, foi o último conjunto em casas térreas, antes da verticalização das habitações sociais em Presidente Prudente, e o único ainda documentado pelo CDHU.

#### **4.2 Tipologias existentes no Jardim Sumaré em Presidente Prudente-SP**

O projeto analisado, faz referência ao Jardim Sumaré, projeto montado em 2001, e entregue em 2009, com território cedido pela prefeitura municipal, fica a posto que tal empreendimento, teve como principal característica, a busca por unidade em casas geminadas, ou seja, a criação de um projeto que tivesse um padrão, buscando atender diversos tipos de realidade. Baron e Silva(2009), questionam esse tipo de empreendimento, e defendem as modificações que podem ocorrer

Que se observa em um primeiro momento é que a quantidade de unidades habitacionais que vem sendo produzidas acaba por negligenciar a qualidade destes produtos, a história vem justamente corroborar com esta hipótese. Outra justificativa para a falta de qualidade dos produtos, através da repetição e monotonia dos

empreendimentos, é a ausência da participação de arquitetos urbanistas como autores dos produtos. Muitas vezes o que se observa são as próprias construtoras assumindo a autoria destes empreendimentos. Ao se verificar a existência de concurso de ideias na área ou a participação da comunidade na elaboração das propostas, consegue-se estabelecer um patamar de qualidade dos conjuntos habitacionais propostos. (BARON; SILVA, p. 9 2014)

Bonduki(2011), aponta que houve a padronização das Habitações de Interesse Social, Sachs (1999), faz o mesmo apontamento, em relação às necessidades que surgem, e a padronização dos conjuntos, esse tipo de iniciativa, embora apresentado no manual da CDHU(ESTADO DE SÃO PAULO, 2014), limita as utilizações, e acaba ignorando as características heterogêneas dos moradores.

No entanto, as habitações foram padronizadas. A padronização é uma problemática, por ignorar não só o individualismo, mas muitas vezes se limitar a não atender todas as necessidades da população local. Assim, surge a necessidade de mudanças nessas habitações.

Na (Figura 2), é possível visualizar o projeto das residências. Ele estabelece 2 dormitórios, cozinha e sala, um programa de necessidades básico, contudo, devido a necessidades, alguns moradores realizaram modificações no projeto original, muitas vezes através da autoconstrução.

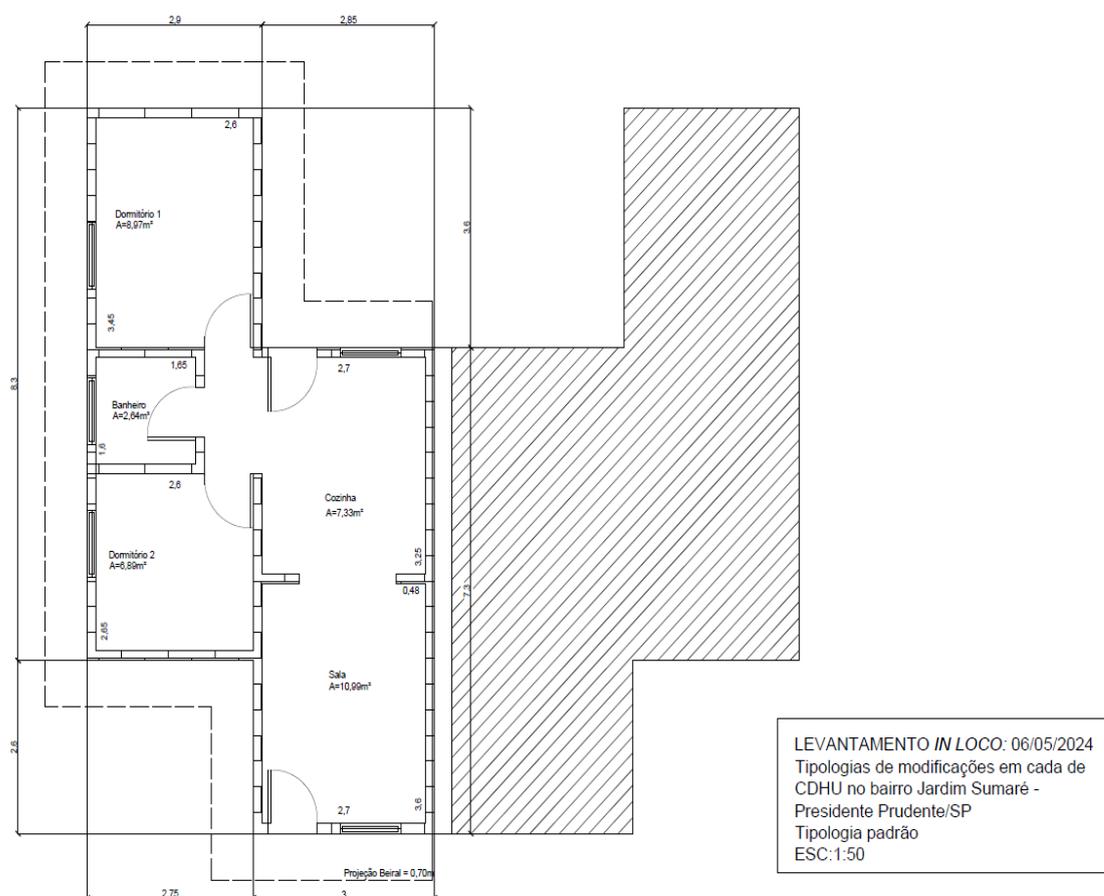
Figura 2 - Projeto CDHU



Fonte: Desenho original cedido pela CDHU (2023).

Segundo Silva (2019), as necessidades acima das tipologias específicas de habitação, e as modificações, é o que nos leva a identificar como lar, ou seja, a individualidade do projeto, é o que nos faz direcionar a uma habitabilidade. Dessa forma, as modificações que ocorreram no projeto, visavam não só promover o atendimento as necessidades daquela população, mas garantir a individualidade e identidade dos moradores. A proposta original, consiste em casas geminadas (Figura 3).

Figura 3 – Redesenho do projeto original.



Fonte: Autora(2024)/Sem escala

A análise do bairro Jardim Sumaré, levou entendimento que as casas embora finalizadas em 2008, foram entregues dos anos de 2008-2012. Em relação ao público alvo do local, constata-se famílias de mais de 2 indivíduos, muitas vezes tendo um casal e seus filhos ou filho. Embora a CDHU seja apresentado como uma iniciativa para a conquista da casa própria, foi percebido placas de aluguel durante a visita ao local, o que apresenta que algumas casas se tornaram alugadas.

Além das casas que são destinadas ao aluguel, grandes modificações foram percebidas em relação ao projeto original, sendo que algumas residências passaram a servir de ponto comercial, e até mesmo institucional. Assim pode ser apresentado na figura 4, a qual apresenta uma grande modificação ocorrida em relação ao projeto original.

Figura 4 - Sobrado



Fonte: Levantamento *in loco* (2024)

As modificações realizadas nas habitações populares, as quais apresentam um certo padrão, mesmo que algumas residências não tenham sido alteradas significativamente. Um elemento comum, é a presença de muros de divisa de lote, que servem principalmente para a proteção da propriedade. Em relação à tipologia das mudanças, observa-se que muitas delas são fruto da autoconstrução ou da contratação direta de mão de obra, como pedreiros.

Figura 5 – Tipos de modificações



Fonte: Autora (2024)

Na Figura 5, é possível identificar três tipos principais de modificações, todas elas com a inserção de um muro externo. Apesar de haver algumas exceções, como no caso da Figura 4, o tipo de modificação geralmente segue um padrão.

Em geral, as modificações mais significativas ocorreram na parte externa das residências. No entanto, algumas unidades sofreram expansões internas, com a construção de novos quartos e áreas de serviço, visando atender às necessidades dos moradores. Essa necessidade de expansão dos quartos, se deve principalmente ao fato de que a planta padrão das habitações apresenta apenas uma tipologia de projeto, o que limita o espaço disponível para famílias com mais membros.

As mudanças no projeto refletem que houve alterações semelhantes entre si, sendo muitas vezes a criação de garagem coberta, ou de extensão da área externa, além disso, o piso é entregue em terra sendo cimentado pelos próprios moradores, sendo exceções a não ocorrência desses fatores. O terreno se apresenta com dimensão de 10x18m (180m<sup>2</sup>), medidas que são propícias à futuras modificações, visto que a residência não ocupa todo o terreno implantado.

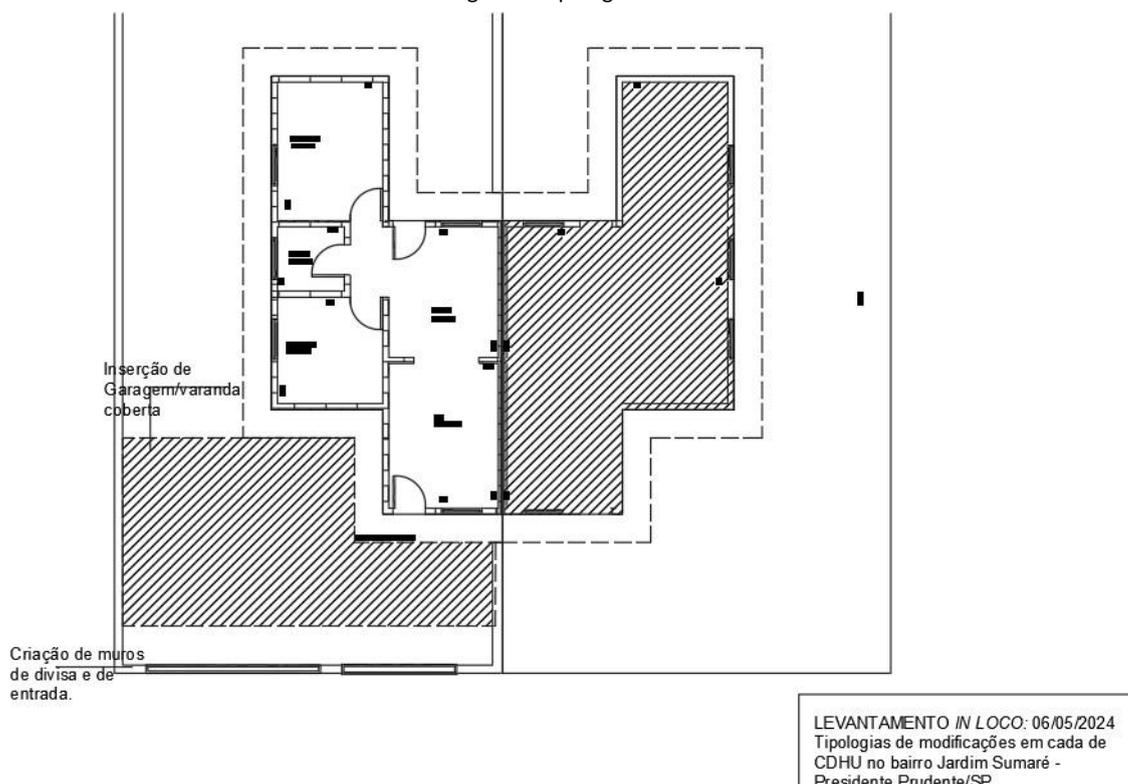
As padronizações propostas pelas Habitações de Interesse Social (HIS), muitas vezes

não conseguem suprir as necessidades, cria-se uma produção em massa, que pode ser prejudicial aos usuários, não conseguindo atender suas necessidades (BONDUKI, 2011), devido a essa problemática habitacional, casas inseridas em terrenos maiores, permitem melhor adaptabilidade.

Consideram-se então 3 principais tipologias de modificações, em relação as ocorridas no conjunto estudado, o primeiro faz menção as modificações de muro e área externa, sendo muitas vezes a criação de varanda ou garagem coberta, que surgem como prolongamento da estrutura já pré-existente, as modificações internas correspondem a segunda, e a terceira a criação de novas estruturas.

Na tipologia 1(Figura 6), as casas geralmente não tem grande diferenciação, contudo é feita uma mudança, em relação a área externa, essas modificações na área externa, são uma forma de diferenciar as residências, comum ocorrência em áreas padronizadas. A segunda tipologia não pode ser catalogada, uma vez que não seria possível o recolhimento de medidas internas, contudo segundo dados coletados em relação a residência, é apresentado modificações principalmente em relação a área úmida e mudanças de melhora para manutenção.

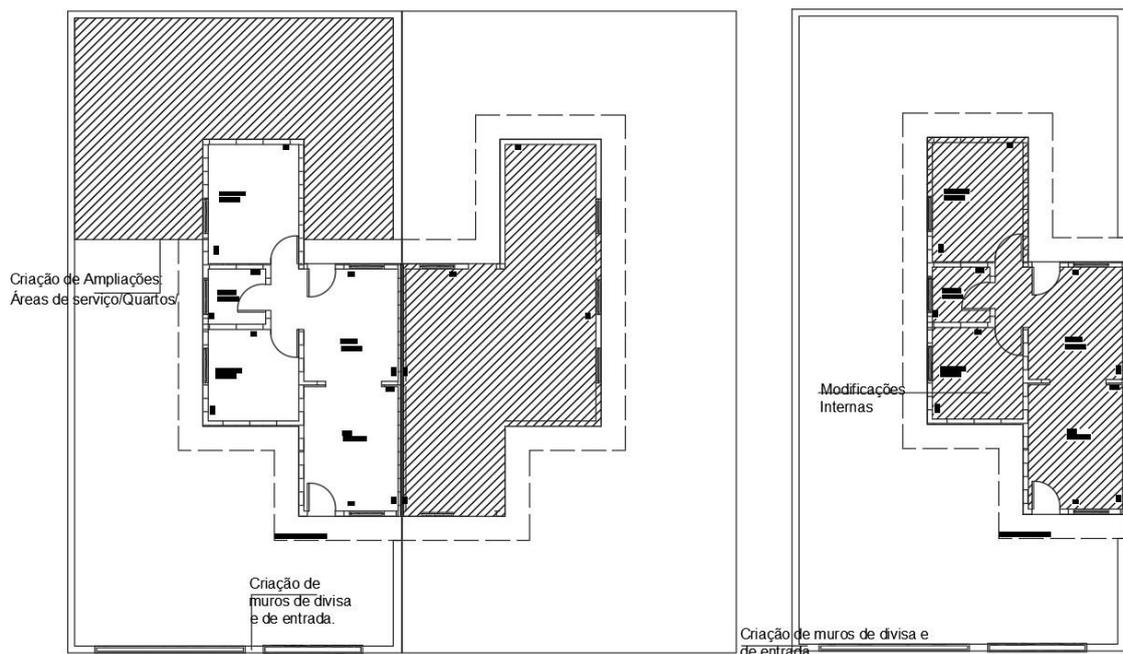
Figura 6- Tipologia 1



Fonte: Autora (2024)

Na terceira tipologia de alteração, ocorreu a extensão da estrutura, por meio de acoplados, o que caracteriza subdivisões, essa divisa é realizada para novos membros da família, área de serviço, ou depósito. Por fim, se considera que o projeto do Jardim Sumaré visou atender as necessidades básicas de uma unidade unifamiliar, sendo considerados parâmetros construtivos mínimos, em relação ao selo Caixa azul por exemplo, as residências apresentam acessibilidade e formas de eficiência energética tal como energia solar.

Figura 7- Tipologia 2 e 3



Fonte: Autora (2024)

Mesmo a apresentação do conjunto se dando junto a casas geminadas, o que acaba sendo uma limitante de projeto, a maioria dos moradores realizou alterações de acordo com suas necessidades, embora muitas vezes derivado da autoconstrução, as modificações parecem atender as necessidades dos residentes, em questões de parâmetros de conforto. Outras modificações não foram catalogadas, mas se percebe a ocorrência da criação de sobrados, e até mesmo de instituições comerciais no local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de conjuntos habitacionais do CDHU e as modificações realizadas pelos moradores em relação às plantas originais, demonstram que a demanda por moradia adequada nem sempre é suprida pelas unidades padrão. A análise desses conjuntos é fundamental para aprimorar as soluções habitacionais, sanar o déficit habitacional e promover o conforto dos usuários através de programas de necessidades simples.

O Jardim Sumaré, último modelo de casas térreas do CDHU em Presidente Prudente-SP, exemplifica esse processo adaptativo. Apesar de algumas limitações, como o modelo geminado, muitos moradores conseguiram adaptar as residências às suas necessidades. As três tipologias catalogadas e a diversidade de modificações evidenciam a flexibilidade da habitação social.

Situações diferenciadas exigem novas necessidades dos moradores, o que leva à modificações nas unidades habitacionais. Apesar dessa adaptabilidade, as habitações sociais visam atender públicos diversos. A padronização, embora necessária, pode sofrer alterações a longo prazo devido à heterogeneidade do público atendido. No caso da geminação, as modificações demonstram a necessidade de flexibilidade para consolidar a habitação social.

## 6 REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta (coord.); CORDEIRO, Berenice de Souza; FUSARO, Edgard; DIAS, Edney Cielici; BITTAR, Mariana. **Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional**. Brasília, DF: IPEA, 2007. 224 p. (Série Estudos e Pesquisas, v. 15).

ASARI, Alice Yatiyo; USAMI, Yoshie. Algumas considerações sobre um núcleo de habitação popular: Conjunto Habitacional Bartholomeu Bueno Miranda. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Geografia Urbana e Regional**. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2010. p. 1-10.

BARON, Cristina Maria Perissinotto; SILVA, Melina Lopes da. As Políticas Habitacionais e o Direito à Cidade: a produção dos conjuntos habitacionais em Presidente Prudente. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ), 2014. p. 1-14. <https://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/XFramesSumarioSC.htm>

BONDUKI, Nabil (1955). **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. – 6ª Ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2011, 344p.

CAMARGO, Beatriz Nunes. A história da habitação social no estado de São Paulo. **Revista Intertemas** v. 18, n. 18, 2022. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/9389>. Acesso em: [data de acesso].

CDHU. Programas e Realizações 2019/2022. **São Paulo: CDHU, 2022**.

CDHU: 50 Anos Promovendo a Habitação Social no Estado de São Paulo / Eduardo Trani, Maria de Lourdes Badejo Gussoni, organizadores. – 1ª edição – **São Paulo: KPMO Cultura e Arte, 2016**. 452 páginas

ESTADO DE SÃO PAULO. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). **Ações para regularização de imóveis no Estado de São Paulo**. São Paulo: CDHU, 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). **Estatuto Social**. Atualizado na AGEO 28/04/2023. [Campinas, SP]: CDHU, [2023]. 1 p.

HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão; ALBANO, Mayara Pissuti. Instrumentos de gestão urbana em Presidente Prudente-SP. **Artigos Inéditos, 2011**

LOUREIRO, Maurizete Pimentel. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. In: **II Seminário Nacional de História da Habitação**. São Paulo: Associação Brasileira dos Estudos de Habitação (ABEH), 2013. p. 1-14. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364149670\\_ARQUIVO\\_ARTIGODEZETEPARARN-24-03-2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364149670_ARQUIVO_ARTIGODEZETEPARARN-24-03-2013.pdf) Acesso em: 17/04/2024

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. de. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: Cortez, 1986. 320 p.

PEREIRA, Eliane Alves, 1981. **Diretrizes de gestão para obras habitacionais de interesse social**. 2008. 174 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Prefeitura de Presidente Prudente. (2009, dezembro 12). Previsão para entrega do Sumaré é de 60 dias. **Presidente Prudente, SP: Prefeitura de Presidente Prudente**. Disponível em: <https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/1638>. Acesso: 07/04/2024

Prefeitura de Presidente Prudente. (2009, março 14). Prefeito entrega hoje casas do Sumaré. **Presidente Prudente, SP: Prefeitura de Presidente Prudente**. Disponível em: <https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/2342> Acesso: 07/04/2024

Sachs, Céline. **São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular** / tradução de Cristina Murachco. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. Título original: São Paulo: *politiques publiques et habitat populaire*. Bibliografia.

SANTOS, Brígida Rocha dos; BARBOSA, Lauride Benício; BARBOSA, Debora Bravin. A moradia como direito e exercício de cidadania: uma análise das condições de moradia oferecidas pelo PAC às famílias da Vila Cafeteira em Imperatriz-MA. In: Jornadas de Direito da Universidade Federal do Maranhão. **Anais**. Imperatriz, MA: UFMA, 2011. p.1-15.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. SH/CDHU. **Diretrizes**

**para Ação Habitacional do CDHU: Desafio e Compromisso com a Moradia Digna**. São Paulo: CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, 2020. 44 p.

SILVA, Karmel Souza. **Habitar**. - Ribeirão Preto, 2019.

SILVA, Késia Anastácio Alves da; MOURA DE LACERDA TEIXEIRA, Vanessa; SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu. Novas expressões de centralidades urbanas e a diferenciação socioespacial: um olhar através das práticas espaciais. **Geografares**, [S. l.], v. 1, n. 33, p. 113–139, 2021. DOI: 10.47456/geo.v1i33.35452. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/35452>. Acesso em: 1 maio. 2024.

SOUZA, Karen Cristina Verduro de. **Habitação de Interesse Social em Lote e Edifício Ociosos: Remanescente da Antiga Sanbra de Presidente Prudente - SP**. 2020. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente, SP, 2020.

SOUZA, Marcelo J. L., **Mudar a cidade : uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VIEIRA, Mayara Pissutti Albano. **Qualidade ambiental na produção de habitação de interesse social em Presidente Prudente/SP: o caso dos conjuntos Ana Jacinta e João Domingos Neto** Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2020.

VILLAÇA, Flávio, 1929 **Espaço intra-urbano no Brasil** / Flávio Villaça.- São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. Lincoln Institute. 2001



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Análise do bairro Vila Neuma enquanto território negro de Iguatu-CE: o rio Jaguaribe como fator de segregação socioespacial**

*Analysis of the Vila Neuma neighborhood as a black territory in Iguatu-Ce: the Jaguaribe river as a factor of socio-spatial segregation*

**Jefferson Aleff Bezerra Batista**

Professor Mestrando, FASC, Brasil.  
jeffersonaleff2@gmail.com

**Henrique Cunha Júnior**

Professor Titular - PPGAU- UFBA -BA- Brasil.  
henriquecunhaafricanidade@gmail.com

## **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo principal a análise do bairro negro Vila Neuma da cidade de Iguatu-Ce, localizada no interior do Estado do Ceará. Para tanto, precisamos compreender o que são os bairros negros, considerando o período afro diaspórico brasileiro, bem como refletir sobre a constituição do núcleo urbano de Iguatu. Para a execução desse trabalho, no fundamentamos no método da afrodescendência e no referencial teórico-metodológico dos percursos urbanos, tendo como coleta de dados, o levantamento iconográfico. Exploramos o conceito de bairros negros como uma proposição de entendimento das especificidades que caracterizam as populações negras nos espaços urbanos, visto que existem lacunas nos estudos sobre as condições da população escravizada após a abolição, sobre as atividades que desempenhavam e como se deu a sua inserção no espaço urbano das cidades. Em nossas análises percebemos o rio Jaguaribe, inserido na paisagem urbana, como fato de segregação socioespacial pensada pela elite brancocêntrica, no intuito de manutenção das hierarquias sociais. Este trabalho parte da dissertação de mestrado em curso de finalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bairros e Territórios de População Negra. Bairro Vila Neuma - Iguatu. Vale do Rio Jaguaribe.

## **ABSTRACT**

*This study's main objective is to analyze the black neighborhood Vila Neuma in the city of Iguatu-Ce, located in the interior of the State of Ceará. To do so, we need to understand what black neighborhoods are, considering the Brazilian Afro-diasporic period, as well as reflect on the constitution of the urban nucleus of Iguatu. To carry out this work, we based it on the method of Afro-descendance and the theoretical-methodological framework of urban routes, using iconographic survey as data collection. We explore the concept of black neighborhoods as a proposition for understanding the specificities that characterize black populations in urban spaces, given that there are gaps in studies on the conditions of the enslaved population after abolition, on the activities they performed and how their insertion took place. in the urban space of cities. In our analyzes we perceive the Jaguaribe River, inserted in the urban landscape, as a fact of socio-spatial segregation thought by the white-centric elite, with the aim of maintaining social hierarchies. This work is part of the master's thesis in the final course.*

**KEYWORDS:** *Neighborhoods and Territories with Black Population. Vila Neuma neighborhood - Iguatu. Jaguaribe River Valley.*

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a formação social brasileira levando em conta as relações étnicas é um desafio necessário para os estudos em urbanismo, Geografia urbana e educação, visto que a nossa formação histórica é cativa da polarização entre população africana e afrodescendente, como escravizada e subalterna, e a população europeia, como grupo social dominante e escravizador. Pensar a formação capitalista brasileira apenas nos moldes das formações europeias, de um conflito trabalho-capital, resvala nas problemáticas da origem escravista moderna e na existência do racismo.

O período de pós-abolição, favoreceu a sistemática expulsão da população negra dos centros urbanos e do campo, propiciando o êxodo rural e os deslocamentos urbanos para as áreas da cidade menos valorizadas e de baixa infraestrutura urbana. Diante desse contexto é que a população negra passa a ocupar os arrabaldes das cidades, consolidando bairros negros, caracterizados pela existência de um patrimônio cultural de matriz africana, mas também por realidades sociais excludentes (Cunha Júnior, 2020).

As áreas de moradia eram determinadas pelas profissões exercidas e pela atividade econômica realizada. Os pequenos agricultores, pescadores, criadores, oleiros moravam nos arrabaldes devido à natureza da sua atividade incompatíveis com a do centro urbano. Alfaiates, costureiras, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, marceneiros empregados domésticos, cozinheiras, comerciantes distribuíam-se pelos centros urbanos (Cunha Júnior, 2017).

No vale do Jaguaribe, no estado do Ceará, como forma de exclusão dos direitos urbanos, o racismo anti-negro na forma urbana impôs a formação da comunidade do outro lado do rio Jaguaribe. Percebe-se que o estudo dos processos de formação territorial e de suas consequências nas cidades grandes deram suporte para a compreensão das dinâmicas de expansão nas cidades médias como Iguatu-Ce. Na literatura sobre formações urbanas na beira de grandes rios, existe condição semelhante na cidade de Itaperuna-RJ (Souza; Cunha Júnior; Silva; Silva, 2023), onde se formou também um bairro negro no período do pós-abolição do outro lado do rio.

Esse artigo apresenta dados geográficos e históricos sobre a formação do núcleo urbano de Iguatu e a segregação socioespacial atrelada ao racismo enquanto projeto de elite brancocêntrica<sup>1</sup>, atuando para marginalizar a população negra, especialmente do território negro Vila Neuma. Nesse contexto, o rio Jaguaribe aparece como elemento urbanístico, bem como fator social, instrumento de separação entre brancos e negros, ricos e pobres, configurando a paisagem urbana.

O bairro negro em questão compõe um território de maioria afrodescendente da cidade de Iguatu, a Vila Neuma. Do ponto de vista histórico e social, a Vila Neuma é um bairro periférico de maioria afrodescendente e está localizado na parte oeste da cidade de Iguatu, em zona de expansão urbana (Oliveira, 2018). Definir a Vila Neuma como bairro negro significa especificar um bairro dentro de uma diversidade que forma a cidade de Iguatu. Para Cunha Junior (2007),

---

<sup>1</sup> O brancocentrismo subtrai da população a ideia de seres humanos com relação aos escravizados e os transformam em seres moventes, portanto não pensantes e nem produtores de conhecimento. Trata-se de uma ideologia que explica o Brasil, valorizando as populações brancas, sem questionar a realidade e sem qualificar devidamente e criteriosamente a referida população branca (Cunha Júnior, 2023, p. 283).

nos territórios de maioria afrodescendente encontramos múltiplos grupos com diversidade histórica distinta, porém, encontramos também, em sua maioria, os afrodescendentes, responsáveis por dinamizar culturalmente e socialmente o território.

## **2 OBJETIVOS**

O presente artigo tem como principal objetivo analisar o bairro Vila Neuma enquanto território negro em Iguatu-Ce, tendo o rio Jaguaribe como fator de segregação socioespacial. Para alcançarmos tal objetivo, faz necessária uma fundamentação teórica em conceitos que venham a romper com o eurocentrismo epistemológico, driblando a pobreza interpretativa do pensamento universitário sobre os bairros negros, ao partirem de generalizações e conceituações que pouco ou nada traduzem a realidade afrodescendente em um bairro negro, bem como refletir sobre a constituição do núcleo urbano de Iguatu, evidenciando o rio jaguaribe na configuração da paisagem urbana.

## **3 METODOLOGIA / MÉTODO DE ANÁLISE**

Essa pesquisa fundamenta-se na metodologia afrodescendente de pesquisa, desenvolvida por Cunha Junior (2001) que versa sobre a importância de valorizar a participação social de africanos e afrodescendentes na formação sociológica brasileira, bem como os conhecimentos sistêmicos dessa população que marcaram o Brasil. Além de permitir desvelar a contribuição cultural e filosófica de base africana que ressignificou o espaço geográfico na diáspora.

Nesta metodologia, consideramos que todos os seres e todos os ambientes contém conhecimento (Cunha Junior, 2001, p. 78). Não obstante, existe um detalhe que é o de reconhecimento e conhecimento de um pensamento de base africana (Cunha Junior, 2001, p. 75).

Como instrumento de sistematização da pesquisa afrodescendente utilizamos o referencial teórico-metodológico dos percursos urbanos, que segundo Silva e Cunha Junior (2019) nos permite andar pelas ruas das cidades observando na materialidade dos lugares as africanidades e a essência social afrodescendente como marca ancestral. Os conhecimentos de base africana estão presentes nos diversos objetos materiais e imateriais, como, nos desenhos da arquitetura antiga e nas sociabilidades dos bairros negros.

Entendemos os percursos urbanos como metodologia de pesquisa que permite o pesquisador a experiência de caminhar e olhar na qual o pesquisador procura não apenas descrever, mas interpretar a realidade e com isso, alcançar a consciência espacial das experiências sociais materializadas (Silva; Cunha Junior, 2019, p. 213).

A coleta de dados ocorreu através de levantamento iconográfico que viabilizou observar através de fotos antigas as transformações urbanas ao longo do tempo na cidade de Iguatu e como as populações negras se reorganizaram no espaço geográfico, dando novos significados sociais e culturais ao território negro.

#### 4 RESULTADOS

Durante o período do escravismo criminoso, as sociedades africanas foram fundamentais para a formação da sociedade brasileira. Conforme afirma Querino (1918), foram os africanos e seus descendentes os responsáveis pela colonização do Brasil através da transferência de seus conhecimentos, influenciando a área da arquitetura, agricultura, mineração, comércio, dentre outras, favorecendo o crescimento econômico dos lugares. O mesmo autor sinaliza ainda que a riqueza acumulada pelas elites é fruto do trabalho especializado da população negra, a qual não foi permitida a ascensão social.

Segundo Bonfim (2019) do ponto de vista da inserção urbana, essa abordagem tem sido bastante negligenciada, muito em parte pela falsa resolução dos problemas causados pelo escravismo criminoso a partir da ideia de mestiçagem, que muito mais promove o apagamento do corpo negro e suas questões do que o incluem num processo cultural brasileiro, em grande parte por levar-se em conta apenas as questões de classe econômica, instituídas na relação trabalho-capital.

Mesmo após o fim do escravismo criminoso, a população negra continua a sofrer a exclusão social, cultural, educacional, política e econômica. Para grande parte das populações negras, tendo sofrido sistemáticos processos de marginalização social e cultural (que se mantém para além da lógica colonialista, através do racismo estruturante do modo de produção capitalista), a inserção no espaço urbano se dá historicamente na disputa pelo direito a existir, a construir cidade.

Segundo Cunha Junior (2001) a existência do racismo antinegro enquanto instrumento de manutenção das hierarquias sociais, pelas quais a população negra é posta como inferior culturalmente e culpabilizada por suas problemáticas sociais. Por sua vez, Almeida (2019) aponta que o racismo no Brasil é estrutural. Trata-se de uma doença social, criada para manutenção do eurocentrismo como única forma de pensar a sociedade brasileira.

De acordo com Silva (2006) ao se pensar na produção da desigualdade social no Brasil observa-se que a forma da produção da cidade além de relacionar-se com a formação das ideias acadêmicas, também se correlata com a distribuição de valores sociais. Em contraponto a isso, temos as epistemologias negras que nos permitem analisar de forma crítica a realidade historicamente produzida, evidenciando a população negra enquanto protagonista de sua própria história.

Cunha Júnior (2017) enfatiza que o protagonismo social e as mazelas sociais são demarcadores dos bairros negros, estes, se consolidam durante o pós-abolição, com a ocupação dos arrabaldes das cidades por populações afrodescendentes expulsas dos centros urbanos e também do campo. O tratamento dispensado a determinada área depende do grupo social que ali habita, podemos então inferir que a desigualdade social produzida sobre a população tem um componente especial urbano sintetizado no bairro negro.

Conforme Silva (2019) para a produção do pensamento e prática urbanística brasileira, a população negra e os bairros negros são um problema fora do lugar, considerando um problema inexistente, ou de formulação indevida e sem importância. A realidade indica a existência de população negra vivendo em bairros ignorados pela produção urbanista brasileira, e que não tratados com uma produção conceitual e prática que leva em consideração a história e a vida da população que vive nesses bairros.

Diante desse contexto é que se formam os territórios negros da cidade de Iguatu, localizada na região centro sul do Estado do Ceará, na região oeste da cidade. Privilegiada por sua situação geográfica entre sete lagoas e possuidora de terras apropriadas para o plantio de cereais em geral, Iguatu de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), possui uma área de 992,208km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 98.064 pessoas, com cerca de 60% concentrados na área urbana, Iguatu é hoje o grande centro comercial da região centro sul do Ceará.

Conforme nos diz Farias (2011) povoada desde 1600 pelos povos Quixelôs e Jucás, tendo o nome de Telha, Iguatu recebeu antes as seguintes denominações: Sítio da Telha, Fazenda da Telha, Aldeamento da Telha, Missão da Telha, Freguesia da Telha, Santana da Telha, Povoado da Telha e Vila da Telha.

Iguatu ganha a configuração de Vila, passando a se chamar Vila da Telha, em 25 de janeiro de 1853, simultaneamente com a instalação do Município da Telha e da sua Câmara Municipal. Desmembrada do município de Icó, em 1853, Iguatu passou a categoria de cidade em 21 de agosto de 1874. Primeiramente batizada de Icatu e posteriormente de Iguatu, em 1883, mas foi como Missão da Telha e com o aldeamento dos povos Quixelôs, em 1719 (Nogueira, 1985). E assim como quase toda cidade do interior do Ceará, teve na construção de uma capela o encetamento de sua formação.

Para se entender melhor os primórdios da construção da capela Senhora Santana da telha, não poderíamos deixar de citar a importância desse aldeamento pelos povos Quixelôs, Tapuias, silvícolas que habitavam essa região e que faziam telhas e painéis de barro no lado leste da Lagoa da Telha, por isso Missão da Telha.

Segundo Farias (2011) foram esses povos que escavaram, fizeram todos os alicerces e ergueram o primeiro templo, dedicado a Senhora Santana, utilizando a taipa, assim como outras habitações do aldeamento. A existência de construções em taipa, já nessa data, é um caminho para pensarmos a presença negra local, haja vista que tal técnica construtiva, de acordo com os estudos de Cunha Júnior (2010) é de origem africana, trazida para o Brasil através do escravismo criminoso<sup>11</sup>.

De acordo com Silva e Silva (2021) as transformações urbanas ocorridas no século XIX foram pouco significativas, em razão do condicionamento do meio urbano ao meio rural, neste havia uma maior complexidade das relações sociais, ficando a cidade com os aspectos administrativos, políticos, religiosos e comerciais.

Embasados na concepção de que africanos e afrodescendentes foram fundamentais para a formação sociocultural e para o crescimento econômico das cidades cearenses (Nunes; Cunha Júnior, 2011), nos importa compreender as africanidades presentes no território iguatense, especificamente aquelas que materializam território local.

Segundo Oliveira (2018) o sistema de rede de cidades do Ceará, buscou aproveitar o potencial de ligação existente pela linha ferroviária entre a cidade de Iguatu e o Cariri, proporcionando ligação entre o Cariri e Fortaleza. Foi dessa forma que a cidade de Iguatu passou

---

<sup>11</sup> O termo escravismo criminoso é utilizado como conceito semântico de importância para as populações negras na produção da história do Brasil. Utilizamos a concepção de escravismo criminoso como forma de combatermos as simplificações da explicação do processo escravista na sociedade brasileira e a naturalização pela história oficial desse fenômeno histórico. (Cunha Junior, 2023, p.73).

a ganhar maior importância no cenário do planejamento urbano, configurando-se como uma cidade-polo.

As diretrizes urbanísticas básicas previam um Plano de Desenvolvimento Regional para as cidades polo que tinha por objetivo principal a realização de algumas iniciativas que trariam uma maior importância no contexto econômico e das políticas públicas locais. Ao analisarmos o Plano Diretor Participativo de Iguatu (PDP, 2012), percebemos a indicação dos bairros Areias II, Bairro Alto do Jucá, Prado e Vila Neuma como os de maior vulnerabilidade (Figura 1). Na maioria dos casos, com exceção do bairro Areias II, a motivação parece basear-se no contato ao recurso hídrico, que tem sido realizado de forma inapropriada.

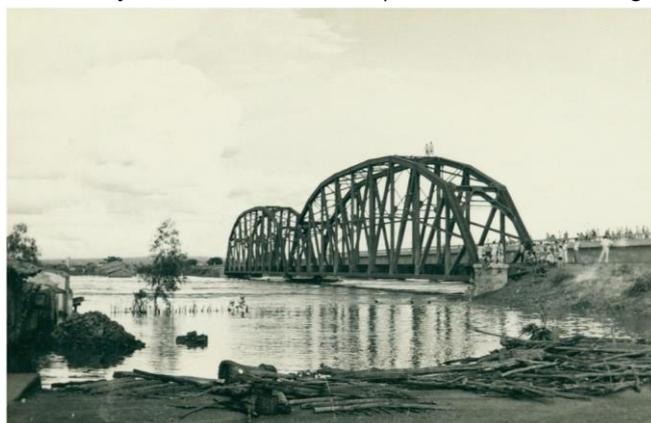
Figura 1 – Destaque dos bairros próximos ao rio Jaguaribe



Fonte: RW Arquitetura Blogspot, editado pelos autores, 2024.

Nesse contexto, o rio Jaguaribe é um elemento natural, com significado social, constituindo a paisagem urbana de Iguatu e utilizado como instrumento de segregação socioespacial. A motivação da escolha do bairro Vila Neuma se deu pelo fato da formação do mesmo ser um dos mais antigos territórios da cidade (Figura 2), o que contribui para o entendimento de para onde foi, a população negra que fora “dispensada” do centro urbano, bem como auxilia na compreensão de como ocorreu o processo de segregação espacial urbana do município de Iguatu.

Figura 2 – Presença da Vila Neuma desde os primórdios da cidade de Iguatu-Ce



Fonte: Jornal A Praça, 2021.

Outro ponto importante a ser observado é o perímetro urbano da cidade de Iguatu e como a consolidação de sua malha urbana ainda se dá a partir da sua centralidade. Percebe-se que a maior parcela da cidade se concentra na parte leste do rio Jaguaribe, enquanto a parte oeste, a saber o bairro Vila Neuma, tem dificuldades de acesso às dinâmicas urbanas.

#### **4.1 Depois da ponte: os percursos urbanos como análise do território negro Vila Neuma**

A ocupação da cidade de Iguatu se deu na margem esquerda do rio Jaguaribe, enquanto o bairro Vila Neuma se estabeleceu na margem direita, tendo um acesso dificultado em detrimento de alguns fatores como o recurso hídrico e a linha férrea, fatores estes que corroboraram para o isolamento do bairro do resto da cidade formal.

Percebe-se que desde o início da formação territorial de Iguatu houve uma segregação espacial urbana devido às diferenças étnicas, econômicas e sociais, realidade enfrentada pela população negra local que apesar de continuarem a contribuir para o grande crescimento do município, não eram valorizados e nem entendidos como parte integrante da formação da localidade.

As diferenças entre as classes sociais em cidades de pequeno porte são visíveis a partir da observação do território geográfico, podendo ser percebida por fatores construtivos como a cobertura da infraestrutura de cada bairro, os materiais utilizados nas edificações, bem como o tamanho dos lotes.

De um modo geral, a formação urbana de Iguatu foi constituída a partir da divisão entre as classes sociais com a elite residindo em bairros entendidos como nobres, nos quais observava-se boa infraestrutura enquanto a população menos favorecida, devido à forma como foi construído o país, ou seja, explorando mão de obra africana e afrodescendente e sem nenhuma reparação após a dita “abolição”, fixaram residência em bairros negros, segregados socialmente (Cunha Júnior, 2017).

Conforme Souza (2022) tal segregação foi pensada pela elite como instrumento de manutenção das hierarquias sociais, visto que à população negra e pobre foi imposto residirem em local menos valorizado, na época, e sem infraestrutura urbana adequada para atender às mínimas necessidades da população.

O bairro Vila Neuma é visivelmente desintegrado do resto da cidade e o rio Jaguaribe, enquanto elemento da paisagem urbana, apresenta-se como um fator segregacionista. Essa segregação, como supracitado, se deu pela ausência de conexão entre a cidade e o rio Jaguaribe. Sendo apenas contornado e não integrado como parte importante do meio urbano, as áreas de suas margens não se tornaram partes pertencentes à memória da cidade, tornando-se vulneráveis a ocupações (Oliveira, 2018, p. 48).

Entretanto, dentro da tríade fator histórico, linguístico e psicológico apontada por Munanga (2009) que formaria a identidade perfeita, se encontrada a presença simultânea em um grupo ou indivíduo, o fator histórico, segundo ele, é o mais importante, pois constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade.

Nesse sentido, concordamos com Cunha Junior (2017) para quem o estudo dos bairros e territórios negros é importante para o processo pedagógico emancipador, pois propiciará um olhar sensível e crítico as realizações da população negra ao longo da história empreendida no espaço. Essa problemática da vida em bairros, estabelece vínculos, modos de vida coletiva e

dinamizam as relações sociais cotidianas. Nesse caminho, constroem-se identidades, modos de vida, alegrias, tristezas, criações para solucionar problemas diários, muitos deles decorrentes do racismo antinegro presente na vida urbana dos afrodescendentes que vivem nesses bairros.

Assim como ocorreu em todo território brasileira, em Iguatu, a população pobre era constituída em sua maioria por camponeses negros que vinham da zona rural em busca de trabalho nos centros urbanos e assumiam inúmeras atividades econômicas. Apesar de realizarem atividades indispensáveis, tal população foi obrigada a construir suas casas nas margens do rio, em oposição à área destinada às pessoas brancas, ou seja, a elite. (Figura 3)

Figura 3 – Construções da Vila Neuma nas margens do rio Jaguaribe



Fonte: Registro feito pelos autores, 2024.

No imaginário coletivo da cidade, o bairro Vila Neuma é visto como um lugar perigoso de se viver e até mesmo de se transitar, sendo atribuído aos moradores desta localidade um status de bandido e/ou traficante. Tal fator se dá pela existência de um racismo antinegro, no qual a segregação serve como instrumento de manutenção das hierarquias sociais, visto que à população negra e pobre foi imposto residirem em local menos valorizado, e sem infraestrutura urbana adequada para atender às mínimas necessidades da população.

A Vila Neuma é ladeada, também por um outro bairro chamado Vila Moura, que compartilha das mesmas características históricas e territoriais. Alguns desses equipamentos urbanos servem de suporte para esses bairros, a citar: em educação, a Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, a Escola de Ensino Fundamental Professora Alba Araújo e o Centro de Educação Infantil Maria Eunice Rocha Lima; em saúde, a Estratégia de Saúde da Família, o denominado PSF; em assistência social, o Centro de Referência de Assistência Social Aguiar Mendonça; e em lazer, a Praça do Mutirão.

A partir dos percursos urbanos foi possível compreender, ainda que não totalmente, uma visão preliminar desse bairro que é majoritariamente residencial e horizontal, com alto potencial paisagístico e com poucos espaços de lazer consolidados. Outro ponto relevante é a tipologia das casas que se apresenta relativamente diversificada em termos de materiais e técnicas construtivas. (Figura 4)

Figura 4 – Tipologias construtivas existentes no bairro Vila Neuma



Fonte: Registro feito pelos autores, 2024.

Percebe-se que esta foi uma ocupação urbana estratégica que repete a organização do espaço urbano que é definido ou redefinido pela classe dominante. Nesse processo de racismo urbano, o rio Jaguaribe continua sendo demarcador social, parte relevante da paisagem urbana historicamente produzida, reforçando sempre as diferenças existentes entre o antes e o depois da ponte.

## 5 CONCLUSÃO

Ainda existe uma lacuna nos estudos acerca dos bairros e territórios negros nas cidades brasileiras e em particular no Estado do Ceará onde temos fortíssima resistência em incluir as populações negras nas pautas da educação, do urbanismo e das políticas públicas em geral. Tal lacuna se dá talvez pelo não reconhecimento dos valores dados aos bairros negros provocam um campo de disputa protagonizado pela elite dominante. Muito também pelas disputas fundiárias brasileiras, onde o reconhecimento de populações negras leva a existência de direitos rurais e urbanos e um deles é da propriedade da terra.

Essa discussão parte de um estudo que estamos realizando sobre a inserção territorial da população negra no território igatuense, mais precisamente no bairro Vila Neuma, que se traduz em uma especificidade territorial nem sempre percebida e muito menos sistematizada na historiografia da região.

O rio jaguaribe, inserido na paisagem urbana, foi importante para a ocupação do território por populações além das indígenas, especialmente do ponto de vista de produção do espaço geográfico econômico. No período inicial do pós-abolição tornou-se instrumento de separação entre brancos e negros, estes, sendo segregados naquele período, do outro lado do rio, no bairro negro denominado, Vila Neuma. Sendo um caso de racismo ambiental, urbano e institucional. São casos que necessitam da abordagem mais precisa nos estudos urbanos brasileiros e consideramos esse artigo é uma contribuição original.

Concluimos este estudo entendendo a população negra como parte da produção da cidade, considerando os processos excludentes a ela inerentes é fundamental para um entendimento crítico da história sociológica da região.

## REFERÊNCIAS

- BOMFIM, Cibele Moreira Nobre. Direito à Cidade e Negritude. In: **XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – Enecult**, 2019, Salvador. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112116.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2024.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em debate**, Fortaleza,, v.2, n. 42, p. 1-11, 2001.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros Negros e Cidades Negras: conceitos necessários para a inclusão das populações negras nas histórias das cidades brasileiras. **Revista Campo da História**, v.8, n.1, 2023.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Espaço público, urbanismo e bairros negros/Henrique Cunha Júnior. -1. ed. – Curitiba: **Appris**, 2020.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Espaço Urbano e Afrodescendência**. In: CUNHA JUNIOR, Henrique e RAMOS Maria Estela Rocha. (Orgs) Espaço Urbano e afrodescendência. Estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC Edições, 2007.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Tecnologia africana na formação brasileira. Rio de Janeiro: **CEAP**, 2010.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros: epistemologia dos currículos e prática pedagógica. In: **Congresso Luso Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, Educação, Formação e Crioulidade**, 3., 2017, Cidade de Praia, Cabo Verde. Anais [...]. Cidade de Praia, 2017.
- FARIAS, Gardevânia. **O Conciso Inventário do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Iguatu**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.
- IBGE. IBGE Cidades Panorama. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/iguatu/panorama>>. Acesso em: 19 abril. 2024.
- IGUATU, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Iguatu**. Prefeitura Municipal de Iguatu, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. São Paulo: Autêntica, 3ª ed., 2009, 96 p.
- NOGUEIRA, Alcântara. **Iguatu: memória sócio-histórica-econômica**. Fortaleza: Editora Imprensa Oficial, 1985.
- OLIVEIRA, Mariana Araújo de. **O Despertar da Vila: Urbanismo Colaborativo no Bairro Vila Neuma em Iguatu-CE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Fortaleza. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2018.
- QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização Brasileira**. Acesso em: 12 abr. 2024.
- SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana racial na cidade de São Paulo**. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006.
- SILVA, Meryelle Macedo da. CUNHA JÚNIOR, Henrique. Percursos urbanos como forma de pesquisar o patrimônio afrocratense. **GeoTextos**, v. 15, n. 2, dezembro, 2019. p. 199-215.
- SILVA, Meryelle Macedo da. **Patrimônio Arquitetônico Afrocratense: implicações educativas**. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional do Cariri-URCA. Crato, 2019.
- SILVA, Meryelle Macedo da; SILVA, Rafael Ferreira da. Feira livre e tradicional do Crato-Ce: espaço educativo das africanidades no ensino de geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 106, p. 138-152, 2021.
- SOUZA, Márcia Aparecida de. Percursos urbanos em Natividade - RJ: perspectiva para o reconhecimento do patrimônio cultural negro. In: REIS, Thiago S.; FERREIRA, Maria (orgs.). **Actas Completas da 4ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Educação, Cultura e Cidadania**. Porto: Editora Cravo, 2022, pp.749-758
- SOUZA, Márcia Aparecida.; CUNHA JUNIOR, Henrique ; SILVA, Meryelle Macedo ; SILVA, Rafael Ferreira . Análise da formação sócio-histórica do bairro Niterói da cidade de Itaperuna-RJ: o rio Muriaé como demarcador de segregação socioespacial. **Revista Científica Anap Brasil**, v. 16, p. 112-122, 2023.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **As pequenas cidades: enfrentamentos para um território coeso**

*Small cities: obstacles for a cohesive territory*

**André Aparecido da Silva Araujo**

Aluno do Mestrado Profissional em Geografia, FCT-UNESP, Brasil  
andre.a.araujo@unesp.br

## **RESUMO**

O presente trabalho busca analisar a paisagem das pequenas cidades brasileiras, evidenciando que - apesar de diminutas - possuem problemas e muitos desafios em relação ao seu ordenamento territorial. Desta forma, nosso objetivo é levantar um debate teórico acerca de dois pontos específicos: a necessidade de reconhecer as cidades pequenas a partir de suas peculiaridades e um levantamento dos principais obstáculos para a estruturação de um território menos desigual, tendo como objeto empírico a pacata cidade de Alfredo Marcondes-SP.

É importante ressaltar o propósito descritivo e a abordagem qualitativa dessa pesquisa, endossada pelos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica dos temas pertinentes e um estudo de caso na cidade de Alfredo Marcondes-SP. Assim, pretende-se colocar em pauta a discussão sobre as cidades que pululam em todo território nacional: as cidades pequenas. Dessa forma, o principal resultado dessa pesquisa consiste em ampliar o debate sobre essas cidades, elucidando que o crescimento urbano precisa ser endossado por medidas urgentes que valorizem a paisagem mais democrática que uma cidade possui: seus espaços públicos livres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidades pequenas. Espaços livres. Alfredo Marcondes-SP.

## **ABSTRACT**

*The present work focuses on understanding the landscape of small Brazilian cities, showing that - despite being small - they have problems and many challenges in relation to their territorial planning. Thus, our objective is to raise a theoretical debate on two specific points: the need to recognize small towns based on their peculiarities and a survey of the main obstacles to the structuring of a less unequal territory, having as empirical object the quiet city by Alfredo Marcondes-SP.*

*It is important to emphasize the descriptive purpose and the qualitative approach of this research, endorsed by the following methodological procedures: bibliographical review of the pertinent themes and a case study in the city of Alfredo Marcondes-SP. Thus, it is intended to bring to the agenda the discussion about cities that are present throughout the national territory: small towns. Thus, the main result of this research is to broaden the debate on these cities, elucidating that their urban growth needs without the endorsement of urgent measures that enhance the most democratic landscape that a city has: its public spaces.*

**KEYWORDS:** *Small cities. Landscape architecture. Alfredo Marcondes-SP.*

## 1.0 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O desenvolvimento urbano do Brasil é um processo que desenhou na paisagem cidades marcadas por severos problemas sociais, ambientais e econômicos. Segundo Villaça (2003):

A cidade brasileira é hoje o país. O Brasil está estampado nas suas cidades. Sendo o país, elas são a síntese das potencialidades, dos avanços e também dos problemas do país. Vamos falar dos problemas. Nossas cidades são hoje o locus da injustiça social e da exclusão brasileiras. Nelas estão a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento à saúde, as más condições de habitação e transporte e o meio ambiente degradado. Essa é a nova face da urbanização brasileira (VILLAÇA, 2003, p.29).

A descrição do autor expõe uma realidade permeada de enfrentamentos que são perceptíveis de norte a sul do país. É urgente ressaltar que essa problemática não se consolida como exclusividade das metrópoles e cidades grandes, cabe perceber que a outra faceta da urbanização brasileira, expressa pela enorme quantidade de cidades pequenas, também passa por esses dilemas. Como exemplo pode-se citar inúmeros problemas: o fato desses núcleos crescerem “deixando vazios”, mesmo possuindo banco de terras, seguindo a lógica da especulação imobiliária e segregando os que menos têm; a dificuldade de gestão do território municipal (tanto área urbana como área rural); a ausência ou escassez de articulação política e de legislação específica para o ordenamento do crescimento urbano (70 % dos municípios brasileiros não são obrigados a elaborar o plano diretor); e as problemáticas relacionadas aos espaços públicos, em especial a precariedade das calçadas e a falta de qualidade projetual das praças e parques.

Diante dessa complexa realidade, o trabalho pretende discutir a importância das cidades pequenas no contexto da urbanização brasileira, bem como apontar alguns dos desafios que essas cidades tão diversas enfrentam. Por meio do exemplo da cidade de Alfredo Marcondes, objetiva-se elucidar o conteúdo abordado no decorrer do texto. À guisa de conclusão, aponta-se a necessidade de olhar para essas cidades, bem como propor meios de produção do espaço urbano que priorizem a articulação territorial por meio dos atributos que a paisagem exprime, destacando a necessidade de renovação dos espaços públicos livres.

## 2.0 METODOLOGIA

Urge salientar o propósito descritivo desse artigo que se propõe em fazer uma leitura cuidadosa a respeito da paisagem dos pequenos municípios brasileiros e dos problemas evidenciados em seu território. Para tanto, destaca-se a abordagem qualitativa desta pesquisa, endossada pelos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica a respeito dos temas: cidades pequenas, os obstáculos que permeiam sua realidade e o reconhecimento da urgência de medidas que enfoquem a gestão do território desses municípios; por fim um estudo de caso na cidade de Alfredo Marcondes-SP, evidenciando problemas e obstáculos no tocante aos espaços públicos livres.

### 3.0 DISCUSSÃO

#### 3.1 Cidades pequenas (diversas)

Os estudos relacionados à cidade contemporânea, na grande maioria das vezes, partem de enfoques a partir das grandes cidades. Como afirma Sposito, “os problemas se evidenciam nas metrópoles e geram muito mais pesquisas sobre elas” (SPOSITO, 2009, p. 40). A riqueza de estudos relacionados com as dinâmicas das metrópoles sempre esteve em destaque nas discussões de arquitetos e geógrafos. Apesar do avanço em compreender a necessidade de metodologias próprias para a discussão de pequenas cidades, a produção de pesquisas e investigações relacionadas ao tema ainda se encontra difusa. Diante disso, sobressai um aspecto crucial para entender as pequenas e médias cidades: sua diversidade quando comparadas entre si. Beatriz Soares e Nágela Melo (2009) exaltam:

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial (SOARES e MELO, 2009, p. 36).

Toda heterogeneidade imposta no estudo de pequenas cidades nos coloca diante de um problema de classificação. Visto que cada cidade possui diferentes modos de produção do espaço urbano, agentes produtores diversos, contradições socioespaciais únicas e formas muito peculiares de se impor na rede de cidades do país. Diante disso é válido adjetivá-las considerando apenas o aspecto densidade populacional? As figuras a seguir (Figuras 1, 2 e 3), evidenciam exemplos de pequenas cidades no território brasileiro, suficientes para elucidar a diversidade citada pelas autoras.

Figura 1 - Município de Rosana-SP: com população estimada de 15.928 habitantes, a cidade conta com duas usinas hidrelétricas. As usinas contribuíram para a implantação de universidades e estimulou o turismo na região



Fonte: Prefeitura Municipal de Rosana, sem data.

Figura - 2 Município de Toritama-PE: com população estimada de 47.088 habitantes e incrustada no agreste pernambucano, Toritama é conhecida como a capital do jeans. O trabalho informal representa 94,86% do total. Nas calçadas e becos, crianças, jovens, homens e mulheres se revezam no trato dos tecidos. A imagem ilustra a Feira do Jeans, atraindo pessoas de todo Brasil



Fonte: Portal G1 Notícias, 2019.

Figura - 3 Município de Alfredo Marcondes-SP. Com população estimada de 4.184 habitantes, a cidade se tornou potencial atrativo de emprego para jovens das demais cidades vizinhas, devido às fábricas de módulos amplificadores para som automotivo e produção de móveis religiosos. Destaca-se no campo a produção mecanizada de batata doce e de gado bovino



Fonte: Google Earth, 2021.

O método de classificação das cidades por meio do número de habitantes nos conduz a uma escala de grandeza que não leva em conta os demais aspectos. Sposito (2009, p. 13-14) ressalta que se deve “empreender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de pequenas e médias, cidades pequenas e cidades médias”, visto que não “são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas”. Complementa a autora: “a realidade das cidades pequenas e médias é extremamente plural para que se continuem adotando, no plano teórico-conceitual, esses dois adjetivos”.

A questão torna-se mais interessante quando se considera a complexa realidade do território brasileiro.

[...] Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo (SOUZA, 2003, p. 30-31).

Milton Santos (1982) contribui nesse sentido ao alertar sobre uma possível classificação generalista: “Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e

também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa” (SANTOS, 1982, p. 69-70). A questão torna-se mais complexa quando consideramos o processo de modernização do campo que essas cidades sofreram: o agronegócio se impõe como ator transformador de realidades locais e isso se reflete na conjuntura das cidades.

[...] à proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente (SANTOS, 1993, p. 50).

O autor complementa afirmando que, apesar de possuírem certa autonomia, “[...] as cidades locais desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, às quais permitem um consumo mais próximo daquele resto da população do país, provocando, como feedback, a expansão da economia urbana” (SANTOS, 2008 [1978], p. 92).

Aproximadamente vinte anos após as publicações de Milton Santos, Fresca (2001) faz uma oportuna análise acerca do tema das cidades pequenas. A autora também concorda com a noção de dimensão mínima para tratar da cidade local. Entretanto, alerta sobre a existência de uma rede muito diversa de cidades, cujas dinâmicas no meio urbano extrapolam o nível mínimo (FRESCA, 2001).

Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes, e ambas sejam consideradas pequenas. Assim, queremos crer que a caracterização de uma cidade como sendo pequena, esteja muito vinculada a sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana (...). É preciso pois, o entendimento do contexto sócio econômico de sua inserção, como eixo norteador de sua caracterização, a fim de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas (FRESCA, 2001, p. 28).

Rita Gomes (2009) complementa o debate expondo a importância das pequenas cidades para além das funções básicas provindas do campo. Além disso, considera a importância das redes e dos novos arranjos de articulações das quais, cumprir uma rígida hierarquia urbana, perde cada vez mais importância:

[...] a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional em que se encontram, isto é, o que realmente vai definir a pequena cidade é a sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade (GOMES, 2009, p. 130).

A dificuldade de classificar as cidades pequenas, principalmente por conta da diversidade funcional de cada uma delas, nos possibilita compreender outra característica geral dessas: a maior possibilidade de especialização em relação às cidades maiores.

Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo, as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das outras. [...] As cidades pequenas tendem a ser marcadas por algum elemento específico que, ao mesmo tempo em que a identifica, cria uma forte dependência (BAUMGARTNER, 2012, p. 65-66).

Percebe-se que nas últimas décadas mudanças significativas se impuseram na rede de cidades brasileiras. Tratar de cidades pequenas é um dilema que extrapola a noção diminuta da

vida pacata atrelada ao campo e da concepção de espaços calmos, bucólicos e com tempo diluído. Muitos fatores permitiram essa mudança, o próprio mercado, onde “bens e serviços tornaram-se muito mais abrangentes em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana” (FRESCA, 2011, p. 78). Corrêa (1999), ainda no tocante à globalização, aponta que as cidades pequenas passaram por um processo de refuncionalização a partir do século XX, mudanças que se materializaram de duas formas possíveis: através de uma perda de centralidade por conta de intervenções oriundas de espaços hegemônicos que se refletem na circulação e no processo produtivo e o segundo:

[...] diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1999, p. 50).

Observamos o esforço de diversas autoras e autores no sentido de superar os critérios quantitativos para fins de classificação das pequenas cidades, principalmente por conta da diversidade que elas apresentam em sua conjuntura. Por isso, a necessidade de abordagens e instrumentos metodológicos que considerem as peculiaridades de uma gama de cidades que são únicas entre si, independente da população reduzida.

O imbróglio está na maneira de analisar: se enxergamos essas cidades apenas como um pequeno ponto no contexto de uma rede de cidades, corremos o risco de generalizar paisagens completamente diferentes. Por isso a necessidade de uma abordagem que compreenda, acima de tudo, os processos, os agentes, o contexto regional e sua história. Em outras palavras, essas cidades nos exigem o esforço de compreender suas dinâmicas na escala do cotidiano, a fim de esclarecer suas potencialidades e desafios imbricados no planejamento territorial.

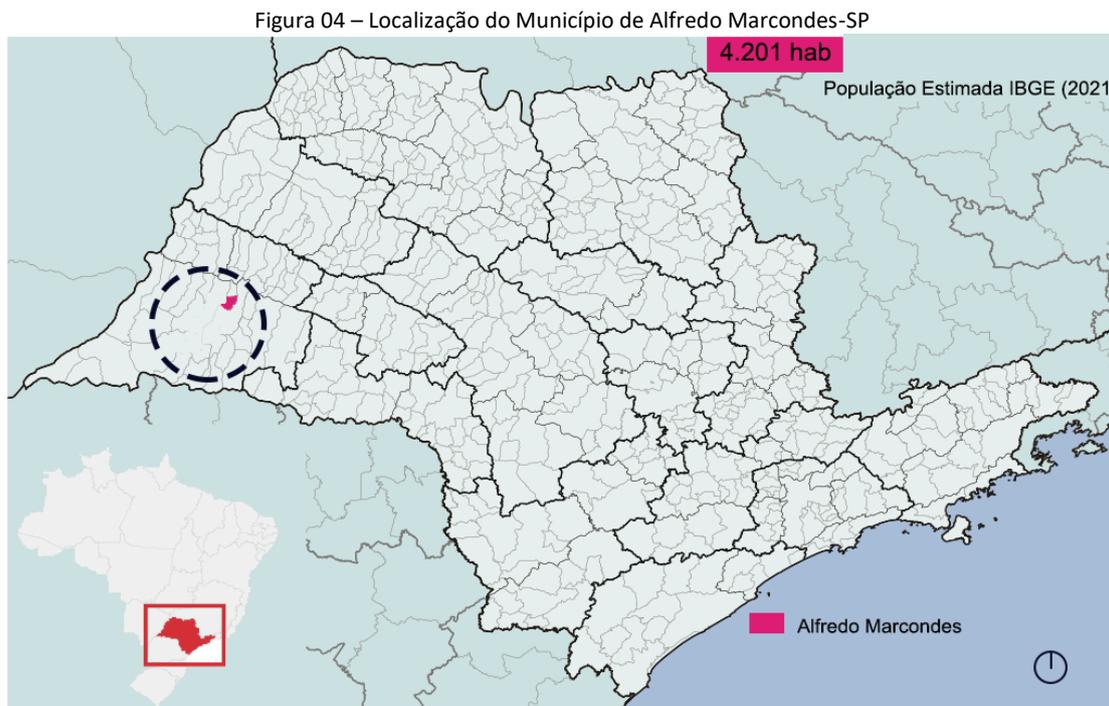
O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, p. 17-18).

Partindo da percepção exposta pela autora, é possível entender pequenas cidades como expressão consumada do lugar, onde os corpos diariamente modificam e reiteram a experiência do cotidiano. As transformações, permanências e dinâmicas que caracterizam as cidades pequenas são múltiplas. Até o momento, exprimimos alguns pontos que tangenciam tamanha pluralidade e, conseqüentemente, nos alerta sobre a urgência de novos métodos para entender a pluralidade desse vasto mundo. Nesse sentido, faz-se necessário conceder a devida importância para metodologias que se preocupam com as particularidades do lugar.

Maia (2009), por exemplo, destaca o trabalho de campo, dando ênfase na necessidade da observação direta, pois é a partir da “maior aproximação com essas localidades, que se pode apreender essas realidades” (MAIA, 2009, p. 155). Desvendar as cidades pequenas por meio do “conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades” (MAIA, 2009, p. 155). Entendendo que “a análise e a compreensão da pequena cidade requer que sejam considerados os laços de sociabilidade que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar” (GOMES, 2009, p. 131).

### 3.2 Apontamentos sobre os espaços públicos livres de Alfredo Marcondes-SP

Além do esforço de compreender as diferenças, semelhanças e formas de apreensão das cidades pequenas, coube-nos realizar um estudo de caso que permita compreender mais a fundo o espaço público não edificado da pequena cidade. Assim, espera-se identificar alguns parâmetros, bem como averiguar os modos de produção na concepção desses espaços. Adotamos a cidade de Alfredo Marcondes-SP, localizada no interior do Estado de São Paulo na Mesorregião de Presidente Prudente-SP (Figura 4).



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Estabelecemos três campos de investigação para entender o espaço público livre de Alfredo Marcondes: as calçadas, a disposição dos espaços públicos livres (praças e parques) na malha urbana e a qualidade ambiental dos espaços públicos (vegetação e mobiliário urbano).

#### 3.2.1 As calçadas

Segundo a ANTP- Associação Nacional de Transporte Público (1999), os movimentos de pedestres correspondem a grande parcela dos deslocamentos urbanos, sendo maioria em cidades pequenas. Portanto, analisá-las no contexto das cidades pequenas é crucial, pois representam parcela considerável dos espaços públicos destas cidades. O processo de análise das calçadas foi feito por meio da tabela proposta por Miranda e Cabral (2005). A presença da cor rosa indica que o problema analisado está presente na cidade.

Tabela 01 - Problemas encontrados nas calçadas de Alfredo Marcondes, conforme os fatores propostos por Miranda e Cabral (2005).

<b>1. Fatores que expõe o pedestre ao contato com veículos</b>	
Inadequação dos passeios para atender aos fluxos de pedestres	■
Ciclos semafóricos inadequados	
Abrigos de pontos de embarque e desembarque de passageiros de ônibus de tamanho desproporcional em relação ao passeio, inadequados e em mau estado de conservação	
Desníveis abruptos entre o passeio e as rampas de garagem	■
Ausência de sinalização tátil específica	■
Veículos estacionados indevidamente sobre as calçadas	■
Obras ocupando o espaço dos passeios	■
<b>2. Fatores que diminuem a qualidade do deslocamento pelos passeios</b>	
Passeios com largura insuficiente	■
Instalação inadequada de equipamentos urbanos	■
Presença de vendedores ambulantes nas calçadas	■
Bancas de jornal instaladas inadequadamente obstruindo a faixa livre	
Mobiliário urbano inadequado obstruindo as calçadas	■
Gotas de água pingando de aparelhos de ar condicionado	
Escoamento das águas pluviais provenientes de marquises, calhas, etc.	
Dejetos de animais nas vias	■
Lixo nas vias	■

Fonte: MIRANDA E CABRAL (2005) apud MINISTÉRIO DAS CIDADES (2007), adaptado pelo Autor.

A averiguação das calçadas, como elucidado na tabela, evidencia uma triste realidade imposta no meio urbano: o principal espaço dedicado à circulação de pedestres é extremamente

degradado. Problema que afeta a mobilidade urbana e impõe restrições à tão fundamental urbanidade (Figura 05).

Figura 5 – Exemplo da precariedade das calçadas na cidade estudada



Fonte: Produzido pelo Autor, 2021.

As constatações obtidas escancaram que o modelo de cidade baseado no transporte sobre rodas também se interioriza na trama das cidades menores, como consequência, o espaço público destinado à locomoção dos pedestres passa a ser tratado como um espaço residual, cuja importância é reduzida diante as demais partes do sistema de trânsito.

[...] os planejadores municipais acabam criando um sistema de transportes que quase sempre é orientado para atender às necessidades de mobilidade e acessibilidade dos veículos motorizados. O pedestre, embora sendo um elemento que pertença a este mesmo sistema de transportes, acaba tendo uma atenção muito pequena. Sua presença no sistema, somente é percebida e destacada quando se fala em acidentes ocorridos sobre a superfície das vias públicas (AGUIAR, 2003, p. 9)

### 3.2.2 A disposição dos espaços públicos livres (praças e parques) na malha urbana

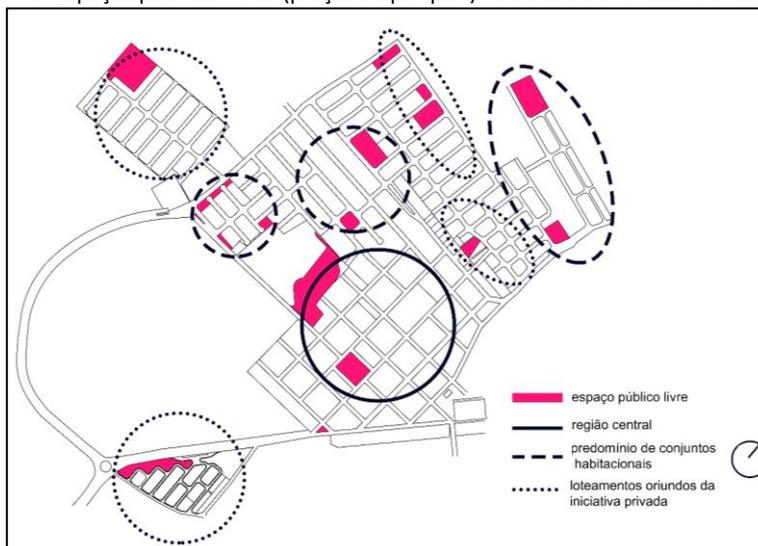
Por meio da análise da malha urbana da cidade estudada, foi possível concluir que a disposição dos espaços públicos livres pela malha urbana, neste caso praças e parques, está atrelada à lógica de crescimento da cidade. Nota-se a existência de maior quantidade de espaços públicos livres em áreas recentes do traçado urbano, bem como nos locais onde ocorreu a implantação de conjuntos habitacionais de interesse social (Figuras 6).

A região central da cidade possui menos espaços públicos livres, porém com proporções maiores e com atributos ambientais e físicos bem consolidados. Essa tendência pode estar relacionada com o avanço da legislação urbanística do país, em especial devido à Lei de Parcelamento do Solo de 1979, que passou a exigir a destinação de áreas de recreação para a criação de novos loteamentos. Assim, diversos espaços livres na cidade nascem como consequência da aprovação de um empreendimento imobiliário. De acordo com a afirmação de Degreas e Ramos (2015):

As cidades brasileiras apresentam um sistema de espaços livres vinculado ao processo de produção do mercado imobiliário, parcelamento do solo e formas de propriedade. Quer legalmente constituídos, quer provenientes da ilegalidade na ocupação das terras e de seu parcelamento, prevalece no desenho, a cultura da terra como mercadoria de consumo reforçada por políticas públicas e ações públicas que

historicamente não foram eficazes na distribuição equitativa de infraestrutura urbana (DEGREAS; RAMOS, 2015, p.1).

Figura – 6: Espaços públicos livres (praças ou parques) na cidade de Alfredo Marcondes-SP



Fonte: Produzido pelo Autor, 2021.

### 3.2.3 Qualidade ambiental dos espaços públicos livres (vegetação e mobiliário urbano)

Apesar da maior quantidade de praças ou parques nas áreas de expansão urbana, estes são insuficientes no quesito qualidade, visto que possuem pouquíssimos equipamentos de apoio como, por exemplo, mobiliário urbano e escassos exemplares de massa vegetal, o que acaba inibindo os usos e fomentando os processos de abandono. São os espaços públicos livres localizados nas regiões centrais que atraem para si uma maior quantidade de usos. Por se tratar dos primeiros espaços públicos livres da cidade, muitos implantados nos primórdios da formação urbana - como as praças no entorno da igreja matriz- bem como pela localidade que ocupam - rodeados pelo comércio local, prédios públicos e religiosos - esses espaços expõem os laços afetivos relacionados ao pertencimento e a memória dos cidadãos, fazendo inclusive, parte ativa da identidade da cidade (Figura 7).

Figura 7 – Discrepância da qualidade dos espaços públicos livres da cidade analisada conforme a localização que ocupam



Fonte: Produzido pelo Autor, 2021.

## 4.0 RESULTADOS

Todas as observações expostas até aqui nos auxiliam a compreender de maneira mais ampla como se concebe os espaços públicos livres (praças, parques e calçadas) de Alfredo

Marcondes-SP. As breves investigações elucidaram questões que perpassam os limites municipais. Essa cidade pequena, assim como muitas outras, tem como grave problema as péssimas condições das calçadas - elemento essencial para o deslocamento e, por assim sendo, para a vitalidade urbana- principalmente na cidade pequena.

A calçada, espaço público por excelência, torna-se um grande obstáculo para a manutenção da urbanidade em todo espaço urbano, não por se tratar de elemento insignificante, mas especialmente por ser tão necessária e, infelizmente, ser negligenciada. Cabe a nós inferirmos sobre as principais causas dessa situação caótica. Trata-se da ausência de mecanismos legais? As gestões municipais cumprem seu papel de gerenciar a perpetuação desse modelo irregular de calçadas na cidade? Ou seria então um problema de outra ordem? Seria correto destinar a função de executar a calçada ao proprietário do lote tratando-se de um espaço fundamentalmente público (de todos para todos)?

Em relação à disposição dos espaços públicos livres na cidade analisada sobressai a discrepância da qualidade desses espaços conforme a localização que ocupam. A região central apresenta melhores atributos ambientais comparado com os espaços localizados nas demais regiões, ausentes de maciços vegetais consolidados e pouca quantidade de mobiliário urbano. Esse modelo de reprodução de espaços públicos livres pela cidade pode estar relacionado com um esforço para suprir as exigências impostas pela legislação urbana, porém se esquece do mais importante, essas praças e pequenos parques devem ser qualificados, utilizados e reconhecidos pelos moradores do entorno, não devem ser apenas uma área vazia cuja existência se deu apenas para a aprovação de um novo loteamento.

Os apontamentos anteriores nos exigem discutir três pontos cruciais: o papel da legislação como uma valiosa oportunidade de ordenamento das pequenas cidades, a atuação dos gestores municipais como fundamental na estruturação de um município mais justo e, por fim, os desafios relacionados a implementação dessas políticas, em especial o drama orçamentário da maioria das pequenas cidades do país.

O processo de urbanização do país trouxe consigo o surgimento de áreas urbanas repletas de problemas ambientais, sociais e econômicos. Neste contexto, inserem-se todos os municípios com menos de 20 mil habitantes, isentos da obrigatoriedade de elaborarem um Plano Diretor. De acordo com o Estatuto da Cidade, a função social da propriedade urbana é obtida quando se atende às diretrizes estipuladas no Plano Diretor. Esse dado nos impõe uma reflexão pertinente: Como se alcança a função social da propriedade urbana nos pequenos municípios, estes com até 20 mil habitantes, maioria no território nacional, sendo que sequer dispõem do único mecanismo legal para tal fim?

O Plano Diretor é um valioso mecanismo do qual os gestores municipais podem contar. Se todos os municípios brasileiros até 20 mil habitantes não possuem, significa concluir que o fenômeno urbano brasileiro, em sua grande maioria, não conta com a obrigatoriedade legal de um mecanismo legislativo específico para o ordenamento territorial urbano, contribuindo para o agravamento de muitos problemas.

Mesmo sem instrumento jurídico, as ações dos poderes locais necessitam estar regidas pela agilidade administrativa, abordando mecanismos para resolver problemas ambientais, sociais e econômicos.

Pires, Meira e Nascimento (2017), ainda sobre este aspecto, ressaltam que “as falhas que ocorrem nos resultados de políticas públicas em geral são fruto da dissociação que se faz

entre elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento” (PIRES et al., 2017, p. 04).

Tem-se, portanto, o planejamento apenas como ferramenta de fazer-se planos (OLIVEIRA, 2006). Somado a isso, percebe-se um número muito reduzido de entidades, coletivos, ONGs, ou de outros grupos de qualquer finalidade em cidades pequenas, cenário diferente daquele vivenciado nas cidades maiores. Urge salientar que somado aos fatores citados impõe-se a escassez de recursos como uma realidade recorrente existente na maioria dos municípios pequenos. Teixeira (2002) aponta que:

Com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios na maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Dessa forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima (TEIXEIRA, 2002, p. 6).

Meira et al (2017), ainda sobre os recursos financeiros, especialmente para que sejam transferidos, aponta que se faz necessário o uso da posição política, do prestígio e da vinculação partidária dos gestores municipais, sem contar que os critérios de concentração de renda tributária privilegiam justamente os municípios com maior desenvolvimento econômico, aos demais resta uma ínfima parcela que precisa ser distribuída para um sem números de fins. A falta de recursos próprios implica em outro ponto que contribui para a ineficiência pública: as prefeituras possuem grande dificuldade de contratar pessoas capacitadas, bem como de capacitar e investir na formação dos atuais funcionários (Meira et al, 2017).

A inexistência de um corpo técnico bem estruturado acaba limitando o processo de tomada de decisões, quase sempre organizado ao redor do achismo político e do interesse de algumas camadas sociais de certa influência. Assim, quando se tem a necessidade de alguma política urbana, ou da elaboração de algum plano, as pequenas cidades acabam importando os modelos elaborados pelas metrópoles e cidades grandes. São muitos os desafios e obstáculos para a elaboração, execução e implementação de políticas públicas no contexto das cidades pequenas.

Ademais, elucidamos o esforço de muitos autores em evidenciar as cidades pequenas a partir de suas particularidades, por meio da escala do cotidiano e não como pequenos pontos na malha urbana do país, visto que essas cidades se transformaram muito nas últimas décadas, ultrapassando a ideia de lugares bucólicos cuja função está atrelada ao campo, mudaram com a instauração de plantas industriais e com a modernização da agricultura, No que tange o espaço público livre da pequena cidade de Alfredo Marcondes, três pontos são importantes de destacar: as calçadas em péssimo estado, o fato dos espaços públicos mais qualificados se restringirem aos locais centrais e a precariedade dos demais espaços públicos livres, especialmente em áreas mais recentes da urbanização e com a presença de conjuntos habitacionais.

## **5.0 CONCLUSÕES**

Diante o exposto, as cidades pequenas, cujo território diminuto poderia ser uma facilidade na gestão do território, acabam por evidenciar o contrário: são muitos os problemas na esfera econômica, na administração pública e no âmbito legal, especificamente na ausência de leis voltadas para o zoneamento desses municípios.

Apesar dos avanços do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal de 1988, percebe-se que a outra faceta da urbanização brasileira representada pelas cidades pequenas, em especial as que contêm até 20 mil habitantes, o que representa 70 % dos municípios, ficou esquecida pelos mecanismos legislativos no âmbito nacional, fato perceptível na paisagem desses municípios, em especial na concepção dos espaços públicos livres.

## 6.0 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fabíola de Oliveira. **Análise de métodos para avaliação da qualidade de calçadas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos: USFCar, 2003.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES PÚBLICOS. 12º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito. Disponível em: <http://www.antp.org.br>

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Do Rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. **Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012, pp. 63-80.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo, Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun., 1999.

DEGREAS Helena Napoleon; RAMOS Priscilla Goya. Espaços livres públicos: formas urbanas para uma vida pública. **X Colóquio Quapá-SEL**. Brasília, 2015.

FRESCA, Tânia Maria. CENTROS LOCAIS E PEQUENAS CIDADES: diferenças necessárias (centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias). **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, pág. 75 a 81, jan. 2011. ISSN 1984-2201. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398> >. Data de acesso: 10 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Em defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino Geografia. **Geografia**. Londrina, v. 10, nº 1, pp. 27-34, jan./jun., 2001.

GOMES, Rita de C. Da C.. Buscando Compreender as Pequenas Cidades. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 125-137.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las?. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 138-158

MEIRA, Leonardo Herszon; PIRES, Dannúbia Ribeiro; NASCIMENTO, Maria Vitória Leal de Almeida. Regulação do uso do espaço público em cidades de pequeno porte: uma análise teórica entre as políticas públicas, a legislação e a prática. **XXXI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes – ANPET**. Recife – PE, 2017.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 273-287, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1978] 2008.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org.). **Pequenas cidades: uma**

**abordagem geográfica.** Natal: Editora da UFRN, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras.** Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, 2002.

VILLAÇA, Flávio. A recente urbanização brasileira. (in) CASTRIOTA, L. B. **Urbanização brasileira: Redescobertas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2003.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Assistência Técnica e Tecnologias: Reflexões sobre as experiências em Gamboa de Baixo (Salvador - BA)**

*Technical Assistance and Technologies:  
Reflections about the experiences in Gamboa de Baixo (Salvador - BA)*

**Allyneanhy Gade Nunes Alves Oliveira**

Mestranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA, Brasil  
allyneanhy.oliveira@ufba.br

## RESUMO

No Brasil, muitas áreas urbanas carecem de infraestrutura adequada, e é crucial que a legislação assegure o direito a serviços gratuitos de arquitetura, urbanismo e engenharia às famílias de baixa renda. Nesse contexto, este estudo destaca a importância da assessoria técnica e do uso de tecnologias geoespaciais para apoiar projetos de urbanização e regularização fundiária. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo se baseia em uma revisão da literatura para explorar conceitos de assessoria técnica, cartografia e geoprocessamento, bem como suas tecnologias associadas. O método inclui um estudo de caso na comunidade de Gamboa de Baixo (Salvador – BA). A relevância acadêmica reside na adaptação dos conceitos levantados ao contexto de assessoria técnica, resultando na originalidade do tema e na experiência aplicada em Gamboa de Baixo. Os principais resultados destacam a importância do envolvimento comunitário e da utilização de tecnologias para mapear e planejar o apoio de projetos em Gamboa de Baixo. O estudo também ressalta a necessidade de fortalecer o vínculo entre a comunidade e os profissionais técnicos para garantir a eficácia das ações propostas. As implicações teóricas incluem a validação da abordagem multidisciplinar e tecnológica na assessoria técnica, além de apresentar ações que podem ser replicadas em comunidades similares. Socialmente, o trabalho contribui para a luta pela regularização fundiária da ZEIS 5, promovendo a valorização da identidade cultural e tradicional da comunidade. Consequentemente, o olhar público e político pela comunidade pode abrir oportunidades para melhorar a infraestrutura local e mitigar riscos ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitação Social. Comunidade. Regularização Fundiária. Geotecnologias.

## ABSTRACT

*In Brazil, many urban areas lack adequate infrastructure, and it is crucial that legislation ensures the right to free architecture, urban planning and engineering services for low-income families. In this context, this study highlights the importance of technical assistance and the use of geospatial technologies to support urbanization and land regularization projects. Using a qualitative approach, the study is based on a literature review to explore concepts of technical advice, cartography and geoprocessing, as well as their associated technologies. The method includes a case study in the community of Gamboa de Baixo (Salvador – BA). The academic relevance lies in the adaptation of the concepts raised to the context of technical assistance, resulting in the originality of the theme and the experience applied in Gamboa de Baixo. The main results highlight the importance of community involvement and the use of technologies to map and plan support for projects in Gamboa de Baixo. The study also highlights the need to strengthen the bond between the community and technical professionals to ensure the effectiveness of the proposed actions. The theoretical implications include the validation of the multidisciplinary and technological approach in technical assistance, in addition to presenting actions that can be replicated in similar communities. Socially, the work contributes to the fight for land regularization in ZEIS 5, promoting the appreciation of the community's cultural and traditional identity. Consequently, public and political attention to the community can open up opportunities to improve local infrastructure and mitigate environmental risks.*

**KEYWORDS:** Social Housing. Community. Land Regularization. Geotechnologies.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil é caracterizado por diversas áreas construídas em condições precárias, desprovidas de regularização e com habitantes vivendo em situações adversas e inseguras, devido à falta de atenção e apoio do poder público. Em 2020, dados apontaram que havia cerca de 5,12 milhões de domicílios em favelas, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, essas áreas estão mais expostas a riscos e mais propensas a problemas ambientais e socioeconômicos. Tais locais deveriam receber mais ações por meio da lei brasileira que garante às famílias de baixa renda o acesso gratuito ao trabalho técnico de profissionais da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Sendo um direito do cidadão, o trabalho de assessoria ou assistência técnica surge e decorre por métodos e processos sociotécnicos para se aproximar das comunidades, criar vínculos e uma rede de apoio para as atividades em prol dos direitos dos moradores e pelo cuidado de seu território. Ao longo do projeto, os assessores técnicos realizam uma leitura socioespacial, de infraestrutura e ambiental no qual subsidia a compreensão dos aspectos técnicos do local.

Não obstante, Gamboa de Baixo (Salvador – Bahia), como parte das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), luta pela regularização fundiária para moradia digna e justa. É um território de grande segregação socioespacial e de infraestrutura precária, e muitas das soluções destacadas através desta pesquisa podem apoiar o local. Nesse sentido, o presente trabalho irá discorrer sobre duas temáticas interligadas aos problemas de infraestrutura, ambiental e urbano da comunidade Gamboa de Baixo: assessoria técnica e tecnologias de cartografia. Espera-se, através deste artigo, contribuir para o entendimento dos subsídios técnicos necessários aos projetos de assessoria.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo deste trabalho é compreender os aspectos técnicos que subsidiam projetos de assessoria e assistência técnica, que possam ser implementados para melhorar a infraestrutura, as condições ambientais e urbanas de comunidades, abordando como estudo de caso as experiências relacionadas à Gamboa de Baixo, Salvador (BA).

## **3 METODOLOGIA**

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, usando as técnicas de levantamento bibliográfico e documental sobre os conceitos de assessoria técnica, cartografias, geotecnologias e regularização fundiária. Também como parte da abordagem, foi realizado um estudo de caso na Gamboa de Baixo, utilizando recursos metodológicos como entrevistas semiestruturadas e métodos participativos com moradores, líderes comunitários e profissionais.

Tais técnicas foram estudadas e cruzadas para analisar detalhadamente os aspectos técnicos, sociais e culturais da comunidade, documentando as atividades de assessoria técnica aplicadas e as ferramentas tecnológicas utilizadas.

## **4 ATUAÇÕES EM ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Mais de 85% da população brasileira constrói sem a supervisão ou apoio de um profissional especializado, como arquiteto, urbanista, designer e/ou engenheiro. Muito disso é observado em áreas e comunidades onde os habitantes não possuem condições financeiras para custear esses profissionais. O acesso à habitação adequada deveria estar ao alcance de todos. Desde 1948, o direito à moradia digna consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. É também um direito básico assegurado pela Constituição brasileira de 1988. O papel da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) surge nessa luta através da lei 11.888/2008 - Lei da Assistência Técnica, que assegura o serviço público e gratuito para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Portanto, torna-se um serviço prestado às famílias, cooperativas ou associações de moradores dessas localidades.

A ATHIS se caracteriza pela sua multidisciplinaridade, composta por uma equipe de agentes oriundos das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Assistência Social, Direito, Geografia e/ou outras áreas relacionadas, além da população de interesse social. Nesse sentido, introduz métodos participativos para a interlocução e construção do projeto participativo. O objetivo da ATHIS é promover serviço para quem precisa e não pode contratar; atender a demanda independentemente de onde esteja, sem desterritorialização; custear serviço técnico fora do valor de construção; enfrentar o preconceito/desconhecimento da categoria por parte das comunidades; tornar a arquitetura promotora de qualidade de vida; respeito à identidade, cultura e rotina dos habitantes. O atendimento é direcionado às famílias com renda de até três salários-mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais (CAU BR, 2021). Destaca-se também a valorização da produção de espaços autoconstruídos e da autogestão.

A Assistência Técnica é uma política de melhoria habitacional que precisa ser regulamentada nas cidades brasileiras para se efetivar como uma ferramenta de melhoria urbana. O cenário de urbanização brasileira é caracterizado pela falta de infraestrutura habitacional. Em 2019, o Brasil registrou um déficit habitacional de 5,876 milhões de moradias (LIZ, 2021). Esse indicador inclui domicílios precários, em coabitação e domicílios com elevado custo de aluguel. As moradias urbanas brasileiras são consideradas inadequadas por apresentarem ao menos um dos seguintes problemas: inadequação fundiária (terrenos irregulares), carência de infraestrutura, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada ou adensamento excessivo dos domicílios próprios.

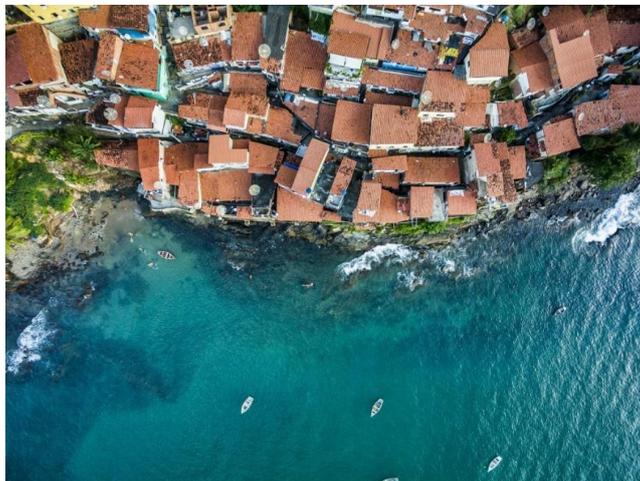
Por isso, o papel do assessor técnico é atender os moradores de bairros populares e periféricos, suprimindo a falta de profissionais da área. Algumas leis dão embasamento à ATHIS, como o Diálogo da Assistência Técnica com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - Lei 11.124/2005, que busca “[...] implementar investimentos e subsídios advindos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para viabilizar o acesso à moradia digna e sustentável às populações de menor renda.” Portanto, é mais do que necessário regulamentar a lei de ATHIS; é garantir o acesso à assistência técnica pública e gratuita às famílias de baixa renda. Nesse sentido, o meio acadêmico, escritórios populares e grupos militantes possuem um papel importante para mobilizar a assistência técnica e promover iniciativas que trabalhem questões referentes ao direito à cidade e à habitação social. Dessa forma, a Lei Municipal 8287/2012 - Salvador/BA é destacada para os atuantes como assessores e assistentes técnicos e suas formas de atuação na cidade, considerando inclusive o ponto III que afirma os “[...] profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou

em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área”. Por fim, a execução adequada das leis, subsídios e apoio governamental para ATHIS deveriam conceder os recursos necessários aos trabalhos de habitação social, ultrapassando os limites das linhas de fomento, financiamentos, editais públicos etc.

#### 4.1 Assessoria e Assistência Técnica em Gamboa de Baixo

A assistência técnica contempla diálogos, práticas participativas e engajamento com as demandas da comunidade. O apoio de assessoria técnica em Gamboa de Baixo tem sido realizado ao longo dos últimos anos por meio de pessoas e coletivos formados por militantes, ativistas, assessores populares, moradores, pesquisadores, docentes e acadêmicos universitários da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) e da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Uma das maiores lutas tem sido pela regularização fundiária, por se tratar de uma área caracterizada como ZEIS, ou seja, um local demarcado na cidade como moradia popular para população de baixa renda. Na ZEIS, o poder público precisa garantir “[...] a regularização dos terrenos e a urbanização incluindo infraestrutura e equipamentos como escola, posto de saúde, espaços de lazer e cultura” (ZEIS JÁ, 2021). Na Figura 1, segue a vista de cima da comunidade.

Figura 1 – Vista da comunidade Gamboa de Baixo – Salvador (BA)



Fonte: Dronestagr.am (2017)

O caso de Gamboa de Baixo é legitimá-la como ZEIS 5, conforme a Lei nº 9148/2016 de ordenamento de uso e ocupação do solo em Salvador, por ser identificada como uma comunidade quilombola, comunidade tradicional, vinculada à pesca e mariscagem, e localizada em áreas públicas ou privadas. Todos os meios necessários devem ser viabilizados para recuperação ambiental, regularização fundiária e manutenção das tradições e cultura local. O trabalho realizado no período de 2021 e 2022 com Gamboa, através do grupo da 4ª edição da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), buscou focar na valorização da identidade local como força nesta luta pela ZEIS 5. Para isso, o fortalecimento adveio pela proximidade com os pescadores que são moradores da comunidade, mas pouco conhecem sobre a ZEIS. A expertise de assessoria, considerando a multidisciplinaridade, apoiou as práticas realizadas através de métodos participativos, na explicação sobre a importância de Gamboa ser uma ZEIS e na ênfase da valorização do local, identidade e cultura. Além das metodologias,

foram criados *cards* para mídias sociais (conforme apresenta a Figura 2) e cartazes A3 como formas de comunicação sobre as Zonas Especiais de Interesse Social, atendendo a uma demanda da liderança comunitária.

Figura 2 – Card feito para Gamboa, sobre a ZEIS 5.



Fonte: O próprio autor (2021)

Outro objetivo foi documentar informações sobre ZEIS e regularização fundiária, assim como a tradicional atividade pesqueira do local, através de um levantamento e "auto censo" sobre os pescadores/as de Gamboa, restaurantes e bares e outras atividades ligadas diretamente à pesca. Dessa forma, buscou-se reforçar o sentido de pertencimento e apropriação da identidade e cultura, bem como usar a documentação como uma ferramenta de atenção ao poder público. Portanto, reforçar o compromisso ético em defesa das pessoas, do local, da moradia digna e outros bens necessários para fornecer uma vida plena aos moradores de Gamboa.

## 5 CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO

A temática discorre sobre a definição de geotecnologia, sendo um termo referente a um conjunto de tecnologias usadas para o levantamento e processamento de dados. Destacam-se o sensoriamento remoto, o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e o sistema de posicionamento global GPS (*Global Positioning System*) como exemplos de geotecnologias (ver Figura 3). No caso do GPS, obtém-se a posição geográfica dos locais para o aparelho que tiver o sistema, sem precisar de internet, mas é necessário estar em um local o mais aberto possível e com o DATUM configurado. O SIG é uma ferramenta capaz de analisar, monitorar e armazenar dados geográficos que representam objetos ou fenômenos. No caso do SIG, é importante observar que é uma ferramenta interdisciplinar, permitindo trabalhar com diversos temas sobrepostos ou cruzados e gerar novos dados a partir disso. Além disso, os aplicativos gratuitos com o produto cartográfico Google Earth, as imagens obtidas por satélites e as imagens aéreas podem apoiar a visualização de grandes espaços e áreas de difícil acesso.

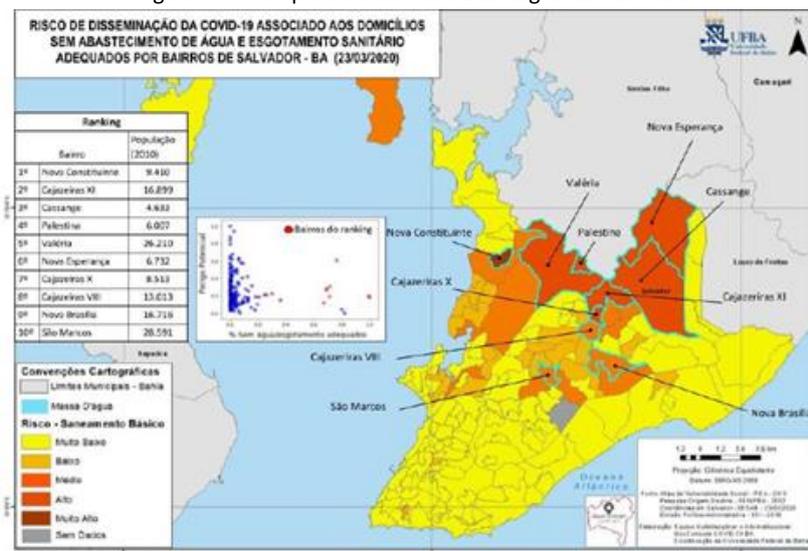
Figura 3 – Exemplo de GPS no celular



Fonte: Jornal Contábil (2019)

Através dessas ferramentas, obtém-se uma representação da realidade – seja por uma ótica ou por um propósito específico. Já a cartografia é a ciência que representa graficamente uma área geográfica ou uma superfície plana, funcionando para a concepção, produção e representação dos mapas. Tal representação serve para comunicar tanto tecnicamente quanto para a população. Os símbolos cartográficos (ver Figura 4) nos mapas são detentores de poder, denotando conhecimento e representação sobre o território, trazendo à tona o sentido de pertencimento aos cidadãos. Os mapas podem ser analógicos, digitais, online, colaborativos ou tridimensionais. Dessa forma, é importante que o usuário ou cidadão seja o colaborador da informação geográfica, contribuindo para o mapeamento colaborativo. Atualmente, diversos aplicativos móveis exploram essa possibilidade. Tais geotecnologias são ferramentas eficazes no gerenciamento e monitoramento de dados ambientais e áreas críticas, urbanas ou rurais, como estudos mostram sobre locais de alagamento, deslizamento etc. (SILVA; PALHETA; CASTRO, 2015).

Figura 4 – Exemplo de sistemas de cartografias - Salvador



Fonte: Geocombate (2020)

São ferramentas que localizam áreas de riscos de forma a concentrar esforços para a recuperação desses locais. Com o desenvolvimento tecnológico dos equipamentos geotécnicos, as informações geradas por esses dispositivos otimizam o tempo, resolve a questão de precisão

e requerem técnicos capacitados. Tecnologias como SIG, WebGis ou plataformas em nuvem avançaram bastante, especialmente entre aqueles que não possuem domínio técnico avançado. Voltando à questão do risco ambiental, as situações identificadas se relacionam com o entorno, seja o ambiente construído pelo homem ou não. Segundo Veyret e Meschinet de Richemond (2007), os riscos ambientais “[...] resultam da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território.” Utilizando geotecnologias, é possível identificar e analisar riscos espaciais, além de obter dados especializados que apoiam o ordenamento eficaz de áreas de risco. Com a ajuda dos usuários em plataformas cartográficas, um mapeamento colaborativo pode identificar antecipadamente áreas de risco de deslizamentos, endemias, movimentos de massa, informações de violência e criminalidade etc.

### 5.1 Soluções de Cartografia e Geoprocessamento em Gamboa de Baixo

Trabalhos anteriores da RAU+E identificaram informações espaciais e geográficas do local, através de imagens aéreas e mapas. São dados que contribuíram significativamente para o entendimento sobre as áreas de microacessibilidade, acessos ao bairro, áreas de risco, a relação de Gamboa com o mar, o posicionamento em relação ao seu entorno e outros fatores que o fazem ser considerado como ZEIS 5. Nesse sentido, essas geotecnologias podem apoiar na visualização e nos dados geográficos do local (como apresenta a Figura 5). Além disso, podem ajudar no processo de mapeamento colaborativo e participativo pelos cidadãos da comunidade ao realizar a identificação das áreas de maior criminalidade ou para inserir os pontos principais de comércio, restaurantes e estabelecimentos que abastecem o local economicamente e culturalmente.

Figura 5 – Localização de Gamboa de Baixo, pelo Google Earth



Fonte: Zanoli (2015)

É fundamental para a população da Gamboa conhecer e representar seu território, através da cartografia. Essa ferramenta pode proporcionar um senso de propriedade, responsabilidade e pertencimento ao seu lugar. Conhecer o território traz o sentimento de apropriação. Ao longo dos anos, isto se torna cada vez mais importante à medida que a comunidade vem enfrentando diversas lutas para a sua manutenção. Um exemplo do poder sobre o conhecimento é a classificação de Gamboa de Baixo como ZEIS 5, uma comunidade pesqueira e tradicional. Atualmente, os habitantes compreendem e buscam a regulamentação.

O apoio dos pescadores locais na luta por esta regulamentação é uma necessidade destacada por líderes comunitários e é uma das ações contínuas realizadas através de apresentações orais.

Os aplicativos que utilizam bases geográficas favorecem a redução da exclusão da comunidade com relação à cidade. Nesses aplicativos, expor a localização de espaços comerciais permite que mais pessoas de fora do bairro passam a frequentá-lo, além de gerar novas opções para os moradores, como por exemplo, pedidos de alimentos ou transporte particular. Portanto, como atividade de aplicação de geotecnologia na Gamboa, foi realizado o mapeamento de restaurantes, bares e outras formas de fontes de renda ligadas aos trabalhos de pesca. As visitas ao local e a elaboração de mapas coletivos e participativos deram subsídios para demarcar esses pontos no *Google Maps*, facilitando a ida de pessoas externas ao local e promovendo maior visibilidade e poderio financeiro à comunidade.

## 6 DESDOBRAMENTOS E REFLEXÕES

Os trabalhos com comunidades periféricas, podem ser apoiados por ferramentas de projeto e o uso da tecnologia, seja para facilitar a comunicação (o que ainda é uma questão complexa) ou para ajudar em trabalhos de assessoria. Torna-se significativo o uso de ferramentas (digitais ou não) para auxiliar na gestão do projeto e, conseqüentemente, alcançar as expectativas das comunidades. A assistência ou assessoria é de caráter técnico, considera os aspectos sociotécnicos e busca pensar na organização, definir cronogramas factíveis, ter uma boa comunicação e determinar as etapas do trabalho. Nesse sentido, uma boa gestão de projeto utiliza práticas e competências para a execução e monitoramento, independentemente do tamanho e complexidade.

É importante detalhar que a construção civil, como contribuidora de projetos de assessoria técnica, tem tido grandes impactos no mundo, seja no sentido mercadológico ou tecnológico. Dessa forma, inclui-se tanto a construção civil formal quanto os processos de autoconstrução, que independentemente do contexto, possuem complexidades próprias. Dentro dessas complexidades, os avanços e investimentos tecnológicos no projeto podem ser uma forma eficiente de utilizar recursos, reduzir custos, melhorar prazos e aumentar a qualidade etc. Um projeto bem definido tem um impacto tão forte sobre uma construção que pode ser responsável pelas patologias dos edifícios (MACIEL; MELHADO, 1995).

As temáticas apresentadas na pesquisa se referem às práticas e tecnologias desdobradas ao longo da 4ª edição da RAU+E com a comunidade de Gamboa, destacando a potencialidade de apoiar demandas contínuas. Além disso, outras tecnologias emergem nesse contexto, como *smartphones*, aplicativos de videoconferência, o uso do BIM e *softwares* de comunicação visual como ferramentas de trabalho. A comunidade de Gamboa de Baixo (ver Figura 6) tem sido acompanhada por diversos grupos atuantes na assistência técnica, com formatos diferentes, mas todos em busca do direito à cidade e em luta pela regularização fundiária. Explorar todos os caminhos e ferramentas tecnológicas possíveis agrega valor na condução das demandas e atividades realizadas. No exercício da assistência técnica, procurou-se trabalhar com metodologias participativas e integrativas para aproximação e escuta ativa dos moradores de Gamboa. Além disso, promoveu-se discussões abertas sobre a importância da ZEIS, o direito à cidade e os deveres do poder público.

Figura 6 – Vista da comunidade de Gamboa



Fonte: O próprio autor (2021)

O papel do assessor técnico em vivenciar o local e estar mais próximo aos moradores representou um desafio para os grupos, devido ao contexto pandêmico e conflitos relacionados ao tráfico. Dessa forma, a liderança comunitária reforçou o relacionamento da academia com a comunidade. Além disso, foram adotadas práticas de gestão de projeto, organização do cronograma, atividades e entregas dos resultados à comunidade.

O uso dos mapas temáticos elaborados por outros assessores também foi de grande relevância para orientar na identificação dos melhores caminhos de mobilidade pela Gamboa, seja até os restaurantes, bares ou acesso à praia. Nesse contexto, a noção de cartografia e geoprocessamento reforçou o mapeamento e a inclusão desses pontos na localização de Gamboa a fim de ampliar a visibilidade das tradições pesqueiras e da identidade da comunidade. Diante dessas atividades, foi desenvolvido um documento como ferramenta de comunicação para mostrar Gamboa como uma comunidade quilombola, tradicional e pesqueira. Essa ferramenta é importante para valorizar a identidade entre os moradores e para destacar perante o poder público. São discursos que irão fortalecer a regularização fundiária do território.

## 7 CONCLUSÃO

Ainda há resistência em relação ao uso de tecnologias construtivas em apoio às comunidades brasileiras, porém políticas públicas e privadas podem mudar esse cenário. A vasta disponibilidade de tecnologia atualmente tem possibilitado à arquitetura renovar suas práticas e beneficiar a área de Habitação de Interesse Social. Isso pode ocorrer desde a redução de custos, técnicas participativas e levantamentos até o desenvolvimento de novas formas construtivas, materiais e práticas. Com a presente pesquisa, evidencia-se a importância das ferramentas sociotécnicas na atividade de assessoria ou assistência técnica para apoiar na transformação das cidades. De forma geral, mais tecnologias estão sendo aplicadas no contexto da comunidade de Gamboa, destacando-se especialmente soluções para contenções e encostas.

Ao abordar esses temas, tanto de forma conjunta quanto individual, entende-se que podem contribuir para atividades que surgirão e serão desdobradas de maneira a agregar valor à luta constante da comunidade pela regulamentação da ZEIS e pelo reconhecimento cultural de extremo valor para a cidade de Salvador. Dessa forma, espera-se que as atividades e

tecnologias relatadas possam ser totalmente replicadas como modelo e/ou subsídio para assessores ou grupos que trabalharão posteriormente em Gamboa ou em comunidades com demandas semelhantes.

## 8 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Lei Federal Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2018. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. **Casa Civil**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Casa Civil**. Brasília, DF: 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Casa Civil**. Brasília, DF: 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2021

CAU BR. Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. **CAU BR**, 2021. Disponível em: <https://caubr.gov.br/athis-2/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

JOLY, F. **A Cartografia Editora Papirus**, São Paulo: 8ª edição, 2005.

LIZ, Laís. Déficit habitacional do Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019, diz estudo. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-chegou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

MACIEL, Luciana L. MELHADO, Silvio B. **Qualidade na construção civil: Fundamentos**, Boletim Técnicos da escola Politécnica da USP, TT/PCC/15. São Paulo: EDUSP. 1995.

SALVADOR. Lei nº 9.148, de 08 de setembro de 2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Diário Oficial de Salvador. **Diário Oficial do Município. Salvador**, BA: 2016. Disponível em: <[http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/pddu/Diario-Oficial-do-Municipio-6672\\_Lei-de-Ordenamento-do-Uso-e-Ocupacao-do-Solo-de-Salvador-LOUOS---Lei-Municipal-9148-2016.pdf](http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/pddu/Diario-Oficial-do-Municipio-6672_Lei-de-Ordenamento-do-Uso-e-Ocupacao-do-Solo-de-Salvador-LOUOS---Lei-Municipal-9148-2016.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2021

SALVADOR. Lei nº 8.287, de 16 de maio de 2012. Dispõe sobre a Assistência Técnica Pública e Gratuita no Âmbito da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Habitação de Interesse Social, Voltada à População de Baixa Renda. **Diário Oficial do Município. Salvador**, BA: 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2012/828/8287/lei-ordinaria-n-8287-2012-dispoe-sobre-a-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-no-ambito-da-arquitetura-urbanismo-e-engenharia-para-habitacao-de-interesse-social-voltada-a-populacao-de-baixa-renda>>. Acesso em: 26 nov. 2021

SILVA, C. N.; PALHETA, João Márcio; CASTRO, C. J. Methodological Guidelines for the Use of Geoprocessing Tools: Spatial Analysis Operations-Kernel, Buffer and the Remote Sensing Image Classification. **Agricultural Sciences**, v. 6, p. 707-716, 2015.

VEYRET, Y.; MESCHINET DE RICHEMOND, N. O risco, os riscos. In: VEYRET, Y. (org.) **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 23-79.

ZEIS JÁ. **Zeis Já: Quem somos**, Salvador. Disponível em: <<https://www.zeisja.org/quem-somos>> Acesso em: 23 nov. 2021



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Avaliação das políticas de saneamento básico em cidades da Amazônia legal**

*Evaluation of basic sanitation policies in cities in the legal Amazon*

**Lucas Vicente Nunes**

Mestrando, UNIVAG, Brasil  
lucasvicentenn@gmail.com

**Rosana Lia Ravache**

Professora Doutora, UNIVAG, Brasil  
rosana@univag.edu.br

**Pedro Nessi Snizek**

Professor Doutor, UNIVAG, Brasil  
pedro.nessi@univag.edu.br

**Angelo Palmisano**

Doutor, UNIVAG, Brasil  
Angelo.palmisano@univag.edu.br

## RESUMO

A política de saneamento básico no Brasil é regida por lei federal, que institui as tratativas sobre o tema como sendo de relevância nacional, devendo ser implementadas pelos estados quando se referem a sistemas com importância regional e pelos municípios, quando a relevância for local. Atualmente, em Mato Grosso, todas as cidades do estado possuem um Plano Municipal de Saneamento Básico, principal documento para o planejamento de políticas e estratégias acerca do saneamento básico. Este artigo tem como objetivo avaliar as políticas de saneamento básico de quatro cidades do interior do estado com grande potencial econômico e crescimento populacional significativo entre 2010 e 2022, sendo Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Para tal, buscou-se informações nos Planos Municipais de Saneamento Básico, nos perfis socioeconômicos e nas leis de zoneamento urbano das cidades em estudo, e os resultados apontaram que dois dos municípios, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, apresentam dados satisfatórios quanto a abrangência e bons investimentos em abastecimento de água e coleta de resíduos sólidos, embora ainda necessitem de investimentos mais significativos e maior celeridade quanto a implementação e ampliação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, especialmente em Nova Mutum. Por outro lado, Sorriso e Sinop não apresentam dados suficientes para a análise, demonstrando a necessidade de maior clareza na divulgação da abrangência dos serviços de saneamento básico nestes municípios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Coleta e tratamento de esgoto; Saneamento básico

## ABSTRACT

*Basic sanitation policy in Brazil is governed by a federal law, which establishes that dealing with this issue is of national importance and must be implemented by the states when they refer to systems of regional importance and by the municipalities when it is of local importance. Currently, in Mato Grosso, every city in the state has a Municipal Basic Sanitation Plan, the main document for planning basic sanitation policies and strategies. This article aims to evaluate the basic sanitation policies of four cities in the interior of the state with great economic potential and significant population growth between 2010 and 2022: Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso and Sinop. To this end, information was sought from the Municipal Basic Sanitation Plans, socio-economic profiles and urban zoning laws of the cities under study, and the results showed that two of the municipalities, Nova Mutum and Lucas do Rio Verde, have satisfactory data in terms of coverage and good investments in water supply and solid waste collection, although they still need more significant investments and greater speed in terms of implementing and expanding sewage collection and treatment systems, especially in Nova Mutum. On the other hand, Sorriso and Sinop do not have enough data for the analysis, demonstrating the need for greater clarity in publicizing the scope of basic sanitation services in these municipalities.*

**KEYWORDS:** Public policies; Sewage collection and treatment; Basic sanitation

## 1 INTRODUÇÃO

O termo saneamento básico abrange quatro principais grupos de serviços que se fazem cruciais para a manutenção da qualidade de vida urbana e preservação do meio ambiente: a captação, tratamento e abastecimento de água, a coleta, tratamento e disposição de efluentes líquidos (esgoto), a coleta, seleção e destinação de resíduos sólidos (lixo), a captação e destinação de águas pluviais urbanas.

A preocupação com tais temas, que se entende atualmente como saneamento básico, é vista nas cidades desde antes da antiguidade clássica. Nunes e Diaz (2020) apresentam uma explanação histórica a respeito das estruturas de abastecimento de água potável e captação de esgoto, demonstrando a importância de tais sistemas na evolução e no cuidado com a saúde pública das mais diversas sociedades ao longo dos séculos.

No Brasil, as tratativas sobre o tema iniciaram já durante a colonização e construção das primeiras cidades e vilas do país, com a criação de chafarizes e fontes d'água para o suprimento de água potável nos primeiros aglomerados urbanos do país. Um marco deste período, o aqueduto Rio Carioca, situado no Rio de Janeiro, é conhecido por sua estrutura em arcos e por isso chamado popularmente de Arcos da Lapa é reconhecido como o primeiro sistema de abastecimento coletivo de água do país. (Vilarinho e Couto, 2023; Nunes e Diaz, 2020).

Atualmente, a política de saneamento básico brasileira é gerida, em síntese, por duas leis: a Lei federal 11.445/2007 e a Lei federal 14.026/2020 (que altera a Lei federal 11.445/2007) que, com a Constituição Federal de 1988, esclarecem as atividades acerca de saneamento básico bem como sobre a atuação de todos os entes da federação, cabendo aos governos municipais, estaduais e federal a legislação, a execução e a fiscalização das funções do saneamento básico. (Brasil, 1988; Brasil, 2007 e Brasil, 2020).

Deste modo, conforme explicam Leite, Neto e Bezerra (2022) a titularidade dos serviços de saneamento básico dependem da importância dos mesmos, sendo que em ocasião de relevância local, a titularidade, ou seja, administração dos sistemas de saneamento básico recaem sobre o município, enquanto que em ocasião de relevância regional, como é o caso de regiões metropolitanas que compartilham sistemas de abastecimento de água ou coleta e tratamento de esgoto, a titularidade do sistema recai sobre o governo estadual, podendo tais funções serem, por seus respectivos titulares, concedidos a entes privados.

Ao considerar que as questões atinentes ao saneamento básico se relacionam diretamente com a qualidade de vida e, principalmente, saúde pública (Teixeira et al, 2020; Paiva e Souza, 2018 e Brito e Rezende, 2017), as políticas locais de saneamento básico são importantes para o cumprimento de metas de sustentabilidade e, conseqüentemente, para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentre eles o ODS 3, que trata sobre saúde e bem estar, o ODS 11, que trata de Cidades e Sociedades Sustentáveis e, principalmente, o ODS 6, que trata diretamente de água potável e saneamento.

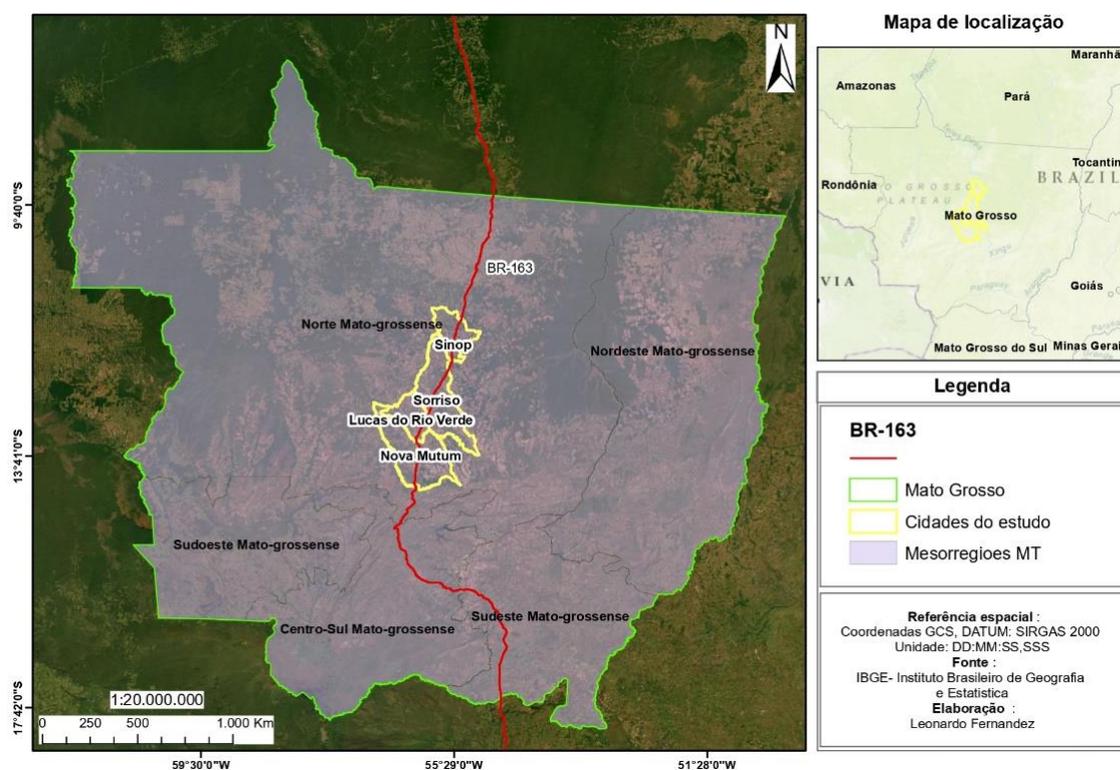
Deste modo, este estudo visa analisar e discutir a política e a abrangência dos sistemas de saneamento básico, em especial os sistemas de esgotamento sanitário de cidades da área de abrangência da BR-163, mais especificamente os municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. O estudo pretende entender quais os métodos de captação e tratamento, bem como a motivação da escolha destes sistemas e se tais políticas condizem com a realidade

local no âmbito socioeconômico e ambiental, de modo a poderem apontar se são ou não sustentáveis as políticas de saneamento básico adotadas nas cidades em estudo.

## 2 ÁREA DE ESTUDO

O objeto de estudo deste artigo, as cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop (figura 01), visou, mais especificamente, o modo como tais cidades lidam com os recursos hídricos, resíduos sólidos e efluentes produzidos na área urbana.

Figura 01: Mapa de localização dos municípios em estudo



Fonte: Fernandez, 2024

Situadas no estado de Mato Grosso, às margens da BR-163, as quatro cidades em estudo tiveram o início de sua história entre as décadas de 1970 e 1980 (Sebrae, 2021; Sebrae, 2022 e Rigo, 2016) período no qual, conforme explicam Kohlhepp e Silva (2022) e Almeida (2021) Mato Grosso passou por um intensivo processo de ocupação impulsionado pelo governo ditatorial do período.

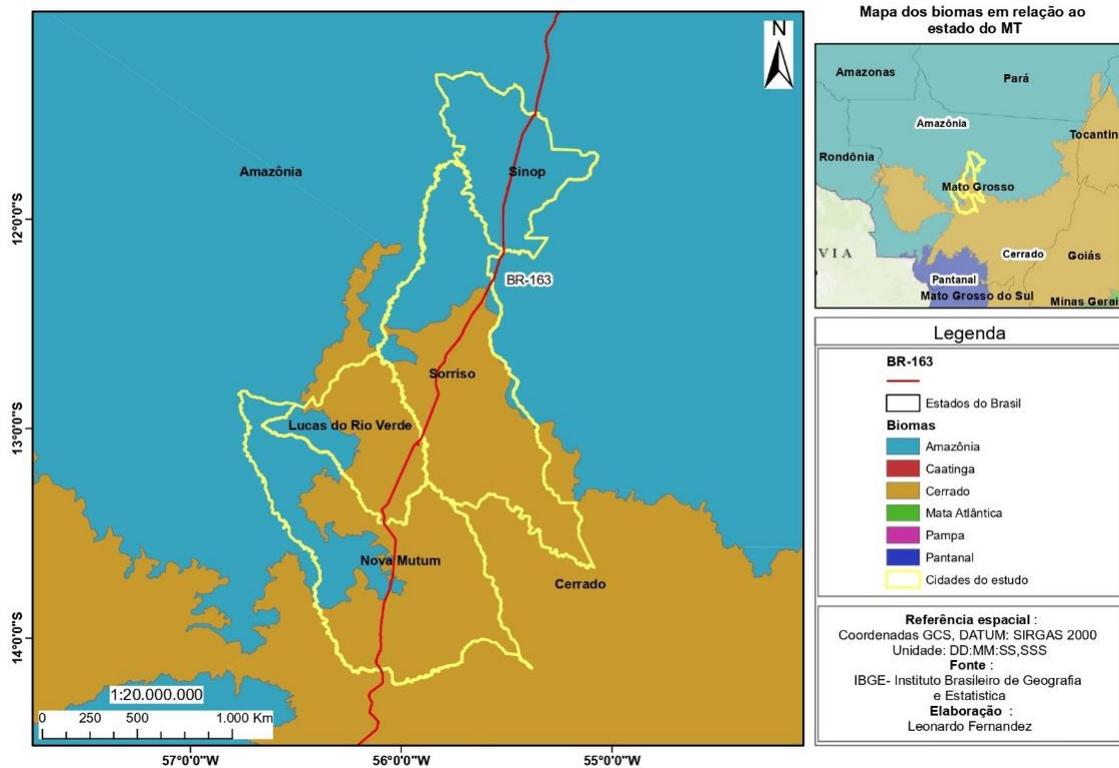
Com o *slogan* “Integrar para não entregar” o governo federal incentivou, neste período, a colonização e ocupação da região centro-oeste do país, principalmente nas zonas de Amazônia Legal (Almeida, 2020) e para fomentar tal processo estruturou uma política de investimentos na região, da qual resultou a criação da rodovia Transamazônica e a pavimentação da rodovia Santarém-Cuiabá, atualmente intitulada de BR-163.

Tal processo de ocupação se deu com foco na produção agrícola da região, negócio que, com a criação da Embrapa em 1973 e a valorização das *commodities*, gerada pela possibilidade de os produtores brasileiros competirem no mercado internacional com os

produtores americanos, se tornou não apenas viável, como rentável, impulsionando o processo de ocupação da região norte de Mato Grosso (Kohlhepp e Silva, 2022; Almeida, 2021).

As áreas de estudo são, na atualidade, quatro importantes cidades do norte matogrossenses que impulsionadas pelo agronegócio, tiveram, ao longo das últimas duas décadas, um crescimento significativo em sua população e economia. Daí surge a importância do estudo, considerando que as quatro cidades tiveram crescimento médio de 80% em suas populações, quase dobrando o número de habitantes às margens deste trecho da BR-163 (IBGE, 2012; IBGE, 2022). Ademais as áreas de estudo se estabelecem em zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia (figura 02), fazendo parte da Grande Bacia do Amazonas, envolvendo todo o conjunto hídrico que converge para o Rio Amazonas, localizadas, portanto, em zona de grande importância ecossistêmica.

Figura 02: Mapa dos biomas de Mato Grosso



Fonte: Fernandez, 2024

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa analítica se baseia em dados secundários do SNIS, o Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento, e dados complementares obtidos com as próprias prefeituras de cada um dos municípios.

Os dados obtidos serão tratados e comparados com os dados econômicos dos quatro municípios em estudo, buscando identificar as maiores inconsistências nos dados referentes ao saneamento básico destas cidades, para oferecer um diagnóstico que sirva de base para os novos direcionamentos e soluções aos desafios enfrentados nas políticas de saneamento público local.

Como parte dos dados a serem analisados, faz-se necessário anotar que Mato Grosso, já em 2018, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Federal de

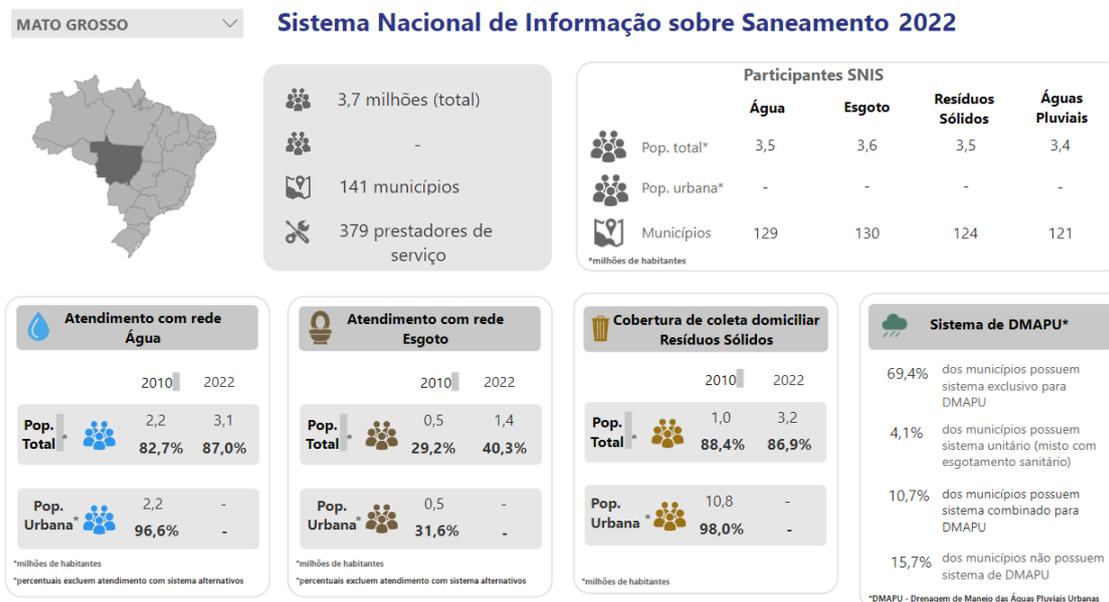
Mato Grosso (UFMT), caminhava para ser o primeiro estado em que a totalidade dos municípios possuíam um plano municipal de saneamento básico (PMSB). Deste modo, as quatro cidades em análise possuem tal instrumento que deveria se colocar como principal norteador da política de saneamento na esfera municipal.

Ademais, o perfil socioeconômico é instrumento importante para apresentação dos dados acerca dos serviços ativos ou em implantação, referentes ao saneamento básico. Contudo, apenas Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sinop, possuem tal documento publicado.

#### 4 DESENVOLVIMENTO

Iniciando as análises pelo nível estadual, conforme dados do SNIS (2022), das 3,5 milhões de pessoas abrangidas pelo levantamento de dados do saneamento básico em Mato Grosso, 87% são atendidos por rede de abastecimento de água, 86,9% têm coleta domiciliar de lixo, sendo que apenas 24 municípios no estado possuem coleta seletiva de resíduos sólidos. Entretanto, tais percentuais caem drasticamente quando são apresentados os dados acerca da coleta de esgoto, que atende apenas 40,3% da população mato-grossense e apenas 40,9% do volume de esgoto sanitário coletado passa por algum tipo de tratamento (figuras 03 e 04).

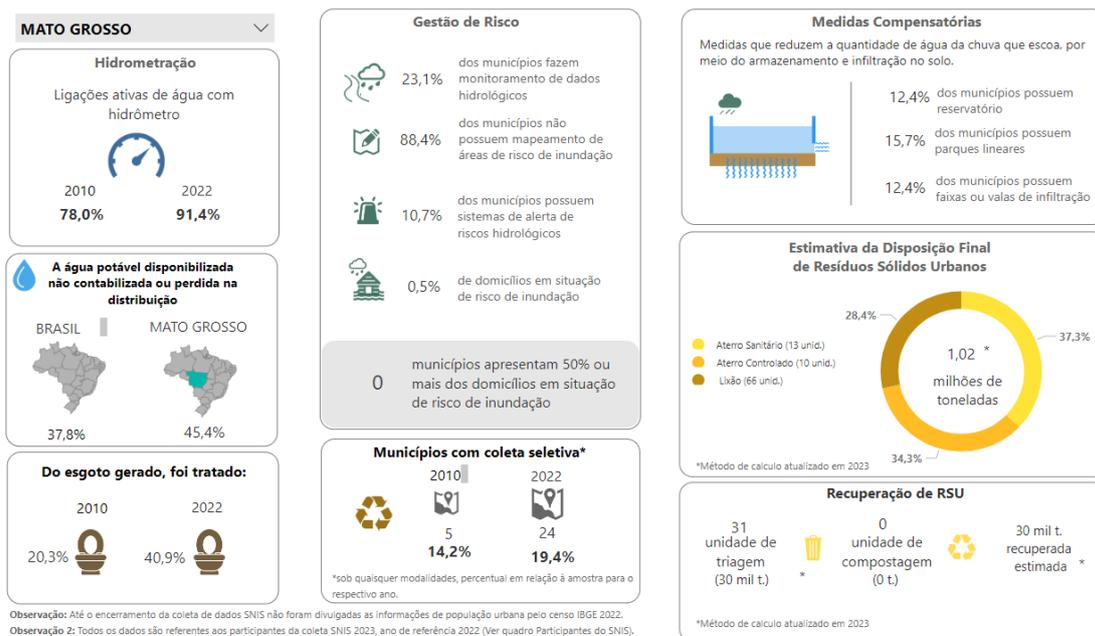
Figura 03: Painel de informações do SNIS – Parte 01



Observação: Até o encerramento da coleta de dados SNIS não foram divulgadas as informações de população urbana pelo censo IBGE 2022.  
Observação 2: Todos os dados são referentes aos participantes da coleta SNIS 2023, ano de referência 2022 (Ver quadro Participantes do SNIS).

Fonte: SNIS (2022)

Figura 04: Painel de informações do SNIS – Parte 02



Fonte: SNIS (2022)

O fenômeno que se nota na análise a nível estadual é também visto em mesmo molde nas cidades alvo deste estudo, tais dados serão aqui apresentados separadamente para cada município de modo a tornar mais fácil a interpretação de tais valores e posteriormente se analisará os valores em conjunto.

#### 4.1 Nova Mutum:

A prefeitura de Nova Mutum divulga dados acerca de saneamento básico em seu Perfil Socioeconômico (Sebrae, 2021), demonstrando que a área urbanizada é abrangida em sua totalidade pelo abastecimento de água, sendo que 100% do seu consumo na área urbana mutuense é fornecida pela rede de abastecimento de água, gerida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). O documento apresenta ainda dados acerca do sistema de coleta de resíduos sólidos, onde afirma que a totalidade dos domicílios e comércios da zona urbana é atendida pelo sistema de coleta seletiva, intitulado ReCiclo. Contudo, a prefeitura não informa no seu perfil socioeconômico, publicado em 2021, dados acerca da coleta e tratamento de esgoto ou mesmo sistema de captação de águas pluviais. Para tal, é preciso recorrer ao Plano Municipal de Saneamento Básico: Nova Mutum-MT (Lima; Filho e De Moura, 2017), publicado em 2017.

O PMSB de Nova Mutum (Lima; Filho e De Moura, 2017) aponta que o município não conta com rede pública de coleta e tratamento de esgoto, deixando a disposição dos efluentes por conta dos sistemas individuais, como fossas sépticas e/ou sumidouros, sistemas rudimentares que dependem da permeabilidade e capacidade de filtração do solo, bem como dependem de limpeza recorrente por meio de caminhões limpa-fossa. Entretanto, o Plano Municipal de Saneamento Básico: Nova Mutum (Lima; Filho e De Moura, 2017), aponta que a Prefeitura de Nova Mutum contratou, no ano de 2014, a elaboração de um projeto para o

sistema de coleta e tratamento dos efluentes produzidos no município, estimando-se à época um investimento de aproximadamente 70 milhões de reais para sua implantação.

A existência do plano de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto é visto principalmente na Lei de Zoneamento Urbano de Nova Mutum (Prefeitura de Nova Mutum, 2015), que apresenta como ponto obrigatório para a aprovação e implantação de loteamentos urbanos no município, a apresentação de projeto da rede de coleta de esgoto, bem como a sua execução no empreendimento, de modo que os loteamentos mais novos, licenciados em Nova Mutum, possuem a rede instalada, porém, ainda inoperante em decorrência da não existência da estação de tratamento de esgoto.

Quanto a captação das águas pluviais, não foram encontrados dados que atestem a efetividade do sistema municipal, embora tenham sido apresentado dados pelo PMSB de Nova Mutum (Lima; Filho e De Moura, 2017) que demonstram a existência de galerias subterrâneas que encaminham a água pluvial de algumas vias para o conjunto de lagos artificiais, abertos sobre o curso do Córrego Bujuizinho, que corta a malha urbana mutumense ao meio e escoam para o Rio dos Patos.

#### **4.2 Lucas do Rio Verde:**

Referente aos dados de Lucas do Rio Verde, a prefeitura municipal, em seu Perfil Socioeconômico (Rigo, 2016), apresenta dados claros sobre o saneamento. A rede de água é administrada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que, já em 2016, ano da publicação do documento, informou ter 100% da população atendida pela rede de abastecimento de água. Já neste período o município contava com um sistema operante de captação de esgoto, que atendia cerca de 40% da população urbana. Contudo, o volume coletado era destinado a tanques de decantação, não passando por tratamento adequado, que permitisse o reaproveitamento da água. Em seu perfil socioeconômico a prefeitura informa ainda que possui um projeto para a execução da estação de tratamento de esgoto, ampliando a rede de coleta e tratamento para 50% da população.

Ainda no Perfil Socioeconômico (Rigo, 2016) são apresentados dados acerca do sistema de coleta de resíduos sólidos, onde se afirma que a cidade possui cobertura do sistema de coleta seletiva de resíduos para 100% da área urbana, de onde o lixo úmido é encaminhado para o aterro sanitário e o lixo seco para a Acorluca, a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Lucas do Rio Verde.

Assim como Nova Mutum, a prefeitura de Lucas do Rio Verde não apresenta em seu perfil socioeconômico dados sobre o sistema de captação de águas pluviais.

Dados mais recentes, apresentados no Plano Municipal de Saneamento Básico: Lucas do Rio Verde-MT (Lima; Filho e De Moura, 2018) informam que a cidade atende cerca de 39% da população urbana com um sistema de coleta e captação de esgoto. Contudo apresentam-se, já neste momento, quatro estações de tratamento; uma que havia sido citada anteriormente, apresentada pelo perfil socioeconômico, por meio de lagos de decantação; outra que está em fase de obras, portanto inoperante; outra que está em reforma e uma quarta unidade, que está em operação, utilizando o sistema de reator anaeróbico.

Anote-se que no município de Lucas do Rio Verde, a prefeitura solicita, assim como em Nova Mutum, um projeto e execução dos sistemas de captação de esgoto para aprovação de loteamentos a serem implantados na cidade. Tal solicitação é apresentada na Lei Complementar

Nº 54 de 2007, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano (Prefeitura de Lucas do Rio Verde, 2007).

#### **4.3 Sorriso:**

Referente ao município de Sorriso, não foi encontrado o perfil socioeconômico, portanto, os dados a serem analisados advêm unicamente do Plano Municipal de Saneamento Básico e da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Quanto a novos loteamentos, em Sorriso, a Lei Complementar 349 de 2021, que rege o parcelamento do solo urbano (Prefeitura de Sorriso, 2021), exige a apresentação de projeto dos sistemas de captação de esgoto para que loteamentos a serem implantados no município sejam aprovados e recebam o alvará de implantação.

Conforme expõe o PMSB de Sorriso (Prefeitura de Sorriso, 2014), o município vem implantando, desde 2007, as políticas de esgotamento sanitário e posterior tratamento do mesmo. O processo foi iniciado com as obras da rede de captação de esgoto em parte da malha urbana e, em 2011, iniciaram as operações da estação de tratamento de esgoto, que despeja o material tratado no Rio Lira. O documento esclarece pouco sobre a abrangência do sistema, apresentando 11 bairros onde a rede de coleta havia sido executada parcial ou totalmente, além da quantidade de ligações que existem em alguns destes bairros, deixando os dados apresentados pouco claros e sem uma relação explícita entre o total de edificações do município e o número de edificações atendidas pelo sistema, ou mesmo população total da cidade e população atendida pelo sistema.

A operacionalização do sistema de abastecimento de água de Sorriso é realizada pela empresa privada AEGEA MT, por meio da Águas de Sorriso, desde o ano 2000. O Plano Municipal de Saneamento Básico Sorriso-MT (Prefeitura de Sorriso, 2014) informa que o modo de captação do recurso ocorre por meio de poços e, conforme consta no documento, trata-se de um total de 25.122 unidades consumidoras, porém, novamente, a forma de apresentação dos dados não permite entender a proporção destes dados em relação ao número total de pontos de consumo de água, e também não é citado a existência de poços privados dentro da área urbana ou mesmo populações que façam a captação de água em córrego, nascente ou rio.

O PMSB de Sorriso (Prefeitura de Sorriso, 2014) informa que a toda da área urbana era atendida pela coleta de lixo e gestão de resíduos sólidos, porém, até a publicação do plano, não existia um sistema de coleta seletiva, de modo que os descartes de materiais recicláveis e não recicláveis eram encaminhados para mesmo destino. Faz-se importante frisar, não fora citado no documento de diagnóstico sobre o sistema de coleta de resíduos sólidos se o ponto de destinação do material coletado, era transbordo, popularmente conhecido como lixão, ou era aterro sanitário.

#### **4.4 Sinop:**

A Lei Complementar 04 de 2001, que institui o Código de Parcelamento do Solo do Município de Sinop (Prefeitura de Sinop, 2001), alterada pela Lei Complementar 104 de 2014 (Prefeitura de Sinop, 2014), exigem do loteador a execução da estrutura de coleta de esgoto nos loteamentos a serem executados no município. Contudo, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Sinop (Prefeitura de Sinop, 2013), informa que a cidade possuía, até sua publicação,

apenas um bairro, com cerca de mil casas, atendidas por sistema de coleta e tratamento de esgoto, dado que é contraditório quando se analisa o que é apresentado pelo perfil socioeconômico do município, intitulado de Sinop em números (Sebrae, 2022), onde são apresentados dados de 2010, informando que, na época, não havia unidades atendidas pelo tratamento de esgoto, e apenas 1,22% da população era atendida por coleta de esgoto, sem o devido tratamento. Assim, das pessoas não atendidas pela coleta de esgoto, 11,19% faziam uso de fossa séptica e 87,59% da população não era atendida por nenhum sistema de coleta ou tratamento de esgoto, o que pode ser entendido como uso de fossas rudimentares ou fossas negras.

Quanto aos sistemas de abastecimento de água e coleta de resíduos sólidos, o documento Sinop em Números (Sebrae, 2022), mesmo tendo sido publicado em 2022, apresenta dados defasados, referentes ao ano de 2010, quando Sinop, já possuía boa cobertura para os sistemas, ou seja, 98,1% da população era atendida pela rede de abastecimento de água e 99,1% da população atendida pelo sistema de coleta de resíduos. Não estava citado no documento a existência de coleta seletiva ou mesmo qual a destinação do resíduo sólido coletado.

Foi constatada outra contradição nos dados, quando o PMSB de Sinop (Prefeitura de Sinop, 2013), publicado em 2014, apresenta que 97% da população é atendida pela rede de abastecimento de água, valor inferior ao que fora informado pelo perfil socioeconômico em 2022. Salienta-se também que o plano municipal de saneamento básico não aborda a temática de resíduos sólidos, ou mesmo de captação pluvial, se atendo unicamente aos temas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nota-se que as quatro cidades analisadas possuem documentos extensos sobre suas políticas de saneamento básico, apresentando diagnósticos, descrevendo planos e projetos de implantação, melhoria e manutenção dos sistemas, contudo, a implementação de sistemas de tratamento e coleta de esgoto se apresenta sempre muito atrasada em todas as áreas de estudo.

Ressalta-se que dado o modo de captação de água nas cidades estudadas, que se dá por meio de poços, a utilização de sumidouros, mesmo que antecedido por sistema de tanque séptico, oferece certo risco de contaminação dos lençóis freáticos, situação que se agrava, quando a disposição individual dos resíduos se dá por meio de fossas rudimentares, como fossas negras.

É importante anotar que a sustentabilidade dos sistemas de saneamento básico só acontece de modo pleno, quando implantados os sistemas corretos de tratamento e destinação de resíduos, seja dos efluentes advindos dos sistemas de captação de esgoto, que devem passar por estações de tratamento, seja os resíduos sólidos, que recolhidos pelo sistema de coleta de lixo, devem ser separados por coleta seletiva, reciclados e/ou destinados a aterros sanitários.

Além de quaisquer conclusões acerca dos sistemas e das políticas de saneamento básico de cada cidade, chama a atenção a falta de informações acerca de suas políticas e quando tais informações existem, apresentam-se defasadas ou mesmo contraditórias, ou não condizentes com a realidade, principalmente quando aplicadas ao ritmo de crescimento demográfico de cada um dos municípios estudados.

Lucas do Rio Verde, dentre os municípios abrangidos pelo estudo, é o único que aparece no Ranking Conected Smart Cities (2023) – que elenca as cidades inteligentes do Brasil, fato que se respalda na realidade não apenas na disponibilidade e abrangência dos sistemas de saneamento básico no município, como também pela disponibilidade e clareza dos dados sobre tais sistemas.

Conclui-se, portanto, que é necessária uma atualização constante e abrangente dos dados, para dar efetividade aos sistemas de saneamento básico, visando montar um planejamento de forma mais assertiva para alocar melhor os investimentos a serem realizados em cada uma das quatro áreas dos sistemas de saneamento básicos municipais.

Quanto a inconsistência dos dados apresentados pelos municípios de Sorriso e Sinop, se faz pertinente o levantamento de tais dados junto a prefeituras ou mesmo agências de prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta de destinação de resíduos sólidos.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores que prestaram assistência na elaboração deste levantamento e estudo. Por fim, agradeço ao UNIVAG e a FAPEMAT, pelo fomento a ciência e investimento no futuro de nossa sociedade.

## 7 REFERÊNCIAS

Almeida, L. S. (2021). Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 23. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202101>

Barbosa, A. M., Macedo, L. O. B., & Faria, A. M. de M. (2023). Avaliação da sustentabilidade dos municípios sojicultores do estado de Mato Grosso. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 62. <https://doi.org/10.5380/dma.v62i0.85536>

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**. Brasil, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm). Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020*. Novo Marco Legal do Saneamento Básico. Brasil, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14026.htm). Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [S. l.: s. n.], 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 mar. 2024.

Britto, A. L., & Rezende, S. C. (2017). A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. **Cadernos Metrópole**, 19(39), 557–581. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3909>

FERNANDEZ, L. D.; **Mapa de biomas em relação ao estudo**. Cuiabá, 2024.

FERNANDEZ, L. D.; **Mapa de localização**. Cuiabá, 2024.

Ferreira, J. G., Gomes, M. F. B., & Dantas, M. W. de A. (2021). Desafios e controvérsias do novo marco legal do saneamento básico no Brasil / **Challenges and controversies of the new legal framework for basic sanitation in Brazil**. **Brazilian Journal of Development**, 7(7), 65449–65468. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n7-019>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP2022\\_Municipios\\_20230622.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios_20230622.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

Kohlhepp, G., & Silva, S. D. e. (2022). Colonização no Brasil Central: a fronteira agrícola em Mato Grosso entre as décadas de 1950 a 1970. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, 1(39), 50–81. <https://doi.org/10.29327/253484.1.39-3>

Leite, C. H. P., Moita Neto, J. M., & Bezerra, A. K. L. (2022). Novo marco legal do saneamento básico: alterações e perspectivas. *Engenharia Sanitaria e Ambiental*, 27(5), 1041–1047. <https://doi.org/10.1590/s1413-415220210311>

LIMA, E. B. N.; FILHO, P. M.; DE MOURA, R. M. P. (org.). **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: LUCAS DO RIO VERDE-MT**. Cuiabá, 2018. Disponível em: [https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/08/PMSB\\_Lucas-do-Rio-Verde\\_PMSB.pdf](https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/08/PMSB_Lucas-do-Rio-Verde_PMSB.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024

LIMA, E. B. N.; FILHO, P. M.; DE MOURA, R. M. P. (org.). **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: NOVA MUTUM-MT**. Cuiabá, 2017. Disponível em: [https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/08/PMSB\\_Nova-Mutum.pdf](https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/08/PMSB_Nova-Mutum.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024

Nunes, L. dos R., & Diaz, R. R. L. (2020). evolução do saneamento básico na história e o debate de sua privatização no Brasil. *Revista de Direito Da Faculdade Guanambi*, 7(02), e292. <https://doi.org/10.29293/rdfg.v7i02.292>

Paiva, R. F. da P. de S., & Souza, M. F. da P. de. (2018). Associação entre condições socioeconômicas, sanitárias e de atenção básica e a morbidade hospitalar por doenças de veiculação hídrica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(1). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00017316>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO SORRISO-MT**. 2014. Disponível em: [https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/09/PMSB\\_SORRISO.pdf](https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/09/PMSB_SORRISO.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO SINOP-MT**. 2013. Disponível em: [https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/09/PMSB\\_SINOP.pdf](https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/09/PMSB_SINOP.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. **Lei complementar nº 56, de 11 de dezembro de 2007**. DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Lucas do Rio verde, 11 dez. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM. **Lei complementar nº 132, de 15 de julho de 2015**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do Município de Nova Mutum e dá outras providências. Nova Mutum, 15 jul. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **Lei complementar nº 04, de 8 de março de 2001**. Institui o Código de Parcelamento do Solo do Município de Sinop, e dá outras providências. Sinop, 8 mar. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **Lei complementar nº 104, de 16 de setembro de 2014**. Promove alterações na Lei Complementar nº 4/2001, e suas alterações posteriores, e dá outras providências. Sinop, 16 set. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. **Lei complementar nº 349, de 13 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre as normas que regulam o parcelamento do solo para fins urbanos no município de Sorriso e dá outras providências. Sorriso, 13 dez. 2021.

RIGO, I. (org.). **Perfil socioeconômico de Lucas do Rio verde**. 1. ed. Lucas do Rio verde, 2016. Disponível em: [https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/arquivos/perfil\\_socioeconomico/perfil\\_socioeconomico\\_lrv.pdf](https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/arquivos/perfil_socioeconomico/perfil_socioeconomico_lrv.pdf). Acesso em: 24 mar. 2024.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso/SEBRAE-MT. **Perfil socioeconômico de Nova Mutum**. Cuiabá: Sebrae/MT, 2021. Disponível em: [https://cdn.novamutum.mt.gov.br/assets/files/PerfilSocioe\\_2110181519.pdf](https://cdn.novamutum.mt.gov.br/assets/files/PerfilSocioe_2110181519.pdf). Acesso em: 24 mar. 2024.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso/SEBRAE-MT. **Sinop em números**. Cuiabá: Sebrae/MT, 2022. Disponível em: [https://www.sinop.mt.gov.br/fotos\\_downloads/411.pdf](https://www.sinop.mt.gov.br/fotos_downloads/411.pdf). Acesso em: 24 mar. 2024.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. **Painel – Sistema nacional de informações sobre saneamento**. Site institucional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Souza, M. de. (2020). TRANSAMAZÔNICA: INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR. *Nova Revista Amazônica*, 8(1), 133. <https://doi.org/10.18542/nra.v8i1.8624>

Teixeira, P. A., Fantinatti, M., Gonçalves, M. P., & Silva, J. S. (2020). Parasitoses intestinais e saneamento básico no Brasil: estudo de revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 22867–22890. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-006>

Vilarinho, C. M. R., & Couto, E. de A. do. (2023). Saneamento básico e regulação no Brasil: desvendando o passado para moldar o futuro. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 10(2), 233–257. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v10i2p233-257>



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Caracterização de um novo bairro de população negra**

*Characterization of a new neighborhood with a black population*

**Bárbara G. Vitorino**

Mestranda, UFBA, Brasil  
Barbaravitorino.arq@gmail.com

**Henrique Cunha Junior**

Professor Doutor, UFBA, Brasil  
henriquecunhaafricanidade@gmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo é parcialmente extraído da dissertação de mestrado sobre o bairro negro de Nova Ferradas na região cacauieira do sul da Bahia, e como o racismo antinegro afeta e contribui com a segregação territorial do bairro. É resultado do trabalho de pesquisa deste mestrado, realizado através do PPGAU-UFBA, no qual foram feitas revisões bibliográficas sobre a temática dos bairros negros, visitas ao bairro Nova Ferradas, e entrevistas com moradores do bairro e demais bairros da cidade de Itabuna. Nova Ferradas se diferencia dos bairros negros anteriormente estudados, e, portanto, contribui para o debate sobre a caracterização dos bairros negros. Este artigo inicia tratando sobre o processo de segregação territorial no espaço urbano brasileiro, sobretudo após o período da abolição e os efeitos negativos desta segregação sobre os territórios de maioria afrodescendentes. Também, fala da terminologia e definições sobre o bairro negro, tendo como principais referências os trabalhos de Henrique Cunha Junior e Maria Estela Ramos. Em seguida, apresenta-se o bairro Nova Ferradas e o histórico da região em que está inserido. O artigo é finalizado com observações sobre o olhar externo ao bairro – nova categoria de análise proposta para estudo dos bairros negros –, e as considerações finais sobre as temáticas e bairro estudado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nova Ferradas, segregação territorial, racismo antinegro

## **ABSTRACT**

*This article is partially extracted from the master's thesis on the black neighborhood of Nova Ferradas in the cocoa region of southern Bahia, and how anti-black racism affects and contributes to the territorial segregation of the neighborhood. It is the result of the research work of this master's degree, carried out through PPGAU-UFBA, in which bibliographic reviews were made on the theme of black neighborhoods, visits to the Nova Ferradas neighborhood, and interviews with residents of the neighborhood and other neighborhoods of the city of Itabuna. Nova Ferradas differs from the black neighborhoods previously studied, and therefore contributes to the debate on the characterization of black neighborhoods. This article begins by dealing with the process of territorial segregation in the Brazilian urban space, especially after the period of abolition and the negative effects of this segregation on territories with a majority of Afro-descendants. It also talks about the terminology and definitions of the black neighborhood, having as main references the works of Henrique Cunha Junior and Maria Estela Ramos. Next, the Nova Ferradas neighborhood and the history of the region in which it is located are presented. The article ends with observations on the external view of the neighborhood – a new category of analysis proposed for the study of black neighborhoods – and the final considerations on the themes and neighborhood studied.*

**KEYWORDS:** Nova Ferradas, territorial segregation, anti-black racism

## 1. Introdução

É evidente a importância do negro na edificação do ambiente construído e na produção do espaço sociocultural das cidades brasileiras. Nos territórios negros das grandes urbes do país, as organizações sociais trabalham em busca da valorização das identidades negras enquanto ferramenta de combate ao racismo. Tais identidades encontram-se expressas nas artes e culturas africanas e afro-brasileiras, nas religiões de matriz africana, nos grupos de jovens que promovem a cultura do hip-hop, na formação identitária do negro, nos projetos populares de formação acadêmica para população negra e pobre, e em outros tantos lugares de ocupação e ação do povo negro. (Oliveira, 2020, p.137).

No entanto, o racismo antinegro ainda atua na desvalorização do negro e na negação do protagonismo negro na construção e desenvolvimento socioeconômico das urbes. Não apenas a atuação do negro é apagada, como o negro egresso do regime escravocrata não possuía direito de usufruto dos possíveis benefícios trazidos com o desenvolvimento das cidades. Ao contrário, a população negra, submetida a um regime de “higienização e modernização” urbana, é empurrada para as periferias. Como informa Andreilino Campos (2013), a expulsão dos negros dos centros das urbes alimenta os estigmas que pairam sobre este grupo, visto que “os espaços de resistência constituídos por negro(as) e pardos no urbano ou no campo, por meio do Campesinato, foram alvo de ataques sistemáticos ao longo dos últimos séculos, por exemplo, a transmutação de quilombo em favela” (p.227)”.

Sabe-se que, após a abolição da escravatura criminosa no Brasil, muitos dos negros escravizados nas fazendas partiram para as cidades; mas antes mesmo destes chegarem, já havia africanos e afrodescendentes escravizados que trabalhavam nas cidades, as construía, e as davam dinamismo, como os escravos-de-ganho<sup>1</sup>. No momento subsequente à escravatura, toda esta população negra – já estabelecida ou recém chegada às cidades – passa a ser vista como um contingente de desempregados. Agora dentro das estatísticas populacionais, os negros não eram bem vindos no planejamento de cidades que deveriam se assemelhar cada vez mais com as europeias, e, para tanto, precisariam ser embranquecidas.

Oliveira (2020), assim como Antônia Garcia, reitera a importância de trazer à superfície o debate que trata das relações étnico-raciais dentro do espaço social da cidade, para que seja possível compreender e problematizar a segregação urbana. Por muito tempo, a literatura acadêmica sobre o tema da segregação urbana limitava-se à análise da categoria classe, no entanto, as desigualdades no Brasil não estão concentradas apenas no campo da pobreza. Os privilégios da branquitude se apresentam em todas as classes sociais, e, especificamente, “aos negros, sobretudo aos subproletariados, são reservados os últimos lugares das cidades, em condições de marginalidade e a ausência de equipamentos de uso coletivo que compõem o ambiente construído” (Oliveira, 2020, p.136). Ainda, utilizando argumentos como a ausência de mudança nas características raciais das periferias, e a necropolítica da realidade brasileira, o autor reforça a importância do combate ao mito da igualdade racial no Brasil, para que então seja possível a produção de políticas públicas contra as desigualdades urbanas e legados do escravismo.

---

<sup>1</sup> Os escravos de ganho desempenhavam funções diversas fora da atividade agrícola, normalmente em áreas urbanas. Atuavam, por exemplo, com artesanato e comércio além de trabalhos nas cidades e serviços gerais. Estes escravizados eram frequentemente alugados para terceiros, e parte do dinheiro que recebiam era entregue aos senhores.

Os bairros e lugares onde a população negra está concentrada, não são inclusos no pensamento e desenho urbano, recebendo designações como cidades clandestinas, informais, irregulares e periféricas. Esta não inclusão produz e fomenta desigualdades sociais no Brasil as quais possuem um “componente especial urbano sintetizado no bairro negro” (Cunha Júnior, 2021, p.71). Assim, os bairros negros são produzidos também pela segregação da população negra.

Especificamente neste artigo, trataremos do bairro de Nova Ferradas, da cidade de Itabuna, localizada na região cacauzeira do sul da Bahia. Consideramos Nova Ferradas como bairro negro, inicialmente pela característica étnico-racial da população, ainda que apresente especificidades e diferenças em relação a outros tantos bairros negros. Intencionamos apresentar o bairro e discorrer sobre a segregação territorial à qual está submetido, relacionando-a à ação do racismo antinegro.

## **2. Conceitos Iniciais**

A tentativa de compreender o termo bairro negro, conduz, inicialmente, à uma análise individual das palavras que o compõe: o substantivo, bairro, e a qualidade que o diferencia, negro.

Uma definição simplificada – talvez, superficial – de bairro é a porção do território ou cada uma das partes que compõe uma cidade a fim de facilitar a organização e administração pública (Houaiss, 2009). É a escala intermediária entre rua e cidade; dimensão, composta por ruas, praças e edifícios, a partir da qual a área urbana passa a existir de fato (Lamas, 1993). No entanto, é conhecido que a compreensão do bairro extrapola a objetividade do que é físico e tangível, além de ser mais complexa do que uma simples divisão territorial.

Para Lefebvre (1975), o bairro corresponde ao ambiente natural da vida social, estando sempre relacionado à escala humana; compreende ao microcosmo caminhável e mais ou menos suficiente e completo de um pedestre; é uma unidade sociológica necessária, sem a qual existiriam aglomerações, tecidos urbanos, mas não existiriam as cidades. Para mais, o autor argumenta que o bairro é o ponto mais tangível e acessível de sobreposição entre os espaços geométricos e os espaços sociais; é o local no qual os espaços econômicos, políticos, culturais são traduzidos no espaço comum quantitativo (geométrico), pelos (e para os) usuários. (p. 201) Esta visão é, aparentemente, reiterada por Souza (1989) à medida que expõe as duas realidades, subjetiva e objetiva, nas quais traduz-se o bairro. A interpenetração destas duas realidades faz com que o bairro seja uma realidade social de identidade conhecida e aceita, ainda que não de forma absoluta, não apenas pelos moradores do bairro, mas também por aqueles que residem em outros locais da cidade.

Corroborando com esta visão, afirma-se que é nos bairros que a diversidade humana se manifesta, e que a produção de identidade individual e coletiva, bem como das sociabilidades e oportunidades de vida, estão associadas à vida nos bairros (Cunha Junior, 2019, p.69).

Portanto, o bairro é o local de congruência socioespacial, onde se expressa a vitalidade da população; é o intermédio entre o indivíduo e a cidade.

É notável a influência do aspecto humano e da subjetividade para a definição da identidade do bairro a qual, por sua vez, é um dos fatores determinantes no estabelecimento das fronteiras do bairro. Além disso, os bairros podem estar categorizados, isolada ou simultaneamente, segundo diversos critérios: morfologia, desenvolvimento, renda, uso do

solo/atividades, raça. Presume-se que este último critério seja o principal para a definição do bairro negro; no entanto, não necessariamente é o único. Questiona-se, então, quais outras escalas além da racial e quais outros atributos podem compor o que se denomina bairro negro. Ramos (2013), em sua tese de mestrado, discorre sobre o tema do bairro negro apresentando conceitos complementares a fim de interpretá-lo. Para tanto, reflete sobre a ambiência vivenciada através da qual os ambientes são percebidos. A construção desta ambiência mutável será dada passando pelo filtro da subjetividade, e é essencial à compreensão dos bairros negros conforme percebe-se que “além da dimensão espacial, tátil, concreta, os bairros negros também nos apontam para as dimensões sensoriais e ações sociais urbanas” (p. 70).

No trabalho de Ramos, assim como em Cunha Junior, as afrodescendências são o eixo focal nas análises dos critérios (históricos, culturais, políticos e econômicos), colaborando na compreensão da singularidade do bairro negro.

Se, como defende Ramos, é a partir da cultura que se compreende as relações sócio-espaciais, e está evidenciado que o bairro existe através destas relações, então “o bairro negro é aquele em que predomina a cultura negra” (p. 194). Isto não significa que, em um contexto diaspórico, as elaborações de bairros não-negros não sejam também assimiladas; no entanto, o bairro negro é necessariamente fruto da produção intelectual e cultural negra, que lapida a riqueza cultural oriunda da integração das diversas culturas existentes no contexto em que está inserido (p.195). Para mais, não sendo homogêneas as culturas negras, os bairros negros também serão diferentes, com diversas espacialidades e sociabilidades.

O trabalho de Ramos está estruturado conceitualmente pela forma urbana negra<sup>2</sup>, que ocorre a partir da convergência da população negra e da espacialidade urbana. A autora, ainda, apresenta cinco elementos espaciais dos bairros negros sendo eles: espaços coletivos, quintais, áreas vegetais, espaços sagrados e mercados<sup>3</sup>.

Sobre a forma urbana negra, reitera-se que ultrapassa o que está materializado e é visível no espaço urbano, estabelecendo quatro elementos que a compõem. Para o autor, a forma urbana reflete tanto vulnerabilidades oriundas do racismo estrutural antinegro, quanto as potencialidades de afirmação da identidade e patrimônio cultural da população negra (Cunha Junior, 2019).

Os quatro elementos que determinam as formas urbanas negras são: a) os elementos da história e cultura negra; o ser comunidades negras e produzir territorialidades negras; b) as relações sociais entre as populações; c) o racismo antinegro, nas diversas formas presentes na sociedade brasileira, institucional, ambiental e socioeconômico; e d) as ações institucionais que

---

<sup>2</sup> “Assim, constituímos nossos subsídios para conceituar a *forma urbana negra*, conjugando preliminarmente a associação da *forma* como ação que se apresenta, de uma maneira, de um modo, de um jeito, de um feitio pelo qual um fenômeno pode ser apreendido. Segundo Milton Santos (1985), forma é o que é percebido, é o visível, é a descrição dos fenômenos ou de suas particularidades; do *urbano* é compreendido aqui no aspecto relativo ou vinculado à cidade, em que um conjunto de características próprias da vida social coletiva pertinente à cultura é compartilhado entre os seres daquele urbano. Em Lefebvre (1999), o urbano se define pelo nível privado, nas modalidades da vida cotidiana, compreendendo a diversidade das maneiras de viver; e do *negro*, relativo às tradições negras, diante das múltiplas expressões culturais negras.” (Ramos, 2013, p.200)

<sup>3</sup> “Assim temos os *espaços coletivos* para práticas de uso comunitário; os *quintais* na sua organização espacial, no plantio de espécies e ornamentação das plantas, por vezes, assentamentos religiosos; os *espaços sagrados*; os *mercados*: lugares dos tabuleiros, ambulantes, quitandas, feiras; e as *áreas vegetais*, constituindo a materialidade do bairro negro.” (Ramos, 2013, p.198)

antecipam as possibilidades das formas urbanas e as condicionam. (Cunha Junior, 2019, p.72 e 73)

A forma urbana negra engloba tanto o protagonismo quanto as potencialidades da população negra, refletindo as identidades e patrimônio cultural negro; mas também reflete as desigualdades e desafios provocados pelo racismo antinegro, que deve ser combatido através da educação.

Ramos estabelece cinco núcleos conceituais (figura 1) que contribuem com a definição da forma urbana negra, a partir dos quais apresenta os conceitos complementares para a compreensão do bairro negro. Estes conceitos, assim como todo o trabalho de Ramos sobre o tema, são construídos a partir do conhecimento produzido pelos africanos e seus descendentes em diáspora – no Brasil especificamente.

Figura 1 - Diagrama de Premissas conceituais e Conceitos Complementares



Fonte: Ramos, 2013, p.202

Além das definições e categorias de análise propostas por Ramos e Cunha Junior em seus trabalhos anteriores, durante a pesquisa sobre Nova Ferradas, consideramos importante também a análise do olhar externo visto que nas relações interétnicas, não apenas o definir-se, como também o ser definido possui relevância. Isto é, como aqueles que não pertencem ao bairro de Nova Ferradas enxergam e definem o bairro e seus representantes.

### 3. História e Localização Geográfica do Bairro

Figura 2 - Mapa de Itabuna: localização de Nova Ferradas



Fonte: Google Maps. Adaptado pela autora

Nova Ferradas, como o nome sugere, é uma extensão do bairro de Ferradas cujo território tem povoamento inicial em 1815 quando os frades capuchinhos desenvolveriam intenso trabalho de catequese no local (Andrade, 1968). Isso ocorre antes mesmo da existência de Itabuna enquanto cidade – 1910 –, e antes também da abolição da escravatura.

Assim sendo, a área de Ferradas, que mesmo antes de Itabuna se constituir cidade já estava povoada, e que estava localizada fora do centro, porém também às margens do rio, passou (e ainda passa) por adensamentos gradativos. Adensamentos estes realizados principalmente pela parcela da população que não seria bem-vinda nas localidades centrais do que viria a ser Itabuna, por exemplo, o contingente negro após a abolição da escravatura.

O ser negro outrora escravizado bem como seus descendentes estavam presentes no território desde o período da dominação portuguesa no Brasil, visto que em Ilhéus, nesta época, já se cultivava o cacau em fazendas escravocratas<sup>4</sup>. Prevê-se através de documentos de batismos que cerca de um quarto da população ilheense, entre a década de 1820 até 1889, era composta por escravizados.

No momento subsequente à abolição, os caminhos tomados pela população negra foram diversos e, à semelhança de São Paulo – que desmontava os territórios negros, como habitações coletivas e quitandas, ao final da escravidão (Ronilk, 1997) –, Ilhéus buscava uma

<sup>4</sup> Nesta época, havia o quilombo do Oitizeiro (assaltado e disperso pelo governo entre 1806 e 1807) instalado nas proximidades “da vila de Barra do Rio de Contas (atual Itacare)”. Era um quilombo peculiar pois nele viviam pequenos lavradores de mandioca e seus escravos, contratando quilombolas para trabalhar na produção de farinha que seria vendida ao mercado local, estando, assim, o quilombo integrado à economia regional. (Reis, 2008)

“imagem metropolitana de uma urbanidade refinada à moda europeia”, que levava à expulsão dos negros dos centros urbanos (Cunha e Ramos, 2011). Segundo Cruz (2012), muitos foram os destinos tomados pelos negros escravizados em Ilhéus após a abolição:

Os ex-escravos em Ilhéus fizeram muitas escolhas quanto ao destino, dentre as quais optaram por: 1- permanecer na propriedade em que fora escravo. 2 – mudar-se para outra propriedade. 3- distanciar-se da zona produtiva e dirigir-se para áreas mais afastadas a fim de plantar cacau e/ou produtos de subsistência. 4- migrar para cidades vizinhas ou para a zona urbana do município de Ilhéus. 5- tornar-se arrendatário ou pequeno proprietário rural. Certamente muitos fatores foram levados em conta, mesmo porque tais opções não estavam ao alcance de todos (Cruz, 2012, p.83).

Seguramente, um dos locais vizinhos citados aos quais os negros libertos se destinavam era aquele que, em momento posterior, viria a ser a cidade de Itabuna; isto porque os caminhos que se originavam na Capitania de Ilhéus com destino ao interior margeavam o rio Almada e o rio Cachoeira, bifurcando-se próximo ao território da atual Itabuna.

Outro momento de adensamento estaria relacionado à implantação do distrito industrial de Itabuna em 1978 em Ferradas, quando o local ainda era distrito de do município de Itabuna. Nesta área na qual anteriormente praticava-se a agricultura de subsistência, foram instaladas fábricas de diferentes portes como TriFil, Kildare, Kissex e Postes Nordeste. Este momento é lembrado pelos moradores mais antigos de Nova Ferradas como o senhor João Alves Gomes (75), que acredita que o eixo de ampliação de Itabuna está nessa direção sudoeste do município, e cita as fábricas e o campus da UFSB (também localizado em Ferradas) como equipamentos importantes da área.

Aproximadamente uma década após a instalação do distrito industrial, o final do período áureo do cultivo do cacau na região justificaria um terceiro grande momento de adensamento urbano em Itabuna, visto que “entre os anos de 1890 e 1920 a população regional passou de 7.629 habitantes para 105.892” (Silveira, 2002, p.14).

Adonias Filho (1978) delimita e caracteriza seis ciclos do cacau no período de 1746 a 1989 desde a implantação do fruto até a última grande crise, estando o sexto ciclo relacionado à crise provocada pela contaminação das lavouras pela vassoura de bruxa em 1989, terminando ao final da década de 1990 com o início da clonagem do cacau a fim de recompor a lavoura<sup>5</sup>. A contaminação da lavoura pelo fungo aumentou substancialmente o custo de produção do cacau, levando à falência inúmeros produtores. Como resultado, decorreu-se amplo êxodo rural ocasionando a “periferização acentuada da região cacauífera, principalmente Itabuna e Ilhéus” (Rocha, 2008).

Durante as entrevistas realizadas, antigos moradores de Ferradas lembraram as duas últimas enchentes citadas, e relataram a angústia pela qual passaram os que tiveram suas casas destruídas. Relataram, ainda, que na enchente de 1971, após as águas do rio Cachoeira levaram as casas da rua do Cajueiro – que margeia o rio em Ferradas –, o então prefeito Fernando Gomes solicitou que fosse aberta uma rua perpendicular ao rio na qual construiu barracos de madeira para esta população desabrigada do Cajueiro.

---

<sup>5</sup> Muito se especula sobre a introdução do fungo *Crinipellis perniciososa* (vassoura de bruxa) na região. Por exemplo, o filme documentário de Dílson Araújo, “O Nó: Ato Humano Deliberado”, levanta a suspeita de que o fungo tenha sido inserido de forma intencional por grupos políticos, a fim de suprimir o poder econômico e a influência dos barões do cacau nas eleições da região.

Figura 3 - Rio Cachoeira e Rua do Cajueiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A esta rua deu-se o nome de Primeiro de Maio e assim nasceu o bairro de Nova Ferradas. Ou seja, antes mesmo de Ferradas tornar-se bairro de Itabuna, quando ainda era um distrito do município, Nova Ferradas começava a ser formada como uma continuação/ramificação de Ferradas.

#### **4. A Pesquisa no Local**

Saindo do centro de Itabuna, passando pelo viaduto Paulo Souto, passamos pela Avenida Ibicaraí, que se funde com a BR 415. Este caminho segue paralelo ao rio Cachoeira, começando a divergir cerca de seis quilômetros após o viaduto; é neste ponto de divergência que está localizado o bairro de Nova Ferradas.

Com, aproximadamente, 0,4 quilômetros quadrados de área edificada, Nova Ferradas é limitado ao norte pela BR 415, ao sul pelo rio Cachoeira, a leste por Ferradas e a oeste pelo bairro Fernando Gomes e por sete quilômetros de área verde que separam o bairro da cidade vizinha Itapé.

Ao caminhar por Nova Ferradas é impossível não notar a presença do verde da vegetação, que permeia o bairro em diversos pontos, como às margens do rio, mas também em inúmeros terrenos ainda não edificados (figura 4). Por estes terrenos, muitas vezes os residentes criam, a pé, caminhos alternativos que funcionam como atalho entre as vias principais; vias estas, mesmo que calmas, raramente desertas visto que a cultura de sentar na porta de casa, conversar com o vizinho e “ver o movimento” ainda persiste.

Figura 4 - Paisagem de Nova Ferradas



Fonte: Arquivo da autora, 2018

O início do povoamento de Nova Ferradas ocorre a partir da relocação das vítimas da enchente da rua do Cajueiro para a atual rua Primeiro de Maio. A abertura da rua e a instalação de abrigos temporários que serviram de moradia foi demandada pela administração municipal, mas o crescimento e edificações construídas nos períodos subsequentes ocorreram a partir do processo de autoconstrução. Os abrigos emergenciais fornecidos pelo governo, inicialmente de madeira e frágeis, deram lugar a construções mais sólidas em alvenaria à medida que os moradores foram se fixando naquele espaço.

É importante ressaltar que não existem sequer parâmetros urbanísticos previstos para as novas construções em Nova Ferradas visto que o bairro não consta no zoneamento nem no quadro de dimensionamento, ocupação e aproveitamento dos lotes incluso no código de obras<sup>6</sup> da cidade. Se, no momento presente – em que a cidade possui uma legislação para regularizar as novas edificações –, Nova Ferradas aparentemente não está incluso na agenda de desenvolvimento urbano municipal, é possível presumir que nunca tenha estado.

O estado das vias é tema recorrente nas entrevistas. Os moradores frequentemente sinalizam a pavimentação como uma falta no bairro, porque, apesar das ruas mais largas – por onde passam os ônibus – serem asfaltadas, existem muitas falhas, ondulações, buracos dentre outros defeitos usuais que não são ajustados com a frequência necessária. Além do asfalto, encontramos também vias não pavimentadas e outras pavimentadas com paralelepípedo.

Grande parte das residências ocupa o espaço onde estariam as calçadas com varandas cobertas e gradeadas, e não existem recuos frontais ou laterais entre as casas. Algumas, entretanto, possuem recuos posteriores que conformam os quintais.

Existe uma notória similaridade entre as residências no que tange a arquitetura. Além das varandas cobertas supracitadas, a maioria é composta de um único pavimento térreo, não ultrapassando três metros de gabarito. Algumas apresentam platibandas frontais que escondem o telhado que recobre a casa, exceto a varanda que normalmente estão cobertas por telhas cerâmicas coloniais ou fibrocimento aparentes. Estas platibandas nem sempre são retas, algumas são inclinadas, outras tem formatos em L e possuem uma borda/moldura de acabamento. Várias fachadas externas são pintadas, mas o uso de revestimento cerâmico também é recorrente tanto com função estética, quanto como solução para infiltrações. O

---

<sup>6</sup> O atual Código de Obras do Município de Itabuna consta na lei 2344 de 30 de dezembro de 2015. Ferradas também não aparece como um bairro individual, mas como parte da ZICS (Zona Industrial de Comércio e Serviço de Grande Porte).

fechamento da varanda é feito com meia parede de alvenaria, em geral, com cerca de 1 metro de altura, acima da qual colocam as grades. Há também um portão metálico que compõe o conjunto das grades, que se apresentam em desenhos e cores diversos; o portão é feito para passagem de pedestres, e, em maioria, as casas não possuem garagem.

Figura 5 - Fachada Residencial em Nova Ferradas



Fonte: Arquivo Pessoal, 2023

#### **4.1. Fronteiras e o olhar externo ao bairro de Nova Ferradas**

Ao atravessar o limite de Nova Ferradas, transitando pela cidade, o morador carrega consigo o “crachá imaterial” de residente de tal espaço. Já que o bairro não consiste apenas do espaço físico e é produzido por elementos humanos, culturais e identitários, ele está em constante movimento ao passo que seus moradores representantes (elementos dinâmicos do bairro) transitam pela cidade. Naturalmente, a identidade – atrelada ao bairro – que este morador leva consigo influencia a sua percepção da cidade e, ainda, como ele é percebido e recebido pela cidade.

Por um lado, seria possível apontar que, em se tratando do olhar externo geral, não há como identificar em qual bairro uma pessoa reside sem que ocorra uma verbalização da informação. Sabe-se, no entanto, que determinados símbolos visuais, estéticos e étnicos podem caracterizar grupos, e frequentemente são utilizados para classificar indivíduos como pertencentes ou não pertencentes a algum local.

No que tange a percepção humana e a estruturação do ambiente em que se está inserido, Tuan (1980) diferencia o funcionamento – em amplitude e acuidade – dos sentidos humanos para os demais animais. Aquilo que é captado pelos sentidos (visão, tato, audição, paladar, olfato) será estruturado seguindo princípios de racionalização e segmentação considerando, ainda, a escala do corpo humano. No entanto, os eventos não apenas são racionalizados e segmentados, como também normalmente organizados em pares opostos que compõem oposições binárias: certo e errado, perto e longe, aqui e lá, nós e eles.

Seguindo esta lógica de oposição binária, Tuan sugere que a ideia de “centro” e “periferia” seja universal, visto que as pessoas tendencialmente estruturam o espaço com elas mesmas ao centro e, a partir daí, elaboram zonas concêntricas que possuem valores inversamente proporcionais à distância do centro.

Os indivíduos são membros de grupos e todos aprenderam – embora em graus variados – a diferença entre nós e eles, entre as pessoas reais e as pessoas menos reais, entre o lugar familiar e o território estranho. ‘Nós’ estamos no centro. Os seres humanos perdem atributos humanos na proporção em que se distanciam do centro. (Tuan, 1980, p.35)

A atuação midiática, nas mais diversas formas, é exemplo de força externa que influencia a construção de sentimentos relacionados à topofilia e topofobia. A construção das identidades sociais e coletivas está, progressivamente mais, atrelada ao que é veiculado nas mídias (Marôpo, 2014).

A segregação espacial e étnica observada nas cidades do Brasil, cria um cenário de discriminação no acesso urbano, perpetuando a desigualdade enfrentada pela população afrodescendente e erigindo uma barreira adicional à integração deste grupo à sociedade. Além disso, vinculando-se cada vez mais à iniciativa privada, as políticas públicas têm influenciado a configuração do ambiente urbano em prol dos interesses das classes dominantes contribuindo para a segregação espacial, e conseqüentemente, para a perpetuação da pobreza e outras carências sociais no espaço urbano (Ramos, 2007, p.98).

Como ilustra Wacquant, quando há a indicação de que espaços marginalizados pretendem tornar-se elementos permanentes da paisagem urbana, é iniciado um combate através de discursos de descrédito promovidos tanto pelo domínio jornalístico, político, burocrático e científico, quanto por outros atores da vida cotidiana. Este descrédito, que dificulta a interação entre o indivíduo estigmatizado e os demais, será denominado estigma. (Goffman, 1975, p.13, apud Marôpo, 2014, p.109).

Dos três grandes tipos de estigmas catalogados por Goffman, as “disformidades do corpo”, os “defeitos de caráter” e as marcas de “raça, nação e religião”, é com o terceiro que o estigma territorial se aparenta, visto que “pode ser transmitido por via da linhagem e [que ele] contamina de igual modo todos os membros da família”. Mas, contrariamente a estas últimas, pode ser facilmente dissimulado e atenuado (ou até, anulado) pela mobilidade geográfica. (Wacquant, 2017, p.28)

Tal como ao indivíduo, a estigmatização afeta também os territórios. Em um lugar negativamente etiquetado, ao qual o direito é negado diferenciando-o do “normal”, justifica-se ações que marginalizam ainda mais os habitantes progressivamente invisibilizados. Desta forma, torna-se mais fácil, por exemplo, expulsar esta população marginalizada de espaços cobiçados e desconstruir o lugar<sup>7</sup> de afeto, segurança e familiaridade cultural com o qual se identificam (Wacquant, 2014). Para a forma urbana negra, há, ainda, o agravante filtro do racismo antinegro – problemática estrutural que influencia negativamente o olhar externo.

É impossível tratar do racismo antinegro sem relacioná-lo ao processo de colonização e escravização. Neste sentido, busca-se Mbembe (2020) o qual, tratando sobre necropolítica, aborda as colônias como espaços onde a distinção racial entre conquistador e o povo subjugado

---

<sup>7</sup> “Espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. (Tuan, 1983, apud Rizzo, 2014, p.312).

possibilita um governo que atua de forma violenta e na ausência de lei. Com a justificativa de atender ao “processo civilizatório”, os indivíduos são desumanizados até que sejam vistos mais como objetos do que como sujeitos de fato; sendo objeto, suas existências podem ser possuídas, comercializadas e extintas em função das necessidades dos senhores colonizadores. Assim, “em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’ (Mbembe, 2020, p.15). Entende-se, então, que o espaço das invasões europeias denominada por eles de colônias se torna matéria prima da soberania, funcionando como fronteira entre colonizador e colonizado; para os colonizadores, as colônias são habitadas por “selvagens”, são ambientes de exploração muito distintos daqueles onde habitam. Construir uma visão negativa e degradante deste espaço de imposição da dominação eurocentrica, bem como daqueles que nele se encontram, é uma necessidade para a viabilidade da ação do colonizador; e, por sua vez, esta imagem estigmatizada do outro e do “lá” é possibilitada através do racismo.

Afim de compreender a posição ocupada por Nova Ferradas na cidade de Itabuna, considerou-se importante acrescentar neste trabalho também a visão e opiniões de moradores externos sobre Nova Ferradas sem, no entanto, fugir ao protagonismo dos atores internos do bairro. Para tanto, formulou-se um questionário online<sup>8</sup> para ser respondido exclusivamente por membros da população itabunense – exceto moradores de Nova Ferradas.

O formulário foi respondido por oitenta e quatro moradores de Itabuna, majoritariamente entre as idades de 20 e 40 anos (46,4%) e entre 40 e 60 anos (42,9%). Apenas 15% desta amostragem se autodeclarou preta, enquanto a maioria (40%) se autodeclarou parda, e 40% branca – não sendo evidenciadas outras etnias.

Apesar de a grande maioria encontrar-se em localidades afastadas de Nova Ferradas, 97,6% dos entrevistados afirmam terem notícias e saberem a localização do bairro. No entanto, um número um pouco menor dos entrevistados (69%) já visitou Nova Ferradas, e, em quantidade semelhante (67,9%) conhecem algum morador do bairro.

As palavras mais recorrentes nas respostas estão, em primeiro lugar, relacionadas à uma característica mais tangível e observável que é a distância. Estabelecendo um ponto de referência no centro da cidade ou no bairro onde residem, parte significativa dos demais moradores de Itabuna caracterizam Nova Ferradas como longe.

Apesar de cerca de 30% dos entrevistados não conhecerem moradores do bairro ou nunca terem ido até Nova Ferradas, a falta de segurança e a associação a perigo e violência são recorrentes nas respostas. Também recorrente é a sinalização da carência por infraestrutura e, conseqüentemente, a desvalorização do bairro que é agravada pela proximidade com o presídio municipal.

É notório que os discursos de descrédito, também fomentados por setores midiáticos e políticos, influenciam a percepção dos grupos externos à Nova Ferradas sobre o bairro. No entanto, frequentemente, após uma aproximação com Nova Ferradas e seus moradores, há uma mudança – mesmo que parcial – do olhar e imagem previamente construídos. Não há alteração no aspecto da distância, tampouco muda a avaliação de falta de infraestrutura física; no entanto, a perspectiva do que está relacionado ao humano e à ação humana sofre alterações positivas, principalmente no que diz respeito à violência e falta de segurança.

---

<sup>8</sup> O formulário foi estruturado de maneira a facilitar o engajamento. Portanto, as perguntas foram escritas de forma objetiva e simplificada utilizando, em maior parte, o recurso da múltipla escolha.

A visão externa sobre Nova Ferradas é oposta ao vivenciado e relatado pelos moradores do bairro. Estes, frequentemente, deixam explícito que o bairro é muito seguro e que há uma clara relação de confiança entre os vizinhos. Se, de forma geral, para a comunidade itabunense, Nova Ferradas possui uma imagem negativa relacionada à violência e precariedade, isto não parece ser absorvido pelos moradores ou influenciar a visão destes em relação ao bairro. Logo, não é possível afirmar que o olhar externo se sobreponha ao interno, ou que as definições exógenas sejam claramente adotadas pelos moradores.

No entanto, retomando a ideia de segregação racial citada no primeiro capítulo, sabe-se que a atribuição de estigmas e a manutenção do status negativo dos bairros periféricos – nos quais a maioria da população é negra – é um projeto com base no racismo antinegro. A redução das desigualdades sociais, intimamente ligada à segurança urbana, só poderá ocorrer mediante o combate à tal projeto através da educação e do entendimento do que é a forma urbana negra e da importância sociocultural dos territórios negros nas cidades brasileiras.

## 5. Considerações

Para quem interessa a continuidade da hegemonia, torna-se objetivo que a população em geral aceite que existem pessoas que merecem estar alheias à direitos. Para tanto, um dos mecanismos mais eficientes aplicados é o de depreciação do grupo através do espaço, isto é, se o bairro é visto como violento, as pessoas que pertencem ao bairro também serão; e a suposta presença de violência serve como justificativa para que o poder público não assista aquele território. Sem assistência e sem oportunidades de desenvolvimento, não há chances de mobilidade social, estabelecendo-se um ciclo de vulnerabilidade que continuamente afeta parte significativa da população afrodescendente.

Entretanto, é possível argumentar que este projeto de descrédito ocorra com todos os bairros pobres, independentemente de serem ou não compostos por maioria negra. É evidente que, no Brasil, a pobreza não está desassociada da racialização, mas existem especificidades relacionadas à população negra que não devem ser negligenciadas, como coloca Ramos (2007):

O reconhecimento da especificidade dos afrodescendentes no espaço urbano é um tema a ser refletido pelo pensamento social e urbano brasileiro, uma vez que o espaço urbano se caracteriza pelo seu perfil transversal nas diferentes políticas públicas setoriais. Os estudos do espaço urbano, como sede das relações sociais, devem ser envolvidos por uma visão multiinter-transdisciplinar. (Ramos, 2007, p.178)

Assim sendo, o reconhecimento do bairro negro (e dos seus habitantes) vai além do reforço de identidade étnico-racial; se desdobra em um mecanismo essencial de combate à desumanização e negligência que inviabiliza o investimento dos recursos governamentais em benefício destes locais e das famílias que o formam.

Ressaltemos aqui que as semelhanças entre os bairros negros não residem exclusivamente em aspectos negativos relacionados ao racismo e segregação espacial, nem na visão e ação externas deteriorantes da imagem do bairro. O bairro negro o é graças à afrodescendência que persiste às contínuas tentativas de supressão. A existência do bairro negro se dá a partir da noção, ainda que inconsciente, de uma ancestralidade comum que está refletida na cultura, nas relações entre os moradores, nas metodologias construtivas, na construção de caminhos e nas crenças da população.

Nova Ferradas é um bairro com especificidades em sua formação. Parte dos seus moradores vieram das fazendas ou são descendentes de antigos trabalhadores rurais, que utilizaram a própria mão-de-obra e conhecimento acumulado na construção da arquitetura e urbanização do espaço físico do bairro. Ao contrário de bairros como o Engenho Velho da Federação em Salvador, Nova Ferradas não possui núcleos que se desenvolveram a partir dos terreiros e das culturas explicitamente ligadas às religiosidades de matriz africana. No entanto, ainda assim, observa-se que algumas das premissas conceituais levantadas por Maria Estela Ramos estão presentes no bairro. Por exemplo, a construção de casas próximas entre familiares, a noção de família extensa em relação aos vizinhos, a caminhabilidade expressa através dos caminhos alternativos às vias principais feitos a pé, e até mesmo a influência das religiosidades afro-brasileiras dentro da fé cristã.

Os bairros negros são diversos, ainda que possam apresentar similaridades. As informações apreendidas no decorrer desta pesquisa conduzem ao entendimento de que seria equivocado ter uma visão de homogeneidade sobre os bairros negros, visto que eles se apresentam de formas variadas decorrentes do processo de formação, localidade e característica da população negra que nele reside.

## 6. Referências

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia**: chão de cacau. Uma civilização regional. Civilização Brasileira, 1978.

ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol. **De Tabocas a Itabuna**: um estudo histórico-geográfico. EDITUS, Editora da UESC, 2005.

CAMPOS, Andreilino. Quilombos, favelas e os modelos de ocupação dos subúrbios: algumas reflexões sobre a expansão urbana sob a ótica dos grupos segregados, 2013, pp. 243-265. Disponível em: Acesso em 19 de maio de 2023

CUNHA JÚNIOR, H. BAIROS NEGROS: RUPTURA EPISTÊMICA DO PAN-AFRICANISMO NO BRASIL. **EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 9, n. 2, 2021.

CUNHA JÚNIOR, H. Urbanismo Africano: 6000 mil anos construindo cidades (uma introdução ao tema). **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 371-382, 2020.

CUNHA JUNIOR, H.; RAMOS M. E. R. TERRITÓRIOS DE MAIORIA AFRODESCENDENTE: Segregação Urbana, Cultura e Produção da Pobreza da População Negra nas Cidades Brasileiras. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 2, 2011.

LEFEBVRE, H.. Barrio y vida de barrio. In: LEFEBVRE, H. De lo rural a lo urbano. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975, p. 195-203.

MARÔPO, Lidia. Identidade e estigmatização. *Análise Social*, v. 49, n. 210, p. 104-127, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Segregação racial e desigualdades urbanas nas cidades brasileiras: elementos para uma observação da necropolítica. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 34, p. 131-156, 2020.

RAMOS, Maria Estela Rocha. Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos-um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

RAMOS, Maria Estela Rocha. Território Afrodescendente: Leitura de Cidade Através do Bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). Dissertação (mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região Cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Itabuna, minha terra**. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. DIFEL, 1980.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 16, 2017.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Desigualdades socioespaciais urbanas: impactos nas percepções da dimensão humana da cidade**

*Urban socio-spatial inequalities: impacts on perceptions of the human dimension of the city*

### **Giovana Rodrigues de Sousa**

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, IFSP, Brasil  
Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq  
rodrigues.giovana@aluno.ifsp.edu.br

### **Douglas Gallo**

Professor Doutor, IFSP, Brasil  
Arquiteto e Urbanista, Doutor em Urbanismo  
douglas.luciano@ifsp.edu.br

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é discutir como as desigualdades espaciais e contradições do espaço urbano, entendidas como um reflexo da sociedade, se relacionam com processos de desumanização das cidades contemporâneas e afetam as percepções de seus cidadãos acerca da dimensão humana da cidade. Este artigo apresenta um recorte de um projeto de pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento, fomentado pelo CNPq. A metodologia utilizada é a qualitativa e revisão integrativa da literatura, tendo a mesma sido realizada a partir de artigos, livros, teses e dissertações, que abordam o tema da “cidade humana”, nas bases de dados *Scopus*, *SciELO*, *Science Direct*, *Web of Science*, Periódicos CAPES e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Este estudo é importante, na análise de território e da segregação socioespacial, para compreender como as desigualdades socioespaciais urbanas afetam a percepção da dimensão humana nas cidades. Como resultado, foi encontrado que, as desigualdades no espaço urbano afetam a maneira como as pessoas o utilizam, o que impacta na percepção delas sobre a qualidade do espaço, o que contribui para compreender a importância de um planejamento urbano participativo que considere a escala e dimensão humanas e a diversidade de pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade humana. Qualidade de vida urbana. Planejamento urbano.

## **ABSTRACT**

*The objective of this work is to discuss how spatial inequalities and contradictions in urban space, understood as a reflection of society, relate to processes of dehumanization in contemporary cities and affect the perceptions of its citizens regarding the human dimension of the city. This article presents an excerpt from a scientific initiation research project under development, supported by CNPq. The methodology used is qualitative and integrative literature review, which was carried out based on articles, books, theses, and dissertations addressing the theme of the “human city”, in the databases Scopus, SciELO, Science Direct, Web of Science, CAPES Periodicals, and in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations. This study is important in the analysis of territory and socio-spatial segregation to understand how urban socio-spatial inequalities affect the perception of the human dimension in cities. As a result, it was found that inequalities in urban space affect the way people use it, which impacts their perception of the quality of space, contributing to understanding the importance of participatory urban planning that considers the scale and human dimension, as well as the diversity of people.*

**KEYWORDS:** Human city. Urban quality of life. Urban planning.

## 1 INTRODUÇÃO

A desumanização das cidades é um processo global, produto do positivismo do século XX, como consequência da Revolução Industrial e da modernização da sociedade (CASTAÑEDA, 2021). A “modernidade” desencadeou processos de fragmentação, individualização e racionalização, sendo alvo de estudos por parte de diversos sociólogos, filósofos e urbanistas, como Henri Lefebvre (1999), Zygmunt Bauman (2001), Richard Sennett (2014), David Harvey (2014), François Ascher (2010) e Jan Gehl (2013). Ainda que seus efeitos urbanos sejam criticados desde a década de 1960, com a publicação de “Morte e Vida das Grandes Cidades” por Jane Jacobs (2009), observa-se um acentuamento desses processos, que contribuem para o rompimento das relações de comunidade, sensação de pertencimento ao local e formação de subjetividades e/ou identidades particulares.

Bauman (2003) foi preciso ao lembrar que todas as palavras têm significado, mas algumas guardam sensações, sendo a palavra “comunidade” uma delas. A comunidade é um lugar confortável, aconchegante e “cálido”, evocando tudo aquilo que a sociedade contemporânea sente falta para uma vida segura e confiante. O mundo sente falta da comunidade por sentir falta da segurança que escapa ao alcance ou que se desmancha em um mundo fluido e incerto, marcado pela competitividade.

Uma análise sociológica dessa conjuntura apresenta uma dissolução da sociabilidade, atributo intrinsecamente humano. Ao longo do século XX, o próprio conceito de sociabilidade sofreu mudanças nos seus usos e significados, passando daquele de esferas da vida cotidiana, onde as relações seriam mais próximas e familiares (festas, costumes, rituais e encontros), até um uso mais ampliado, como possibilidade de construção temporária do próprio social entre atores sociais em condições diversas, onde o principal intuito seria a interação interpessoal. Sinteticamente, pode-se entender a sociabilidade como a “*capacidade humana abstrata para o social, sem a determinação do caráter da relação, com ênfase no conceito de pessoa*” (FRÚGOLI JUNIOR, 2007, p. 55, grifo dos autores).

Ainda que o crescimento econômico tenha sido expressivo neste mesmo período, a acumulação e concentração de renda e poder, associadas à expansão da malha urbana, em detrimento da qualidade de vida, tem acentuado as desigualdades territoriais, em um processo de alterização, como um reflexo do que ocorre na sociedade, característica de um ambiente que é socialmente construído. O conceito de qualidade de vida introduz uma valorização de horizontes desejáveis para determinados grupos sociais, diferenciando-se de acordo com níveis de exigência e aspirações particulares. No entanto, de acordo com Vitte (2009), fatores relativos à sociabilidade dariam um suporte a uma percepção subjetiva mais positiva da qualidade de vida. Ao não considerar a dimensão humana no processo de planejamento urbano, fatores essenciais para a usabilidade do espaço são ignorados, impactando diretamente na maneira como estes espaços são utilizados e, portanto, na percepção relativa à qualidade e segurança destes espaços. A dimensão humana das cidades, com sua vitalidade, está relacionada à apropriação dos espaços enquanto lugares de encontro e permanência (GALLO; BESSA, 2021), sendo impactada diretamente pelos processos de planejamento e gestão (SPERANDIO, MOREIRA; BERNARDINO, 2018).

O objetivo deste trabalho é discutir como as desigualdades espaciais e contradições do espaço urbano, entendidas como um reflexo da sociedade, se relacionam com processos de desumanização das cidades contemporâneas, afetando usabilidade dos mesmos e

as percepções de seus cidadãos acerca da dimensão humana da cidade, da qualidade de vida urbana e da sensação de segurança.

O presente artigo é um recorte temático de uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento, cuja abordagem metodológica é qualitativa. A categoria de análise desenvolvida refere-se às desigualdades sociais, buscando compreender os impactos desta iniquidade nas percepções e formas de apropriação urbanas, impactando na humanização das cidades. A pesquisa social qualitativa foi escolhida por permitir analisar fatores que não podem ser traduzidos em números, considerando-se mais importante os processos e seus significados (PRODANOV; FREITAS, 2013). Primeiramente foi realizada uma revisão integrativa da literatura, conformando um *corpus* de pesquisa composto por artigos, livros, teses e dissertações, que abordavam a dimensão humana da cidade, publicados em língua portuguesa, no período entre os anos de 2018 e 2023. A busca foi realizada nas bases de dados *Scopus*, *SciELO*, *Science Direct*, *Web of Science (WoS)*, Periódicos CAPES e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

## **2 UM OLHAR ANÁLITICO SOBRE O PRESENTE**

### **2.1 A racionalização do urbano**

Inicialmente, procurou-se traçar o panorama por trás dos processos sociais analisados, conformado por processos decorrentes da Revolução Industrial e da modernização das cidades, que contribuíram para a individualização e diferenciação social, rompendo com a tradição da vida em comunidade e com o senso de identidade e pertencimento ao local. Como consequência, a sociedade se tornou mais desigual e os indivíduos passaram a não se ver mais como parte de um grupo com o qual se identificam, nem representados ou acolhidos na cidade em que vivem, tendo suas percepções do espaço afetadas. De acordo com Ascher (2010), as diferentes formas das cidades, independente de suas dinâmicas de formação, cristalizam e refletem as lógicas das sociedades que acolhem. Sendo assim, a maior individualização pressupõe mudanças na maneira como os cidadãos organizam seu território e empregam seu tempo, provocando também uma crise na concepção e funcionamento dos equipamentos e serviços públicos de modo geral.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1999), defende que o processo de individualização acompanha o da urbanização, principalmente nas grandes cidades. Segundo o autor, este fato desumaniza as cidades por inibir a sociabilidade que é intrinsecamente humana. Quando a socialização não ocorre a tendência é que os espaços públicos sejam esvaziados ou que acolham apenas grupos específicos e, conseqüentemente, a diferenciação entre os diversos grupos sociais ganha maior contraste, num processo de alterização<sup>1</sup>. Com o crescimento urbano pós Revolução Industrial e a migração de pessoas para os grandes centros urbanos à procura de trabalho, foi preciso encontrar soluções rápidas para acomodar tantas pessoas chegando ao mesmo tempo nas cidades. Por consequência, as escolhas tomadas seguiram a ideologia predominante na época, que era a favor da racionalização do espaço, desconsiderando os fatores humanos.

---

<sup>1</sup> Os processos de alterização correspondem aos processos de identificar, nomear ou rotular aqueles que consideramos diferentes de nós mesmos, ou desse “nós” idealizado conforme a identidade assumida coletivamente pela própria comunidade.

A racionalidade aplicada às cidades, particularmente pelo urbanismo moderno, não é capaz de compreender as subjetividades atreladas à percepção dos cidadãos quanto à qualidade do espaço urbano. Sendo assim, urbanistas que se empenham em estudar apenas as teorias e ditames do urbanismo monofuncional ortodoxo, apoiam-se em ideais de cidade (cidade idealizada), sem compreender como as cidades realmente são, desconsiderando a escala da vida e as demandas de seus habitantes. Esse descolamento da realidade se dá porque *“ainda não se afastaram do conforto ilusório das vontades, das superstições conhecidas, do simplismo e dos símbolos e ainda não se lançaram na aventura de investigar o mundo real”* (JACOBS, 2009, p. 12).

## **2.2 A procura por segurança**

Desde a antiguidade a cidade é vista como o local de abrigo, de conforto e segurança para o homem. As antigas cidades eram cercadas por muros que as protegiam de invasores e ladrões. Porém, atualmente, as residências foram transformadas em muralhas para proteger seus habitantes da própria cidade. Dessa forma, a área urbana é delimitada por uma linha invisível, que substitui os muros, e tem como papel separar quem vive na área central de quem não tem condições para arcar com os custos de moradia dentro da cidade, sendo afastados para as periferias (RECH, 2016).

Tendo em vista que as cidades são o lugar da diversidade, do encontro e do confronto com o outro, tornam-se aspectos centrais da vida urbana o estranho, o medo, ou sensação de insegurança. Estes são determinantes das posturas adotadas nos espaços públicos urbanos. Quanto mais difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço ou motivação clara, mais assustador torna-se o medo. Este é o nome que damos à incerteza e à ignorância. A expressão sociedade de risco foi cunhada pelo sociólogo alemão Ulrich Bech (2011) para caracterizar a imprevisibilidade dos perigos enfrentados pela humanidade, perigos estes causados pela própria ação humana, notadamente as questões nuclear e climática. O medo urbano se constitui de imaginários e de um planejamento urbano relacionado à insegurança, uma política do risco, uma vez que este sentimento deriva menos dos perigos reais que do desconhecido. Para exemplificar, nunca antes na história da humanidade foi tão seguro viver, houveram tantos recursos, mas contraditoriamente a imprevisibilidade aumenta a ansiedade e o medo. O agravamento da violência urbana, o alargamento das diferenças sociais e o abandono seletivo de setores urbanos internalizam o medo como padrão psicossocial de comportamento urbano. O crescimento desordenado das cidades, a má distribuição de equipamentos urbanos públicos e dos recursos de infraestrutura colaboram para o agravamento dessa questão (QUEIROZ; LACERDA, 2005), alimentando uma poderosa indústria do medo (medo como mercadoria).

## **2.3 A segregação da cidade**

A insegurança está fortemente associada à ideologia da violência urbana, que por sua vez está ligada à segregação socioespacial das cidades. As periferias, particularmente no Brasil, foram estruturadas de forma desordenada, propiciando a constituição de uma *“arquitetura da violência”*, onde a precariedade e ausência do Estado, possibilitam o desenvolvimento da violência como forma de organização (HUGUES, 2004).

A segregação espacial pode ocorrer de três formas, de maneira simultânea e sucessiva: a) espontânea, que é resultado do preço das terras e da capacidade das pessoas em manter o custo de vida da localidade; b) voluntária, quando voluntariamente as pessoas se isolam em condomínios fechados; e c) programada, que tem relação com as ações do Estado, via planejamento urbano, como por exemplo ao criar, intencionalmente, bairros nas periferias para a população mais pobre, que irá morar longe dos locais de trabalho e equipamentos urbanos (LEFEBVRE, 2001).

Os habitantes destituídos de meios ou condições financeiras passam a ser vistos como ameaça em potencial, sendo forçados a se afastar das partes mais agradáveis da cidade, onde encontram-se os empregos, a vida urbana, o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), se amontoando em distritos afastados, áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário (ambientalmente frágeis ou com riscos geológicos e/ou hidráulicos). Os moradores com recursos financeiros optam por condomínios (verticais ou horizontais), segregados e desligados da vida urbana (SPOSITO; GÓES, 2013). Conformando verdadeiros enclaves fortificados (CALDEIRA, 2011), comunidades imaginárias, sem um verdadeiro sentido de comunidade, em busca de uma qualidade de vida que é apropriada como mercadoria e vendida a altos preços no mercado imobiliário (GUERRA, 2013).

Essa separação entre moradia e local de trabalho compromete a qualidade de vida dos cidadãos, que gastam muitas horas de seus dias no transporte público ou em engarrafamentos para ir e voltar do trabalho. Além disso, esse fenômeno causa o esvaziamento dos bairros residenciais durante o dia e dos centros urbanos durante a noite. Ruas vazias contribuem para a sensação de insegurança nas cidades (JACOBS, 2009). Para que o espaço público seja ocupado ele precisa ser atrativo para as pessoas, possuir diversificadas opções de lazer e trajetos curtos que facilitem a caminhabilidade, o que contribui para uma cidade mais viva e segura (MACIEL; MARTINS, 2020). Outra consequência de despender horas significativas do dia no deslocamento entre casa e trabalho é que as pessoas deixam de dispor de tempo para a prática de atividades físicas ou recreativas, bem como para a sociabilidade, o que contribui para o esvaziamento dos espaços públicos e deterioração da saúde e qualidade de vida.

#### **2.4 O “esvaziamento” do espaço público**

Como consequência desses processos o espaço público perdeu seu significado como local de encontro e de trocas simbólicas, o que impacta diretamente na vivência da cidade e nas percepções de seus habitantes sobre o espaço público. O espaço urbano é um reflexo da sociedade e, portanto, as desigualdades sociais são também encontradas no território urbano. Como um espaço que é socialmente construído, ele pode mitigar ou intensificar a segregação socioespacial, legitimada pela sensação de medo e insegurança, principalmente quando as políticas públicas são decididas verticalmente, sem a participação popular. Além disso, configura-se como um conjunto de fatores, onde o uso torna-se dependente dos significados atribuídos ao espaço. Atualmente, reconhece-se a importância de considerar a dimensão humana nas cidades, já que a qualidade do espaço urbano não pode ser mensurada, a não ser pela percepção humana (PIRES, 2020).

A antropóloga brasileira Teresa Caldeira (2011) realizou uma análise profunda sobre a forma como o crime, o medo e o desrespeito aos direitos humanos dos cidadãos urbanos foram associados às transformações urbanas, produzindo um novo padrão de segregação espacial nas

últimas décadas do século XX. O surgimento dos enclaves fortificados, de uma arquitetura do medo e de um urbanismo segregado moldaram as cidades, com consequências marcantes no território urbano, particularmente, o esvaziamento dos espaços urbanos e a deturpação de seu sentido público.

## **2.5 Uma questão de política**

Para Bonetti (2007), há uma tentativa do Estado de não reconhecer a heterogeneidade na sociedade moderna, negando a existência das desigualdades e procurando constantemente integrar as pessoas em um padrão. Entretanto, a função democrática da cidade só é possível de ser efetivada em decorrência da diversidade social presente no espaço urbano (GEHL, 2013). Esse modo de ação, através das políticas públicas, sem parâmetros de quais demandas são prioritárias e ignorando as desigualdades no espaço, pode implicar na distribuição de investimentos de maneira incongruente e iniqua, que tem como consequência a valorização desigual da terra urbana e a segregação socioespacial (GALLO, 2020). Sendo assim, o planejamento das cidades deveria ser uma ferramenta para empoderar seus cidadãos e dar-lhes, não apenas, a oportunidade de opinar, como também o poder de decisão sobre as mudanças desejadas para o espaço urbano. Uma cidade humana deve ser pensada para seus habitantes e com sua colaboração, afinal são estes quem sabem quais são as suas problemáticas e potencialidades, possibilitando a superação das desigualdades e vulnerabilidades (OLIVEIRA; BORGES, 2017).

Um planejamento que não considere as pessoas como as principais agentes da cidade está fadado ao fracasso. O uso decorrente da implementação de projetos urbanos depende da percepção do espaço pelo usuário, com sua consequente apropriação. Ao perceber o espaço como convidativo, mesmo para atividades secundárias, os cidadãos passam a utilizá-lo de forma mais frequente e ativa (GEHL, 2013). Atividades secundárias são aquelas que podem ser realizadas em outros lugares, mas que as pessoas escolhem realizar na rua.

Gabriela Delcin Pires (2020), em sua dissertação de mestrado intitulada “Abordagem da macroergonomia no espaço urbano: fatores que influenciam na percepção de qualidade”, aplicou um questionário a fim de compreender os fatores que influenciam a percepção humana dos espaços da cidade, observando que os indivíduos que realizam atividades secundárias no espaço público possuem uma percepção mais positiva do mesmo, em todas as dimensões avaliadas. Concluindo que o uso influencia na percepção de qualidade dos espaços.

Em uma sociedade marcada pela segregação, pobreza, desigualdades e pelo consumismo, é importante adotar uma visão de desenvolvimento humano que não seja pautada somente no desenvolvimento econômico, e que procure distribuir os investimentos em busca da justiça social (CARLI, 2020; SEN, 2010). Dessa forma, a consideração das características humanas, sociais e culturais de uma cidade são tão importantes para o desenvolvimento urbano e humano quanto os aspectos físicos da cidade. O planejamento urbano deve ser mais do que o exercício da técnica que considera apenas o que é palpável (PIRES, 2020).

## **2.6 O direito à cidade**

O direito à cidade, referenciado primeiramente por Lefebvre (2001) em sua obra lançada em 1968, diz respeito a uma preocupação e discussão referente aos valores de uso e de

troca do solo urbano, sendo o direito à cidade compreendido como valor de uso, materializado ao acesso à vida urbana. Essas discussões surgiram como resposta à desigualdade social que divide a cidade entre ricos e pobres, territórios legais e ilegais, resultado da segregação socioespacial gerada pela concepção do solo urbano como mercadoria. O direito à cidade é também um direito humano e seu objetivo é diminuir as desigualdades, através da justiça social e participação popular. Ao ser classificado como um direito humano, o direito à cidade ganha justificativa e força para ser implementado, pois, como um direito legítimo, deve ser garantido a todos os habitantes (CARLI, 2020).

Apesar do reconhecimento do direito à cidade, a realidade é que grande parte da população vive em condições desumanas, em locais insalubres e sem infraestrutura. Aqueles que moram nas periferias e trabalham nos grandes centros, dependem muitas horas de seus dias apenas no transporte público, quase sempre lotado e de baixa qualidade. Mesmo aqueles com acesso a automóveis particulares se expõe à poluição, em horas de engarrafamento, colocando em risco sua saúde e qualidade de vida (SALDIVA, 2018), além de não terem tempo para o lazer e a prática de atividades físicas.

Sem contar a imensa precariedade destes territórios, cuja ausência de oferta de áreas de lazer dotadas de equipamentos públicos e de espaços qualificados para a prática de exercícios impactam na qualidade de vida dessas regiões, quase sempre esquecidas pelo poder público. As políticas públicas impactam diretamente sobre as condições objetivas de vida e indiretamente sobre sua percepção (BONETI, 2007; RANDOLPH, 2018; FAGUNDES, 2017).

## 2.7 Qualidade de vida urbana

A percepção de qualidade de vida urbana também se relaciona a acessibilidade aos serviços básicos como o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à prática de atividades físicas e aos espaços verdes, bem como a satisfação das necessidades específicas de todos os cidadãos. Sem o atendimento dessas demandas, a cidade não pode ser considerada humana. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo de sua condição de vida no contexto cultural no qual está inserido, percepção essa baseada em valores, objetivos, expectativas e padrões. Todos esses fatores impactam na forma como as pessoas percebem e vivenciam a cidade e que podem variar de acordo com o gênero, cor/raça/etnia, classe econômica, idade, religião, cultura, sexualidade, dentre outros fatores. Considerar as percepções humanas no planejamento urbano significa levar em conta as interpretações subjetivas dos diversos grupos que integram a sociedade, mas de maneira objetiva:

A ideia de qualidade de vida, ao valorizar horizontes **desejáveis para distintos grupos, com distintos níveis de exigência e de aspirações**, conforma aspectos mais subjetivos e afeitos à percepção dos indivíduos. O conceito guarda relação com a satisfação das necessidades humanas, com a capacidade de uma comunidade desfrutar de uma vida média longa, de forma saudável, mas especialmente com a satisfação com a própria vida. Diante desta constatação, podemos nos questionar se seria pertinente, e possível, incorporar às práticas de planejamento e gestão, as necessidades humanas mais complexas e subjetivas, que ultrapassam a noção de necessidades básicas? (GALLO, 2020, p. 131, grifo dos autores).

A tese proposta por Vitte (2009) é de que apenas fornecer o acesso aos serviços básicos urbanos não é o suficiente para garantir a qualidade de vida urbana. Também é preciso

promover a sociabilidade, sem a qual não existe vida nos espaços públicos, e que influencia de forma mais positiva uma percepção da vida urbana com mais qualidade e da humanização da cidade, do que os aspectos materiais. No entanto, não se pode desconsiderar a dificuldade de promover a sociabilidade e a qualidade de vida em uma sociedade de consumo, marcada pela individualização e segregação. Sociedade que valoriza os bens materiais e o desenvolvimento econômico acima dos direitos humanos e bem-estar coletivo, onde a violência e a percepção de insegurança crescentes, particularmente nos grandes centros urbanos, corrói a vida urbana e o papel cívico do espaço público.

## **2.8 A qualidade do lugar**

A percepção visual é fundamental para a vivência da cidade. A presença de espaços que sejam bem cuidados, bonitos, com áreas verdes, marcos simbólicos, diferentes possibilidades de uso, atrativos para diferentes tipos de público e pensados para a escala humana, tendem a estimular a urbanidade e a vitalidade (DEL RIO, 2016; GEHL, 2013; GEHL; SVARRE, 2018). O uso comum do espaço, o bem-estar, a estética e a funcionalidade, além de melhorarem fisicamente o espaço, podem transformar a percepção do local e a maneira como ele é utilizado (SILVA *et al.*, 2020). Por outro lado, espaços abandonados e sem manutenção, transmitem uma imagem de lugares inabitados e inseguros, os quais não estão sob os cuidados e olhares de ninguém, e que dessa forma, não devem ser frequentados.

O aumento da desigualdade e a falta de cuidado e manutenção nos espaços públicos impactam na sensação de injustiça, o que contribui para a crescente percepção de perigo no espaço urbano, onde uns têm mais direitos que outros. A sensação de perigo no mundo atual é crescente, bem como a de impotência ao tentar evitá-lo (BAUMAN, 2008). Espaços, que deveriam ser democráticos e cidadãos, se esvaziam, pois as pessoas não se sentem pertencentes a eles e não possuem mais o senso de comunidade de outrora, senso que se constrói a partir de relações de igualdade de direitos e respeito mútuo, apesar das diferenças (GALLO, 2020). A percepção de insegurança afasta as pessoas do espaço público e gera vulnerabilidades e comportamentos inadequados, pois, por mais que ele possua qualidades físicas, o medo generalizado impede que ele seja frequentado, principalmente como um espaço de permanência, e, quanto menos ele for frequentado, menos ele estará seguro (figura 1).

Figura 1 - Reflexos da desigualdade social no espaço urbano



Fonte: AUTORES, 2024.

### 3 UM OLHAR DE ESPERANÇA PARA O FUTURO

Segundo Jane Jacobs (2009), escritora e ativista política norte-americana, é preciso que haja os “olhos da rua”, o constante movimento de pessoas e atividades na cidade para que atos de violência e criminalidade sejam inibidos. Uma rua que seja constantemente vigiada passa a imagem de uma rua segura:

Uma rua com infraestrutura para receber desconhecidos e ter a segurança como um trunfo devido à presença deles – como as ruas dos bairros prósperos – precisa ter três características principais: Primeira, deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público e o privado não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais.

Segunda, devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega.

E terceira, a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas. Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela olhando uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se, de quando em quando, olhando o movimento da rua (JACOBS, 2009, p. 35-36).

Para fugir dos perigos aqueles que têm melhores condições financeiras se isolam em condomínios fechados e shopping centers, os chamados “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2011). Nestes espaços de exceção, nos quais a entrada é controlada, se busca uma maior sensação de segurança e qualidade de vida, trata-se da segregação voluntária definida por Lefebvre, quando as pessoas voluntariamente se isolam em condomínios fechados, vendidos como solução para a insegurança, mesmo que isso signifique que os moradores estejam em uma espécie de prisão. Entretanto, essa é uma falsa percepção, já que os enclaves fortificados apenas reforçam ainda mais a segregação socioespacial existente, o desejo dos mais afortunados em se afastar daqueles considerados marginalizados. Não socializam com quem está fora de sua bolha e ainda criam grandes extensões de calçadas muradas, sem fachada ativa, matando a vida

urbana desses espaços públicos. Muros, portões e grades servem para marcar a territorialidade de um determinado espaço, para mostrar que ele é protegido e propriedade de alguém.

A percepção de insegurança não se limita apenas aos fatores relacionados à segurança urbana, e sim a aspectos de influência global, sendo inclusive afetada pela imagem relacionada aos símbolos de segurança, vendidos como a solução, como os condomínios fechados, fazendo parte da lucrativa indústria da segurança privada. Sendo assim, entende-se que o enclausuramento, que, nesse caso, é social, simbólico e físico, é uma forma de alcançar determinado *status* social. O esvaziamento da cidade contribui para um ciclo de indiferença com relação a ela, uma vez que “*o abandono, real ou simbólico, material ou imaterial, dos espaços urbanos funcionam como repelentes à vitalidade urbana*” (GALLO, 2020, p. 178). A consequência de um espaço que não é considerado seguro é o abandono, que se perpetuará, pois um espaço sem a presença e movimentação de pessoas não é convidativo para que seja ocupado e apropriado pelos habitantes da urbe.

A percepção de um lugar está totalmente atrelada ao uso dado ao mesmo, o que ocorre inconscientemente. A forma como uma pessoa enxerga um espaço é influenciada e/ou determinada pela maneira como ela o usa, seja para o trabalho ou para o lazer, por exemplo. Isso implica em diferentes sensações, que podem ser afetadas por diversos estímulos e fatores, como a maneira pela qual a pessoa se locomove (a pé, de carro, de bicicleta ou de transporte público) e os dias e horários em que ela passa pelo local. Justamente por isso, a caminhada deve ser incentivada como meio de locomoção na cidade por permitir que o transeunte passe mais tempo no local e consiga observar mais detalhes do espaço físico e social, construindo, assim, um sentimento de pertencimento ao espaço urbano. Entretanto, para isso, é preciso que a cidade ofereça os estímulos adequados, com fachadas ativas e atrativas, mobiliário urbano e edifícios que respeitem a escala humana, pensados na altura do olhar (GEHL, 2013).

Além disso, incentivar a caminhada como principal meio de deslocamento é também promover saúde e qualidade de vida, bem como o uso de bicicletas, promovendo uma mobilidade mais ativa. O transporte ativo contribui para melhoria na capacidade física, diminuição dos congestionamentos e da poluição sonora e atmosférica, maior segurança no trânsito e aproveitamento dos espaços. Isso exige que a infraestrutura da cidade viabilize essa possibilidade, dando prioridade e atenção aos pedestres e ciclistas, e não aos automóveis. A adoção de um estilo de vida mais ativo e saudável não depende exclusivamente da vontade pessoal, mas também de políticas públicas e espaços que permitam essa escolha.

Atualmente, a paisagem urbana é conformada pelos carros, vistos como símbolo da modernização nos primórdios da aplicação do urbanismo moderno e do planejamento urbano, fazendo-nos reféns do seu uso (SPECK, 2016). O senso comum trata como normal a dependência dos carros e difunde a ideia de que ele traz qualidade de vida às pessoas. Nesse contexto, é preciso reverter a lógica da desumanização das cidades e questionar quais são os benefícios que os automóveis trazem às pessoas no dia a dia, a fim de implementar uma mobilidade mais ativa.

#### **4 CONSTRUINDO UMA DEFINIÇÃO PARA CIDADES HUMANAS**

Apesar de não existir uma definição exata do que é a “cidade humana”, após a análise do *corpus* de pesquisa pode-se compreender que os diferentes autores concordam em grande parte. Uma cidade humana é aquela na qual as pessoas se sintam confortáveis, que promova o bem-estar de seus cidadãos através da sensação de segurança, do respeito às identidades e

diversidade e, principalmente, aquela na qual o planejamento urbano é participativo, com foco nas pessoas e realizado com a contribuição dos habitantes desde a fase de diagnóstico territorial até sua fiscalização e acompanhamento.

A cidade humana é também uma cidade saudável, que garanta acesso às áreas verdes e espaços públicos, onde a cultura é respeitada e incorporada no planejamento. É uma cidade inclusiva, com uso misto e a curtas distâncias, que incentiva a caminhada e a pedalada, bem como o uso de transporte público de qualidade (GALLO, 2020). Afinal, as condições físicas e sociais da cidade impactam na saúde, no bem estar e na qualidade de vida de seus habitantes, não podendo ignorar-se a dimensão humana.

O ideal para uma cidade humana seria a apropriação do espaço urbano para o uso livre e espontâneo, favorecendo encontros diversificados, espaços de manifestações culturais e políticas, de uso recreativo e artístico. Um espaço que seja aberto a todos, e não a perpetuação de condomínios que podem ser entendidos como verdadeiros bairros da atualidade, se isolando daqueles que são considerados bárbaros, os indesejados.

Para que o ser humano esteja em primeiro lugar na cidade, necessita-se que ele participe ativamente da tomada de decisões acerca do espaço urbano, que seja um sujeito co-criativo. Sendo assim, é preciso que haja a intenção do poder público em tornar isso possível. Isso pode ocorrer através do estabelecimento de redes de conversação entre a comunidade e o poder público, a fim de permitir que a participação popular seja efetiva e consistente durante todas as fases do planejamento e do projeto urbano (IPCCIC, 2019). Colocando em prática políticas públicas horizontais, focadas no coletivo acima das individualidades e privilégios, será possível implementar uma cidade que seja verdadeiramente humana:

A aceitação da existência de privilégio, seja ele de que tamanho for, automaticamente, destrói a possibilidade de o ser humano ser colocado em primeiro lugar. O privilégio sempre será para alguns e, nesse caso, a individualidade corroerá toda a força do coletivo. Dessa forma, colocar o ser humano em primeiro lugar significa eliminar políticas de privilégios (IPCCIC, 2019, p.42).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS NÃO DEFINITIVAS**

Entendendo a cidade humana como uma cidade para todos, na qual as pessoas se sintam livres para ser quem são, seguras e acolhidas, é possível dizer que a desigualdade social desumaniza as cidades ao impedir que todas as parcelas da população acessem os serviços da cidade da mesma forma. Fato este perpetuado e justificado pela racionalidade positivista ainda presente nos processos de modernização. As relações com o espaço urbano são diferentes dependendo de fatores como: renda, gênero, sexualidade, cor/raça/etnia, religião, cultura, dentre outros.

Para a efetivação de uma cidade humana faz-se necessário compreender esses fatores, que influenciam diretamente as percepções dos cidadãos acerca da dimensão humana da cidade e do que eles consideram como qualidade de vida urbana. A sensação de insegurança, ao esvaziar os espaços públicos, contribui para o fim da sociabilidade, fundamental para se obter uma percepção positiva acerca da vida urbana. O uso atribuído ao espaço urbano impacta diretamente na percepção de qualidade de vida urbana pelas pessoas, portanto, a percepção humana deve ser levada em consideração no desenho de políticas públicas, no desenho urbano e no planejamento e gestão das cidades, a fim de se respeitar a dimensão e escala humana nos

espaços e favorecer a sociabilidade, que é essencial para a construção de uma cidade viva, digna e pensada para pessoas.

Destarte, as intervenções no espaço urbano não devem ser desenvolvidas por políticas públicas verticais, mas sim através de processos participativos que considerem as diferenças e as transformem em potencialidade, a fim de construir uma cidade que reflita a identidade local e solucione as principais demandas e vulnerabilidades. A legislação também precisa enfrentar a questão dos condomínios fechados, espaços de exceção e de segregação do espaço urbano, produtos imobiliários e ideológicos que corroem a vida urbana. Tão pouco o planejamento urbano isoladamente tem o poder de extinguir as desigualdades, uma vez que a cidade é socialmente construída, o que exige que haja também mudanças estruturais na formação da sociedade e nas formas de consumo.

## REFERÊNCIAS

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARLI, Franco Guerino de. **Cidades inteligentes, dignidade humana e direito a um meio ambiente sustentável**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

CASTAÑEDA, Jairo Humberto Agudelo. **Empatías urbanas y geosemiótica**: el sistema geográfico de los signos urbanos. Bogotá: Ediciones Unisalle; Valladolid: Universidad de Valladolid, 2021.

DEL RIO, Vicente. Perambulando pelo centro histórico de Lisboa: urbanidade, o flâneur e as qualidades visuais da cidade. In: RHEINGANTZ, Paulo Afonso; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; SZAPIRO, Ana Maria (org.). **Qualidade do lugar e cultura contemporânea**: modos de ser e habitar as cidades. Porto Alegre: Sulina, 2016.

FAGUNDES, Cinthia de Almeida. **Sorocaba, cidade do futuro e futuro da cidade**: avaliação das políticas públicas urbanas e da qualidade de vida. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GALLO, Douglas Luciano Lopes. **Cidade humana**: a vida urbana e a promoção da saúde como qualidade de vida. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GALLO, Douglas; BESSA, Eliane Ribeiro de Almeida da Silva. Reflexões sobre a dimensão e a escala humana no planejamento urbano e nos espaços para viver da cidade contemporânea. **REGRASP**, São Paulo, v.6, n.3, p. 89-107, 2021.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **Vida nas cidades**: como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GUERRA, Mariana Falcone. **Vende-se qualidade de vida**: Alphaville Barueri – implantação e consolidação de uma cidade privada. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

HUGUES, Pedro Javier Aguerre. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.4, p. 93-102, 2004.

IPCCIC, Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (SP). **Seis passos para a cidade humana**. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACIEL, Priscila Bastos; MARTINS, Maria de Fátima. Análise da sustentabilidade de cidades incorporando a dimensão humana: estudo na cidade de Queimadas-PB. **Polis: Revista Latinoamericana**, Campina Grande, v.19, n.57, p. 161-184, 2020.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **Interações**, Campo Grande, v.19, n.4, p. 739-755, 2018.

PIRES, Gabriela Delcin. **Abordagem da macroergonomia no espaço urbano**: fatores que influenciam na percepção de qualidade. Dissertação (Mestrado em Design). Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

QUEIROZ, Ivan da Silva; LACERDA, Norma. Do espaço urbano sob a égide do medo à cidade que medra: representações sociais e práticas cotidianas num ambiente marcado pelo medo da violência urbana. In.: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 11., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPUR, 2005.

RANDOLPH, Rainer. Políticas públicas e desenvolvimento regional: desafios e potencialidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.14, n.3, p. 426-445, 2018.

RECH, Adir Ubaldo. **Cidade sustentável, direito urbanístico e ambiental**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

SALDIVA, Paulo. **Vida urbana e saúde**: os desafios dos habitantes das metrópoles. São Paulo: Contexto, 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Carina Scandolaro da; BERLATO, Larissa Fontoura; FIGUEIREDO, Luiz Fernando Gonçalves de; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. O design no desenvolvimento de cidades humanas inteligentes. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v.30, n.3, p. 27-41, 2020.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; MOREIRA, Rafael Negrin; BERNARDINO, Fernanda. Conexões entre o planejamento urbano e a cidade saudável. **Labor & Engenho**, Campinas, v.12, n.4, p. 482-494, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In. VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Do Hotel ao Condomínio Residencial: Habitabilidade e conformações socioespaciais distintas**

*From Hotel to Residential Condominium: Habitability and distinct socio-spatial configurations*

**Bianca Coutinho Lopes Cunha**

Aluna de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
bianca.lopes@estudante.ufjf.br

**José Gustavo Francis Abdalla**

Professor Doutor, UFJF, Brasil.  
gustavo.francis@ufjf.br

## RESUMO

O objetivo do artigo é compreender a espacialidade em um hotel, o considerando como moradias de curta e longa permanência. Especificamente, se quer apontar quais relações socioespaciais, no sentido do ambiente construído de vida para as pessoas, são proporcionadas a seus residentes. Tem-se a análise documental da arquitetura e sua normativa e entrevistas como metodologia, incluindo-se aí os aspectos formais territoriais urbanos. Busca-se suporte pela teoria ecológica ambiental. Vai-se desenvolver a pesquisa por meio de coleta de dados técnicos-arquitetônicos e levantamento in loco por meio do Walkthrough. A cidade de Juiz de Fora, MG, é o local da pesquisa. A investigação se faz por meio das análises quanto à habitabilidade da edificação e características socioculturais presentes no ambiente construído. Além disto, são classificados dois objetos centrais para análises: (a) lugares, como meio físico formal e (b) ambientes, como meios sociais. Como resultados, tem-se quadros com elementos descritivos que permitem compreender o cenário de vida proporcionado aos usuários de hotéis e seus possíveis impactos presumíveis na vida cotidiana de moradores nesta tipologia arquitetônica. Como conclusão, reafirma-se que a relação pessoa-ambiente encontrada no edifício acontece entre dois públicos distintos, os hóspedes de curta permanência e os de longa permanência, e cada um desenvolve características socioespaciais diferentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura. Habitabilidade. Hotel.

## ABSTRACT

*The objective of the article is to understand the spatiality in a hotel, considering it as short- and long-stay housing. Specifically, we want to point out which socio-spatial relationships, in the sense of the built living environment for people, are provided to their residents. There is a documentary analysis of architecture and its regulations and interviews as a methodology, including formal urban territorial aspects. Support is sought from environmental ecological theory. The research will be developed through the collection of technical-architectural data and on-site survey through Walkthrough. The city of Juiz de Fora, MG, is the location of the research. The investigation is carried out through analyzes regarding the habitability of the building and sociocultural characteristics present in the built environment. Furthermore, two central objects for analysis are classified: (a) places, as formal physical environments and (b) environments, as social environments. As a result, we have tables with descriptive elements that allow us to understand the life scenario provided to hotel users and their possible impacts on the daily lives of residents in this architectural typology. In conclusion, it is reaffirmed that the person-environment relationship found in the building occurs between two distinct audiences, short-stay guests and long-stay guests, and each one develops different socio-spatial characteristics.*

**KEYWORDS:** Architecture. Habitability. Hotel.

## **1 INTRODUÇÃO: PROBLEMA; OBJETIVO E BREVE HISTÓRICO**

Este é uma pesquisa que apresenta resultados parciais, pois faz parte do desenvolvimento de um mestrado, onde os autores estão diretamente envolvidos. O objetivo do artigo é compreender a habitabilidade em um hotel. A problemática posta à investigação está no fato que hotéis são cenários diferenciados da habitação tradicional e têm duas naturezas arquitetônicas a serem consideradas, tipológica e de população de usuários, quais sejam: (1) hotéis são considerados moradias e (2) há, nisto, moradores diversos.

Trazendo-se um curto histórico da hotelaria, pode-se apontar a possibilidade de um paralelo na relação à tipologia de residências, nos primeiros tempos, quando ainda não existia como tipologia em si. Segundo Barbosa e Leitão (2005), no Brasil, as primeiras hospedagens surgiram em residências, onde a população local hospedava viajantes e entregavam uma “excelente” hospitalidade. Isto ocorreu, principalmente, nos primeiros três séculos da colônia, onde as famílias tinham atitude hospitaleira de receber “tropas”, ou pessoas em trânsito, em abrigos especificamente a eles destinados, a qualquer hora em que chegassem, do dia, ou noite, dado que estes lugares não estavam relacionados aos interiores, mas em locais sem comunicação com as famílias. Também há que se ressaltar que as estruturas das habitações não abrigavam, tal qual hoje em dia acontece, ambientes de proximidade física-espacial com as vizinhanças (Souza, 1977). Segundo, Andrade; Brito e Jorge (2005), mesmo fora do Brasil, a terminologia hotel só aparece no século XVIII, na Inglaterra. Os autores ainda colocam que é neste século que se veem os primeiros edifícios com esta tipologia no Brasil, primeiro em Salvador, ainda como hospedaria agregado ao Colégio dos Jesuítas e depois, já como termo consagrado contemporaneamente, o Hotel Pharroux, no centro do Rio de Janeiro. Entretanto, a terminologia hotel, no país, primeiramente esteve atrelada à cidade do Rio de Janeiro, capital e que abrigou um grande contingente de imigrantes com a vinda da corte portuguesa em 1808. Estas hospedagens, ainda assim, eram reconhecidas como serviços mais próximos de restaurantes. Só, a partir de meados do século XIX e durante o século XX, segundo o CBA-Hotéis (1987), que ocorreram dois momentos que alavancaram as construções na hotelaria brasileira, entre 1920-1930 e depois de 1960. Assim, se desenvolveu e consolidou como um setor de serviços social de lazer, negócios e outros, economicamente organizado e distribuído pelo país.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia possui abordagem qualitativa de caráter exploratório. Visa levantar dados, sistematizar e analisar acerca da habitabilidade no sentido de compreender as relações socioespaciais de duas ordens, uma objetiva e outra subjetiva, que formam o ambiente construído relacionado à vivência das pessoas em moradias.

Dois campos teóricos são trabalhados: a ecologia humana e a relação pessoa-ambiente. O primeiro dá suporte ao ecossistema humano (BENNETT, 1996 e STEINER, 2016). O segundo às relações que os homens têm com territórios e territorialidades do macro ao microterritório, com base na proposição de Haesbaert (2019) e Souza (2018). Para análise sociocultural será utilizada como embasamento a teoria ecológica de Bronfenbrenner (1996)

Utiliza-se o método de levantamento documental que possibilita as análises do edifício, tanto quanto aos aspectos geométricos-formais, quanto em relação ao projeto socioespacial nele presente. Complementa a documentação, dados técnicos e normativos específicos no interesse da pesquisa, nos campos da habitabilidade e hotelaria. Ressalta-se que algumas informações apresentadas neste trabalho foram coletadas por meio de entrevista

semiestruturada e visita in loco, pelo modelo Walkthrough, ambas, com colaboradores administrativos do hotel realizada para a dissertação em desenvolvimento, e este contato só foi possível mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Plataforma Brasil sob o número 71745123.4.0000.5147.

Voltando à questão da análise da habitabilidade, seu papel na pesquisa se apresenta, por premissa, como um método significativo. Trata-se assim, porque ela está além das escolhas pessoais, pois são argumentos com “caráter visível” nos espaços arquitetados e habitados (BOLLNOW, 2008) que afetam necessidades diretamente relacionadas às condições saudáveis para manutenção da saúde humana. Por exemplo, garantem possibilidades de atendimento às atividades de vida diária (AVD) e atividades instrumentais de vida diária (AIVD), que são dois aspectos correntes e relacionados às autonomias das pessoas para que possam viabilizarem suas necessidades e habilidades básicas, tais como: realização em segurança das necessidades biológicas (ir ao banheiro, comer, repousar) e de higiene pessoal e coletiva (tomar banho, escovar dentes, limpeza dos lugares etc.). Além disto, a habitabilidade requer uma observação cuidadosa em relação à antropometria humana e a análise ergonômica dos ambientes, tanto em relação à geometria dos espaços, quanto aos aspectos cognitivos trazidos como elementos de natureza cultural de uma sociedade.

Reforça todo o posicionamento aqui que, de acordo com a perspectiva estritamente técnico normativa da NBR 15575, a habitabilidade de um edifício precisa, sobretudo, atender aos tópicos físico-espaciais de uma edificação, tais como: estanqueidade; desempenhos térmico, lumínico e acústico; saúde, higiene e qualidade do ar; funcionalidade e acessibilidade; conforto tátil e antropodinâmico (NBR 15575, 2013). Assim, estes serão analisados nos hotéis de acordo com seus projetos arquitetônicos e conforme o edifício se encontra no espaço-tempo da pesquisa.

Habitabilidade forma cenários que também afetam desejos, como: escolha em relação ao exossistema e mesossistema de serviços de localização territorial dos hotéis; das paisagens possíveis, dos confortos etc. O que são decisões de natureza individual.

Por tudo, pode-se entender que habitabilidade é adotada como um campo de abordagem para análises e considerações na metodologia deste artigo. Diz-se isto porque, como visto acima, ela traz argumentações consideradas explícitas para observações físico-espaciais das coisas objetivas e subjetivas que estão relacionadas ao espaço arquitetônico. Também está atrelada à corporeidade, com isto a considerações acerca da vivência social e cultural, mas sem a direta presença do corpo no espaço.

## **2 - CONTORNO DE PESQUISA**

A evolução do setor, conforme ocorrem novas demandas aos programas de necessidades para suas arquiteturas, acarreta a formação de um conjunto diferenciado de tipologias, aqui ditas, secundárias. Assim, hotéis têm várias configurações organizacionais e funcionais, que levam às diversidades de localização regional, municipal e local e com naturezas formais distintas. Com isto posto, tem-se, hoje em dia, um conjunto sofisticando de variabilidades classificatórias e/ou subtipologias para as suas edificações e, de igual proporção, em possibilidades dos serviços para atender aos diferentes grupos de usuários. Neste sentido, há inúmeras conformações e, esta pesquisa, trabalha com três categorias: comercial, condomínio residencial e hospedagem. Além disso, a categoria de hospedagem se subdivide em curta permanência e longa permanência. Ainda, um considerável número de edificações,

frequentemente apresenta usos mistos, sabido que possuem serviços de hotelaria, lojas comerciais, serviços de turismo empresarial (agências de viagens e pacotes de turismo propriamente ditos), serviços de eventos de diferentes naturezas (congressos, shows artísticos, exposições etc.), entre outros, mas tudo operando num mesmo complexo hoteleiro. Há, por estas condições, uma variabilidade programática, como: resorts, hotéis urbanos, hotéis rurais, hotéis de trânsito, motéis etc.

Os residentes relacionados à investigação vão ser classificados em dois grupos, a saber: (a) curta permanência e (b) longa permanência. De acordo com a Lei 11.771 (2008), o tempo legal de permanência para hospedagens é de até 90 dias. Sendo assim, períodos superiores a este para empreendimentos hoteleiros, são abordados pela Lei 8245 (1991). Diante disso, os autores adotaram o termo curta permanência para períodos inferiores a 30 dias e longa permanência para períodos superiores.

Vai se trabalhar com o que, peremptoriamente, foi denominado hotel misto de dois padrões de usuários: (a) quartos convencionais e/ou tradicionais e (b) residência e/ou suítes. Entendendo-se que o primeiro grupo está associado ao morador, passageiro, de curta permanência e o segundo grupo ao morador de longa permanência. Tal opção por trabalhar grupos de usuários, portanto, não impede que o hotel esteja associado a um complexo com um programa vasto de funções e usos, com muitos serviços agregados. Desta maneira, pode apresentar muitas atividades para os dois grupos de usuários (restaurantes, comércios diversos, serviços de lavagem de roupas, salas de cursos, locais de exposições, áreas de lazer, serviços de beleza etc.), isto é, pode ser um resort, ou um hotel urbano, entre outros.

No que trata do caráter geográfico-territorial, este artigo tem como característica e especificidade, trabalhar a questão em cidades de porte médio, dado que a investigação ocorre em Juiz de Fora, MG, que está localizada entre as capitais Rio de Janeiro e Belo Horizonte e que possui, aproximadamente, 540 mil habitantes (IBGE, 2022). Mais ainda, a unidade hoteleira pesquisada foi erguida na área central do município. Tal posição urbana da edificação e a regional da cidade do estudo, são significativas e complementares, pois trazem pontos diferentes para compreender aspectos da atratividade para hóspedes em hotéis. Em resumo, aqui, no trato locacional, há dois pontos a serem notados como relevantes: (1) o caráter regional que o município tem e que gera uma área de influência que, em alguns casos, como, por exemplo, na área de abrangência territorial do Sistema Único de Saúde (SUS), onde é macrorregião estadual fornecendo assistência (primária, secundária e terciária) para mais de 90 municípios que, somados, chegam a mais de 1,5 milhões de pessoas e (2) a territorialidade sociocultural, econômica e formal da cidade em sua área central. Neste segundo caso, o centro municipal apresenta-se multifatorial em termos de atrativos a serem considerados, como: (a) proximidade aos órgãos de controle estatal (câmara de vereadores, prefeitura, secretarias municipais e fóruns), (b) equipamentos físico-territoriais presentes e de diferentes naturezas que atraem pessoas da área de influência indicadas pelo primeiro item, como são a territorialidade socialmente e culturalmente construída ao longo da história da cidade, onde há uma vasta rede de comércio de galerias comerciais (característica morfológica urbana imperativa no município) que possuem diversidade de comércios, serviços das mais variadas naturezas; (c) equipamentos público e privados nos três níveis educacionais e (d) equipamentos de cultura, esporte e lazer (praças urbanas ativas, feiras em ambientes públicos, teatros, bares e restaurantes, academias de ginástica e centros esportivos e/ou clubes etc.). Há que se dizer ainda que a população residente na área central também é significativa e que é composta por todas as classes

socioeconômicas. Também a cidade tem alguns aspectos adicionais, não necessariamente advindos da área central, como por exemplo, a produção industrial é significativa com a participação de empresas como: Becton, Dickinson (insumos de saúde); Siderúrgica Mendes Júnior (Arcelor-Mittal); Mercedes Benz (unidade de caminhões), sede da MRS Logística (concessionária da malha da Rede Ferroviária Federal); CODEME (fábrica de estrutura de aços), entre outras. Cabe dizer que a cidade conta com cinco distritos industriais que também exercem influência para o setor de hotelaria.

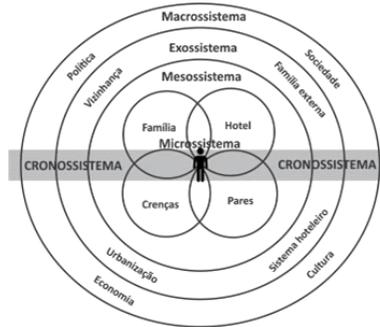
No contexto da edificação, tem-se, entretanto, que o objeto da arquitetura é o espaço (COUTINHO, 1977), sendo este o artefato central da abordagem do artigo. Neste sentido, ressalta-se que não é possível, apenas com a habitabilidade, resolver o todo do espaço arquitetural e construtivo ambiental. Portanto, o artigo está limitado aos seus elementos e não atinge uma abrangência completa da abordagem arquitetônica do espaço, entre outros, não é possível observar aspectos ambientais de natureza da vivência nos lugares, como valores de natureza estritamente cultural, questões de apegos e afetos, vínculos organizacionais, a natureza cultura que leva às considerações pessoais sobre os lugares e ambientes, a constatação da presença da trajetória de vida das pessoas como impressões dos lugares etc.

A pesquisa classifica dois marcadores territoriais, um deles são os lugares e o outro são os ambientes. O primeiro trata dos aspectos formais, geométricos e materiais objetivos das arquiteturas, como dimensionamentos, volumetrias etc. O segundo são elementos subjetivos, mas que guardam considerações argumentativas objetivas, como são as orientações espaciais de norte/sul de uma edificação, ou a setorização espacial de uma tipologia, ou mesmo o arranjo físico dos interiores, quer para atender à aspectos de caráter funcional, ou arranjos socioculturais de um grupo ou sociedade (BAUDRILLARD, 2002; BOLLNOW, 2008; CAVALCANTE e NÓBREGA, 2017; RAPOPORT, 1990; SEGAUD, 2016; THIBAUD, 2018).

Se tratando de pesquisa sobre o ambiente construído, mesmo entendendo que não é possível compreender o espaço excluindo a presença de seu usuário, pois este é o ser significativo desta correlação entre pessoa-ambiente, mas, para superar a ausência do usuário, aborda-se as contextualizações com referência à ecologia humana (BENNETT, 1996) e a teoria ecológica ambiental de Bronfenbrenner (1996) para análise do contexto socioespacial dos usuários do hotel. Ainda, reafirmamos que este artigo apresenta resultados parciais de significativa importância, pois segundo Laraia (1986), antropologicamente sempre nos pautamos pela existência do ambiente físico para as atitudes e ações humanas, mesmo nos casos de situações virtuais e/ou imaginárias, como indicou Merleau-Ponty que tocamos apenas no palpável: “... se apreende as coisas por onde elas devem ser apreendidas para se tornarem espetáculo ...” (MERLEAU-PONTY, 2011, p.355). Coloca-se então que são pressupostos humanos válidos até os dias atuais, incluindo-se todas as transformações tecnológicas que vivenciamos, enquanto homo sapiens. Neste sentido, segundo Bronfenbrenner (1977), a análise de contexto deve acontecer do microsistema ao macrosistema, sendo este caracterizado como um conjunto complexo.

Moser (2018) traduz a relação que envolve os indivíduos a partir do campo espacial de entorno do sujeito proposto por Bronfenbrenner (figura 1). Neste contexto, as relações entre os sujeitos são interrelacional e bidirecional, onde os sistemas apresentam diferentes interesses e também autonomias pessoais e de grupos. Por exemplo, a localização urbana do hotel pode ser um aspecto relevante na escolha pessoal, ou funcional, isto é, de onde eu estou e para onde eu vou. Isto se dá, contudo, por diferentes motivos (trabalho, serviços ao redor, distrações positivas e/ou negativas etc.).

Figura 1 – Adaptação do Modelo Ecológico proposto por Moser para o contexto de pesquisa

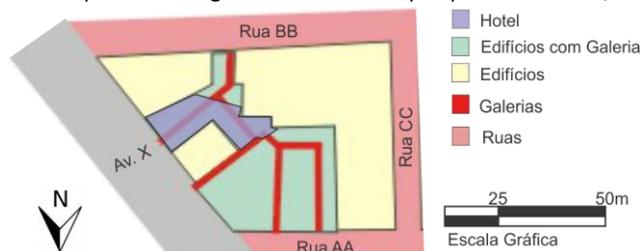


Fonte: Autores, 2024.

### 3 RESULTADOS

O levantamento documental foi realizado no acervo da divisão de arquivo público municipal de Juiz de Fora, MG, onde se encontram os processos de requerimento de obras e alvará de aprovação da edificação. As plantas baixas das arquiteturas e/ou modificações e levantamentos pontuais estão lá paginadas. Esta consulta foi necessária, pois as tentativas de acessar os arquivos com a construtora não obtivera êxito. Neste processo, constatou-se que a empresa administradora do hotel recorre à documentação no processo legal para dados técnico-construtivo, mas também faz uso, caso a caso, de forma pontual de levantamentos específicos em eventuais alterações físico espaciais (ex.: reformas). Também há que se salientar que todo o material não tem qualquer elemento de virtualidade, quer em desenhos tipo *Computer-Aided Design (CAD)*, ou *Building Information Modeling (BIM)*. A pesquisa, por este aspecto, trabalhou com dados processuais da prefeitura e foi autorizada pela empresa para tanto. Além disto, foi possível fotografar as pranchas presentes do processo e se teve que elaborar desenhos esquemáticos para o desenvolvimento das análises. Isto se deu porque não há possibilidade de solicitar a retirada do processo do setor da prefeitura.

Figura 2 – Elaborada a partir de imagem do relatório de pesquisa de Abdalla, 1996.



Fonte: Autores, 2024.

O edifício, como dito antes, está localizado no centro de Juiz de Fora, MG, em uma via movimentada e com conexões a outras duas vias, sendo uma delas o primeiro logradouro público da cidade e todas as três vias localizadas no centro histórico da cidade e são referenciais para atividades comerciais e de serviços, para linhas do transporte coletivo urbano, bem como com muitas edificações multifamiliar habitacionais ao redor (figura 2). Assim, no entorno e mesmo através do complexo edificado, onde está locado o hotel, há todas as atratividades já descritas para a área central. Cabe alertar que a própria edificação faz parte destas atratividades e “facilitadores” que, para uns são positivos e, noutro sentido, podem não ser para outros.

No geral, a maior parte dos serviços disponibilizados pelo hotel, são acessíveis pelos hóspedes de curta permanência e estão inclusos no valor da diária. São eles, conforme levantamento in loco: limpeza e arrumação de quarto, estacionamento, café da manhã, internet

gratuita, recepção 24h, e restaurante. Para moradores de longa permanência os mesmos serviços podem ser contratados separadamente.

Foi relatado pelo supervisor do hotel que, em algumas épocas ao longo do ano, o hotel tem redução na taxa de ocupação dos quartos. A baixa procura por curta permanência, nestes momentos, levou a estabelecer uma “tática administrativa” para aumentar e dar estabilidade na ocupação das unidades. Com isso, eles estabeleceram unidades para longa permanência em maior número. Estes moradores são denominados pelo hotel de “mensalistas”. Acresce a esta tática outras igualmente comerciais. Por exemplo, foi relatado que, entre a curta e longa permanência, há possibilidades intermediárias, como foi um acordo realizado com um centro de reabilitação. Tratou-se de receber pacientes em período transitório, entre a alta da internação e o retorno à sua residência original. Assim, o hotel disponibilizou unidades para que estas pessoas ficassem por períodos de um a dois meses. Tal condição foi possível porque era necessário um local “neutro”, mas controlado e não distante do serviço de saúde da clínica.

### 3.1 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE SETORES

A análise setorial desenvolvida pelos autores foi com base na Quadro 1 e realizada segundo a classificação do livro Hotel: Planejamento e Projeto (ANDRADE, BRITO, JORGE, 2005, p.91), que resultou em ilustrações gráficas para este artigo.

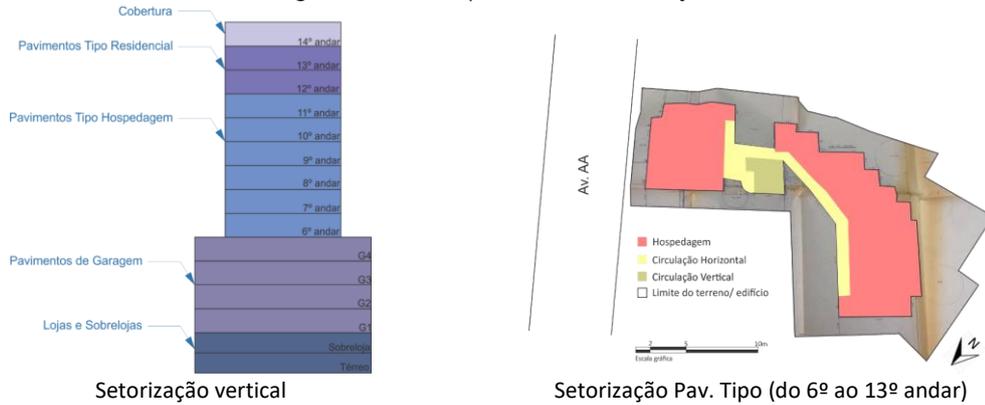
Quadro 1 - Setores e Instalações do Hotel

1	Hospedagem	Apartamentos e suítes
2	Públicos e sociais	Lobby, salas de estar, sala de TV, sala de leitura, restaurantes, bares, salão de eventos etc.
3	Administrativos	Recepção, gerências, reservas, marketing, contabilidade, recursos humanos etc.
4	Serviços	Lavanderia, vestiários, manutenção, depósitos etc.
5	Alimentos e bebidas	Recebimento, pré-preparo, câmaras frigoríficas, almoxarifado de A&B, cozinha principal, cozinha de banquetes etc.
6	Equipamentos	Central de água gelada, subestação, quadros de medição, grupo motor-gerador, casa de bombas de recalque, caldeiras etc.
7	Recreativos	Quadras de esportes, campo de golfe, piscinas, parque aquático etc.

Fonte: autores (2023).

A estrutura morfológica espacial é constituída por base e torre, e está macro dividida em três setores: (a)comercial, (b)hospedagem e (c)residencial (ver figura 3). No setor (a), no bloco de base da torre, existe uma rede de galerias comerciais que permitem o trânsito de pedestres entre três logradouros públicos (ver figura 2). As galerias, como característica urbana desta centralidade, fazem ligações entre diferentes edificações, isto é, são elementos de promoção do “*pedestrianation*”, de interior de quadras, entre ruas, e realizado com diferentes edifícios galerias (Dias et al, 2017). O bloco ocupa 100% do terreno e dá acessos ao hotel.

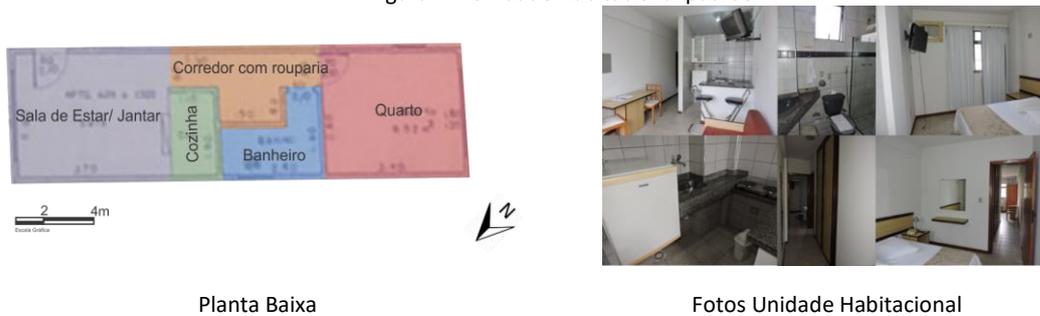
Figura 3 – Corte Esquemático da setorização



Fonte: autores (2024)

A torre com o serviço de hotel, praticamente atende a todos os sete itens do quadro 1, contudo, não necessariamente em todas as suas possibilidades. Ela é composta por oito pavimentos tipo (do 6º ao 13º andar), com um total de 120 unidades, com quinze delas por pavimento, sendo que não há diferenças físico-funcionais no projeto arquitetônico (ver figura 2). O 12º e 13º pavimento mantém a arquitetura do pavimento tipo, porém, são destinados às residências de apartamentos convencionais, tendo como fato significativo constituírem um condomínio próprio, nomeado de Condomínio “S”. Algumas unidades destes dois pavimentos têm proprietários independentes da empresa hoteleira. Todas as demais unidades são destinadas às hospedagens do Hotel “flat S”.

Figura 4 – Unidade Habitacional padrão



Fonte: autores (2024)

O 14º pavimento foi alterado em relação ao projeto original com vistas a suprir as necessidades dos serviços de hotelaria. Ele é um pavimento de convivência e serviços, contendo salão de reuniões/ festas, restaurante, copa, duas cozinhas, sanitários e vestiários para colaboradores. A figura 4 ilustra o antes e o depois do projeto arquitetônico, bem como a atual conformação do pavimento de cobertura.

Figura 5 – Setorização Pavimento



Fonte: autores (2024)

### 3.2 HABITABILIDADE

As análises sobre a habitabilidade foram desenvolvidas após visitas técnicas in loco, por meio do Walkthrough acompanhado por um colaborador do hotel, as quais permitiram observações relevantes quanto a estrutura e o desempenho do edifício. Para a sistematização dos resultados destas observações em relação a cada item da NBR 15575, foi elaborado um quadro com as informações (Quadro 2). Reforça-se que o edifício foi construído nos anos 2000, mas a norma é de 2013. Tal fato implica o não atendimento integral à norma.

Quadro 2 – Análise de resultados quanto a habitabilidade do edifício

	Item	Observações
1	Estanqueidade	O edifício possui boa estanqueidade, visto que foi construído com estrutura em concreto armado e paredes de lajota, rebocadas e possuem pintura. Em alguns locais possui indícios de infiltração.
2	Desempenho térmico, lumínico, acústico	A temperatura dos ambientes internos é média para elevada (percepção dos pesquisadores), porém a ventilação cruzada favorece com desempenho térmico. 3Possui boa iluminação natural na fachada frontal na parte da manhã, e na fachada lateral e de fundos na parte da tarde, nota-se a necessidade de iluminação artificial nas salas das unidades. O ruído externo diminui à medida que está em andares mais altos, não foi observado ruído nos pavimentos das unidades habitacionais.
3	Saúde, higiene e qualidade do ar	Devido a configuração das unidades, a saúde, higiene e qualidade do ar podem ser consideradas de boa qualidade, pois todas possuem ventilação cruzada permitindo a troca de ar. Só não são ótimas devido a carência de ventilação natural dos banheiros em 10 unidades por pavimento.
4	Funcionalidade e acessibilidade	Funcionalmente a unidade pode ser classificada como boa, visto que, é possível realizar todas as atividades instrumentais de vida em seu interior. Quanto a acessibilidade as áreas comuns atendem minimamente, porém os sanitários comuns não possuem acessibilidade e apenas uma unidade habitacional é acessível para cadeirante.
5	Conforto tátil e antropodinâmico	O edifício não possui sinalização tátil em nenhuma de suas áreas, nem mesmo nas unidades habitacionais.

Fonte: os autores (2024)

Como resultado, a estanqueidade na edificação foi constatada por meio visual e de não reclamação durante a entrevista. O desempenho térmico, lumínico e acústico foram observados de forma empírica devido à falta de instrumentos técnicos para aferição deles. O item três, foi analisado sobre a ótica da estrutura espacial da unidade habitacional que possui abertura possibilitando a circulação e troca de ar. Quanto a funcionalidade e acessibilidade, foram observadas in loco de acordo com elementos construtivos e presença ou ausência de objetos imprescindíveis para o atendimento mínimo dos itens. E quanto ao conforto tátil e antropodinâmico, é notória a falta de elementos sinalizadores ou mesmo facilitadores de locomoção.

### 3.3 QUESTÃO SOCIOESPACIAL DAS UNIDADES

A análise socioespacial foi elaborada de forma distinta entre os hóspedes e os residentes do edifício. Está embasada na teoria ecológica de Bronfenbrenner e aborda do microsistema ao exossistema. Exclui-se a análise do macrosistema. A análise socioespacial tem como base um quadro de possibilidades físicas-espaciais, considerando as atividades e habilidades disponibilizadas para os dois usuários da pesquisa. Cabe dizer que há outros usuários, como servidores e colaboradores da empresa que são significativos, mas não estão em estudo.

Quadro 3 – Comparação socioespacial do edifício pela teoria de Bronfrenbrenner.

	Residente	Hóspede
Microsistema	Possuem alguma autonomia	Não possuem autonomia
Mesosistema	Sofre impacto devido as regras do hotel	Sofre impacto devido as regras do hotel (Provável não sentir impacto)
Exossistema	Não possui uma configuração tradicional	Provável que nem desenvolva relacionamento neste nível

Fonte: autores (2024)

Como resultado, olhando sobre a ótica da teoria e a perspectiva da sociabilidade humana, pode-se compreender que o microsistema desta pessoa é sua unidade habitacional e a forma como se comporta nele é limitada as regras do hotel. Aqueles que são proprietários possuem até autonomia para alterarem suas unidades. Entretanto, há regras impostas pela administração do hotel, como a que seus relacionamentos com outras pessoas estarão limitados a três visitantes ao mesmo tempo, ou seja, não possui autonomia sob este aspecto. A configuração de seu exossistema de vizinhança é composta por outros residentes e hóspedes que podem ser transitórios, isto é, de pouca permanência para criar laços pessoais.

Os hóspedes de curta permanência (até 30 dias), são levados a ter um comportamento regulado e impositivo dado pelo hotel. Suas ações tendem a ser como de alguém que está de passagem. Em outros termos, como Bollnow (2008) indica, tal sujeito é uma pessoa em meio do caminho, isto é, de não se encontro no lugar de onde veio / para onde volta e nem o qual procura estar. Ele tem como preocupações relativas à paisagem transitória, o fato que elas são meras passagens para o ser se deslocar no e entre mundos. Seu microsistema, mesmo neste contexto, também é a unidade habitacional, porém não se espera que ocorram relacionamentos vinculantes em nenhum dos sistemas vivenciados em trânsito. Pode-se dizer que tal território é como um não lugar, como algo fora de si (AUGÉ, 2010; AUGÉ, 2012).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu a compreensão da atual configuração espacial do edifício bem como sua habitabilidade, através de uma estrutura que contemplou análises setoriais, de habitabilidade e socioespaciais. Além disso, foi possível através da metodologia desenvolvida alcançar os dados, sistematizar e analisar sobre a habitabilidade e compreender a relação socioespacial dos usuários do hotel.

Devido as investigações feitas nos documentos do projeto arquitetônico constatou-se que inicialmente o edifício era somente residencial e foi alterado antes da conclusão da obra para hotel. Essas alterações eliminaram uma tipologia de unidade habitacional diferente da encontrada no edifício atualmente e inseriram espaços de convivência e serviços. Percebe-se que as limitações das configurações foram feitas de forma administrativa, não existindo configurações físicas distintas para cada público.

Em relação a habitabilidade, o edifício é carente de acessibilidade, conforto tátil e antropodinâmico. Isto, reforça uma preocupação relativa a quanto a habitabilidade pode impactar nas relações socioespaciais de um edifício, neste caso, dificultado até mesmo a autonomia dos usuários do hotel para realização de atividades e habilidades básicas. Aqui, como a questão é técnica, a solução se não total, pode ser mitigada com projetos apropriados. Por exemplo o desenho e implementação de sinalização tátil e em braille facilitariam a questão da acessibilidade. Entretanto, cabe alertar que em relação ao quadro da norma 15575, há que se complementar o trabalho por meio da etapa de entrevistas para a percepção das necessidades efetivas da população residente.

A relação pessoa-ambiente que acontece no edifício possui diferentes características de acordo com o público analisado. Neste estudo foram encontrados dois públicos: hóspedes de longa permanência e de curta permanência. E dessa forma foi necessário a análise de cada um separadamente segundo a teoria ecológica de Bronfenbrenner. Dado o tempo de permanência na edificação, para confirmar na continuidade da pesquisa, o público de longa permanência é aquele que vivência no lugar, o apreende e constrói relações vinculantes, por exemplo, faz um simulacro de grupo familiar com as pessoas ao redor, como os colaboradores do hotel e/ou demais hóspedes.

A análise socioespacial, então, indica que o público residente (longa permanência) do hotel perde parte de sua autonomia dentro de sua unidade habitacional (microsistema), se comparado a um edifício residencial convencional. Além disto, vai usufruir do mesossistema e exossistema, colocando a moradia no hotel como um ponto de referência para seu microsistema. Um exemplo de impacto na estrutura de grupo de pares (família, amigos e colegas etc.) que fica limitada a três visitas dentro da unidade. Quanto ao exossistema, entendido da porta da unidade pra fora até a porta de saída para a rua e/ou complexo comercial no andar térreo, ao analisar a composição da vizinhança, esta apresenta uma rotatividade de pessoas, o que pode dificultar a construção de relacionamentos pessoais. Já o público de hóspede de curta permanência, nem conseguirão desenvolver relacionamentos em seu meso e exossistema. Em ambos os casos, os comportamentos serão limitados as regras do hotel.

Os resultados elucidam a problemática, enquanto, deixa claro a existência de moradias em hotéis, e classifica os tipos de moradores e suas características quanto a sua relação socioespacial. Sendo assim, foi possível compreender a habitabilidade do hotel no sentido das relações socioespaciais tanto objetiva, quanto subjetiva.

Como limitações do estudo, não foi possível estender o campo de pesquisa até a análise da vivência das pessoas. Também o aprofundamento das análises físico-espaciais está dificultado em alguns aspectos, como a precisão geométrica, dado o difícil acesso à documentação e o modelo processual que é todo impresso, isto é, não permite a agilidade na manipulação, como ocorreria se fossem CAD ou BIM.

Contudo, foi possível compreender como a configuração espacial pode alterar a qualidade de vida das pessoas, impactando a forma como as pessoas se comportam e se relacionam nestes lugares. Ainda aqui, sugere-se no futuro novos trabalhos que aprofundem sobre essa temática, buscando compreender o impacto do ambiente na vivência da pessoa ou, investigando tecnicamente o desempenho dos edifícios hoteleiros de outros modelos e também outras formas de morar que não são típicas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao apoio do Programa de Bolsas de Pós-Graduação por concessão de bolsa de estudo de mestrado.

## **REFERÊNCIAS CITADAS**

ABDALLA, J.G.F. **Multivalência da arquitetura das Galerias de Juiz de Fora: fascínio e identidade entre público e privado**. Juiz de Fora, MG: 1996 (relatório de pesquisa, documento FAPEMIG).

ANDRADE, N.; BRITO, P. L.; JORGE, W. E. **Hotel: planejamento e projeto**. São Paulo: Senac, 2005.

AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Limeira, SP/Maceió: Editora UNESP / EDUFAL, 2010.

----- **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BARBOSA, G. LEITÃO, M. **Breve História do Turismo e da Hotelaria**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2005.

BAUDRILLARD, J. **O Sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2002

BENNETT, J. W. **Human ecology as human behavior**: essays in environmental and development anthropology. 1996

BOLLNOW, O.F. **O homem e o espaço**. Curitiba: Editora UFPR, 2008

BRASIL, Lei nº 8245, de 18 de outubro de 1991. Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. Diário Oficial da União: Brasília, DF, p. 1-16, 18 de outubro de 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8245compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8245compilado.htm)

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, p. 1-14, 18 de setembro de 2008. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm)

BRONFENBRENNER, U. Toward an experimental ecology of human development. **American Psychologist**, 32(7), 513–531. Disponível, em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513>, 1977.

----- **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L.M.A. Espaço e lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. (organizadoras). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p.150-156

COUTINHO, E. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DIAS, F.S.; JARDIM, A.S.; HENRIQUES, D.T.; LADEIRA, R.; ABDALLA, J.G.F.; BRAIDA, F. Las nuevas galerías y dinámicas urbanas en el área del centro de Juiz de Fora (Brasil). In: ZAMORA, J.G.; MARTÍNEZ, P.O. (Coord.). **Ciudad, comercio urbano y consumo**: experiencias desde latinoamérica y Europa. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2017, p. 312-332.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bettrant Brasil, 2019

IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar 1986.

MARCO, A.R. (coord.). **Cadernos Brasileiros de Arquitetura – Hotéis**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1987 (vol.19), p.30-36.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2011, p.355

MOSER, G. **Introdução à Psicologia Ambiental**: pessoa e ambiente. Campinas – SP: Ed. Alínea, 2018.

NBR 15575. **Edificações Habitacionais – Desempenho – Parte 1 – Requisitos Gerais**, ABNT, 2021.

RAPOPORT, A. Systems of activities and systems of settings. In: KENT, S. **Domestic architecture and the use of space**: a interdisciplinary cross-cultural study. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p.9-20.

SEGAUD, M. **Antropologia do espaço**: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016

SOUZA, L.M.. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: Souza, L.M.; (org.). **Histórias da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.41-82.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bettrant Brasil, 2018

STEINER, F. **Human ecology**: how to nature and culture shape our world. Washington/ London: Island Press, 2016 (Kindle edition)

THIBAUD, J.P. Ambiência. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. (organizadoras). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p.15-31.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## Entre a Pedagogia da Rua e a Sociedade Capsular

*Between Pedagogy and the Capsular Society*

**Rodrigo Vitorino Assumpção**

Professor Doutor da Unicid -SP,  
rodrigo.assumpcao@unicid.edu.br

**Antonio Busnardo Filho**

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo,  
Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG, MT).  
antonio.busnardo@univag.edu.br

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema as ruas da cidade pós-moderna, que emerge com um papel estruturante no contexto urbano contemporâneo. A rua estabelece planos de vivências em diferentes momentos da vida social. O homem marca seu espaço e seu tempo nas ruas da cidade. Isso significa que cada sociedade abordará diferentemente as questões sobre a rua, pois em cada período da História, o homem deixa seus registros no tempo e no espaço. Nesse contexto, a rua tem um papel ambíguo, é vista ora como palco e cenário, ora como plateia das manifestações sócio culturais dos seus habitantes. Desta forma, a cidade pode ser interpretada como um sistema simbólico onde a identidade urbana e sua respectiva arquitetura (como produtos da cultura humana) são reflexos de sociedades que habitaram - ou habitam - esse espaço. A rua coloca-se em um papel fundamental para pensar a cidade, pois é nela que o homem deixa sua marca no tempo e no espaço. Na cidade contemporânea, as ruas são palco de uma sociedade capsular, isto é, habitantes com comportamentos endógenos, individualizados. Isso acarreta uma sociedade do medo, da indiferença, da pedagogia do desapego. Mas é na rua que emerge uma pedagogia urbana – essência da Polis Grega – pouco discutida contemporaneamente. Nesse contexto, caminhar pela cidade constitui uma ação fundamental para refletir sobre a pedagogia urbana. O presente trabalho apresenta uma relação antagônica entre a sociedade capsular e a pedagogia urbana, a fim de compreender como as relações sociais se estabelecem nas ruas da cidade contemporânea.

**Palavras Chave:** Pós-Modernismo, Sociedade Capsular, Pedagogia Urbana.

## ABSTRACT

*This work has as its thema the streets of the postmodern city, which a structuring role in the contemporary urban context. The street establishes plans of experiences at different times of social life. Man marks his space and his time in the streets of the city. This means that each society will approach the questions on the street differently, because in every period of history, man leaves his records in time and space. In this context, the street has an ambiguous role, it is sometimes seen as stage and scenery, sometimes as an audience of the sociocultural manifestations of its inhabitants. This way, the city can be interpreted as a symbolic system where urban identity and its respective architecture (as products of human culture) are reflections of societies that inhabited – or inhabit- this space. The street places itself in a fundamental role to think the city, the streets are the scene of a capsular society, that is, people with endogenous, individualized behaviors. This leads to a society of fear, of indifference, of the pedagogy of detachment. But it is on the street that emerges an urban pedagogy – essence of Greek Polis – little discussed contemporaneously. Walking around the city is a fundamental way of reflecting on urban pedagogy. The present work presents an antagonistic relation between the capsular society and the urban pedagogy, in order to understand how social relations are established in the street of the contemporary city.*

**Keywords:** Post modernism, Capsular society, Urban Pedagogy.

## INTRODUÇÃO

A paisagem urbana é composta por um conjunto de elementos perceptíveis que permitem a construção da imagem da cidade; dentre esses elementos estão os que permitem ou facilitam o deslocamento dos cidadãos, gerando a mobilidade urbana – mesmo que confusa e difícil -, possibilitando ao transeunte um contato mais imediato com o local em que vive e trabalha. É a partir da rua que se observa a cidade, de maneira mais aprofundada, e se percebe as perspectivas urbanas e as paisagens dos locais por onde se passa. A rua permite e facilita a criação de metáforas e a construção de símbolos de deslocamento, de permanência, de apropriação, de territorialidade. Mas, é na rua também que a história acontece, e que os fatos se sobrepõem, reorganizando memórias e vivências, contando histórias e modificando lugares. Talvez, mais do que um palimpsesto, a rua é o local das heterotopias (Foucault, 2013) de múltiplos sentidos -, é na rua que os inter-relacionamentos sociais surgem dinamizando a vida urbana, fazendo da cidade e destas relações um espetáculo cotidiano, que tanto pode ser vivenciado ao rés-do-chão, ou pela observação curiosa através da janela (Jorge, 1995).

A rua é compreendida a partir dos planos de vivência, em determinados momentos da vida social, permitindo que se diga que o homem e o espaço se constroem, à medida que agem um sobre o outro, conformando à rua um sentido ontológico. Toda a experiência mais significativa da vida do cidadão acontece na rua onde mora. O homem se cria na cidade, modelando o seu espaço, como se modela um artefato através dos tempos; constrói espaços para o convívio, de maneira planejada ou não, como resultado do acúmulo de conhecimentos, da cultura, que faz com que cada espaço tenha sua própria linguagem; daí a característica dos lugares e suas peculiaridades, daí a intensidade de influências na percepção dos fatos cotidianos, dependendo de onde se toma conhecimento destes fatos, conforme Sansot (2004). João do Rio apresenta a rua como um ato intencional do homem, isto é, um gesto carregado de suor humano e com alma (Rio, 2007). Suor e alma que caracterizam a dimensão simbólica da rua não só como espaço público, mas antes como lugar de socialidade (Maffesoli, 1993) – “tragédia do presente”, banalidade do cotidiano, nas fugas da institucionalização ou racionalização da vida do dia-a-dia, etc; portanto, tudo o que o controle social não consegue determinar. A rua é lugar de trocas e de construção social, intermediada pela produção de cultura; cara a Edgar Morin, enquanto um lugar especial, a rua é, como ele diz, provedor de cultura: “sem minha cultura das ruas, não teria podido desenvolver minha cultura” (2013, 43). A socialidade e cultura fazem da rua o lugar da recursividade e da construção simbólica do sentido de cidade, a rua dá o tom do que é a cidade, ou que tipo de cidade se vivencia. Rua é cultura, local de recursividade; local dos mitos, e, portanto, elemento arquetípico da cidade. Local de trajetividade (ambivalente relação entre o físico e o fenomenal; entre o subjetivo e o objetivo, materialidade e imaterialidade), de mudanças, de deslocamento e, portanto, no seu sentido intrínseco de movimento, lugar de transgressão ao determinado e estabelecido.

A rua, como local de construção de cultura humana e de suas variações formais, é o local da descoberta do caráter e do espaço e tempo do nosso mundo (Cassirer, 2005); assim, as formas da cultura encontram nas ruas das cidades seu espaço de acontecimentos. Pode-se dizer que a cultura urbana é uma das formas de educação, no sentido pedagógico do termo – condução ao conhecimento -, que além de ser uma relação humana, carrega o princípio da formação do cidadão. Este princípio era encontrado na Grécia Clássica; conforme JAEGER (2003) usava-se poemas, odes, hinos, odisséias, mitos, etc, como procedimentos didáticos resultantes

de princípios pedagógicos que consideravam o espaço urbano, como espaço de aprendizagem, para a formação plena dos cidadãos. Essas obras ressaltavam a importância da integridade do homem, no que diz respeito ao seu caráter e coragem; essas qualidades davam ao povo e à sua cidade o sentido de comunidade.

Outros procedimentos didáticos para uma pedagogia de formação do homem grego eram as competições físicas, que aprofundavam o sentido de comunidade. A formação do homem grego estava vinculada a uma vida em comunidade, cujos principais educadores eram os homens do Estado, donde surge a expressão *areté* – virtude, no sentido moral. Num sentido mais amplo, o significado de *areté* é a *excelência*, que designa a qualidade; para Platão (2001), o homem vive na polis em comunidade, ou de forma associada, portanto a *areté* deste homem seria a maior de todas as *aretai*, a justiça – o ideal educativo que levaria à perfeição. Os sofistas (V a.C.) rompem com os padrões tradicionais de *areté* e nas *poleis* democráticas educam os homens voltados para a vida prática, para a cidade, suas leis e sua política, independentemente de sua classe social. Na cidade clássica grega, o ideal de formação é o do homem que sabe falar, convencer e conseguir o acordo na cidade; assim, o homem grego desenvolvia sua *areté* na cidade e para a cidade – a excelência deste homem é a política. Considerando que o homem é possível de ser educado e se modifica à medida que se educa, caminhando para a perfeição, sua *areté*, segundo Jaeger (2003) é a própria formação do homem grego – formação no sentido de aquisição de todas as *aretai* possíveis. Esse conceito, expande-se para toda a comunidade com um sentido mais espiritualista, naquilo que é a excelência da Alma.

O homem grego sentia-se parte da *polis*, e tinha consciência da sua importância na política, na filosofia, nas artes; mais do que isso, o homem grego tinha a certeza que era dele a total responsabilidade de manter suas tradições e identidades. Desta forma, a *polis*, com toda sua organização física, reflete diretamente o sentido de comunidade e hierarquias. Edificações com destaque político, religioso e social ficavam evidentes na paisagem urbana. O Paternon, templo dos Deuses, está implantado na acrópole da *polis*, local onde todos os cidadãos visualizam a edificação. Contudo era na Ágora, espaço público, onde os homens se encontravam para discutir sobre política, artes e filosofia. Nesse sentido, a cidade se coloca entre a polaridade do sacro e do laico, ou seja, a pedagogia do sagrado e do profano, como instituinte do sentido educativo da cidade grega.

O espaço urbano da polis grega, portanto, era um espaço educacional. A matéria e a forma da polis era pensada para um espaço que pudesse auxiliar na formação das identidades sociais. Era nas ruas das polis que se lecionava filosofia, que se discutia política e artes. E era a dimensão pedagógica da polis que formava os cidadãos de Atena e de Esparta com suas peculiaridades sociais, organizacionais e comportamentais. As ruas nas cidades gregas eram espaços de socialização e de encontro entre os cidadãos, os *polites*.

Da Grécia Antiga para o século das grandes invenções e descobertas, séc. XIX, as sociedades tradicionais usavam a rua como espaço de convivência e de trocas sociais; com a Revolução Industrial, a rua começa a ser pensada como parte de um processo de produção, afastando o sentido comunitário e seu uso social. De tal modo que, ao ser pensada, na Modernidade, é descrita na Carta de Atenas, como um eixo de ligação, rigorosamente definido por seus usos. A Pós-modernidade critica este posicionamento, propondo um resgate do sentido comunitário da rua, como forma de restabelecer o tecido social (Jacobs, 2003); e de trazer a sociedade contemporânea para a rua, reconstituindo um espaço não só de convívio humano, mas também a dimensão de um espaço pedagógico.

## PEDAGOGIA DOS PASSOS: CAMINHARE LER A CIDADE

O sentido da palavra rua, vem do Latim *ruga*, conforme o Dicionário Aurélio, o que permite se pensar em uma imperfeição do terreno; posteriormente, o significado é ampliado para “sulco”, “caminho”. É sempre melhor pensar o sentido de caminho, até porque a rua adquiriu um significado muito diverso – o que era caminho dos homens e dos animais, agora é para os automóveis. A importância da rua na formação das cidades – organizar as casas ao redor do caminho - adquiriu uma outra função, transformou-se num espaço privilegiado para os automóveis e empurrou o homem para os espaços das calçadas – desniveladas, esburacadas, impróprias para os passos e passeios urbanos. E com o crescimento descontrolado das cidades, as ruas se tornaram áreas de combate, locais de desconfianças, e em alguns momentos de sacralização são caminhos que se cruzam para oferendas e despachos. A rua é um mundo à parte nas cidades contemporâneas, modificada pela necessidade moderna da funcionalidade. Se já não é mais ponto de encontro e de *footing*, tem ainda em seu conceito o sentido de caminho, guardado, apenas pelo fato de ser o lugar dos deslocamentos e o caminho das descobertas urbanas. Hermes age neste espaço, simbolizando o peregrino, o mensageiro. Sua imagem possui sapatos e chapéu alados. O sapato, o calçado, ou a sandália são os símbolos do ato sacerdotal por excelência, isto é, a ligação da terra ao céu. O sapato “*É a marca de hominização e da civilização*” (Durand, 1995). Os animais, bem como os escravos romanos e os anjos do Paraíso caminham descalços. Entretanto, o homem, para caminhar deve ter sempre seu calçado. Esse símbolo sacerdotal e suas imagens no plano profano representa a profissão de sapateiro e a sua simbologia sagrada (Durand, 1995), que prende o homem à terra e lhe dá a condição de caminhar.

Toda a arte do sapateiro consiste em unir com pregos ou fios, a sola que caminha sobre a terra à abóboda da pala. Esse o símbolo pontifical da arte do sapateiro. Os pastores são reis, mas os sapateiros são sacerdotes. (...) Da sola de um calçado se exige robustez, durabilidade, a firmeza de Jacó; do rosto, da pala do sapato se espera a delicadeza, a flexibilidade, a elegância de José. (...) A arte do sapateiro está toda aí: na união da rudeza, da solidez da terra com a leve abóboda do céu. (Durand, 1995).

O sapateiro, em sua arte, “costura” a dureza da sola à delicadeza da pala. Essa “costura” possui o significado de ligação, que está intrinsecamente relacionada ao “*re-ligare*”, uma religação do sacro e do profano; a essência da Religião. O homem que caminha traz consigo um simbolismo religioso; seja nas peregrinações sagradas, ou no caminhar profano pelas cidades contemporâneas, os percursos têm sempre um significado. Aquele que caminha observa, cria percursos distintos e expõe suas experiências em forma de conhecimento, é “filho de sapateiro”. Trazendo essas concepções para o plano da cidade, alguns autores são capazes de costurar a dureza das ruas à pala poéticas das imagens do cotidiano. Eles criam caminhos e percursos, e atribuem significados aos espaços vividos.

O caminhar desvela possibilidades, paisagens; um mundo novo a cada passo. O caminhar pode percorrer um mesmo trajeto, sempre; no entanto, a surpresa está nos passos de quem caminha, no olhar de quem procura outras coisas para serem vistas que não as coisas da rotina, ou de quem procura o novo, na mesmice – um olhar poético sobre o banal. Mas a vagância do homem tem uma origem bíblica, no castigo de Caim. O pecado cometido foi punido

com o Mundo, sem um lugar específico. A fuga constante permitiu o povoamento e a fundação de cidades onde Caim parava para descansar. Deste arquétipo do pervagante ao símbolo do caminhante moderno, o flâneur, o deslocamento a pé pelas cidades sempre foi a melhor maneira de colocar o cidadão em contato com o local em que vive, de lhe permitir a participação nos relatos dos espaços públicos, pelo andarilho urbano e despreocupado.

A figura do flâneur está relacionada diretamente com a cidade moderna e, em muitas vezes, ao poeta Charles Baudelaire (sem esquecer “O Homem da Multidão”, de Edgar Allan Poe). Para Baudelaire, o flâneur é artista ao caminhar, também é um observador e filósofo. O flâneur se encanta com as pequenas coisas, as singelas surpresas, ou as inóspitas invenções da vida cotidiana das grandes cidades. Esse personagem é um observador apaixonado pela vida, a ponto de ter a multidão como seu próprio universo. Todavia, ao caminhar, ele observa e também se resguarda de maneira incógnita. O flâneur caminha desprovido de mapas ou percursos pré-estabelecidos. Ao vagar pela cidade lê a poética das ruas, nos edifícios, nos habitantes, nos fatos do cotidiano.

A figura do flâneur é a imagem transgressora do transeunte. O plano de deslocamento do homem comum é anulado por esta figura que faz da cidade o seu local de devaneio. Considerando este indivíduo – quase a sombra do homem contemporâneo – como um transgressor de regras urbanas, pode-se pensar que para uma sociedade capsular, o flâneur é a consciência de uma corporeidade esquecida. O flâneur é o andarilho urbano que estabelece um vínculo de corporeidade com a cidade e devolve às ruas um pouco de humanidade, aprofundando a dimensão simbólica do lugar. O flâneur, hoje, é o arquétipo para todo e qualquer indivíduo que cruza o espaço urbano a pé, que se desloca, mesmo em um trajeto definido, transgredindo a ideia da violência urbana, expondo-se à cidade e estabelecendo com a cidade uma relação afetiva – reconhecendo suas peculiaridades e mapeando seus espaços interditos, senão proibidos. O flâneur/transeunte insere seu corpo nos espaços mais escondidos da cidade ampliando seu significado urbano, quase que os devolvendo à sua realidade urbana.

O caminhar carrega em si valores estéticos (Careri, 2013), que permitem ao homem compreender e construir a imagem do mundo em que vive, desde as transumâncias do paleolítico até os deslocamentos para o trabalho, de hoje. Caminhando, o homem fundou cidades e definiu territórios e fez da experiência vivida a transformação do espaço urbano. Da errância do caminhar nômade, ao caminhar sem destino do flâneur, o território – a cidade ou o campo – é sempre o suporte dessas experiências. Careri expõe que, a palavra experiência relaciona-se com atravessar, arriscar e o perigo; mas também com a palavra alemã *Erfahrung* – do vocabulário alemão antigo *irfaran-* que significa sair, atravessar ou vagar. O importante é ressaltar que a experiência do caminhar traz em sua essência uma transformação mútua do lugar, isto é, o homem quando caminha transforma o lugar ao mesmo tempo que o lugar também o transforma. É nesse ato mútuo que se insere uma narrativa. Por ser artesanal, é também um gestual humano que os passos concretizam no espaço urbano.

O caminhar, mesmo não sendo a construção física de um espaço, implica uma transformação do lugar e dos seus significados. A presença física do homem num espaço não mapeado – e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo – é a forma de transformação da paisagem que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o espaço e, conseqüentemente, o espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares. (Careri, 2013)

A rua é definida geometricamente e de forma abstrata pelo projeto de urbanismo, mas os pedestres a transformam em lugar, isto é, atribuem-lhe significados, ou seja, o “*espaço é um lugar praticado*” (Certau, 1998). Neste caso, o autor nos alerta que o lugar é uma “*configuração instantânea de posições*”, que “*implica uma indicação de estabilidade*”. Caminhar pelas ruas das cidades traz à percepção a sua identidade. É certo que o pedestre ou o flâneur atribuem a cada espaço da cidade valores distintos. O primeiro, em um ato mais racional, estabelece muitas vezes percepções ou vínculos visuais com o espaço urbano; enquanto o segundo transforma esses vínculos visuais em poética, como construção de uma narrativa de passos aleatórios. Esses passos aleatórios narram a história e as vivências escondidas na geometricidade das ruas. A ortogonalidade dos traçados não impede o ziguezaguear entre as calçadas, o ir e vir pela mesma rua, a interrupção dos passos para observar o movimento dos carros e das pessoas. A inserção do corpo como protagonista da *flânerie* faz da rua um lugar do espetáculo; do espetáculo de uma cidade que cresce desenfreada, isolando seus habitantes pelo ritmo alucinado do trabalho, que distancia o cidadão da vida das ruas.

Do andar do flâneur ao andar do cidadão, a pedagogia dos passos permite que o cidadão andarilho apre(e)nda os lugares, ensinando a seus compatriotas comportamentos de integração com a cidade, num processo de convivialidade (Alain Caillé, 2011), sem excluir as diferenças e nem o medo urbano, antes respeitando-os.

## **SOCIEDADE CAPSULAR E O SENTIDO DO DESAPEGO**

A cidade pós-moderna tem outras dinâmicas do binômio tempo-espaço, distintas da cidade moderna. As relações de produção e consumo, os sistemas de comunicação e fluxos de informações que possibilitam a circulação de mercadorias em uma velocidade maior produzem as cidades contemporâneas, com outras necessidades e realidades dessa sociedade (Harvey, 2009). É uma sociedade capsular, sendo o resultado de uma nova geopolítica e da relação do poder da globalização (Schvarsberg, 2012). As cidades europeias perderam a homogeneidade de seus territórios, algumas se apresentam como fortalezas – como em suas origens – e, com suas redes de influências, estão conectadas pelos meios de comunicação e transporte. Isso as caracteriza como pontos nodais do território; quando estudadas no âmbito local, são desconexas com as dinâmicas urbanas, pois são hermeticamente fechadas, cujo acesso restrito responde a códigos de seguranças e, até mesmo, segregações sociais. Podemos citar a cidade de Londres que após o projeto urbano da requalificação das margens do Rio Tamisa, em Docklands, cria um polo econômico e cultural extremamente importante, ao mesmo tempo que segrega espaços adjacentes com infraestrutura menos avançada. Nessa mesma temática, o projeto urbano de Berlim reflete muito mais uma ação efetiva do capital na produção do espaço, com suas construções high-tech, do que com a própria história local. Assim como Docklands, na América Latina, especificamente na Argentina, temos o exemplo de Puerto Madero. Um porto segregado pelo fim das suas atividades, que sofre um processo de requalificação urbana, voltada para o turismo e negócios. Entretanto, esse espaço se torna tão valorizado que há um processo consequente de gentrificação. Aqui no Brasil tivemos um exemplo semelhante, com a criação do Porto Maravilha. Toda a área do porto recebe um projeto que transforma significativamente o espaço urbano, para eventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Viadutos são

demolidos, praças são criadas, Museus construídos, enfim, um investimento altíssimo e a gentrificação presente como parte do processo de valorização do espaço público.

Em todos os casos, apenas partes da cidade são valorizadas, com uma arquitetura muito semelhante à de todos os lugares da contemporaneidade. De certa forma, essas estão interligadas, ou seja, cidades em redes com características em comum. O reflexo urbano dessa sociedade é uma cidade cada vez mais genérica, mediada por capsulas de transportes, de edificações como shopping center, parques temáticos, condomínios fechados, ou virtuais como computadores, televisões, celulares (Schvarsberg, 2012).

A sociedade capsular intensifica o funcionalismo da cidade contemporânea, tira o homem da rua – ou o prende mais à rua - e amplia o sentido de “estranho”, distanciando o Outro. Cada vez mais, o homem contemporâneo se afasta de seus pares, para viver de forma solitária, na multidão, ou em sua casa. Seu isolamento não é quebrado pelo indivíduo mais próximo; sua barreira não é senão a tela de um celular ou o fio de um fone de ouvido. Cada vez mais, o indivíduo se encapsula com a possibilidade de perder até a dimensão do próprio corpo, e anda pelas ruas como “zumbis”. A ideia de uma sociedade capsular representando uma sociedade de mobilidade ilimitada e constante, se possibilitou a interação com a tecnologia dificultou o convívio humano e urbano, as relações primárias e mais básicas do desenvolvimento social, as trocas interpessoais e a comunicação. Assim, da cápsula – carros, metro, ônibus, etc – como a liberação do edifício do terreno (Cauter, 2004), para o encapsulamento do indivíduo, em si mesmo, o sentido de rua se modifica e o espaço de convivialidade é colocado em risco; ou pelo medo de sua exposição, o indivíduo contemporâneo entende a rua como local de criminalidade.

Este desvio de comportamento trazido pelo excesso de tecnologia tem efeitos nefastos no comportamento humano. A priorização do bem-estar pelo uso da tecnologia, não só isola o indivíduo, como transforma o cidadão, que não se preocupa mais em ocupar espaços públicos e habitar a cidade, mas apenas atribuir a estes espaços um uso meramente funcional – são espaços de passagens, indiferenciados; tanto faz o lugar -, e a cidade é o lugar que acolhe o corpo ambulante, habitat introspectivo do indivíduo – sendo uma das causas das relações superficiais e distantes.

De forma mais prática, essas relações humanas quando alteradas, também influenciam o espaço urbano vivenciado. A praça, por exemplo, que era o local do encontro ou do ócio na sociedade capitalista europeia, hoje se torna local de passagem. O homem já não vivência a praça, que muitas vezes é somente a representação de local perigoso. Ainda refletindo sobre a praça e a sociedade capsular o principal exemplo é o átrio pós-moderno das praças de alimentação dos shoppings. Nesse sentido, esses espaços tentam emular a esfera pública. (Schvarsberg, 2012). Shoppings, assim como aeroportos, estações ferroviárias e de metrô, isto é, locais de passagem, são considerados exemplos dos espaços de uma sociedade capsular, e também, paralelamente, não-lugares discutidos por Marc Augé.

Os não lugares são tanto as instalações necessárias a circulação acelerada das pessoas e de bens (vias expressas, trevos rodoviários, e aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda campos de trânsito prolongado onde estão alojados os refugiados do planeta (Augé, 2010)

Walter Benjamim (2006) cita que habitar é deixar rastros. Mas os rastros que a sociedade contemporânea deixa na cidade são virtuais e efêmeros, tanto quanto as relações

humanas estabelecidas. Na cidade contemporânea é quase nula a noção do sentido de comunidade, como o dos gregos; ou como Bauman (2003, 15) pensa – “um entendimento que precede todos os acordos e desacordos (...) o ponto de partida de toda união (...) um ‘sentimento recíproco e vinculante’”. O homem não se sente parte da “Polis contemporânea”, não tem o “sentimento vinculante”. Ao contrário, ele se exclui da cidade, tornando-se anônimo. Em consequência, os condomínios fechados primam pela segurança e pelo conforto, mesmo que de forma ilusória, e se apresentam muito mais como prisões do que como um espaço de liberdade. A maioria desses empreendimentos cria uma série de espaços internos, para que não haja a necessidade de exposição dos moradores aos problemas citadinos.

Esse tipo de situação, no entanto, parece perder espaço seja nas novas expansões urbanas — “a cidade dos muros” —, seja nos projetos de renovação urbana — a cidade “museificada” ou “pacificada”. Pode-se constatar, dessa forma, que estados de rua não apenas são negados e evitados pelo planejamento das novas zonas de expansão do tecido urbano como têm sido reduzidos pelas remodelações de áreas consolidadas. São produzidas cada vez menos *ruas* e mais *vias*, que, ao contrário do espaço humano e político defendido aqui, servem aos fluxos homogêneos da aceleração contemporânea, levando direta ou indiretamente à redução da urbanidade nos espaços públicos, especialmente naqueles onde predomina o movimento. (Schvarsberg, 2012)

Isso é uma exclusão total da cidade. Esse posicionamento do homem cria um ciclo vicioso. As crianças, hoje, vivem confinadas em suas casas, ou em seus conjuntos habitacionais e crescem entendendo que a cidade é problema dos outros e não de todos. Assim, paulatinamente perde-se o sentido de comunidade. Janes Jacobs (2003), no livro “Morte e vida das grandes cidades” faz uma crítica à cidade modernista e propõe uma recuperação deste sentido originário. Jacobs coloca a importância do contato social nas ruas; muito mais que local de passagem, a rua se caracteriza por um espaço de aproximação das pessoas devido à vida cotidiana. Com o tempo, essa rua não terá mais caráter impessoal. A autora cita, por exemplo, que cuidar das crianças dos vizinhos é uma responsabilidade de todos, não apenas dos pais. Assim, cuidar é o que mais se aproxima do que dissemos acima sobre os gregos e as tradições. As tradições, ou as brincadeiras de rua são pouco ensinadas para as crianças. A brincadeira já está pronta, sem a real interação da criança com o espaço. Por exemplo, o esconde-esconde fazia com que a criança se imaginasse mimetizada ao espaço. A relação do seu corpo com o espaço era fundamental para esse mimetismo. Ao contrário o vídeo game de última geração apenas explora imagens de espaços urbanos carregados de violência e degradação. Com isso a criança estabelece a relação entre o perigo virtual e o espaço real. Não há mais espaço para a inocência ou até mesmo à ingenuidade nas ruas. As ruas foram transformadas em locais perigosos, portanto deve-se estar atento.

A cidade contemporânea oprime seus habitantes, altera as relações de escalas entre o homem e o espaço construído, aniquila as relações humanas. Mais do que isso, cria novas relações sociais e urbanas, baseadas na desconfiança e no medo. O lugar do encontro não é mais concreto, não é mais vivido. Os homens se isolam nos seus próprios mundos tornando-se individualista e solitário, a tal ponto, que Augé (2014) fala em uma antropologia da solidão, mesmo quando faz parte de uma multidão. Neste contexto, o homem torna-se um número, que é o símbolo da pedagogia do isolamento. E quando ele se isola, não consegue reconhecer o outro como parte da mesma sociedade, pois isola o próximo, marginalizando-o. Ao não reconhecer o Outro, o indivíduo não reconhece a si mesmo e nem se torna ator das suas próprias

ações, e nem agente produtor do espaço em que vive. As relações humanas tornam-se frias, distantes, e a cidade auxilia nessa mudança de relações. As cidades contemporâneas são “governadas pelo medo” visto a linguagem hostil das fachadas (Bauman, 2003); em algumas cidades norte-americanas, os projetos para espaço público já são pensados como áreas extremamente vigiadas. Os bancos de praças, por exemplo, são à prova de mendigos com sistema de irrigação que não permite a permanência desses cidadãos nesses locais. É a pedagogia do desapego aliada à pedagogia do medo. Um exemplo dessa pedagogia do desapego fica evidente em determinadas áreas da cidade – em especial nas zonas centrais – quando os moradores de ruas e camelôs são retirados das ruas para renovação desses espaços urbanos, em um processo de gentrificação. Os projetos urbanos e as ações dos gestores criam ruas assépticas, voltadas para a circulação do capital (Schvarsberg 2012).

O desapego, no entanto, não se refere somente ao lugar, mas, principalmente, ao direito à cidade. O isolamento capsular – tanto arquitetônico como pessoal – alienou o cidadão e o afastou da sua cidade. O que simbolicamente representa um local de refúgio, tornou-se um espaço de angústia, solidão, medo ... e de um progresso econômico que desagrega o sentido de sociedade da cidade, enquanto espaço comunitário, fortalecendo o sentido econômico de mercado – as relações sociais, transformaram-se em relações de compra e venda, fazendo que o sentido de refúgio se transforme em disputa imobiliária e desejo de posse; de um poder ser para um poder ter. A sociedade contemporânea cria laços afetivos frouxos, pois todo o relacionamento é também um investimento de risco, permeado pela insegurança, e exposto a flutuações de futuras emoções. São pessoas aflitas pela sua própria essência e existência (Bauman, 2004). No contexto social contemporâneo, as relações humanas são, “relações de bolso”, isto é, “relações de pacotilha”. Há uma “encarnação da instantaneidade e da disponibilidade” entre as pessoas (Bauman, 2004). A cidade contemporânea é um reflexo direto desse fenômeno (Bauman, 2005), no qual o medo e a desconfiança são base para a construção da sociedade urbana contemporânea. A morfologia urbana, a paisagem urbana, as escalas discrepantes entre as edificações e as pessoas, sugere um modo de vida que individualiza cada vez mais os habitantes. São espaços urbanos austeros, que desagregam, ao invés de proporcionar o convívio, transformando-se em pedras miliárias que desintegram a vida comunitária (Bauman, 2005); há uma mixofobia, isto é, medo de se misturar, de conviver com uma variedade de tipos humanos e estilos de vida gerada pela globalização (idem). Nesse sentido Schvarsberg, discute o declínio do homem público, ante a indiferença para as questões de interesse público

É possível associar esses processos coletivos de subjetivação ao que Sennett (1998, p.17) definiu como “o declínio do homem público”, um processo social enraizado historicamente, em que pouco a pouco as preocupações com questões públicas e com o outro deixam de ter importância, e, com isso, laços que não sejam familiares ou de amizade deixam de existir. Isso acontece ao mesmo tempo em que se opera uma interiorização das preocupações humanas, cuja origem estaria na crescente importância da psicologia na vida burguesa. “Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares”. Com isso, as relações coletivas passam a realizar-se preponderantemente em termos de expressão psicológica, de sentimentos e necessidades interiores, ou seja, o universo privado torna-se a própria linguagem de comunicação pública. (Schvarsberg, 2012)

Ao aliarmos duas ciências distintas e aparentemente distantes - como a Pedagogia e o Urbanismo - compreendemos melhor a composição de forças que formam as cidades. A

pedagogia urbana é um viés para se ler a cidade e a sociedade, e a forma como se dá a relação entre estas duas instâncias. A cidade deveria nos ensinar a viver em comunidade, ou ao menos facilitar tal convivência, mas são os homens que devem construir uma sociedade melhor para se viver, independente da forma e qualidade de espaço que lhes são oferecidos. Viver a cidade é caminhar por ela, adentrar ruas e becos, explorar as grandes avenidas, observar tantas outras cidades dentro de uma mesma cidade; e por fim ter a sensibilidade de compreendê-la como um fenômeno vivo, ativo. Conforme Careri (2013) afirma, caminhar também constrói arquiteturas. Mas se estamos falando de pedagogia urbana - entendendo pedagogia como uma condução ou transmissão de conhecimentos - o que a cidade pode nos ensinar? Propomos nos tornarmos um personagem típico da cidade moderna: o *flâneur*. Aquele que caminha pela cidade observando-a em todos os aspectos. Para ele, a vida cotidiana é tão importante quanto o espaço construído. Entretanto, esse caminhar deve aqui ser desprovido de qualquer veículo. O carro, o ônibus, o metrô que pertencem a outra dinâmica de tempo e espaço, visto que esses são os elementos capsulares da sociedade pós-moderna. O que se propõe é caminhar pela cidade, a exemplo do morador de rua, ou das pessoas em situação de rua, que se deixam levar por seus passos despreocupado, sem traçar caminho, e nem ter horário para chegar; simplesmente andar; em qualquer direção. Como um passeio dadaísta, um caminhar errático, com toda a intensidade de uma percepção estética, conforme Careri (2013). Andar como forma de contravenção, para fugir do “pan-óptico” do Poder (Maffesoli, 2001), que tem na imobilidade o seu modelo. Fazer deste andar ao léu um “novo espírito do tempo, esse ambiente imperceptível que pode nos incitar a ver na errância, ou no nomadismo, um valor social”. (idem, 2001, 28).

Ao caminhar, o homem consegue vivenciar a cidade com outra percepção do espaço. Portanto, o que se propõe é que a pedagogia dos passos esteja contida na pedagogia urbana. Ao caminhar consegue-se ler a cidade, isto é, compreender a cidade contemporânea e pós-moderna da forma mais simples: através da pedagogia da descoberta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade capsular, como um reflexo da cidade contemporânea, possui cada vez mais uma característica endógena, fechada sobre si mesma. Nessa sociedade prevalece a pedagogia do medo e do desapego, pautada por um isolamento do homem contemporâneo, que perde paulatinamente o sentido de comunidade. Com isso os homens se distanciam, criam uma barreira invisível entre si e perdem o sentido de pertencimento comum. Mas a cidade pode ser retomada como um espaço de aprendizagem, dado a essência da Polis Grega. A pedagogia dos passos aproxima os moradores da cidade, ensinando-lhes a serem cidadãos, que têm nas ruas suporte para sua vida. A contravenção de usos permite que a cidade seja retomada pelo homem a partir da invasão das ruas pela população; o que transforma o uso e a intensão primeira deste espaço que se tornou primordial no desenho das cidades – para a definição ds lotes, como uma metodologia de planejamento, priorizando os automóveis. Quando a população invade as ruas para festejar, protestar, rezar; ou para o que quer que seja; esta população reconhece o seu direito à cidade e o seu direito à rua, exercendo a essência daquilo que é a pedagogia urbana, a condução ao direito de cidadania. Daí dizer que os homens estabelecem relações simbólicas com o espaço, e que esse é um ponto importante para se começar a pensar em novas dinâmicas da cidade contemporânea, é propor uma nova forma de

olhar e de pensar a cidade, mas acima de tudo, é propor um princípio de uma outra método para o estudo do urbano.

## TÍTULO REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 2010.
- \_\_\_\_\_. **El antropólogo y el mundo global**. Tradução: Ariel Dilon, Buenos Aires: Silo Vintiuno, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- \_\_\_\_\_. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004
- \_\_\_\_\_. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual.  
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- CALVINO, Ítalo. **Marcovaldo ou as estações da cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. Tradução: Frederico Bonaldo. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DURAND, Gilbert. **A fé do sapateiro**. Brasília: UnB, 1995
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições. 2013.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2007
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009
- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JAEGER, Wener. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JORGE, Luis Antonio. **O desenho da janela**. São Paulo: Annablume, 1995.
- LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MAFFESOLI, Michel – **El Conocimiento Ordinário** – compendio de sociología. México: fondo de cultura Económica, 1993.
- MAFFESOLI, Michel – **Sobre o Nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. São Paulo: USP, Aula inaugural, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Rua, símbolo e suporte da experiência humana**. Disponível em publicação eletrônica na Internet, via WWW. URL: <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>. Capturado em 10/ 12/ 2011.
- MORIN, Edgar. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2013.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Disponível em publicação eletrônica na Internet, via WWW. URL: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf> Capturado em 12/06/2007
- SANSOT, Pierre – **Poétique de la Ville**. Paris: Édition Payot & Rivage, 2004
- Schmitt, É. (2014). Compte rendu de [*De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir*, d'Alain Caillé, Marc Humbert, Serge Latouche et Patrick Viveret, Paris, La Découverte, 2011, 191 p.]. *Politique et Sociétés*, 33 (1), 119–121. <https://doi.org/10.7202/1025598ar>



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Estratégias ESG e indústria da construção civil: um estudo das políticas públicas**

*ESG strategy and civil construction industry: a study of public policies*

**Luciane Cleonice Durante**

Professora Doutora, UFMT, Brasil  
luciane.durante@ufmt.br

**Ana Vitória Silva de Carvalho**

Estudante de Arquitetura e Urbanismo, UFMT, Brasil  
carvalhosanavitoria@gmail.com

## RESUMO

A construção civil apresenta elevado potencial de posicionamento alinhado aos pilares Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança) – ESG, pois é considerada como uma das indústrias mais poluidoras e impactantes. Diante disso, o objetivo do artigo é identificar políticas públicas nas esferas federal, estadual (no estado de Mato Grosso) e municipal (na capital Cuiabá) que se relacionam às estratégias ESG cabíveis ao setor da construção civil. A metodologia desenvolveu-se em três etapas: levantamento das políticas públicas relacionadas à ICC; classificação do acervo legal de acordo com a sua pertinência nas dimensões E, S ou G; identificação e recorte do conteúdo legal relacionado à ICC e análise correlacional do conteúdo legal com o contexto do setor da ICC. Adicionalmente, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para identificar os vinte termos de maior frequência de ocorrência no acervo, produzindo nuvens de palavras. Foram identificados 36 documentos em nível federal, 17 em nível estadual e apenas um em nível municipal. Observa-se que na esfera federal as legislações são mais amplas e predominam nas dimensões ambiental e social, sendo que esta última tem enfoque nas condições de trabalho. Já o foco da legislação estadual é na dimensão ambiental, assim como a municipal. Além disso, a dimensão de governança foi pouco identificada dentro do levantamento feito. Isso revela um gargalo para a conquista das metas das dimensões social e ambiental, uma vez que a gestão é o elemento integrador organização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governança. Ambiental. Social

## ABSTRACT

*The construction industry presents a high potential for alignment with the Environmental, Social, and Governance (ESG) pillars, as it is considered one of the most polluting and impactful industries. Therefore, the aim of the article is to identify public policies at the federal, state (in the state of Mato Grosso), and municipal (in the capital Cuiabá) levels that relate to ESG strategies applicable to the construction sector. The methodology was developed in three stages: gathering of public policies related to the construction industry; classification of the legal collection according to its relevance in the E, S, or G dimensions; identification and selection of legal content related to the construction industry and correlational analysis of legal content with the context of the construction industry. Additionally, content analysis technique was used to identify the top twenty most frequently occurring terms in the collection, producing word clouds. Thirty-six documents were identified at the federal level, seventeen at the state level, and only one at the municipal level. It is observed that at the federal level, legislations are broader and predominantly focus on the environmental and social dimensions, with the latter focusing on working conditions. The focus of state legislation is on the environmental dimension, similar to municipal legislation. Moreover, the governance dimension was scarcely identified within the survey conducted. This reveals a bottleneck for achieving the goals of the social and environmental dimensions, as management is the integrating element of the Organization.*

**KEY-WORDS:** Governance. Environmental. Social.

## 1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade fomenta negócios com previsão de gerar oportunidades de mercado de mais de US\$ 12 trilhões por ano até 2030 (Elkington, 2018), impulsionados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). Hoje, condutas sustentáveis são vistas como fator de redução de riscos para investimentos e o desempenho é medido para além do resultado financeiro. Empresas que se preocupam com questões sociais criam valor compartilhado na sociedade, por meio do desenvolvimento econômico, boa governança, capacidade de resposta das partes interessadas, melhoria ambiental e transparência (AMIR et al., 2016).

O desenvolvimento sustentável de uma empresa é uma questão complexa que requer soluções sistêmica e estratégica (AMIR et al., 2016). Ao convergir com o conceito do tripé da sustentabilidade, o termo Environmental, Social and Governance – ESG foi cunhado em um evento da ONU, na publicação *Who Care Wins*, em 2004. É definido como um conjunto de padrões que indicam as práticas empresariais éticas e sustentáveis de uma organização (PACTO GLOBAL, 2022). Essa métrica é utilizada desde 2012 na seleção de portfólio e gestão de investimentos, no entanto, só recentemente as empresas começaram a adotar os princípios ESG (GIL, 2021), refletindo uma crescente percepção de que o sucesso significa atender aos interesses não apenas dos acionistas, mas também dos clientes, funcionários, fornecedores e comunidade (BARR ENGINEERING, 2022).

As empresas que se comprometem com metas ESG podem aumentar a receita, reduzir custos, minimizar a intervenção regulatória e legal, bem como otimizar investimentos e despesas de capital (BARR ENGINEERING, 2022). Outro benefício latente é o engajamento e a retenção dos funcionários que se identificam com os valores de consciência social e ética. Para implementação das estratégias ESG é relevante entender as motivações da empresa e alinhar as expectativas da alta gestão e partes interessadas. Por meio de um Comitê ESG, é necessário formular uma política de sustentabilidade, desdobrar o planejamento e adequar o sistema de gestão. Como resultado, é emitido relatório com os índices de conformidade e performance.

Antes, a preocupação com a sustentabilidade era escolha da empresa, entretanto, a adoção de métricas ESG pelo mercado financeiro fez despertar nas corporações o entendimento da urgência em implantar processos sustentáveis. Por outro lado, verifica-se, atualmente, que muitas organizações publicam iniciativas como se fossem aderentes à estratégia ESG, sendo que, na realidade, estão apenas cumprindo a legislação vigente, principalmente no que tange ao aspecto ambiental. Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer o que é estabelecido na legislação para que se possa identificar, a partir disso, ações dentro do escopo ESG.

Diante desse contexto, vê-se campo fértil para a implementação de estratégias ESG no setor de construção civil, um dos principais setores econômicos que movimenta cerca de 9% do PIB brasileiro (CBIC, 2021). As atividades da indústria da construção civil (ICC) são percebidas de forma negativa, pelo caráter artesanal e pouco aderente com as questões socioambientais. No entanto, cresce o movimento da cadeia produtiva para a adoção de práticas e processos focados em sustentabilidade (CTE, 2021), mostrando o interesse do setor em se adequar à essa agenda, sendo mais eficaz e diminuindo os impactos negativos no meio ambiente.

Nas questões ambientais, algumas construtoras já adotam estratégias como sistemas construtivos inovadores, projetos focados em conforto ambiental e eficiência energética, além das certificações. Sob a ótica social, a ICC é um dos maiores geradores de emprego e renda, com

contratações de pessoas sem qualificação e marginalizadas (CTE, 2021). No âmbito da governança, há iniciativas para melhoria da transparência das operações com incorporação de programas de compliance e atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD 13.709/2018 (BRASIL, 2018).

## **2 OBJETIVO**

O objetivo do artigo é identificar políticas públicas nas esferas federal e estadual que se relacionam às estratégias ESG cabíveis ao setor da construção civil, considerando o contexto do estado de Mato Grosso e do município de Cuiabá.

## **3 MÉTODO**

A metodologia adotada se classifica como uma pesquisa documental (GIL, 2002), assim definida por utilizar documentos como fontes de dados de forma sistemática e crítica. No caso deste estudo, os documentos utilizados como fontes de dados trata-se de leis, normas e decretos vigentes no âmbito federal, do estado de Mato Grosso e do município de Cuiabá, que se relacionam ou são aplicáveis à indústria da construção civil (ICC).

As políticas públicas estabelecem a estrutura reguladora existente das obrigações dos atores da ICC identificando as ações prioritárias e incluindo os incentivos necessários para a transformação do setor. Assim, visando elaborar um diagnóstico das políticas públicas e seus conteúdos acerca da correlação com o ESG, pesquisaram-se as legislações em sites oficiais do governo federal, estadual e municipal, tendo como critério de seleção das leis, normas e decretos, a sua aplicabilidade ao setor da ICC.

O método de pesquisa também pode ser classificado como teórico-conceitual, conforme Bento (1999), que assim o define por promover discussões a partir de literatura existente, baseadas na percepção e experiências dos autores. No caso deste estudo, a literatura foi tomada como a legislação acima descrita, disponível para consulta em fontes confiáveis e seguras.

Alicerçada nesse método, a pesquisa desenvolveu-se em três etapas metodológicas: levantamento das políticas públicas relacionadas à ICC; classificação do acervo legal de acordo com a sua pertinência nas dimensões tratadas (E, S ou G); identificação, recorte e análise correlacional do conteúdo legal relacionado à ICC com o contexto da ICC.

Adicionalmente, foi feita uma exploração por meio do software NVIVO v.12, identificando os vinte termos de maior frequência de ocorrência, produzindo nuvens de palavras. Em seguida, existindo termos relacionados à ESG e à construção civil, buscou-se o entendimento da abordagem à luz do objetivo do trabalho, utilizando-se da técnica análise de conteúdo, definida por Bardin (2011) como aquela que permite a inferência de conteúdos relacionados aos objetivos do estudo nos textos selecionados.

## **4 RESULTADOS**

Foram identificados 36 documentos em nível federal, 17 em nível estadual e apenas um em nível municipal. Na esfera federal, 12, 14 e 8 documentos relacionam-se às dimensões ambiental, social e governança e, na esfera estadual, 11 e 2, relacionam-se às dimensões ambiental e governança, respectivamente. Na esfera municipal, o documento se refere à dimensão ambiental (Quadro 1).

O primeiro documento identificado na esfera federal é a Consolidação das Leis do Trabalho, Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 1943), que estabeleceu os direitos trabalhistas como os limites da jornada de trabalho, hora-extra, férias, décimo terceiro salário, dentre outras, constituindo-se em um marco de conquista de direitos laborais. Esta Lei é aqui classificada como aderente à dimensão Governança, já que trata de direitos e deveres na relação empregado/empregador.

A Lei nº 6.514 (BRASIL, 1977) de 22 de dezembro de 1977 estabeleceu as Normas Regulamentadoras (NRs) que garantem as condições mínimas dos ambientes laborais visando a preservação da segurança e saúde dos trabalhadores. Ao reconhecer que os ambientes de trabalho devem ser seguros quanto à exposição dos trabalhadores aos riscos (físicos, químicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos), combatem o trabalho em condições análogas à escravidão. Por prevenir os acidentes de trabalho e doenças do trabalho, foi classificada como relacionada à dimensão Social, uma vez que, quando esses eventos acontecem, os danos impactam direta e indiretamente no ambiente organizacional e nas relações sociais. As NRs foram aprovadas no ano de 1978 compondo um conjunto que vem sendo constantemente revisado e atualizado.

Quadro 1 - Legislação selecionada

	Data	Tipo	Nº	Dimensão	Data	Tipo	Nº	Dimensão
FEDERAL	01/05/1943	Lei	5.452	G	08/01/1997	Lei	9.433	A
	22/12/1977	Lei	6.514	S	12/02/1998	Lei	9.605	A
	06/07/1978	Norma	1	S	12/02/1998	Lei	9.605	A
	07/07/1978	Norma	4	S	19/12/2000	Lei	10.098	G
	08/07/1978	Norma	5	S	02/12/2004	Decreto	5.296	G
	09/07/1978	Norma	6	S	05/01/2007	Lei	11.445	A
	10/07/1978	Norma	7	S	29/12/2009	Lei	12.187	A
	11/07/1978	Norma	8	S	02/08/2010	Lei	12.305	A
	12/07/1978	Norma	9	S	13/05/2011	Resolução	430	A
	13/07/1978	Norma	11	S	18/01/2012	Resolução	448	A
	14/07/1978	Norma	12	S	01/08/2013	Lei	12.846	G
	15/07/1978	Norma	17	S	14/08/2018	Lei	13.709	G
	16/07/1978	Norma	18	S	27/12/2019	Lei	13.971	G
	17/07/1978	Norma	24	S	15/07/2020	Lei	14.026	A
	18/07/1978	Norma	25	S	01/04/2021	Lei	14.133	G
	19/07/1978	Norma	26	S	12/01/2022	Decreto	10.936	A
	20/07/1978	Norma	35	S	23/02/2022	Portaria	532	S
		19/12/1979	Lei	6.766	A	11/07/2023	Planejamento Estratégico	
	12/11/1985	Lei	7.405	G				
ESTADUAL	21/11/1995	Lei	38	A	10/02/2017	Decreto	840	G
	05/11/1997	Lei	6.945	A	14/01/2019	Lei	10.799	A
	19/12/2002	Lei	7.862	A	26/12/2019	Lei	11.071	G
	26/11/2004	Lei	8.221	A	09/03/2020	Lei	11.088	A
	20/04/2011	Lei	9.523	A	03/11/2020	Decreto	697	A
	09/07/2015	Lei	10.298	A	17/11/2021	Lei	11.568	A
	13/01/2017	Lei	582	A				
MUNICIPAL	03/11/2015	Lei	389	A				

Nota: Dimensões se referem à E (ambiental), S (Social) e G (Governança)

Fonte: autoria própria (2024)

A Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, trata de Parcelamento do Solo Urbano (BRASIL, 1979) e estabelece as normas gerais sobre o parcelamento do solo para fins urbanos,

definindo regras para loteamentos e desmembramentos, visando ordenar o crescimento urbano, garantir infraestrutura básica e promover o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas. Essa lei se enquadra na dimensão Ambiental da ESG, por regular a infraestrutura básica das Zonas Habitacionais de Interesse Social (ZHEIS) ao citar escoamento de águas pluviais, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e energia elétrica domiciliar.

Já na década de 90, tem-se as leis 9.433 (BRASIL, 1997) de Política Nacional de Recursos Hídricos, de 8 de janeiro de 1997, e a 9.605 de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998), de 12 de fevereiro de 1998, inseridas na dimensão Ambiental. A primeira estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para a gestão sustentável dos recursos hídricos, promovendo o uso racional e integrado, a conservação e a proteção dos corpos d'água no país. Já a segunda, estabelece as sanções penais e administrativas aplicáveis a condutas lesivas ao meio ambiente, tem como objetivo promover a proteção e preservação do meio ambiente, impondo medidas punitivas contra práticas prejudiciais à natureza.

Na dimensão Social, a Lei n 7.405, de 12 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985), torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em locais e edificações públicas ou privadas, de uso coletivo, para indicar a acessibilidade a pessoas com deficiência. Essa lei destaca a importância de garantir a acessibilidade como um direito fundamental. Em 19 de dezembro de 2000, por meio da Lei n 10.098 (BRASIL, 2000), foram estabelecidas normas e critérios de acessibilidade aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida na Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), de 19 de dezembro de 2000. Essa legislação visa garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades, estabelecendo diretrizes para a promoção da acessibilidade em edificações, espaços públicos, mobiliário urbano, transporte, comunicação e informações. Assim, essa lei busca assegurar condições adequadas para que todas as pessoas, independentemente de suas limitações, possam participar plenamente da vida social e laboral. Após isso, em 2 de dezembro de 2004, foi publicado o Decreto 5296 (BRASIL, 2004) que visa garantir que espaços públicos, edificações, serviços, e meios de comunicação sejam acessíveis a todos, promovendo a inclusão e igualdade de oportunidades para pessoas com diferentes habilidades, abordando questões relacionadas à acessibilidade arquitetônica, comunicacional, educacional, tecnológica e de transporte. Segundo uma pesquisa do SindusCon SP (SINDUSCON, 2016), o setor da construção civil é o terceiro maior empregador de pessoas com deficiência, motivado pela Lei de Cotas nº 8.213 (BRASIL, 1991), que exige que empresas que possuam acima de 200 empregados devem ter no seu quadro de funcionários no mínimo 2% de pessoas com deficiência; caso tenha entre 201 e 500 funcionários, a taxa cresce para 3% e para negócios com até 1.000 trabalhadores ou mais a taxa varia de 4% a 5%.

No final dos anos 2000, tem-se duas leis importantes: a Lei 11.445 (BRASIL, 2007) e a 12.187 (BRASIL, 2009), que estabelecem as diretrizes do saneamento básico e a Política Nacional de Mudança do Clima, respectivamente. A Lei 11.445 (BRASIL, 2007), de 5 de janeiro de 2007, define os princípios, os objetivos, os instrumentos e as diretrizes para a formulação da Política Federal de Saneamento Básico e busca promover a universalização dos serviços e a melhoria da qualidade de vida da população, com ênfase na saúde pública e na proteção do meio ambiente. Segundo dados da 14ª edição do Ranking do Saneamento, publicado pelo Instituto Trata Brasil (Trata Brasil, 2020), quase 35 milhões de pessoas vivem sem água tratada e cerca de 100 milhões não têm acesso à coleta de esgoto no país. Além disso, somente 50% do volume de esgoto do país recebe tratamento. É importante destacar que saneamento básico significa saúde, pois água contaminada facilita a propagação de doenças, seja por meio direto da água ou da

contaminação de alimentos. Assim, além de ser um perigo direto para a população, também é um problema para a saúde pública, pois os gastos sobem devido o número elevado de atendimentos médicos e internações. Por isso, o investimento em saneamento básico é investir duplamente em saúde público. No entanto, não se restringe a isso, pois esse investimento também é uma oportunidade para as empresas de construção civil terem mais campo de trabalho, envolvendo fortemente a área da engenharia, ao mesmo tempo que regula mais fortemente esses empreendimentos.

Já a Lei 12.187 (BRASIL, 2009), de 29 de dezembro de 2009, estabelece princípios, objetivos e instrumentos para o enfrentamento das mudanças climáticas, com foco na mitigação e adaptação aos impactos ambientais. O seu objetivo é promover a sustentabilidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O tema dessa lei é de suma importância, tendo em vista que o setor da construção civil é responsável por 37% das emissões globais de CO<sub>2</sub>. Um dos maiores responsáveis pelas emissões é o concreto, o qual, sozinho, emite 7% das emissões de dióxido de carbono, que é três vezes mais do que o tráfego aéreo (GCCA, 2020). Por isso, a indústria global do concreto tem a meta de atingir a neutralidade de carbono até 2050.

A Lei 12.305 (BRASIL, 2011), de 13 de maio de 2011, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil e se insere na dimensão Ambiental da ESG. Essa legislação tem como objetivo promover a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, visando à redução dos impactos ambientais e à promoção da sustentabilidade. Segundo o Panorama Abrelpe de 2022 (ABRELPE, 2022), em 2021, foram coletados mais de 48 milhões de toneladas de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), registrando um aumento de 2,9% em comparação ao ano anterior. Isso corresponde a cerca de 227 kg/hab.ano, sendo grande parte desses resíduos provenientes de construção e demolição. No entanto, essa estimativa aumenta quando se considera apenas a região Centro-Oeste, com quase 323 kg/hab.ano, mostrando que a região com 7,5% (IBGE) da população brasileira é a que mais gera resíduo na construção civil, mesmo os estados federativos tendo políticas regulamentadoras.

A Resolução CONAMA 430 (BRASIL, 2011), de 13 de maio de 2011, estabelece os padrões que visam garantir a qualidade da água e a preservação do meio ambiente, controlando a poluição hídrica e os padrões de lançamento de efluentes em corpos d'água. Em 2010, a Agência Nacional de Águas fez um estudo em que se considerou o Índice de Qualidade das Águas, o qual tinha uma escala classificada em péssima, ruim, regular, boa e ótima. Nos 1.998 pontos monitorados no país, 75% se enquadravam como “bom” e 6% como “ótimo”; já quando se considerava apenas os 135 pontos urbanos, esse número caía para 26% e 1%, respectivamente, o que é um reflexo dos baixos níveis de coleta e tratamento de esgotos domésticos.

A Resolução 307, de 5 de julho de 2002 (BRASIL, 2002) estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil (RCC):

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros

Já a Resolução 448 (BRASIL, 2012), de 18 de janeiro de 2012, estabelece a prioridade para a não geração de resíduos e a elaboração de Planos Municipais de Gestão de Resíduos da Construção Civil. Define responsabilidades dos geradores, estabelece procedimentos para Planos de Gerenciamento e específicas formas de destinação dos resíduos após triagem. O prazo máximo para municípios elaborarem Planos Municipais é de doze meses após a publicação.

Inserida na dimensão Governança, em 1º de agosto de 2013, tem-se a Lei Anticorrupção nº 12.846 (BRASIL, 2013) que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Ela estabelece sanções para empresas envolvidas em corrupção, como multas e a possibilidade de publicação de decisões condenatórias. A legislação visa combater a corrupção corporativa, responsabilizando legalmente as empresas por práticas ilícitas. Isso aconteceu em um momento muito oportuno, pois em 17 de março de 2014, teve o início da Operação Lava Jato no Brasil, a qual envolveu vários tipos de crime, entre eles a corrupção por parte das construtoras de grande parte nacional e internacional, entre elas a Odebrecht que estava envolvida em várias obras de infraestrutura para a Copa do Mundo.

Também na mesma dimensão, em 14 de agosto de 2018 tem-se a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (BRASIL, 2018) que estabelece direitos e responsabilidades em relação ao manuseio de informações pessoais, visando proteger a privacidade e dar aos indivíduos maior controle sobre seus dados. Assim, segundo Nogueira (2022), essa nova legislação surge como uma oportunidade para a ICC, pois os dados podem ser utilizados para criar perfis de consumo, identificar oportunidades de mercado e personalizar produtos e serviços.

Em 27 de dezembro de 2019, a Lei 13.971 (BRASIL, 2019) instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Dentre outros aspectos relacionados à eficiência do estado, diminuição das desigualdades sociais e equilíbrio das contas públicas, essa lei reforça ações de combate à corrupção, violência e crime organizado, com uma cobertura ampla de diretrizes na dimensão Governança - Corporativa, Conduta Empresarial, Práticas de Controle e Gestão e Transparência na Gestão.

Já em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei 14.026 (BRASIL, 2020) que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil. Essa legislação busca promover a universalização dos serviços de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Apesar de já existir a lei nº 11.445 de 2007 (BRASIL, 2007), a lei de 2020 mantém muito dos conceitos antigos, mas com maior abertura para iniciativa privada, ênfase na regionalização dos serviços e estabelecimento de metas para a universalização do acesso ao saneamento básico. Nesse sentido, em cumprimento à legislação federal, o estado elaborou os planos municipais de saneamento básico de 111 municípios, os quais contemplam um capítulo sobre os RCC, contendo dados sobre a caracterização, acondicionamento, volume coletado e tratamento/destinação dos resíduos, sugerindo formatos de operação (LIMA, MODESTO FILHO e MOURA, 2017; 2018).

Além disso, na dimensão Governança, a Lei 14.133 (BRASIL, 2021) de 1º de abril de 2021, também conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, promove uma reforma significativa nas regras de contratações públicas no Brasil. Introduzindo novos tipos de licitação e simplificando procedimentos, a legislação busca eficiência e transparência nos processos. Essa nova legislação adota instrumentos eletrônicos e estabelece regras específicas para licitações em saneamento básico, visando modernizar e aprimorar a gestão pública. De acordo com a pesquisa de Batista, Reis e Brandão (2021) essa lei impacta as contratações dos serviços de engenharia, um setor historicamente participante de fraudes e corrupção nos processos licitatórios. Em nível estadual, o governo de Mato Grosso publicou o Decreto 840, de 17 de 10 de fevereiro de 2017 (MATO GROSSO, 2017), que se alinhava à Lei 8666, não tendo sido identificada nenhuma legislação para um novo alinhamento cabível à Nova Lei de Licitações.

Já no eixo Ambiental, em 12 de janeiro de 2022, o Decreto 13.936 (BRASIL, 2022) regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305/2010. Este decreto aplica-se aos envolvidos em ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento desses resíduos. A PNRS está integrada à Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com as diretrizes nacionais para o saneamento básico e com a política federal de saneamento básico, conforme estabelecido na Lei 11.445/2007 (BRASIL, 2007).

Já em 23 de fevereiro de 2022, a Portaria 532 (BRASIL, 2022) dispõe sobre os requisitos técnicos, urbanísticos e socio territoriais de Habitação de Interesse Social no âmbito da aquisição subsidiada de imóveis em áreas urbanas, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do Programa Casa Verde e Amarela. Essa Lei é enquadrada na dimensão Social, pois discorre sobre promoção de condições dignas de habitabilidade, mobilidade urbana, acessibilidade, sustentabilidade, conforto ambiental, eficiência energética e diversidade de acesso a comércio e serviços, relacionando-se com o desenvolvimento territorial, mais precisamente com o diálogo e impacto social, bem como com o engajamento das partes interessadas.

O Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEF), de 11 de julho de 2023 (BRASIL, 2023), considera três aspectos do ponto de vista do consumo de energia em uma edificação:

1º. A energia consumida quando da construção do prédio, embutida na produção e transporte dos materiais de construção, bem como na sua manipulação no canteiro de obras, designada por alguns autores como conteúdo energético predial;

2º. A energia consumida pelas atividades-fim desenvolvidas no prédio, pelo uso dos equipamentos necessários e indispensáveis às atividades-fim exercidas pelos usuários;

3º. A energia consumida, destinada a prover os usuários as condições de conforto necessárias à habitabilidade. (PNEF, 2023, p 69)

Nesse sentido, o PNEF se enquadra no eixo Ambiental, pois se relaciona com as mudanças climáticas, com a problemática das emissões do efeito estufa pela ICC e com o gasto de energético ao longo do ciclo de vida do edifício. Segundo Morishita (2011), 24% de toda a energia elétrica produzida no país é consumida pelo setor residencial e 15% pelo comercial, enquanto o setor industrial é responsável pelo consumo de 44%. Grande parcela do consumo se deve ao condicionamento artificial, revelando-se a falta de planejamento de conforto térmico na etapa de projeto desses edifícios. Ainda, segundo Basso, Nogueira e Silva (2014), a realidade brasileira demonstra que grande parte das edificações é construída com os mesmos materiais e tecnologia utilizada há décadas, com baixa racionalidade construtiva e alta geração de resíduos.

Já no âmbito da legislação do estado de Mato Grosso, tem-se a Lei 38 (MATO GROSSO, 1995) de 21 de novembro de 1995, que estabelece diretrizes ambientais, exigindo prévio licenciamento para construção e operação de atividades impactantes. Atividades causadoras de significativa degradação requerem aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório (RIMA). A FEMA (então Fundação Estadual do Meio Ambiente) monitora e fiscaliza, visando a manutenção de um ambiente equilibrado. Normas para uso do solo incluem conservação de águas, prevenção de erosão e proibição de queimadas. O descarte de resíduos poluentes no solo é proibido e, resíduos perigosos devem seguir normas estabelecidas pelo CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Essa Lei Estadual se mostra de grande relevância, pois reforça a necessidade da conservação da biodiversidade.

A Lei 6945 (MATO GROSSO, 1997), de 05 de novembro de 1997, estabelece diretrizes para a gestão dos recursos hídricos. Destaca-se a busca por um gerenciamento integrado e participativo, considerando todos os processos do ciclo hidrológico. A lei prevê a parcela dos recursos hídricos para uso econômico, cobrança pelo uso com critérios específicos, rateio de custos entre beneficiários e apoio à Defesa Civil. Prioriza a compatibilização do gerenciamento com o desenvolvimento regional, incentiva estudos e oferece incentivos financeiros a municípios que criem áreas de proteção ambiental. No entanto, apesar de ter quase 27 anos, o estado ainda se encontra em situações muito críticas envolvendo seus recursos hídricos, como é o caso recente do município de Barão de Melgaço, que decretou emergência por conta da contaminação na rede de abastecimento de água (G1MT, 2024).

Também na esfera Ambiental, a Lei 7862 (MATO GROSSO, 2002), de 19 de dezembro de 2002, estabelece a Política Estadual de Resíduos Sólidos com objetivos que incluem a preservação da saúde pública, proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas, utilização adequada dos recursos naturais e estímulo ao gerenciamento integrado dos resíduos. Os princípios da lei envolvem a integração de ações, promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, redução dos resíduos sólidos, participação social, responsabilização dos geradores e fabricantes, cooperação entre setores público e privado e erradicação de lixões. Essa lei revela que o estado estava à frente da legislação federal, pois foi somente em 2011 que foi sancionada a PNRS, citada anteriormente. No entanto, em 2016, a empresa Eco Ambiental, responsável por gerenciar resíduos da construção civil na capital do estado, estimava que 90% dos resíduos da construção civil são despejados de forma ilegal e criminosa locais inadequados, revelando o descaso com o descarte correto de RCD em Cuiabá.

Além disso, a Lei 8.221 (MATO GROSSO, 2004) de 26 de novembro de 2004, trata da política de habitação em Mato Grosso, estabelecendo que projetos de núcleos habitacionais devem seguir legislação federal e, se de interesse social, cumprir normas específicas, incluindo infraestrutura básica. A elaboração de projetos de unidades habitacionais deve considerar o adequado gerenciamento de resíduos, harmonia com o ambiente local e atender a normas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Essa lei se enquadra na esfera Ambiental da política ESG, se encaixando em mais de um critério, pois ao discorrer sobre a infraestrutura básica exigida para Zonas Habitacionais de Interesse Social (ZHIS) discorre sobre águas pluviais, água potável, esgotamento sanitário e energia elétrica.

Na mesma esfera Ambiental, a Lei 9.523 (MATO GROSSO, 2011), de 20 de abril de 2011, institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso. Essa legislação visa promover o controle e ordenação do uso do solo, considerando a capacidade de suporte e aplicando práticas conservacionistas. Além disso, busca integrar o desenvolvimento

urbano e rural, visando melhorar a qualidade de vida da população. Assim, é uma lei que visa garantir a alocação de recursos em áreas que buscam aprimorar a qualidade de vida nos municípios, impulsionando o desenvolvimento regional por meio do planejamento do uso do solo, para conseguir focar e alocar estrategicamente infraestruturas ao longo da cidade.

Ainda na esfera Ambiental, a Lei 10.298 (MATO GROSSO, 2015), de 09 de julho de 2015, estabelece que as novas habitações populares no estado devem incluir sistemas de aquecimento de água por energia solar térmica. A legislação destaca, também, a necessidade de comprovação da eficiência dos equipamentos por órgãos técnicos credenciados, como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). Essa medida representa uma tentativa de mudança de cenário no estado, por meio de medidas de efficientização das edificações.

Além disso, a Lei 582, de 13 de janeiro de 2017, a Política Estadual de Mudanças Climáticas (MATO GROSSO, 2017) estabelece que as licitações e contratos administrativos do Poder Público Estadual devem incorporar critérios sociais e ambientais, considerando o ciclo de vida dos produtos e serviços, com foco na dimensão das mudanças climáticas. Ademais, a legislação prevê a elaboração de planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para diversos setores, como geração de energia elétrica, transporte, indústria, agricultura, com metas de redução de emissões mensuráveis e verificáveis. Essa lei se revela de muita importância, pois o estado de MT foi o maior emissor nacional de gases de efeito estufa em 2021, segundo a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL, 2023), com 86,7 milhões de toneladas das emissões do Brasil, segundo o Observatório do Clima (2021).

Em 14 de janeiro de 2019, a Lei 10.799 (MATO GROSSO, 2019) estabeleceu que os imóveis públicos do Estado devem adotar medidas de conservação e uso racional da água, incentivando a utilização de fontes alternativas. Empresas de projeto e construção civil são obrigadas a incluir coletores de água da chuva em prédios públicos e o Estado deve adotar dispositivos para a conservação e uso racional da água em empreendimentos imobiliários financiados com recursos públicos.

A Lei 11.071 (MATO GROSSO, 2019), de 26 de dezembro de 2019, Plano Plurianual (PPA), estabelece diretrizes para o período 2020-2023, enquadrada na dimensão Governança. Assim, o PPA orienta a gestão pública com ênfase na eficiência, ética, transparência e equilíbrio fiscal. A atuação estatal é direcionada para o cidadão, com foco no desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão e proteção social.

Já na esfera Ambiental, em 09 de março de 2020, a Lei 11.088 (MATO GROSSO, 2020) busca uma gestão integrada e participativa dos recursos hídricos, priorizando a maximização de benefícios econômicos e sociais. As diretrizes incluem o estabelecimento de padrões para o uso econômico da água, a cobrança pelo seu uso, o rateio de custos entre beneficiários e o apoio à Defesa Civil. Essa lei se mostra relevante e avançada considerando o contexto do estado, pois, apesar das crises hídricas que ameaçam o país, Mato Grosso é privilegiado por ser um dos estados com maior potencial hídrico do Brasil. Assim, por conta desse privilégio, é compreensível que Mato Grosso seja o estado brasileiro onde mais se gastou água por habitante em 2020, segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR, 2021).

Ainda na esfera Ambiental, em 03 de novembro de 2020, o Decreto 697 (MATO GROSSO, 2020) estabelece normas para o licenciamento ambiental, o qual prevê a possibilidade de suspensão cautelar da licença em casos como omissão de informações, riscos ambientais graves, acidentes prejudiciais ao meio ambiente, descumprimento de condicionantes e exercício

da atividade em desacordo com a autorização. Assim, a medida visa garantir o cumprimento adequado das normas ambientais e a proteção dos ecossistemas.

Já em 17 de novembro 2021, a Lei 11.568 (MATO GROSSO, 2021), também conhecida como Programa de Reciclagem de Entulho, determinou que a movimentação de RCC deve ser registrada no Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR). Os envolvidos, incluindo gerador, transportador, armazenador temporário e destinador, devem atestar as ações de geração, armazenamento, transporte e recebimento dos resíduos até a destinação final ambientalmente adequada. Assim, essa lei mostra alinhamento com a Lei nº 7.862 (MATO GROSSO, 2002) no combate ao descarte ilegal.

Por fim, no âmbito de legislação da cidade de Cuiabá, tem-se a Lei 389 (CUIABÁ, 2015), de 03 de novembro de 2015, mais conhecida como Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que estabelece norma e restrições quanto à urbanização do solo da cidade. Nesse sentido, segundo os artigos 94, 95 e 96, a urbanização não será permitida em terrenos aterrados com material prejudicial à saúde pública sem saneamento prévio, em áreas geologicamente desfavoráveis, em Áreas de Preservação Permanente (APPs), em imóveis não confrontantes com vias públicas e em áreas sujeitas a alagamentos sem serviços de saneamento e escoamento de águas. De acordo com Dorneles (2017, p. 2) “A efetiva aplicação do zoneamento tem como propósito a proteção e manutenção dos recursos ambientais, através de um planejamento que vise garantir o desenvolvimento das funções sociais e ambientais das cidades, a fim de proporcionar o bem-estar dos cidadãos locais e o meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Apesar de, nesse caso, a autora estar tratando do zoneamento, também pode-se trazer essa análise para a LUOS, pois é através dessa lei que a cidade tomará sua melhor forma, preservando o meio ambiente e proporcionando a melhor infraestrutura para os cidadãos.

Sabe-se que o fluxo para elaboração das políticas públicas parte da identificação das demandas e expectativas da sociedade, que chegam aos dirigentes por meio de grupos organizados, denominados Sociedade Civil Organizada - SCO (sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs). O governo, por meio do Poder Legislativo, ao ouvir a SCO, traduz essas demandas em ações para seu atendimento e cria as políticas (SEBRAE, 2008). Já o Poder executivo, responsável pela implementação dessas políticas, por meio dos governantes ou tomadores de decisão, seleciona as ações que entende ser as prioritárias para atender às demandas ou expectativas da sociedade, considerando a disponibilidade de recursos, interesses e prazos de mandatos. Quando um governo busca atender a maioria das demandas recebidas, diz-se que ele está voltado para o interesse público. Ao atuar na direção do interesse público, o governo busca maximizar o bem-estar social (SEBRAE, 2008).

A partir do entendimento das políticas públicas como instrumentos que refletem o interesse público e da sociedade, buscou-se identificar nos documentos das políticas o conhecimento necessário para a implementação das ações neles expressos. Delineia-se o panorama das tendências e desafios para o desenvolvimento mais sustentável da ICC, que perpassa pelo entendimento socioeconômico-ambiental atual do setor no estado de Mato Grosso. As Figuras 1, 2 e 3 apresentam as nuvens de palavras aplicadas ao corpus da legislação federal, estadual e municipal, respectivamente.

Figura 1 - Nuvem de palavras da legislação federal



Figura 2 - Nuvem de palavras da legislação estadual



Fonte: autoria própria (2024)

Figura 3 - Nuvem de palavras da legislação municipal



Fonte: autoria própria (2024)

Observa-se que no âmbito da legislação federal os seis primeiros termos mais recorrentes são: “trabalhadores”, “riscos”, “prevenção”, “segurança”, “organização” e “saúde”, evidenciando suas origens nas NRs e, também, que as políticas federais são muito consolidadas no que tange às leis trabalhistas. Também podem ser observados termos referentes aos temas da acessibilidade e proteção do meio ambiente, associados a este último palavras que tratam de penalidades para o não cumprimento dessas normas, como é o caso de “multa” e “detenção”, uma vez que é considerado crime o não cumprimento das normas ambientais e não apenas uma infração. Além disso, é relevante as questões relacionadas ao trabalho em altura, pois, segundo a Revista Proteção, em 2013, 40% dos acidentes de trabalho na ICC são causados por queda (PROTEÇÃO, 2013). Ademais, dados do Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho (2023),

na série histórica de 2012 a 2022, revelam que os acidentes decorrentes de queda de altura ocupam a segunda posição nas notificações de acidentes de trabalho, considerando apenas o setor de construção, com 14,8% das ocorrências; com o primeiro lugar sendo ocupado por acidentes de agentes químicos, com 19,8%. Isso revela que as legislações existentes podem não estar sendo cumpridas plenamente, pelo fato de os acidentes ainda estarem acontecendo. Assim, mostra-se que é necessário que a ICC efetive o cumprimento das legislações básica para que possa propor e realizar iniciativas inovadoras e transformadoras.

Já no âmbito da legislação estadual, a maioria das leis analisadas são enquadradas na dimensão Ambiental, sendo os seis termos mais recorrentes: “recursos”, “hídricos”, “resíduos”, “ambiental”, “sólidos” e “gerenciamento”. Essa vocação direcionada à dimensão Ambiental é esperada, uma vez que o território é de exploração recente e vasto em recursos naturais, que dão lugar a novos municípios e ambientes edificados, o que requer ações de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Em se tratando de construção de edifícios, existem leis relacionadas às mudanças climáticas, ao uso dos recursos hídricos, à produção de resíduos sólidos e proteção do meio ambiente. O uso da energia é tratado quando a necessidade de aquecimento de água é posta nas edificações, para o qual devem ser assegurados meios e alternativas sustentáveis.

Em nível municipal a legislação identificada é incipiente, a qual se refere ao parcelamento do solo urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo identificar políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal que se relacionam às estratégias ESG cabíveis à ICC. Foram identificados 36 documentos em nível federal, 17 em nível estadual e apenas um em nível municipal.

Observa-se que na esfera federal as legislações são mais amplas e predominam nas dimensões ambiental e social, sendo que a última tem enfoque nas condições de trabalho. Já o foco da legislação estadual é na dimensão ambiental, assim como a municipal. Além disso, a dimensão da Governança foi pouco identificada, o que revela um gargalo para a conquista das metas das dimensões social e ambiental, uma vez que a gestão é o elemento integrador da organização.

Muito embora exista legislação, é necessário que sejam incluídos instrumentos e agentes para viabilização do seu cumprimento, no sentido de que a indústria da construção civil possa avançar para a inovação e o desenvolvimento sustentável, premissas ESG.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Thalyta. Mato Grosso tem o maior consumo de água do Brasil. **GazetaDigital**, Cuiabá, 18 dez. 2021.

Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos No Brasil 2022. [S. L.], 2022. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-panorama-2022>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BATISTA, Plínio Laisson Sousa *et al.* Impactos da Lei n. 14.133/2021 nas contratações dos serviços de engenharia. *In*:

BATISTA, Plínio Laisson Sousa *et al.* **O concreto: terceiro maior emissor mundial de gases de efeito estufa**. 2021.

Artigo Científico (Bacharelado de Engenharia Civil) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ANA (Agência Nacional de Águas). Panorama da Qualidade das Águas Superficiais do Brasil: 2012. Brasília, 2012. Disponível em: [https://biblioteca.ana.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/5955](https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/5955). Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011**. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=114770>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 448, de 18 de janeiro de 2012**. Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116060>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977**. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6514.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6766.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985**. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.** Atualiza o marco legal do saneamento básico [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Eficiência Energética:** premissas e diretrizes básicas. Brasília, DF: 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 532, de 23 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre os requisitos técnicos, urbanísticos e socioterritoriais, sobre os seguros obrigatórios para a contratação de empreendimentos habitacionais e sobre o chamamento de propostas de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de Habitação de Interesse Social no âmbito da linha de atendimento aquisição subsidiada de imóveis em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Casa Verde e Amarela. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 39, p. 20-30, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 1, de 6 de julho de 1978.** Disposições gerais. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248081>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 4, de 6 de julho de 1978.** Serviços especializados em segurança e medicina do trabalho. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248119>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 5, de 6 de julho de 1978.** Comissão interna de prevenção de acidentes. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248137>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 6, de 6 de julho de 1978.** Equipamento de proteção individual - EPI. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248139>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 7, de 6 de julho de 1978.** Programa de controle médico de saúde ocupacional. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248158>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 8, de 6 de julho de 1978.** Edificações. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248161>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 9, de 6 de julho de 1978.** Programa de prevenção de riscos ambientais. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248162>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 11, de 6 de julho de 1978.** Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248164>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 12, de 6 de julho de 1978.** Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248187>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 17, de 6 de julho de 1978.** Ergonomia. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248311>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 18, de 6 de julho de 1978.** Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248655>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 24, de 6 de julho de 1978.** Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=248434>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 25, de 6 de julho de 1978.** Resíduos Industriais. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=248455>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 26, de 6 de julho de 1978.** Sinalização de Segurança. Brasília, [1978]. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=248456>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 35, de 27 de março de 2012.** Trabalho em altura. Brasília, [2012]. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=248544>. Acesso em: 26 fev. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO. Cuiabá recicla apenas 41% dos resíduos da construção civil. Cuiabá, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://www.crea-mt.org.br/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CUIABÁ. **Lei nº 389, de 3 de novembro de 2015.** Disciplina o uso e ocupação do solo no município de Cuiabá. Cuiabá: Câmara Municipal, [2015]. Disponível em: <http://www.smades.cuiaba.mt.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

DORNELES, Ana Cláudia Bertoglio. O zoneamento e sua importância como um instrumento de planejamento urbano. *In*: DORNELES, Ana Cláudia Bertoglio. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais.** 2010. Artigo Científico (Bacharelado em Direito) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

EXAME. **O que é ESG, a sigla que virou sinônimo de sustentabilidade.** [S. l.], 13 maio 2022. Disponível em: <https://exame.com/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **ONU pede revolução para descarbonizar construção civil.** [S. l.], 12 set. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

G1 MT. **Prefeitura decreta situação de emergência hídrica após contaminação de água em MT:** Contaminação tem provocado danos à saúde dos moradores e causado prejuízo ao poder público. [S. l.], 17 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ISTO É DINHEIRO. **O concreto: terceiro maior emissor mundial de gases de efeito estufa.** [S. l.], 19 out. 2021. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LIMA, E. B. N. R., MODESTO FILHO, P., MOURA, R. M. P. Planos Municipais de Saneamento Básico. Disponível em: <https://www.edufmt.com.br/>. 2017, 2018.

LIMA, Greyce. **Mato Grosso é destaque nacional na produção de energia renovável e primária.** [S. l.], 7 jun. 2016. Disponível em: <https://www.sedec.mt.gov.br/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Decreto nº 697, de 3 de novembro de 2020.** Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. Cuiabá: Palácio Paiaaguás, [2020]. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=403769>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Decreto nº 840, de 10 de fevereiro de 2017.** Regulamenta as modalidades licitatórias vigentes, às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens móveis, imóveis e o Sistema de Registro de Preço no Poder Executivo Estadual, o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado e simplificado para às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências. Cuiabá: Secretaria de Estado de Fazenda, []. Disponível em: <https://app1.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995.** Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [1995] Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=131145>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017.** Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [2017]. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=335779>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 6.945, de 5 de novembro de 1997.** Dispõe sobre a Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [1997]. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-6945-1997.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 7.862, de 19 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Cuiabá: Palácio Paiguás, [2002]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=131928>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 8.221, de 26 de novembro de 2004.** Dispõe sobre a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, reestrutura o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento [...]. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [2004]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=132233>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 9.523, de 20 de abril de 2011.** Institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [2011]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.298, de 9 de julho de 2015.** Dispõe sobre a instalação de Sistema de Aquecimento de Água por Energia Solar Térmica em edificações do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [2015]. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=286795>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.799, de 14 de janeiro de 2019.** Dispõe sobre a instalação de sistemas de conservação e uso racional da água nos edifícios públicos do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [2019]. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=373927>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. Lei nº 11.071, de 26 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá, MT: ano 129, n. 27.659, p. 1-2, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://storage.al.mt.gov.br/api/v1/download/default/437847>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 11.088, de 9 de março de 2020.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [2019]. Disponível em: <https://legislacao.mt.gov.br/mt/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 11.568, de 17 de novembro de 2021.** Cria o Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa, [2021]. Disponível em <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-11568-2021.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

NANNINI, Guilherme. **Poluição hídrica: mais de 14 toneladas de resíduos são retiradas da bacia do Pantanal.** [S.L.], 15 out. 2023. Disponível em: <https://planetacampo.canalrural.com.br/noticias/14-toneladas-residuos-retiradas-bacia-pantanal/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

NEVES, Renata. **CST das Mudanças Climáticas discute situação das águas em Mato Grosso.** Cuiabá, 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

NOGUEIRA, Daniela. **Como a LGPD pode contribuir com a inovação no mercado da construção civil.** [S.L.], 1 ago. 2022. Disponível em: <https://techcompliance.org/inovacao-na-construcao-civil/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. Perfil dos Casos – CAT. [S.L.], 2022. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/0>. Acesso em: 26 fev. 2024.

OBSERVATÓRIO CLIMA. Análise das Emissões de Gases de Efeito Estufa (...). [S.L.], 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>. Acesso em: 04 de fev. de 2024.

PACTO GLOBAL. ESG. [S.L.], 2023. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PROTEÇÃO. **Atividade em altura representa 40% dos acidentes de trabalho.** Novo Hamburgo, [2013]. Disponível em: <https://protecao.com.br/geral/atividade-em-altura-representa-40-dos-acidentes-de-trabalho/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SÉRGIO VASCO, Paulo. **Estudo aponta que falta de saneamento prejudica mais de 130 milhões de brasileiros.** [S. l.], 1 ago. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DE SÃO PAULO. Estudo de viabilidade para inserção segura de PCD na construção civil. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.seconci-sp.org.br/>. Acesso em: 11 nov. 2023.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Forma Urbana e Uso de Espaços Públicos Brasileiros: Estudos Recentes**

*Configuration and Use of Brazilian Public Spaces: Recent Studies*

**Lara Lima Felisberto**

Mestre, Doutoranda, UFSC, Brasil.

laralimafelisberto@gmail.com

## **RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise sobre as dinâmicas sociais e a o desenho urbano do espaço público em contextos urbanos brasileiros. Através de uma revisão de estudos recentes, identificam-se os principais fatores que influenciam o uso e a apropriação dos espaços públicos, incluindo a localização na malha urbana e a proximidade com áreas centrais. Observou-se que o entorno exerce uma influência significativa no uso dos espaços públicos, com edificações simbólicas e diversidade de atividades comerciais favorecendo sua utilização. Ressalta-se a importância de estudos adicionais que aprofundem as relações entre os indivíduos no espaço público, visando uma compreensão mais completa dos fatores envolvidos e possíveis melhorias na qualidade urbana desses espaços. Este artigo contribui para uma reflexão crítica e multidisciplinar sobre o tema, oferecendo possibilidades de reflexão para pesquisadores e planejadores urbanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Apropriação. Desenho Urbano. Revisão Narrativa.

## **SUMMARY**

This article presents an analysis of social dynamics and the urban design of public space in Brazilian urban contexts. Through a review of recent studies, the main factors that influence the use and appropriation of public spaces are identified, including location in the urban fabric and proximity to central areas. It was observed that the surroundings exert a significant influence on the use of public spaces, with symbolic buildings and a diversity of commercial activities favoring their use. The importance of additional studies that deepen the relationships between individuals in public space is highlighted, aiming for a more complete understanding of the factors involved and possible improvements in the urban quality of these spaces. This article contributes to a critical and multidisciplinary reflection on the topic, offering possibilities for reflection for researchers and urban planners.

**KEYWORDS:** Appropriation. Urban Design. Narrative Review.

## 1 INTRODUÇÃO

Os espaços públicos são essenciais como pontos de encontro e interação entre os atores da vida urbana, seja de maneira casual ou planejada. Desde tempos antigos, esses locais têm sido utilizados para realizar atividades que não cabem no ambiente privado, como comércio, celebrações, debates e tomadas de decisão. Eles podem se manifestar de diversas formas físicas, como praças e largos, que servem como centros de convívio, ruas que conectam pessoas e lugares, ou áreas verdes destinadas ao lazer e recreação, proporcionando uma variedade de configurações para a vida pública.

Compreender a vida social dos espaços públicos como um elemento essencial destes implica também a necessidade de entender outros fatores que se relacionam com essa dinâmica e que influenciam os processos de utilização desses espaços. A forma urbana é um dos fatores que pode exercer considerável influência.

A forma urbana é moldada ao longo do tempo por influência das interações entre a sociedade e o meio. Essas transformações se manifestam por meio de processos como o parcelamento do solo, tendo consequências diretas no desenho de vias, de praças e subdivisões de quarteirões e lotes. Esses elementos contribuem no conjunto da forma urbana e estão intrinsecamente ligados à história do local, apresentando-se na formação de percursos, caminhos, largos e praças (Lamas, 2010; Costa e Netto, 2015).

Autores clássicos do urbanismo, como Jacobs (1961), Hillier e Hanson (1984), Holanda (2002) e Hillier (2007), já exploraram as relações entre a forma e o uso dos espaços públicos, cada um com suas perspectivas distintas. Entre as descobertas mais significativas desses pesquisadores, destaca-se a influência da forma urbana, tanto em sua dimensão local (ruas, praças, edificações, etc.) quanto na organização do tecido urbano como um todo (traçado urbano), na utilização desses espaços, embora não determinem o comportamento dos usuários.

A leitura desses trabalhos revela a importância de compreender diversos aspectos que relacionam a forma urbana com a utilização dos espaços públicos pelos usuários, o que fundamenta a realização deste estudo. Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão de estudos recentes que identificam as relações entre o uso e a configuração formal dos espaços públicos no contexto brasileiro. Para isso, foram analisados artigos publicados nos últimos dez anos que investigam e identificam possíveis relações entre forma urbana e apropriação dos espaços. A análise se concentrou nas descobertas alcançadas e nos métodos empregados para realizar essas investigações.

## 2 MÉTODO E SELEÇÃO DE ESTUDOS

O método de trabalho iniciou-se com a busca de artigos nas bases de dados Scielo, Web of Science, Periódicos Capes e Google Acadêmico. O objetivo do estudo é compreender as relações entre a forma e o uso dos espaços públicos. Para isso, foram utilizados termos específicos na pesquisa. As strings empregadas foram ((“Espaço Público”) AND (“Uso” OR “Apropriação”) AND (“Forma” OR “Forma Urbana” OR “Configuração” OR “Configuração Urbana” OR “Morfologia”)).

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados em português cujo objeto de estudo está localizado no território brasileiro. Adicionalmente, foram considerados apenas artigos publicados em periódicos no intervalo temporal de 10 anos (2014-2024).

Para a exclusão, adotou-se a leitura dos resumos dos artigos selecionados na primeira fase. Foram descartados aqueles que não estavam relacionados ao escopo do estudo, assim como os artigos duplicados. Dessa forma, restaram os trabalhos finais selecionados para análise e revisão narrativa.

Na leitura aprofundada desses estudos, procurou-se para os principais objetivos de cada autor, os métodos empregados e as relações observadas entre a apropriação e a configuração dos espaços públicos brasileiros. Este exame o permitiu identificar as diversas maneiras pelas quais a forma urbana influencia e é influenciada pelo uso e apropriação dos espaços públicos. Além disso, foram analisados os diferentes enfoques metodológicos adotados pelos autores, proporcionando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas envolvidas na interação entre a forma e o uso desses espaços.

### 3 RESULTADOS

As buscas nas bases de dados resultaram em um total de 56.584 artigos, sendo 56.400 destes encontrados no Google Acadêmico e 184 no portal Periódicos Capes. Não foram obtidos resultados nas buscas realizadas nos portais Scielo e Web of Science. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram selecionados 11 artigos para análise neste estudo. Esses artigos foram publicados nos seguintes periódicos científicos: Revista de Morfologia Urbana (4), Revista Paisagem e Ambiente (3), Cadernos do Desenvolvimento Fluminense (1), Oculum Ensaios (1), Ponto URBE (1) e Geo UERJ (1). A Figura 1 esquematiza as buscas desenvolvidas.

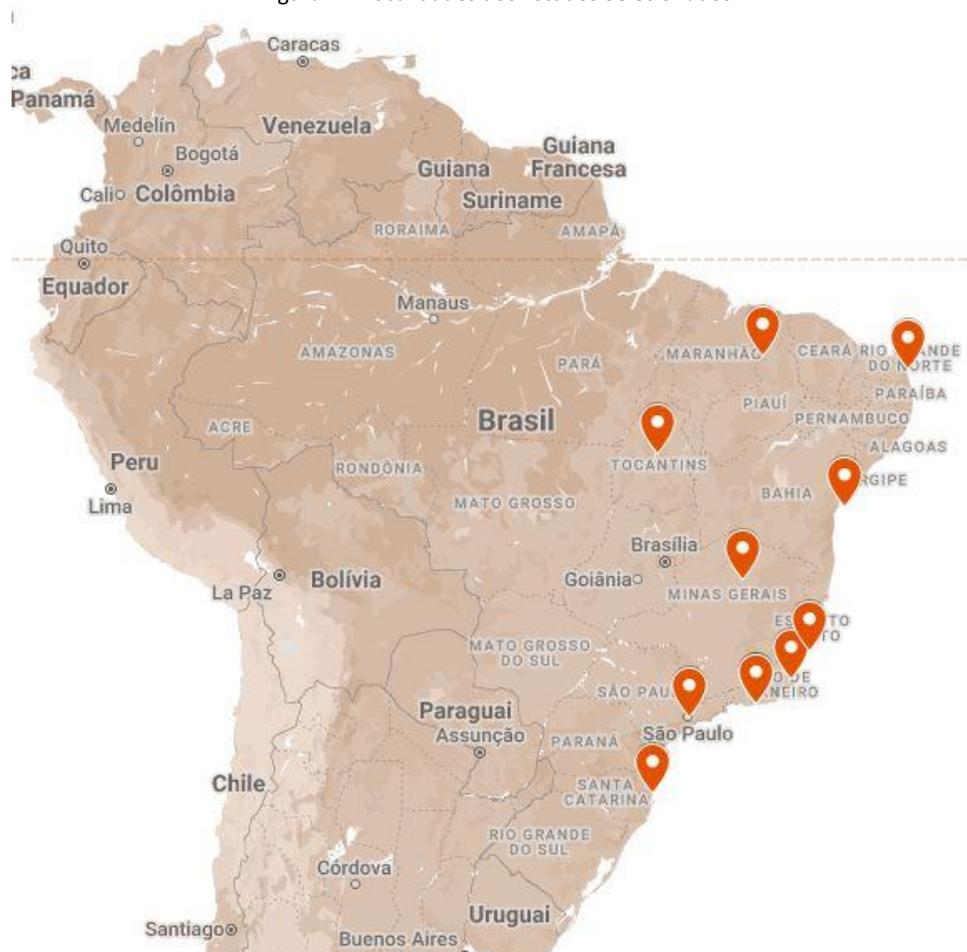
Figura 1 – Seleção de artigos



Fonte: Elaboração própria.

Os estudos selecionados abrangeram espaços públicos nas regiões Sudeste (6) (Nagano e Gonçalves, 2018; Carvalho e Pacheco, 2019; Lettieri e Santos, 2019; Batista e Bortolo, 2022; Tângari, 2022; Santos e Botechia, 2023), Nordeste (3) (Matos *et al.*, 2014; Carvalho e Ataíde, 2019; Coité, 2020), Sul (1) (Machado e Reis, 2020) e Norte (1) (Oliveira e Menezes, 2018), não sendo identificado nenhum estudo da região Centro-Oeste que atendesse aos requisitos de seleção. A Figura 2 ilustra as localidades dos estudos encontrados.

Figura 2 – Localidades dos Estudos Selecionados



Fonte: Elaboração própria.

Os estudos selecionados foram compilados e resumidos no Quadro 1, onde são apresentados os objetivos, métodos e resultados de cada um, ordenados por ano.

Quadro 1 – Síntese dos Estudos Selecionados

Artigo/Autor (Ano)	Objetivo	Método	Resultados
1. Os Parques Ambientais de Teresina como eixos lineares do sistema de espaço público – Matos <i>et al.</i> (2014)	Analisar a influência e integração dos parques lineares ribeirinhos em Teresina (PI), considerando os desafios e as potencialidades para uma integração	Mapeamento de espaços livres nas margens dos rios, análise da apropriação desses espaços através da observação direta no local. Utilização da Avaliação Pós-Ocupação (APO).	Observa-se uma forte relação entre a apropriação dos espaços urbanos de Teresina, capital do Piauí, e os dois rios que atravessam a cidade, promovendo a sustentabilidade e o cuidado ambiental. Os autores destacam que o rio pode atuar tanto como um atrativo quanto como um elemento de

	sustentável com a cidade.		repulsa para a utilização do espaço.
2. Morfologia Urbana E Sistema De Espaços Livres: Estudo de caso das unidades de vizinhança em Palmas (TO) – Oliveira; Menezes (2018)	Discutir as relações morfológicas entre o sistema de espaços livres públicos em uma cidade planejada, Palmas (TO).	Análise de mapeamento das configurações morfológicas e uso do solo das quadras planejadas de Palmas.	As autoras observam que o desenho urbano de Palmas exerce uma grande influência no processo de apropriação, sendo o principal fator que inibe esse processo. Isso ocorre porque o desenho urbano carrega uma forte herança do traçado rodoviário, o que favorece a “introversão” das unidades de vizinhança.
3. A Experiência Paulistana em Parques Lineares – Nagano; Gonçalves (2018).	Analisar três parques lineares de São Paulo implantados em zonas distintas e atentando-se para as diferentes formas de apropriação	Evolução histórica, mapeamento de equipamentos e observação direta em campo.	Apesar de os parques proporcionarem novos espaços de lazer em locais periféricos, eles foram implantados em áreas urbanizadas existentes sem aumentar a cobertura vegetal. A maioria dos parques analisados não promove o encontro de pessoas e, ao invés disso, permanecem isolados e sem apropriação.
4. Cidade, Modos De Ver E De Fazer Vitalidade Urbana No Dia A Dia - Carvalho; Pacheco (2019)	Descrever as relações entre processos de configuração, apropriação espacial, vitalidade e morfologia urbana utilizando a requalificação do bairro Botafogo (RJ) como objeto empírico.	Observação direta em campo e análise de mapeamento.	Compreendeu-se que existe uma relação entre os efeitos da vitalidade, as tipologias dos imóveis preservados e sua utilização, contribuindo para a construção de uma "atmosfera urbana sedutora". As transformações no bairro também criaram novos espaços livres para lazer. No entanto, notou-se uma mudança no uso desses espaços, de passagem para permanência. Embora as análises ofereçam contribuições valiosas, elas não respondem definitivamente à pergunta sobre a relação entre a mudança de uso de passagem e permanência após a reconfiguração do bairro.
5. Intervenções Temporárias No Espaço Público Da Cidade De Natal - RN: O caso do movimento eco praça - Carvalho.; Ataíde (2019)	Analisar os processos de transformação, uso e apropriação das praças em que foram implantadas o movimento Eco Praça com base na morfologia e percepção dos agentes envolvidos	Análise morfológica das praças e entorno e análise de atributos configuracionais, perceptivos e físicos.	Foi possível observar que a escolha do movimento Eco Praça em algumas situações foi motivada a pedidos de outros grupos sociais atuantes no espaço. O destaque relacionado à apropriação diz respeito à falta de iluminação, o que leva os espaços a ficarem em desuso no período noturno. Verifica-se também a ausência de

	direta e indiretamente.		manutenção, sinais de vandalismo e mobiliário degradado. Reafirma-se a necessidade de apropriação do espaço para a recuperação da urbanidade.
6. Produção Do Espaço Urbano E Espaços Livres Públicos: Usos e apropriações – Lettieri; Santos (2019)	Identificar os usos e apropriações atuais existentes na Praça José Dias Nogueira, localizada em Campos dos Goytacazes (RJ).	Pesquisa de evolução histórica, observação em campo, mapeamento do entorno, elaboração de mapas de uso e ocupação do solo, definição das categorias de fachadas do entorno, avaliação do traçado e do programa de necessidades, análise de mobiliário disposto e mapas comportamentais.	O entorno da praça é predominantemente residencial, o que gera uma familiarização entre os usuários do espaço. Em termos de fluxos, observa-se tanto a passagem quanto a permanência de pessoas. Os usos comerciais ao redor atendem a diversas necessidades. Concluiu-se que a relação entre a população e a praça é consistente e, embora existam algumas fragilidades, estas não impedem o uso do espaço.
7. Expansão Urbana E Espaço Público: A inserção das praças e áreas verdes nos loteamentos em Tijuca (SC) - Machado; Reis (2020)	Estudar o processo de formação e a configuração dos espaços públicos abertos de uso coletivo na cidade de Tijuca (SC).	Análise de mapeamentos de expansão, de posicionamento dos espaços abertos de uso coletivo e das configurações locais.	O trabalho investigou que o parcelamento do solo na modalidade de loteamento é o principal definidor do espaço público, pois estabelece o traçado viário, as praças e as áreas verdes. A conclusão mostra que, quanto mais recentes são as praças e áreas verdes implantadas, mais problemático é o seu posicionamento. Em relação à apropriação, verificou-se a ausência de pessoas utilizando esses espaços no cotidiano, o que é justificado pela segregação, falta de acessibilidade, abandono e possível apropriação privada.
8. Salvador Boa Praça: Análise sobre os usos e formas de apropriação dos espaços públicos na cidade de Salvador – Coité (2020)	Analisar as formas de apropriação dos espaços públicos de Salvador e compreender os tipos de usos desenvolvidos nesses espaços	Entrevistas, observações participantes e diretas, diário de campo.	O projeto resulta em espaços fragmentados e homogêneos, com feiras e eventos comerciais frequentemente localizados próximos aos bairros de classe média e alta. A sociabilidade ocorre predominantemente entre pessoas semelhantes e conhecidas, limitando a diversidade urbana.
9. Os Usos Dos Espaços Públicos: A praça e sua dinâmica na cidade atual -	Compreender os usos e apropriações da praça como espaço público na dinâmica da cidade	Mapeamento de evolução histórica e observação direta em campo nos dias de manifestações culturais.	Foi observada uma relação entre a apropriação da praça e a igreja, que potencializa o uso da praça nos horários de funcionamento das atividades religiosas. A

Batista; Bortolo. (2022)	de Montes Claros (MG) e as manifestações culturais e religiosas presentes em seu entorno.		ocupação das praças pela igreja favorece a conservação do espaço e de seus equipamentos mobiliários. Além disso, destaca-se a cidade como um espaço de mercadoria, comercialização e lucros, reforçando a segregação socioespacial.
<b>10.</b> Os Sistemas De Espaços Livres Como Instrumento De Leitura Da Morfologia Urbana E Suas Implicações Sócio Ambientais No Município Do Rio De Janeiro – Tangari (2022)	Discutir aspectos sobre o acesso e uso dos espaços livres, mas cidades brasileiras, com foco no Rio de Janeiro, evidenciando a gestão pública, projeto e apropriação.	Mapeamento do tecido urbano e dos espaços livres públicos inseridos.	Os resultados pretendem contribuir para ampliar os instrumentos metodológicos de análise morfológica, relacionando-os com o uso e a apropriação do espaço público. As questões levantadas concluem que a gestão pública do estado tende a concentrar recursos em áreas privilegiadas, o que impede o avanço de políticas públicas e gera uma ocupação desigual do território.
<b>11.</b> Usos e Ocupação do Solo: apropriações dos espaços públicos na praça Regina Frigeri Furno, Vitória – ES – Santos; Botechia (2023)	Apresentar a influência do uso e ocupação do solo na apropriação do entorno da praça Regina Frigeri Furno em Vitória – ES	Estabelecer os períodos de consolidação do tecido urbano, analise tipomorfológica do entorno da praça relações e ilustração das relações de apropriação com os edifícios do entorno da praça.	Observou-se que a permeabilidade das fachadas ao redor impacta diretamente o processo de apropriação da praça estudada. Além disso, o uso e a ocupação do solo no entorno são fatores relevantes, pois determinam os fluxos de pessoas que transitam pela praça.

Fonte: Elaboração própria.

Após uma leitura detalhada e análise dos 11 estudos, foi constatada a predominância de abordagens qualitativas exploratórias, aplicadas em estudos de caso distintos, nos quais um local específico é escolhido para a análise do objetivo proposto. O método de análise mais comum foi o mapeamento morfológico do entorno e do local em estudo, com foco no uso e ocupação do solo, na evolução histórica do traçado urbano e na integração do espaço estudado com o tecido urbano. A maioria das pesquisas se baseou principalmente na observação empírica dos pesquisadores sobre a apropriação dos locais e a forma como as relações entre os usuários são estabelecidas, ilustrando a importância da observação do espaço quando se trata da análise da vida urbana, ressalta-se que apenas um estudo complementou as análises por meio de entrevistas. A realização do levantamento bibliográfico da evolução histórica dos espaços também aparece com frequência, dado à importância de reconhecer as transformações do local e do seu entorno no processo de apropriação.

Foram observados alguns aspectos relevantes entre os estudos que abrem caminho para reflexões promissoras sobre as relações entre a forma e o uso dos espaços públicos.

O primeiro aspecto predominante observado na leitura dos artigos trata da segregação social nos espaços públicos e falta de diversidade de usuários. Estudos como o de Carvalho e Ataíde (2019), Leittieri e Santos (2019), Coité (2020) e Tangari (2022), apontam que os espaços públicos analisados são apropriados de maneira homogênea. Os motivos apresentados pelos

autores para essa homogeneidade de apropriação devem-se à localização desses espaços, uma vez que a maioria se encontra próxima a áreas residenciais ou comerciais ocupadas predominantemente por de classe média e alta. No estudo de Coité (2020) as pessoas não interagem entre si, isto acontecia somente entre os grupos de convívio que chegavam juntos à praça, ao contrário do estudo de Leittieri e Santos (2019) em que as pessoas se encontraram e demonstraram familiaridade umas com as outras, salientando a observação de que o espaço público estudado pelos autores parecia estar inserido em uma vizinhança conhecida e representada pela homogeneidade dos grupos.

Ainda sobre a segregação e falta de diversidade no espaço, Nagano e Gonçalves (2018) trazem um estudo acerca da implantação de parques lineares em diferentes zonas da cidade de São Paulo. Os autores constatam que os parques periféricos tiveram implantação em locais já urbanizados, mas sem as adaptações necessárias para tornar o espaço confortável para os usuários, o que gerou um espaço isolado e sem apropriação. Sobre esse isolamento, Machado e Reis (2020) investigam a implantação de espaços públicos em áreas recentes e verificam que existe a ausência de pessoas se apropriando dos novos espaços públicos, em função da segregação, da falta de acessibilidade e do abandono dos investimentos públicos. Esse conjunto de fatores apresentados reforça a necessidade de integração com o entorno, onde se encontram os moradores, para o sucesso de um verdadeiro espaço público.

Abordando a temática dos espaços públicos recentemente modificados, Carvalho e Pacheco (2019) destacam essa perspectiva em relação a um bairro que passou por transformações recentes devido à implantação de uma estação de metrô. Observou-se que essas mudanças influenciaram o uso dos espaços públicos do bairro, resultando em alterações nas atividades de permanência e evidenciando um aumento nas atividades de passagem.

Em dois estudos (Matos et al., 2014 e Oliveira e Menezes, 2018), foi abordada a questão do uso dos espaços públicos em duas cidades planejadas: Palmas (TO) e Teresina (PI). Ambos os estudos relatam que o desenho urbano dessas cidades dilui os possíveis encontros nas ruas, uma vez que ambas foram projetadas com traçados rodoviaristas, priorizando os veículos e reduzindo a apropriação dos espaços públicos. No estudo de Oliveira e Menezes (2018), ainda foi observado que esse sistema rodoviarista contribui para que o traçado dos bairros seja segregado, tornando-os introvertidos e pouco integrados.

Outro fator relevante observado no estudo de Matos et al. (2014) foi a influência dos rios na apropriação dos espaços públicos da cidade. Esses rios funcionam como elementos estruturadores do tecido urbano planejado e exercem um papel morfológico significativo ao interagir com o espaço, proporcionando singularidade e potencializando o uso das áreas adjacentes, como parques lineares, pelos moradores.

Sobre a influência do uso do solo do entorno na apropriação, Batista e Bortolo (2022) evidenciam que a apropriação das praças de Montes Claros (MG) configuradas por edificações religiosas no entorno é um fator positivo para o uso do espaço nos horários de funcionamento das instituições. Ainda como causa afirmativa, as autoras descrevem que a ocupação gerada pelas igrejas favoreceu a conservação do espaço e a atenção do poder público quanto à manutenção da infraestrutura das praças da cidade, além de proporcionar à população um espaço de lazer e interação. Entretanto, é exposta a visão negativa acerca da mercantilização dos espaços públicos de Montes Claros, que muitas vezes são utilizados como moeda de troca durante o período eleitoral.

Este mesmo fator foi observado no estudo de Santos e Botechia (2023), que enfatizam que o entorno desempenha um papel crucial na apropriação das praças analisadas. O entorno, caracterizado pela predominância de atividades comerciais e fachadas ativas, é um importante facilitador da apropriação dos espaços, uma vez que determina os fluxos de circulação.

#### 4 Considerações Finais

Estudos sobre espaço público e apropriação são de suma importância para compreender as dinâmicas sociais e os fatores que influenciam seu funcionamento. As análises apresentadas na pesquisa identificaram um consenso predominante entre os autores de que a apropriação do espaço está diretamente relacionada com sua localização na malha urbana e sua proximidade com áreas centrais.

Foi observado que o entorno exerce uma influência significativa no uso dos espaços públicos, com a presença de edificações simbólicas, como igrejas, edifícios comerciais e corpos d'água, favorecendo sua utilização. Além disso, a relação entre o uso do solo e a apropriação também é evidente, com a diversidade nos espaços influenciando como são apropriados. Por exemplo, os bairros ocupados por estratos sociais mais altos tendem a apresentar apropriações mais homogêneas, conforme observado nos estudos analisados.

Também foi observada a predominância de investimento e políticas públicas em espaços públicos localizados em áreas ocupadas por famílias de classe média e alta, enquanto os espaços periféricos frequentemente estão em condições precárias de funcionamento e mobiliário.

Os espaços que passaram por revitalizações apresentaram mudanças nos fluxos relacionados à passagem e permanência. No entanto, não foram tiradas conclusões definitivas sobre a causa desse fenômeno, indicando uma possível lacuna para futuras pesquisas.

A pesquisa ressalta a importância de estudos adicionais que aprofundem as relações entre indivíduos no espaço público, visando uma melhor compreensão dos fatores envolvidos e possíveis melhorias na qualidade urbana desses espaços.

#### Referências

- BATISTA, Ramony Pereira; BORTOLO, Carlos Alexandre. Os Usos Dos Espaços Públicos: A praça e sua dinâmica na cidade atual. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, n. 40, 2022. DOI: 10.12957/geouerj.2022.51763
- CARVALHO, Manuela Cristina Rego; ATAÍDE, Ruth Maria da Costa. Intervenções temporárias no espaço público da cidade de Natal - RN: O caso do movimento Eco Praça. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 7, n. 1, p. e00051, 2019. DOI: 10.47235/rmu.v7i1.51.
- CARVALHO, Thereza; PACHECO, Fernanda. Cidade, modos de ver e de fazer vitalidade urbana no dia a dia. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 7, n. 1, p. e00062, 2019. DOI: 10.47235/rmu.v7i1.62.
- COITÉ, Lucas Filipe Souza. Salvador Boa Praça: Análise sobre os usos e formas de apropriação dos espaços públicos na cidade de Salvador. **Ponto Urbe**, v. 26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.8397>
- COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. 234 p.
- HILLIER, Bill. **Space is the machine: configurational theory of architecture**. London, United Kingdom: UCL, 2007.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, 281 p.

- HOLANDA, Frederico De. **O Espaço de Exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 510 p.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. 590 p.
- LETTIERI, Ana Paula Pereira de Campos; SANTOS, Valdir Junio dos Santos. Produção do Espaço Urbano e Espaços Livres Públicos: usos e apropriações. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 17, 2019.
- MACHADO, Fábio Grei; REIS, Almir Francisco. Expansão urbana e espaço público: a inserção das praças e áreas verdes nos loteamentos em Tijucas (Santa Catarina) | Land parceling and the creation of open public spaces for collective use in Tijucas (Santa Catarina). **Oculum Ensaios**, v. 18, p. 1–19, 2020.
- MATOS, Kariénina Cardoso; LOPES, Wilza Gomes Reis; MATOS, Indira Cardoso; AFONSO, Sonia. Os parques ambientais de Teresina como eixos lineares do sistema de espaço público. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 33, p. 165-180, 2014. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i33p165-180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90331>. Acesso em: 24 out. 2023.
- NAGANO, Wellington Tohoru.; GONÇALVES, Fábio Mariz. A experiência paulistana em parques lineares. **Paisagem e Ambiente**, n. 42, p. 99-115, 2018. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i42p99-115.
- OLIVEIRA, Luciana Albieri de; MENEZES, Wanellyse Sousa. Morfologia urbana e sistema de espaços livres: estudo de caso das unidades de vizinhança em Palmas-TO. **Paisagem e Ambiente**, n. 41, p. 109-124, 2018. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i41p109-124.
- SANTOS, Isabella Falk dos; BOTECHIA, Flávia Ribeiro. Usos e ocupação do solo: apropriações dos espaços públicos na praça Regina Frigeri Furno, Vitória-ES. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2023. DOI: 10.47235/rmu.v11i2.301. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/301>. Acesso em: 24 out. 2023.
- TÂNGARI, Vera Regina. Os sistemas de espaços livres como instrumento de leitura da morfologia urbana e suas implicações sócio ambientais no Município do Rio de Janeiro. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 10, n. 1, 2022. DOI: 10.47235/rmu.v10i1.246.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Habitação mínima contemporânea: estudo de caso do apartamento de 10 metros quadrados**

*Contemporary minimum housing: study case of the 10 square meter apartment*

**Marco Antônio Martins de Oliveira Filho**

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.  
marcoamoliveira3@gmail.com

**Rafael Antônio Cunha Perrone**

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.  
racperrone@gmail.com

**Julia Rodrigues da Silva**

Arquiteta formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.  
juliasilvacontato2@gmail.com

## RESUMO

A produção de habitação mínima contemporânea ganha força no mercado imobiliário paulistano a partir do começo do século XXI. A chegada de apartamentos denominados estúdios, com metragens entre 15 a 20 metros quadrados, está presente na grande maioria dos novos edifícios comercializados na contemporaneidade, especialmente aqueles localizados próximos a serviços de mobilidade urbana de massa. No entanto, um produto imobiliário ganhou atenção não só do mercado, mas também dos arquitetos e da sociedade civil. Apartamentos de 10 metros quadrados foram lançados para a comercialização na cidade de São Paulo se enquadrando como os menores apartamentos da América Latina. O objetivo central do trabalho busca entender como foi possível a sua aprovação legal, as condicionantes socioculturais capazes de gerar uma habitação tão reduzida e o desempenho dessa habitação a partir de conceitos qualificadores como uso, ergonomia e conforto. Nesse contexto, o estudo versa sobre a sua importância prática ao tentar estimular o debate sobre os apartamentos mínimos e o impacto dessa arquitetura, dialogando com a sua performance e usabilidade entre morador e obra arquitetônica. O trabalho possui a metodologia exploratória, a partir de busca referências teóricas, e explicativa, pois identifica as causas dos fenômenos estudados, além de registrar e analisar os rebatimentos disso nos apartamentos mínimos. O estudo tem o intuito de diagnosticar a produção arquitetônica contemporânea e a qualidade de vida em que esses espaços podem oferecer nas novas formas de habitar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estúdio, apartamento, mínimo.

## ABSTRACT

*The production of contemporary minimum housing gains strength in the São Paulo real estate market from the beginning of the 21st century. The arrival of apartments called studios, with dimensions between 15 and 20 square meters, is present in the vast majority of new buildings commercialized today, especially those located close to mass urban mobility services. However, a real estate product gained attention not only from the market, but also from architects and civil society. Apartments measuring 10 square meters were launched for sale in the city of São Paulo, classifying themselves as the smallest apartments in Latin America. The central objective of the work seeks to understand how its legal approval was possible, the sociocultural conditions capable of generating such reduced housing and the performance of this housing based on qualifying concepts such as use, ergonomics and comfort. In this context, the study focuses on its practical importance when trying to stimulate the debate on minimal apartments and the impact of this architecture, dialoguing with its performance and usability between resident and architectural work. The work has an exploratory methodology, based on the search for theoretical references, and an explanatory one, as it identifies the causes of the phenomena studied, in addition to recording and analyzing the consequences of this in the minimum apartments. The study aims to diagnose contemporary architectural production and the quality of life that these spaces can offer in new ways of living.*

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de redução na metragem das habitações se tornou pauta a partir das diretrizes da arquitetura moderna, trazendo em foco para a discussão a partir do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna realizada em Frankfurt, na Alemanha, em 1929 com o protagonismo de diversos arquitetos, como Ernst May (1886 – 1970) e Walter Gropius (1883 – 1969). As discussões se estabeleciam “muito mais do que uma simples relação de metragem quadrada por pessoa, acrescentou-se o critério do mínimo social no debate sobre a habitação para o mínimo nível de vida” (FOLZ, 2015, p. 115).

A arquitetura estabelece novas diretrizes projetuais para a produção de habitação em larga escala que gerassem moradias com metragens reduzidas a partir de um contexto entre guerras, em que o déficit habitacional nos países europeus era latente (FRAMPTON, 2019). Dessa forma, a produção de habitação mínima possuía um caráter social fundamental, com a expectativa de se produzir o maior número de habitações possíveis, utilizando a menor quantidade de recursos e menor metragem viável, sem renunciar à qualidade e bem-estar aos seus moradores (FOLZ, 2015).

No território brasileiro, em especial em São Paulo na segunda metade do século XX, uma forma de habitação com metragens menores foi amplamente instaurada dentro dos novos edifícios verticais fabricados: as kitchenettes. O termo foi concebido englobando as habitações que possuem cozinhas reduzidas, restando apenas fogão, geladeira, pia e elementos de marcenaria, com neologismo dos termos *kitchen* (cozinha) e *dinette* (pequena sala de jantar, ou copa) (LORES, 2024).

Este modelo ganhou muita força e foi amplamente desenvolvido por uma série de fatores, entre eles o crescimento da cidade de São Paulo que aumentou 5,6% de sua população ao ano, na década de 1950, reflexo do processo de industrialização na cidade e os fluxos migratórios e imigratórios que aconteceram (BASTOS; ZEIN, 2019). A cidade, neste período, recebe o slogan da “cidade que mais cresce no mundo” por conta de uma série de investimentos nacionais e internacionais para a consolidação de indústria de base na região (LORES, 2024).

Na contemporaneidade esta mesma tipologia recebe o nome de estúdios e são comercializados como R2V, sigla que significa sistema que não possui limitação nem comprovação de renda para o comprador de edifícios residenciais. Segundo dados da EMBRAESP (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio) (2021), a metragem dos apartamentos diminuiu 40% entre os anos 2011 a 2021, saindo de 46,1 m<sup>2</sup> até 27,5 m<sup>2</sup> para apartamentos de até um dormitório. A partir de 2014 existem uma série de projetos a serem aprovados pela prefeitura de São Paulo que contam com esta tipologia, com o mesmo escopo de um apartamento kitchenette, mas com a metragem em média 50% menor.

O plano diretor estratégico da cidade de São Paulo de 2014 garante o desenvolvimento planejado da cidade tratando, a partir de aparelhos legais, articular o poder público e a iniciativa privada acerca do uso e da ocupação do solo (ROLNIK, 2022). Com o plano existiu um incentivo para o mercado imobiliário em realizar um maior adensamento nos edifícios em lotes próximos a eixos de transporte em massa, como linhas de ônibus e estações de metrô.

Neste contexto, com o aumento da cota parte, ou seja, a quantidade mínima de unidades habitacionais segundo unidade de área do terreno foi ampliada, no intuito de se gerar mais habitações dentro de um mesmo objeto edificado, os apartamentos estúdios se instauraram dentro das tipologias oferecidas nos novos edifícios. No entanto, não foi especificada a

metragem mínima que as habitações deveriam possuir para serem enquadradas nas diretrizes do plano diretor. A indústria imobiliária, por esta disponibilidade, colocou massivamente esses modelos para cumprir todas as demandas preconizadas pelo plano diretor e gozar dos incentivos fiscais dados pelo estado.

A partir desse recorte temporal, principalmente em 2016, apartamentos de 15 até 20 metros quadrados se tornaram comuns nos panfletos das imobiliárias. As habitações mínimas contemporâneas contam com um layout simplificado que tenta corresponder às demandas da sociedade do século XXI. No entanto, um edifício trouxe para o mercado imobiliário um objeto edificado com metragens nunca antes realizado. Na imagem a seguir é demonstrado o edifício localizado na Rua das Palmeiras, no bairro da Santa Cecília na cidade de São Paulo, que divulgou apartamentos estúdios com 10 metros quadrados, considerados os menores apartamentos da América Latina.

Figura 1 - Fachada do edifício com apartamento de 10 m<sup>2</sup> localizado no bairro da Santa Cecília.



Fonte: Dos autores, 2024.

## 2 O EDIFÍCIO

O edifício projetado pelo escritório Marchi Arquitetura, com sede em São Paulo, foi fruto do avanço mercadológico das incorporadoras e/ou construtoras na produção de apartamentos

mínimos denominado estúdios, reflexo de uma forte influência do Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014 se adequando as novas demandas legais que entraram em vigor. O edifício conta com um prédio de 9 andares, 111 unidades habitacionais, além do apartamento destinado exclusivamente ao zelador. Possui 2.685,84 m<sup>2</sup> de área total de construção em um terreno de 751 m<sup>2</sup>, ou seja, mais de 3 vezes a medida do terreno original. O edifício distancia-se 400 metros da estação Marechal Teodoro e a estação Santa Cecília, ambas partes do sistema metroviário da cidade. Na imagem a seguir é possível visualizar o pavimento térreo da edificação.

Figura 2 – Planta humanizada do pavimento térreo do edifício estudado.



Fonte: Folheto de vendas da VITACON, 2017.

No térreo o edifício conta com entrada destinada para a habitação, mas também conta com duas lojas voltadas para a rua com entradas individualizadas que até o atual momento não estão em funcionamento. Essa demanda do térreo, proposta como fachada ativa foi fruto de definição do Plano Diretor de São Paulo de 2014 que encorajou a partir de incentivos fiscais comércios no térreo dos edifícios, com o intuito de criar no contexto urbano edifícios de uso misto, ou seja, habitacionais e comerciais (PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2014).

A presença de comércios nesses pavimentos já tinha sido praticada anteriormente nos prédios modernos, como o COPAN por exemplo, e em vias comerciais já existentes como a Teodoro Sampaio, Domingos de Morais, Cerro Corá etc., mas com o passar dos anos e preferências das classes médias e segregações espaciais, foi perdendo força e cedendo a desejos de silêncio e “exclusividade”, para edifícios residenciais. Foi necessário, dessa forma, que o estado procurasse gerar a presença desses comércios que poderiam “animar a vida das ruas” e atender principalmente ao comércio dos bairros, um ganho não só para cada edifício como também para a região em que ele está posicionado.

Apesar da presença tímida de espaços comerciais de uso público, a planta do edifício térreo também se transforma na contemporaneidade pela presença de espaços destinados a uso coletivo, mas exclusivo para moradores (MARTINS, 2022). No edifício estão presentes os seguintes ambientes:

- Academia;
- Lavanderia;
- Espaço de trabalho (coworking);
- Bicicletário;
- Espaço de convivência com churrasqueira;
- Espaço gourmet aberto;
- Cozinha colaborativa;
- Mercado.

A contemporaneidade trouxe para os edifícios a implementação de espaços que tipicamente faziam parte do contexto urbano para as grades da individualidade do objeto edificado. A inserção de espaços como academia e mercado para o edifício flerta com a ideia de comodidade dos serviços para “dentro da sua casa”, mas na prática, retira o usuário de vivenciar os contextos dos espaços urbanos e a pluralidade de se relacionar em sociedade.

Outros espaços que tipicamente fazem parte da habitação no edifício em questão são transferidos do espaço privado para o público, como a lavanderia, coworking e espaços de convivência. Esse fenômeno é reflexo do processo de diminuição da metragem dos apartamentos que não comportam espaços em que o tempo de utilização é reduzido em comparação com os quartos ou sala (MENDONÇA,2015).

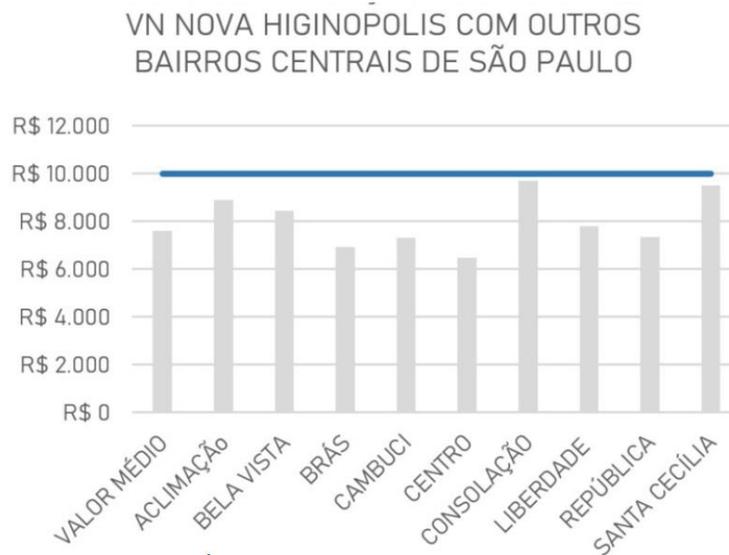
Frankel (2016), um dos responsáveis pela concepção e idealização do edifício, afirma que a produção de apartamentos mínimos possibilita a democratização do acesso à moradia, de acordo com ele:

A ideia é deixar tudo mais acessível e democrático. As pessoas com menos dinheiro têm duas alternativas: comprar o que cabe no bolso e morar longe do trabalho ou compactar. Quem escolhe esse modelo vai a pé para o trabalho, escola, academia, fica perto de tudo o que gosta. Isso vale mais que um apartamento grande. (FRANKEL,2016, p.45).

Em seu lançamento em 2017, os apartamentos estavam sendo comercializados por 100 mil reais, ou seja, 10 mil reais por metro quadrado, logo, aproximadamente 3.000 dólares por metro quadrado. De acordo com a construtora, dos apartamentos comercializados 90% vão ser utilizados para aluguel em plataformas on-line, como “*Airbnb*”, por exemplo. Dessa forma a produção da arquitetura é destinada para o usuário que utiliza com o intuito de baixa duração, corresponde a um hotel por exemplo (TERZIAN,2023).

O preço final do apartamento mascara a realidade do padrão econômico dessas moradias. O metro quadrado comercializado pela construtora, quando comparado a outros bairros na cidade de São Paulo evidencia-se o seu alto valor, o que entra em completa contradição, pelo afirmado por Frankel sobre a democratização do acesso a moradia. De acordo com dados colhidos exclusivamente para este artigo e expressos na tabela a seguir, o valor do metro quadrado é um dos mais caros da cidade, perdendo apenas para os bairros Jardim Paulista, Brooklin e Higienópolis.

Figura 3 - Tabela comparativa do preço do metro quadrado da habitação do edifício VN Nova Higienópolis com o preço do metro quadrado de outros bairros na cidade de São Paulo.



Fonte: Proprietário Direto, 2022.

O alto valor do metro quadrado do apartamento coloca em questionamento a argumentação da construtora para o processo de democratização da moradia. O valor proposto de R\$100 mil reais no apartamento em 2017 quase dobrou em 2022. A partir de valores fornecidos pela própria VITACON, o apartamento, em outubro de 2021, está custando R\$180.000 e é comercializado como “semi-mobiliado”, ou seja, incluso uma série de infraestruturas que não são entregues pelas construtoras.

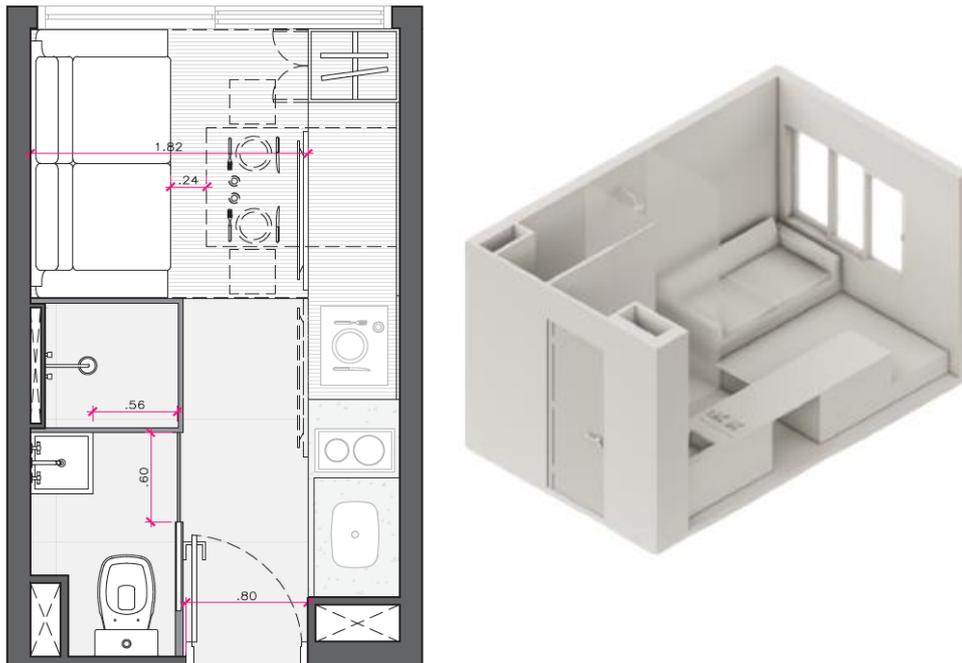
De acordo com ROLNIK:

(...) um custo de quase 10 mil reais por metro quadrado, um dos maiores da cidade, na Vila Buarque não serão nada acessíveis para a maior parte da população (ROLNIK, 2017, p.4).

### 3 O ESTÚDIO

O edifício conta com uma multiplicidade de apartamentos nos seus pavimentos habitacionais, com metragens que chegam entre 10 até 72 m<sup>2</sup>. O apartamento estúdio, que se enquadra como estudo de caso deste artigo, possui 10,88 m<sup>2</sup> e é considerado o menor apartamento da América Latina. Para fins de análise e comparativo foi feito o redesenho da planta do apartamento juntamente com o levantamento do modelo tridimensional a partir das peças gráficas disponibilizadas pela construtora no intuito de auxiliar na análise dos desempenhos ergonômicos, de usabilidade e conforto da habitação.

Figura 4 - Redesenho da planta e remodelagem do apartamento de 10 m<sup>2</sup>.



Fonte: Dos autores, 2024.

O apartamento possui uma metragem nunca antes praticada pelo mercado imobiliário paulistano, acostumado a produzir apartamentos estúdios com metragem em torno de 15 a 18 m<sup>2</sup>, a redução simbolizou uma queda de 40% da metragem em média. Para fins comparativos, uma vaga de estacionamento para um carro padrão possui 2,4 m X 5,0 m, em média 12 m<sup>2</sup>, ou seja, o espaço destinado para armazenar o veículo de transporte é superior ao espaço em que o próprio usuário reside (NEUFERT, 2022).

O apartamento conta com uma proposta básica de ambientes que dão vazão a algumas demandas diárias dos moradores, não atingindo em grande parte a sua totalidade. O apartamento possui em seu espaço físico:

- Cozinha;
- Banheiro;
- Sala de estar/Dormitório (compartilham o mesmo espaço físico);
- Espaço para refeições/circulação (compartilham o mesmo espaço físico).

Ambientes, como lavanderia e de socialização ficam alojados dentro dos espaços coletivos do edifício como mostrado anteriormente devido a indisponibilidade espacial de alojamento desses ambientes nos apartamentos. Para fins comerciais a construtora disponibilizou um vídeo montado para expressar a multiplicidade de usos em que o apartamento pode conter a partir das demandas diárias de seus moradores. As imagens a seguir foram retirados do seguinte vídeo.

Figura 5 - Imagem 3D animada do apartamento do edifício. Evidencia-se sofá-cama, banheiro com fechamento em vidro, pequena cozinha e painel com televisão.



Fonte: VITACON, 2017.

Figura 6 - Imagem 3D animada do apartamento do edifício. Evidencia-se abertura de marcenaria permitindo a utilização de mesa de jantar e a movimentação de painel com televisão.



Fonte: VITACON, 2017.

Figura 7 - Imagem 3D animada do apartamento do edifício. Evidencia-se patamar em marcenaria para incorporação de sapateira.



Fonte: VITACON, 2017.

As peças de divulgação realizadas pela incorporadora para disseminar o produto imobiliário e conseqüentemente convencer o mercado consumidor que a espacialidade proposta era viável a moradia em um apartamento tão compacto, por ser um modelo de habitação nunca praticado em R2V (excluindo edificações vulneráveis e cortiços), tenta revelar uma série de intervenções projetuais para trazer qualidade ao usuário a partir das condicionantes espaciais. O primeiro ponto a ser ressaltado é o projeto de marcenaria que cumpre uma série de funções dentro do apartamento e é capaz de oferecer diversos usos dentro do espaço.

A versatilidade que a marcenaria possui abre a possibilidade para que uma mesma peça cumpra a função de mesa de passar roupa, mesa de jantar e espelho, criando assim uma série de usos sobre o mesmo aparelho. Além disso, é projetada uma estrutura apoiada sobre o piso que eleva o sofá-cama possibilitando o armazenamento de calçados, roupa de cama etc., no apartamento e uma delimitação sofrível na qual se conjuga o espaço de cozinhar com espaço de descanso.

Um segundo ponto que é fundamental para ser salientado é que o único fechamento interno que possui no apartamento estúdio, o banheiro, é separado por folhas de vidro, ocupando muito menos espaço ao comparado com as paredes em drywall, em média 10 centímetros de espessura, amplamente utilizado em obras residenciais, ao comparado com parede de alvenaria que ocupa em média 15 centímetros de espessura. As folhas de vidro, que possuem em média 1 centímetro de espessura, acaba trazendo um grande empecilho ao apartamento, no intuito de ampliar a visualização do ambiente, gera a quebra total da privacidade em ambientes que se realiza as necessidades fisiológicas.

O terceiro ponto que deve ser ponderado e se exprime em diversos fatores é a solução espacial interna que não corresponde a quesitos ergonômicos mínimos de usabilidade de um ser humano que são expressivos após o redesenho da planta do estúdio. Para dormitório é substituída a cama e colocada um sofá-cama que quando aberto pode ter comprimento máximo de 1,82 metros, ou seja, caso o morador tenha altura superior deverá dormir em posição diagonal. A circulação também fica prejudicada em alguns momentos com a abertura da mesa por exemplo, a circulação chega a 24 centímetros, espaço inviável para um ser humano caminhar.

Ainda nessa proposição, o apartamento apresenta medidas incompatíveis de acessibilidade para moradores que necessitam de cadeira de rodas para circular, tanto por conta do patamar criado para o armazenamento de calçados, tanto pelo dimensionamento da porta do banheiro que possui medida inferior aos 80 centímetros mínimos exigidos pela NBR 15.575:2013, quanto pela impossibilidade de movimentação da cadeira de rodas dentro do sanitário.

Dentro do ponto de vista da legislação os apartamentos são aprovados a partir das diretrizes impostas Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo de 31 de julho de 2014, que previa adensamento populacional próximo a grandes eixos de transporte de massa, e pelo Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, que impõe as resoluções projetuais necessárias. Com o plano em vigor o processo de se produzir a maior quantidade de apartamentos adentra as incorporadoras e as brechas presentes na legislação facilitam para que ela aprove na prefeitura apartamentos com metragens cada vez menores.

Para anuir legalmente apartamentos dentro do período de aprovação do edifício em questão não foi necessário o anexo de layout interno para a prefeitura, e sim, um sistema de bolhas inscritos dentro da habitação indicando os diferentes usos presentes no objeto a serem

adequados às dimensões requeridas. Na tabela a seguir são indicadas as metragens mínimas exigidas presentes no código de obras e edificações do município de São Paulo (2014).

Tabela 1 - Classificação, dimensionamento e abertura de ambientes de acordo com o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

SEÇÃO 11.A - CLASSIFICAÇÃO DIMENSIONAMENTO E ABERTURAS					
GRUPO	USO DA EDIFICAÇÃO	COMPARTIMENTO	PÉ DIREITO (m)	ÁREA (m <sup>2</sup> )	CONTER CÍRCULO (ø m)
A	HABITAÇÃO	REPOUSO/ESTAR	2,50	5	2,00
C	QUALQUER USO	COZINHA	2,50	-	1,20
D	QUALQUER USO	SANITÁRIOS	2,3	-	0,80

Fonte: Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, 2008.

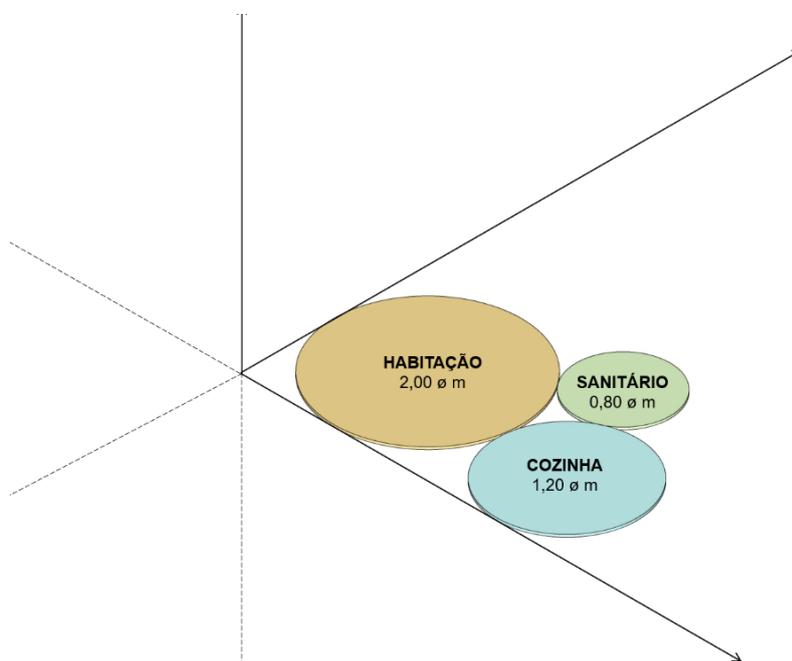
No “grupo A” está definido:

- Repouso, em edificações destinadas a atividades habitacionais ou de prestação de serviços de saúde e educação;
- Estar, em edificações destinadas a atividade habitacional;
- Estudo, em edificações destinadas a atividades habitacionais ou de prestação de serviços de educação em estabelecimentos de ensino até o nível de segundo grau.

(CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2008, p. 230).

Os escritórios de arquitetura que almejassem a aprovação de seus projetos de arquitetura pela prefeitura de São Paulo, até meados de 2014, deveriam indexar no processo legal os diagramas de bolhas inscritas na planta do apartamento, justapostas uma com as outras. No esquema a seguir, é retratado em um plano cartesiano o posicionamento dessas bolhas com seus respectivos usos (CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2008).

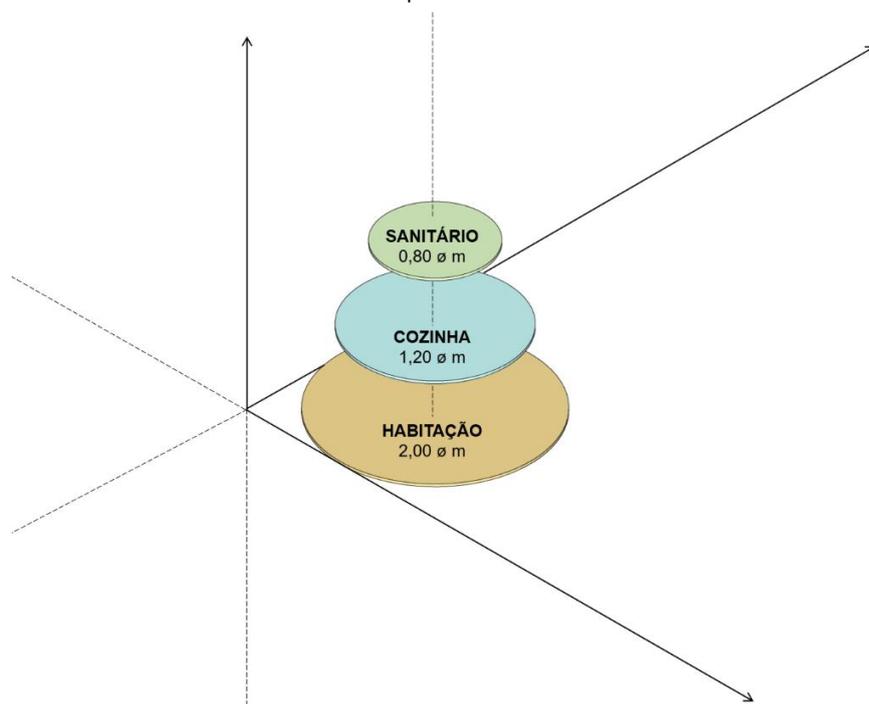
Figura 8 - Esquema de justaposição de bolhas de uso para aprovação legal na prefeitura.



Fonte: Dos autores, 2024.

No caso do edifício dos apartamentos de 10 m<sup>2</sup>, as bolhas com as metragens mínimas foram sobrepostas entre si ocupando uma área inferior em comparação a proposta definida no plano. Essa decisão permitiu, dentro do espectro legal, que a habitação que seria produzida futuramente pudesse ter metragens menores.

Figura 9 - Esquema de sobreposição de bolhas de uso para aprovação legal na prefeitura do edifício de apartamentos com 10 m<sup>2</sup>.



Fonte: Dos autores, 2024.

O processo de construção e argumentação apresentado à prefeitura para justificar a sobreposição das bolhas era de que, como o apartamento possui apenas um único usuário, ou seja, um único morador, não se tornava possível que ele utilizasse, ao mesmo tempo, todos os ambientes que a habitação apresenta. Em outras palavras, a argumentação disponha que o morador não conseguia cozinhar e descansar ao mesmo tempo, por isso o mesmo espaço disponível dentro da habitação poderia desempenhar vários usos, o que justifica a sobreposição das bolhas de uso.

A aprovação deste modelo de habitação gerou uma grande repercussão na mídia, envolvendo uma série de setores. Arquitetos, construtores, engenheiros e incorporadores se pronunciaram sobre o caso. Frankel (2014), o CEO da VITACON declarou:

É importante dizer que 10 m<sup>2</sup> não existem por fetiche. É o menor que dá para fazer agora. (...) se conseguíssemos faríamos apartamentos ainda menores que 10 metros quadrados (FRANKEL,2014, p.4).

Em contrapartida, arquitetos se posicionaram contrários a essa produção que de acordo com eles exonera a qualidade do espaço vivido para o benefício do lucro para as construtoras (ROLNIK, 2014). De acordo com Rolnik:

(...) esses produtos imobiliários de 10 metros quadrados, vendidos por quase R\$ 100 mil, estão longe daquela utopia modernista. Ainda que o edifício conte com uma série de equipamentos de uso coletivo, como cozinha, lavanderia e área para receber visitas, por serem equipamentos de uso exclusivo dos moradores, certamente implicarão também em altos custos do condomínio (ROLNIK,2017, p.7).

A “utopia modernista” que a urbanista se refere é sobre a produção de habitação mínima por arquitetos modernos como Walter Gropius e Ernst May, na primeira metade do século XX em um contexto pós primeira guerra mundial, em que se era pensada na habitação mínima a partir da premissa de resolver o déficit habitacional que os países europeus estavam vivenciando. Na contemporaneidade, apesar do Brasil não ter passado por alguma guerra recentemente, o déficit habitacional existe, mesmo que em outra escala de diferente situação, devida às impossibilidades da população de menor poder aquisitivo com consequentes segregações espaciais.

O censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelou que existem 588.978 unidades habitacionais desocupadas na cidade de São Paulo, o que representa 12% dos imóveis particulares na capital (STABILE,2023). Em contraste com os dados apresentados, a prefeitura estima que o déficit habitacional na cidade em 2023 é de pelo menos 400 mil domicílios (STABILE,2023). Ao confrontar esses dados, é possível inferir que existem mais imóveis vazios na contemporaneidade do que pessoas em situação de vulnerabilidade que não possuem moradia na cidade de São Paulo.

O processo de democratização do acesso a moradia defendido pelo incorporador, no campo teórico, não se sustenta no campo da realidade social. As moradias estúdios, entre elas, o apartamento em questão, são voltadas para um público que possui renda ou capital para adquirir esses apartamentos e aumentar o seu patrimônio e gerar ganho de aluguéis. Logo, a arquitetura produzida possui um objetivo prático de multiplicação do capital, como investimento, e não propriamente na produção do espaço habitável longo prazo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção de habitação mínima ganha destaque a partir do movimento moderno por conta de uma série de fatores e foi catalisado com a urgência de se aumentar a quantidade de habitações frente ao volume de déficit habitacional presente em diversos países europeus (FOLZ,2015). Na contemporaneidade paulistana, a produção de habitação com metragens reduzidas ganha o título de “estúdio”, configurando um espaço entre 15 a 20 metros quadrados que incluem dentro desta limitação espacial dormitório, cozinha, banheiro e sala de estar.

A busca pelos incorporadores de produção de habitação e dimensões mais reduzidas não se alinha às diretrizes presentes no movimento moderno, e sim, a partir da lógica do aumento na quantidade de produtos imobiliários gerados frente a uma demanda da legislação para usufruir dos benefícios fiscais dados ao aumento do adensamento dos edifícios. Além disso, existe uma correspondência a gerar novas moradias com o intuito de investimento em aluguéis de duração reduzida em aplicativos como *Airbnb*, por exemplo.

A busca pelo processo de redução ganha um novo desdobramento quanto ela chega a dimensões nunca praticados e o motivo pela produção de apartamentos tão diminutos se alinha apenas a questões financeiras, colocando a qualidade espacial interna do espaço habitável em

segundo plano, em que a equação presente é a maior quantidade de apartamentos com a menor metragem possível.

Outro ponto a ser ressaltado é como essas buscas pela maior lucratividade na venda dos produtos imobiliários faz com que a legislação contemporânea seja alvo de múltiplas interpretações, sempre com o intuito de gerar habitações menores, como é o caso do apartamento de 10 metros quadrados que instituiu a possibilidade de sobreposição de bolhas de uso para aprovação legal de edificações, diferenciando-se do que era feito anteriormente, a partir da justaposição dos delimitadores espaciais. O “jeitinho imobiliário” presente desde a década de 1950 se estende até os dias atuais (LORES, 2024).

Em suma, a produção de habitação mínima opera a partir de diretrizes que favorecem a obtenção do lucro para os incorporadores, prejudicando a usabilidade e conforto do espaço para os moradores. O caso do apartamento de 10 metros quadrados escancara que a legislação no desejo de atingir faixas mais pobres para obtenção de moradias urbanas para população de baixa renda, acaba por não ocorrer. Além disso, a produção de habitação, e conseqüentemente, a arquitetura são diretamente impactadas com a busca ao máximo pela lucratividade nos produtos imobiliários, sem a preocupação da busca pela qualidade espacial, usabilidade e conforto para o morador.

## 5 REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Alice; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: Arquiteturas após 1950**. 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 432 p.

CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992**. Decreto nº 32.329 com modificações e acréscimos. [S. l.], 4 abr. 2008.

FOLZ, Rosana Rita. INDUSTRIALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO MÍNIMA: DISCUSSÃO DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ARQUITETOS MODERNOS – 1920-1930. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, [s. l.], 26 out. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/777/740>. Acesso em: 3 abr. 2024.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. [S. l.]: Martins Fontes, 2019. 544 p.

FRANKEL, Alexandre Lafer; SERVA, Leão. **Como Viver em São Paulo: sem carro**. [S. l.: s. n.], 2016.

LORES, Raul Juste. **São Paulo nas Alturas: A revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960**. 1ª. ed. rev. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2024. 335 p. ISBN 9788535934984.

MARTINS, Bruna. Vídeo com apartamento de 10m<sup>2</sup> por R\$ 200 mil viraliza. Por que construir imóveis tão pequenos?. **O Globo**, [S. l.], p. 1 - 13, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/07/video-com-apartamento-de-10m-por-r-200-mil-viraliza-por-que-construir-imoveis-tao-pequenos.ghhtml>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MENDONÇA, RAFAELA NUNES. **Apartamentos mínimos contemporâneos: análises e reflexões para obtenção de sua qualidade**. Orientador: Prof.ª Dr.ª Simone Barbosa Villa. 2015. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, [S. l.], 2015.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**. [S. l.]: Bookman, 2022. 624 p.

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014**. PROJETO DE LEI Nº 688/13, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO. [S. l.], 31 jul. 2014. Disponível em: [https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE\\_SUPLEMENTO-DOC.pdf](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf). Acesso em: 11 maio 2024.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo**: O planejamento da desigualdade. [S. l.]: Fósforo, 2022. 120 p.

ROLNIK, Raquel. Apartamentos de 10 m<sup>2</sup>: mínimo necessário ou lucro máximo?. **Blog da Raquel Rolnik**, [S. l.], p. 1 - 7, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/08/21/apartamentos-de-10-m%C2%B2-minimo-necessario-ou-lucro-maximo/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

STABILE, Arthur. Número de domicílios vagos na cidade de SP dobra em 12 anos e supera déficit habitacional. **G1 São Paulo**, [S. l.], p. 1 - 11, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/30/numero-de-domicilios-vagos-na-cidade-de-sp-dobra-em-12-anos-e-supera-deficit-habitacional.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2024.

TERZIAN, Françoise. Alexandre Frankel, da Vitacon, conecta serviços integrados à moradia na Housi: Com o conceito de moradia por assinatura, a Housi oferece serviços aos moradores como aluguel de automóveis e cuidados com o pet.. **Experience Club**, [S. l.], 31 out. 2023. Mercado, p. 1 - 7. Disponível em: <https://www.experienceclub.com.br/post/alexandre-frankel-da-vitacon-conecta-servicos-integrados-a-moradia-na-housi>. Acesso em: 14 abr. 2024.

VIEIRA, Jair Lot. **Código de obras e edificações do município de São Paulo**: Lei e regulamento. [S. l.]: Edipro, 2015. 248 p. ISBN 8572839011.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Iluminação e arquitetura: percepções e preferências humanas em ambientes residenciais**

*Lighting and architecture: human perceptions and preferences in residential lighting*

#### **Melissa Grazielle de Araujo**

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, IFSP, Brasil  
Ex-bolsista de Iniciação Científica PIBIFSP  
melissagaraujo@gmail.com

#### **Douglas Gallo**

Professor Doutor, IFSP, Brasil  
Arquiteto e Urbanista, Doutor em Urbanismo  
douglas.luciano@ifsp.edu.br

## RESUMO

O artigo busca identificar percepções e preferências humanas em relação à iluminação artificial em ambientes residenciais, considerando características de diferentes grupos analisados. Metodologicamente, trata-se de um estudo transversal utilizando dados primários coletados via formulário eletrônico, distribuído e preenchido *online* de forma não probabilística, através da técnica de "bola de neve". Com base nos resultados obtidos por um questionário no Google Forms, que incluía perguntas de múltipla escolha e análise de imagens, foram coletadas 1.693 respostas. Os dados foram analisados estatisticamente com auxílio dos softwares Epi Info™ (versão 7.2.4), Jamovi (versão 1.6.23) e Excel. O teste qui-quadrado de Pearson ( $\chi^2$ ) mostrou associação entre faixas etárias e preferências de iluminação, enquanto o gênero não influenciou nas preferências dos indivíduos. Constatou-se que cada grupo etário tem diferentes preferências, percepções e sensações em relação às tipologias de iluminação. O estudo visa contribuir para a compreensão das qualidades luminotécnicas em projetos de iluminação e interiores residenciais, considerando que a percepção da iluminação e do conforto luminoso é influenciada por experiências pessoais, personalidade, aspectos culturais, idade, entre outros fatores. Entender essas variáveis é crucial para o desenvolvimento de ambientes mais confortáveis e adequados às preferências individuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iluminação. Conforto visual. Percepção.

## ABSTRACT

*The article aims to identify human perceptions and preferences regarding artificial lighting in residential environments, considering the characteristics of different analyzed groups. Methodologically, it is a cross-sectional study using primary data collected via an electronic form, distributed and completed online in a non-probabilistic manner through the "snowball" technique. Based on the results obtained from a Google Forms questionnaire, which included multiple-choice questions and image analysis, 1,693 responses were collected. The data were analyzed using Epi Info™ (version 7.2.4), Jamovi (version 1.6.23), and Excel. Pearson's chi-square test ( $\chi^2$ ) showed an association between age groups and lighting preferences, while gender did not influence individual preferences. It was found that each age group has different preferences, perceptions, and sensations regarding lighting types. The study aims to contribute to the understanding of lighting qualities in residential lighting and interior design projects, considering that the perception of lighting and luminous comfort is influenced by personal experiences, personality, cultural aspects, age, among other factors. Understanding these variables is crucial for developing environments that are more comfortable and suited to individual preferences.*

**KEYWORDS:** Lighting. Visual comfort. Perception.

## 1 INTRODUÇÃO

A luz é essencial na arquitetura, destacando formas, materiais e volumes (LAGE; THENAISIE, 2009). É uma ferramenta vital para criar e qualificar ambientes e ambiências, estabelecendo uma relação íntima com a arquitetura (COSTA, 2013; ODABASIOGLU; OLGUNTURK, 2015). Esta pesquisa foca na percepção da iluminação artificial em ambientes residenciais internos. Segundo Barbosa (2010), a luz pode conferir um caráter único aos ambientes, indo além do conforto e bem-estar.

Reconhecendo a importância do tema, surge a oportunidade de explorar os aspectos psicológicos e sentimentais da iluminação, uma área menos abordada em comparação às questões tecnológicas da luminotécnica (BRONDANI, 2006). É crucial minimizar a diferença entre o pensamento lógico dos profissionais e a percepção prática e cotidiana dos usuários dos espaços (OJEDA, 1995 *apud* BRONDANI, 2006), enfatizando o conforto visual e a escala humana no design. Ao estudar a percepção e as sensações relacionadas à iluminação, é importante considerar não apenas suas qualidades, mas também as influências subjetivas de cada indivíduo, como as experiências pessoais, o gênero e a idade (LIMA; MARTIN, 2009a).

## 2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa foi identificar as preferências de iluminação artificial em espaços residenciais e investigar as necessidades humanas quanto à qualidade da luz artificial. Buscou-se verificar como aspectos relacionados a gênero e à idade influenciam a escolha e/ou preferência pela temperatura de cor e tonalidade, além de identificar as sensações e emoções despertadas por diferentes tipos de iluminação.

Este projeto caracteriza-se metodologicamente como um estudo transversal, quantitativo, baseado em dados primários obtidos por meio de uma pesquisa de opinião. O questionário foi elaborado e distribuído por meio da plataforma “Google Forms”, divulgado principalmente nas redes sociais e utilizou-se a técnica de “bola de neve”, onde cada entrevistado é incentivado a compartilhar o link do formulário com seus contatos, visando aumentar o número de respondentes.

O formulário era composto por seis seções, mas apenas quatro foram selecionadas para análise deste artigo, relacionadas ao objetivo do estudo: I) Identificação (idade e gênero), II) Percepção (os participantes tinham que dizer quais as tonalidades de cor percebiam como mais adequadas para cada ambiente residencial), III) Preferência (os participantes tinham que escolher entre dois pares de imagem qual tipo de iluminação preferiam) e IV) Sensações (os participantes tinham que responder quais emoções as imagens propostas despertavam).

Os dados foram analisados estatisticamente utilizando o teste qui-quadrado de Pearson ( $\chi^2$ ), considerando o intervalo de confiança de 95% e nível de significância ( $p \leq 0,05$ ). Para melhor visualização os dados são apresentados com auxílio de tabelas e gráficos. Para tabulação e análise estatística foram utilizados os softwares Epi Info™ (versão 7.2.4), Jamovi (versão 1.6.23) e Excel®. Os critérios de inclusão foram a idade (maiores de 18 anos), local de residência (Região Metropolitana de São Paulo) e responder ao menos 90% do questionário. O universo amostral contou com 1.699 participantes, que responderam ao formulário de forma anônima e voluntária, após consentirem na participação de forma livre e esclarecida. Após as exclusões, totalizou-se 1.693 respostas.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 Caracterização da amostra

Em relação à caracterização da amostra do estudo, composta por 1.693 indivíduos, constatou-se que a maior parte dos participantes se identifica com o gênero feminino, representando 67,04% dos respondentes (n = 1.135), contra 32,19% que se identificavam com o gênero masculino (n = 545), sendo que treze indivíduos (0,77%) preferiram não responder. A idade média dos respondentes foi de 28 anos, com desvio padrão de 12,59 anos, enquadrando-se na faixa etária adulta, definida como pessoas entre 22 e 45 anos de idade (SILVA, 2005). Para melhor interpretação dos dados e caracterização dos respondentes, foram estabelecidas faixas etárias para classificação e análise dos resultados, seguindo como base o Estatuto do Adolescente e do Idoso (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos respondentes por faixa etária

Categorias	Faixas etárias	N	%
Adolescentes	(12 a 18 anos)	125	7,38
Jovens adultos	(19 a 21 anos)	503	29,71
Adultos	(22 a 45 anos)	810	47,84
Meia Idade	(46 a 60 anos)	229	13,53
Idosos	(> 60 anos)	26	1,54
<b>Total</b>		<b>1.693</b>	<b>100,00</b>

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

### 4.2 Percepções lumínicas

Nesta pergunta, os entrevistados tinham que dizer quais as tonalidades de iluminação (branca ou amarelada) percebiam como mais adequadas para cada ambiente interno domiciliar (cozinha, área de serviço, sala de jantar, sala de estar, dormitório e banheiro). Segundo Davidoff (1983), a percepção é a organização e interpretação dos dados sensoriais recebidos, permitindo ao ser humano desenvolver a consciência de si mesmo e do ambiente. Esse processo é altamente subjetivo, influenciado por experiências anteriores, o que resulta em significados distintos para cada indivíduo. No entanto, apesar dessas diferenças, os seres humanos compartilham órgãos sensoriais semelhantes, permitindo percepções comuns e maneiras semelhantes de enxergar o mundo (TUAN, 2012).

Nesta seção, procurou-se compreender como os respondentes percebem a iluminação nos espaços internos residenciais com base em suas próprias experiências, permitindo-lhes assinalar livremente as opções oferecidas ou descrever a tonalidade de iluminação mais adequada para cada ambiente residencial (Tabela 2).

Tabela 2 - Tonalidades de iluminação percebidas como mais adequadas para cada ambiente residencial

Tonalidade iluminação	Ambiente residencial											
	Cozinha		área de serviço		sala de jantar		sala de estar		dormitório		banheiro	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Amarelada	139	8,21	144	8,50	992	58,59	1.006	59,42	768	45,36	210	12,40
Branca	1.517	89,60	1483	87,60	625	36,92	604	35,68	795	46,96	1421	83,93
Ambas	4	0,24	0	0	2	0,12	9	0,53	14	0,83	14	0,83
Não sei	14	0,83	44	2,60	36	2,13	41	2,42	56	3,31	18	1,06
Outras	19	1,12	22	1,30	38	2,24	33	1,95	60	3,54	30	1,77
<b>Total</b>	<b>1.693</b>	<b>100,00</b>	<b>1.693</b>	<b>100,00</b>	<b>1.693</b>	<b>100,00</b>	<b>1.693</b>	<b>100,00</b>	<b>1.693</b>	<b>100,00</b>	<b>1.693</b>	<b>100,00</b>

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Na arquitetura, a setorização é uma atividade de planejamento de ambientes, que agrupa os espaços de acordo com seus usos e acessos para melhor organização e compreensão do todo. O programa residencial pode ser dividido em três setores comuns: serviço, íntimo e social. As atividades desempenhadas em cada cômodo interferem no tipo de iluminação considerado mais atraente. Em ambientes de serviço, onde são realizadas atividades de manutenção doméstica, a luz branca proporciona uma impressão de amplitude e limpeza, sendo associada à produtividade e garantindo melhor visibilidade nas tarefas (LANGE, 2019). No setor social, a tonalidade mais escolhida foi a amarelada, que, segundo Senzi (2004), reforça ambientes destinados ao descanso e à descontração. A luz amarela tende a reduzir a produtividade entre 40% e 60% em comparação com a luz branca, que remete à luz do dia. No setor íntimo/privado, a tonalidade branca foi majoritariamente escolhida (46,96%), mas a luz amarela também teve uma forte preferência (45,36%).

No dormitório, sendo um espaço destinado principalmente ao descanso, é mais adequada a iluminação amarelada, de temperatura de cor quente (entre 3.000k e 3.500k). Estudos recentes indicam uma relação estreita entre a luz amarelada e a qualidade do sono, já que a iluminação influencia a produção de melatonina, hormônio que regula o ciclo circadiano e afeta o sono e o relaxamento (FIGUEIRO, 2013). Apesar de 46,96% dos respondentes preferirem a iluminação branca, 45,36% optaram pela amarela, destacando sua importância. A escolha pela luz branca pode estar relacionada às outras funções que um dormitório pode ter, como *home office*, estudo e *hobbies* (Tabela 3). O banheiro residencial, voltado principalmente para a higiene pessoal, teve a tonalidade branca escolhida por 83,93% dos respondentes. Esta preferência pode ser explicada pela qualidade da iluminação relacionada à visibilidade e à sensação de limpeza, fatores que podem ser decisivos na escolha.

Tabela 3 - Percepções predominantes em relação à tonalidade da iluminação por ambiente residencial

Ambientes	Preferência predominante	%
Cozinha	Branca	89,60
Area de Serviços	Branca	87,60
Sala de Jantar	Amarelada	58,59
Sala de Estar	Amarelada	59,42
Dormitório	Branca	46,96
Banheiro	Branca	83,93

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Para testar a hipótese de que as escolhas de iluminação são influenciadas pelo perfil dos respondentes, como gênero e idade, foram analisadas as associações entre preferências de iluminação em cada ambiente e essas variáveis. Considerou-se uma relação significativa o valor de  $p \leq 0,05$ . Observou-se que, na maioria dos casos, não há diferença significativa entre as preferências de tonalidades de iluminação entre respondentes em relação ao gênero. A exceção foi na área de serviço, onde o valor de  $p$  foi aproximadamente 0,006, indicando uma diferença significativa. Isso sugere que, especificamente para este ambiente, as percepções de iluminação podem variar entre os gêneros, embora essa diferença seja pouco relevante no contexto geral (Tabela 4). A relação entre preferências de tonalidade e faixas etárias mostrou-se estatisticamente significativa em três dos seis ambientes analisados: sala de jantar, sala de estar (ambientes sociais) e dormitório (ambiente íntimo/privado). Esses resultados indicam que a faixa etária influencia a percepção da iluminação em ambientes sociais e de descanso.

Tabela 4 – Nível de significância (valor de p) para as associações entre preferências individuais e gênero e faixa etária

Perfil dos participantes	Preferências no ambiente.					
	Cozinhas	Área de serviço	Sala de Jantar	Sala de Estar	Banheiro /Lavabo	Dormitórios
Gênero	p = 0,28	p = 0,006	p = 0,78	p = 0,1	p = 0,8	p = 0,06
Faixa etária	p = 0,35	p = 0,63	p = 0,0001	p = 0,04	p = 0,29	p = 0,0003

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

### 4.3 Preferências lumínicas

Um dos conceitos centrais desta seção é o de temperatura de cor, medida em graus Kelvin (K), que influencia a tonalidade da luz emitida por fontes luminosas. Por exemplo, a luz branca, quanto mais clara e semelhante à luz diurna do meio-dia, tem uma temperatura de cor mais alta (6.500 K) e é classificada como luz fria. Em contraste, a luz amarelada, com uma temperatura de cor mais baixa, como a de uma lâmpada incandescente (2.700 K), é considerada luz quente. Foram apresentados pares de imagens de cada ambiente residencial, totalizando cinco, onde podia-se observar ambiências diferentes, iluminadas ora com temperatura de cor fria e ora quente (Figura 1). Os entrevistados tinham que escolher entre os pares, aquela ambiência lumínica que mais lhe agradassem.

Figura 1 – Diferenças de temperatura de cor em diferentes ambientes internos domiciliares



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2021.

Na análise das imagens propostas, considera-se a interferência de fatores que podem influenciar os resultados. Por exemplo, na dupla 1, ambas as figuras são do mesmo ambiente, mas iluminadas com temperaturas de cor diferentes, enquanto as outras duplas apresentam imagens de ambientes diferentes, iluminados de formas distintas. Embora o foco do questionário fosse a iluminação, a decoração e a organização dos elementos presentes podem ter adicionado algum valor ao julgamento dos entrevistados, mesmo que de forma inconsciente. Percebe-se que ao comparar com os resultados da seção anterior, a única preferência que se contradiz é a sala de jantar, quando analisada a percepção sem mostrar imagens, a sala de jantar mostra-se mais atrativa com iluminação quente, já quando ocorre o contrário a iluminação de tonalidade branca e temperatura de cor fria torna-se mais atraente (Tabela 5).

Já as imagens que demonstravam temperatura de cor quente foram as preferidas para os ambientes dormitório e sala de estar, cujo resultado para o dormitório contrasta com o obtido anteriormente, onde a temperatura de cor preferida foi a fria, de tonalidade branca. Porém, na seção anterior era possível identificar uma distribuição próxima entre as respostas que preferiram tonalidade amarelada (45,36%) e branca (46,96%), sendo a tonalidade branca quantitativamente maior, porém ambas significativas.

Tabela 5 – Preferências de temperatura de cor de acordo com ambiente interno residencial

Temperatura de cor	Sala de Estar		Banheiro		Dormitório		Cozinha		Sala de Jantar	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Quente	1.046	61,78	431	25,46	991	58,54	693	40,93	759	44,83
Fria	647	38,22	1.262	74,54	702	41,46	1.000	59,07	934	55,17
<b>Total</b>	<b>1.963</b>	<b>100,00</b>	<b>1.963</b>	<b>100,00</b>	<b>1.963</b>	<b>100,00</b>	<b>1.963</b>	<b>100,00</b>	<b>1.963</b>	<b>100,00</b>

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Os resultados da percepção lumínica, indicam que a iluminação branca é considerada a preferida em ambientes íntimos (banheiro e dormitório) e de serviços (cozinha), enquanto a amarela é preferível em espaços sociais (sala de jantar e de estar), além de uma possível conexão entre as faixas etárias dos respondentes e suas preferências. Nesta seção complementam-se tais discussões e investiga-se novamente as hipóteses mais promissoras conforme os resultados (Quadro 1).

Quadro 1- Comparação dos resultados entre a seção de percepção e preferência

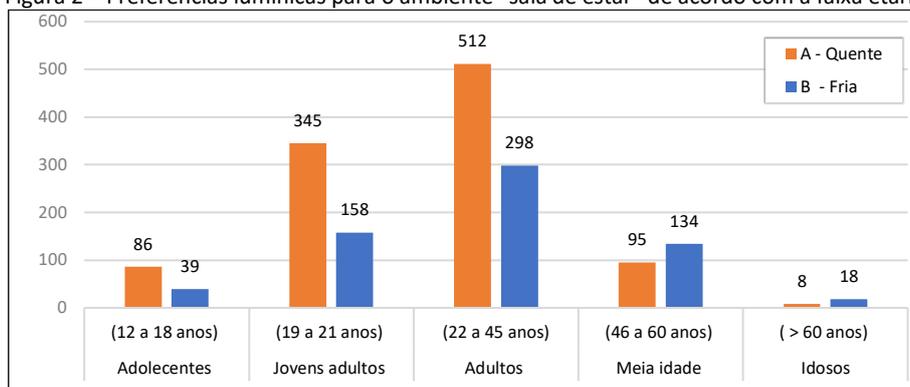
Ambientes residenciais	Percepção lumínica	Preferência visual
Cozinha	Branca	Fria
Sala de Jantar	Amarelada	Fria
Sala de Estar	Amarelada	Quente
Dormitório	Branca	Quente
Banheiro	Branca	Fria

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

A comparação entre as duas categorias revelou discrepâncias nas respostas fornecidas para dois dos cinco ambientes. Essas divergências podem ser atribuídas à diferença de abordagem entre as seções. Quando solicitados a escolher a tonalidade de iluminação mais agradável/preferível para cada ambiente, os entrevistados tendem a basear suas escolhas em suas experiências passadas e presentes, que constituem os principais recursos disponíveis no momento (LIMA; MARGIN, 2009b). No entanto, quando apresentados a estímulos visuais para comparação e análise de imagens, outros aspectos como arranjo, cores, elementos decorativos e disposição dos pontos de iluminação passam a ter relevância, influenciando algumas respostas de forma consciente ou inconsciente. Isso sugere que esses fatores afetam o bem-estar do usuário no espaço, e a disposição adequada desses elementos pode realçar os efeitos da iluminação.

Conforme afirma Kahn (2010), a qualidade do espaço é determinada pela temperatura, iluminação e ambiente em si, bem como pela forma como a luz, o ar e o som penetram no ambiente, contribuindo para o conceito do espaço. Assim, embora o presente estudo se concentre exclusivamente na análise da luz artificial em espaços residenciais, é evidente que sua interação com os diversos elementos do ambiente potencializa seus efeitos e qualidade. Além disso, observou-se uma possível associação entre as preferências de iluminação dos respondentes e a idade. Para investigar essa hipótese, os resultados da preferência lumínica foram examinados, com destaque para os espaços sociais (sala de estar e jantar) e de descanso (dormitório), que apresentaram resultados mais variados e indicaram uma possível relação com as idades por meio do teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ). O ambiente “sala de estar” (Figura 2) consistia em duas imagens iguais, sendo a primeira iluminada por temperatura de cor quente (“A”), de tonalidade amarelada, e a segunda por luz fria, de tonalidade branca (“B”).

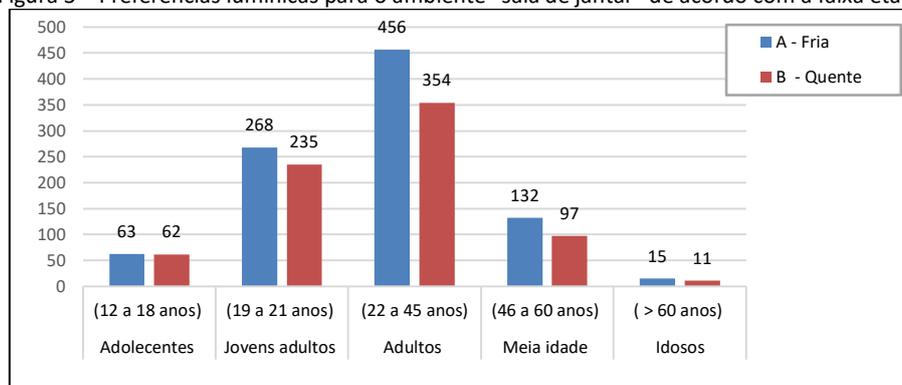
Figura 2 – Preferências lumínicas para o ambiente “sala de estar” de acordo com a faixa etária



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022

A maioria dos entrevistados preferiu a opção “A”, indicando que a luz de tonalidade amarelada é mais atraente para o ambiente “sala de estar”, em conformidade com a literatura especializada discutida. No entanto, essa preferência não é unânime em todas as faixas etárias; os adultos de meia idade e os idosos mostraram preferência pela iluminação de temperatura de cor fria, o que sugere uma possível associação entre a preferência por tonalidade branca em ambientes sociais e de descanso, e o aumento da idade. A Figura 3 apresenta os resultados referente ao ambiente da sala de jantar.

Figura 3 – Preferências lumínicas para o ambiente “sala de jantar” de acordo com a faixa etária



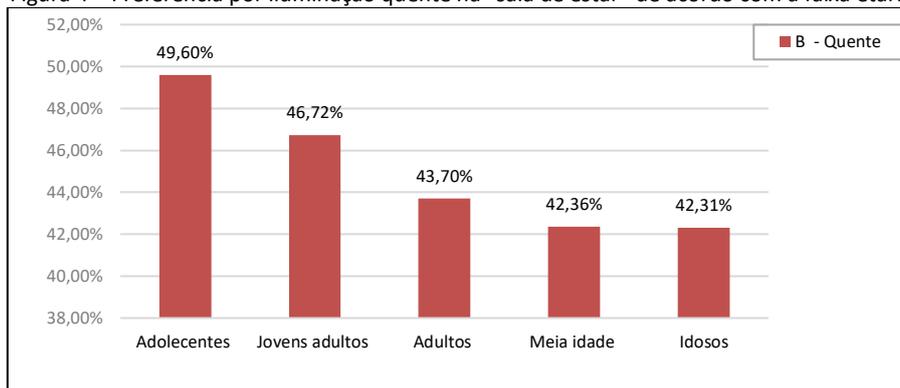
Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022

Entre os adolescentes há um equilíbrio entre as preferências por temperatura de cor, sendo assim, o grupo etário em que a luz quente (menor que 3.000k) foi mais aceita. Tal resultado é possível observar na Figura 4 que analisa as escolhas por temperatura de cor quente em cada grupo etário. O gráfico mostra claramente que os adolescentes têm maior preferência pela iluminação de temperatura de cor quente, enquanto os adultos de meia idade e idosos mostram menos aceitação. Isso sugere que, em relação à iluminação de temperatura de cor fria, a preferência aumenta com a idade, com os idosos sendo o grupo que mais prefere essa opção. Esses resultados indicam que, à medida que as pessoas envelhecem, tendem a preferir iluminação de temperatura de cor fria, particularmente em ambientes sociais.

No entanto, nos dormitórios (Figura 5), os resultados são mais variados, com a opção “cor quente” sendo a mais escolhida, indicando uma preferência por ambientes mais acolhedores e intimistas. Entre os 12 e os 45 anos, a preferência por temperatura de cor quente

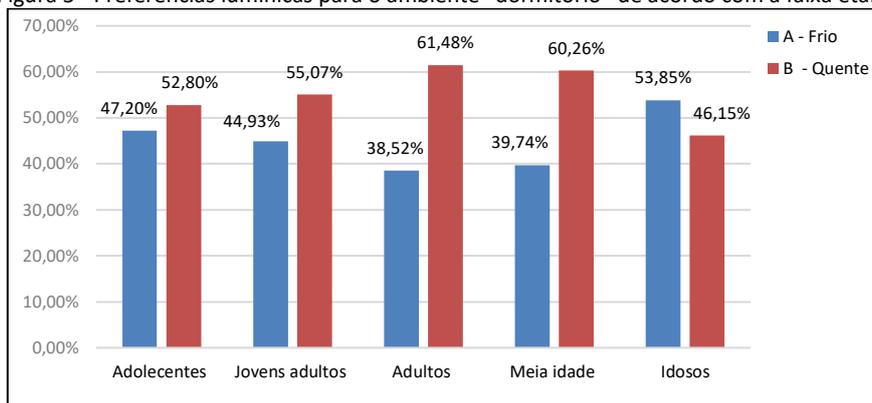
aumenta, com os adultos mostrando a maior preferência por essa ambiência (61,48%), em oposição com os idosos (46,85%).

Figura 4 – Preferência por iluminação quente na “sala de estar” de acordo com a faixa etária



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Figura 5 - Preferências lumínicas para o ambiente “dormitório” de acordo com a faixa etária



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Ainda que os dados entre os idosos indique um aumento da preferência por iluminação fria em ambientes sociais e de descanso, este padrão não se mantém em outras faixas etárias, indicando uma possível interferência de outras variáveis individuais. Observa-se que os adolescentes são os que mais optaram pela iluminação de temperatura de cor quente, predominante em três dos cinco ambientes analisados. Na sala de jantar, a luz fria e quente, não apresentaram diferenças (Quadro 2).

Os jovens adultos e os adultos mantiveram respostas predominantes similares, com iluminação quente sendo a principal escolha somente em dormitórios e sala de estar. Já os adultos de meia idade e os idosos foram os grupos que mais optaram por iluminação de temperatura de cor fria, predominante em quatro dos cinco ambientes. Para o primeiro grupo, a imagem com luz de temperatura de cor quente foi mais adequada apenas em dormitórios, enquanto para os idosos, apenas na cozinha. Assim, quanto mais jovens os indivíduos, mais propensos estão a aceitar e preferir iluminação de temperatura quente, enquanto os mais velhos tendem a preferir iluminação fria, independentemente da função e setor dos ambientes.

Para a última comparação, volta-se aos resultados para percepção lumínica, onde não houve análise de imagens (Quadro 3). É possível observar que os idosos preferem uma iluminação branca em todos os cômodos da residência, contrastando com os demais grupos. Ao analisar os resultados das duas categorias, torna-se evidente as diferenças entre percepção e

preferência lumínica de acordo com as faixas etárias. Isso não apenas revela uma variação de padrões de resposta conforme as idades avançam, mas também incita uma discussão sobre os motivos subjacentes a tais padrões em cada grupo etário.

Quadro 2- Preferência lumínica predominante de acordo com a faixa etária

Ambientes	Adolescentes	Ambientes	Adolescentes	Ambientes	Adolescentes
Cozinha	Quente	Fria	Fria	Fria	Quente
Sala de Jantar	Fria	Fria	Fria	Fria	Fria
Sala de Estar	Quente	Quente	Quente	Fria	Fria
Dormitório	Quente	Quente	Quente	Quente	Fria
Banheiro	Fria	Fria	Fria	Fria	Fria
Cozinha	Quente	Fria	Fria	Fria	Quente

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Quadro 3- Quadro de preferências predominantes da seção de percepção de acordo com a faixa etária.

Ambientes	Adolescentes (12 aos 18)	Jovens adultos (19 aos 21)	Adultos (22 aos 45)	Meia idade (46 aos 60)	Idosos (> 60 anos)
Cozinha	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Area de Serviços	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Sala de Jantar	Amarelada	Amarelada	Amarelada	Branca	Branca
Sala de Estar	Amarelada	Amarelada	Amarelada	Amarelada	Branca
Dormitório	Branca	Branca	Amarelada	Amarelada	Branca
Banheiro	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

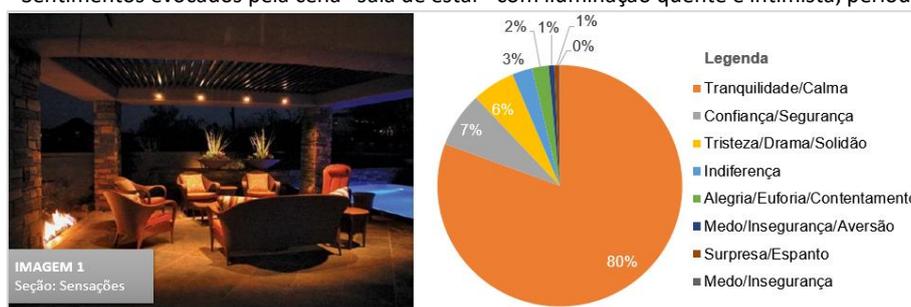
Os dados revelam que, em espaços voltados para serviços onde a higiene é uma preocupação comum, a luz branca é amplamente preferida, sem gerar estranheza significativa entre os entrevistados, independentemente da faixa etária. No entanto, em ambientes destinados ao relaxamento e convívio social, observam-se diferenças mais significativas entre as faixas etárias, especialmente entre os idosos e os adultos de meia-idade. À medida que a idade avança, é natural que ocorram diversas mudanças na rotina e no corpo humano, com a visão sendo um dos sentidos frequentemente mais afetados devido à exposição a elementos cotidianos como luz, poeira e vento. Isso resulta em uma progressiva diminuição da acuidade visual, tornando uma iluminação adequada e, conseqüentemente, uma boa visibilidade essencial para identificar planos verticais e horizontais com mais facilidade (DARÉ, 2014). Um evento comum relacionado ao envelhecimento é a perda de elasticidade do cristalino, que afeta a capacidade de acomodação visual, levando à presbiopia, um problema comum em indivíduos com mais de 45 anos, caracterizado por dificuldade em focar objetos próximos (FONTAINE, 2000; FERRAZ; ALLEMANN, 2007).

A iluminação assume diversos significados conforme a idade do usuário, influenciando a saúde e a independência dos idosos. Uma iluminação adequada facilita tarefas e previne acidentes, sendo recomendado aumentar a intensidade luminosa em cerca de 50% para idosos (FIGUEIRO, 2013). Isso porque a iluminação de temperatura de cor fria pode melhorar o estado de alerta e a produtividade, além de oferecer melhor visibilidade. A preferência dos idosos por esse tipo de iluminação reflete a priorização da segurança e da visibilidade em ambientes sociais e de descanso. No entanto, é importante ressaltar que as preferências de iluminação não são determinadas por um único fator, a percepção é subjetiva e complexa, sendo influenciada por uma variedade de elementos. Além da necessidade de melhor visibilidade ao envelhecer, as preferências podem ser moldadas por sentimentos e sensações diversas.

#### 4.4 Sensações despertadas pela luz

Para compreender melhor as sensações e emoções associadas à iluminação, foi proposta a análise de imagens de três ambientes onde a iluminação desempenha um papel crucial. O objetivo foi identificar as sensações e emoções que esses ambientes evocam, junto de cada imagem foram oferecidas oito opções para escolha (“alegria/euforia/contentamento”; “tristeza/drama/solidão”; “raiva/revolta/indignação”; “medo/insegurança/aversão”; “surpresa/espanto”; “confiança/segurança”; “tranquilidade/calma”). Entre as imagens analisadas, duas retratavam ambientes de estar em diferentes momentos do dia, enquanto a terceira representava um ambiente de serviço (cozinha). No primeiro ambiente (Figura 6), uma sala de estar iluminada com tonalidade de luz quente, durante a noite, a sensação predominante foi de “tranquilidade/calma” (80,63%), já o sentimento negativo de “tristeza/drama/solidão” foi evocado por apenas 6% dos respondentes. Este sentimento positivo é o esperado em um espaço destinado ao descanso.

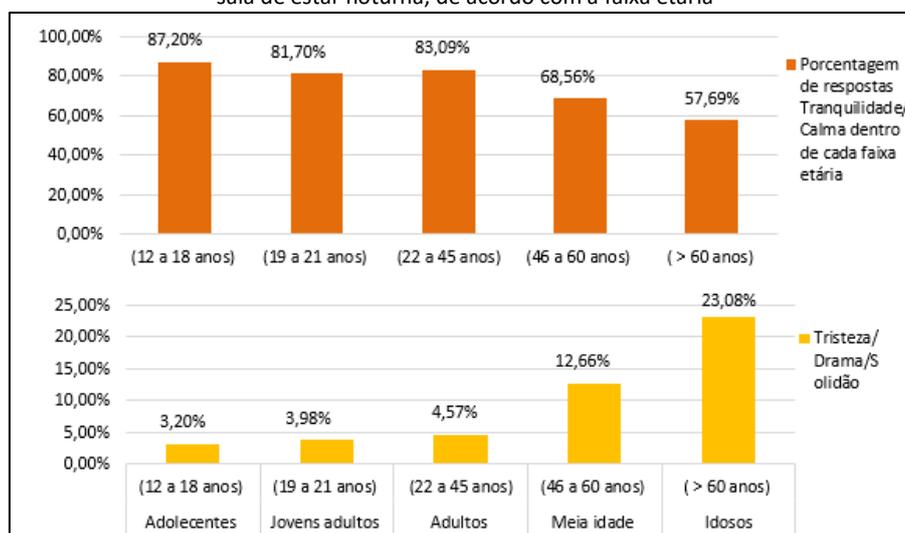
Figura 6 – Sentimentos evocados pela cena “sala de estar” com iluminação quente e intimista, período noturno



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Observa-se que a sensação de "tranquilidade/calma" foi mais frequentemente evocada pelos adolescentes (12 aos 18 anos), enquanto os idosos apresentaram a menor proporção desse sentimento (Figura 7). Por outro lado, o sentimento negativo mais prevalente foi encontrado principalmente entre os idosos (23,08%).

Figura 7 - Comparação dos sentimentos “tranquilidade/calma” e “tristeza/drama/solidão” evocados pela cena da sala de estar noturna, de acordo com a faixa etária



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

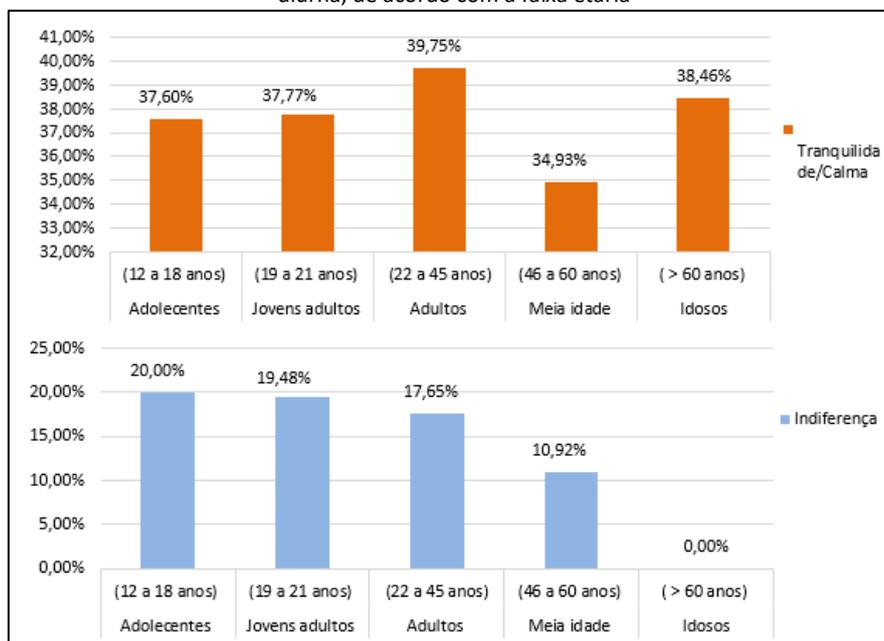
No segundo ambiente (Figura 8), uma sala de estar colorida iluminada durante o dia, o sentimento predominante ainda foi de "tranquilidade/calma" para 38% dos respondentes, embora em uma proporção menor em comparação ao primeiro ambiente. Destaca-se que adultos e idosos foram os grupos etários que mais relataram essas emoções. Por outro lado, o sentimento negativo ou neutro predominante foi a "Indiferença", especialmente entre as faixas etárias mais jovens (Figura 9).

Figura 8 - Sentimentos evocados pela cena “sala de estar” com iluminação branca e colorida, período diurno



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

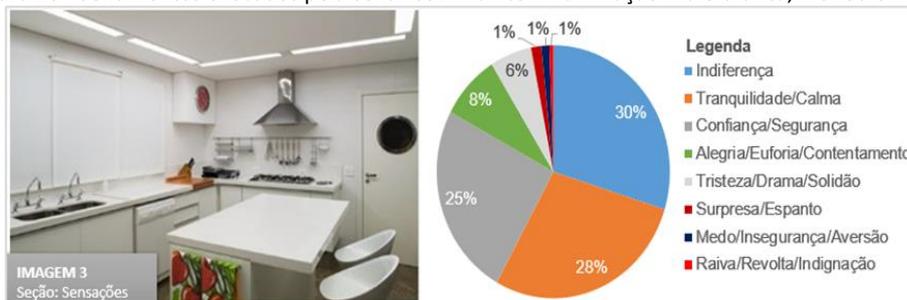
Figura 9 - Comparação dos sentimentos “tranquilidade/calma” e “indiferença” evocados pela cena sala de estar diurna, de acordo com a faixa etária



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

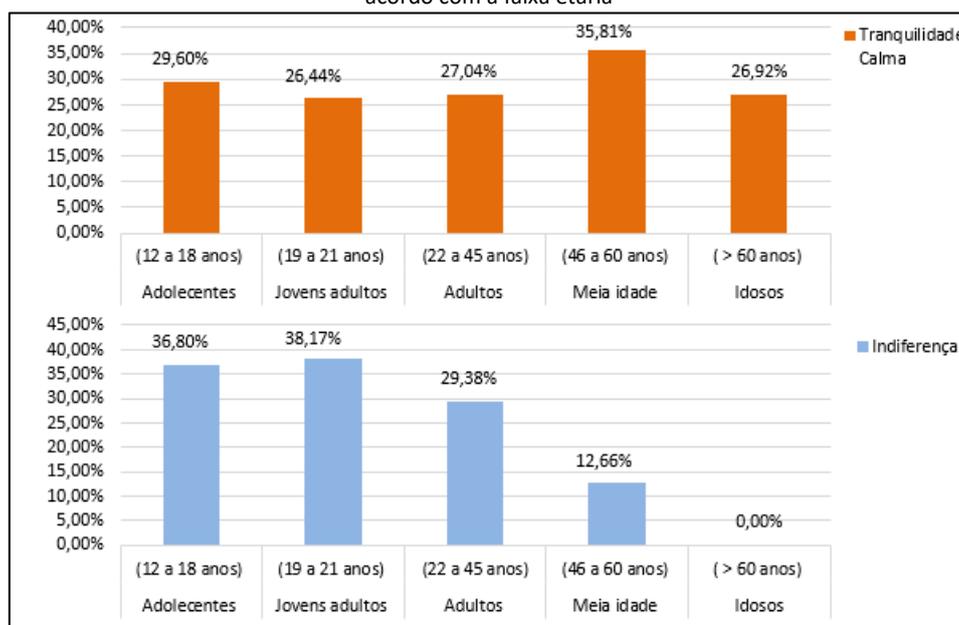
Por último, observa-se os resultados obtidos a partir da imagem de uma cozinha, cuja iluminação é de temperatura de cor fria, tonalidade branca em conformidade com o mobiliário e demais elementos (Figura 10). Analisando os dados por faixa etária, observou-se que 35,81% dos adultos de meia-idade relataram sentir-se "tranquilos/calmos" diante dessa imagem, sendo esse o grupo mais comum com essa sensação. Em contraste, os jovens adultos mostraram maior indiferença, revelando menor aceitação à iluminação fria comparada aos grupos mais velhos (Figura 11).

Figura 10 - Sentimentos evocados pela cena “cozinha” com iluminação fria e branca, monocromática



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Figura 11 - Comparação dos sentimentos “tranquilidade/calma” e “indiferença” evocados pela cena cozinha, de acordo com a faixa etária



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2022.

Nenhum dos respondentes com mais de 60 anos e adultos de meia-idade expressou indiferença. A luz amarelada pode transmitir tranquilidade, mas também evocar solidão e tristeza, enquanto a iluminação branca proporciona melhor visibilidade e alerta, mas pode criar uma atmosfera impessoal e monótona. Essas nuances destacam a importância de adaptar a iluminação às necessidades de cada grupo etário, considerando sua rotina e estágio de vida. Surge, portanto, uma tendência de projetar espaços que atendam às diversas necessidades de diferentes pessoas em momentos distintos (GODOY, 2000). Dada a complexidade das implicações psicológicas e fisiológicas, os projetos de iluminação devem conectar-se profundamente com os usuários, harmonizando suas percepções, preferências e sensações nos ambientes residenciais internos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que, em áreas de serviço e manutenção da higiene, como cozinhas e banheiros, a iluminação de temperatura de cor fria e tonalidade branca é a preferida. Já em espaços sociais e de descanso, como dormitórios e salas de estar e jantar, as preferências são

mais variadas. Os dados indicam que não há interferência do gênero na preferência pela iluminação, por outro lado, a idade é um fator relevante, especialmente em espaços de relaxamento e convívio. A iluminação de temperatura de cor quente está associada a sentimentos de tranquilidade e calma, devido à sua influência no ciclo circadiano e semelhança com a luz natural do entardecer, porém é passível de provocar sentimentos de solidão e tristeza entre idosos, essa que preferem iluminação mais branca, também pela diminuição da acuidade visual.

Por outro lado, a iluminação de tonalidade branca e temperatura de cor fria pode gerar sensações de segurança, tranquilidade e limpeza, mas também pode resultar em indiferença e apatia, especialmente entre os jovens. A literatura especializada sugere várias interpretações sobre a adequação da iluminação em ambientes residenciais, destacando os efeitos psicológicos, fisiológicos e emocionais da luz. Isso abre oportunidades para desenvolver sistemas de iluminação personalizados e automatizados, capazes de atender às necessidades específicas de cada momento do dia.

## 6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cláudia Verônica Torres. **Percepção da iluminação o espaço da arquitetura**: preferências humanas em ambientes de trabalho. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BRONDANI, Sergio Antônio. **A percepção da luz artificial no interior de ambientes edificados**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2006.

COSTA, Leandra Luciana Lopes. **A luz como modeladora do espaço na arquitetura**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade da Beira Interior. Covilhã/Portugal, 2013.

DARÉ, Ana Cristina. **Lighting Design**: o significado da luz no design de interiores e na qualidade de vida de idosos. Tese (Doutorado em Design) – Universidade de Lisboa. Lisboa/Portugal, 2014.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983.

FERRAZ, Caroline Amaral; ALLEMANN, Norma; CHAMON, Wallace. Avaliação de lente intra-ocular fática para a correção da presbiopia. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 70, p. 603-608, 2007.

FIGUEIRO, Mariana. Why field measurements of circadian light exposure are important. **Lighting Research & Technology**, v. 45, n. 1, p. 6–6, 2013.

FONTAINE, Roger. **Psicologia do Envelhecimento**, Lisboa, Climepsi Editores, 2000.

GODOY, P.; STILLER, E. Técnica, experiência e criatividade interagem no design da iluminação. 6º Lighting Design - **Projeto Design**, n.250, p.98-101, 2000.

KAHN, Louis. **Forma de design**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LAGE, Alberto; THENAISIE, Sofia. **Desenhar a luz = Designing light**, Faup Publicações, Porto, Portugal, 2009.

LIMA, Mariana Regina Coimbra de; MARTIN, Ramon San. Análise experimental da influência da luz nas emoções de estudantes Universitários. In: Encontro Nacional do Ambiente Construído, 10., 2009a. **Anais [...]**. Natal: ANTAC, 2009a.

LIMA, Mariana Regina Coimbra de; MARTIN, Ramon San. Percepção lumínica: a influência da luz no afeto e humor dos indivíduos. **Lume Arquitetura**, v. 36, p. 55-60, 2009b.

LANGER, Mayara Wisniewski. Efeitos psicológicos proporcionados pela luz em ambientes residenciais. In: Encontro Anual de Produção Científica, 16., 2019. **Anais [...]**. União da Vitória: UniuV, 2019. P. 1 – 3. Disponível em: <https://periodicos.uniuV.edu.br/enaproc/article/view/673>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ODABASIOGLU, Seden; OLGUNTURK, Nilgün. Effects of coloured lighting on the perception of interior spaces. **Perceptual & Motor Skills**, v.120, n.1, p.183-201, 2015.

OJEDA, Pablo. **A organização do espaço como uma atividade socialmente compartilhada**: o usuário como participante do processo relativo ao projeto de utilização do espaço. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SENZI, Neide. Projetos de iluminação requerem técnica e arte. **Projeto Design**, n. 288, p.92-95, 2004.

SILVA, Mauri Luiz da. **Luz, lâmpada e iluminação**. Porto Alegre: M. L. da Silva, 2002.

SILVA, Mauri Luiz da. **Iluminação**: simplificando o projeto. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2009.

SILVA, Nilce da. Ser adulto: alguns elementos para a discussão deste conceito e para a formação de professores de adultos. **Revista Millenium**, n. 29, 2004. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium29/35.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores. Londrina: Eduel, 2012.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Impactos ambientais na Avenida Contorno Leste: microbacia na rotatória da avenida**

*Environmental impacts on Avenue Contour East: micro basin at the avenida roundball*

#### **Gilvani Leandro Sales Teixeira**

Mestrando, UFMT, Brasil  
gilvaniufmtvl@gmail.com)

#### **Francisco De Assis Gonçalves Junior**

Professora Doutor, UFMT, Brasil  
fgjufmt@gmail.com

#### **Cleberon Ribeiro de Jezus**

Professor Doutor, UFMT, Brasil.  
cleberon.jesuz@ufmt.br

**RESUMO**

As práticas produtivas de construção e transformação do meio, em essência, seguem a metodologia de apropriação social da natureza, o que evidencia, em menor ou maior grau, impactos no mesmo, que em sua multiplicidade, demonstram uma falta de interesse do ser humano em extrair do ambiente de forma sustentável, gerando assim, um desequilíbrio em sua relação homem-natureza. Dentro desse contexto se faz necessário abordar um subtema dos impactos na avenida contorno leste com maior ênfase, a identificação de uma microbacia de um afluente do rio coxipó que foi impactada com a construção da avenida. Este impacto é fruto de um pensamento unitário que desconsidera o todo que é inteiramente integrado e inter relacionado na paisagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Impactos ambientais. Planejamento. Rio coxipó. Uso e ocupação do solo. Geografia.

**ABSTRACT**

*The productive practices of construction and transformation of the environment, in essence, follow the methodology of social appropriation of nature, which highlights, to a lesser or greater degree, impacts on it, which in their multiplicity, demonstrate a lack of interest on the part of human beings in extract from the environment in a sustainable way, thus generating an imbalance in the human-nature relationship. Within this context, it is necessary to address a subtopic of the impacts on the eastern contour avenue with greater emphasis, the identification of a micro basin of a tributary of the Coxipó River that was impacted by the construction of the avenue. This impact is the result of unitary thinking that disregards the whole that is entirely integrated and interrelated in the landscape.*

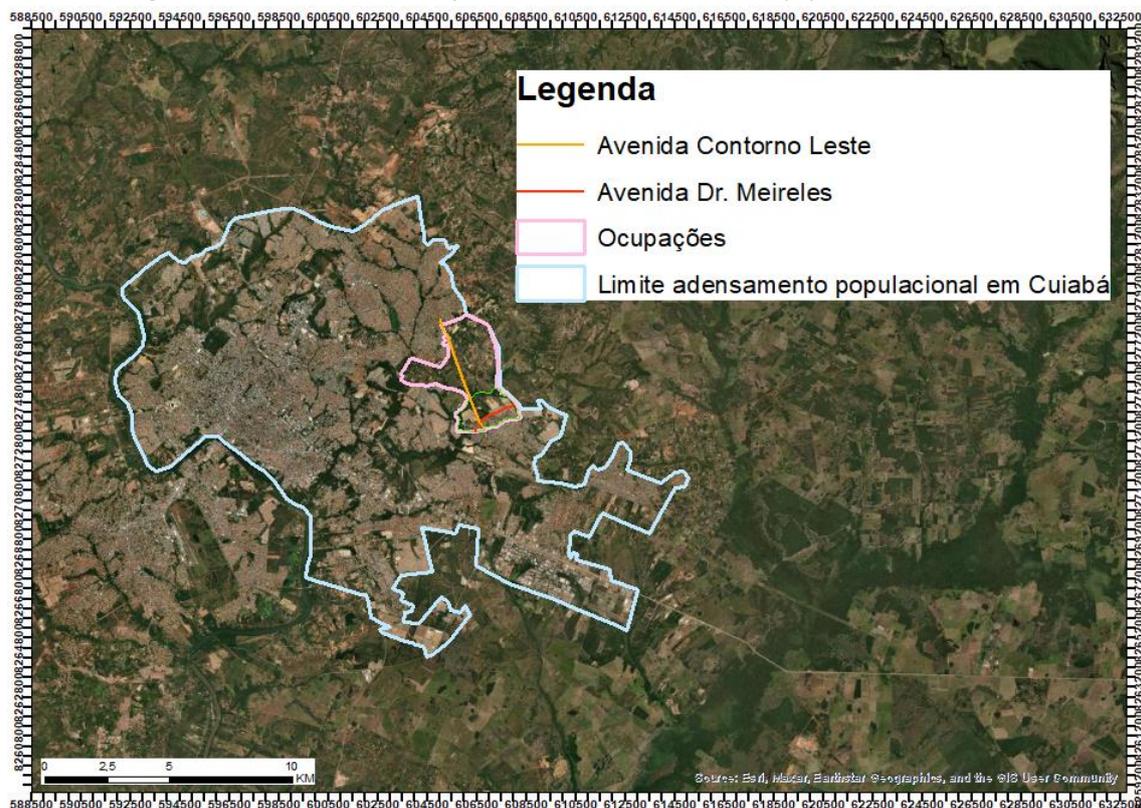
**KEYWORDS:** *Environmental impacts. Planning. Coxipó River. Land use and occupation. Geography*

## INTRODUÇÃO

Em Cuiabá o processo de especulação imobiliária ocorre de forma desenfreada, deixando profundos impactos sociais e ambientais. A título de exemplo, há o conceito de periurbano que foi trabalho em FRAPORTI (2019), o qual deixou claro a perversidade por trás da estratégia imobiliária de transformação do rural em urbano (periurbano), este que seria um projeto das grandes incorporadoras de comprar terrenos em área rurais e depois pressionarem os órgãos públicos para transformarem em urbanas, através da alocação de famílias carentes mais distantes do centro urbano, ou seja, alocar pessoas para mais longe do polo da cidade com preços mais acessíveis porém sem infraestrutura, para depois pressionar o governo a expandir a malha urbana em direção a estas famílias, provocando uma hiper valorização de todas as demais área adquiridas pelas incorporadoras no caminho até esta nova ocupação, conforme ocorreu com o distrito do Sucuri em Cuiabá/MT. O objetivo é contrariar a proibição da lei de crescimento da cidade, através destas estratégias e conseguir um enorme lucro no processo, ao custo da utilização de famílias carentes como ferramenta de expansão urbana.

Neste segmento de expansão da malha urbana de Cuiabá, foi escolhido como área de estudo o entorno de dois bairros da cidade de Cuiabá/MT, São João Del Rei e Osmar Cabral, com ênfase na avenida contorno Leste, localizado na região Sul de Cuiabá. A localização específica da área de estudo. Conforme será evidenciado, atualmente a área passa por uma especulação imobiliária e um adensamento de sua área urbana, o que trouxe inúmeras consequências para o meio ambiente, como a canalização de alguns dos afluentes do rio coxipó, supressão e poluição de sua mata ciliar, bem como de seu leito.

**Figura 1:** Área de estudo em relação ao contexto do adensamento populacional em Cuiabá.

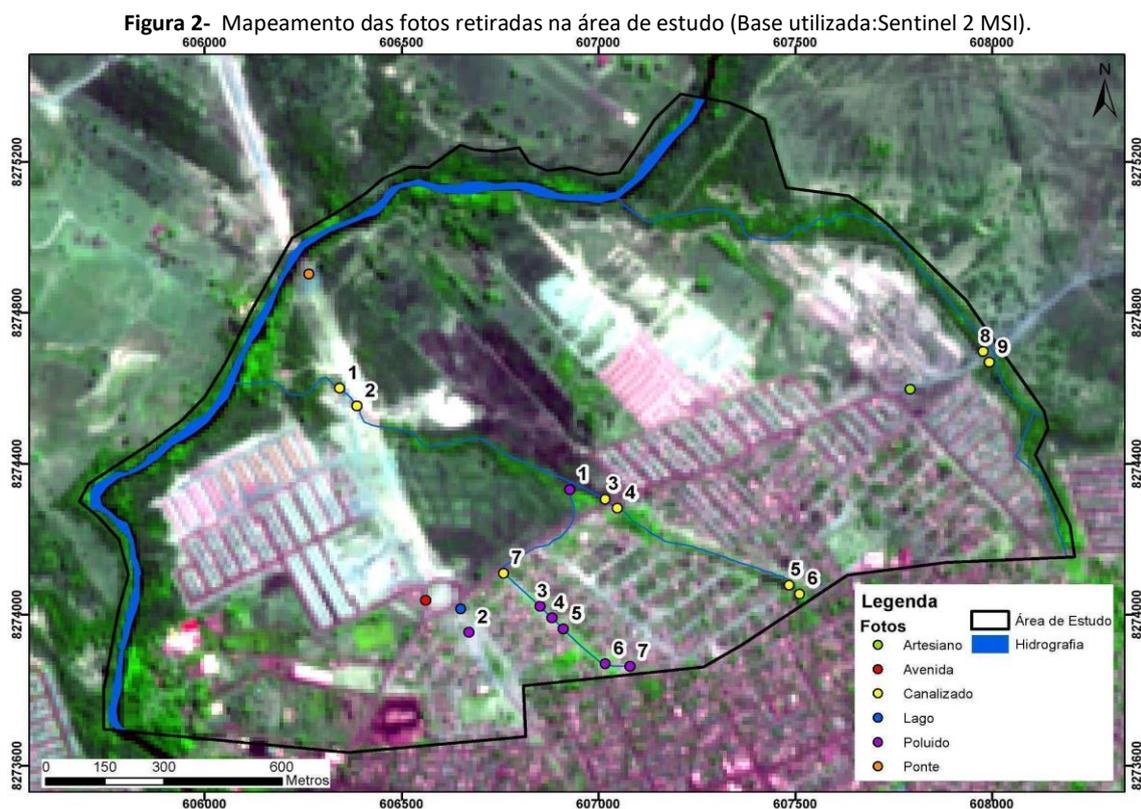


Fonte: imagem BaseMap ArcGis. Elaborado por TEIXEIRA, 2023.

Para melhor compreensão do presente mapeamento da área de estudo, pode-se destacar 3 elementos fundamentais observados através da classificação visual em tela, os quais foram escolhidos pelo autor, o limite do adensamento populacional em Cuiabá que teve como métrica as localidades que exibiam características de urbanização, portanto, casas edificadas em cerâmica, avenidas com asfalto ou sem desde que estivessem juntas exibindo uma formação de bairro.

O segundo elemento, que se enquadra em um grupo especial é a classificação “Ocupações”, que mesmo não exibindo características do grupo 1 está dentro dele na classificação devido a quantidade de pessoas alocadas em ocupações à margem da avenida contorno leste, ou em sua proximidade, o trecho da avenida em questão está destacada no mapa. O último, é a área de estudo em si, que irá englobar os impactos ambientais decorrentes da avenida contorno leste, o recorte foi escolhido com base na área de influência da avenida, portanto foi tido como balizamento às “margens” dos impactos da avenida contorno leste, os quais evidenciaram significativas mudanças na paisagem, conforme pode ser observado nos mosaicos de imagens abaixo.

Para confirmar esses dados, foi realizado um trabalho de campo. Este trabalho foi motivado pelos indícios levantados durante o processo de geoprocessamento e revelou ainda mais informações. No mapa das fotos (Figura 2), os pontos amarelos indicam locais onde o rio foi canalizado, enquanto os pontos roxos mostram áreas próximas aos rios que se tornaram lixões ou onde o rio está sendo poluído e canalizado simultaneamente. Dois subtópicos serão dedicados para discutir essas duas classificações respectivamente.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As demais classificações, como "Avenida", referem-se a fotos do processo atual de construção desta avenida, que pode ser observada no mapeamento. Juntamente com a classificação "Ponte", essas obras provavelmente causarão mudanças significativas na paisagem nos próximos anos.

Uma classificação particularmente relevante para a análise das problemáticas ambientais é "Artesiano". Esta se refere a uma placa com o contato de um possível construtor de poços artesianos, conforme ilustrado na Figura 18. Destacar esta classificação permitirá uma melhor compreensão dos impactos ambientais relacionados à exploração de recursos hídricos na área.

**Figura 3:** Mosaico de fotos das Canalizações.



Fonte: fotografias realizadas por TEIXEIRA, 2021. Elaborado por: TEIXEIRA, 2021.

**Figura 4:** Mosaico de fotos das poluições.

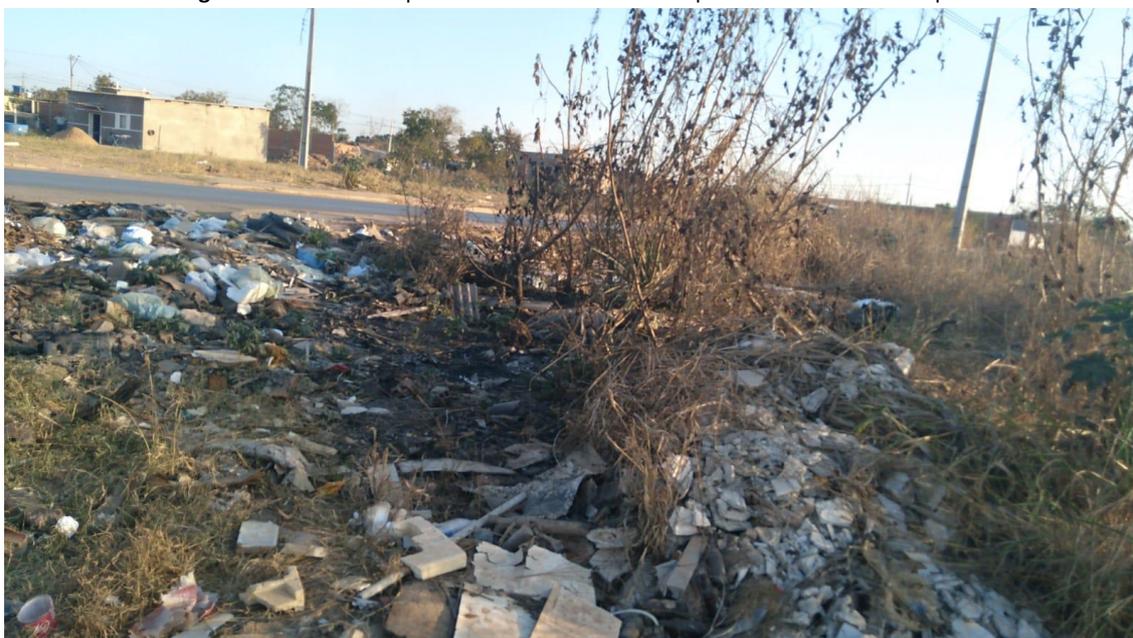


Fonte: fotografias realizadas por TEIXEIRA, 2021. Elaborado por: TEIXEIRA, 2021.

#### **RESULTADOS: IMPACTO A MICROBACIA DE UM AFLUENTES DO RIO COXIPÓ: POLUIÇÃO**

Uma das questões relevantes visualizadas durante o trabalho de campo foi a poluição na presente área de estudo. Conforme pode ser visualizado na figura 5 o local no entorno do rio que apresenta apenas seu caminho de drenagem, se tornou um local de grande concentração de lixo sem qualquer resquício de saneamento básico ou de educação ambiental, seja pelos moradores da área ou por incentivo do governo.

**Figura 6:** Foto do lixão próximo ao caminho deixado pelo afluente do rio Coxipó.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA, 2021.

Em concordância com o que foi destacado na área de estudo o afluente dentro bairro

em condições de poluição, pode-se intuir a seguinte questão, se houvesse uma manutenção da mata ciliar, provavelmente haveria também uma possibilidade de recuperação desta área degradada, levando em conta que esta mesma manutenção deveria ser feita pelo governo do Estado, o qual além de aplicar suas leis com maior rigor, também deveria elaborar um processo de educação ambiental para os moradores desta área.

**Figura 7:** Afluente poluído dentro do bairro.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA, 2021.

**Figura 8:** Afluente poluído dentro do bairro.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA, 2021.

Um fator intrínseco que pode ser observado é que a poluição é feita de forma direta,

partindo da casa das pessoas até o afluente, portanto é de suma importância ratificar a necessidade de um planejamento integrado que de fato transforme o modo de se interpretar o meio ambiente, para além apenas da resolução de problemas de curto prazo.

**Figura 9:** Esgoto proveniente das casas dos moradores.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA, 2021.

**Figura 10:** Esgoto sendo drenado até o rio.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA, 2021.

**Figura 11:** Água minando da parede.

**Figura 12:** Esgoto despejado.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA,2022  
202.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA,

Durante a construção da avenida contorno leste, foi possível tirar duas fotos de suma importância para este trabalho, enquanto era feito a perfuração do solo para encanamento da avenida foi possível evidenciar este tipo de impacto, em que de um lado da perfuração havia água minando das paredes e do outro, ainda no mesmo segmento de corte, o despejo de águas residuais, ou seja, locais em que deveria ser feita a conservação, no caso dos afluentes, sendo poluídos e canalizados, ou seja, sendo tratados como águas pluviais em vez de fluviais, sobre os aquíferos da área também estão sendo poluídos, portanto, há um grande descumprimento de inúmeras leis, ferindo assim a manutenção do ambiente e prejudicando a geração atual e as futuras gerações.

#### **ANÁLISE DA MICROBACIA PRÓXIMO A ROTATÓRIA**

Uma realidade que foi visualizada também nesse estudo histórico das imagens disponíveis no google *street view* e comparadas com as fotos tiradas durante o trabalho de campo foi o desaparecimento de uma continuidade de um afluente que em sua retenção formava um pequeno lago, conforme pode ser evidenciado na figura 54 e na figura 55.

**Figura 13:** Acúmulo de água em 2011.



Fonte: Google Earth PRO, foto retirada do Google Street View, novembro de 2011.

**Figura 14:** Acúmulo de água em 2021 próxima a rotatória.



Fonte: fotografias realizada por TEIXEIRA, 2021.

**Figura 15:** Rotatória contorno leste.



Fonte: fotografias realizada por NERIS, 2022.

Entende-se que neste trabalho é necessário evidenciar a importância da manutenção do rio e da mata ciliar, pois nestes dois contrastes destas análises históricas observa-se duas realidades diferentes, uma que, dentro dos moldes propostos neste trabalho, é entendida como uma tragédia ambiental, o desaparecimento do lago, pois é mais uma exemplificação das consequências da desarmonização na relação homem-natureza.

Uma outra medida que foi tomada para diminuir o acúmulo de água nesta área, foi o desenvolvimento de uma tubulação. Entendesse que essa medida não é a ideal pois o afunilamento de toda a energia quando se acumula em um único ponto, provoca um ganho de velocidade significativo o que pode causar um impacto na própria tubulação e também no seu local de deságue.

**Figura 16:** Tubulação no acúmulo de água próxima a rotatória.



Fonte: fotografias realizada por TEIXEIRA, 2022.

Para melhor compreensão do desenvolvimento energético desta região foi necessário o levantamento de dados altimétricos, entretanto por se tratar uma área pequena, que seria necessário imagens de escala grande (riqueza de detalhes), foi necessário a realização de um sobrevoo com drone, pois dessa forma seria possível aferir a direção da vertente dessa microbacia e se de fato ela contribui para o rio coxipó.

**Figura 17:** Ortomosaico e o modelo de superfície digital esparso correspondente (DSM) antes da densificação.

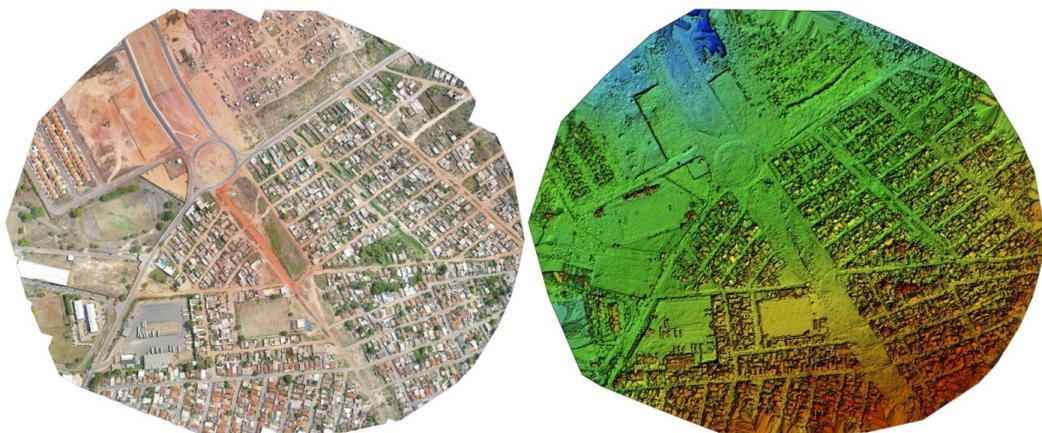


Figure 1: Orthomosaic and the corresponding sparse Digital Surface Model (DSM) before densification.

Fonte: fotografias realizada com drone por NERIS, 2023.

No modelo DSM é possível observar que as cores mais quentes (vermelho, laranja e amarelo respectivamente) são os pontos mais altos e as cores mais frias os mais baixos (azul claro e escuro), sendo verde o intermédio. A direção do escoamento superficial é da parte mais alta para a mais baixa, em que o superior estão os bairros e a inferior um afluente que se desloca até o rio Coxipó. A parte intermediária (verde) apresentava uma pequena barreira natural, uma parte mais baixa que o entorno que acumulava água, infelizmente durante o sobrevoo não foi possível observar, porém é visível a diferença abrupta para o nível de base, que ao longo dos anos e das variações de estações acumulava água.

A dinâmica do acúmulo de água, possivelmente, antes da criação da avenida Dr. Meireles, seguia um rumo direto ao afluente do rio Coxipó, que nos dias atuais é cortado ao meio pela avenida contornando leste. Entretanto, após a criação da avenida Dr. Meireles foi edificada uma barreira natural que forçou o acúmulo a seguir lateralmente a avenida, em direção a parte mais baixa do relevo.

Formando o equivalente a um rio, porém que corre de forma subsuperficial, ou seja, abaixo do nível de base do relevo. Toda essa dinâmica fluvial que existia na região foi ignorada com a criação da avenida, visto que há constantes reclamações dos moradores da região com enchentes na região da rotatória durante o período de chuvas mais intensas.

**Figura 18:** Foto aérea do afluente do rio Coxipó cortado pela avenida contorno leste.



Fonte: fotografias realizada com drone por NERIS, 2023.

**Figura 19:** Foto aérea do rio Coxipó.



Fonte: fotografias realizada com drone por NERIS, 2023.

A direção natural da microbacia é rumo a este afluente que deságua e contribui para o rio coxipó de forma subsuperficial (figura 61 e 62). Entretanto percebe-se que a mata ciliar está ausente ou inferior à medida exigida pela Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Um fator importante a se destacar é que, este afluente e esta microbacia não são efêmeros, pois mesmo durante o período de estiagem a continuidade de água não é interrompida, apenas diminui seu fluxo, portanto deveria ser conservada.

Outro importante fato a se constatar, é que ainda há água emergindo e se direcionando para a rotatória, mesmo durante o período de estiagem, conforme pode ser observado na figura 63 e 64. A quantidade de água é tão significativa que foi suficiente para formação da vegetação de pequeno porte, que infelizmente não pôde se desenvolver pela retirada constante para o desenvolvimento da avenida contorno leste, porém pode-se intuir que sem ação do homem, devido a grande quantidade de água disponível essa vegetação poderia evoluir para médio e até grande porte ao longo dos anos.

**Figura 20:** Possíveis nascentes.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA, 2022.

**Figura 21:** Água emergindo.



Fonte: foto realizada por TEIXEIRA, 2023

## CONCLUSÃO

No plano diretor (Lei nº 3412 de 30/12/1994) a área de estudo participa ativamente como área expansão urbana desde 1994, entretanto, devido a falta de interesse na região ela permaneceu com características rurais, chácaras, vegetação arbórea de grande porte até o ano de 2011, conforme foi possível observar na imagens do google *street view*, possuindo leitos de rios e aquíferos. Portanto a transição entre rural para urbano, provocado pela vinda da avenida contorno leste, deveria ter sido feita de forma mais ímpar com o meio ambiente, ou seja, que houvesse um interesse maior em conversar, visto que havia um significativo valor ambiental, na fauna e na flora envolvida, como também nas águas que foram poluídas, suprimidas parcialmente ou totalmente, neste segmento vale destacar a lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (lei de águas), em particular seu inciso 2: “a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”, portanto deveria ser conservada, que não foi o caso nesta área de estudo pois quem suprimiu boa parte dos afluentes foi a águas cuiabá, indo contra o inciso 1: “ a água é um bem de domínio público”, se é de domínio público porque quando foi impactado foi suprimido em vez de tratado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S.. **O Pensamento Geográfico do IBGE no Contexto do Planejamento Estatal Brasileiro**. In: 9 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2003, Mérida (México). Reflexiones y Responsabilidades de la Geografía en América Latina para el Siglo XXI. México (DF): Universidad de México, 2003.

BIRCKOLZ, Carlos João. **Ocupação irregular em Matinhos, Paraná: o caso do jardim schaffer**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL. Goiânia, 2012.

CAMPOS, R.R.. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX**. Jundiá. Paco Editorial, 2011.

CARLOS, A. F. A.. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CUIABÁ. **EVOLUÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE CUIABÁ: 1938 A 2007**. CUIABÁ: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, 2007b. Disponível em:  
[https://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/evolucao\\_do\\_perimetro\\_urbano\\_de\\_cuiaba.pdf](https://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/evolucao_do_perimetro_urbano_de_cuiaba.pdf). Acesso em: 24/04/2023.

Cuiabá. Prefeitura. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano-IPDU. **Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá/ [Adriana Bussiki Santos (org.)]** . -- Cuiabá, MT : Entrelinhas, 2008 . ISBN 978-85-87226-75-4.

DAUAR, C. M. B.. **Análise da paisagem por meio dos elementos físicos e socioeconômicos nos Conjuntos Habitacionais Alice Novack e Nilce Paes Barreto em Cuiabá / Cláudia Maria Bernardes Dauar**. – 2017. Orientador: José Carlos Ugeda Júnior. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Instituto de Geografia, História e Documentação - IGHD, Programa de PósGraduação em Geografia, Cuiabá, 2017.

Fraporti, Frank Giordany Aquino. **O espaço periurbano em Cuiabá (MT) : contribuição para o planejamento e ordenamento territorial / Frank Giordany Aquino Fraporti**. -- 2019. Orientadora: Sônia Regina Romancini. Co-orientador: Clayton Ferreira Dal Pozzo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Cuiabá, 2019.

JÚNIOR, H. M. C. et al. **O ESTADO E O (RE) SURGIMENTO DA MINERAÇÃO NO BRASIL**. Revista Interdisciplinar Animus, v. 1, n. 6, p. 68-78, 2018.

KESSELRING, T. **O conceito de Natureza na História do Pensamento Ocidental**. Episteme, Porto Alegre, n.11, p.153-172, jul. /dez. 2000.

LEFF, E.. **Epistemologia Ambiental** ; tradução de Sandra Valenzuela ; revisão técnica de Paulo Freire Vieira - São Paulo : Cortez, 2001.

SOUZA-HIGA, T. C. C.; ROMANCINI, S. R. ; NUNES, M. A. . **Mato Grosso: Dinâmica urbano-regional do Estado**. In: Rafael Henrique Moraes pereira; Bernardo Alves Furtado. (Org.). Dinâmica Urbano-regional: Rede urbana e suas interfaces. Brasília: Editora do IPEA, 2011, v. , p. 347-370.

SUERTEGARAY, D. M. A. . **Geografia e Interdisciplinaridade**. Espaço geográfico:interface natureza e sociedade. Geosul (UFSC) , v. 18, p. 43-54, 2003

SOUZA-HIGA, T. C. C.; ROMANCINI, S. R. ; NUNES, M. A. . **Mato Grosso: Dinâmica urbano-regional do Estado**. In: Rafael Henrique Moraes Pereira; Bernardo Alves Furtado. (Org.). Dinâmica Urbano-regional: Rede urbana e suas interfaces. Brasília: Editora do IPEA, 2011, v. , p. 347-370.



2º Simpósio Brasileiro

**Arquitetura, Cidade e Território**

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo

**UNIVAG**  
Centro Universitário

Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## O comércio popular nas cidades brasileiras

*Popular Commerce in Brazilian cities*

**Pablo Corrêa Lima**

Mestrando em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
pablo.lima@estudante.ufjf.br

**Viviane Cássia Nascimento**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
14643955600@estudante.ufjf.br

**Isabella Pinholi Cocate**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
isabella.cocate@estudante.ufjf.br

**Frederico Braida**

Professor Doutor, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
frederico.braida@ufjf.br

## RESUMO

Este artigo aborda o tema do comércio popular no espaço urbano das cidades brasileiras. Devido ao aumento e aglomeração dessa atividade comercial nos centros urbanos, surgem muitos conflitos envolvendo comerciantes populares, comerciantes lojistas, pedestres, veículos e poder público, cabendo aos gestores urbanos a implementação de políticas para tentativa de mediação dos conflitos. O objetivo deste artigo é evidenciar as principais medidas adotadas pelo poder público nas cidades brasileiras como tentativa de (re)organização da atividade do comércio popular no espaço urbano. Como percurso metodológico, foi realizada uma revisão de literatura em publicações que abordam o tema das intervenções urbanas adotadas nas cidades para amenizar os conflitos entre os comerciantes populares e demais agentes envolvidos. Observa-se que a maior parte das intervenções consistiram na transferência desses comerciantes das ruas para *shoppings* populares, além da realocação para ruas afastadas dos centros comerciais. Muitas dessas intervenções não contemplaram a participação democrática dos comerciantes, ocasionando o retorno gradativo dos comerciantes populares para as ruas. Em outras cidades, as intervenções de menor impacto, como realocação de pontos para as praças e demais ruas centrais, permitiram que essa modalidade comercial continuasse atuando nos espaços urbanos, objetivando causar menos desconforto aos comerciantes e garantir o exercício da atividade nos logradouros públicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento urbano; Comércio Popular; Conflitos urbanos.

## ABSTRACT

*This paper addresses the topic of popular commerce in the urban space of Brazilian cities. Due to the increase and agglomeration of this commercial activity in urban centers, many conflicts arise involving popular traders, shopkeepers, pedestrians, vehicles, and public authorities, with urban managers being responsible for implementing policies to attempt to mediate conflicts. The objective of this article is to highlight the main measures adopted by public authorities in Brazilian cities as an attempt to (re)organize popular commerce activity in urban space. As a methodological approach, a literature review was carried out on publications that address the topic of urban interventions adopted in cities to alleviate conflicts between popular traders and other agents involved. It is observed that most of the interventions consisted of transferring these traders from the streets to popular shopping malls, in addition to relocating them to streets away from shopping centers. Many of these interventions did not include the democratic participation of traders, causing the gradual return of popular traders to the streets. In other cities, interventions with less impact, such as relocating points to squares and other central streets, allowed this commercial modality to continue operating in urban spaces, aiming to cause less discomfort to traders and guarantee activity in public places.*

**KEY-WORDS:** Urban planning; Popular Commerce; Urban conflicts.

## 1 INTRODUÇÃO

As práticas comerciais tendem a acompanhar o crescimento das cidades, tornando os centros locais de aglomeração de pessoas para comercialização de produtos e prestação de serviços. Além do comércio tradicionalmente “formalizado”, composto por lojas, galerias e *shoppings*, nota-se a coexistência do comércio popular, que se faz presente por meio de barracas e bancas improvisadas no espaço urbano. Essa modalidade comercial tende a defrontar-se com as políticas de ordenamento das cidades, apresentando-se como item constante nos debates sobre o planejamento urbano.

O comércio popular, apesar de estar inserido nas cidades brasileiras desde o início do século XX, teve seu grande crescimento na década de 1990, em virtude de crises econômicas que desencadearam na implantação dos planos econômicos “Collor” e “Real” (Cacciamali, 2000). De acordo com Mamani (2017), esse aumento pode ser justificado pelas demissões em massa e altas taxas de desemprego no setor formal de trabalho, levando parte dessa população desempregada para a busca por trabalho autônomo nas ruas, comercializando alimentos, objetos e serviços em barracas e bancas improvisadas.

Essa prática comercial, de forte ligação com a rua, ficou comumente conhecida por comércio popular. Segundo Lenzi (2014), essa modalidade possui a característica de comercializar produtos de preço relativamente baixo, se comparados às lojas tradicionais, além de possuir uma vasta quantidade de produtos de usos diversos. Cleps (2009) evidencia, ainda, que o comércio popular se estabelece em locais de passagem e aglomeração de pessoas, como terminais de transporte público e espaços públicos urbanos próximos a grandes equipamentos comerciais, possibilitando a compra por impulso de mercadorias de uso rotineiro no trajeto dos pedestres.

Este artigo aborda o tema do comércio popular nas cidades brasileiras. De acordo com Lenzi (2014), essa modalidade comercial pode ser identificada como uma forma de suprir algumas demandas da população, ofertando diferentes tipos de comércio e serviço, que funcionam de forma dinâmica, proporcionando o alcance relativamente fácil a produtos com preços acessíveis e de uso corriqueiro. Dessa forma, entende-se o comércio popular como uma prática comercial de vendas de bens variados e prestações de serviços envolvendo baixo valor monetário e possibilitando uma forma de sustento para os seus trabalhadores.

Apesar de alguns preconceitos relacionados ao comércio popular, essa atividade pode ser entendida como participante das práticas urbanas, que se correlaciona com pedestres e veículos, alterando as dinâmicas socioespaciais, fluxos, aglomerações, trocas culturais e sociais nos centros urbanos, evidenciando aspectos econômicos e políticos nas disputas pela ocupação territorial (Mendes; Cavedon, 2012).

A atividade do comércio popular pode ser vista de forma negativa por alguns agentes atuantes no espaço urbano: comerciantes lojistas; pedestres/moradores; poder público; motoristas de veículos automotores, que podem se sentir prejudicados pelos conflitos gerados pela ocupação das barracas no espaço público, criando um ambiente de disputas e discussões acerca da reorganização dos centros urbanos e regulamentação do poder público.

O trabalhador do comércio popular foi historicamente pensado como alguém num estatuto vacilante entre o trabalhador desesperado e o marginal contraventor. Na verdade, todo o comércio popular – em geral tratado sob os termos da informalidade – foi elaborado como algo que viria a se extinguir com a inserção efetiva do Brasil no capitalismo global e com a expansão do assalariamento. Obviamente, não foi o que

aconteceu. Não só esses mercados não desapareceram como a própria crença de construção de uma sociedade de direitos através do assalariamento ruiu (Rangel, 2019, p. 9).

De acordo com Moura (2014), a ocupação dos comerciantes populares nos centros urbanos passou a ser vista como um “problema a ser eliminado”, e, a partir desse ponto de vista, diversas cidades brasileiras implementaram regulamentações de “ordenamento das ruas”, aumentando os conflitos à medida que projetos urbanísticos eram propagados com o *status* de “limpeza urbana”.

Este artigo tem como objetivo evidenciar as principais medidas adotadas pelo poder público nas cidades brasileiras como tentativa de (re)organização da atividade do comércio popular no espaço urbano, no período entre 1970 a 2022.

## **2 METODOLOGIA**

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa e exploratória. Como percurso metodológico, foi adotada uma revisão de literatura baseada em artigos, dissertações e teses que abordam temas relacionados às intervenções do poder público ocorridas nas cidades brasileiras, como tentativa de mediar os conflitos urbanos envolvendo o comércio popular. Para isso, foram realizadas pesquisas no *site* de buscas “Google Acadêmico” utilizando as seguintes palavras-chave: “comércio popular”, “camelôs”, “ambulantes” e “conflitos”.

Como forma de sintetizar as informações obtidas, criou-se um quadro reunindo informações de cidades, organizadas por seus respectivos estados, em ordem alfabética. No quadro, constam as principais intervenções urbanísticas realizadas nas cidades, conforme apontam as publicações analisadas.

## **3 CONFLITOS ENVOLVENDO O COMÉRCIO POPULAR NAS CIDADES**

Os comerciantes populares, ao participarem das dinâmicas sociais dos espaços públicos, participam também das disputas por pontos comerciais economicamente interessantes, próximos a grandes edifícios de comércio e serviços, a espaços públicos de alto fluxo de pedestres e equipamentos relacionados a modais de transporte público (Cleps, 2009). Essa ocupação de pontos físicos nos centros comerciais pode gerar conflitos com os demais agentes urbanos.

Segundo Moreira (2008), os conflitos do comércio popular com pedestres podem ocorrer em virtude da ocupação das calçadas e espaços públicos por barracas, tendas e mobiliário improvisado, prejudicando aspectos de mobilidade e acessibilidade. No mesmo viés da mobilidade, a instalação de barracas nos canteiros e beiras de vias, obstruindo parcialmente pistas de rolamento e vagas para estacionamento de veículos pode gerar conflitos com os motoristas de automóveis (Moreira, 2008), além do risco de obstrução de sinalizações de trânsito.

De acordo com Cleps (2009), os conflitos dos comerciantes lojistas com os populares podem ser gerados pela instalação de barracas e mobiliários próximos às lojas e galerias comerciais, produzindo uma concorrência desleal de preços, uma vez que os comerciantes populares regularizados pagam apenas taxas de licenciamento, enquanto os lojistas têm custos

mais elevados como aluguel, impostos, fornecimento de água e energia elétrica, e, ainda podem obstruir visualmente áreas de vitrine e exposição de produtos.

No Brasil, historicamente, o poder público municipal é o responsável por garantir que as atividades urbanas aconteçam em harmonia, através de seus códigos de posturas, legislações urbanas e setorização de usos imobiliários. É neste aspecto que, nos constantes debates, o poder público surge como a instituição que poderá reorganizar as atividades nos grandes centros urbanos de modo a mediar os conflitos que envolvam todos os agentes, neste caso, os conflitos com os comerciantes populares.

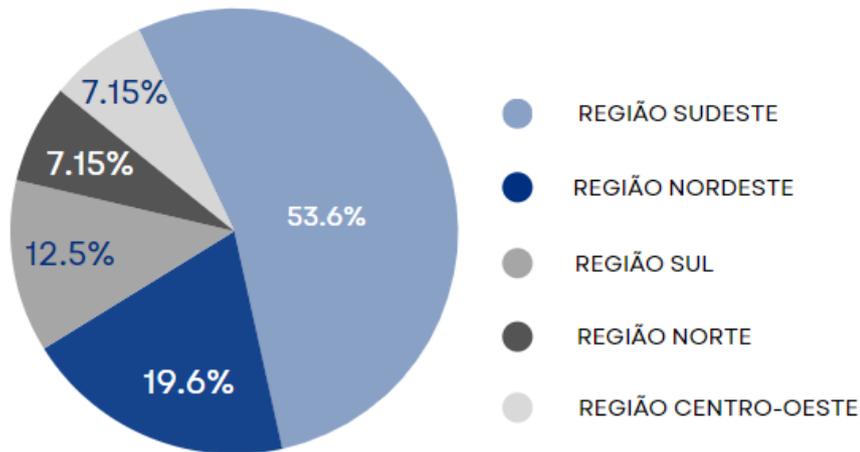
[...] A partir de uma visão dominante da produção do espaço, o comércio informal [entende-se comércio popular] tende a ser encarado como um problema a ser "eliminado", "controlado" e/ou "encoberto", através das justificativas principais de comercializar produtos ilegais e atrapalhar a circulação nas ruas - causar desordem. Enquanto a primeira opção remete, geralmente, à tentativa de expulsar ambulantes e camelôs das ruas, as outras comumente reportam à busca por inseri-los em lugares fechados e planejados. Sem dúvidas, todas essas opções envolvem conflitos entre o poder público e os camelôs/ambulantes (Moura, 2014, p. 40).

Segundo Mamani (2017), entre 1980 a 2000, ocorreu uma tolerância do poder público com a ocupação do comércio popular nas cidades brasileiras, que, apesar de não ser vista de forma positiva pelo estado, entendia-se que a atividade era uma forma de trabalho informal justificada pela crise financeira que o país enfrentava. Após os anos 2000, com o aumento das atividades no comércio popular e um eminente descontrole, surgiram as políticas de embelezamento das regiões centrais das cidades, que buscavam "limpezas urbanas", objetivando o fim da atividade ou a transferência para edifícios e/ou para ruas afastadas dos centros (Moreira, 2008; Mamani, 2017).

#### **4 TENTATIVAS DE (RE)ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO POPULAR NAS CIDADES**

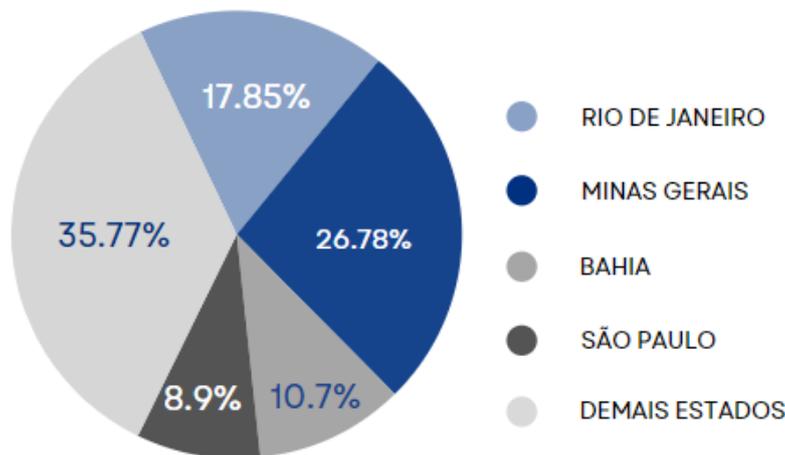
Na pesquisa, foram encontradas 55 publicações: 27 artigos de periódicos; quatro artigos de anais de eventos; 19 dissertações; cinco teses. A revisão de literatura realizada abrangeu em seus resultados todas as regiões do país; dentre elas, destacam-se as regiões Sudeste e Nordeste, por serem, respectivamente, as regiões com maior número de conteúdos referentes às intervenções do poder público com o comércio popular em suas cidades (Figura 1). Dentre as publicações, foram analisadas 27 cidades brasileiras, de 15 estados diferentes, sendo Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ e Feira de Santana-BA as mais citadas, representando, respectivamente, 17,85%, 12,5% e 7,15% dos resultados encontrados.

Figura 1- Gráfico referente aos resultados encontrados por região do Brasil.



Fonte: Dos autores, 2024.

Figura 2- Gráfico referente aos resultados encontrados por estados do Brasil.



Fonte: Dos autores, 2024.

Nos casos analisados, nota-se uma necessidade de o poder público propor soluções para a questão da organização urbana, visto que, com o crescimento populacional, e, conseqüentemente, do comércio popular, os espaços urbanos receberam uma maior parcela de comerciantes, tornando as áreas centrais mais aglomeradas e carecendo de uma melhor organização espacial. Além dessa expansão, nota-se também muitas insatisfações por parte dos lojistas credenciados no que tange a uma concorrência desleal de valores de produtos e de tarifas de locação em advento dos casos de informalidade. Desse modo, o poder público passou a estabelecer medidas a fim de reprimir a atividade comercial popular, através da aplicação de multas em caso de apropriação de calçadas públicas ou locais de livre circulação. Além disso, passaram a apreender mercadorias ilegais ou sem emissão de nota fiscal, e aumentaram as fiscalizações relacionadas aos comerciantes sem licenciamento para atuar no espaço público.

A falta de uma legislação específica para o comércio popular e a ausência de controle pelo poder público em muitas cidades acarretou em operações ostensivas para retirada à força dos comerciantes populares das ruas. Muitas dessas ações geraram manifestações dos próprios comerciantes, bloqueando ruas com faixas e cartazes lutando pela continuidade de seu modo de trabalho. O fato é que as ações com força policial acabaram gerando ainda mais conflitos e repercutindo de maneira negativa nas mídias. Como exemplo, no estado do Amazonas, a repressão no município de Manaus se deu no início dos anos 1970, por conta da necessidade do poder público de realocar os comerciantes populares para ruas afastadas do Centro, alegando uma melhor organização urbana para a cidade (Silva, 2021). Nesses casos, torna-se recorrente a grande resistência por parte dos trabalhadores, acarretando em manifestações e, conseqüentemente, em uma maior repressão advinda dos guardas municipais e policiais locais.

A ocupação do comércio popular nas ruas do Rio de Janeiro também foi marcada por uma série de conflitos, tanto com lojistas, quanto com as autoridades locais. De acordo com Mamani (2017), em 1984, a inauguração do Camelódromo da praça Onze foi realizada em um clima de hostilidade, marcada por vários protestos. Os ambulantes da praça Procópio Ferreira, na Central do Brasil, reagiram violentamente à tentativa de retirada de bancas e de mercadorias, incendiando barracas e utilizando botijões acesos como bombas, a situação se agravou ao longo dos anos, de modo que em 2004 houve um conflito entre ambulantes e a fiscalização da prefeitura do Rio que deixou dois guardas mortos e 80 pessoas feridas (Mamani, 2017).

Segundo Fonseca (2021), em 1995 na cidade de Cuiabá, a prefeitura montou um efetivo com 500 policiais, incluindo o batalhão de choque, fortemente armados, para retirada à força das barracas dos comerciantes populares das ruas do Centro. Como forma de protesto, os comerciantes das barracas atearam fogo em pneus e obstruíram vias, mas suas barracas foram apreendidas e transferidas para um terreno afastado da região central, local onde a prefeitura planejou que eles se instalassem (Fonseca, 2021). Mesmo com as manifestações, cerca de 400 comerciantes populares foram transferidos para o terreno e continuaram lutando por melhores condições de trabalho e infraestrutura como sanitários e proteções contra intempéries, que foram alcançadas anos mais tarde (Brandão, 2009).

Tal conjuntura prova que, apesar da repressão policial e das incontáveis intervenções públicas violentas que se deram nas últimas décadas, os comerciantes populares continuam ocupando as ruas e reagindo a atos de opressão, de modo que, mesmo em casos em que se obtém um afastamento momentâneo dos comerciantes das ruas, na maioria das situações, eles retomam seus pontos com o passar do tempo ou buscam novos pontos dentro das regiões centrais.

Na tentativa de estabelecer uma (re)organização do comércio popular nas cidades, em alguns municípios, houve a criação da legislação para credenciamento e padronização de barracas, que foram instauradas pelo poder público como forma de cadastrar e taxar os comerciantes informais que exerciam suas atividades nas ruas. Segundo Reginensi (2018), em 2010, a “Operação Choque de Ordem” estabeleceu novas características às barracas localizadas nas praias da cidade do Rio de Janeiro: deveriam ser feitas de alumínio tubular, com medidas de 3x3 metros, com tendas nas cores branco e azul. Também houve proibição de publicidades e diminuição do número de cadeiras e guarda-sóis. Além das barracas, o “Choque de Ordem” visava cadastrar os comerciantes populares (Reginensi, 2018). No entanto, muitos comerciantes demonstraram uma grande insatisfação por conta das taxas abusivas de locação e das imposições para padronização das barracas, alegando que as novas adequações não atendiam

às demandas dos tipos de produtos que vendiam (Santos, 2013). Dessa forma, os que não adotaram as novas medidas ficaram suscetíveis a multas e apreensão de mercadorias.

A padronização de barracas é um fator constantemente presente nas cidades em que o poder público, ao invés de tentar erradicar os comerciantes populares, propõe organizá-los, tanto nos aspectos físicos e espaciais, quanto no âmbito burocrático, através do licenciamento e credenciamento. De acordo com Sakai (2011), na cidade de Campinas-SP, durante a década de 1990, houve um movimento de credenciamento e padronização das barracas implementado pela prefeitura, que motivaram os comerciantes populares, nos anos seguintes, a realizarem melhorias e outras padronizações custeadas por eles próprios.

Segundo Costa (2016), em Belém-PA foi implementada uma legislação municipal em 1997, que regulamenta os tipos de produtos autorizados para comercialização, além das ruas em que o comércio popular é permitido e as diretrizes para padronização de equipamentos físicos, abrangendo as barracas, carrinhos e até veículos automotores utilizados pelos comerciantes. Além da padronização das dimensões máximas, a lei também busca uniformizar os letreiros de anúncios e estipula um distanciamento de 50 metros entre cada barraca nas áreas com baixa concentração comercial e de 150 metros nas de alta concentração comercial (Costa, 2016).

Outra intervenção recorrente no Brasil é a transferência dos comerciantes populares das ruas para os *shoppings* populares ou camelódromos. Esse movimento parte de uma tentativa de “organização” das ruas, tanto espacial como visual e econômica, e teve um expressivo aumento nos anos 2000. Em 2003, a prefeitura de Belo Horizonte, através de seu novo código de posturas, determinou a retirada dos camelôs da região central da cidade. Entre 2003 e 2005, foram transferidos 1.772 comerciantes para os seguintes *shoppings* populares: "Oiapoque", "Xavantes"; "Tupinambás"; "Caetés"; "Tocantins" e "Barro Preto" (Araújo Filho, 2021).

Segundo Perdigão, Carrieri e Saraiva (2014), a criação dos *shoppings* populares ocorreu devido a uma grande operação urbana que proporcionou uma parceria público-privado, transformando edificações fabris, anteriormente sem usos, nos locais de concentração do comércio popular. Nos seus primeiros anos de funcionamento, apesar do receio de alguns comerciantes, o resultado foi considerado bom, com aumento das vendas e existência de infraestrutura para atender os trabalhadores do comércio popular (Araújo Filho, 2021).

De acordo com Araújo Filho (2021), em 2017, outros dois *shoppings* populares foram criados em Belo Horizonte (“Shopping UAI” e “Shopping UAI O Ponto”), porém, eles não tiveram tanto êxito como os anteriores; agora, ambos os equipamentos comerciais passam por modificações com a especulação econômica devido à venda de *boxes* por comerciantes populares para lojistas e empresários chineses, ocasionando no retorno gradativo do comércio popular para às ruas centrais da cidade, mesmo que proibido por lei.

Diferentemente das intervenções ocorridas na capital mineira, em muitos municípios, a transferência para os *shoppings* populares não foi facilmente aceita. Existem casos em que os comerciantes alegavam a falta de infraestrutura dos edifícios, e principalmente a grande distância dos locais de fluxos de pedestres, o que acarretaria em uma consequente diminuição de clientes e lucro. Outro fator levantado por eles era a insalubridade e os preços abusivos dos aluguéis e taxas de manutenção de *shoppings*, que, às vezes, não possuíam sequer sanitários, locais adequados para alimentação dos trabalhadores ou serviços de manutenção e limpeza.

Nos casos em que não houve criações de *shoppings* populares ou camelódromos, foram estabelecidas áreas em que os comerciantes pudessem ou não vender seus produtos. Ruas e avenidas específicas, ou até mesmo terrenos sem ocupação nas regiões centrais, foram exemplos de concentração e zoneamento do comércio popular. Em Viçosa-MG e Feira de Santana-BA, ocorreu uma transferência dos camelôs para praças e avenidas, como forma de retirá-los da área mais central da cidade (Lelis, 2011; Queiroz, 2013). Essa alternativa teve como intuito diminuir as obstruções dos centros urbanos, uma vez que muitas barracas se instalavam em calçadas ou até mesmo em ruas com alto fluxo de veículos. Embora tais ações tenham sido em prol de uma melhoria urbana, houve muita resistência dos comerciantes populares, visto que o baixo fluxo de pedestres acarretou na diminuição de suas vendas. Por conta disso, mesmo havendo fiscalizações e decretos pelo poder público, alguns comerciantes voltaram para seus antigos locais, visando manter seu sustento (Queiroz, 2013).

Como forma de sintetizar e elencar as principais intervenções realizadas nos municípios do Brasil em decorrência do comércio popular, foi criado um quadro (Quadro 1), contendo os municípios encontrados na revisão de literatura e suas respectivas intervenções realizadas com o comércio popular.

Estado	Cidade	Intensificação da fiscalização e repressão policial	Legislação para credenciamento e padronização	Realocação de pontos	Transferência para praças e/ou calçadas	Transferências para shoppings populares/camelódromos
AM	Manaus	X		X	X	X
BA	Feira de Santana		X	X	X	X
	Salvador		X	X		X
	Vitória da Conquista		X	X	X	
CE	Fortaleza			X		X
MT	Cuiabá	X	X	X		X
MS	Três Lagoas			X	X	X
MG	Belo Horizonte	X	X			X
	Montes Claros					X
	Uberlândia					X
	Viçosa			X		X
PA	Belém		X			
PB	Campina Grande					X
	João Pessoa	X				X
PR	Londrina			X		X
RJ	Campos dos Goytacazes			X		X
	Niterói		X	X		
	Rio de Janeiro	X	X	X	X	X
	São Gonçalo					X
RN	Mossoró			X		
RS	Porto Alegre	X			X	X
	Santa Maria			X		X
SC	Florianópolis		X	X		
SP	Campinas		X	X		X
	Presidente Prudente		X		X	X
	São Paulo	X	X	X		
SE	Aracaju			X	X	

Quadro 1- Intervenções relacionadas ao comércio popular nas cidades analisadas<sup>1</sup>.

Fonte: Dos autores, 2024.

As intervenções ocorridas nas cidades consultadas parecem seguir uma escala em níveis de intervenções, conforme ordem disposta nas colunas do Quadro 1. No primeiro momento, o poder público tende a utilizar das forças de segurança e da fiscalização na tentativa de inibir a prática do comércio popular que não é licenciado. Após o insucesso das operações, a tendência é a criação de novas legislações para licenciamento, demarcação de pontos comerciais e padronização de barracas. A realocação de pontos tende a vir após a implementação de novas legislações, com transferências para áreas de menor conflito com os demais agentes.

<sup>1</sup> O Quadro 1 se apresenta como uma forma resumida de um quadro criado no Excel com mais detalhes e informações complementares sobre as intervenções relacionadas aos comerciantes populares. O quadro completo pode ser acessado pelo seguinte *link*: [https://drive.google.com/file/d/1swNqivp\\_bo-0jVnAYT6FXD72vrqoPQjg/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1swNqivp_bo-0jVnAYT6FXD72vrqoPQjg/view?usp=sharing). No arquivo podem ser consultadas todas as informações das publicações utilizadas resultantes da revisão de literatura.

As intervenções de maior impacto, como a transferência para praças e calçadas ou a criação de *shoppings* populares, na maioria dos casos consultados, tendem a ser a solução encontrada para a resolução dos conflitos, em razão das intervenções anteriores e de menor impacto não surtirem efeito, seja pela não aceitação dos comerciantes populares ou pela falta de estudos prévios e sensíveis partindo do poder público antes da aplicação das intervenções. Contudo, dada a dinâmica das cidades e a própria lógica do comércio popular, não é raro ver cenários em que, contrariando as imposições legais municipais, os comerciantes populares voltam para as ruas, instalando-se em pontos anteriormente ocupados por eles ou inaugurando novos pontos, além de, frequentemente, haver a incorporação de novos comerciantes dentro do sistema de comércio popular.

É nesse embate entre o formal e o informal, entre o legal e o ilegal, que o comércio popular tem existido. Nota-se que, ao passo que o comércio popular vai aumentando (ou ganhando maior visibilidade, impactando o comércio formal e a paisagem das cidades), emerge uma pressão pelo ordenamento da cidade, pelo controle desse tipo de comércio, pela burocratização, enfim, pela formalização do informal, pela contenção da espontaneidade das práticas comerciais na cidade. Por outro lado, a natureza do comércio popular é estar nas ruas, por vezes de modo mais efêmero e mais precário (sobretudo quando comparado com o comércio lojista), valendo-se do fluxo da cidade, encontrando, em muitos casos, nas brechas do comércio formal e da legislação (ou da falta de fiscalização), uma possibilidade para se estabelecer.

Seja como for, percebe-se a relevância do comércio popular para a dinâmica das cidades e como se mostra fundamental a existência de uma agenda para as políticas públicas que contemplem esse tipo de comércio, o qual também contribui para a diversidade e vitalidade das áreas onde estão inseridos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O comércio popular no Brasil desempenha um papel significativo na economia e na organização urbana de seus municípios. A prática tem se expandido desde os anos de 1990, em virtude da desigualdade econômica no país e também pela falta de empregos. Embora as atividades do comércio popular estejam presentes em muitos centros urbanos, nota-se uma preocupação por parte do poder público em organizar/controlar esses comerciantes, por eles buscarem a ocupação em áreas de alto fluxos de pedestres e veículos, gerando diversos conflitos com os demais setores de comércio e serviço ou até mesmo pedestres e motoristas.

Diante disso, tem sido cada vez mais comum a criação de leis urbanísticas como reação a esse crescimento desenfreado do comércio popular nos centros das cidades. No entanto, ainda existe muita resistência por parte dos comerciantes populares, uma vez que não querem se retirar dos seus pontos por questões sociais e econômicas como: fluxo de pessoas; clientes fixos e principalmente por estarem adaptados aos seus locais de trabalho, criando relações de territorialidades.

Dentre as medidas adotadas, a mais recorrente tem sido a criação de *shopping* populares com finalidade de abrigar grande parte dos comerciantes informais. Percebe-se que, embora tais medidas sejam em prol de fornecer melhores condições de trabalho e manter um controle de fiscalização dos produtos, existem ainda muitos fatores que precisam ser discutidos

democraticamente, com a participação dos trabalhadores do comércio popular, como a possibilidade de aplicação de taxas mais acessíveis, criação de *boxes* que comportem melhor o tipo de produto dos comerciantes, inserção de sanitários e locais de alimentação, como também reforçar a questão de segurança dos locais.

É importante que o olhar do poder público se atente não só para a necessidade de organização urbana mas também para as questões dos comerciantes populares, uma vez que a prática do comércio popular é o meio que encontram para se sustentarem no dia a dia. Por conta disso, por se tratar de um fator com duas questões envolvidas, as prefeituras dos municípios deveriam incluí-los nas discussões e intenções projetuais de realocação como forma de evitar que haja uma possível resistência ou insatisfação por parte dos comerciantes. Esse diálogo contribuiria para que os fatores de realocação, taxas e padronização das barracas fossem discutidas e abordadas de maneira democrática por ambos os lados.

Nota-se que os interesses da esfera pública no Brasil ainda se apoiam em práticas de “limpeza urbana” e em uma configuração que visa alterar esteticamente a imagem dos centros urbanos, com o *slogan* de melhorias para os pedestres e veículos, principalmente tendendo a atender prioritariamente às demandas dos comerciantes lojistas, fazendo com que a realocação dos comerciantes populares para locais mais distantes seja a solução para uma estética de embelezamento das cidades.

O tema abordado na pesquisa reforça alguns dos desafios enfrentados por gestores e planejadores urbanos, principalmente em países que possuem uma disparidade de classes sociais, resultando nas diversas formas de ocupação dos espaços públicos para realização de trabalhos, comercialização de produtos e serviços.

Por fim, nota-se que a temática dos comerciantes populares no espaço urbano frequentemente vem à tona no processo natural de desenvolvimento das cidades, com isso, novas intervenções partindo do poder público podem ocorrer nas cidades, trazendo soluções inéditas e exclusivas, que poderão servir de objeto de análise para pesquisas futuras, além da possibilidade de investigações em documentos e reportagens, para se identificar casos em outras cidades brasileiras que não apareceram nesta revisão de literatura.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo fomento concedido aos dois primeiros autores para realização da pesquisa.

## 7 REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. **Viver na tora**: trabalho ambulante e estratégias de vida nas encruzilhadas da gestão contemporânea do comércio popular. 2021, 330 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15420/TESE%20COMPLETA%20-%20VERS%3%83O%20DEFINITIVA%20-%2028-12-21%20-%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRANDÃO, Ludmila. O “camelódromo”, a cidade e os fluxos subalternos. **Pós**, São Paulo, v. 16, n. 25, p. 232-251, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43618/47240>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e o processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, p. 153-174, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 6 abr. 2023.

- CLEPS, Geisa Deise Gumiero. Comércio informal e produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 327-339, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/9627/5788>. Acesso em: 28 set. 2022.
- COSTA, Solangelo Fonseca da. **A gestão do comércio ambulante no município de Belém do Pará**. 2016, 75 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2016. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/7415/1/Solangelo%20Costa%20-%20Disserta%20a7%20c3%a3o.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- FONSECA, Chrystiane Regina. **De camelô a empreendedor**: os "lojistas" do shopping popular de Cuiabá. 2021, 141 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14342/Tese%20Final\\_Christiany%20Regina%20Fonseca%20R-eposito%20cc%81rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14342/Tese%20Final_Christiany%20Regina%20Fonseca%20R-eposito%20cc%81rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 jan. 2024.
- KITAMURA, Camila Kazumi; MIRANDA, Mariana; RIBEIRO FILHO, Vitor. O comércio e serviços ambulantes: uma discussão. **Caminhos de Geografia**, UFU, Uberlândia, v. 8, n. 23, p. 20-26, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15656/8855>. Acesso em: 30 set. 2022.
- LELIS, Juliana Lopes. **Territórios da informalidade**: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG. 2011, 233 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3341/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- LENZI, Fernando César. Atratividade do comércio popular: fatores que motivam os clientes a comprar no comércio popular. **Revista FAE**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 144-161, 2014. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/11>. Acesso em: 28 set. 2022.
- MAMANI, Héran Armando. Conflito urbano e comércio informal: quadros da repressão e da tolerância aos camelôs na cidade do Rio de Janeiro (1983-2009). **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 3, p. 523-551, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14562>. Acesso em: 5 set. 2022.
- MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72172>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- MOREIRA, Ângela. Mercados populares ou camelódromos: nascimento e variações de um objeto arquitetônico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE: Uma Relação de Origem, 2. **Anais [...]** São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.labcom.fau.usp.br/wpcontent/uploads/2015/05/2\\_cincci/4002%20Moreira.pdf](http://www.labcom.fau.usp.br/wpcontent/uploads/2015/05/2_cincci/4002%20Moreira.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.
- MOURA, Alessandra Soares de. **Trabalhar na rua**: análise dos usos e apropriação do espaço por camelôs e ambulantes no bairro do Centro de João Pessoa/PB. 2014, 120 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8307/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- PERDIGÃO, Denis Alves; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luis Alex Silva. Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da Prefeitura de Belo Horizonte. **Revista Perspectivas Contemporâneas**. Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 43-58, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1433/576>. Acesso em: 18 fev. 2024.
- RANGEL, Felipe. Problema e potência: o comércio popular entre a repressão e a empresarização. **Journal of Illicit Economies and Development**. [s. l.], v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.33>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- REGINENSI, Caterine. Etnografia de atividades de comércio informal: do social ao político, fronteiras flexíveis, jogos de atores na metrópole do Rio de Janeiro. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 119-142, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264299004/html/>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- SAKAI, Roberta Yoshie. **A ocupação da área central pelo comércio ambulante**: negociações e produção do espaço urbano. 2011, 235 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2011.

2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-27082012-163631/publico/Dissertacaorobertasakai.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SANTOS, Nilton Silva dos. Conflitos sobre os usos do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro: a operação “Choque de Ordem”. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 85-92. jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12180>. Acesso em: 4 mar. 2024.

SILVA, Rubens Rodrigues da. **Na rua é meu trabalho**: análise dos modos de viver e trabalhar dos camelôs na cidade de Manaus (1970-2014). 2021, 126 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2021. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8514/9/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_RubensSilva\\_PPGH.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8514/9/Disserta%c3%a7%c3%a3o_RubensSilva_PPGH.pdf). Acesso em: 9 abr. 2024.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

Eixo Temático

### Mapas e plataformas colaborativas: preservação da informação e difusão do Patrimônio Cultural

*Maps and collaborative platforms: preserving information and disseminating Cultural Heritage*

**Pedro Henrique Gonçalves**

Professor Doutor, UFG, Brasil.  
pedrogoncalves@ufg.br

**Sandra Schmitt Soster**

Doutora, Wiki Movimento, Brasil.  
soster.heritage@gmail.com

**Ernestina Rita Meira Engel**

Doutoranda, UFSC, Brasil.  
ernestinaengel@gmail.com

**Sarah Yasmin Pereira Marques**

Mestranda, UFG, Brasil.  
sarahyasminmarques@gmail.com

**Natália Biscaglia Pereira**

Professora Doutora, UFFS, Brasil.  
natalia.pereira@uffs.edu.br

## RESUMO

Os métodos de mapeamento com tecnologias digitais são essenciais na preservação do patrimônio cultural. Nesse contexto, insere-se o projeto de mapeamento colaborativo da cidade de Goiás. A cidade-alvo possui conjunto urbano de interesse histórico reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO. O presente trabalho objetiva apresentar a trajetória do mapeamento e do conjunto fotográfico produzido, refletindo sobre a importância de trabalhos colaborativos na área do Patrimônio Cultural e da replicação de metadados e conteúdos entre várias plataformas. Para isso, utiliza-se a comparação entre as plataformas online. O projeto Mapa Colaborativo documentou quase todas as edificações localizadas no núcleo da cidade de Goiás/GO tombado pelo IPHAN. Posteriormente, ocorreu parceria com o projeto iPatrimônio para divulgação dos dados e, mais tarde, parceria GLAM-Wiki para carregar o levantamento nas plataformas Wikidata (metadados) e Wikimedia Commons (fotografias). As plataformas colaborativas ainda são um universo recente e pouco utilizado para a preservação da informação sobre o patrimônio cultural. Os principais resultados reforçam a importância do mapeamento do patrimônio como forma de guardar registros sobre bens em risco e das plataformas colaborativas como forma de preservação dessas informações (cópia de segurança das informações), difusão do conhecimento sobre o Patrimônio Cultural e engajamento dos cidadãos com a documentação e vigília dos bens edificados. O potencial do uso combinado de plataformas colaborativas é enorme, considerando que apenas nove imagens, quando incluídas em 42 páginas da Wikipédia (em diferentes idiomas), foram visualizadas 31.092 vezes em um único mês.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; iPatrimônio; Wikimedia Commons

## SUMMARY

*Mapping methods using digital technologies are essential in preserving cultural heritage. In this context, the collaborative mapping project for the city of Goiás is inserted. The target city has an urban complex of historical interest recognized as a World Heritage Site by UNESCO. This work aims to present the trajectory of mapping and the photographic set produced, reflecting on the importance of collaborative work in the area of Cultural Heritage and the replication of metadata and content between various platforms. To do this, comparisons between online platforms are used. The Collaborative Map project documented almost all buildings located in the core of the city of Goiás/GO listed by IPHAN. Subsequently, there was a partnership with the iPatrimônio project to disseminate the data and, later, a GLAM-Wiki partnership to upload the survey to the Wikidata (metadata) and Wikimedia Commons (photographs) platforms. Collaborative platforms are still a recent and little-used universe for preserving information about cultural heritage. The main results reinforce the importance of heritage mapping as a way of keeping records about assets at risk and of collaborative platforms as a way of preserving this information (backup copy of information), disseminating knowledge about Cultural Heritage and engaging citizens with the documentation and surveillance of built assets. The potential of the combined use of collaborative platforms is enormous, considering that just nine images, when included on 42 Wikipedia pages (in different languages), were viewed 31,092 times in a single month.*

**KEYWORDS:** Cultural Heritage; iHeritage; Wikimedia Commons

## 1 INTRODUÇÃO

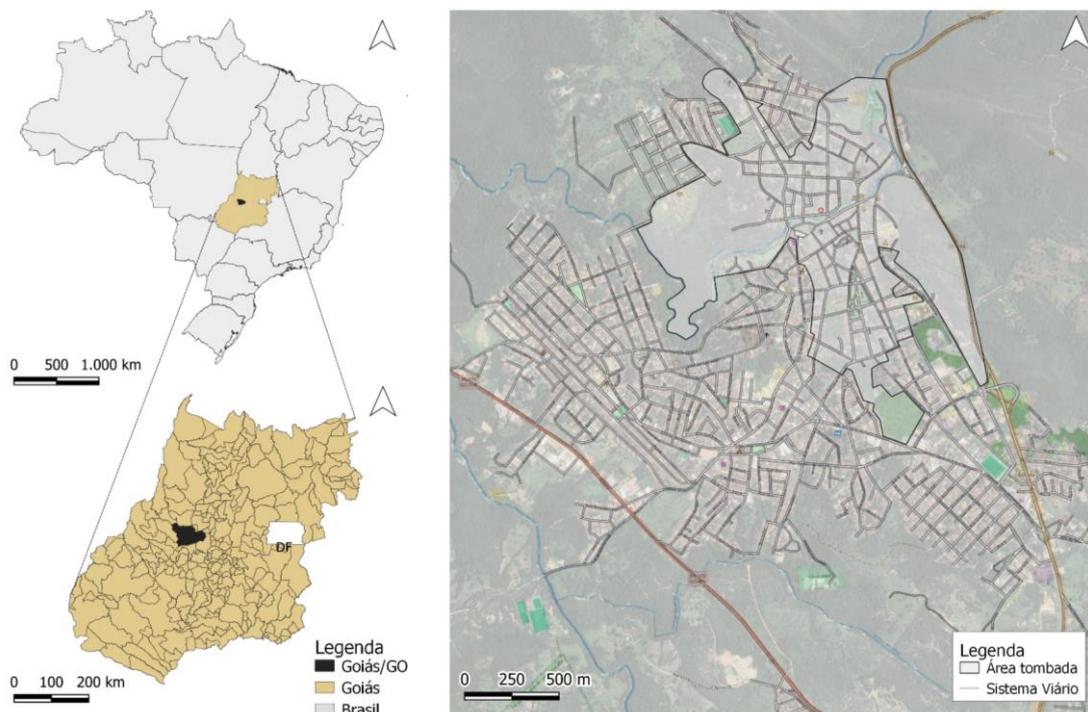
Como apontam Vileikis e colaboradores (2023), as tecnologias e ferramentas digitais estão ganhando espaço e sendo adotadas em ações de documentação, conservação e gestão do patrimônio ao redor do mundo, e podem proporcionar compreensão e reconhecimento dos locais para um público cada vez mais amplo e diverso. Assim, permitem a disseminação de informações sobre os sítios históricos, além de gerar visitas online, com tecnologias como gêmeos digitais, jogos e realidade virtual, por exemplo.

Como local de estudo, adotou-se a cidade de Goiás. Antiga capital do estado de Goiás, encontra-se situada a mais de 140 km da atual capital (Goiânia). Era chamada “Vila Boa de Goiás” e foi originada com as explorações da mineração a partir da fundação do Arraial de Santana, fundado na década de 1920 (MADEIRA; VALIO, 2007; OLIVEIRA, 2008; IPHAN, s.d.a, s.d.b).

A Cidade de Goiás representa um período importante da história do ciclo do ouro bandeirístico, com consequências para a delimitação de fronteiras e para as economias brasileiras, portuguesas e mundiais da época. A cidade também exibe uma conformação urbanística e arquitetônica singular, diferente das cidades mineiras do mesmo ciclo, onde o tecido urbano parece serpentear as montanhas, como é o caso de Ouro Preto. Em Goiás, a cidade se espraia pelo próprio vale, de um lado e do outro, às margens do rio Vermelho. (MADEIRA;VALIO, 2007, p. 12)

O processo de tombamento de algumas edificações nacionalmente ocorreu no início da década de 1950 (IPHAN; LIMA, 2018) e o conjunto urbano de interesse histórico seguiu sendo ampliado em anos posteriores (MADEIRA, 2007). A Figura 1 mostra a localização da área de estudo e o perímetro de tombamento.

Figura 1 – Localização da cidade de Goiás/Go e perímetro de tombamento



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de banco de dados IBGE (2010) e Google Satélite.

Em 2001, a cidade foi reconhecida também como Patrimônio Mundial pela UNESCO (LIMA, 2017), que a descreve da seguinte forma:

Goiás testemunha a ocupação e a colonização das terras do Brasil central ao longo dos séculos XVIII e XIX. O traçado urbano é um exemplo do desenvolvimento orgânico de uma cidade mineradora, adaptada às condições da região. Ainda que modestas, tanto a arquitetura pública quanto a arquitetura privada formam um todo harmonioso, graças ao uso coerente de materiais e técnicas locais. (UNESCO, s.d., p. 1, *tradução nossa*).

Apesar da importância mundial do conjunto, identificou-se que não havia fotos da totalidade do conjunto, nem dados sobre sua arquitetura. Em geral, o que se encontra disponível online são fotos das edificações mais icônicas e, portanto, elitistas e/ou religiosas de Goiás. No entanto, o núcleo do centro histórico é amplo e, além de características coloniais, algumas das edificações possuem fisionomia de outros estilos arquitetônicos como art déco, contemporâneo, moderno, entre outros (Madeira; Valio, 2007).

Neste artigo, objetiva-se apresentar a trajetória do mapeamento e do conjunto fotográfico produzido, refletindo sobre a importância de trabalhos colaborativos na área do Patrimônio Cultural e da replicação de metadados e conteúdos entre várias plataformas online.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa apresentada incluem 3 etapas principais, sendo elas: (1) Projeto Mapa Colaborativo; (2) Parceria com o projeto iPatrimônio; e (3) Parceria GLAM-Wiki.

A primeira etapa envolve a realização do Mapa Colaborativo da Cidade de Goiás. O projeto foi realizado em 2016, pelo Laboratório do Ambiente da Universidade de Goiás (UFG). O projeto foi dirigido e executado por um coordenador, duas instrutoras-supervisoras e cinco alunas de graduação que realizaram o levantamento. Ao todo, o projeto coletou fotografias de fachadas, coordenadas e outros dados sobre 1.442 edificações localizadas no centro histórico de Goiás tombado pelo IPHAN. A partir do levantamento do projeto, criou-se um site, onde as informações e imagens foram georreferenciadas.

Na segunda etapa, são apresentados os dados referentes à parceria com o projeto iPatrimônio, em 2018. A partir disso, foram levadas as imagens para uma segunda plataforma, onde perceberam-se incongruências nos metadados (especialmente, a identificação dos estilos arquitetônicos). A partir desse resultado, ampliou-se a visibilidade das imagens para o âmbito nacional, pelo escopo e alcance do iPatrimônio.

Como etapa final, realizou-se a parceria GLAM-Wiki, em 2022. O projeto levou as imagens coletadas para as plataformas *Wikimedia*, ampliando a possibilidade de alcance das mesmas para o âmbito global. Com algum engajamento ainda interno aos projetos anteriores, nove imagens foram adicionadas a 38 artigos em wikipédias de vários idiomas e tiveram 31.092 visualizações em um único mês. A tabela com metadados foi essencial para que as coordenadas das edificações possam ser validadas e alimentem os mapas do concurso fotográfico da Wikipédia e do iPatrimônio.

### 3 MAPAS E PLATAFORMAS COLABORATIVAS: RESULTADOS SOBRE A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

A seguir, serão apresentados os mapeamentos e plataformas colaborativas utilizadas, e os principais resultados encontrados.

#### 3.1 Mapa colaborativo da Cidade de Goiás

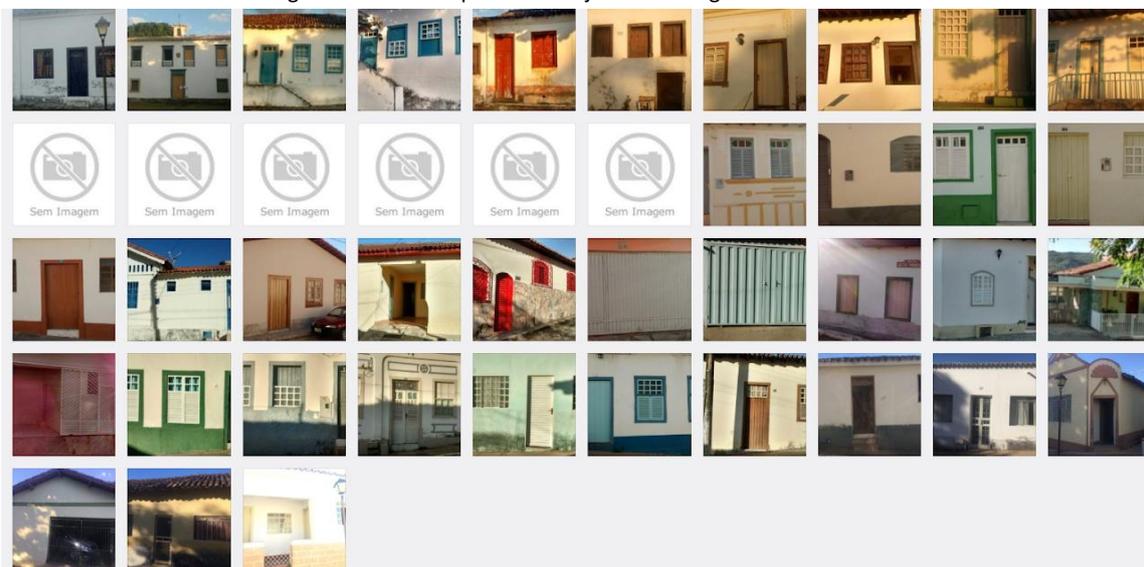
O projeto “Mapa Colaborativo da Cidade de Goiás” foi realizado em 2016, na linha de pesquisa “Goyaz Digital” do Laboratório do Ambiente (LabAm). No projeto, destaca-se que

Os benefícios específicos da inclusão do patrimônio cultural integrado às novas iniciativas tecnológicas derivam do gerenciamento de informações à realidade aumentada (AR). O gerenciamento das informações permite armazenar e administrar grandes quantidades de dados benéficos para a preservação, divulgação e documentação do patrimônio histórico cultural. O Projeto Goyaz Digital tem como objetivo principal utilizar as tecnologias livres e as ferramentas da Indústria 4.0 para desenvolver diferentes experimentos científicos em torno do patrimônio histórico da Cidade de Goiás (GO). Esperamos fomentar e divulgar diferentes possibilidades no uso das tecnologias com foco no patrimônio (LABAM, s.d., p. 1).

A equipe principal do projeto foi composta por Pedro Henrique Gonçalves (Coordenador), Carina Folena Cardoso (instrutora-supervisora) e Thalita Pereira da Fonseca (instrutora-supervisora). O projeto não recebeu financiamento.

O levantamento das imagens foi realizado por meio do aplicativo gratuito Epicollect5 (2024), que permite a coleta de dados fotográficos georreferenciados. Com o aplicativo, é possível a utilização de vários dispositivos, e todos os dados podem ser visualizados em um servidor central (via mapa, tabelas e gráficos). Dessa forma, inicialmente, a pesquisa realizou a documentação fotográfica da fachada principal das edificações (Figura 2).

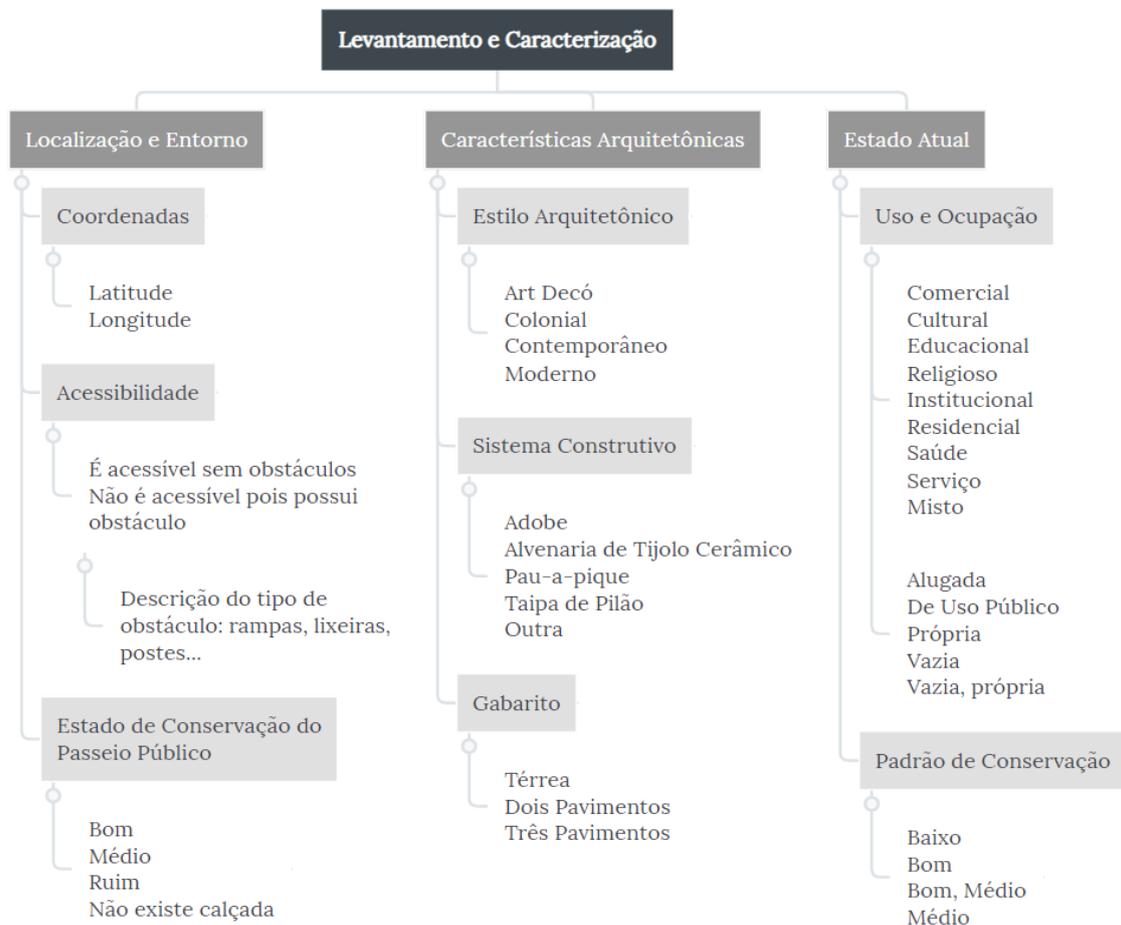
Figura 2 – Visão de parte do conjunto de imagens levantadas.



Fonte: iPatrimônio (2024).

Em conjunto, a pesquisa também levantou diversas informações sobre localização e entorno, características arquitetônicas e estado atual (conforme apresentado no Diagrama 1). Os dados incluem informações sobre a localização e o entorno (Coordenadas, acessibilidade e estado de conservação do passeio público), características arquitetônicas (estilo, sistema construtivo e gabarito) e estado atual (identificação dos usos, tipo de ocupação e padrão de conservação geral). Posteriormente, os dados foram estruturados em uma planilha Excel.

Diagrama 1 – Esquema do levantamento e caracterização das edificações



Fonte: elaborado pelos autores.

Das 1.465 edificações localizadas dentro do perímetro tombado pelo IPHAN, 1.442 foram fotografadas (98,43%) pelo levantamento realizado pelo Laboratório do Ambiente (ver parte do acervo na Figura 2). O levantamento deu origem a um site, em que as informações e imagens foram reunidas e georreferenciadas (Figura 3). Assim, as informações formaram um banco de dados com informações relevantes sobre as edificações, em conjunto com sua localização geográfica.

Figura 3 – Visão da plataforma digital Mapa Colaborativo



Fonte: iPatrimônio (2023).

### 3.2 Parceria iPatrimônio

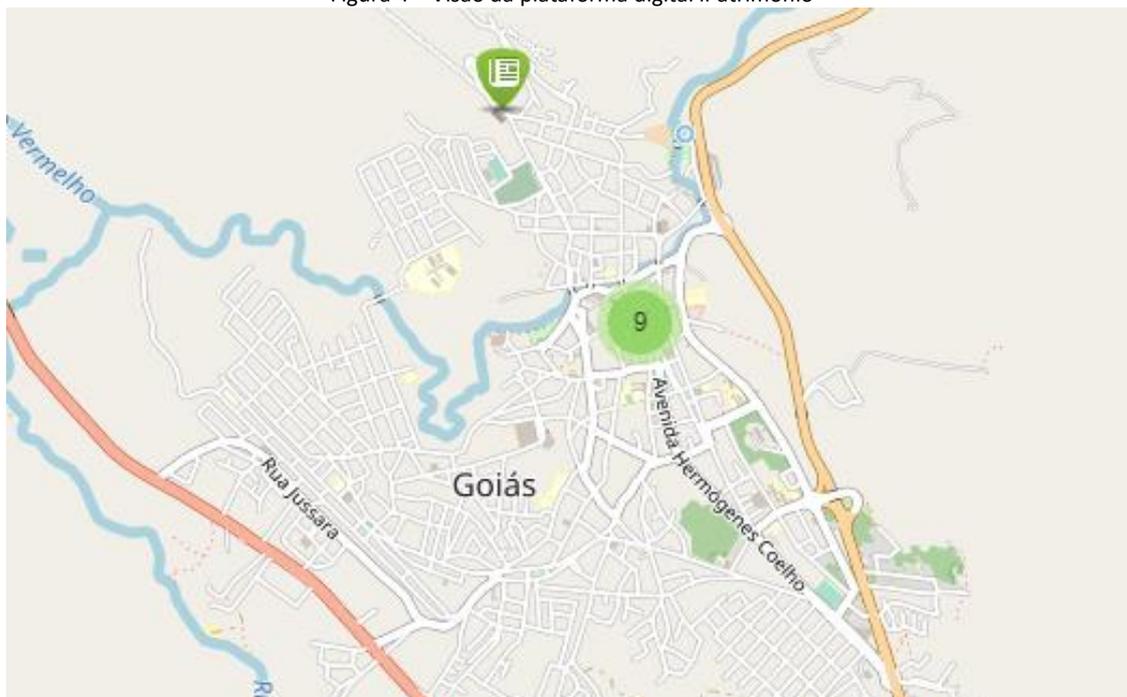
A parceria com o projeto iPatrimônio foi realizada em 2018, com o compartilhamento de metadados em forma de planilha Excel e cessão de login e senha para acesso direto ao banco de dados, de onde as fotografias foram baixadas, organizadas e carregadas também na interface do iPatrimônio. Esse projeto voluntário e sem vínculos institucionais foi criado para reunir informao sobre o patrimônio brasileiro tombado ou registrado por qualquer órgão oficial. A inteno final  auxiliar o cidadão que busca informao sobre o patrimônio cultural (Soster; Barros; Lucena, 2022).

Os dados coletados pelas bolsistas ao longo do levantamento possibilitaram a criao de uma descrio semi-automatizada (por meio de fórmula no Excel), como no seguinte exemplo:

- **Descrio da edificao:** A edificao térrea foi construída em estilo arquitetônico colonial, em alvenaria de tijolo cerâmico. A edificao possui uso residencial. O padrão de conservao da edificao  médio. O estado de conservao do passeio público  médio. Em relao  acessibilidade, a edificao não  acessível, pois possui algum tipo de obstáculo (rampas, lixeiras, postes). Fonte: Projeto Mapa Colaborativo da Cidade de Goiás. Fonte: Projeto Mapa Colaborativo da Cidade de Goiás - LabAm - UFG.

Contudo, perceberam-se algumas incongruências nos metadados (como a identificao confusa dos estilos arquitetônicos, provavelmente, por falta de experiência na realizao do levantamento) e preferiu-se não criar os itens para as edificaes. Assim, o conjunto urbano tombado  apresentado no mapa do iPatrimônio como um único ponto (Figura 4) até que as informaes possam ser melhor organizadas e tenha-se segurança de sua validade.

Figura 4 – Visão da plataforma digital iPatrimônio



Fonte: iPatrimônio (2023).

Para a continuidade do projeto, entende-se que algumas categorias criadas deverão ser repensadas, como a da identificação de estilos arquitetônicos, inicialmente divididos em: Art Déco, Colonial, Moderno e Contemporâneo. O estilo colonial original, abrange 90% da arquitetura do centro histórico de Goiás e, apesar de serem encontrados em algumas edificações algumas fisionomias de outros estilos, como citam (MADEIRA e VALIO, 2007), são em sua maioria descaracterizações ou fachadismos, que recobrem superficialmente a arquitetura colonial e que, portanto, não podem ser identificados de forma homogênea como estilos distintos. Assim, dentre as categorias, cabe elencar, além da Edificação Colonial original, a Edificação Descaracterizada.

Além disso, os estudantes devem ser instruídos a identificar cada um dos estilos antes da ida a campo, incluindo a apresentação das descaracterizações mais comuns, como: substituição de esquadrias, substituição de cobertura, adição de elementos decorativos de linguagem Art Déco, moderna ou contemporânea, entre outros. Essa instrução dos estudantes pode ser facilitada com recurso visual, por meio de exemplos com fotografias do banco agora existente, identificando a composição e os elementos arquitetônicos específicos do estilo colonial e das outras linguagens arquitetônicas aparentes encontradas a campo: Art Déco, Moderna e Contemporânea.

Com a descontinuidade do projeto “Mapa Colaborativo”, o iPatrimônio acabou por se tornar guardião do conteúdo produzido. O que levanta a importância dos arquivos de segurança, que são um “conjunto de cópias arquivadas em local diverso daquele dos respectivos originais para garantir a integridade da informação” (Ministério, 2012, p. 12). Por “locais diversos”, entende-se não só pontos geográficos, mas também suportes distintos, como, por exemplo, mídias armazenadas na nuvem, HD externo guardado no grupo de pesquisa, pasta no notebook pessoal na casa do coordenador, entre outros.

### 3.3 Parceria GLAM-Wiki

As parcerias chamadas GLAM-Wiki são firmadas entre instituições culturais e afiliados nacionais da Fundação Wikimedia com o intuito de carregar imagens e metadados de acervos para as plataformas Wikimedia Commons e Wikidata, respectivamente. Após cada lote

disponibilizado, a instituição e a Wiki se reúnem para realizar campanhas de divulgação e atividades que visam à inserção das imagens em verbetes nos diversos idiomas, para ampliar o alcance do acervo e a qualidade da informação oferecida a nível global (Outreach, s.d., p. 3).

Em relação ao caso de estudo deste artigo, o repositório de multimídias da Fundação Wikimedia (chamado Wikimedia Commons) é um importante espaço para o armazenamento de uma espécie de cópia de segurança da coleção de fotografias realizadas por projetos independentes como o “Mapa Colaborativo” e o iPatrimônio. Dessa forma, especialmente projetos acadêmicos (financiados por editais públicos) e voluntários arriscam ver os frutos de seus trabalhos perdidos por falta de continuidade do pagamento do serviço de hospedagem de seus websites.

Por isso, disponibilizar o acervo junto às plataformas Wikimedia possibilita guardar os dados em uma plataforma com mais de 20 anos de estabilidade (longevidade rara entre as plataformas online) e com uma comunidade voluntária que, ao engajar-se com o conteúdo, pode auxiliar em seu uso, na ampliação do conhecimento gerado a partir dele e no alcance das mídias (Figura 5).

Figura 5 – Dados de visualizações de uma das mídias nas plataformas Wikimedia



Fonte: Plataforma GLAMorgan. Fotografia de Sarah Yasmin Pereira Marques / Wikimedia Commons / CC-BY-SA 4.0.

E esse alcance não é apenas numérico, mas também em termos de expansão regional. A imagem apresentada na Figura 5 teve 6.997 visualizações. A maioria (68,3%) foi na wikipédia em português, acessada por todos os falantes deste idioma: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe. Mas a imagem também figura em wikipédias de outros 33 idiomas, sendo vista, portanto, por pessoas de muitos outros países: Árabe (ar.), Catalão (ca.), Cebuano (ceb.), Checheno (ce.), Alemão (de.), Grego (el.), Inglês (en.), Espanhol (es.), Basco (eu.), Persa (fa.), Finlandês (fi.), Francês (fr.), Guarani (gn.), Hebraico (he.), ,Hungaro (hu.), Armênio (hy.), Ido (io.), Italiano (it.), Japonês (ja.), Cazaque (kk.), Coreano (ko.), Malgaxe (mg.), Neerlandês (nl.), Polonês (pl.), Russo (ru.), Turco (tr.), Tártaro (tt.), Ucrainiano (uk.), Vietnamita (vi.), Volapük (vo.), Waray (war.), Min Nan (zh-min-nan.), Chinês (zh.).

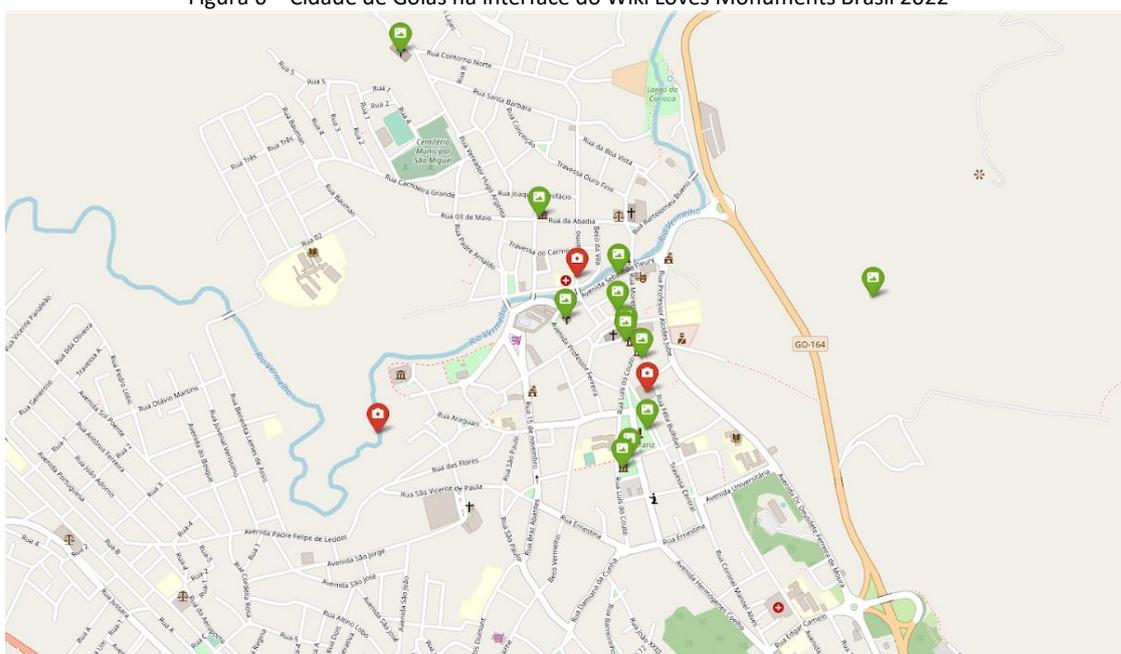
De modo geral, dos 1.453 arquivos disponibilizados pelo grupo de pesquisa, nove foram incluídos em projetos Wikimedia que geram visualizações (principalmente, a Wikipédia), em um total de 42 páginas de 38 wikis diferentes (sendo que cada idioma da Wikipédia é contabilizada como um projeto, por exemplo). No total, essas nove imagens foram visualizadas 31.092 vezes no mês de agosto de 2023, sendo esse o mês com maiores visualizações.

Para além do uso dentro das plataformas da Wikimedia, a disponibilização das imagens sob licença livre (obrigatória quando se faz o carregamento no Wikimedia Commons) permite que qualquer pessoa as utilize em qualquer suporte ou formato, inclusive para uso comercial, desde que o autor seja mencionado, já que, no Brasil, os direitos morais de autor são inalienáveis

(LDA, 1998). A licença sugerida é a CC-BY-SA 4.0, que permite também a adaptação das imagens para qualquer fim (CC, s.d.). Assim, parte da contribuição de coleções disponíveis nas plataformas Wikimedia é servir como uma ampla base de dados e imagens para expandir ainda mais o conhecimento humano, fomentando pesquisas ao redor do mundo e auxiliando órgãos públicos em suas atividades relacionadas ao patrimônio.

Além disso, as coordenadas coletadas pela pesquisa estão sendo validadas manualmente e alimentarão o mapa da etapa brasileira (Figura 6) do maior concurso fotográfico mundial (GUINNESS, 2012), o Wiki Loves Monuments. As coordenadas auxiliarão na sugestão de edificações de Goiás a serem fotografadas durante o concurso e, dessa forma, permitirão que se tenham registros do passar do tempo dessas edificações históricas. Das 1.463 edificações retratadas no conjunto de imagens disponibilizado, 1.208 já tiveram suas coordenadas validadas. A inclusão no concurso fotográfico WLM instiga a participação de cidadãos no registro das edificações históricas ao longo dos anos; o que contribui para a vigília de seu estado de conservação.

Figura 6 – Cidade de Goiás na interface do Wiki Loves Monuments Brasil 2022



Fonte: Wiki Movimento Brasil (WLM Brasil, 2022).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a evolução das plataformas digitais e dos métodos de mapeamento e registro traz inúmeras possibilidades quanto à documentação e à difusão do patrimônio cultural. Com o barateamento dos aparelhos de celular e a ampliação da oferta de conexão com a Internet, cada pessoa provida dessas tecnologias é um potencial colaborador para o registro do mundo ao seu redor. O que é especialmente interessante para a área do patrimônio, já que permite não só disponibilizar imagens de edificações históricas para que o mundo as conheça, mas também registrar as alterações que o tempo e a ação humana realizam sobre elas.

A partir de plataformas e sites colaborativos, essas pessoas também podem se engajar em comunidades online para a melhoria da informação relacionada às cidades, aos bairros e às edificações, a depender de escolher temas que lhe sejam interessantes. Possibilidades colaborativas que aumentam, a partir dos exemplos mencionados, conforme a ampliação do escopo e da infraestrutura de cada projeto. De um projeto local e coordenado por um grupo de

pesquisa (Mapa Colaborativo da Cidade de Goiás), para um projeto nacional com uma pequena equipe envolvida (iPatrimônio), para um projeto global com centenas de milhares de colaboradores (Wikimedia).

Entretanto, nota-se falta de engajamento por parte da população, mesmo com conteúdos online e de fácil acesso. Assim, pode-se afirmar que não basta o conteúdo estar online para gerar colaboração; é preciso pensar em formas de melhorar o alcance e a participação popular em um país em que as condições são precárias e vimos, cada vez mais, o crescimento de movimentos anticência e de desinformação.

E, além disso, diante do pouco orçamento para a Cultura no Brasil e dos grandes esforços realizados individualmente para o desenvolvimento e a manutenção de sites relacionados ao patrimônio cultural, cabe propor repensar a maneira como os projetos vêm sendo desenvolvidos. Parece menos estressante e mais proveitoso que as pessoas engajadas com a temática se reúnam sobre um mesmo ambiente tecnológico, concentrando informações e esforços colaborativos; o que nos permitiria avançar no propósito final de todos nós: valorizar, documentar e difundir o patrimônio brasileiro.

## 6 REFERÊNCIAS

CC - Creative Commons. **CC BY 4.0 DEED**: Atribuição 4.0 Internacional. s.d. Disponível em: [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR). Acesso em: 04 mar. 2024.

EPICOLLECT5. **Epicollect5**: free and easy-to-use mobile data-gathering platform. 2024. Disponível em: <https://five.epicollect.net/>. Acesso em: 02 maio 2024.

GUINNESS. **Largest photography competition**. 2012. Disponível em: <https://www.guinnessworldrecords.com/world-records/largest-photography-competition>. Acesso em: 04 mar. 2024.

IPATRIMÔNIO. **Mapa Colaborativo da Cidade de Goiás**. s.d. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/mapa-colaborativo-da-cidade-de-goias/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cidade de Goiás - Bandeiras e Bandeirantes**. s.d.a [online] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1646/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **História - Goiás (GO)**. s.d.b [online] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1477>. Acesso em: 04 mar. 2024.

LABAM - Laboratório do Ambiente. **Projeto Goyaz Digital**. s.d. [online] Disponível em: <https://labam.dev/Goyaz%20Digital/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

LDA - Lei de Direitos Autorais. Presidência da República do Brasil. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm). Acesso em: 04 mar. 2024.

LIMA, Elder Rocha. **Guia afetivo da Cidade de Goiás**. 2a ed. Goiânia: Iphan-GO, 2017. ISBN: 978-85-7334-323-6.

MADEIRA, Fernando; VALIO, Walter Vilhena. **Nova Carta à Cidade de Goiás**. Brasília- DF: IPHAN / 14 Superintendência Regional, 2007. ISBN: 978-85-7334-059-4

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Gestão de documentos**: Terminologia arquivística. Brasília-DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: [https://www2.fab.mil.br/cendoc/images/doc/arq\\_pdf/FCA214-1.pdf](https://www2.fab.mil.br/cendoc/images/doc/arq_pdf/FCA214-1.pdf). Acesso em: 04 mar. 2024.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Arquitetura da mineração nos estados de Minas Gerais e Goiás. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org.). **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: UNESCO / IPHAN, 2008. ISBN: 978- 85- 7652-080-1

OUTREACH Dashboard. **Biblioteca de formações Introdução ao ecossistema Wikimedia Iniciativas GLAM-Wiki**. s.d. Disponível em: <https://outreachdashboard.wmflabs.org/training/GLAMs/introducao-ao-ecossistema-wikimedia/glam-wiki>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SOSTER, Sandra Schmitt; BARROS, Cida; LUCENA, Caio. iPatrimônio: O que a big data diz sobre você. In: GONÇALVES, Pedro Henrique (Org.). **Patrimônio 4.0**. São Paulo: Blucher, 2022. Capítulo 11. p. 189-204.

UNESCO. **Historic Centre of the Town of Goiás**. s.d. [online] Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/993>. Acesso em: 04 mar. 2024.

VILEIKIS, O; RIGAUTS, T; ROUHANI, B; BOUZIANE, M. Z; QUINTERO, M. S. Dive Into Heritage: A Digital Documentation Platform Of World Heritage Properties In The Arab States Region. **Int. Arch. Photogramm. Remote Sens. Spatial Inf. Sci.** v. XLVIII-M-2-2023, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5194/isprs-archives-XLVIII-M-2-2023-1613-2023>, 2023. Acesso em: 04 mar. 2024.

WLM BRASIL. **Wiki Loves Brasil: Cidade de Goiás**. 2022. Disponível em: <https://wikilovesbrasil.toolforge.org/mapa/go>. Acesso em: 04 mar. 2024.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Nuances do planejamento urbano no mundo globalizado: uma perspectiva da produção do espaço a partir do caso de Barcelona**

*Nuances of urban planning in the globalized world:  
a perspective on the production of space from the case of Barcelona*

**Luísa César Gonçalves**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Brasil  
luisacesargoncalves@gmail.com

## RESUMO

Este artigo discute algumas nuances do planejamento urbano de Barcelona, com ênfase na dimensão estratégica tradicionalmente associada a ele, a qual inspira políticas urbanísticas de gestão de outras cidades no mundo globalizado. Nas últimas décadas do século XX, a capital da Catalunha tornou-se um paradigma de atratividade e prosperidade urbana, principalmente, devido à divulgação da cidade impulsionada pela celebração dos Jogos Olímpicos de 1992. Desde então, diversas urbes têm incorporado estratégias do “modelo Barcelona” em políticas locais de gestão, o que coloca em questão uma tendência de homogeneização do planejamento de dinâmicas urbanas muito díspares. Nesse sentido, o trabalho inicia uma análise da gestão urbana barcelonesa a fim de investigar a hegemonia de certas estratégias nas políticas urbanísticas globalizadas. Isso amplia as discussões sobre o planejamento urbano no contexto globalizado e problematiza a tomada de experiências de gestão de algumas metrópoles enquanto receituário para outras cidades. A metodologia adotada no artigo abrange procedimentos qualitativos, descritivos críticos e de estudo de caso. A contribuição teórica e a originalidade da discussão proposta apoiam-se na observação dos processos de produção do espaço urbano como aporte teórico e metodológico potencial para a compreensão das práticas sócio-espaciais que condicionam e são simultaneamente condicionadas pelas políticas do urbano. Os resultados obtidos contribuem ainda para a ampliação das discussões sobre os interesses e os agentes que impactam as políticas globalizadas de gestão urbana e a vida cotidiana nas cidades contemporâneas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento urbano. Produção do espaço. Barcelona.

## ABSTRACT

*This article discusses some nuances of Barcelona's urban planning, with an emphasis on the strategic dimension traditionally associated with it, which inspires urban management policies in other cities in the globalized world. In the last decades of the 20th century, the capital of Catalonia became a paradigm of urban attractiveness and prosperity, mainly due to the publicity of the city driven by the celebration of the 1992 Olympic Games. Since then, several cities have incorporated strategies of the “Barcelona model” in local management policies, which calls into question a tendency towards homogenization of the planning of very disparate urban dynamics. In this sense, the work begins with an analysis of Barcelona's urban management to investigate the hegemony of certain strategies in globalized urban policies. This expands discussions about urban planning in the globalized context and problematizes the use of management experiences from some metropolises as prescriptions for other cities. The methodology adopted in the article covers qualitative, critical descriptive and case study procedures. The theoretical contribution and originality of the proposed discussion are based on the observation of the production processes of urban space as a potential theoretical and methodological contribution to understanding the socio-spatial practices that condition and are simultaneously conditioned by urban policies. The results obtained also contribute to expanding discussions about the interests and agents that impact globalized urban management policies and everyday life in contemporary cities.*

**KEYWORDS:** Urban planning. Production of space. Barcelona.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas urbanísticas contemporâneas tencionam-se por imperativos sociais e econômicos que reverberam o fenômeno da globalização, tipicamente identificado a partir das décadas finais do século XX. Nesse quadro, as cidades adquirem papel ativo na atração de investimentos da economia de fluxos globais (HARVEY, 1994). Em Barcelona, metrópole notadamente aclamada nesse contexto como paradigma exemplar de atratividade urbana, diferentes ações foram e ainda são articuladas na construção de imagens urbanas atrativas em âmbito internacional. Diante disso, este artigo propõe uma discussão crítica acerca de algumas nuances que o planejamento urbano de Barcelona assume no bojo das aceleradas ações de promoção das cidades. Em nossa interpretação, o caráter estratégico, tradicionalmente associado ao planejamento urbano barcelonês e, hoje, integrante de inúmeros planos urbanos, expressa, especialmente, a hegemonia de práticas de gestão que anunciadamente bem-sucedidas em determinadas cidades são promovidas como essenciais à prosperidade urbana de outras urbes.

As estratégias dos planos urbanísticos manifestam imposições políticas de determinado modo de vida e experiência da cidade (VELLOSO, 2018). Nesse sentido, acreditamos que investigar a gestão urbana implica considerar as amplas dinâmicas nas quais as políticas urbanísticas se realizam. Para tanto, a observação dos processos de produção do espaço urbano apresenta-se como aporte teórico e metodológico potencial para a compreensão das práticas sócio-espaciais que condicionam e são simultaneamente condicionadas pelas políticas do urbano.

Fundamentada na obra do filósofo Henri Lefebvre (1901-1991), a teoria da produção do espaço propõe a análise das constelações de relações, atividades e elementos sociais que, específicos em cada época e em cada território, são articulados pela sociedade no ato de sua própria reprodução. Em Lefebvre (1973), a reflexão acerca da produção do espaço adquire relevância para explicar a capacidade do capitalismo em atenuar suas contradições e perpetuar-se após suas crises e momentos críticos - não o mesmo, não sem tensões dialéticas provocadas pelos contrapostos nele subsumidos. Ao discorrer sobre essa tese da obra do filósofo francês, Ana Fani Carlos (2016, p. 57) salienta que para o pensador a produção do espaço torna-se central porque:

[...] com o debate em torno da noção de produção, é possível apreender o momento a partir do qual o espaço passa a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção. O central na obra [*A produção do espaço* (2006)] é a ideia de que, num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço. A partir deste momento, o espaço ganha, para o autor, outro significado, posto que vai aparecer como condição para a reprodução ampliada do capital [...] (CARLOS, 2016, p. 57).

Desse modo, o capital privado exerce grande influência na configuração espacial urbana, seja por meio da intervenção material na cidade, sob a forma de projetos arquitetônicos e urbanísticos, seja através do estabelecimento de políticas urbanísticas alinhadas aos interesses dos agentes econômicos dominantes (HARVEY, 2005). Nesse contexto, o planejamento urbano, aqui entendido como instrumento que regula e concretiza a gestão e a manutenção da cidade, corresponde às práticas econômicas que, para além das questões pertinentes à urbanização e à urbanidade do espaço como suporte e produto da sociabilidade, priorizam a divulgação das

idades em meio à competição interurbana. Isso contribui para que ações de venda da cidade, tomada enquanto empreendimento, assumam cada vez mais centralidade nas políticas urbanísticas de diversas metrópoles do mundo (BESSA; ÁLVARES, 2014).

### **1.1 Objetivos e métodos de análise**

O objeto de estudos do artigo abrange algumas nuances do planejamento urbano de Barcelona, com foco principal em sua tradicional vertente estratégica. Em meio à globalização, a experiência barcelonesa de gestão e planejamento urbano tornou-se um paradigma de atratividade e prosperidade urbana, em especial, devido à divulgação internacional da cidade decorrente da celebração dos Jogos Olímpicos de 1992. Esse evento coroou sob o título de “modelo Barcelona” um conjunto de práticas de gestão e intervenção urbana que foi largamente propalado como exemplo de planejamento para outras urbes inseridas na disputa pela atração de fluxos globais de investimentos (MONTANER, 2012).

Perante o exposto, o objetivo deste artigo é discutir características que a gestão urbana adquire no bojo do processo de globalização. Em especial, pretende-se avaliar como o caráter estratégico incorporado em muitos planos urbanos tende a contribuir para a homogeneização do planejamento urbano de cidades cujas realidades urbanas são muito díspares. Para tanto, o estudo emprega métodos qualitativos e descritivos críticos baseados na leitura e na interpretação de obras teóricas acerca dos conceitos mais relevantes às temáticas abordadas. As reflexões propostas também se desenvolvem através do estudo de caso da cidade de Barcelona, capital da Catalunha<sup>1</sup>. Do nosso ponto de vista, a leitura da evolução das políticas de planejamento urbano de Barcelona contribui para a elaboração crítica acerca da hegemonia de certas estratégias nas políticas urbanísticas globalizadas. Assim, destacadas as particularidades da cidade catalã, o estudo de caso permite construir um panorama para a compreensão das dinâmicas de gestão urbana de outras metrópoles capitalistas contemporâneas. Nesse sentido, o trabalho apresenta como principal argumento a ideia de que a análise do “modelo Barcelona” a partir da perspectiva da produção do espaço sugere limitações para a tomada desse paradigma como receituário para o sucesso urbano de outras cidades.

Além da introdução, o artigo discorre mais quatro partes. A primeira introduz e relaciona a perspectiva teórico-metodológica da produção do espaço e o desenvolvimento das políticas urbanísticas em meio aos processos de globalização. Em seguida, a segunda parte do estudo apresenta brevemente a evolução da gestão urbana de Barcelona no contexto globalizado, a qual culminou na consolidação do “modelo Barcelona”. Na terceira, partimos do estudo de caso desse paradigma para propor uma problematização da tomada de experiências de gestão de algumas metrópoles enquanto receituário para outras cidades. Por fim, a conclusão pontua considerações sobre as dinâmicas contemporâneas que permeiam o planejamento urbano e impactam a vida cotidiana na cidade.

## **2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS POLÍTICAS URBANÍSTICAS NO MUNDO GLOBALIZADO**

---

<sup>1</sup> Barcelona é a capital da comunidade política autônoma da Catalunha cuja forte identidade nacional é cultivada desde a época medieval. No fim do século XV, a Catalunha foi incorporada à Espanha unificada e, assim, tornou-se palco de inúmeras disputas com o governo monárquico espanhol, centrado em Madri.

A produção do espaço é definida por Henri Lefebvre como “conceito teórico e realidade prática indissolivelmente ligados” (LEFEBVRE, 2006, p. 61). Na obra *A produção do espaço* (2006), originalmente publicada em 1974, o filósofo desenvolve a tese de que o espaço se vincula à *práxis* social. Ele é ao mesmo tempo um esquema gerador e uma representação real dos limites da sociedade (LEFEBVRE, 2016). Sua produção, portanto, relaciona-se à reprodução social em seu aspecto mais amplo: ela é, ao mesmo tempo, resultado e pré-condição da reprodução da sociedade.

Por tudo isso, Christian Schmid (2012) propõe apreender a produção do espaço como uma teoria, para além da consideração de um único conceito. Dita abordagem pauta-se no entendimento de que a produção do espaço refere-se a um extenso e complexo corpo teórico desenvolvido por Lefebvre ao longo de sua obra na tentativa de compreender a prática social em sua totalidade. Diante disso, Schmid (2012) explica que a produção do espaço consiste em um processo que pode ser dividido em três dimensões ou momentos distintos e dialeticamente conectados: a dimensão material do espaço, definida e definidora da prática espacial e do espaço percebido, a qual denota a articulação de relações, elementos e atividade da prática social assentada em um substrato material percebido pelos sentidos; a dimensão dos discursos, imagens e pensamentos que definem previamente os espaços (antes da materialização efetiva) e que se liga à produção do conhecimento, remetendo-se às representações do espaço e ao espaço concebido; e a dimensão das significações dos espaços materiais que, referente aos espaços de representação e aos espaços vividos, associa-se à experiência - individual e social - do espaço na prática da vida cotidiana<sup>2</sup>. Estas três dimensões da produção do espaço, sem privilégio ou dominância de uma sobre as outras duas, coexistem e interagem em uma unidade dialética de contradições cujas mediações produzem o espaço, entendido enquanto produto social e, portanto, histórico (SCHMID, 2012). Em síntese:

O núcleo da teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção: primeiro, a produção material; segundo, a produção de conhecimento; e, terceiro, a produção de significados. Isso torna claro que o foco da teoria de Lefebvre não é o “espaço em si mesmo”, nem mesmo o ordenamento dos objetos e artefatos (materiais) “no espaço”. O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo (SCHMID, 2012, p. 104).

A análise da produção do espaço, portanto, implica o entendimento dos amplos processos que resultam na espacialidade socialmente produzida, material e imaterialmente. Por certo, essa abrangência não pode ser reduzida a um simples recurso metodológico; sequer acreditamos que isto tenha sido motivação da profunda reflexão lefebreviana sobre o espaço. Sem embargo, torna-se evidente aos nossos olhos que o estudo dos processos de produção do espaço urbano integra sistematicamente diversas dimensões que permitem a compreensão de múltiplos processos sócio-espaciais. Desse ângulo, a perspectiva da produção do espaço constitui uma abordagem potencialmente valiosa para a análise das políticas urbanísticas que consubstanciam a gestão da cidade. Essa interpretação assenta na compreensão de que as

---

<sup>2</sup> As três dimensões da produção do espaço urbano são duplamente definidas e designadas por duas tríades centrais no pensamento lefebreviano: a primeira, da “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”, expressa uma compreensão linguística ou semiótica do espaço; a segunda, por sua vez, apresenta caráter fenomenológico e refere-se ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”. Discussões detalhadas sobre as tríades de Lefebvre e suas relações podem ser conferidas em Schmid (2012), Almeida (2014) e Alves (2019).

políticas urbanísticas resultam e, simultaneamente, condicionam as três dimensões integrantes do movimento de produção do espaço urbano. Ou seja, entendemos que os três momentos dialeticamente contidos na produção do espaço podem ser identificados nas dinâmicas e nos relacionamentos sociais envolvidos nas políticas urbanísticas. De maneira mais específica, compreendemos que a perspectiva teórica-metodológica da produção do espaço é especialmente pertinente à reflexão sobre o planejamento urbano uma vez que ele, ao idealizar, regular e concretizar a gestão e a manutenção da cidade, envolve a produção de conhecimentos e discursos sobre o espaço, a significação do espaço e a produção material do espaço.

Ante o exposto, a análise proposta aqui é a da gestão urbana, com destaque às relações sociais que mediam os interesses de diferentes agentes envolvidos na constituição da cidade. Esse enfoque é central para o objetivo principal deste artigo, isto é, avaliar nuances que o planejamento urbano adquire no bojo da globalização, fenômeno que estimulou profundas transformações em diversos campos da sociedade.

Saskia Sassen (2010), descreve a globalização como um processo de integração e interdependência crescente das sociedades, por meio de entrelaçamentos transnacionais políticos, econômicos e culturais. Alguns estudiosos apontam o fim da Guerra Fria, marcado pela queda do bloco socialista na década de 1980 e a superação da ordem geopolítica bipolar, como evento impulsionador das dinâmicas globalizantes em escala mundial. Com uma abrangência até então sem precedentes, esse fenômeno implicou uma série de revoluções nos meios de transporte e comunicação que alteraram significativamente a mobilidade dos fluxos de capital, os padrões de consumo e comportamento e, por tudo isso, os processos de urbanização e a experiência do espaço urbano. Nesse sentido, David Harvey (1994) salienta que a grande flexibilidade geográfica da produção, resultado e condição do colapso das barreiras espaciais no contexto globalizado, contribuiu para que as cidades assumissem importância central como pontos de atração do capital móvel em meio a competição urbana internacional.

A competição entre cidades, na perspectiva de Harvey (1994), resulta do fato, paradoxal, de que a partir do momento em que os fluxos se tornaram globais, as qualidades locais assumiram atribuições particularmente significativas enquanto vantagens atrativas:

Na verdade, a redução de barreiras espaciais acentuou a competição pelo capital entre localidades, estados e regiões. Gestões urbanas foram forçadas a prestar mais atenção ao “clima de negócios”, qualidades de infra-estrutura, controle de mão-de-obra local, impostos e descontos. Disso resultou o surgimento do que estudiosos chamam de “cidade empresarial”, cujo objetivo é definir uma estratégia de crescimento com o melhor potencial para funcionar considerando-se a combinação de recursos, condições e usuários potenciais de um local específico. A tarefa da gestão urbana é atrair uma produção altamente móvel e flexível, bem como fluxos financeiros e de consumo (HARVEY, 1994, p. 5).

Com efeito, as dinâmicas globalizadas incentivaram a incorporação de aspectos da gestão empresarial ao planejamento urbano. Por conseguinte, a postura empreendedora da governança urbana, o uso de estratégias de competitividade e os investimentos em marketing urbano, dentre outras medidas, destacaram-se como ações primordiais para o sucesso atrativo das cidades no âmbito mundial. Nesse contexto, um ideário acerca de um “novo planejamento urbano” legitimava - e era legitimado por - “modelos urbanos” cujas estratégias de gestão da cidade, anunciadamente bem-sucedidas em determinadas metrópoles, alcançaram significativo prestígio internacional (SÁNCHEZ, 1999). A exemplo, as práticas de gestão urbana de Barcelona alçaram grande influência como paradigma de sucesso urbano no mundo globalizado. Ao

combinar uma gama de estratégias direcionadas tanto para a ação sobre o espaço físico quanto para a construção de imagens urbanas da metrópole, a capital catalã tornou-se uma referência para outras localidades. A fim de identificar traços do planejamento urbano no mundo globalizado, passamos, então, à análise do conjunto de práticas urbanísticas coroadas no “modelo Barcelona”.

### 3 A COROAÇÃO DE UM PARADIGMA: PRÁTICAS URBANAS DA BARCELONA OLÍMPICA

Barcelona tem seu território conformado entre a *Serra de Collserola* e os rios *Besòs* e *Llobregat*. À leste, a cidade, às margens do Mar Mediterrâneo, é delimitada pela costa marítima. Berço da cultura catalã, a rica configuração urbanística desta metrópole advém de diferentes momentos de feitura do espaço. Os planos de *Eixample* (1859) de Ildefonso Cerdà (1815-1876) e, posteriormente, de *Enlacs* (1903-1907) de Leon Jaussely (1875-1932) não resumem as mudanças na malha urbana barcelonesa; no entanto, esses são episódios notáveis dos processos de produção do espaço urbano em virtude do crescimento econômico e demográfico decorrente da industrialização. Assim, ao estabelecer a ordem geral que ainda hoje organiza o caráter formal das paisagens urbanas de Barcelona (Figura 1), esses projetos foram determinantes para a atual configuração da urbe (MOLET, 2010, p. 125).

Figura 1 – Atual vista aérea do tecido urbano adensado a partir do traçado regular do *Eixample* de Barcelona, projetado por Ildefonso Cerdà (1859).



Fonte: Subirats, 2020.

As raízes das transformações que se acumulam no espaço urbano de Barcelona são antigas e, em muito, correspondem à evolução das práticas de gestão urbana da metrópole. Nesse sentido, a pressão de movimentos sociais por melhorias urbanas no fim da Ditadura de Francisco Franco (1936-1975)<sup>3</sup> revela aspectos importantes para a análise do desenvolvimento do planejamento urbano desta metrópole (CALAVITA; FERRER, 2000). Em meio ao fortalecimento da globalização, esses fatores incentivaram práticas sócio-espaciais direcionadas ao planejamento integrador da cidade.

Assim, no ano de 1976 foi aprovado o Plano Geral Metropolitano de Barcelona (PGMB-76), um plano urbanístico que abrangeu toda a Comarca de Barcelona. Esse plano assentou as balizas para as políticas urbanísticas orientadas às reivindicações sociais e à recuperação urbana que se desenvolveram na cidade durante a transição democrática pós-franquismo. Por tudo isso, o PGMB-76 pode ser entendido como referência das políticas urbanísticas modernas da capital catalã. No fim da década de 1970 e nos anos 1980, esse plano, cuja elaboração envolveu múltiplos agentes da produção do espaço e diversos conflitos sociais, trazia premissas avançadas para a solução dos problemas urbanos de Barcelona, as quais se baseavam em dois princípios primordiais: a redução das densidades construtivas permitidas e a recuperação de terras para o uso público (CALAVITA; FERRER, 2000, p. 800). Desse modo, este organismo rompeu o duro sistema de zoneamento que imperava na capital catalã e promoveu diretrizes legais para a oferta de equipamentos e infraestruturas necessárias nos diferentes bairros da cidade (BERRI, 2017).

Dessa maneira, os princípios do PGMB-76 iniciaram uma gestão urbana que se concentrava na melhoria de toda a cidade de Barcelona, comprometida com o envolvimento dos cidadãos e com a criação de novos espaços públicos de qualidade. Logo, na década de 1980, essa política urbanística cuidadosa notabilizou-se como um modo de gestão e intervenção urbana, designado como “modelo Barcelona” (MONTANER, 2012).

Foi também nos anos 1980 que a intensificação da globalização, que de modo incipiente já influenciava os processos de produção e reprodução do espaço urbano nas décadas anteriores, motivou a adoção de uma postura empreendedora da governança urbana (HARVEY, 2005). Nessa conjuntura, a construção de imagens urbanas atrativas no âmbito internacional tornava-se, então, uma demanda importante no planejamento urbano. Com efeito, múltiplas estratégias de marketing urbano foram incorporadas às dinâmicas que vinham se desenvolvendo em Barcelona (MONCLÚS, 2000).

Nesse contexto, a intensificação das parcerias público-privadas e as estratégias empreendedoras de marketing urbano manifestavam a emergência de novos instrumentos para o ajuste da gestão das cidades à disputa globalizada pela atração de capitais no fim do século XX (SÁNCHEZ, 1999). Logo, o despontar do urbanismo empreendedor alicerçou novas estratégias para o destaque da capital catalã como cidade atrativa em âmbito internacional. Todavia, Otilia Arantes (2002) reitera que, ainda que alinhadas às estratégias para a maior atratividade na competição interurbana, as ações da política urbanística de Barcelona, naquele momento, não impediram a realização de melhorias urbanas e um grande êxito na qualificação de toda a cidade, diferentemente do que ocorreu em outras urbes. Essa condição foi primordial para que a experiência barcelonesa rapidamente se difundisse no contexto globalizado como parâmetro exemplar.

---

<sup>3</sup> A ditadura do general Francisco Franco foi um regime de orientação nazifacista que imperou na Espanha desde o fim da Guerra Civil Espanhola, em 1939, até o ano de 1975.

Contudo, além da divulgação da cidade, a intensificação da globalização também potencializou alterações na gestão da capital da Catalunha. A partir de meados de 1980, acentuou-se um deslocamento da prioridade da agenda social em preferência da realização de um grande evento marcante. Nesse horizonte, firmou-se a candidatura de Barcelona para a celebração dos Jogos Olímpicos de Verão de 1992. Já em outubro de 1986, a cidade foi oficialmente eleita sede do grande evento esportivo, o que transformou profundamente as políticas urbanísticas da capital catalã<sup>4</sup>. Com efeito, a realização dos Jogos Olímpicos de 1992 alavancou a divulgação da cidade no cenário global, ao mesmo tempo que provocou modificações significativas no programa social de qualificação urbana que se desenrolava no nível local (MONTANER, 2012).

A partir desse momento, cristalizaram-se características de um novo ciclo de gestão urbana do “modelo Barcelona”, o qual, mesmo sem abandonar as ações com objetivos sociais, inclinava-se rumo à consolidação da cidade como centro atrativo na divisão espacial do consumo (HARVEY, 2005). Sendo assim, o contexto de transformação da cidade para a celebração das Olimpíadas de 1992 configurou um momento particular em que práticas da gestão empresarial foram fortemente incorporadas à gestão urbana de Barcelona. A valer, o caráter estratégico assumiu atribuição central na caracterização das políticas de planejamento urbano da cidade. Não por acaso, Arantes (2002, p. 52) destaca que, apesar da planificação urbana dita “estratégica” se originar no empreedimentismo americano da década de 1970, foi a fórmula desenvolvida em Barcelona nos anos 1980 e 1990 que passou a ser identificada como “a matriz do Planejamento Estratégico”.

João Sette Ferreira (2003) explica que o planejamento urbano de cunho estratégico consiste em uma modalidade de planejamento, amplamente influenciada por teorias de gestão empresarial, adotada por muitas cidades em um esforço para a atração de fluxos da economia global. Nesse sentido, o autor enfatiza o forte caráter ideológico desse modo de planejamento que adapta para as dinâmicas urbanas uma série de ideias transpostas de estratégias militares e, desse modo, termina por configurar uma espécie de receituário de iniciativas competitivas que são propaladas como necessariamente essenciais para o sucesso urbano no mundo globalizado. Assim, as ações propostas pelos planos estratégicos, na maioria das vezes, direcionam-se à transformação espacial da cidade em decorrência de uma anunciada obsolescência das formas urbanas passadas em face das novas relações de produção alavancadas pela globalização (SÁNCHEZ, 1999). Nesse passo, evidencia-se a subserviência do planejamento estratégico ao capital e seu fundamental papel na promoção da cidade como mercadoria (FERREIRA, 2003).

No contexto globalizado, Ferreira (2003), Sánchez (1999) e Arantes (2002) concordam que os meios e os resultados atrelados à transformação urbana de Barcelona ocasionada pelos Jogos Olímpicos de 1992 foram identificados como fórmula paradigmática do planejamento urbano estratégico. No desenvolvimento desse paradigma, destaca-se que uma associação para a elaboração do plano estratégico de Barcelona foi criada em 1988 como resposta às críticas pelo atraso das obras olímpicas e, mediante isto, uma necessidade de reforço da captação de investimentos privados para a concretização efetiva dos projetos urbanos para os Jogos (MONTANER, 2012, p. 14). Portanto, evidencia-se que o primeiro Plano Estratégico de Barcelona

---

<sup>4</sup> Ver Martínez (2010), Casellas (2006), Montaner (2012) e Molet (2010).

(PEB), instituído em 1990, surge, desde sua concepção, como uma expressão do alinhamento da gestão urbana com os interesses capitalistas de mercado.

Logo após os Jogos de 1992, as imagens e as estratégias empregadas na promoção de Barcelona como cidade olímpica atrativa e dinâmica coroaram o “modelo Barcelona” como paradigma em meio ao empreendedorismo urbano. No contexto globalizado, esse exemplo foi amplamente exportado para outras metrópoles. Assim, a experiência urbana barcelonesa foi tomada como referência para o sucesso de outras cidades europeias e americanas. Nesse aspecto, Carlos Vainer (2002) destaca que a ação de consultores catalães de planejamento urbano foi de grande importância para a consolidação e a difusão do “modelo Barcelona”. Ainda segundo o autor, uma convicção sobre a prosperidade atrelada à realização dos Jogos Olímpicos de 1992 e ao uso do planejamento estratégico, resolução sustentada pelas imagens urbanas atrativas de Barcelona e pelas receitas econômicas favoráveis do turismo motivado pelo grande evento esportivo, era recorrentemente acionada pelos célebres consultores urbanos. Nesse grupo, Vainer (2002) destaca, especialmente, Oriol Bohigas<sup>5</sup> e Jordi Borja<sup>6</sup>. Além do exercício de consultoria, esses arquitetos urbanistas catalães atuaram por meio da produção de textos que difundiam as experimentações da gestão urbana barcelonesa na década de 1980 e, por conseguinte, divulgavam as virtudes do celebrado “modelo Barcelona”.

Todavia, apesar do status exemplar, a experiência urbana designada pelo título de “modelo Barcelona” compreende, na verdade, um modo de gestão e intervenção urbana que, em nossa interpretação, não pode ser reduzido a um tipo de receituário para o sucesso urbano. Como argumentamos a seguir, acreditamos que a perspectiva da produção do espaço contribuiu para perceber algumas contradições e limitações que impedem uma generalização desse tipo.

#### **4 A DIFUSÃO DO “MODELO BARCELONA” E AS CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO URBANO NO MUNDO GLOBALIZADO**

A repercussão do “modelo Barcelona” no bojo do processo de globalização contribuiu para a construção de um discurso hegemônico acerca da validade de certas estratégias e instrumentos de gestão urbana no mundo globalizado (SÁNCHEZ, 1999). A experiência barcelonesa de planejamento urbano, principalmente a partir de 1992, colocou em voga, sobretudo, três estratégias: a realização de planos e projetos de caráter estratégico; a capitalização de grandes eventos urbanos emblemáticos; e a articulação de ações de marketing urbano empenhadas na criação e na divulgação de imagens urbanas atrativas. Esses procedimentos caracterizam nuances do planejamento urbano globalizado e podem ser observados nas políticas urbanísticas contemporâneas de diversas outras cidades do mundo.

---

<sup>5</sup> Natural de Barcelona, Oriol Bohigas i Guardiola (1925-2021) foi um dos arquitetos mais célebres da história da Catalunha. Além de uma ampla produção acadêmica e da atuação como professor e diretor na *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona*, ele ocupou diferentes cargos na prefeitura da cidade, notadamente a cadeira de diretor da Secretaria de Planejamento, rebatizada por ele mesmo de Projeto Urbano, durante os primeiros anos da década de 1980. Nesse período, Bohigas fundamentou uma nova forma de percepção e intervenção nos espaços públicos da cidade, legado pelo qual muitas vezes lhe é atribuído o título de “pai da modernização da Barcelona Olímpica”.

<sup>6</sup> Natural de Barcelona, Jordi Borja Sebastià nasceu em 1941. Diplomado em geografia e mestre em urbanismo, Borja é professor de Gestão da Cidade e Urbanismo na Universidade Aberta da Catalunha e, entre 1983 e 1995, foi vice-prefeito da Prefeitura de Barcelona. Com uma extensa obra publicada, Borja é um dentre os mais reconhecidos pensadores catalães do urbanismo. Grande parte da pesquisa do autor é dedicada à reflexão sobre a cidade de Barcelona.

Especialmente no Brasil, estudos recentes apontam a incorporação dessas estratégias na gestão urbana de algumas cidades. Curitiba (PR) e Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, são capitais que se destacam por seguirem de muito perto, as vezes com referências explícitas, as estratégias de planejamento altamente propagandeadas por Barcelona<sup>7</sup>.

Sem ignorar os aspectos positivos que a observação do planejamento urbano de outras cidades pode favorecer, consideramos alarmante, entretanto, que, muitas vezes, as estratégias inspiradas pela experiência de gestão urbana de Barcelona sejam perseguidas como receita, uma fórmula prescritiva propagada como infalível, para o sucesso urbano de outras cidades, as quais são caracterizadas por realidades urbanas muito díspares. Pensamos que dois fatores principais problematizam essa tomada da experiência urbana barcelonesa como modelo para outras urbes: por um lado, as particularidades e a abrangência dos aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais implicados na fatura da cidade de Barcelona e, de outro prisma, as limitações inerentes ao famigerado “modelo Barcelona”.

O primeiro entrave suscitado pela colocação das práticas urbanas barcelonesas da década de 1980 e do início dos anos 1990 enquanto arquétipo para a gestão urbana de outras cidades no mundo globalizado trata-se da condição inexoravelmente particular e específica desses processos que, além do mais, não podem ser temporalmente definidos com exatidão. Como lembram Nico Calavita e Amador Ferrer (2000), as bases do projeto de cidade que viria a culminar no sucesso atrativo da Barcelona Olímpica assentaram-se na luta dos movimentos sociais urbanos que floresceram ainda na década de 1960 e, nos anos 1970, viabilizaram um campo político de diálogo democrático para as ações urbanas do período de redemocratização após a ditadura franquista. Ademais, grande parte das ações de marketing que culminaram nas imagens urbanas atrativas de Barcelona se apoiam na valorização contextual da identidade e da memória urbana da urbe, o que retoma características intrínsecas da cultura catalã e antecedentes urbanos únicos como o *Eixample* de Cerdà e a espessura histórica do tecido urbano relacionada ao processo de industrialização da cidade (BRONSTEIN, 2012). Sendo assim, é preciso reconhecer que as práticas urbanas implicadas no corpo de gestão e intervenção urbana designado como “modelo Barcelona” abarcam uma gama de múltiplos aspectos - amplamente diversos, intimamente correlacionados e muito particulares. Isso, apesar de não impedir a inspiração e a apreensão de contributos da experiência urbana da capital catalã por parte de outras cidades, por certo, sugere impedimentos para a tomada da realidade urbana específica da cidade como modelo urbano no sentido corrente que essa expressão costuma ser utilizada, isto é, como um modo de gestão urbana passível de replicação em outros locais que não aquele em que ele foi constituído originalmente e onde, primeiramente, levou a resultados benéficos, de acordo com um certo conteúdo avaliado e segundo a perspectiva de quem avalia os pretensos benefícios (FERREIRA, 2003).

Para nós, a contestação do caráter exportável das políticas urbanísticas de planejamento urbano da Barcelona Olímpica fundamenta-se na compreensão de que, mais do que uma fórmula reprodutível de gestão da cidade, a experiência das práticas englobadas no “modelo Barcelona” se reporta, de fato, a complexos processos de produção do espaço urbano, socialmente e historicamente específicos, desenrolados a partir de relações sociais cambiantes

---

<sup>7</sup> Sánchez (1999) apresenta um interessante estudo comparativo entre as políticas de planejamento urbano de Barcelona e de Curitiba. Sobre o caso do Rio de Janeiro, Nova (2018) empreende uma análise comparativa entre o paradigma do “modelo Barcelona” e o projeto estratégico de revitalização do Porto Maravilha, na frente litorânea da capital carioca.

e manifestos na materialidade e na imaterialidade que envolvem as várias dimensões da reprodução da vida. Nesse sentido, a avaliação de Margarida Queirós (2010, p. 7) contribui para perceber a amplitude das práticas sócio-espaciais implicadas no “modelo Barcelona”:

A imagem internacional de Barcelona associou-se à existência de um modelo urbano inovador, conhecido por “modelo Barcelona”, iniciado nos anos 1980. O modelo a que nos referimos não retrata apenas assuntos essenciais ao planeamento urbano, como as políticas públicas ou as novas estratégias económicas, mas também se refere à cultura urbana, inclusão social e participação cidadã (QUEIRÓS, 2010, p. 7).

Sendo assim, ainda que as estratégias empreendedoras do marketing e do planeamento urbano possam ser adaptadas e aplicadas em outros locais, concluímos que os fatores culturais, políticos, económicos, sociais e ambientais que também caracterizaram a experiência urbana de Barcelona desde os anos 1980 não são transportáveis e não podem ser reproduzidos em outro contexto (QUEIRÓS, 2010). Essa constatação reforça o pressuposto de que a abordagem da teoria da produção do espaço constitui um instrumento válido para a avaliação do planeamento urbano de Barcelona, uma vez que este pode ser compreendido como manifestação das amplas e, ao mesmo tempo, específicas dinâmicas de produção do espaço urbano da capital catalã.

A observação dos processos de produção do espaço urbano destaca ainda um segundo fator que, do nosso ponto de vista, problematiza a condição paradigmática associada a certas estratégias globalizadas de planeamento urbano encerradas no “modelo Barcelona”. Nesse sentido, o estudo das práticas sócio-espaciais que consubstanciaram a feitura da capital catalã lança luz sobre entraves de gestão e intervenção urbana, muitas vezes, relegados a segundo plano ou mesmo ignorados em função da legitimação da cidade como centro atrativo e exemplar no contexto globalizado. Esses aspectos dizem respeito as limitações no interior do próprio conjunto de práticas urbanas designadas pelo “modelo Barcelona”.

Inicialmente, esse modo de gestão e intervenção urbana assentou-se em premissas preocupadas com a construção democrática e o caráter cidadão do espaço urbano. Esses princípios nortearam o desenvolvimento desse modo de gestão e intervenção urbana ao longo de toda a década de 1980. Nesse desdobramento, todavia, contradições na evolução das políticas urbanísticas de Barcelona<sup>8</sup> manifestavam tensões da mudança nas orientações que originalmente balizaram o “modelo Barcelona”. Nesse quadro, o debate livre e sinceramente profundo entre os agentes sociais envolvidos na produção e na reprodução do espaço urbano foi insuficiente e, especialmente após 1986, data da eleição de Barcelona como sede das Olimpíadas de 1992, pouco aberto à efetiva participação popular, sob a justificativa de que qualquer crítica poderia impedir a realização do grande evento emblemático (MONTANER, 2012). Ademais, nesse período, o estabelecimento de inúmeras parcerias público-privadas também provocou um aumento significativo da influência capitalista na produção do espaço urbano de Barcelona (CASELLAS, 2006). Com efeito, as práticas urbanas coroadas pelos Jogos Olímpicos de 1992 sob o paradigma do “modelo Barcelona” já eram muito distintas daquelas que no princípio originaram esse título.

As políticas urbanísticas de Barcelona, avaliadas sob o ângulo dos processos de produção do espaço urbano, portanto, revelam aspectos singulares que complexificam o substrato de práticas sócio-espaciais de gestão urbana por trás da exitosa fórmula paradigmática

---

<sup>8</sup> Ver Montaner (2012).

do planejamento urbano da capital catalã. Isso por certo não nega que o exemplo de Barcelona pode ensinar lições importantes sobre o desenvolvimento das políticas urbanísticas no mundo globalizado, mas nos faz refletir: quais os interesses que levam muitas cidades a adotarem como modelo experiências urbanas distantes da realidade local, especificamente particulares e que apresentam limitações e contradições inerentes? A desconsideração - intencional ou não - dessa questão nos parece pesar sobre o planejamento urbano contemporâneo.

## 5 CONCLUSÃO

A análise até aqui apresentada pretendeu discutir algumas nuances assumidas pelo planejamento urbano na contemporaneidade. A partir do estudo da evolução das políticas urbanísticas da cidade de Barcelona, procuramos investigar de que modo o fenômeno de globalização contribuiu para a construção da atual hegemonia de certas estratégias de gestão urbana. Nesse contexto, como buscamos destacar ao longo do trabalho, o caráter estratégico do planejamento urbano, recorrentemente validado segundo os moldes da fórmula desenvolvida em Barcelona nas décadas de 1980 e 1990, exerce grande influência sobre políticas urbanísticas de diversas cidades do mundo. Nossa discussão procurou destacar que isso, muitas vezes, contribui para uma homogeneização do planejamento de dinâmicas urbanas muito díspares. Buscamos demonstrar também que o aporte teórico-metodológico da produção do espaço urbano, fundamentado no pensamento de Henri Lefebvre, contribui para a avaliação dessa tendência.

Como argumentamos anteriormente, a análise do “modelo Barcelona” com ênfase nas práticas sócio-espaciais que condicionam e são simultaneamente condicionadas pelas políticas do urbano sugere entraves para a tomada desse paradigma como receituário para o sucesso urbano de outras cidades. Diante disso e do atual cenário globalizado, em que pretensos modelos se apresentam como garantia para a prosperidade urbana, nossa pesquisa inicia um esforço para decifrar os interesses envolvidos na propagação desses receituários urbanos. Acreditamos que somente por meio dessa reflexão crítica será possível descobrir possibilidades para promoção de práticas de planejamento urbano mais justas e compromissadas com a melhoria da vida cotidiana nas cidades contemporâneas.

## Referencial bibliográfico

ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de. **Pelo espaço concebido** - as repercussões dos modelos do urbanismo moderno na (re)produção do espaço urbano de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, [S. L.], n. 3, p. 551-563, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal - A cultura nas novas gestões urbanas. In. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 11-74.

BERRI, André Luis. **Às margens de Barcelona**: o Plan de La Ribera (1965) como ponto de convergência dos processos de regeneração urbana na frente marítima. Dissertação (Mestrado em Design Urbano: Arte, Ciudad, Sociedad). Universitat de Barcelona, Barcelona, 2017.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol; ÁLVARES, Lúcia Capanema. **A construção do turismo**: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2014. 144 p.

BRONSTEIN, Laís. A crise do urbanismo contextualista. **Pós FAUUSP**, [S. L.], n. 32, p. 158-177, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/52462>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

CALAVITA, Nico; FERRER, Amador. Behind Barcelona's success story - Citizen Movements and Planners' Power. **Journal of Urban History**, [S. L.], n. 6, p. 793-807, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 53-73.

CASELLAS, Antònia. Las limitaciones del "modelo Barcelona" - una lectura desde Urban Regime Analysis. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 48, p. 61-81, 2006.

FERREIRA, José Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global**. 2003. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Espaço Urbano na "Aldeia Global": Reflexões sobre a condição urbana do capitalismo no final do século XX. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, n. 1, p. 1-11, ago. 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Tradução: António R. e M. Amaral. 1. ed. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**: O direito à cidade II. Tradução: Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. Episódios da Transformação Urbana de Barcelona. **ARQTEXTO**, Departamento de Arquitetura e PROPARG Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 17, p. 104-123, 2010. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/propar/arqtexto/index.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MOLET, Ricard Fayos. PLANOS, PROJETOS, EVENTOS: BARCELONA 1992-2012. **ARQTEXTO**, Departamento de Arquitetura e PROPARG Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 17, p. 124-137, 2010. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/propar/arqtexto/index.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MONCLÚS, Francisco Javier. Estrategias urbanísticas en Barcelona: del "París del sur" a "capital del mediterráneo occidental." **Polis**: Revista de la facultad de arquitectura, diseño y urbanismo, [S. L.], n. 5, p. 4-15, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2117/19041>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

MONTANER, Josep Maria. A evolução do "modelo Barcelona" (1973-2004). In. MONTANER, Josep Maria; ÁLVARES, Fernando; MARTÍNEZ, Zaida Muxí (eds.). **Archivo crítico modelo Barcelona (1973-2004)**. Barcelona: Direcció d'Imatge i Serveis Editorials Municipals, 2012, pp. 11-25.

NOVA, Gabriel Rodrigues Boa. **Porto maravilha e modelo Barcelona**: uma análise comparativa no âmbito do desenvolvimento local. Monografia (Bacharelado em economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

QUEIRÓS, Margarida. Barcelona(s) Cidade dos projectos ou projectos da cidade?. **Finisterra**, [S. L.], n. 90, p. 7-32, 2010. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1338>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 75-104.

VELLOSO, RITA. Pensar por constelações. In. JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (orgs). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I – modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 98-121.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. L.], n. 1, p. 115-132, 1999. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 240 p.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução de Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **O edifício escolar expandido: análise projetual em Medellín nas escalas KM, M e CM.**

*The Expanded School Building: Design Analysis in Medellín at the Scales of KM, M, and  
CM*

**Leonardo Tadeu Kseib Coelho da Silva**

Discente do Programa de Pós Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP, Brasil.  
leo@ksaa.com.br

**Ana Gabriela Godinho Lima**

Professora Doutora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP, Brasil.  
anagabriela.lima@mackenzie.br

## RESUMO

Este estudo propõe uma análise da integração de escolas ao contexto urbano, com foco no Colégio Santo Domingo Savio - Antonio Derka, vencedor da Bienal XXII de 2010 na Colômbia e participante do Prêmio Latino-Americano de Arquitetura Rogério Salmona em 2014, sediado em Medellín, cidade reconhecida pela promoção de inovações urbanas, dentre as quais, nos últimos 20 anos destaca-se a política pública "Colegios de Calidad para Medellín". Essa iniciativa da Prefeitura de Medellín visou promover melhorias urbanas tendo como foco edifícios escolares, no momento em que a cidade era considerada a mais violenta do mundo. A análise baseia-se em uma metodologia organizada em três escalas: Quilômetro, Metro e Centímetro. Busca-se compreender as estratégias projetuais mobilizadas em cada escala. Os resultados apontam a relevância da localização estratégica da escola; as decisões de composição interna dos espaços que promovem articulação entre interior e exterior; e o desenho meticuloso dos ambientes externos e a conexão entre os diversos elementos do programa. O estudo visa contribuir com uma reflexão sobre o modo como as estratégias projetuais em edifícios escolares podem capacitar o edifício escolar a desempenhar um papel de articulação social e territorial capaz de promover a melhoria de qualidade de vida em territórios vulneráveis.

**Palavras-chave:** Arquitetura escolar, política pública, territórios vulneráveis.

## ABSTRACT

*This study proposes an analysis of the integration of schools into the urban context, focusing on the Santo Domingo Savio - Antonio Derka School, winner of the XXII Biennial in 2010 in Colombia and participant in the Latin American Architecture Prize Rogério Salmona in 2014, based in Medellín, a city recognized for promoting urban innovations. Among these, the "Quality Schools for Medellín" public policy stands out over the last 20 years. This initiative by the Medellín City Council aimed to promote urban improvements focusing on school buildings, at a time when the city was considered the most violent in the world. The analysis is based on a methodology organized into three scales: Kilometer, Meter, and Centimeter. It seeks to understand the design strategies mobilized at each scale. The results highlight the strategic location of the school, the decisions regarding the internal composition of spaces that promote articulation between interior and exterior, and the meticulous design of outdoor environments and the connection between various program elements. The study aims to contribute to a reflection on how design strategies in school buildings can empower the school building to play a role in social and territorial articulation capable of promoting the improvement of quality of life in vulnerable territories.*

**Keywords:** School architecture, public policy, vulnerable territories.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo propõe a análise projetual do Edifício do Colégio Santo Domingo Savio - Antonio Derka, uma das 10 escolas da política pública "Colegio de Calidad para Medellín"(2007), vencedora da Bienal XXII de 2010 na Colômbia e participante do Prêmio Latino-Americano de Arquitetura Rogério Salmona em 2014. O Método de análise organiza-se em três escalas inter-relacionadas, como se descreve abaixo. A Seleção do projeto baseou-se no impacto da política pública "Colegios de Calidad para Medellín" na melhoria da qualidade de vida em territórios vulneráveis da cidade, considerada então a mais violenta do mundo. Promovido pela Prefeitura Municipal de Medellín, então administrada por Sergio Fajardo, o programa "Colegios de Calidad para Medellín"(2007) estabeleceu metas específicas para melhorar a infraestrutura educacional na cidade, incluindo a construção de 10 novas escolas, a adequação e melhoria de 132 instituições existentes, a geração de novas oportunidades para estudantes e oferta de espaços públicos para benefício da comunidade. Essas metas refletiram um compromisso com a qualidade da educação, inclusão e a promoção do bem-estar da comunidade.

É relevante destacar a vinculação estratégica entre as Empresas Públicas de Medellín (EPM), o Conselho Municipal e a Prefeitura de Medellín. Nesse contexto, as EPM, em comemoração aos seus 50 anos, doaram significativos recursos para a construção e equipamento dos 10 melhores colégios do país, bem como para a melhoria de 132 instituições educativas já existentes. Essa parceria destacou a importância atribuída pela comunidade e setor privado à educação como um catalisador para o redesenho urbano em territórios vulneráveis da cidade (ALCADÍA DE MEDELLIN, 2007). Administrado pela Secretaría de Educación e executado pela Empresa de Desarrollo Urbano (EDU) o objetivo do programa incluía melhorar a qualidade da educação, reduzir os índices de deserção e repetência nos primeiros anos da educação básica primária, bem como oferecer um local de encontro para a comunidade, integrando o colégio à cidade e recuperando espaços públicos (2007).

Sob a liderança do prefeito Sergio Fajardo (2004-2007), a estratégia envolveu investimentos em infraestrutura, habitação de interesse social e espaços públicos, com foco especial em áreas precárias. Getlinger (2021) ressalta que o Plano de Desenvolvimento 2004-2007 estabeleceu a substituição da improvisação por planejamento, a criação de parques-bibliotecas, Planos Urbanos Integrales (PUI) e programas de habitação social. Essas ações não apenas requalificaram áreas precárias, mas também reduziram as taxas de violência ao focalizar os setores mais vulneráveis da cidade (GETLINGER, 2021).

## 2 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo propor um modelo de análise do projeto de edifícios escolares que permitam identificar elementos de articulação do prédio com a cidade de elementos que integram o interior do edifício a seu exterior imediato; de estratégias de composição espacial que articulem os espaços internos de modo a promover de situações e contextos variados em que as diferentes atividades educacionais e comunitárias possam ocorrer. Colégio Santo Domingo Savio - Antonio Derka, foi selecionado, pelas razões expostas acima, como estudo de caso para esta proposta.

O estudo também visa propor um modelo de análise projetual de arquitetura em três escalas, que permita a identificação de elementos projetuais no edifício escolar que favoreçam

o desempenho de um papel de articulação urbana e equipamento de uso comunitário para além das atividades educacionais.

### **3 METODOLOGIA**

A escala KM, ao focar no contexto urbano, explora a localização geográfica da escola selecionada em Medellín, considerando sua relação com o entorno, acessibilidade, orientação solar e permeabilidade urbana. Elementos naturais e ocupação no lote são considerados, destacando a escola como um componente ativo na paisagem urbana, com especial atenção para a política pública "Colegios de Calidad para Medellín".

Na escala M, voltamos nossa atenção para o objeto arquitetônico, avaliando a distribuição programática, circulações horizontais e verticais, partido estrutural e escolha de materiais. Destacamos como a arquitetura interna facilita ou dificulta a interação eficaz entre alunos, professores e funcionários.

A escala CM, mais detalhada, adentra os espaços pedagógicos, considerando a distribuição específica de salas de aula, a localização estratégica da sala dos professores e a proximidade de áreas recreativas.

### **4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Em "Currículo, Espaço e Subjetividade – A Arquitetura como Programa (2011)", os autores exploram a arquitetura escolar como um programa intrínseco, capaz de materializar valores culturais, estéticos e ideológicos, exercendo influência na aprendizagem sensorial e motora. Destacam a importância da localização da escola no contexto urbano como um componente integrante do currículo, sublinhando a transformação do espaço em lugar. Argumentam que a escola não apenas ocupa um espaço predefinido, mas constrói um lugar por meio de sua ocupação e utilização. A convergência dos autores na ênfase à complexa relação entre espaço, lugar e atividade humana na escola ressalta que o território é uma construção social carregada de significados e vestígios das interações sociais.

O território e o lugar são, pois, duas realidades individuais e grupalmente construídas. São, tanto num quando no outro caso, uma construção social. Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. (FRAGO, 2001, pg. 64).

Em relação aos conceitos e tendências para a arquitetura escolar, o livro "Arquitetura Escolar: O Projeto do Ambiente de Ensino" (Kowaltowski, 2011) oferece uma abordagem abrangente, detalhando os parâmetros e princípios essenciais a serem considerados para assegurar a qualidade do edifício escolar em diferentes escalas, tanto nos níveis micro quanto macro dos ambientes escolares. Kowaltowski (2011) proporciona uma análise dos elementos que compõem o ambiente educacional, desde questões específicas relacionadas à disposição física das salas de aula, laboratórios e espaços comuns até considerações mais amplas sobre a integração da escola com seu entorno e comunidade.

O livro "Le Corbusier: uma análise da forma" (Baker, 1998) é uma referência fundamental para a pesquisa, fornecendo informações na compreensão da influência do

contexto e das forças circundantes na arquitetura. Baker (1998) contribui para a abordagem teórica da pesquisa, oferecendo uma base conceitual para entender como as condições do entorno moldam a concepção arquitetônica.

Edifícios se relacionam com o seu entorno da maneira mais positiva, levando em conta fatores tais como uma vista, a posição do sol ou a proximidade de uma via. Os fatores do lugar, tais como uma colina ou um vale, um rio ou uma estrada, podem ser considerados como forças e, como tal, atuam direta ou indiretamente sobre a forma. (BAKER, 1998, pg. 04).

Os conceitos apresentados no livro "A Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem" embasam a análise gráfica do projeto escolar. Francis Ching (1998) ressalta a importância fundamental da compreensão da relação entre forma e espaço na prática arquitetônica. A análise inicia destacando a essência da forma arquitetônica como uma interseção entre massa e espaço, ressaltando que a interpretação de desenhos de projeto deve se voltar tanto para a forma da massa que contém um volume de espaço quanto para a forma do volume espacial em si.

No documento "Colegios de Calidad para Medellín – Proyecto Estratégico de la Alcaldía de Medellín 2004-2007", estabelece-se uma abordagem estratégica da Alcaldía de Medellín para aprimorar a qualidade da educação. O projeto destaca a construção de 10 novos colégios e a adequação de 132 instituições já existentes. A iniciativa visava não apenas expandir a cobertura educacional, mas também transformar essas instituições em centros abertos à comunidade, promovendo atividades culturais, recreativas e educativas. Os objetivos principais dessa política pública incluíam melhorar a qualidade da educação, reduzir a evasão e repetência nos primeiros anos da educação primária e integrar os colégios ao tecido urbano. As características pedagógicas, como o enfoque inovador e o apoio de instituições de ensino superior, e as estratégias de ação, como o bilinguismo e a implementação de escolas digitais, foram aspectos relevantes. A abordagem de escola aberta, conectando a instituição à comunidade, também se destaca.

El proyecto busca implementar el concepto de Escuela Abierta, como estrategia que pretende convertir estos equipamientos en centros de actividad cultural, recreativa y educativa para toda la comunidad.

En el marco de esta estrategia de intervención, el espacio público juega un papel muy importante, porque se convierte en el espacio de encuentro de todos todas y en el lugar de referencia urbana para la ciudadanía.

1. Objetivo:

Romper con las fronteras tanto físicas como mentales, mediante una intervención urbana y arquitectónica abierta y puesta fácilmente al servicio de la comunidad.

Promover la apropiación por parte de toda la ciudadanía, favoreciendo la integración comunitaria.

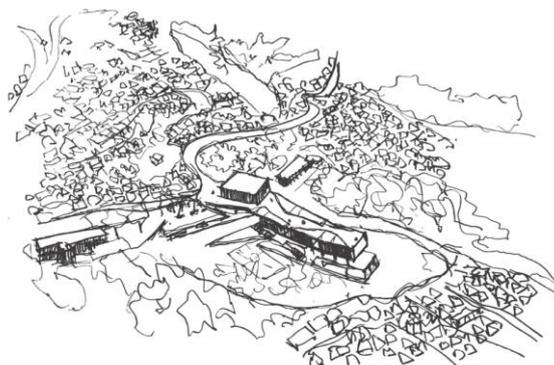
Permitir utilizar estos establecimientos en otras actividades culturales, deportivas y artísticas en horarios no escolares como fines de semana y horario nocturno. (ALCADÍA DE MEDELLIN, 2007, pg.04)

Na tese de doutorado intitulada "Plano de Ação local como elemento de integração e territorialização de políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social: O caso Jardim Lapena" elaborada por Getlinger (2021), a autora explora experiências de qualificação urbana em contextos latino-americanos, proporcionando conhecimento sobre abordagens eficazes. O

trabalho ressalta a transformação urbana de Medellín nas décadas de 1990 e 2000, passando de uma das cidades mais violentas do mundo para ser reconhecida como a mais inovadora (GETLINGER, 2021). A colaboração entre o governo e as universidades desempenhou um papel crucial. Esta pesquisa pode se beneficiar ao explorar como estratégias integradas de planejamento urbano, reabilitação social e parcerias podem conduzir a transformações significativas, informando abordagens para melhorar a qualidade de vida em contextos urbanos desafiadores.

## 5 ANÁLISE PROJETUAL E RESULTADOS

Figura 1 – Croqui da implantação volumétrica da Escola Antonio Derka, Medellín – Colômbia.



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

### 5.1 Escala KM – Contexto urbano

A Escola Antonio Derka, projeto do escritório Obra Negra Arquitectos, faz parte do programa "Medellín a mais educada", uma iniciativa promovida pelo prefeito Sergio Fajardo durante seu mandato de 2004 a 2007. Esse programa teve como objetivo principal a melhoria da qualidade da educação pública em Medellín, buscando expandir a infraestrutura escolar em áreas com menor cobertura e, ao mesmo tempo, promover o encontro cidadão.

O início desse processo de transformação urbana e social teve como marco a construção do metrô em 2003. A partir desse momento, uma série de intervenções urbanas foram implementadas em áreas deprimidas da cidade. Essas intervenções incluíram a recuperação de espaços públicos, a revitalização de bacias hídricas, a realocação de habitações e a construção de pontes que uniram bairros que antes viviam em conflito. Além disso, foram criados equipamentos esportivos e educativos, como o Parque Biblioteca Espanha e a Escola Antonio Derka, entre outros.

Figura 2 – Mapa localização da Escola Antonio Derka



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

Localizada a nordeste do território de Medellín, Colômbia, emerge como uma instituição de ensino central para a comunidade local. Estrategicamente atendida pelas linhas K e L do sistema de transporte de Medellín, a escola se beneficia da proximidade à estação Metro Cable Santo Domingo, situada a meros 700 metros de suas instalações. Este posicionamento geográfico não apenas destaca a importância da escola no contexto local, mas também ressalta a interconexão vital entre a infraestrutura educacional e o eficiente sistema de transporte público da região.

Figura 3 – Mapa localização da Escola Antonio Derka em relação ao sistema de transporte da cidade



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

O edifício escolar apresenta uma configuração espacial caracterizada por um terreno generoso de 13.000m<sup>2</sup>. A decisão de manter uma taxa de ocupação do solo de apenas 5%, equivalente a aproximadamente 625,00m<sup>2</sup>, demonstra uma abordagem consciente para maximizar o potencial do espaço público adjacente. Este índice reduzido de ocupação destaca-se para a criação de um ambiente escolar mais expansivo e acolhedor, proporcionando áreas abertas e propícias ao convívio e desenvolvimento social dos alunos. A permeabilidade do solo, calculada em cerca de 60%, aproximadamente 7.500m<sup>2</sup>, destaca o compromisso com o equilíbrio ambiental, permitindo a absorção natural de água e promovendo a preservação do entorno. Com uma área construída total de 7.785,00m<sup>2</sup>, a escola otimiza o uso do espaço disponível, enfatizando não apenas a eficiência construtiva, mas também a valorização do

ambiente circundante para enriquecer a experiência educacional e promover uma integração harmoniosa com a comunidade local.

Figura 4 – Mapa de uso e ocupação do território.



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

O terreno designado para o projeto possui características distintivas que moldam seu potencial arquitetônico e funcional. Com uma área de 13.000 m<sup>2</sup>, sua forma irregular e topografia desafiadora, com uma inclinação de 35%, oferecem desafios e oportunidades únicas na implantação. Apesar da complexidade topográfica, destaca-se sua singularidade ao proporcionar uma vista panorâmica privilegiada da cidade e das montanhas circundantes. Essa singularidade do terreno, com desafios e vantagens, influenciou diretamente o partido e a concepção arquitetônica da escola.

O edifício, estrategicamente orientado de norte a sul, otimiza a iluminação natural e ventilação. Essa disposição permite que as fachadas mais privilegiadas, voltadas à leste e oeste, recebam a luz solar de forma eficiente e garantam ventilação adequada. Essa decisão arquitetônica evita que quaisquer ambientes se voltem para a fachada sul, reconhecendo a necessidade de evitar excesso de sombra e maximizar a entrada de luz.

De acordo com o escritório Obra Negra Arquitectos, o projeto teve como ideia central atender às necessidades do local, focando na criação de um edifício acolhedor e familiar para a comunidade. Os arquitetos optaram por reinterpretar elementos da arquitetura local, incorporando terraços, varandas e espaços de contemplação entre as salas de aula. Além disso, as ruas escalonadas desempenharam um papel significativo na integração com a estrutura urbana circundante.

O desafio foi projetar um novo edifício que integrasse e conectasse os colégios existentes, o Instituto Coferrini e o Centro Infantil Buen Comienzo. A visão de uma "escola aberta" visava eliminar barreiras físicas e mentais entre essas instituições. Houve uma identificação de preexistências, como trilhas de pedestres cruzando o terreno, utilizadas pelos moradores para acessar o bairro La Torre, indicando uma falta de espaços públicos significativos.

A proposta principal consistiu em transformar a cobertura da escola em uma ampla praça pública, a Plaza Mirador, projetada como uma extensão da calçada, criando um ponto de encontro e troca de experiências para estudantes e membros da comunidade local.

Figura 5 e 6 – Fotografias da implantação da escola no território.



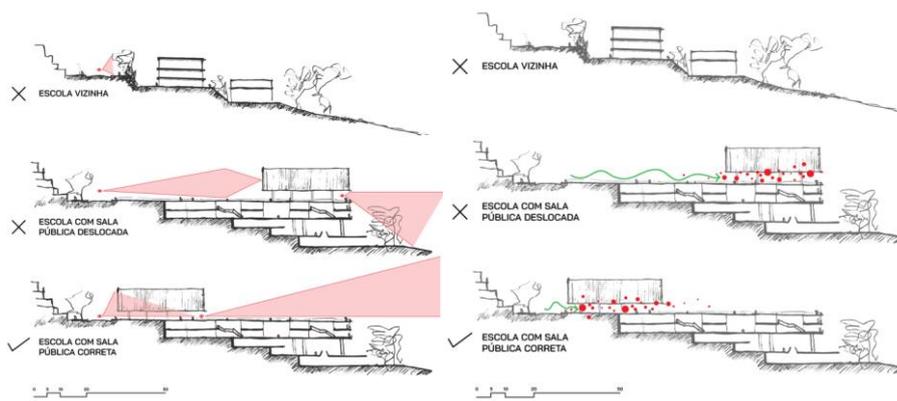
Fonte: Portal Archdaily (2008).

Uma característica proeminente é a decisão estratégica de posicionar a praça pública na cota da calçada, ampliando a relação entre o edifício e a cidade. Por outro lado, a escola vizinha, ao implantar o pavimento térreo em cota inferior ao acesso principal, falha em estabelecer uma conexão pública efetiva, resultando em desconexão visual e física com a comunidade.

Outro aspecto notável é a proximidade da caixa sob pilotis em relação à rua, gerando um ambiente acolhedor para pedestres e a comunidade local. Essa escolha arquitetônica fomenta a interação social e cria um senso de pertencimento, estabelecendo a escola como um ponto de referência acolhedor para a comunidade.

Nas figuras abaixo, os croquis comparativos entre o colégio vizinho pré-existente no local e o projeto da Escola Antonio Derka ilustram as relações entre a escola e a comunidade, bem como as vistas proporcionadas pela decisão da locação do volume que sobressai para o primeiro pavimento. Além disso, destacam-se as possibilidades dos espaços de permanência sob o volume do auditório, que se eleva sobre a praça pública.

Figura 7 e 8 – Croqui dos cortes comparativos entre a Escola Antonio Derka e a escola vizinha.



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

Apesar de adotar uma abordagem arquitetônica contemporânea, a Escola Antonio Derka demonstra uma integração dos fundamentos da arquitetura moderna propostos por Le Corbusier. A utilização de pilotis para sustentar a estrutura da caixa pública, proporcionando um vão livre de 4,7 metros de altura, reflete o compromisso com o primeiro ponto moderno, enquanto a elevação da caixa de atividades públicas sobre esses pilotis contribui para uma fachada livre e dinâmica, abraçando o segundo ponto.

A presença de janelas em fita, que conectam visualmente o interior e o exterior, evidencia a consideração do terceiro ponto moderno. Ao garantir que a área do telhado seja transformada em um espaço verde e público, a escola transcende seu papel tradicional, abraçando uma abordagem holística para o projeto. A praça na cota da calçada oferece um espaço para atividades ao ar livre, além de atuar como um testemunho da integração entre a arquitetura e a comunidade local.

Figura 9 – Croqui a partir da praça olhando para elevação urbana em relação ao seu contexto.



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

## 5.2 Escala M – Objeto Arquitetônico

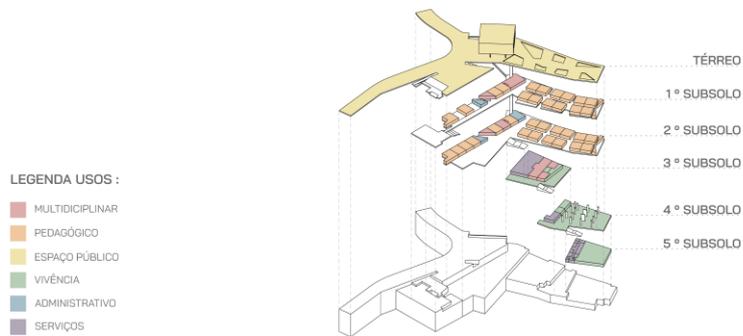
A distribuição programática da Escola Antonio Derka é organizada em seus cinco subsolos, cada um desempenhando um papel na funcionalidade do edifício. As salas multidisciplinares ocupam os 1º, 2º e 3º subsolos, projetadas para promover uma abordagem interdisciplinar ao aprendizado. Enquanto isso, as salas de aula, juntamente com a sala dos professores e a administração, encontram-se no 1º e 2º subsolos, otimizando a eficiência e a acessibilidade.

Os setores de vivência da escola são distribuídos nos 2º, 3º, 4º e 5º subsolos, formando uma rede funcional que atende às necessidades cotidianas dos alunos e da equipe. Esses espaços foram concebidos para criar um ambiente propício à interação social.

O pavimento térreo, ao nível da calçada, é transformado em uma praça pública, proporcionando uma área de convívio para a comunidade. Essa decisão arquitetônica integra a escola ao tecido urbano e promove a interação entre seus ocupantes e o entorno.

A caixa que flutua sob os pilotis no 1º pavimento representa uma extensão da escola para a comunidade, abrigando uma sala pública que se abre para fora. Essa abertura simboliza a transparência e a conexão entre a instituição educacional e a comunidade local, promovendo a interação e a colaboração.

Figura 10– Diagrama dos usos programáticos da escola.



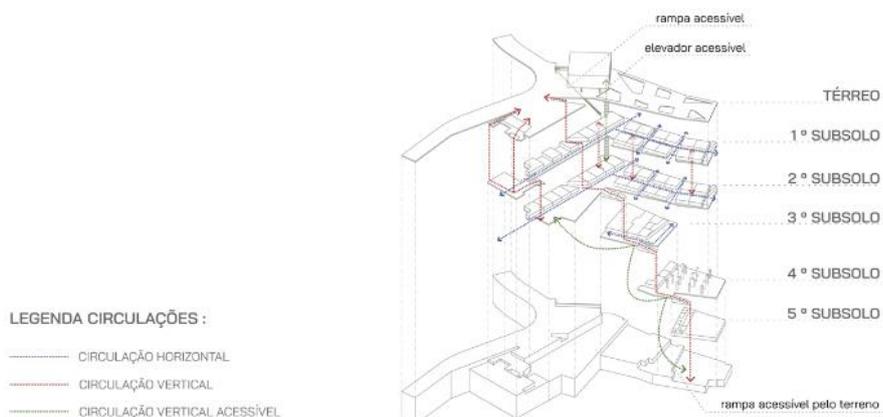
Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

Em relação à análise das circulações horizontais e verticais na Escola Antonio Derka, observa-se uma cuidadosa consideração para garantir a acessibilidade e promover a interação entre os espaços do edifício. A presença de um elevador localizado facilita o acesso entre o térreo e o 2º subsolo, onde se concentram atividades acadêmicas importantes.

A partir do 3º subsolo, a acessibilidade é assegurada através de rampas que conectam todos os pavimentos. Essa escolha arquitetônica não apenas atende aos princípios de inclusão, mas também contribui para uma experiência unificada e contínua em todo o edifício. As rampas não são apenas elementos funcionais; são percursos que convidam à exploração e à integração, reforçando a ideia de que a arquitetura pode ser um veículo para a conectividade entre os diferentes espaços.

Além disso, a circulação vertical é enriquecida pelas escadas posicionadas, não apenas como meios de deslocamento, mas como elementos que promovem interações casuais e espaços de encontro. Estas escadas, concebidas como lugares de convergência, transcendem sua função utilitária para se tornarem áreas de convívio e troca de ideias, integrando-se à dinâmica social da escola.

Figura 11– Diagrama das circulações propostas no edifício.

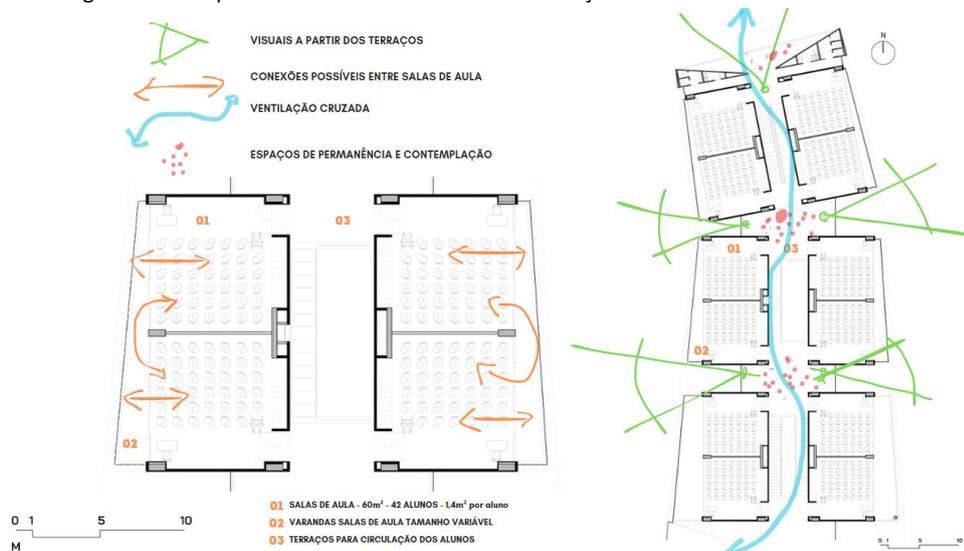


Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

### 5.3 Escala CM – Espaços pedagógicos

Com um total de 24 salas distribuídas uniformemente em seus três pavimentos, cada sala modular ocupa aproximadamente 60 m<sup>2</sup>, proporcionando espaço para aprendizado dinâmico. A média de 42 alunos por sala, equivalente a 1,4 m<sup>2</sup> por aluno, reflete um compromisso com a qualidade do espaço de aprendizagem, assegurando conforto e interação. Cada conjunto de duas salas de aula apresentam varandas internas de dimensões variáveis que fomentam a interação entre os alunos. Essas varandas não apenas ampliam o espaço útil, mas também permitem maior contato entre interior e exterior, proporcionando um ambiente de aprendizado conectado à natureza e à luminosidade externa. Os corredores de acesso às salas de aula não são meramente percursos funcionais, mas espaços concebidos para catalisar a permanência e o encontro dos alunos. A integração de varandas ao longo desses corredores, criando espaços de convívio e interação, transforma o conceito de escola aberta em uma realidade tangível.

Figura 12– Croqui de análise das conexões e distribuições das salas de aula.



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

Figura 13 e 14– Fotografias das varandas das salas de aula.



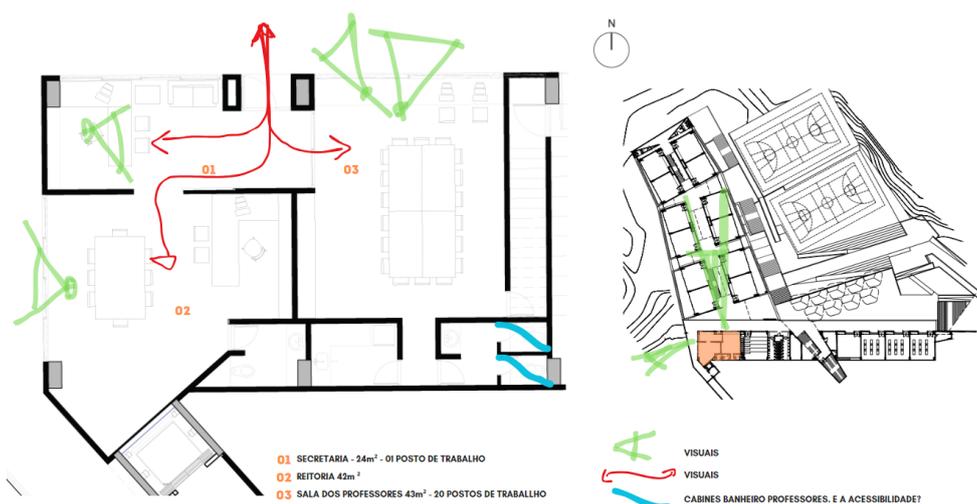
Fonte: Portal Archdaily (2008).

A disposição da sala dos professores na esquina de junção das duas barras do "L" edifício escolar revela uma tomada de decisão arquitetônica, suscitando reflexões críticas. Com uma área de aproximadamente 43m<sup>2</sup> para 20 postos de trabalho, a sala, localizada no 2º subsolo, destaca-se por sua proximidade à secretaria (24m<sup>2</sup>) e à sala da reitoria (aproximadamente 42m<sup>2</sup>). Este arranjo físico, embora ofereça uma integração conveniente entre os setores administrativos, levanta questionamentos sobre sua eficiência para a realização de reuniões de todos os professores simultaneamente, dada a quantidade expressiva de 24 salas de aula na escola.

A localização da sala dos professores ao lado da secretaria e da sala da reitoria, embora propicie visuais privilegiadas ao longo do corredor das salas de aula, parece sugerir uma estrutura hierárquica onde o controle e a visibilidade partem desses setores administrativos. A decisão de posicionar a sala dos professores mais próximo à ala pedagógica poderia ter contribuído para uma maior integração com o núcleo acadêmico, proporcionando um ambiente mais propício à troca de ideias e à colaboração entre os educadores.

No entanto, é importante reconhecer que a análise projetual destaca a visibilidade e o controle a partir da secretaria e da sala da reitoria. Essa perspectiva pode ser interpretada como uma escolha consciente de centralizar as operações administrativas, mas a distância relativa da ala pedagógica pode criar barreiras para uma comunicação eficaz e dinâmica entre os professores.

Figura 15– Croqui de análise das conexões da sala dos professores.



Fonte: Leonardo Tadeu Kseib, 2023.

## 6 CONCLUSÃO

A seleção do Colégio Santo Domingo Savio - Antonio Derka para este estudo mostrou-se útil, pois permitiu uma compreensão das relações entre o projeto arquitetônico de um edifício e sua capacidade de se tornar um articulador urbano, como a política urbana em que se inseriu pretendia. A análise em três escalas - Quilômetro, Metro e Centímetro - permitiu a identificação de elementos projetuais articuladores e mediadores tanto no que se refere à

inserção urbana e efeitos no entorno, quanto nas relações entre o interior e exterior imediato dos edifícios e relação entre espaços educacionais e de apoio.

Na escala Quilômetro, identifica-se a implantação estratégica da escola para sua relação com o entorno urbano. Na escala Metro, a distribuição programática dos subsolos e a criação de espaços de convívio social foram destacadas como elementos-chave, bem como a conexão visual com o exterior.

Já na escala Centímetro, destacaram-se elementos articuladores internos como a transparência e as circulações verticais e horizontais

O estudo pretendeu identificar elementos projetuais em três escalas que, presentes em um edifício escolar, favorecem que se torne um elemento de articulação urbana e equipamento de uso comunitário. Pretendeu ainda oferecer um modelo de análise projetual de edifícios escolares que possa ser adotado e aperfeiçoado em outras pesquisas que se debruçam sobre a temática.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALCADÍA DE MEDELLÍN. **Medellín modelo de transformación urbana: Proyecto Urbano – PUI – em la zona nororiental y Consolidación Habitacional em la Quebrada Juan Bobo**. Medellín: Alcaldía de Medellín.
- \_\_\_\_\_. **Plan de Desarrollo 2004-2007 “ Medellín, Compromiso de toda la ciudadanía**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Laboratorio Medellín, Valle de Aburrá**. Medellín: Mesa Editores, 2011.
- \_\_\_\_\_. **BIO 2030: Plan Director Medellín, Valle de Aburrá**. Medellín: Mesa Editores, 2012.
- BONILLA, Myriam Merchán; PALMA, Óscar Arcos. **Centros de Desarrollo Empresarial Zonal – CEDEZO**. In: **ALCADIA DE MEDELLÍN**. Laboratório Medellín: Catálogo de diez prácticas vivas. Medellín: Mesa Editores, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Escuelas y Colégios de Calidade para la Equidad y la Convivencia**. In: **ALCADIA DE MEDELLÍN**. Laboratório Medellín: Catálogo de diez prácticas vivas. Medellín: Mesa Editores, 2011.
- BAKER, G.H. **Le Corbusier: uma análise da forma**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BUITONI, Cássia Schroeder. **Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para educação**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CAZETTA, Valéria; LIMA, Ana Laura Godinho (orgs.). **O ambiente escolar em transformação**. Campinas: Alínea, 2022.
- CHING, F.D.K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CLARK, R.H.; PAUSE, M. **Arquitectura: temas de composición**. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.
- EDU – EMPRESA DE DESARROLO URBANO. **Arquitectura Publica y Innvación social**. Medellín: Mesa Editores. 2015
- FRAGO, A.V.; ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FERNANDES, O.S.; ELALI, G.A.; **Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar: O que aprendemos observando as atividades das crianças**. Paideia, 18(39) 41-52. Ribeirão Preto. 2008.
- GETLINGER, Daniela. **Plano de Ação como Elemento de integração e territorialização de Políticas Públicas em área de vulnerabilidade social: O caso Jardim Lapena**. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- KOWALTOWSKI, Doris. **Arquitetura escolar o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.
- LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Studio nobel, 1989
- LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004
- NASCIMENTO, Andréa. **A criança e o arquiteto. Quem aprende com quem?** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2014.
- REIS, L.A.A. **O pátio interno escolar como lugar simbólico**. Um estudo sobre a interrelação de variáveis subjetivas objetivas do conforto ambiental. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Rio de Janeiro: UFRJ/FAU PROARQ, 2006.
- WILDEROM, Mariana. **Espaço educacional contemporâneo: reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo (1935-2013)**. Dissertação de Mestrado – São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- WILDEROM, Mariana. **Arquitetura para cidades na América Latina contemporânea: distâncias e aproximações entre São Paulo e Medellín**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- XXI Bienal de Colombiana de Arquitectura – Catálogo. Volume 1 e 2. Sociedad Colombiana de Arquitectos. Bogotá, Colômbia, 2008.
- XXII Bienal de Colombiana de Arquitectura – Catálogo. Sociedad Colombiana de Arquitectos. Bogotá, Colômbia, 2010.
- XXIII Bienal de Colombiana de Arquitectura – Catálogo. Sociedad Colombiana de Arquitectos. Bogotá, Colômbia, 2012



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **O espaço urbano e o espírito do capitalismo: a produção do espaço e o direito à cidade de populações em situação de rua**

*The urban space and the spirit of capitalism: the production of the space and the right to the city in homeless populations*

**Morgana Dias Botelho**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Brasil  
morgbotelho@gmail.com

## RESUMO

Este artigo analisa o fenômeno dos dispositivos de controle social no espaço urbano e o impacto desses na garantia do direito à cidade de grupos vulneráveis, sob o recorte da população em situação de rua. Por meio da metodologia de levantamento bibliográfico, objetivou-se entender o processo de urbanização e produção do espaço urbano no contexto da cidade-mercadoria, bem como a expressão do controle social na forma urbana e correlacioná-la aos impactos na garantia do direito à cidade das populações em situação de rua. Intencionou-se ainda, ao relacionar os dados da população em situação de rua e da securitização da cidade, debater essas formas de controle do espaço enquanto absorção dos excedentes da mais-valia capitalista e de dupla forma de segregação do espaço urbano. Ao final do trabalho concluiu-se haver possibilidade de um campo de reflexão que articule a aporofobia como causa e consequência da cidade mercadoria, bem como entendeu-se que assumir o direito à cidade enquanto norte político, de discussão e de atuação do planejamento urbano gera contribuições para especular novas formas de produzir as cidades.

**Palavras-chave:** população em situação de rua; segregação socioespacial; urbanização; espaço urbano.

## ABSTRACT

This article analyzes the phenomenon of social control devices in urban space and their impact on guaranteeing the right to the city for vulnerable groups, focusing on the homeless population. Through the bibliographical survey methodology, the objective was to understand the process of urbanization and the production of urban space in the context of the commodity city, as well as the expression of social control in the urban form and to correlate it with the impacts on guaranteeing the right to the city of homeless populations. By relating data on the homeless population and the securitization of the city was also intended to debate these forms of space control as an absorption of excesses of capitalist surplus value and of a double form of segregation of the urban space. At the end of the work, was concluded that there is potential for a field of reflection that articulates aporophobia as a cause and consequence of the commodity city, as well as it was understood that assuming the right to the city as a political, discussion and action guide of the urban planning leads to contributions to speculate new ways of producing cities.

**Keywords:** homeless population; social-spatial segregation; urbanization; urban space.

## 1 INTRODUÇÃO

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 52) definem cidade como “fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades”, e evidenciam o imanente entrelaçamento da propriedade privada e da cidade - uma vez que tanto a força produtiva capitalista quanto a cidade em si sustentam-se pela e na divisão do trabalho. É, portanto, enquanto lócus privilegiado da ação e (re)produção do capital que o espaço urbano deve ser entendido e analisado. Mais do que mero espaço industrial ou produtivo, a cidade concentra as condições de efetivação da produção e do consumo necessárias ao capitalismo; ela condensa numa espacialização cada vez mais extensa a matéria prima, a mão de obra, o mercado consumidor – e os meios de ditar os padrões e ritmos desse consumo. A cidade reúne, principalmente, aquilo que Cox e Cox (2015) classificam:

[...] pessoas indesejáveis, *dropouts* da ordem capitalista, que, por razões várias, como alcoolismo, dependência de drogas ilícitas, desestruturação mental, desajuste ou abandono familiar, desemprego, miséria, migração, flagelos de toda sorte, perambulam pela cidade sem lugar para morar, sem emprego, sem dinheiro, sem documento, vindas de perto ou de mares distantes, despossuídas das prerrogativas mínimas que fariam delas cidadãos aptos a habitar, compartilhar e desfrutar do espaço urbano.

De fato, uma vez que as cidades surgem da concentração geográfica e social de um excedente de produção, é natural entender a urbanização como um fenômeno de classe. Conforme explicita Harvey (2014), a urbanização atua como instrumento do capitalismo à medida em que absorve o excedente produtivo advindo da mais-valia, e desenvolve, assim, uma ligação íntima entre a produção do espaço e o capital. A partir do momento que a qualidade de vida urbana se torna uma mercadoria, acessada por aqueles que possuem dinheiro, as desigualdades urbanas são acentuadas (Harvey, 2014, p. 48).

Frente ao alarmante dado de 281,4 mil pessoas em situação de rua no Brasil<sup>1</sup> – crescente em 38% entre 2019 e 2022 –, contrapõem-se as formas espaciais do crescente paradoxo de distribuição de riquezas. Em uma espécie de homenagem neoliberal à propriedade privada, as formas urbanas dos enclaves fortificados, dos espaços públicos sob vigilância constante, e mesmo do *design* hostil minam a ideia de cidade enquanto um corpo político coletivo, berço de movimentos sociais progressivos, da cidadania e pertencimento (Harvey, 2014).

Nesse sentido, o presente artigo correlaciona os mecanismos de controle socioespacial observados no planejamento urbano e produção do espaço no Brasil e a desigualdade social do cenário nacional, na intenção de compreender os atravessamentos entre as formas urbanas de securitização e controle do espaço, e a garantia do direito à cidade de populações em situação de rua no Brasil.

## 2 OBJETIVOS

Através deste estudo, objetiva-se analisar o fenômeno dos meios de controle socioespacial existentes no espaço urbano brasileiro - enclaves fortificados, dispositivos de

---

<sup>1</sup> Dados do IPEA, 2022

vigilância do espaço público, guaritas de vigilância em ruas residenciais, uso de design hostil em espaços e mobiliários urbanos – e correlacioná-los aos dados de população em situação de rua.

Intenciona-se com essa análise compreender os atravessamentos entre as formas urbanas de securitização e a garantia do direito à cidade das populações em situação de rua no Brasil, além de debater essas formas de controle do espaço enquanto absorção dos excedentes da mais-valia capitalista – conformadoras, portanto, de uma dupla segregação, primeiro político-econômica, e então socioespacial.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi a pesquisa exploratória. Conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória objetiva:

[...] o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão [...]"

Para este artigo, realizou-se levantamento bibliográfico e pesquisa documental, na busca por revisar a produção acadêmica no tema, embasada nas teorias de Henri Lefebvre<sup>2</sup> e David Harvey (2014) sobre o direito à cidade – autores estabelecidos destarte como marco teórico.

### 4 RESULTADOS

#### 4.1 Urbanização e controle social do espaço

Em *Cidades Rebeldes*, Harvey (2014) discorre sobre a urbanização e os processos de transformações urbanas como uma forma de absorção dos excedentes da produção capitalista, à medida que o redesenvolvimento urbano substitui o espaço urbano construído por uma versão “atualizada” de si próprio – seja pela requalificação, seja pela demolição e reconstrução –, particularmente afetando casas da classe trabalhadora. De fato, Lefebvre (2011) caracteriza a urbanização da sociedade como um processo de deterioração da vida urbana, com a explosão dos centros e com pessoas segregativamente repartidas no espaço.

Cox e Cox (2015) estendem as reflexões destes autores correlacionando essa deterioração da vida urbana – intimamente ligada ao caráter burocrático de consumo dirigido da sociedade urbana – com a “geração de uma numerosa população residual despossuída das condições mínimas para o consumo, que, por isso, pode se tornar indesejável no cotidiano”. Essa população empobrecida torna-se o alvo da segregação que Lefebvre (2011) postula como consequência à explosão da cidade.

De fato, enquanto processo dialético, a segregação de uns – voluntária – provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros – involuntária –, e conforma-se como um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço.

---

<sup>2</sup> Ver Lefebvre, 2008 e Lefebvre, 2011.

Esse processo de dominação do espaço, conclui Villaça (2001), dá-se pelo controle, por parte das camadas de mais alta renda, de três mecanismos: um de natureza econômica, um de natureza política, e, finalmente, através da ideologia.

Importa para este artigo a interface entre essas três dimensões, intrinsecamente correlatas, e a expressão delas no tecido urbano, especialmente no que tange às formas de controle social fisicamente manifestas na cidade. Para Harvey (2014), as áreas urbanas têm se tornado progressivamente divididas e tendentes ao conflito, resultando em formas espaciais cáusticas indelévels no tecido da cidade: fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância.

Expressa-se, assim, a tripla dimensão de dominação postulada por Villaça supracitada. Economicamente através das disparidades do valor da terra, que encarecem os espaços das centralidades e das áreas ocupadas pelas classes altas e condicionam a qualidade de vida ao valor-mercadoria; politicamente através de dispositivos que regulam o espaço urbano e seu uso – leis de uso e ocupação, planos diretores, códigos de posturas (Petty, 2016). Ideologicamente essa dominação é expressa através da construção do pensamento de que “certas áreas da cidade são direcionadas a públicos específicos e só deverão ser ocupadas e desfrutadas por tais públicos. Assim, forma-se no imaginário popular a ideia de um inimigo comum a ser combatido e, nesses moldes, excluído de certas vivências da vida comunitária” (Ivo, 2022, p. 30).

Enquanto dinâmicas como as elencadas por Harvey atuam na restrição ao acesso de pessoas indesejadas a recortes privilegiados da cidade (Ivo, 2022), Cox e Cox (2015) postulam que as medidas de controle social do uso do espaço não estão restritas ao nível macroestrutural, mas que se materializam também na escala do detalhe na cidade – exemplificam com a arbustificação e a retirada de arborização das calçadas como uma estratégia para evitar multidões, e com a elaboração de “*design* ‘antimendigo’”.

#### 4.2 Situação de rua: efeito colateral da cidade mercadoria

Sobre calçadas e sob viadutos, milhares de brasileiros constituem a estatística que representa a ineficiência do Estado em assegurar o 5º artigo da Constituição Federal (Brasil, 1988) no que tange à igualdade, à segurança e à propriedade. Denomina-se população em situação de rua todo aquele grupo de pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar, e que possuem a rua como o espaço de moradia e sustento, conforme estabelece a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008).

A partir de uma perspectiva semântica, importa distinguir o “ficar na rua”, enquanto algo circunstancial; o “estar na rua”, caráter recente; e o “ser de rua”, como algo permanente. Essa distinção funda-se na visão da permanência na situação de rua, como fator de cronificação (Vieira et al., 1994 *apud* Varanda e Adorno, 2004). Embora Varanda e Adorno (2004) discorram de maneira aprofundada as especificidades das populações de rua – diferenciando, inclusive, os termos “sem-teto” e “população de rua” –, essas particularidades são abstraídas neste estudo, uma vez que importa analisar as relações dessas populações com o urbano de maneira generalista e enquanto efeito colateral da produção capitalista do espaço urbano.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2023) estimaram haver, em 2022, 281,4 mil pessoas em situação de rua no Brasil. A nota técnica apresentada organizou

dados da última década (2012-2022) e demonstrou um aumento de mais de 200% entre as populações em situação de rua estimadas no primeiro e no último ano da série (Figura 1).

Figura 1: Número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022)

Ano	População em situação de rua estimada
2012	90.480
2013	96.246
2014	106.650
2015	123.104
2016	138.785
2017	160.614
2018	184.749
2019	204.660
2020	214.451
2021	232.147
2022	281.472

Fonte: IPEA, 2023

Os dados da nota técnica ainda apontaram que cerca de 50% da população em situação de rua encontra-se na região sudeste do país (151 mil pessoas), e que mais de 70% localizam-se em cidades de grande porte e metrópoles (104 e 102 mil pessoas, respectivamente). Esse dado é relevante por denotar uma estreita relação entre populações em situação de rua e áreas urbanizadas. É, desse modo, coerente que a macrorregião com maior população em situação de rua em valores absolutos – a saber, a sudeste – seja, também a que concentra mais de um terço das áreas urbanizadas do país<sup>3</sup>.

Giese *et al.* (2023) destaca a população em situação de rua dentre os grupos sociais rejeitados e vigiados no espaço urbano em função de:

[d]esta população vivenciar o espaço público a partir de uma relação particularmente intensa e conflituosa, pois nele buscam sua sobrevivência e recebem certa empatia, e são, também, submetidos às estratégias de rejeição, controle e vigilância, materializadas pela frequente produção de espaços hostis.

Para Ferraz *et al.* (2015), a “correlação entre miséria, pobreza e insegurança, produz um desejo quase consensual e crescente de combate à criminalidade, que justifica a superposição entre medidas e políticas de segurança para as elites e desrespeito aos plenos direitos das classes pobres e miseráveis à cidade”. De fato, o discurso da insegurança no espaço urbano manifesta-se como parte da dominação na esfera ideológica postulada por Villaça (2001), e orchestra nas formas da produção do espaço toda sorte de estratégias para expulsão das populações em situação de rua.

Nos espaços privados, operam estratégias de autosegregação e securitização – como a forma espacial dos enclaves fortificados, da privatização de ruas por meio de cancelas e guaritas de vigilância –, enquanto o espaço público é redesenhado na intenção de delimitar a quem seu usufruto destina-se. Conforme Ferraz *et al.* (2015, p. 127, grifo nosso):

<sup>3</sup> Conferir Agência IBGE, 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35585-sudeste-concentra-mais-de-um-terco-das-areas-urbanizadas-do-pais#:~:text=Mais%20de%20um%20ter%C3%A7o%20\(36,hoje%20\(23\)%20pelo%20IBGE.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35585-sudeste-concentra-mais-de-um-terco-das-areas-urbanizadas-do-pais#:~:text=Mais%20de%20um%20ter%C3%A7o%20(36,hoje%20(23)%20pelo%20IBGE.)

A expressão “*espaço público*” aponta para o entendimento de que *é de todos e para todos e, ao mesmo tempo, não é de ninguém*. Traz em si a potencialidade de ser usufruído por qualquer público. Todavia, os projetos de valorização desses espaços não garantem de fato o acesso irrestrito e equivalente, porque há um projeto de cidade – e de cidadania – orientando decisões políticas e que não são democráticos, mas que acontecem em cooperação com o setor privado que mantém seus privilégios financeiros e lucrativos. A direção dos investimentos e da implantação de equipamentos para uso público traz consigo normas implícitas de comportamentos aceitáveis e desejáveis para cada um deles.

É desse modo, portanto, que a produção capitalista do espaço opera para além dos recortes privados e estende sua dominação em direção a uma regulação do uso do espaço público – desde ferramentas de *design* hostil implantadas nos mobiliários (e nos vazios) urbanos, até políticas de limpeza urbana/humana, a cidade conforma-se sob o discurso da remoção de grupos sociais específicos do espaço urbano sob a justificativa da segurança.

#### 4.3 A dicotomia entre a securitização do espaço urbano e o direito à cidade

Enquanto lugar de conflito – especificamente de luta de classes – o espaço urbano concentra hoje a dicotomia da desapropriação dos menos favorecidos em favor de um desenvolvimento espacial estruturado para os mais ricos (Harvey, 2014). Ao restarem os espaços públicos enquanto ambientes destinados a toda sorte de classes, a dominação através do espaço é dada de maneira ideológica e, então fisicamente manifesta. Cox e Cox (2015) abordam a existência de um conceito prévio vigente no discurso urbano: o de que espaços vazios são lugares com potencial de serem ocupados por pessoas em situação de rua, de modo que preenchê-los com elementos hostis é a forma de dissuadir o sujeito sem lugar na cidade de ali se alojar. Afirmam ainda:

Os espaços interditados são preparados para que o próprio corpo urbano se encarregue de repelir a banda “podre” do corpo social que supostamente suja e enfeia a cidade, **ameaçando a segurança da gente de bem** que trabalha, produz e consome, movimentando a economia. Para os desocupados, os vagabundos, os mendigos, os inúteis, não há lugar na cidade (Cox e Cox, 2015, p.12, grifo nosso).

Evidencia-se, assim, a correlação entre o discurso do medo e da criminalidade e a busca progressiva por securitização dos espaços urbanos e o isolamento das altas classes em regiões segregadas da cidade. Enclaves fortificados e ruas privatizadas surgem como formas de abrigo para defesa de quem está dentro deles, contra a ameaça e o perigo que vêm de fora; *shopping centers* distinguem classes de consumidores e promovem espaços “limpos” para consumo (Cox e Cox, 2015).

Ao associar a situação de rua à criminalidade, o discurso de securitização do espaço urbano reitera a afirmação de Petty (2016, p. 5), de que pobreza e pessoas em situação de rua em locais visíveis são entendidas como disruptivas ao espetáculo e à performance do capital. Em realidade, antes do que pela criminalidade, a situação de rua é motivada pelo abuso de álcool e drogas e pelo desemprego, conforme ilustram os dados da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008). A política destaca ainda como, dentre os mais

de 31 mil entrevistados em situação de rua, 70,9% exerciam alguma atividade remunerada, como catadores de recicláveis, flanelinhas e funcionários da construção civil, o que refuta a mendicância como característica inerente à população em situação de rua. No entanto, aproximadamente 50% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada, e situam-se na informalidade trabalhista – uma das principais consequências da “flexibilização” do trabalho na economia neoliberal.

Conforme conclui o próprio relatório da política (Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008), uma vez analisados os dados quantitativos sobre as pessoas em situação de rua, é evidente que essas “[...] sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, utilizando-se de diferentes estratégias para sobrevivência”. Debruce-se, aqui, especificamente sobre a dimensão ampla e interdependente desses direitos – nomeadamente, o direito à cidade. Para além do conceito lefebvriano do direito à cidade enquanto direito à vida urbana em coletividade, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2007) define-o como:

[...] o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos.

Conforme ressalta Ivo (2022), mais do que meramente assegurar o acesso ao espaço urbano, o direito à cidade postula prerrogativas cuja efetivação é dada de maneira intrínseca à outros direitos, como a dignidade da pessoa humana, o direito à moradia, o acesso à infraestrutura pública, entre outras necessidades das pessoas nas cidades. Frente aos números expressivos de pessoas em situação de rua, o direito à cidade configura-se uma categoria de discussão manifesta na realidade, simultânea e paradoxalmente, visível e invisível. Visível uma vez que, espalhadas pelas cidades, 280 mil pessoas em situação de rua exprimem de modo irrefutável a incapacidade das cidades brasileiras de assegurar o direito à cidade de maneira uniforme e equânime entre suas populações; invisível pois que se recusa progressivamente a dimensão individual dessas pessoas em situação de rua, reduzida à indolência e rejeito humano das cidades pelo discurso ideológico de dominação do espaço urbano.

Discorre daí um ciclo de reiteração – e acentuação – da segregação (e, portanto, da violação do direito à cidade) a que as classes médias e baixas estão sujeitas. Uma vez submetidas à segregação político-econômica das cidades neoliberais – desemprego, altos preços de locação, afastamento da participação política –, essas classes despontam gradualmente mais expostas à vulnerabilidade social da qual decorrem as principais causas da situação de rua no Brasil. Consequência direta do aumento de populações vulneráveis, a situação de rua fomenta o advento de dispositivos e normas de controle social – como os supracitados nesse estudo – para regulação e securitização do espaço urbano, o que segrega ainda outra vez, agora especialmente

na dimensão socioespacial, grupos sociais já vulneráveis e demovidos de seu direito à cidade (Ivo, 2022).

#### 4 CONCLUSÕES

Sem pretensões de esgotar a discussão dos impactos da produção capitalista do espaço ao direito à cidade, este estudo buscou refletir criticamente sobre as relações entre os fenômenos de controle social no espaço urbano e as populações em situação de rua por eles diretamente afetadas. Ao expandir a discussão das formas físicas que a segregação assume no espaço urbano para além da mera busca por “segurança”, abre-se um campo de reflexão que articula a aporofobia como causa e consequência da cidade mercadoria.

Enquanto mercadoria, a qualidade de vida nas cidades torna-se cada vez mais restrita a classes altas, acentuando desigualdades em todas as esferas da vida cotidiana. O acesso à moradia, infraestrutura, emprego, lazer, mobilidade, saúde, entre tantas outras políticas públicas, reservado às áreas específicas da cidade espacializa a luta de classes, e condiciona o direito à cidade ao acesso à riqueza.

Debater os atravessamentos entre o direito à cidade e a forma preconizada da arquitetura hostil e do planejamento urbano direcionado pelo mercado imobiliário nas cidades é, em síntese, criticar a produção capitalista do espaço e (re)centralizar a democracia nos espaços públicos das cidades. Ao assumir a urbanização enquanto forma de absorção dos excedentes do capital e a segregação enquanto processo dialético e poli-dimensional de domínio do espaço urbano, as formas de controle social são desveladas enquanto instrumentos para enfrentar – no sentido de conter e disciplinar – as contradições do próprio capital: os “dropouts” humanos, populações indesejadas na paisagem, porém necessários à conformação dela.

Com este artigo construíram-se, portanto, reflexões para estruturar o debate da importância de se estabelecer uma gestão (verdadeiramente) democrática dos processos urbanos e da produção do espaço – com a inclusão de grupos vulneráveis, especialmente pessoas em situação de rua, no pensamento da cidade. Ao assumir o direito à cidade enquanto norte político, de discussão e de atuação do planejamento urbano, expõe-se as conexões entre urbanização e utilização dos excedentes do capital financeiro e abre-se a possibilidade de que se especulem novas formas de produzir o urbano – uma das possibilidades de estudos futuros e complementares a que esse artigo pode servir de base.

#### REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVARENGA, J., BONINI, L., PRADOS, R. Semiótica da Cidade Hostil. **Diálogos Interdisciplinares**, vol. 8, n. 4, 20 jun 2019. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/697>. Acesso em: 08 abr. 2024.

ANDREOU, Alex. **Anti-homeless spikes: “Sleeping rough opened my eyes to the city’s barbed cruelty”**. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2015/feb/18/defensive-architecture-keeps-poverty-undeen-and-makes-us-more-hostile>. Acesso em: 12 abr. 2024

BRASIL. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília: Governo Federal, 2008. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua\\_.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf). Acesso em: 11 abr. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, DF: Governo Federal, 05 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 abr. 2024

CARNEIRO, Karine Gonçalves. Perigosos ou úteis? Os moradores de rua e a produção do espaço urbano em Belo Horizonte e Bogotá. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 45, 27 fev. 2019. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30907>. Acesso em: 12 abr. 2024

COX, Maria Inês Pagliarini; COX, Elisa Pagliarini. Interdições ao corpo no corpo da cidade: arquitetura, urbanismo, discurso e controle social. **Linguasagem**, v. 24, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/161/130> Acesso em: 8 abr. 2024

FERRAZ, S. M. T.; BENAYON, J. S.; ACIOLY, L. L.; ROSADAS, L. G. C.; MENDONÇA, P. R. C. C. de. Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. **Movimento-revista de educação**, n. 3, 27 jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32563>. Acesso em: 14 abr. 2024

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. 2006. Disponível em: [https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/A1.4\\_Carta-Mundial-do-Direito-à-Cidade.pdf](https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/A1.4_Carta-Mundial-do-Direito-à-Cidade.pdf). Acesso em: 20 abr. 2024

GIESE, Juliana Varejão; SILVA, Luciana Bosco e; MENEGAT, Elizete Maria. População em situação de rua e espaço público: as manifestações contraditórias de aporofobia e de gentileza urbana na atualidade. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 15, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220227> Acesso em: 16 abr. 2024

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-119, May 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701998000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701998000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 abr. 2024

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Editora Livraria, 2014.

IVO, Victória Hendges. **A arquitetura hostil como ofensa ao direito à cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/ff2ed306-1eb8-45b8-a630-cb065be2b27a>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

MARCO, Cristhian M. de; SANTOS, Paulo J. T. dos; MOLLER, Gabriela S. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. **urbe, Revista Brasileira Gestão Urbana**, Curitiba, v. 12, e20190253, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692020000100229&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692020000100229&lng=en&nrm=iso)

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDOSA, Douglas. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 305-309, 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702011000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100014&lng=en&nrm=iso)>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota Técnica Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012 a 2022)**. Brasília, DF: Ipea, fev. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdisoc103>. Acesso em: 10 abr. 2024

OLDONI, Sirlei M., RAMPASI, Natalia de L. Cidade para quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano. **Revista Thêma et Scientia**, v. 10, n. 2E, p. 385–406, 2020. Disponível em: <<http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/1372>>. Acesso em: 08 abr. 2024

PETTY, James. The London Spikes Controversy: Homelessness, Urban Securitisation and the Question of “Hostile Architecture”. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, v. 5, n. 1, p. 67–81, 2016. Disponível em: < <https://www.crimejusticejournal.com/article/view/792> >. Acesso em: 08 abr. 2024

QUINN, B. **Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of “hostile architecture”**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SAYURI, Juliana. **O que é arquitetura hostil. E quais suas implicações no Brasil**. Nexo, São Paulo, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/03/O-que-%C3%A9-arquitetura--hostil.-E-quais-suas-implica%C3%A7%C3%B5es-no--Brasil>. Acesso em: 18 abr 2024

SOUSA, Cinthya Raquel de Moura; COSTA, Raian Mateus Castelo Branco. Pedras Paulistanas. **Revista de Direito**, [S.L.], v. 13, n. 03, p. 01-33, 8 out. 2021. Revista de Direito. <http://dx.doi.org/10.32361/2021130312817>. Acesso em: 16 abr. 2024

VARANDA, Walter, ADORNO, Rubens de C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 56–69, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2004.v13n1/56-69/#ModalArticles>

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### O projeto “Nenhuma Casa sem Banheiro”: uma análise da percepção de satisfação dos usuários no município de Canoas/RS

*The “Nenhuma Casa sem Banheiro” project: an analysis of users perception os satisfaction in the city of Canoas/RS*

#### **Evelise Both**

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR / UFRGS, Brasil  
eveliseboth@gmail.com

#### **Priscila Oliveira Vargas**

Mestranda em Arquitetura, PROPAR / UFRGS, Brasil.  
priscilavargas.arq@gmail.com

#### **Luciana Inês Gomes Miron**

Professora Doutora, PROPUR / UFRGS, Brasil.  
luciana.miron@ufrgs.br

## RESUMO

A presença de condições sanitárias adequadas, incluindo acesso à água potável e instalações como banheiros, é essencial para garantir a saúde, dignidade e qualidade de vida das comunidades vulneráveis. Objetivo: este estudo tem como objetivo investigar o grau de satisfação dos beneficiários do projeto "Nenhuma Casa sem Banheiro" em Canoas/RS, iniciado em 2021, analisando o impacto das melhorias habitacionais na qualidade de vida por meio do acesso a instalações sanitárias adequadas. Metodologia: foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas no período de 5 a 6 de setembro de 2023 com 9 moradores beneficiados pelo projeto, algumas semanas após a entrega dos banheiros. Resultados: a partir das entrevistas realizadas, foi possível diagnosticar a satisfação dos usuários com o banheiro recebido. Além disso, os resultados deste estudo inicial indicam que o projeto está influenciando a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, especialmente no que diz respeito ao acesso a instalações sanitárias adequadas. Contribuições teóricas/metodológicas: este estudo busca contribuir para a compreensão da satisfação dos moradores em relação às melhorias habitacionais relacionadas à assistência técnica para habitação de interesse social. Contribuições sociais e ambientais: a partir da amostra selecionada foi possível constatar, principalmente pela identificação de como a implantação de banheiros com instalações sanitárias adequadas pode influenciar na melhoria da qualidade de vida de uma população vulnerável. Por fim, identifica-se que as melhorias habitacionais devem fazer parte das políticas de planejamento urbano e das atividades de gestão municipal, considerando suas implicações para a qualidade de vida nas cidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** ATHIS. Melhoria habitacional. Percepção de satisfação. Qualidade de vida. Planejamento e gestão municipal.

## ABSTRACT

*The presence of adequate sanitary conditions, including access to potable water and facilities such as bathrooms, is essential to ensure the health, dignity, and quality of life of vulnerable communities. Objective: This study aims to investigate the satisfaction level of the beneficiaries of the "Nenhuma Casa sem Banheiro" project in Canoas/RS, initiated in 2021, analyzing the impact of housing improvements on the quality of life through access to adequate sanitary facilities. Methodology: Semi-structured interviews were conducted from September 5 to 6, 2023, with 9 residents who benefited from the project, a few weeks after the bathrooms were delivered. Results: From the interviews conducted, it was possible to diagnose the users' satisfaction with the received bathroom. Furthermore, the results of this initial study indicate that the project is influencing the improvement of the beneficiaries' quality of life, especially concerning access to adequate sanitary facilities. Theoretical/methodological contributions: This study seeks to contribute to the understanding of residents' satisfaction regarding housing improvements related to technical assistance for social interest housing. Social and environmental contributions: From the selected sample, it was possible to observe, mainly through the identification of how the implementation of bathrooms with adequate sanitary facilities can influence the improvement of the quality of life of a vulnerable population. Finally, it is identified that housing improvements should be part of urban planning policies and municipal management activities, considering their implications for the quality of life in cities.*

**KEY WORDS:** ATHIS. Housing improvement. Perception of satisfaction. Quality of life. Municipal planning and management.

## 1 INTRODUÇÃO

Reflexões pertinentes à habitação de interesse social frequentemente estão presentes na sociedade de um modo geral, e na área de planejamento urbano de modo mais específico, devido à constante necessidade por moradias adequadas e acessíveis para cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Partindo do pressuposto de que a arquitetura envolve a concepção de projetos voltados para necessidades humanas, com capacidade de influenciar o bem-estar e qualidade de vida dos usuários, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) considera que é fundamental que arquitetos e urbanistas possuam uma abordagem ampla e inclusiva para as diversas realidades habitacionais (CAU/RS, 2017). Nesse sentido, o CAU/RS ainda acrescenta que a presença e atuação específica desses profissionais em administrações públicas, são essenciais para encarar com êxito os desafios relacionados à urbanização e habitação, visto que a precariedade das políticas urbanas e habitacionais está relacionada à escassez de arquitetos e urbanistas nessa área (CAU/RS, 2017).

Conforme dados da Fundação João Pinheiro (FJP), o número de domicílios onde há alguma inadequação, tais como carência de infraestrutura, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e adensamento excessivo, ultrapassa a marca de 9 milhões (FJP, 2018). No Rio Grande do Sul, o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou que 11 mil residências não possuíam à época uma unidade sanitária completa (IBGE, 2010).

No Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o acesso à moradia digna é um direito que deve ser assegurado pelo Estado (BRASIL, 1988). Segundo a Organização das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1991) o conceito de moradia adequada perpassa parâmetros de habitabilidade, de disponibilidade de serviços e de acessibilidade. Quanto à habitabilidade, a moradia deve proporcionar segurança física e estrutural, além de proteção contra intempéries e outras ameaças à saúde. A moradia adequada também deve atender necessidades específicas de grupos como crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida, etc. Já quanto a disponibilidade de serviços, a moradia deve dispor de infraestrutura de saneamento básico, acesso à água potável e energia elétrica (NAÇÕES UNIDAS, 1991).

Desde 2008 a legislação brasileira possui a Lei nº 11.888, conhecida como Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), como um dos instrumentos para o atendimento do direito à moradia para todos. Esta lei desempenha um papel crucial ao garantir o acesso gratuito a serviços técnicos de engenharia e arquitetura para famílias de baixa renda. A política visa não apenas assegurar moradias adequadas para essa população, mas também estimular a economia local e o comércio, criando empregos no setor da construção civil. Salienta-se ainda que a ATHIS tem potencial para melhorar a qualidade de vida e reduzir os gastos relacionados à saúde pública devido às más condições habitacionais (CAU/RS, 2017). Conforme Scotton (2020, p. 31), a democratização de habitações saudáveis e seguras é urgente, visto que “problemas advindos das péssimas condições urbanas e habitacionais de determinadas áreas; adversidades que atingem em cheio a população de baixa renda [...]”

Embora a Lei de ATHIS seja recente, a discussão acerca da assistência técnica em arquitetura e urbanismo para a população mais carente no país é mais antiga, tendo suas origens na década de 1970. Nesse período o Brasil vivia um contexto de urbanização acelerada, fenômeno que desencadeou uma série de problemas urbanos, entre eles o déficit habitacional,

que afeta principalmente as famílias mais vulneráveis. A renda insuficiente somada ao elevado custo do solo ocasionado pelo processo de urbanização tornam este problema de difícil solução (ABIKO, 1995).

No Rio Grande do Sul destaca-se a atuação do Sindicato de Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS) à frente das discussões que resultaram na Lei da ATHIS. Em 1976 a entidade divulgou o Estudo de viabilidade de programa de Assistência Técnica gratuita ao projeto e construção da Moradia Isolada para pessoas carentes de recursos – ATMI, que pode ser considerado como a gênese da Lei de Assistência Técnica em Habitação Social (MELLO, 2021). Essa iniciativa além de prever o fornecimento dos benefícios da assistência técnica a uma ampla camada da população brasileira, buscava inserir os profissionais arquitetos na solução da questão habitacional brasileira (MELO, 2021). O detalhamento desse estudo pelo SAERGS resultou no Programa ATME: Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica, encaminhado ao CREA 8ª Região em dezembro de 1977 (MELLO, 2021). Apenas três décadas após essas publicações é que foi sancionada a Lei de ATHIS, e passadas mais de duas décadas de sua implementação, registram-se poucas experiências consolidadas na área (CARDOSO; LOPES, 2022).

Diante disso, com o intuito de cooperar na implementação da Lei de ATHIS (BRASIL, 2008) nos municípios do Rio Grande do Sul, o CAU/RS criou o Gabinete de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, em 2019. Nesse contexto foi criado o programa “Casa Saudável”, que tem como objetivo buscar a integração entre os profissionais que trabalham com a Estratégia Saúde da Família (ESF) e arquitetos e urbanistas. A intenção é promover a saúde a partir da solução de problemas de origem sanitária. Ou seja, soluções que envolvem desde a construção de banheiros adequados, fossas sépticas funcionais, reformas em telhados e pisos danificados, melhoria da iluminação e até mesmo a ampliação de cômodos das residências (CAU/RS, 2020).

O contexto de inadequações habitacionais somado à crise sanitária agravada pelo advento da pandemia da Covid-19 foram algumas das motivações do CAU/RS ao desenvolver o projeto especial “Nenhuma Casa sem Banheiro”<sup>12</sup> (CAU, 2021). Esse projeto do CAU/RS busca promover melhorias sanitárias relativas às necessidades básicas de saneamento, relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliares. De um modo geral a iniciativa busca a promoção da saúde por meio da qualificação da habitação e do seu entorno. Com a implementação do projeto, buscou-se viabilizar às famílias de baixa renda o acesso à assistência técnica pública e gratuita de arquitetos para elaboração dos projetos dos banheiros. Para a execução das obras o conselho buscou realizar parcerias com o poder público na esfera estadual e municipal.

Assim, em abril de 2021 o CAU/RS (TEIXEIRA, 2021a) e a Secretaria Estadual de Obras e Habitação (SOP)<sup>3</sup> firmaram um Termo de Cooperação com o objetivo de garantir recursos para a execução das obras dos módulos sanitários. Além disso, foi estabelecido o público-alvo do

---

<sup>1</sup> O projeto conta com apoio do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat); Governo do Estado, por meio da Secretaria de Obras e Habitação (SOP); da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (CAU/RS, s.d.).

<sup>2</sup> O projeto mencionado previamente, começou a ser implementado em 2020 nas cidades gaúchas de Santa Cruz do Sul, Lajeado e Caxias do Sul.

<sup>3</sup> Por meio do Departamento de Habitação, que atualmente pertence à estrutura organizacional da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, recriada em dezembro de 2022

projeto: famílias com renda mensal de até três salários mínimos e que moram em casas sem banheiros ou com instalações precárias<sup>4</sup>. A partir disso, os municípios da região metropolitana interessados poderiam estabelecer convênio com o Estado de modo a receber um valor de repasse comprometendo-se a investir recursos mínimos de contrapartida. Neste processo, em dezembro do mesmo ano, o município de Canoas angariou recursos para a construção de 359 módulos sanitários (TEIXEIRA, 2021b), que estão em execução no momento, tendo algumas obras já entregues e em uso pelos moradores. Neste contexto, busca-se avaliar a satisfação dos usuários do projeto "Nenhuma Casa sem Banheiro", como parte do acordo que visa assegurar a qualidade de vida e a saúde das comunidades beneficiadas.

## **2 OBJETIVOS**

Este artigo tem como objetivo avaliar a satisfação de usuários do projeto "Nenhuma Casa sem Banheiro" realizado no município de Canoas/RS, visando compreender seu impacto na qualidade de vida dos beneficiários.

## **3 PERCEPÇÃO DE SATISFAÇÃO**

A complexidade da percepção de satisfação é um tema explorado por Giese e Cote (2000), que, por meio de uma revisão de literatura, analisaram diversas definições relacionadas a esse conceito. Suas conclusões apontam que, de maneira geral, as definições de satisfação estão relacionadas ao conceito de satisfação do consumidor como uma resposta a um processo de avaliação. Os autores notaram que, embora os estudos muitas vezes usem os termos "satisfação do consumidor" ou "satisfação do cliente", eles geralmente se concentram no usuário final, sem necessariamente fazer distinção entre esses termos. Apesar de ser um conceito amplo, é relevante destacar que o conceito de satisfação tem sido objeto de estudo das áreas de marketing e da administração, principalmente em contextos de compra e consumo.

A satisfação, como resultado de uma percepção avaliativa, é influenciada por uma série de fatores diversos. Fatores psicossociais, como o senso de felicidade na comunidade em que se vive, o próprio bem-estar e a confiança depositada nos profissionais envolvidos, desempenham um papel significativo na percepção individual de satisfação. Giese e Cote (2000) identificaram três componentes básicos do conceito de satisfação como uma resposta do usuário final: 1º) a satisfação do consumidor, que pode ser emocional ou cognitiva; 2º) essa resposta está relacionada a um foco específico, que pode ser as expectativas, o produto, a experiência de consumo, entre outros; 3º) essa resposta ocorre em um momento determinado, que pode ser após o consumo, a escolha ou com base em experiências acumuladas. Assim, o conceito de satisfação tem sido considerado intrinsecamente como subjetivo.

No campo da habitação de interesse social, este conceito tem sido muito utilizado em Avaliações Pós-Ocupação. Para Gouvêia (2012), avaliar políticas públicas requer compreender as prioridades específicas de cada comunidade, bem como a viabilidade para os gestores. Assim,

---

<sup>4</sup> São requisitos para que as famílias aptas a participar do programa: a) Famílias de baixa renda, residentes em área urbana, com ausência de banheiro ou com módulos sanitários incompletos ou em construção; b) Domicílios consolidados ou consolidáveis; c) Famílias cadastradas no CadÚnico (TEIXEIRA, 2021).

os estudos sobre avaliação da percepção de satisfação podem ser aplicados em distintos contextos e finalidades.

Neste artigo, o conceito adotado para "satisfação", se refere a uma resposta do usuário final, podendo ou não incluir um comprador direto dos serviços, conforme a definição de Giese e Cote (2000). Essa abordagem se aplica aos beneficiários do projeto "Nenhuma Casa Sem Banheiro", muitos dos quais não se enquadram como compradores diretos dos serviços.

Ainda, a partir do estudo de Giese e Cote (2000), considera-se neste artigo que a percepção de "satisfação" envolve uma resposta afetiva baseada na experiência de uso durante o consumo de um produto (ou de um ambiente construído como uma habitação). Além do tipo de resposta, os mencionados autores também destacam a importância dos graus de intensidade dessa resposta, que podem variar de forte a fraca. No contexto deste estudo, a escala de avaliação de intensidade utilizada varia de "muito insatisfeito" a "muito satisfeito".

Para a análise das respostas dos beneficiários do projeto "Nenhuma Casa Sem Banheiro" em relação aos novos banheiros recebidos, espera-se identificar se as percepções de satisfação foram positivas ou negativas, bem como a intensidade dessas percepções diante das melhorias em suas condições habitacionais. Tais respostas podem indicar a potencial melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiadas a partir da experiência de uso do ambiente construído após o projeto e obra por meio da ATHIS.

#### **4 QUALIDADE DE VIDA**

Ao analisar estudos sobre o tema da qualidade de vida, compreende-se que este conceito pode abranger diversos aspectos do bem-estar humano. De acordo com Herculano (2000, p. 22) o conceito de qualidade de vida pode ser definido como: *a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais* (HERCULANO, 2000, p. 22).

Dentre as características que podem indicar a qualidade de vida, destaca-se a qualidade habitacional. Esta dimensão da pode estar relacionada a diversos indicadores, tais como a média de pessoas por m<sup>2</sup> domiciliar, a disponibilidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água, eletricidade, esgoto e telefonia, bem como a extensão dessas redes e infraestrutura das vias urbanas calçadas. Dessa forma, são elementos fundamentais para determinar o nível de conforto, segurança e bem-estar de uma comunidade (HERCULANO, 2000).

Acrescenta-se que, a definição de "qualidade de vida urbana" tem evoluído ao longo da história, sendo moldada por diversos conceitos, conforme destacado por Nahas et al. (s.d, p. 3), incluindo "bem-estar social, qualidade de vida, qualidade ambiental, pobreza, desigualdades sociais, exclusão social, vulnerabilidade social, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade". Já a mensuração contemporânea desse bem-estar necessitaria a inclusão de três elementos fundamentais, que seriam a consideração da equidade no acesso a recursos

urbanos (abrangendo aspectos espaciais e sociais), assim como a avaliação da qualidade ambiental (abordando aspectos sócio-ambientais), além da promoção da sustentabilidade no desenvolvimento humano nas cidades (NAHAS et al., s. d). Desse modo, para uma avaliação abrangente sobre a qualidade de vida em uma determinada região, é necessário ir além das condições sociais da população.

Em síntese, percebe-se que o conceito de qualidade de vida frequentemente perpassa por indicadores relacionados à qualidade da habitação e ao acesso à água, luz e esgotamento sanitário, ao mensurar as condições materiais e físicas fornecidas, bem como a disponibilidade de serviços. Nesse sentido, o programa “Nenhuma Casa Sem Banheiro”, tem potencial de contribuir de forma mais ampla, pois além de possibilitar a melhoria habitacional, por meio da construção de banheiros adequados, também promove o acesso serviços essenciais de água e saneamento, melhorando as condições de vida das famílias em áreas vulneráveis (CAU/RS, 2023).

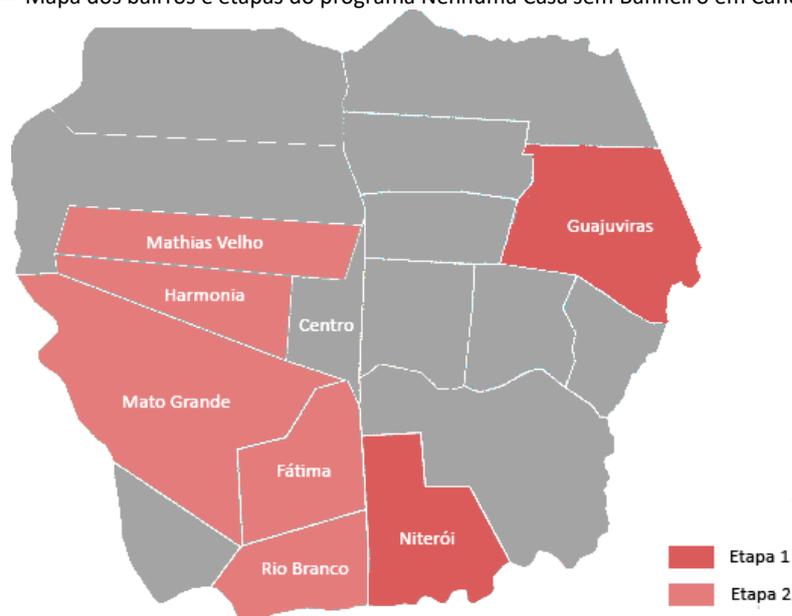
## **5 O PROJETO NENHUMA CASA SEM BANHEIRO EM CANOAS/RS**

Neste processo, o município de Canoas angariou recursos para a construção de 359 módulos sanitários. Segundo informações da Prefeitura de Canoas (BRITO, 2023), o município estabeleceu dois convênios com o governo estadual para a execução dessas unidades habitacionais. O primeiro acordo, assinado em dezembro de 2021, engloba a construção de dez banheiros, com financiamento de R\$ 80 mil do Estado e uma contrapartida de cerca de R\$ 106,8 mil do município. O segundo convênio foi formalizado em janeiro de 2022, abrangendo a construção de mais 349 unidades, com recursos estaduais de aproximadamente R\$ 3,4 milhões e aporte municipal de cerca de R\$ 1 milhão. De acordo com a administração municipal, o investimento nesta fase do programa totaliza R\$ 4,7 milhões (BRITO, 2023).

Na operação do programa “Nenhuma Casa Sem Banheiro” compete ao município a seleção das famílias a serem contempladas com os banheiros. O papel do CAU/RS é o de realizar o credenciamento e sorteio dos profissionais habilitados à atuação, bem como de efetuar a remuneração de tais profissionais mediante repasse às entidades coordenadoras. Tais entidades integram-se ao processo com a atribuição de coordenar a atuação dos profissionais na execução de seus trabalhos. Em Canoas, o trabalho dos arquitetos urbanistas foi conduzido pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Canoas (Seaca).

Assim, em abril de 2022 iniciaram-se visitas às famílias para desenvolvimento dos projetos. Dividido em duas etapas, o projeto buscou em um primeiro momento atender às famílias residentes dos bairros Guajuviras e Niterói e às famílias dos bairros Mathias Velho, Harmonia, Mato Grande, Fátima e Rio Branco na etapa final (CAU/RS, 2022), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 — Mapa dos bairros e etapas do programa Nenhuma Casa sem Banheiro em Canoas.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

A execução das obras foi iniciada em novembro do mesmo ano (CANOAS, 2022). Até junho de 2023, cerca de 40 banheiros tinham sido entregues e aproximadamente 42 unidades estavam em andamento (CAU/RS, 2023). O acompanhamento regular das obras era da competência da equipe técnica do município de Canoas e o Estado teve o papel de fiscalizar a correta aplicação do recurso na realização do objeto do convênio.

## 6 METODOLOGIA / MÉTODO DE ANÁLISE

Tendo em vista o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas entre os dias 5 e 6 de setembro de 2023 com nove pessoas, que já estavam fazendo uso do banheiro há algumas semanas. Essas famílias puderam ser acessadas devido à atuação de uma das autoras no projeto Nenhuma Casa sem Banheiro.

No momento das entrevistas apenas 10% do total dos módulos tinham sido concluídos. Assim, a amostra selecionada é parcial não sendo representativa o suficiente para mensurar a satisfação dos beneficiários do projeto de modo global. Uma avaliação mais consistente e aprofundada pode ser tema para trabalhos futuros. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi entrevistas semi-estruturadas compostas de uma questão fechada e uma questão aberta. Para isso foram feitas as seguintes perguntas a (o) beneficiária (o):

- Como você se sente em relação ao banheiro?
- O que mudou na sua vida e da sua família depois do banheiro?

A primeira pergunta teve o objetivo de coletar dados a respeito da satisfação do usuário com relação ao banheiro entregue. Para mensurar a intensidade deste quesito fez-se necessário o uso de uma escala de satisfação. Rossi e Slongo (1998, p. 109) ao promoverem um debate acerca da pesquisa de satisfação de clientes concluíram que não há uma escala ideal a ser utilizada nas pesquisas de satisfação. O que é relevante nestes casos é “analisar os propósitos que levam uma empresa a conceber um sistema de avaliação da satisfação de seus clientes e, a

partir dessa compreensão, elaborar o tipo de escala mais apropriado, o que provavelmente se configure mais confiável e válido” (Rossi e Slongo, 1998, p. 109)

Os autores (Rossi e Slongo, 1998, p. 120) ainda estimulam o uso de escalas intervalares - que não somente medem a satisfação entre zero e dez, por exemplo - mas que oferecem um ponto de quebra entre satisfação e insatisfação (nestes casos o zero pode ser arbitrado). Desta forma, a escala resulta do ponto de quebra, identificado como neutro, de dois pontos extremos e de variáveis pontos intermediários, graduando a intensidade da satisfação. Esta estratégia permite ao usuário posicionar-se como total ou parcialmente satisfeito, total ou parcialmente insatisfeito ou ainda, identificar-se como neutro a respeito da avaliação daquele produto.

Por isso, para este estudo previu-se uma escala de satisfação de cinco pontos (muito insatisfeito, insatisfeito, neutro, satisfeito e muito satisfeito). Como forma de auxiliar na resposta, foi apresentado ao entrevistado um cartão ilustrativo da escala de satisfação, apresentado na Figura 2.

Figura 2 — Ilustração da escala de satisfação utilizada nas entrevistas.



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Na sequência, o entrevistado foi questionado quanto às mudanças no seu cotidiano e no de sua família. Neste momento buscou-se verificar aspectos relacionados à transformações na qualidade de vida do beneficiário e de sua família desde a implantação do banheiro a partir de uma pergunta aberta.

## 7 RESULTADOS

Com relação à primeira pergunta “Como você se sente em relação ao banheiro?” foi possível verificar que todos os beneficiários entrevistados estão satisfeitos com os módulos sanitários recebidos, já que todas as respostas localizam-se na zona de satisfação - à direita do ponto de quebra da escala. A Tabela 1 sintetiza os dados obtidos.

O que oscila entre os entrevistados desta amostra é o grau de intensidade de satisfação. Neste caso, dois terços declararam-se muito satisfeitos, enquanto o restante mostrou-se apenas satisfeito.

Tabela 1 — Compilação dos dados referentes à satisfação dos beneficiários entrevistados.

Como você se sente em relação ao banheiro:	Insatisfeito	Título das colunas	Neutro	Satisfeito	Muito satisfeito
Resposta do(a) beneficiário(a)	0	0	0	3	6
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Quando questionados sobre “O que mudou na sua vida e a da sua família depois do banheiro?” notou-se que à primeira parte das respostas era atribuído, em geral, um tom exclamativo, com expressões como: “Tudo!”, “Bastante coisa!” ou “Ficou ótimo!”. O que manifesta em um tom afetivo a intensidade de satisfação com relação ao bem recém recebido.

Ao complementarem suas respostas, os usuários tendiam a pontuar três principais temas: 1) o conforto relacionado à proteção contra o clima frio e chuvoso do estado, 2) o conforto e segurança das crianças da família e 3) a comparação com o banheiro utilizado anteriormente.

Três entrevistados relataram melhorias na qualidade de vida em função de não precisarem mais se expor - ou expor as crianças - ao frio e à chuva para tomar banho. Esse deslocamento ocorria em função dos banheiros utilizados até então estarem afastados das casas destes beneficiários, em muitos casos tratando-se do banheiro de um conhecido ou familiar que mora no mesmo lote.

Outras três pessoas pontuaram a segurança e o conforto das crianças da família. Ressalta-se aqui o tema anterior, de que estas não precisam mais serem expostas às intempéries para tomar banho. Com relação à segurança, destaca-se o relato de uma mãe sobre a autonomia que foi possível conferir ao seu filho de sete anos. Segundo a entrevistada, a partir da entrega do banheiro ela ficou segura para deixá-lo tomar banho sozinho, o que não era possível no banheiro antigo, já que o piso estava cedendo.

Neste sentido, quatro pessoas chamaram a atenção para as condições do banheiro que utilizavam até então, em geral, precárias. Algumas pessoas também comentaram sobre a perspectiva de futuras modificações na casa, como a transformação do banheiro antigo e precário em área de serviço, ou as expectativas para a construção de um novo dormitório próximo ao banheiro.

## 7. 1 Discussão dos resultados

A partir das entrevistas realizadas com os beneficiários contemplados pelo projeto “Nenhuma Casa Sem Banheiro” no município de Canoas/RS foi possível compreender que, de um modo geral, os beneficiários encontram-se satisfeitos com o bem que estão recebendo, visto que agora podem fazer uso de um banheiro exclusivo e adequado. O que oscila entre os entrevistados desta amostra é o grau de intensidade desta satisfação.

Nas entrevistas verificou-se que muitos beneficiários têm um sentimento de agradecimento (resposta emocional/afetiva) no que se refere ao objeto recebido. A situação precária em que vivem e o eventual descaso do poder público pode levar a diminuição ou ausência de expectativas. Além disso, registra-se que tendo em vista o público-alvo do programa, a comparação com experiências anteriores é limitada, no caso da utilização de um

banheiro em condições precárias, ou até mesmo inexistente. Portanto, o elevado nível de satisfação deve ser observado com cautela, visto que pode estar relacionado em certo grau ao contexto de vulnerabilidade em que essas pessoas vivem e não somente à qualidade construtiva dos banheiros entregues.

Durante o estudo notou-se que as respostas de “satisfeito” denotam que não há uma satisfação absoluta, o que pode deixar implícito que há margem para melhorias no banheiro, a partir da experiência dos usuários. Assim, haveria a possibilidade de questionamentos posteriores com relação ao porquê de tal avaliação, como por exemplo: “O que poderia ser melhor no seu banheiro para que você se sentisse muito satisfeito?”. Tal pergunta não foi feita no momento em que as entrevistas foram realizadas, podendo ser objeto de coletas futuras. É possível que a partir das respostas obtidas, possa ser realizado um estudo com caráter mais propositivo para novos projetos.

As entrevistas também destacaram três principais temas relacionados às mudanças na vida dos beneficiários após a instalação dos banheiros. Primeiro, houve menções ao conforto proporcionado pelos banheiros, especialmente em relação à proteção contra o clima frio e chuvoso da região. Segundo, a segurança e o conforto das crianças da família foram mencionados como benefícios significativos, uma vez que agora elas não precisam mais se expor às intempéries para tomar banho. Estes pontos tendem a derivar da implantação dos banheiros no lote, posicionados mais próximos ou acoplados à residência, bem como à uma condição adequada da construção, tais como uso de materiais e equipamentos apropriados e a correta execução das instalações. Terceiro, alguns beneficiários fizeram comparações com os banheiros precários que costumavam usar anteriormente, ressaltando as melhorias significativas proporcionadas pelos novos banheiros.

Ressalta-se que as características de conforto e segurança estão diretamente relacionadas à promoção de qualidade de vida. A partir disso pode-se considerar que as melhorias habitacionais vão além da dimensão da melhoria habitacional em si, impactando diretamente a vida das pessoas. A proximidade de banheiros adequados às residências não apenas oferece conforto, mas também cria um ambiente mais seguro, pois evita deslocamentos perigosos em condições climáticas adversas. Além disso, a comparação com as condições anteriores destaca a transformação significativa que esses beneficiários experimentaram em suas vidas.

Ao considerar que o conceito de qualidade de vida abrange muitas dimensões da vida de um ser humano, verificou-se que as melhorias habitacionais promovidas por meio da ATHIS, tem o potencial de impactar nos aspectos relacionados à moradia, à higiene e por conseguinte à saúde. Além disso, a implementação de instalações sanitárias adequadas, com destaque para a destinação correta do esgoto, embora não citadas pelas famílias nas entrevistas, estão contidas também em uma dimensão ambiental no que tange à qualidade de vida.

A partir de informações obtidas por meio de processos de avaliação, é possível identificar e fomentar programas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida urbana. Dessa forma, a realização de avaliações incrementa abordagens voltadas aos usuários, especialmente no contexto de projetos do setor público.

## **8 CONCLUSÃO**

O presente artigo conduziu uma análise da satisfação dos usuários por meio da avaliação de suas experiências no projeto “Nenhuma Casa sem Banheiro” realizado no município de Canoas/RS. Essa pesquisa buscou analisar o grau de satisfação que esse projeto de melhorias habitacionais gerou na vida dos beneficiários por meio do acesso a instalações sanitárias adequadas, bem como as possíveis implicações sobre a sua qualidade de vida.

A partir das entrevistas realizadas foi possível constatar a satisfação dos usuários com o banheiro recebido. Além disso, os resultados deste estudo inicial indicam que o projeto está desempenhando um papel significativo na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, especialmente no que diz respeito ao acesso a instalações sanitárias adequadas.

No entanto, é relevante observar que a amostra deste estudo é limitada devido ao estágio inicial de execução do projeto. Portanto, uma sugestão importante para pesquisas futuras seria a ampliação da amostra, abrangendo um número mais representativo de beneficiários. Coletas de dados mais detalhados, incluindo perguntas específicas sobre diferentes aspectos das melhorias habitacionais, poderiam enriquecer a compreensão dos impactos do programa.

A partir do exposto, entende-se a necessidade de integrar iniciativas relacionadas às melhorias habitacionais, como o projeto "Nenhuma Casa Sem Banheiro" às políticas públicas de planejamento urbano e gestão municipal, considerando seu potencial para aprimorar a qualidade de vida das comunidades vulneráveis. Assim, a continuidade e aprofundamento de estudos nessa área são cruciais para uma avaliação precisa dos benefícios proporcionados e para orientar intervenções futuras de maneira eficaz.

## 9 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Lei n.º 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm). Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html). Acesso em: 30 abr. 2024.

BRITO, Daniele. **Cadastro reserva para o programa Nenhuma Casa sem Banheiro segue até o dia 20**. [Canoas]: 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/cadastro-reserva-para-o-programa-nenhuma-casa-sem-banheiro-segue-ate-o-dia-20/#:~:text=Atualmente%2C%20a%20Prefeitura%20de%20Canoas,106%2C8%20mil%20do%20Munic%C3%ADpio>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CANOAS. Canoas inicia construção dos módulos sanitários do Nenhuma Casa Sem Banheiro. [Canoas]: 04 nov. 2022. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/canoas-inicia-construcao-dos-modulos-sanitarios-do-nenhuma-casa-sem-banheiro/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **ATHIS Projeto especial Nenhuma Casa sem Banheiro**. [s.d.]. Disponível em: [https://caurs.gov.br/athis/?page\\_id=1749](https://caurs.gov.br/athis/?page_id=1749). Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. Edital de chamamento público n. 003/2021. Projeto Nenhuma Casa sem Banheiro. Termo de cooperação SOP/RS. Credenciamento de arquitetas/os e urbanistas. Porto Alegre, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://transparencia.caurs.gov.br/wp-content/uploads/CP3-2021-Aditivo1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Arquitetura Social**: Todos têm direito à habitação. 2017. Disponível em: <https://caurs.gov.br/arquitetura-social-todos-tem-direito-a-habitacao/> Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Em Canoas, 36 famílias recebem obras do Nenhuma Casa sem Banheiro.** 2023. Disponível em: <https://caurs.gov.br/em-canoas-36-familias-recebem-obras-do-nenhuma-casa-sem-banheiro/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa ATHIS Casa Saudável.** 2020. Disponível em: <https://caurs.gov.br/athis/?p=465>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Visitas técnicas marcam avanço do Nenhuma Casa sem Banheiro em Canoas.** 03 jun. 2022. Disponível em: <https://caurs.gov.br/visitas-tecnicas-marcam-avanco-do-nenhuma-casa-sem-banheiro-em-canoas/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015.** Centro de Estatística e Informação. Disponível em: [http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03\\_Relatorio-Methodologia-do-Deficit-Habitacional-e-da-Inadeguacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-v-1.0\\_compressed.pdf](http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Methodologia-do-Deficit-Habitacional-e-da-Inadeguacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-v-1.0_compressed.pdf). Acesso em: 08 out. 2023.

GIESE, Joan.; COTE, Joseph A. Definition Customer Satisfaction. **Academy of Marketing Science Review.** Vancouver; 2000.

GOUVÊIA, Nilton de A. **Satisfação dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Chувиска – RS, 2012.** Monografia (Escola de Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. Publicado no livro **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais.** Niterói: Eduff, 2000.

NAHAS, Maria I. P.; PEREIRA, Maria A. P. M.; ESTEVES, Otávio. A.; GONÇALVES, Éber. **Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR).**

ROSSI, C. A. V.; SLONGO, L. A. Pesquisa de Satisfação de Clientes: o Estado-da-Arte e Proposição de um Método Brasileiro. **Rev. adm. contemp.** v.2, n.1, Jan./Abr. 1998: 101-125. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/nwpcfNHVMj4LYjbrxbQmCFNS/?format=pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

SCOTTON, Josiane A. **Assistência técnica para habitação de interesse social: reflexões a partir de duas experiências no Estado do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Porto Alegre, 2020.

TEIXEIRA, Saul. **Secretaria de Obras firma parceria para início do programa Nenhuma Casa Sem Banheiro.** [Rio Grande do Sul]: Secretaria de Obras Públicas, 20 abr. 2021a. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/estado-e-cau-rs-firmam-cooperacao-para-inicio-do-programa-nenhuma-casa-sem-banheiro>. Acesso em: 30 abr 2024.

TEIXEIRA, Saul. **Estado investe R\$ 700 mil na primeira etapa do programa Nenhuma Casa sem Banheiro.** [Rio Grande do Sul]: Secretaria de Obras Públicas, 29 dez. 2021b. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/estado-investe-r-700-mil-na-primeira-etapa-do-programa-nenhuma-casa-sem-banheiro>. Acesso em: 30 abr 2024



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Pedras que cantam: Semântica e valores atribuídos ao pátio de São Pedro em Recife-PE**

*Singing Stones: Semantics and Values Attributed to the Courtyard of São  
Pedro in Recife-PE*

#### **Josebias Costa do Nascimento Neto**

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, Brasil.  
josebias.nascimento@academico.ufpb.br

#### **Pedro Henrique Cabral Valadares**

Professor Doutor, UPE, Brasil.  
arq.pedrovaladares@gmail.com

## RESUMO

Situado no bairro de Santo Antônio, o pátio de São Pedro em Recife-PE, é enunciado como objeto de estudo desta pesquisa junto a imponente Catedral de São Pedro dos Clérigos e o casario que delimita o espaço, sua relevância é reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enquanto um valioso conjunto arquitetônico urbano. Dito isso, a presente pesquisa tem como objetivo principal explorar o que caracteriza semanticamente os pátios nas cidades luso-brasileiras e quais seus valores reconhecidos como patrimônio cultural. Enquanto um espaço físico associado a um edifício de função religiosa e lugar de socialização onde ocorriam as restritas manifestações culturais. Através da revisão bibliográfica pertinente a área estudada e da análise retrospectiva do processo de tombamento do pátio de São Pedro, destaca-se entre os principais resultados, uma nova pluralidade de valores atribuídas ao pátio de São Pedro, para além do valor artístico, histórico e de ambiência. No que se refere a função e semântica dos pátios, os estudos mais recentes, reforçam a necessidade de questionar os entendimentos tradicionais sobre a temática de patrimônio cultural, a fim de promover mudanças na maneira como o patrimônio é preservado, interpretado e valorizado, tornando-o adaptado às necessidades e realidades atuais. Dessa maneira, os resultados contribuem com aportes teóricos e sociais, para a manutenção e continuidade historiográfica da cidade do Recife.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural. Pátio de São Pedro. Recife (PE).

## ABSTRACT

*Located in the Santo Antônio neighborhood of Recife, Pernambuco, Brazil, the Pátio de São Pedro is the subject of this study, along with the imposing Co-Cathedral of São Pedro dos Clérigos and the surrounding houses. Its relevance as a valuable urban architectural ensemble is recognized by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN). This research aims to explore the semantic characterization of patios in Luso-Brazilian cities and their recognition as cultural heritage. As a physical space associated with a religious building and a place of socialization where restricted cultural manifestations took place, the Pátio de São Pedro offers a unique case study. Through a review of relevant literature and a retrospective analysis of the Pátio de São Pedro's listing process, the study highlights a new plurality of values attributed to the site beyond its artistic, historical, and environmental significance. Regarding the function and semantics of patios, recent studies emphasize the need to question traditional understandings of cultural heritage. This is crucial for promoting changes in the way heritage is preserved, interpreted, and valued, adapting it to current needs and realities. The results of this research contribute theoretical and social insights to the preservation and historiographical continuity of the city of Recife.*

**KEYWORDS:** Cultural Heritage. São Pedro Courtyard. Recife (PE).

## 1 INTRODUÇÃO

O pátio de São Pedro, situado no coração da capital pernambucana, foi erguido no século XVIII e ostenta um conjunto arquitetônico de feições coloniais que, por sua vez, o distingue dos pátios de seu entorno. Como um testemunho do passado, esta localidade transcende a mera definição de espaço físico, pois sua rica história está intimamente entrelaçada com o processo de construção da cidade do Recife, o tornando um território de profunda significância cultural e de valores inestimáveis.

Em sua configuração espacial, destaca-se a imponente Catedral de São Pedro dos Clérigos, responsável pelo nome do local, que possui fachada e interior ornamentado em estilo barroco reconhecido como um exemplo notável da arte sacra brasileira. Além disso, o casario que contorna e delimita o espaço sagrado e profano, enquanto um conjunto de edificações, o pátio de São Pedro se impõe como um palco vibrante da vida recifense.

Ao longo dos séculos de existência desse território, o lugar serviu como ponto de encontro para celebrações religiosas, eventos culturais e manifestações populares. Bares e restaurantes, no local, atraem visitantes de todas as partes, criando uma atmosfera cosmopolita e acolhedora. Por isso, os valores que emanam do pátio são multifacetados; enquanto sua história evoca a resistência, perseverança e por fim, sua arquitetura celebra a diversidade cultural do povo brasileiro.

Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para a construção da historiografia deste reconhecido patrimônio cultural, tendo em vista o urbano e a identidade social do Recife. Ao lançar luz sobre o pátio de São Pedro, esperamos inspirar a comunidade a reconhecer e valorizar este espaço único, que representa uma importante parcela da memória social recifense.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo principal explorar o que caracteriza semanticamente os pátios nas cidades luso-brasileiras e quais seus valores reconhecidos como patrimônio cultural, seja enquanto um espaço físico, em geral associado a um edifício de função religiosa, ou como um lugar de socialização onde ocorriam as restritas manifestações públicas, também vinculadas à agenda da Igreja Católica (GUERRA, 1970). Nesta busca por compreender nosso objeto de estudo, começamos por definir o termo e caracterizar este espaço, por sua relevância na fundação das vilas e cidades brasileiras do período colonial, como o objeto de estudo deste trabalho, o pátio de São Pedro.

Logo, propomos uma reflexão sobre as mudanças e permanências quanto aos valores atribuídos a este bem patrimonial, tombado em esfera federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) enquanto conjunto arquitetônico de excepcional importância em âmbito nacional. Com base no processo de tombamento referente ao pátio de São Pedro e sua Catedral, costura-se uma narrativa dando voz a histórias concretas de interesses atuais, conectando o passado e o presente de forma significativa. Afinal, enquanto um importante veículo de significados, este espaço expressa os primeiros suspiros do processo de construção da sociedade recifense, sobretudo nos aspectos histórico, cultural e simbólico (MARX, 2003).

## 2 O PÁTIO ENQUANTO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO: semântica e função

A configuração das cidades está intrinsecamente ligada aos métodos de produção, aos sistemas de propriedade e parcelamento de terras, às influências culturais e sociais, às características do ambiente físico e do clima etc. Logo, o desenho de uma cidade pode ser lido como o conjunto de fatores que confere forma ao espaço urbano, repleto de valores e significados, atravessado pelas relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, em suma culturais, condensadas como a “expressão fundamental” dos diferentes agentes envolvidos nesse processo em suas respectivas escalas.

Nesta relação entre forma e significado, observando especificamente as cidades no universo luso-brasileiro, tem destaque a forte influência que a Igreja Católica teve sobre a configuração das cidades, em especial dos espaços sagrados dos templos e suas áreas adjacentes, edifícios e espaços livres que surgiam alimentados e alinhados à celebração da fé.

Estes espaços associados às igrejas e demais edifícios religiosos: os adros, pátios, praças e terreiros marcam a paisagem urbana como elementos estruturadores da vida social e religiosa das cidades luso-brasileiras. A exemplo, cita-se o terreiro de Jesus, em Salvador (Figura 1), “o primeiro do tipo projetado na colônia portuguesa e a matriz de todos os que vieram depois a ser construídos no Brasil” (LUCAS, 2013, p. 10).

Figura 1 – Bilhete postal de evento no terreiro de Jesus, Salvador, em 1908.



Fonte: Salvador Antiga, 2021.

Estes antigos espaços, entre transformações e permanências, comparecem ainda de forma significativa em muitas cidades brasileiras, tendo destaque, na cidade do Recife, o conjunto de pátios inseridos nos bairros de São José e Santo Antônio, que serão a seguir tratados.

Tratando de entender o que é um pátio, começamos por citar a definição contida no “Vocabulário Português e Latino” elaborado por Rafael Bluteau, entre 1712 e 1721, talvez o mais importante léxico da língua, no século XVIII. Bluteau (1716) define que o Pateo é caracterizado por ser um espaço descoberto, mas murado e cercado de pilares ou colunas. O autor ainda faz menção aos pateos da Comédia e os define como um espaço “onde se assentava o povo para ver as comédias e outros espetáculos, representados no Theatro, assim se responde popularmente ao que em Lisboa chamamos de *Pateo* da Comédia<sup>1</sup>” (BLUTEAU, 1716, p. 4767).

Observa-se que Bluteau já indicou haver diferentes tipos de pátios, que podem abrigar distintas funções, sejam estas de âmbito privado - como os pátios internos nas construções residenciais e religiosas, por exemplo; ou os pátios de função pública, como os referidos “pátios de comédias” ou aqueles que se configuram como espaços abertos em meio à malha urbana.

Outros sentidos são expressos na terminologia do pátio, no final do século XIX, onde referia-se “a pequenos conjuntos habitacionais miseráveis que foram surgindo, espontaneamente, em certos lugares intersticiais da cidade” (TOPALOV et. al., 2014, p. 472-473). Estes, determinados pela carência de salubridade e habitabilidade, eram moralmente conotados com o vício, o crime e a marginalidade.

Um dos mais renomados dicionários da arquitetura brasileira assim define o pátio: “recinto descoberto no interior de uma construção, ou área a ela encostada. Quintal murado. Átrio, vestíbulo. Grande saguão.” (CORONA e LEMOS, 1989, p. 362). Por fim, numa definição mais contemporânea, Topalov et. al. (2014, p. 472) diz que a palavra pátio “Refere-se a áreas descobertas de alguns edifícios, tais como palácios ou conventos, cercadas ou a abrir sobre um largo ou uma rua.”<sup>2</sup>

Não sendo nosso objetivo dissertar sobre o conceito de pátio, importa atentar-se que os pátios tomam feições ora privadas ora públicas, a depender do âmbito cultural no qual estão inseridos e, assim, variam em significado, representação e organização espacial nas mais diversas tipologias construtivas, tanto residencial, nos casos de pátios internos, quanto institucional, a exemplo daqueles associados a edifícios de uso educacional, hospitalar, militar/prisional e, principalmente, religioso. Quanto à sua forma, esses espaços, quando de uso público, também apresentam variações e se diferem tanto em seus acessos (por becos, escadas ou ruas), quanto em sua geometria (largos retangulares, trapezoidais, ou de outra forma), sendo estes organizados conforme o conjunto edificado em seu entorno.

Reis-Alves (2011, p. 01) aponta cinco aspectos que influenciam na organização espacial e significados no tocante à constituição dos pátios, os quais podem ser detectados nos pátios privados e/ou públicos. Primeiramente, destaca-se o fator psicológico desse espaço por dotar de privacidade e segurança as atividades ali realizadas; seguido do caráter econômico, no quesito de redução com custos em defesa; o terceiro ponto diz respeito às questões climáticas oferecidas pela própria organização espacial que propicia microclimas. O fator religioso é

---

<sup>1</sup> Semelhante aos *corrales* espanhóis, os primeiros Pátios de Comédias são construídos com a finalidade de apresentação de espetáculos, a exemplo do Pátio Arcas datado de 1593 em Lisboa (TOPALOV, et. al. p. 472).

<sup>2</sup> Em relação às denominações atribuídas aos pátios, o autor destaca a influência das práticas populares locais na terminologia utilizada, bem como a tendência dos pátios serem nomeados em menção aos antigos senhores da região, o que justifica a presença de tantos nomes pessoais do passado nesses espaços (TOPALOV et. al.; 2014).

tratado no quarto ponto, quando colocado em perspectiva o homem no “paraíso terrestre” e, por fim, o autor destaca os aspectos culturais, uma vez que cada povo interpreta e adapta este espaço conforme suas necessidades e tradições.

Suas características espaciais consistem na ausência de espaços residuais, o que confere às construções no seu entorno o espaço necessário para contemplação, além de ser um palco para eventos sociais e religiosos. O espaço livre como elemento dominante e gerador da malha urbana é um marco, destacado por Lucas (2013), como uma prática que mistura múltiplas referências opostas entre si (vernáculos e eruditas; medievais e renascentistas) delineando os moldes de concepção de espaço urbano das cidades luso-brasileiras.

De igual modo, na cultura construtiva portuguesa pode-se observar que há uma diversidade de formas, funções e significados nesses espaços. Manuel Teixeira (2012), de forma geral, os reúne sob o termo de “praças urbanas” ou, como diz o autor, “o tipo de espaço urbano que genericamente pode se enquadrar nessa designação, em que se incluem as praças, os largos, os terreiros, os campos, os adros” e a estes acrescentamos os pátios. O autor reafirma que “A diversidade de designações corresponde à grande diversidade desse tipo de espaço, no que diz respeito às suas origens, suas funções, suas formas e suas relações com a malha urbana” (TEIXEIRA, 2012, p. 99). E acrescenta:

Do ponto de vista funcional, as praças podem ter diversas origens: praças com funções de mercado, que muitas vezes se iniciaram em campos e terreiros extramuros e posteriormente se transformaram em praças urbanas; praças com funções religiosas, que tiveram sua origem em adros de igreja ou terreiros de conventos; praças com funções militares, como os campos adjacentes às torres de menagem medievais e as praças de armas seiscentistas; praças com funções políticas e administrativas, em que se inclui as praças associadas ao poder municipal onde se localizavam a Casa de Câmara e o Pelourinho ou, nas cidades coloniais, as praças onde se localizava o palácio do governador. (TEIXEIRA, 2012, p. 100)

Considerando os estudos atuais de morfologia urbana e, de acordo com a definição de Magnoli (1982), podemos associar os pátios ao conceito de "espaço livre" que engloba todas as áreas não ocupadas por estruturas construídas, incluindo espaços abertos ao redor das edificações aos quais as pessoas têm acesso, como áreas de solo, água e luz. Adros, pátios, terreiros, são assim espaços livres que se diferenciam por sua forma, na presença ou ausência de construções delimitadoras, como tetos ou paredes, e na presença ou ausência de formas tridimensionais. São esses espaços vazios que, em teoria, devem permitir uma circulação ampla e desimpedida de pessoas e, por isso são definidos como espaços livres públicos que incluem não apenas ruas, calçadas, praças e parques, mas também qualquer área desprovida de construções que permitam a interação e a mobilidade das pessoas (MACEDO et. al., 2018).

Segundo Macedo (2012); Habermas (1989) e Lefebvre (1974) ressaltam que os espaços livres urbanos vão além de meros pontos de respiro na cidade. Eles são essenciais para a expressão da cidadania, possibilitando encontros públicos, trocas culturais e comunicação. Lefebvre concebe a cidade como um palco em constante mudança, onde os espaços livres desempenham um papel crucial na vida urbana, sendo locais de manifestações culturais, interações sociais e reivindicações políticas, refletindo a identidade coletiva e a cidadania.

Diante o exposto, pode-se inferir que o pátio de São Pedro em Recife-PE caracteriza-se como um espaço com qualidades históricas, atestado pela sua relação com a fundação e construção da cidade, além do cunho religioso/profano evidenciado pelas manifestações culturais (ver Figura 2) observadas na localidade desde a década de 1970 e resiste até a atualidade.

Figura 2 – Festa da queima da lapinha no pátio de São Pedro em Recife-PE.



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (PCR)/Daniel Tavares, 05 de janeiro de 2023.

Sua forma geométrica, delimitada pelo casario que o circunda, confere ao local um resguardo oportuno na malha urbana dessa centralidade histórica. Logo, a restrita função primordial do pátio, enquanto um espaço de servir aos interesses da Igreja Católica, paulatinamente diversifica suas funções e usos (seja turística, institucional, cultural ou de comércio e serviços); dessa forma, são atribuídos novos valores e significados (SMITH, 2006).

### **3 OS VALORES DO PÁTIO DE SÃO PEDRO SEGUNDO A VISÃO DO IPHAN**

Visando assimilar os valores apontados pelo IPHAN, para conferir o tombamento da igreja e pátio de São Pedro dos Clérigos, considera-se importante situar tal juízo de valor e deliberação da instituição no tempo e contexto em que ocorreram; afinal: que valores eram predominantes no contexto nacional e institucional do IPHAN, quando ocorreu o primeiro tombamento da igreja, em 1938? Qual era o conceito de monumento que se tinha naquela época? Quando da revisão deste tombamento, entre as décadas de 1960 e 1980, o que havia mudado na postura do IPHAN quanto ao reconhecimento dos conjuntos urbanos de valor patrimonial? Por fim, identificados estes valores em uma perspectiva histórica, se torna possível entender quais destes permanecem, hoje, sustentando a preservação da igreja e pátio de São Pedro e, que outros valores podem ter sido agregados para atualizar o entendimento deste conjunto como um patrimônio cultural de relevância nacional.

A trajetória do IPHAN, sendo um assunto já trabalhado por diversos autores<sup>3</sup>, será aqui revista de forma pontual, com o objetivo apenas de situar o processo de tombamento em foco, observando em particular as décadas entre 1930 e 1980.

Criado no ano de 1937, o atual IPHAN (na época denominado SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a princípio, pautou suas ações pelo conceito de patrimônio contido no Decreto-lei 25/37, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O Artigo 1º deste decreto assim definia o que seria alvo dessa proteção:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, p. 01).

Como já apontado por Fonseca (2005), entre outros autores, o caráter de memorável e excepcional atribuído aos bens passíveis de integrar o patrimônio nacional, aliado aos predominantes valores de história e de arte, delimitou um universo de obras tombadas constituído pelo que julgavam melhor representar a identidade nacional. Soma-se a isso a construção de um ideário de nacionalidade que recortou o período colonial como tempo da produção do que havia de mais autêntico da arte brasileira.

Sendo esta a orientação adotada pelo IPHAN nas primeiras décadas de sua atuação, resultou que a instituição moldou um acervo de bens tombados onde predominava a arquitetura mais significativa do período colonial, ou seja, edifícios de função religiosa, em grande parte, ao lado de outros de função militar e oficial que representavam as instituições dominantes na colônia: a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa. Neste contexto se formou o que diversos autores denominaram como “o patrimônio de pedra e cal” do Brasil (Fonseca, 2005; Sant’Anna, 2014).

Inserir a igreja de São Pedro dos Clérigos no acervo de edifícios que expressou este conceito de patrimônio foi, certamente, uma ação quase óbvia, perante o valor histórico e artístico do bem, sobre o qual está referido em documento emitido pelo IPHAN como “uma das mais importantes edificações religiosas brasileiras”, tendo sido executada conforme o risco do “Mestre Pedreiro e Arquiteto” Manuel Ferreira Jácome (DPHAN, 1938, p. 15). Cabe atentar que este processo de tombamento foi encaminhado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do IPHAN durante os trinta primeiros anos da instituição, definindo aquela que foi denominada pelos estudiosos da matéria como a “fase heroica”.

Nesta fase inicial (1937-1967), reconhecida por “heroica”, o órgão encarregado de proteger o patrimônio nacional concentrou seus esforços em evitar que construções civis e religiosas, muitas das quais se encontravam em estado de semiabandono ou subutilização, colapsassem e desaparecessem devido à negligência. Paralelamente a isso, uma série de ações permanentes foram empreendidas para sensibilizar a população sobre o valor e a importância do patrimônio arquitetônico representado pelos edifícios mais significativos e pelos objetos

---

<sup>3</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC; IPHAN, 2005. SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRASIL). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. 1980.

móveis contidos neles. Essas iniciativas incluíram a publicação de materiais técnicos, divulgação em mídia, estabelecimento de museus regionais, organização de exposições etc. (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980).

É válido ressaltar que a rápida urbanização observada no Brasil no início do século XX, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais tarde em outras capitais estaduais, resultou na destruição de uma parte significativa do patrimônio cultural dessas cidades, antes mesmo da criação do IPHAN. No entanto, em meio a tais transformações urbanas, diversos conjuntos urbanos permanecem relativamente inalterados por razões diversas, a exemplo do pátio de São Pedro.

Diante disso, ocorre que devido à urgência causada pela ausência de uma legislação de proteção do patrimônio no Brasil, pelo tempo perdido e negligência, a instituição, durante os primeiros anos de sua existência, teve que intensificar seus esforços para cumprir a missão que havia se proposto a realizar; conforme exposto pelo Diretor regional do IPHAN, o arquiteto Luís Saia:

[...] Tão grande foi esse trabalho e tão pouca era a gente disponível que não poderia ser levado a cabo sem a ajuda de amadores da velha guarda que desde a primeira hora se acostaram ao Sphan e aí acolheram nova orientação, prestando um serviço admirável e insubstituível:

- a) inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira;
- b) socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo;
- c) introduzir na normalidade nacional, inclusive e principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do "tombamento" e suas conseqüências, especialmente aquelas que representavam um gravame caindo sobre a propriedade privada.

A fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável ao Sphan municiar-se de estudos e colocar corajosamente em segundo plano tudo o que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio da arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos, etc. (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1980, Pág. 17-18)

Foi neste contexto que a Igreja de São Pedro dos Clérigos foi inscrita sob o nº 187, no Livro das Belas Artes, em 20 de julho de 1938, ficando em segundo plano o pátio que não foi contemplado com a mesma proteção. Portanto, o tombamento inicial da Igreja de São Pedro, foi definido “a partir do acervo de construções de pedra e cal remanescentes do Brasil Colônia” seguindo a ideologia que esteve na base da criação do IPHAN (KÖHLER, 2010, p. 4).

No entanto, sabe-se que este conceito de patrimônio, firmado no período do estado novo (1937 - 1945), não considerava a diversidade cultural existente no Brasil, seja em seus processos históricos ou pela constituição das cidades brasileiras enquanto construção plural, colocando a margem legados de diversas camadas da sociedade brasileira e suas respectivas manifestações culturais.

Em 1966, este processo de tombamento volta a ser alvo da atenção do IPHAN através de uma “Proposta de extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a inclusão do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro com os lanços de casas que o envolvem e os que ladeiam a igreja até os de nº 63 e 146”, conforme Figura 3.

Figura 3 – Fotografia panorâmica do pátio de São Pedro.



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Nos documentos institucionais que tratam da matéria, o arquiteto Augusto da Silva Telles<sup>4</sup>, então inserido no quadro de profissionais do IPHAN, mostrou sua preocupação com as descaracterizações dos imóveis situados no pátio, dizendo serem:

Casas térreas e assobradadas, de frente de rua, coladas umas às outras, guardam, ainda hoje, marcante caráter das construções antigas, apesar de umas poucas terem sofrido reparos deformantes que, no entretanto, não chegaram a intervir nos seus volumes edificados, e no ritmo dos vãos de janelas e portas (DPHAN, 1938, p. 16).

Ele ainda apontou fatos positivos e negativos para conservação do conjunto urbano do Pátio de São Pedro, assim relatados:

O projeto de urbanização aprovado há pouco mais de um ano pela Prefeitura Municipal do Recife (...) estabeleceu para êste logradouro o gabarito de 1 e 2 pavimentos. Resolvendo esta medida o problema da escala e da visibilidade do monumento, não resolveria o da ambiência, pois que com a ocorrência de reformas de frontarias e coberturas das várias edificações, visando modernizá-las, perder-se-ia, por completo, a harmonia ainda existente, e que urge tudo se fazer por preservar. Além disto, dada a proximidade dêste conjunto com o prolongamento da Av. Dantas Barreto, obra em execução no momento, haverá no local, dentro de pouco tempo, forte pressão imobiliária, que poderá comprometer as restrições conseguidas no plano de gabaritos referido, aprovado pela Administração Municipal (DPHAN, 1938, p. 16. grifo nosso).

Neste relato o termo “ambiência” demonstra uma primeira mudança de postura em relação à conservação dos conjuntos urbanos, o que pode ser associado à definição de “monumento histórico” contida na Carta de Veneza, de 1964, que reconhece o valor não só das grandes criações, mas também das “obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964). Este discurso fundamenta o conceito de “ambiência” assim tratado na Recomendação de Nairóbi, de 1976.

Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por **laços sociais, econômicos ou culturais** (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976. grifo nosso).

---

<sup>4</sup> Esta proposta de revisão do tombamento envolveu nomes relevantes da arquitetura nacional da época, profissionais que foram, ao mesmo tempo, reconhecidos estudiosos da arte brasileira, como Augusto da Silva Telles, Lúcio Costa, José Luis Mota Menezes, Paulo Tedim Barreto e Paulo Ferreira Santos.

Por fim, a proposta de extensão do tombamento foi acatada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, havendo o relator do processo, o arquiteto Paulo Ferreira Santos<sup>5</sup>, definido a “inscrição nos Livros do Tombo das Belas Artes e no Histórico, como extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, o Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, até as casas de números 63 e 146.” Este casario, de pequeno porte, era visto como a “moldura” que valoriza a “nobre e alta frontaria” do templo. Portanto, o pátio foi tombado, no Livro Histórico, sob a justificativa de que a igreja - tombada no Livro das Belas Artes, “tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida pelas edificações que a cercam, e que formam, à sua frente, o Pátio de São Pedro” (DPHAN, 1938, p. 15). Arte, excepcionalidade e história continuavam sendo os valores que balizavam as decisões do IPHAN até então.

Assim, o conselho consultivo do IPHAN, por unanimidade, deliberou sobre o tombamento do pátio, em 7 de junho de 1968. Os estudos que fundamentaram o tombamento apontaram intervenções reparativas no conjunto objetivando devolver as feições primitivas do pátio, a exemplo da sugestão do arquiteto Lúcio Costa em retirar as platibandas dos telhados e retomar o uso dos beirais. Sobre isso tratou o arquiteto Paulo Thedim Barreto<sup>6</sup>:

É de toda conveniência preservar-se o Pátio de São Pedro, onde a igreja deverá continuar a surgir de surpresa, para garantia de sua aparente monumentalidade. E tombá-lo com o conjunto arquitetônico subsistente torna-se necessário, pois, como assegura o arquiteto Silva Telles, é o meio de conservar a ambiência, já prejudicada em parte por interferência mal havidas, mas de fácil recuperação (DPHAN, 1938, Pág. 18).

Ao fim da leitura deste processo de tombamento, fica evidente que inicialmente o pátio de São Pedro foi tratado simplesmente como uma moldura que valorizava a monumentalidade e impotência da igreja. Dessa maneira, este histórico espaço urbano que abriga relevantes manifestações culturais, desde de sua gênese, de cunho sagrado e, progressivamente, também profano (conforme Figura 4); teve seu valor social e cultural invisibilizados até o final da década de 1960, ou seja, até a retificação do tombamento inicial da Igreja de São Pedro dos Clérigos.

No entanto, ao longo das décadas seguintes, houve uma mudança perceptível de perspectiva quanto ao patrimônio histórico e cultural. O pátio de São Pedro passou a também ser visto como um espaço de significância arquitetônica e urbanística-paisagística (como um palco de interações sociais, expressões culturais e eventos comunitários). Essa mudança de percepção desencadeou esforços de preservação e revitalização, das respectivas esferas governamentais, visando valorizar não apenas a igreja em si, mas também seu entorno e, dessa forma, proteger o contexto histórico-cultural que o envolve.

---

<sup>5</sup> A convite de Rodrigo de Melo Franco, então diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o professor tornou-se membro do Conselho Consultivo da instituição em 1955, permanecendo vinculado até 1981. Além dessa colaboração, desempenhou um papel crucial na elaboração de pareceres e estudos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro (THOMPSON, 2010).

<sup>6</sup> Foi o arquiteto chefe da Seção de Arte nesse primeiro período do órgão, uma vez que estabeleceu-se um conjunto de diretrizes internas que resultaram na ocupação dos cargos técnicos, por representantes intelectuais associados ao movimento modernista, em sua maioria, e recebiam remuneração por um período determinado para realizar pesquisas e inventários em diversas regiões do Brasil. Colaboradores notáveis incluíam Lucio Costa, Alcides Rocha Miranda, Gilberto Freyre, Oscar Niemeyer e Godofredo Rebelo de Figueiredo Filho (THOMPSON, 2010).

Figura 4 – Agitação cultural no pátio de São Pedro nas décadas de 1970 e 1990, respectivamente.



Fonte: Acervo FUNDAJ/DPPC Recife, década de 1970 e 1990, respectivamente.



Por tudo isso, o pátio de São Pedro, se configura como um lugar que tem a função de abrigar celebrações carregadas de valores, tradições e crenças, apesar desta face do patrimônio ser oficialmente reconhecida somente em 1985. O referido monumento e sua poligonal de tombamento, enquanto espaços edificadas e vazios, atestam essa função e semântica. Para além dos valores atribuídos em tombamento (artístico, histórico e de ambiência); outros valores passam a atribuir menção a esse notável espaço, como: valor turístico, valor econômico, valor de memória, valor afetivo. Logo, o pátio de São Pedro tornou-se não apenas um marco arquitetônico, mas também um local que congrega a cultura e a história da cidade do Recife.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Enunciado o pátio de São Pedro como objeto de estudo, situado no bairro de Santo Antônio (em Recife-PE), junto a imponente Catedral de São Pedro dos Clérigos e o casario que delimita o espaço, sua relevância é reconhecida pelo IPHAN, enquanto um valoroso conjunto arquitetônico urbano. A sua forma espacial que agrega e acolhe, testemunha ao longo dos séculos diversas celebrações religiosas, eventos culturais e manifestações populares; por isso, os valores, que emanam do pátio, são multifacetados. Portanto, a narrativa construída nesta pesquisa reafirma, por intermédio da história do local, a sua função primordial, a religiosa; ao passo que, em seu estoque edificado expressa-se, atualmente, uma diversidade de valores e significados que fazem parte da construção e consolidação da cidade do Recife.

Como resposta ao objetivo principal desta pesquisa, obtemos a construção de uma narrativa sobre as perspectivas de semântica, valor e função do pátio de São Pedro, e quais são os valores nele reconhecidos. Logo, com base nas informações elencadas no desenvolvimento desta pesquisa, pode-se indicar que o objetivo proposto foi alcançado.

Entre os principais resultados, destaca-se uma nova pluralidade de valores atribuídas ao pátio de São Pedro, para além das elucidadas em seu tombamento (valor artístico, valor histórico e valor de ambiência). No que se refere a função e semântica dos pátios, os estudos mais recentes, reforçam a necessidade de questionar os entendimentos tradicionais sobre a temática de patrimônio cultural, a fim de promover mudanças na maneira como o patrimônio é preservado, interpretado e valorizado, tornando-o adaptado às necessidades e realidades atuais. Dessa maneira, os resultados contribuem com aportes teóricos e sociais, para a manutenção e continuidade historiográfica da cidade do Recife; sendo importante salientar que esses resultados não são conclusivos e definitivos. Sugere-se, portanto, que seja analisado caso a caso ou pátio a pátio, acerca de seus respectivos contributos neste mesmo cenário.

#### **5 REFERÊNCIAS**

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino..** na oficina de Pascoal da Sylva. Lisboa, 1716.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Brasília, 1937.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Artshow Books. 1989.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. **Conferência mundial sobre políticas culturais**. Cidade do México: ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Acedido em, v. 30, n. 4. México, 1985.

DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de tombamento nº 123-T-38**. Seção de História; Rio de Janeiro, 1938.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC; IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRASIL). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. 1980.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Fundação Guararapes, 1970.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1989.

KÖHLER, André Fontan. Patrimônio, Memória e Turismo: Evolução e Entrelaçamentos de Políticas Públicas no Pátio de São Pedro (Recife, PE). In: VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa Pós-Graduação em Turismo. 2010, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, 2010. Disponível em: [www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=7](http://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=7). Acesso em: 12 dez de 2022.

LEFEBVRE, Henry. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LUCAS, Menezes. A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil. In: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofia y Letras., Mendoza, **Anais [...]**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013. P. 1-17.

MACEDO, Silvio Soares et al. Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação (QUAPÁSEL II). **Paisagem e Ambiente**, n. 30, p. 137-172. São Paulo, 2012.

MACEDO, Silvio Soares; CUSTÓDIO, Vanderli; DONOSO, Verônica Garcia. **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo), 1982. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI. **Recomendações propostas a partir da Conferência Geral da Unesco—19ª sessão**. Nairóbi, 1976.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O que é o pátio interno? – parte 1. **Arquitextos**, São Paulo, ano 06, n. 063.06, Vitruvius, set. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/436>. Acesso em 9 abril 2024.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. USA/CANADA: Routledge, 2006.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. Editora Unesp. São Paulo, 2012.

THOMPSON, Analucia (Ed.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Iphan, 2010.

TOPALOV, Christian et al. (Ed.). **A aventura das palavras da cidade**: através dos tempos, das línguas e das sociedades. 1ª ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014. v. 1. 696p.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Pelo desenvolvimento de uma cultura de prevenção: o papel da Ciência da Conservação, os desafios climáticos e o contexto brasileiro<sup>1</sup>**

*For the development of a prevention culture: the role of Conservation Science, the climate challenges and the Brazilian context*

**Pedro Henrique Vieira de Almeida**

Mestrando em Patrimônio Cultural, PPGPC/UFSM, Brasil  
almeida.pedro@acad.ufsm.br

**Caryl Eduardo Jovanovich Lopes**

Professor Doutor, UFSM, Brasil.  
caryl.lopes@ufsm.br

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido na disciplina de Tópicos Especiais I, que integra o currículo do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, ministrada pelo professor Doutor Jorge Alberto Soares Cruz.

## RESUMO

Este artigo oferece uma visão geral da Ciência da Conservação no contexto do patrimônio cultural, com ênfase na conservação preventiva e no impacto dos fatores climáticos. Através de uma revisão sistemática da literatura, o estudo mapeia a evolução da disciplina de uma prática empírica para um campo científico interdisciplinar, que combina o conhecimento de áreas exatas, como biologia, física, química e engenharia, com áreas humanísticas, como ética, história, valores culturais e técnicas artísticas, para abordar os desafios técnicos associados à conservação. O estudo revela que a conservação preventiva, um assunto tão importante e ao mesmo tempo pouco estudado, desempenha um papel crucial na mitigação de riscos ambientais associados a variáveis como temperatura, umidade e luz, que podem afetar negativamente a integridade do patrimônio cultural. A pesquisa indica que esta abordagem proativa não apenas preserva a integridade material dos bens culturais, mas também apresenta vantagens econômicas e minimiza a invasividade em comparação com outros métodos de intervenção. A análise sublinha a importância de adaptar estratégias de conservação às especificidades regionais e climáticas, especialmente em contextos tão diversificados quanto o Brasil, e enfatiza a necessidade de uma abordagem abrangente para maximizar a eficácia dessas estratégias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural. Ciência da conservação. Mudanças climáticas.

## ABSTRACT

*This article provides an overview of Conservation Science in the context of cultural heritage, with an emphasis on preventive conservation and the impact of climatic factors. Through a systematic literature review, the study maps the evolution of the discipline from an empirical practice to a interdisciplinary scientific field, combining knowledge from sciences such as biology, physics, chemistry, and engineering with humanities such as ethics, history, cultural values, and artistic techniques to address the technical challenges associated with conservation. The study reveals that preventive conservation, a subject of great importance yet understudied, plays a crucial role in mitigating environmental risks associated with variables such as temperature, humidity, and light, which can negatively affect the integrity of cultural heritage. The research indicates that this proactive approach not only preserves the material integrity of cultural heritage but also offers economic advantages and minimizes invasiveness compared to other intervention methods. The analysis highlights the importance of adapting conservation strategies to regional and climatic specificities, especially in contexts as diverse as Brazil, and emphasizes the need for an comprehensive approach to maximize the effectiveness of these strategies.*

**KEYWORDS:** Cultural Heritage. Conservation Science. Climate Change.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao discutir patrimônio, estamos falando sobre o que nos une como sociedade. A salvaguarda do patrimônio cultural material, abrangendo tanto bens móveis quanto imóveis, não é apenas um desafio técnico, mas também uma responsabilidade social que antecede qualquer discussão sobre conservação e restauração. O que se perde destes bens é perdido para sempre. Não há como trazer de volta os componentes perdidos do nosso passado. Eles só sobrevivem enquanto são físicos e únicos, marcados pelo tempo e pelo homem.

Talvez pela nossa proximidade com o ambiente edificado, percebemos que, assim como seres humanos, os edifícios também envelhecem. Entretanto, apesar de a prevenção representar uma estratégia economicamente vantajosa de minimizar as ações do tempo nos edifícios, existe uma certa resistência à adoção de práticas de conservação preventiva; seja por desconhecimento técnico, uma vez que os responsáveis pela gestão de edifícios históricos muitas vezes não possuem formação especializada em conservação e restauro; pela existência de barreiras culturais, pois em algumas situações, o valor histórico e cultural de um edifício pode ser subestimado, fazendo com que a prevenção seja vista como um gasto desnecessário; ou mesmo pela falta de planejamento orçamentário, uma vez que muitos órgãos de preservação não incluem, em suas planilhas orçamentárias de médio prazo, a previsão de gastos com manutenção e conservação preventiva, focando apenas em intervenções corretivas e restaurações completas que são muito onerosas e podem comprometer a autenticidade do bem.

O presente artigo tem como objetivo examinar o papel da ciência da conservação na preservação do patrimônio cultural e o impacto dos fatores climáticos. Será detalhado o papel do cientista da conservação, como um profissional capacitado não apenas em aspectos técnicos, mas também éticos e culturais. O texto também abrangerá a trajetória histórica da Ciência da Conservação, identificando acontecimentos significativos que moldaram esta disciplina. Por fim, será discutida a questão atual e urgente do impacto dos fatores climáticos na conservação preventiva, um campo ainda em busca de sua consolidação no Brasil, mas essencial para a preservação do patrimônio cultural nacional.

## 2 METODOLOGIA/MÉTODO DE ANÁLISE

A pesquisa caracteriza-se pelo emprego de uma revisão sistemática da literatura, que conforme Gil (2010, p. 50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Além disso, adota-se uma abordagem qualitativa, que, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), envolve uma abordagem interpretativa do mundo, na qual o pesquisador investiga as coisas em seus cenários naturais. Neste trabalho, essa abordagem se manifesta na interpretação de textos e na construção de argumentos baseados na literatura selecionada.

A coleta de dados foi realizada consultando-se artigos, livros, monografias e dissertações de mestrado acessados por meio de bases de dados acadêmicas específicas e pertinentes ao tema, como Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Brasil Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Também foram consultadas bases de dados de institutos e organizações, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

(ICOMOS), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio (ANTECIPA) e a Rede de Patrimônio Climático (CHN).

Incluíram-se apenas livros, artigos de revistas, monografias e dissertações de mestrado, escritos em português, inglês e italiano e publicados nas últimas duas décadas, evitando estudos antigos ou obsoletos, com exceção dos considerados fundamentais, que, devido a sua contribuição duradoura são essenciais para a compreensão dos desenvolvimentos históricos e teóricos que compuseram a prática contemporânea da conservação do patrimônio cultural. Adicionalmente, foram utilizadas publicações oficiais dos sites de organizações já citadas.

Evitou-se o uso de fontes que não são acadêmicas, como blogs e opiniões em jornais. Este rigor na seleção foi adotado para garantir a qualidade e a veracidade das informações a serem utilizadas no estudo, assegurando uma base sólida para a investigação dos impactos dos fatores climáticos na conservação do patrimônio cultural.

### **3 A CIÊNCIA DA CONSERVAÇÃO E O CIENTISTA DA CONSERVAÇÃO**

A ciência da conservação vem se consolidando, desde o século XIX, como instância validadora dos procedimentos de conservação-restauração do patrimônio cultural tangível (GONÇALVES, 2022). De acordo com o arquiteto, engenheiro e professor italiano Marco Dezzi Bardeschi, a conservação é um “princípio biológico indiscutível, uma demanda social e uma aspiração cultural essencial” que deve ser integral, reconhecendo o direito e a dignidade de todo o existente de continuar a existir (CARBONARA, 1997, p. 363, *tradução nossa*).

De acordo com Gonçalves (2022) este termo foi estabelecido muito recentemente, mais precisamente no ano de 1999. Antes deste ano, o termo ‘ciência da conservação’ não existia; ele foi forjado durante o seminário ‘*University postgraduate curricula for conservation scientists*’, que constituiu um marco importante para a consolidação da ciência da conservação. Este evento foi promovido pelo Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (ICCROM) em Bolonha, em 1999.

O documento resultante do seminário conclui que:

O(a) cientista da conservação pode ser definido(a) como um(a) cientista com formação em ciências naturais, físicas ou aplicadas e com conhecimento adicional em conservação (ética, história, valores culturais, história da arte técnica, técnicas e práticas de conservação do passado e do presente e outros aspectos científicos específicos) que lhe permitem contribuir para o estudo e conservação do patrimônio cultural em uma equipe interdisciplinar. (ICCROM, 2000, p. 137, *tradução nossa*).

Nesse sentido, Bardeschi ressalta que “para conservar, é preciso manter em uso, e o uso implica necessariamente um consumo de recursos”, além de enfatizar a importância de uma abordagem que não só minimize o consumo de recursos, mas que também permita a “contribuição de novas presenças materiais e de novos níveis de escrita” (CARBONARA, 1997, p. 363, *tradução nossa*). Interpretando Bardeschi, esses ‘novos níveis de escrita’ podem ser entendidos como intervenções ou modificações criteriosas que adicionam informações históricas ou culturais sem descaracterizar o patrimônio original. Simultaneamente, Bardeschi destaca a importância do ‘consumo de recursos’ consciente, isso implica que as modificações

devem ser não apenas respeitadas ao valor histórico e cultural, mas também eficientes em termos de sustentabilidade. Assim, a abordagem de Bardeschi sugere uma prática de conservação que é ao mesmo tempo criteriosa e responsável, equilibrando necessidades históricas, culturais e ambientais.

Logo, a ciência da conservação é um campo que transcende os limites de uma disciplina única e engloba um corpo de conhecimento construído a partir de paradigmas, reflexões e desenvolvimento histórico. Nesse contexto, o profissional responsável pela aplicação desses princípios na prática não pode ser entendido apenas como um cientista em um sentido estrito. Mais do que especialista em sua área de atuação, seja ela biologia, física, química ou engenharia, esse profissional precisa ter um entendimento profundo de ética, história, valores culturais e técnicas artísticas. É crucial também que esteja familiarizado com práticas e técnicas de conservação, tanto as tradicionais quanto as contemporâneas.

Portanto, a efetividade da ciência da conservação requer uma abordagem abrangente, onde o profissional deve ser dotado não somente de competências técnicas, mas também de uma consciência das implicações históricas e culturais de seu trabalho. Nesse sentido, é vital o entendimento de conceitos de preservação e a habilidade de traduzir esse saber em ações práticas que contribuam para a manutenção e valorização do patrimônio material, cumprindo assim um papel que é tanto técnico quanto social e cultural. Bardeschi argumenta que “cada adição será julgada pelo grau de autonomia, compatibilidade e mínimo conflito de impacto físico com o recurso” (CARBONARA, 1997, p. 363, *tradução nossa*), destacando o papel criterioso e eticamente responsável do profissional da conservação.

Após compreender a natureza interdisciplinar e as exigências éticas e técnicas que pautam a ciência da conservação e o perfil do cientista da conservação, torna-se relevante explorar a evolução histórica deste campo de estudo e como este evoluiu até chegar à configuração atual. O percurso histórico da ciência da conservação lança luz não apenas sobre sua legitimidade técnica, mas também sobre os desafios e acontecimentos que marcam sua trajetória.

#### **4 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CIÊNCIA DA CONSERVAÇÃO**

Ao delinear a trajetória da ciência da conservação, nota-se a ausência de referências precisas sobre seus primórdios. No entanto, manifestações desse campo podem ser identificadas desde quando um ceramista grego refazia a alça de uma ânfora quebrada ou um monge retocava iluminuras medievais. A prática da conservação, portanto, sempre esteve presente, ainda que de forma empírica. Contudo, é evidente que a especialização desses profissionais ganhou contornos mais definidos com a formação de grandes coleções privadas e públicas. Essas coleções, tornando-se mais extensivas e organizadas, bem como constituindo-se como patrimônio financeiro, se tornaram fatores determinantes para a contratação de pessoal capacitado destinado à manutenção desses acervos valiosos (FRONER, 2006, p. 2).

A partir do século XIX, com a formação de grandes coleções públicas, incluindo museus e bibliotecas, os profissionais da área enfrentaram uma responsabilidade ampliada perante os acervos. Esses especialistas, que até então não tinham uma denominação específica, foram subitamente confrontados com coleções que abrangiam múltiplas técnicas e suportes, levando-os a compreender a magnitude de suas responsabilidades. Durante esse período, a linha limítrofe entre a criatividade do artista e a função do conservador começou a ser mais

claramente demarcada. O respeito à estética e à originalidade da obra se torna uma diretriz crucial (FRONER, 2006, p. 2).

No final do século XIX, um dos primeiros laboratórios dedicados à conservação foi estabelecido no *Altes Museen*, parte do complexo dos museus estatais *Staatliche Museum* em Berlim. Este laboratório foi especialmente direcionado para a conservação de acervos arqueológicos (FRONER, 2006, p. 3). Conhecido como *Rathgen Research Laboratory*, foi fundado em 1º de abril de 1888 originalmente como ‘Laboratório Químico dos Museus Reais’. O Prof. Dr. Friedrich Rathgen foi nomeado o primeiro diretor e manteve-se nesta posição até sua aposentadoria quase quatro décadas depois. Ele tinha como principal missão aperfeiçoar os métodos de conservação de objetos de museu e também conduzia análises de materiais e pesquisas sobre técnicas de fabricação de artefatos histórico-culturais (STAATLICHE MUSEEN ZU BERLIN, 2022, *tradução nossa*).

A modernização da prática da conservação tomou um passo significativo na década de 1930. Durante este período, o termo ‘método científico’ foi pela primeira vez associado ao campo da conservação. Arquitetos restauradores começaram a fundamentar suas abordagens nas teorias de Boito e Riegl, moldando assim o paradigma da conservação nas décadas de 1930 e 1940 (FRONER, 2006, p. 5). Esses desenvolvimentos estabeleceram as bases para o que hoje entendemos como ciência da conservação, um campo intrinsecamente interdisciplinar e científico.

Após o encontro internacional de 1930, foi instaurado o Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Neste evento, foi elaborada a Carta de Atenas (1931), o primeiro documento internacional que abordava o patrimônio cultural em uma dimensão de valor universal. Além de ser um marco no conceito moderno de patrimônio cultural, a carta também estabeleceu princípios relevantes para a restauração e conservação de monumentos e sítios, sendo igualmente conhecida como *Carta del Restauro* (FRONER, 2006, p. 5).

Apesar da tentativa de estabelecer uma colaboração global e das orientações contidas na carta, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por conflitos, como a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial, que dificultaram avanços concretos no diálogo internacional para a conservação do patrimônio (FRONER, 2006, p. 5).

No entanto, o Escritório Internacional de Museus desempenhou um papel significativo ao contribuir para a criação do Instituto Central de Restauro, em Roma, em 1939, justamente antes do início da Segunda Guerra Mundial. O instituto foi fundado e dirigido por Cesare Brandi, que posteriormente escreveu *Teoria del Restauro* em 1963, uma obra que se tornou um marco na restauração moderna e que foi influenciada pela obra de Benedetto Croce (FRONER, 2006, p. 5).

Em 1956, Paul Philippot, da Bélgica, e Cesare Brandi, da Itália, lançaram as fundações teóricas do ICCROM. Suas contribuições não só estabeleceram um novo paradigma para a formação de profissionais através de programas de treinamento, mas também instauraram atividades de cooperação internacional. Ambos os cientistas serviram como consultores da UNESCO e desempenharam um papel crítico na elaboração de cartas, tratados e documentos relacionados à preservação do patrimônio. A influência de ambos se estendeu significativamente pelas décadas de 1950 e 1960, com suas teorias ancoradas em tanto ciências humanas quanto ciências exatas (FRONER, 2006, p. 6).

No decorrer da década de 1960, a postura em relação a edificações históricas começou a sofrer uma transformação significativa. Conforme Addis (2009, p. 595), arquitetos, membros do público e eventualmente políticos começaram a se opor à tendência mundial de construir novos edifícios, que muitas vezes ocorria à custa da identidade e história das cidades. Esse fenômeno era particularmente visível nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde estruturas notáveis como a *Euston Station* em Londres e o terminal da *Pennsylvania Railroad* em Nova York foram demolidas.

A destruição dessas edificações provocou uma reação pública e levou à crescente conscientização sobre a importância do patrimônio construído. Não apenas esses bens começaram a ser vistos como entidades integradas em uma complexa rede social urbana, mas o próprio edifício deixou de ser apenas um depósito de acervos culturais e passou a ser visto como elemento indispensável à preservação desses bens (ADDIS, 2009, p. 595).

Avançando para o ano de 1964, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza de 25 a 31 de maio, adotou um total de 13 resoluções. A primeira delas foi a Carta Internacional do Restauro, mais conhecida como Carta de Veneza. A segunda resolução, conforme sugestão da UNESCO, estabeleceu a criação do ICOMOS. Este congresso representou um esforço coletivo de várias nações e profissionais da área de preservação, visando à implementação de um sistema de cooperação internacional. O objetivo era abordar com rigor metodológico e coerência de critérios as múltiplas questões envolvidas na preservação de bens culturais (ICOMOS, 2022; KÜHL, 2010, p. 290).

Nas décadas subsequentes, especialmente nos anos 1970 e 1980, a discussão avançou para além da preservação física dos edifícios e começou a abordar questões de identidade e memória, integrando assim o contexto social no conceito de patrimônio.

Este cenário progressivamente consciente pavimentou o caminho para o desenvolvimento de leis de planejamento urbano mais rigorosas, que dificultam a demolição ou alteração de prédios de significância cultural, arquitetônica ou histórica (ADDIS, 2009, p. 595).

Durante a década de 1980, Garry Thomson estabeleceu de forma sistemática os desafios associados à climatização em museus, arquivos e bibliotecas. Ele enfatizou a necessidade crítica de controlar elementos ambientais como luz, temperatura e umidade para a preservação eficaz de coleções. Além disso, Thomson introduziu a ideia inovadora de que a conservação de um acervo não está limitada apenas aos itens que ele contém; o estado do edifício que abriga esses itens também desempenha um papel crucial (FRONER, 2006, p. 7).

O período que abrange as duas últimas décadas do século XX é caracterizado por debates significativos que levam os profissionais de conservação e restauração a uma necessidade crescente de especialização. A abrangência que permitia atuar em diversos materiais como metal, pintura, cerâmica, papel e pedra, e em vários campos de aplicação como escavações, museus históricos, arquivos e pinacotecas, tornou-se insustentável. Além disso, a profundidade de conhecimento exigida estende-se agora desde o laboratório até a elaboração teórica da disciplina (FRONER, 2006, p. 7).

Em 1991, o Programa Nacional de Salvaguarda de Coleções dos Países Baixos apresentou um modelo de atuação de conservação preventiva, que serviu como referência a outros países. Com o objetivo de preparar melhor os profissionais que lidavam com coleções, foram realizados em 1992, por meio da UNESCO, e em 1994, através do Instituto Internacional para a Conservação de Obras Históricas e Artísticas (IIC), dois congressos que discutiram a disciplina da conservação preventiva (FRONER, 2006, p. 8).

Atualmente, de acordo com o ICCROM, a conservação preventiva é definida como a prática que envolve:

Todas as medidas e ações voltadas para evitar e minimizar a deterioração ou perda futura. Elas são realizadas no contexto ou nos arredores de um item, mas mais frequentemente em um grupo de itens, independentemente de sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas - elas não interferem nos materiais e estruturas dos itens. Elas não modificam sua aparência. (ICCROM, *tradução nossa*).

A UNESCO, por sua vez, mantém uma cátedra especializada conhecida como PRECOMOS, que é um acrônimo para Conservação Preventiva, Monitoramento e Manutenção de Monumentos e Sítios. Esta iniciativa tem a finalidade de conduzir estudos no campo do monitoramento e cuidados contínuos, além de fomentar a propagação dessas abordagens como um método de preservação antecipada, garantindo sua viabilidade tanto do ponto de vista técnico quanto social (VAN BALEN, 2011).

## 5 OS IMPACTOS DO CLIMA NA CIÊNCIA DA CONSERVAÇÃO

Conforme destacado por Froner (2006, p. 11), é crucial entender que os critérios de conservação preventiva são dinâmicos e adaptam-se às particularidades dos materiais e das áreas em que esses bens estão localizados. Especificamente, o clima desempenha um papel importante: os procedimentos ideais para regiões tropicais diferem significativamente dos aplicáveis em climas temperados. O cenário, os parâmetros e os mecanismos são distintos, tornando cada abordagem única ao contexto em que é aplicada.

Neste cenário, é importante também considerar a durabilidade e a vida útil dos materiais e componentes da edificação, como apontado por Pasqualotto (2012, p. 21). Para prolongar a durabilidade e vida útil, diversas atividades podem ser adotadas, incluindo manutenção, reparação, consolidação, restauração e reconstrução. A manutenção, em particular, uma componente chave da conservação preventiva, é definida pelo Programa Monumenta (BRASIL, 2005, p. 13) como um “conjunto de operações preventivas destinadas a manter um bom funcionamento e uso” da edificação. Exemplos de atividades de manutenção incluem inspeções rotineiras, limpeza diária ou periódica, pinturas, imunizações, reposição de telhas danificadas, e inspeção nos sistemas hidrossanitário e elétrico.

Para organizar e orientar tais atividades, a existência de um plano de conservação torna-se um instrumento crucial. Conforme apontado por Bonfim (2019, p. 35), um plano de conservação estabelece o que é significativo em um lugar e as políticas apropriadas para permitir que esses significados sejam mantidos ao longo do tempo. Através de sua efetiva implantação, não apenas é possível preservar os edifícios antigos, mas também recuperar a capacidade funcional de seus sistemas e prolongar a sua vida útil.

Adicionalmente, é vital considerar o impacto das mudanças climáticas e a crescente descaracterização das estações do ano. Um clima mais instável pode acelerar a deterioração, exigindo maior frequência de intervenções e, conseqüentemente, um aumento no orçamento de manutenção.

O projeto NOAH's ARK, realizado pela Universidade de Bolonha que contou com o financiamento da União Europeia, destacou que apesar da temperatura ser comumente destacada como fator chave da mudança climática, as chuvas intensas, inundações e surtos de

tempestades representam ameaças críticas ao patrimônio. Estes eventos meteorológicos intensificados têm o potencial de sobrecarregar estruturas como telhados e calhas, penetrar em materiais de construção tradicionais (como o adobe, cob, pau-a-pique, etc.) e introduzir poluentes na superfície dos edifícios, enquanto inundações trazem consigo perdas catastróficas (SABBIONI; CASSAR; BRIMBLECOMBE; LEFEVRE, 2008, p. 3, *tradução nossa*). Além disso, as alterações nos níveis de umidade afetam o crescimento de microrganismos nos elementos de pedra e de madeira e a formação de sais que degradam superfícies. Verões mais secos por sua vez aumentam a erosão salina da pedra e ressecam os solos que protegem remanescentes arqueológicos e sustentam as fundações de edifícios (SABBIONI; CASSAR; BRIMBLECOMBE; LEFEVRE, 2008, p. 3, *tradução nossa*).

As preocupações com as mudanças climáticas geraram ações globais, em dezembro de 2021, ocorreu a primeira reunião organizada pela UNESCO, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e ICOMOS. O evento internacional, intitulado 'Cultura, patrimônio e mudanças climáticas', congregou cientistas e especialistas com o objetivo de fomentar ações fundamentadas em patrimônio cultural para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Durante a abertura, enfatizou-se o compromisso duradouro da UNESCO na proteção do patrimônio mundial contra os impactos climáticos, destacando a cultura como um elemento-chave de resiliência (INTERNATIONAL CO-SPONSORED MEETING ON CULTURE, HERITAGE & CLIMATE MEETING, 2021, *tradução nossa*). Neste contexto, a Rede Patrimônio Climático propôs que desafios antropogênicos, como as mudanças climáticas, requerem soluções de índole humana. Estabelecida desde a Cúpula Global da Ação Climática de 2018 e formalmente lançada em 2019, a rede visa reorientar políticas climáticas, planejamento e ações em todos os níveis para incluir considerações culturais.

Essas mudanças climáticas não apenas alteram os padrões de temperatura e umidade, mas também podem levar a eventos extremos mais frequentes, como tempestades e secas, que podem acelerar os processos de deterioração. A descaracterização das estações torna mais desafiante o estabelecimento de padrões sazonais de conservação, exigindo uma abordagem ainda mais adaptativa e rigorosa na conservação preventiva.

Cada país possui suas particularidades e desafios regionais relacionados ao clima, no caso brasileiro, por exemplo, questões como o congelamento de edificações não são preocupações predominantes como podem ser na Europa, América do Norte e Ásia. Isso ressalta a necessidade de adaptar as estratégias de conservação preventiva às especificidades regionais. Essa adaptação torna-se ainda mais crítica quando consideramos que, apesar de não ser um conceito novo, a conservação preventiva ainda encontra aplicação restrita no território brasileiro (FELTMANN; COELHO, 2020, p. 5).

Na avaliação das estratégias de conservação preventiva aplicadas ao patrimônio cultural, é imperativo ir além da simples categorização das condições ambientais gerais, tais como meio urbano, zona marinha e área rural. É crucial empreender um exame minucioso de múltiplas variáveis climáticas que influenciam diretamente os processos de deterioração. Dentre as variáveis climáticas, podemos incluir, mas não nos limitar a, umidade relativa, temperatura ambiente, níveis de iluminação, qualidade do ar e concentrações de poluentes, bem como direção e índice de vento, incidência de precipitação, geada e nevoeiro.

A caracterização aprofundada do clima local é realizada mediante a análise multifatorial desses elementos, tendo em vista seu impacto cumulativo e interativo no estado de conservação do patrimônio em questão. Segundo Miranda e Souza (2014, p. 226), a

informação climatológica provém dos estados sucessivos do tempo, cujas condições foram medidas nas estações meteorológicas ao longo dos anos. As 'normais climatológicas' são obtidas através do cálculo das médias de parâmetros meteorológicos, obedecendo a critérios recomendados pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Os dados termométricos e pluviométricos servem como indicadores fundamentais nesse contexto. A completa compreensão dessas métricas requer a coleta e interpretação de valores médios, máximos e mínimos, os quais possibilitam a descrição de condições extremas e variações sazonais (MIRANDA E SOUZA, 2014, p. 226-227), estas variações são intrínsecas a cada clima; por exemplo os ciclos pluviométricos podem variar significativamente entre as estações do ano, como verão, outono, inverno e primavera. Essa análise é frequentemente enriquecida pelo uso de ferramentas gráficas, como climogramas, que facilitam a visualização e compreensão das tendências climáticas ao longo de diferentes períodos temporais.

Entendendo essa variabilidade climática, torna-se evidente que a temporalidade é um fator crítico na elaboração de estratégias eficazes de conservação preventiva, uma vez que contrariamente à percepção de que a conservação pode ser planejada e executada em etapas pontuais do desenvolvimento de um projeto, a verdadeira eficácia da estratégia exige uma observação contínua e abrangente ao longo de, ao menos, um ciclo anual completo, mesmo que, diante das transformações climáticas cada vez mais aceleradas, apenas um ciclo anual possa não ser representativo. Uma análise realizada no decorrer de um período de tempo mais longo permite a captura de dados pertinentes a variações de temperatura, flutuações de umidade e mudanças nos níveis de poluição mais representativos.

A classificação da agressividade ambiental por sua vez é uma abordagem analítica aplicável a uma ampla gama de materiais, implicando a necessidade de uma investigação abrangente das variáveis que compõem o clima local e que podem acelerar ou retardar os processos de deterioração.

Estas observações tornam-se especialmente relevantes quando se leva em conta que diferentes materiais e estruturas podem reagir de forma única a essas variações climáticas, exigindo, assim, abordagens de conservação adaptadas e específicas.

Quanto às perspectivas futuras da adaptação ao novo panorama climático, em setembro de 2022 a Rede Patrimônio Climático lançou um novo plano de ação com o intuito de empoderar indivíduos para conceber e concretizar futuros climaticamente resilientes e socialmente justos por meio da cultura.

O plano delinea duas metas principais para o período de 2022-2024: ampliar a quantidade e qualidade das ações climáticas baseadas na cultura e transformar as políticas climáticas através da inclusão da cultura e do patrimônio em estratégias resilientes e de baixa emissão de carbono. Para sustentar essas metas, o plano detalha 12 áreas focais, incluindo edificações, infraestruturas, alimentação, resíduos e consumo, e transição justa. Adicionalmente, propõe-se a formação de grupos de trabalho multilíngues para fortalecer as atividades em diferentes regiões, inclusive na América Latina e Caribe, territórios caracterizados por sua rica diversidade cultural adaptada às peculiaridades socioeconômicas e históricas locais (CLIMATE HERITAGE NETWORK, 2022, *tradução nossa*).

Este novo plano de ação representa um esforço conjunto para integrar aspectos culturais nas soluções para a crise climática, reconhecendo que a cultura e o patrimônio são elementos fundamentais para a resiliência e a sustentabilidade globais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que a conservação preventiva atua como um subcampo vital da ciência da conservação, com um enfoque específico na mitigação de riscos. A sua importância deriva da sua abordagem proativa para identificar e resolver problemas que estão intrinsecamente relacionados a fatores ambientais como temperatura, umidade e luz. Ao fazer isso, a conservação preventiva vai além de uma simples análise reativa, para se tornar uma estratégia que previne o dano antes que ele ocorra. Deste modo, se uma dada coleção permanecer em um ambiente sem controles adequados, ela estará exposta a um risco proporcional de degradação. Este subcampo nasce, portanto, da necessidade iminente de preservar acervos, especialmente quando estes estão sujeitos a condições que favorecem a sua deterioração.

Embora a conservação preventiva requeira um investimento inicial, os benefícios de longo prazo são quantitativa e qualitativamente vantajosos, especialmente por representar uma alternativa menos invasiva e econômica em comparação com outros métodos de intervenção.

O reconhecimento de sua origem iniciando-se em coleções e se expandindo para edificações evidencia a adaptabilidade e eficácia destas técnicas que não apenas validam o papel crucial da conservação preventiva no contexto contemporâneo, mas também reforçam sua relevância na proteção de bens móveis, imóveis e integrados como do patrimônio edificado.

Além disso, torna-se imperativo considerar a influência do clima e da regionalidade nas estratégias de conservação, A adaptabilidade às especificidades regionais e climáticas é crucial, especialmente em nações diversificadas como o Brasil.

A temporalidade e a necessidade de observação contínua, em meio às variações sazonais, reforçam a importância de uma abordagem proativa em conservação preventiva. Utilizar ferramentas e técnicas analíticas adequadas, adaptadas às particularidades climáticas, não só maximiza a eficácia das estratégias de conservação como também enfatiza a colaboração interdisciplinar entre ciências exatas, aplicadas e humanas, que podem – e devem – trabalhar juntas na conservação de bens culturais. Esta abordagem interdisciplinar na conservação é vital para garantir a preservação do patrimônio cultural em meio às crescentes incertezas climáticas e ambientais.

## REFERÊNCIAS

ADDIS, Bill. **Edificação: 3000 Anos de Projeto**, Engenharia e Construção. Porto Alegre: Bookman, 2009. 640 p.

BONFIM, Valéria Aparecida Costa. **A conservação da arquitetura moderna: as fachadas do Edifício Copan**. 337f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRAGA, Márcia. (Org.). **Conservação e Restauro: Arquitetura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed Rio, 2003. 128p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de Elaboração de Projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. 76 p.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro**. Teoria, storia, monumenti. Napoli: Liguori, 1997. 723 p.

CLIMATE HERITAGE NETWORK. **Capacitar as Pessoas para Imaginarem e Realizarem Futuros Resilientes ao Clima Através da Cultura – das Artes ao Patrimônio**. A Rede Patrimônio Climático Plano de Ação 2022-24. Disponível em: <https://www.climateheritage.org/actionplan>. 2023. Acesso em: 18 out. 2023.

CLIMATE HERITAGE NETWORK. **Sobre a Rede do Patrimônio Climático**. Disponível em: <https://www.climateheritage.org/about>. 2023. Acesso em: 18 out. 2023.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Artmed, 2006. 432 p.

FELTMANN, Carla dos Santos; COELHO, Carla Maria Teixeira. Planos de Conservação Preventiva para Edifícios Históricos: Uma Proposta para a Igreja da Penha, Rio de Janeiro. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. **Anais eletrônicos**. Porto: Editora Cravo, 2020.

FRONER, Yacy. Ara. Ciência da Conservação ou Conservação Científica? Hipóteses para reflexão. In: II Congresso Nacional de Arquivologia: Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: UFG, 2006. p. 1-14.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200p.

GONÇALVES, Willi de Barros. **Ciência do Patrimônio**. Disponível em: <https://shre.ink/8L9f>. Acesso em: 25 set. 2023.

ICCROM. **Preventive Conservation**. Disponível em: <https://www.iccrom.org/projects/preventive-conservation>. Acesso em: 25 set. 2023.

ICCROM. **Documento de Bolonha**. Anais do Seminário Internacional University Postgraduate Curricula for Conservation Scientists. Bolonha, Itália, 26-27 de novembro de 1999. Roma, 2000. P.137-138. Disponível em: [https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-02/1999\\_postgraduate\\_curricula\\_bologna\\_77203\\_light.pdf](https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-02/1999_postgraduate_curricula_bologna_77203_light.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

ICOMOS. **Encontro de Cultura, Patrimônio e Clima do IPCC abre novo campo no esforço de entender as dimensões culturais da emergência climática**. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/focus/climate-change/101397-ipcc-culture-heritage-and-climate-meeting-breaks-new-ground-in-efforts-to-understand-the-cultural-dimensions-of-the-climate-emergency>. Acesso em: 18 out. 2023.

ICOMOS BRASIL. **Sobre o Icomos Internacional**. Disponível em: <https://www.icomos.org.br/estrutura-kmg2c>. 2022. Acesso em 25 set. 2023.

INTERNATIONAL CO-SPONSORED MEETING ON CULTURE, HERITAGE & CLIMATE MEETING. **Proceedings**. 2021. Disponível em: <https://www.cultureclimatemeeting.org/>. Acesso em: 18 out. 2023.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287–320, 2010. Disponível em: <https://shre.ink/8L1L>. Acesso em: 25 set. 2023.

MIRANDA, Ricardo Augusto Calheiros de; SOUZA, Lucio de. **Climatologia Geográfica**. Vol. 2. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014. 239 p.

PASQUALOTTO, Natália. **Mapeamento de manifestações patológicas em edificação histórica**: Estudo no prédio do observatório astronômico da UFRGS. 139f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Civil). Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SABBIONI, Cristina; CASSAR, May; BRIMBLECOMBE, Peter; LEFEVRE, Roger-Alexandre. **Vulnerability of cultural heritage to climate change**. Estrasburgo: European and Mediterranean Major Hazards Agreement (EUR-OPA), 2008. 24p.

STAATLICHE MUSEEN ZU BERLIN. **Laboratório de Pesquisa Rathgen**. Disponível em:  
<https://www.smb.museum/en/museums-institutions/rathgen-forschungslabor/about-us/history/>. Acesso em: 25  
set. 2023.

VAN BALEN, K. Preventive Conservation in the International context of the PRECOM3OS network. In: Anais da Conferência Internacional sobre Conservação Preventiva do Patrimônio Arquitetônico. **Anais**. Nanjing, 2011.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Planalto dos Alcantilados (MT) como barreira física para integração entre municípios: Uma reflexão pela mobilidade urbana**

*Planalto dos Alcantilados (MT) as a physical barrier to integration between municipalities: A reflection on urban mobility*

**Rafaela Ferreira Rosso**

Mestranda, UNIVAG, Várzea Grande  
arq.rossorafaela@gmail.com

**Rosana Lia Ravache**

Professora Pós Doutora, UNIVAG, Várzea Grande  
rosana@univag.edu.br

**Pedro Nessi Snizek Júnior**

Professor Pós Doutor, UNIVAG, Várzea Grande  
pedro.nessi@univag.edu.br

**Natallia Sanches e Souza**

Doutora, UNIVAG, Várzea Grande  
natallia@univag.edu.br

## RESUMO

Pesquisas relacionadas a implantação do Plano de Mobilidade Urbana nos municípios brasileiros mostram que a legislação, apesar de obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes não possui aderência dos gestores, revelando que a questão não é prioridade central no planejamento urbano. Esta pesquisa visa compreender como a mobilidade tem sido abordada em Primavera do Leste e no distrito de Nova Poxoréu, localizadas a sudeste do estado de Mato Grosso, divididos pelo Planalto dos Alcantilados. O método adotado é descritivo, seguindo orientações de Raupp e Beuren (2006), envolvendo pesquisa bibliográfica e análise da legislação pertinente, permitindo assim caracterizar a área de estudo e por meio de mapas apresentar informações relevantes sobre os municípios e sobre a discussão ao qual o artigo se propõe. Nos resultados, destaca-se a segregação socioespacial em Nova Poxoréu, onde a falta de infraestrutura afeta especialmente a mobilidade urbana. Além da falta de integração com o município vizinho, Primavera do Leste, que compromete não apenas o acesso a serviços básicos, mas também as oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico para os residentes da região. Conclui-se, portanto, a necessidade de um plano de transporte público que atenda a integração entre as áreas, contribuindo com futuros projetos e decisões para o setor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nova Poxoréu. Segregação Socioespacial. Mobilidade Urbana.

## ABSTRACT

*Research related to the implementation of Urban Mobility Plans in Brazilian municipalities shows that despite being mandatory for cities with more than 20,000 inhabitants, adherence by managers is lacking, revealing that the issue is not a central priority in urban planning. This study aims to understand how mobility has been addressed in Primavera do Leste and in the district of Nova Poxoréu, located in the southeast of the state of Mato Grosso, divided by the Plateau of Alcantilados. The adopted method is descriptive, following the guidelines of Raupp and Beuren (2006), involving bibliographic research and analysis of relevant legislation, thus allowing the characterization of the study area and, through maps, presenting relevant information about the municipalities and the discussion proposed by the article. In the results, socio-spatial segregation in Nova Poxoréu stands out, where the lack of infrastructure especially affects urban mobility. In addition to the lack of integration with the neighboring municipality, Primavera do Leste, which compromises not only access to basic services but also employment opportunities and economic development for the region's residents. It is concluded, therefore, the need for a public transportation plan that addresses integration between the areas, contributing to future projects and decisions for the sector.*

**KEYWORDS:** Nova Poxoréu. Socio-spatial Segregation. Urban Mobilit.

## 1 INTRODUÇÃO

O transporte público coletivo possibilita ao cidadão o acesso das diversas áreas, promove o comércio e o crescimento local (Cavalcanti e Alves, 2015; Azambuja, 2002), além de estar aliado ao artigo 5, inciso XV da Constituição Brasileira que se refere ao direito de ir e vir: “XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;” (Brasil, 1988).

Contextualizando, a segunda metade do século XX marcou o desenvolvimento urbano brasileiro, caracterizado pela migração da população rural para as cidades em busca de melhores condições de vida. Entre os anos de 1960 e 1980 a região Centro-Oeste do país foi a que obteve maior crescimento populacional (Santos, 1993, p. 59). Esse significativo aumento populacional nas cidades em um intervalo curto de tempo ocorreu, sem planejamento e regulamentação, impactou especialmente a infraestrutura de transporte e trânsito (Rodrigues, 2016). Devido a esses agravantes as cidades contemporâneas assumiram uma característica bem comum, a urbanização dispersa. Por isso, as alternativas de mobilidade tornam-se um fator significativo de exclusão social (Moura e Souza, 2020).

Nas últimas décadas, incentivos públicos e privados contribuíram com a maior aquisição de veículos particulares ocasionando no aumento da utilização dos transportes individuais, agravamento das condições de mobilidade da população, principalmente por conta dos acidentes de trânsito, congestionamento e emissão de poluentes (Rodrigues, 2016; Carvalho e Pereira, 2011).

Tais problemáticas refletem-se também em municípios de pequeno porte em que a matriz de transporte se concentra em veículos motorizados individuais e o investimento em infraestrutura viária mostra-se saturado na região central e em áreas de maior fluxo e atratividade (Lessa, Silva, Silva, 2015). Esta é justamente a atual situação da mesorregião sudeste de Mato Grosso, mais especificamente da cidade de Primavera do Leste que vem enfrentado desafios característicos das grandes metrópoles, como falta de acesso à educação, à saúde, em especial ao transporte (Fioravanti e Alcântara, 2017). Em contrapartida, seu distrito vizinho, Nova Poxoréu, pertencente a Poxoréu, localizado entre municípios, acaba sofrendo a falta de infraestrutura e interligação principalmente de transporte público que seja capaz de levar seus moradores (10 mil) para desenvolver suas ocupações e usufruir dos serviços disponibilizados em Primavera do Leste.

A escolha por esta área de estudo se deu pelo fato de que apesar de Primavera do Leste encontrar-se em pleno desenvolvimento urbano e econômico, apresenta fragilidades em relação a sua mobilidade urbana que prejudica não apenas os trabalhadores do seu perímetro urbano, mas também da região conhecida como Nova Poxoréu. O distrito de Poxoréu vem se desenvolvendo com uma população que participa ativamente das dinâmicas urbanas de Primavera do Leste, mas por não ser de seu domínio fica desassistido por parte dos gestores primaverenses e o mesmo ocorre por parte de Poxoréu devido sua distância de 35km do assentamento (Teixeira, 2021).

Esta pesquisa objetivou analisar a interação entre as duas áreas que são separadas apenas pelo Planalto dos Alcantilados, distanciando-se em 10km. O enfoque foi a mobilidade urbana, em que para tal foi necessário retroceder e compreender a formação de ambas áreas e sua atual conjuntura.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo consiste em uma pesquisa descritiva em que segundo Raupp e Beuren (2006) tal método tem por finalidade descrever, apresentar e organizar os dados obtidos na pesquisa. Neste caso, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, fundamental para a compreensão da evolução da temática no país, em que autores como Rodrigues (2016), Carvalho (2016) e a legislação brasileira serviram como base de pesquisa. Em seguida, caracterizou-se a área de estudo por meio de um breve histórico e apresentando aspectos relacionados a sua atual estrutura socioeconômica.

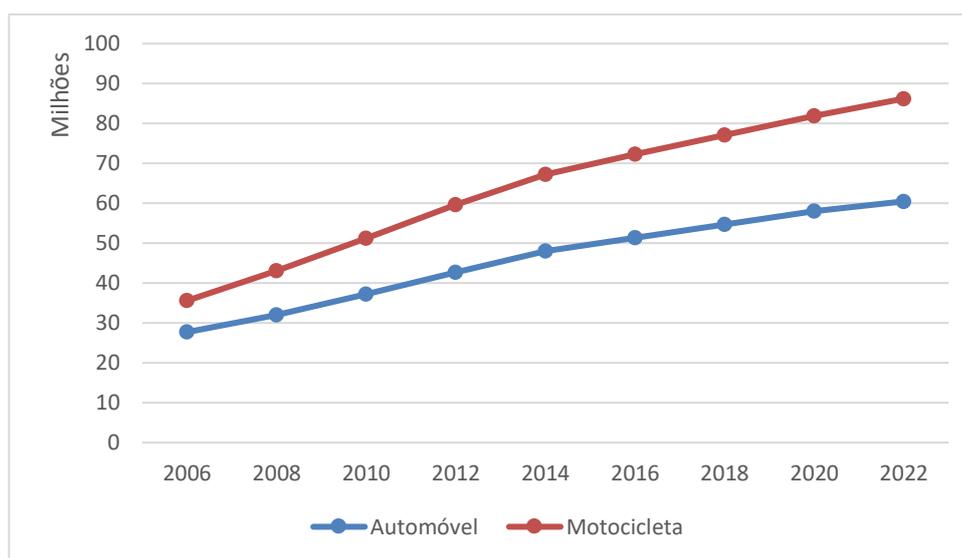
Por fim, discutiu-se a mobilidade urbana no município de Primavera do Leste e no distrito de Nova Poxoréu, sendo que para isso foi fundamental a apresentação de imagens que ilustrassem aspectos referentes a acessos, distâncias e revelando fatores decisivos para a tomada de decisão no setor de mobilidade urbana, neste caso, a topografia local.

### **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Até 1940 o transporte coletivo das grandes cidades brasileiras era feito por bondes, sendo que a partir de 1950 inicia-se a transição para veículos sobre rodas. Ao final de 1960 o serviço de bondes havia desaparecido. Em 1970, a queda dos preços dos automóveis e sua popularização como produto da indústria nacional levaram ao incentivo a sua aquisição (Rodrigues, 2016). Mas foi de fato em meados 1990 que a produção de automóveis e motocicletas triplicou, exigindo políticas que estimulassem sua venda e uso. Sendo assim, o governo reduziu a carga tributária sobre veículos de até 1.000 cilindradas e expandiu o crédito a população. Com o crescimento desordenado das cidades e o aumento da frota de veículos, obras de expansão do sistema viário, alargamento de vias, viadutos e túneis passaram a ser mais comuns. Essas melhorias no sistema viário favoreciam o transporte privado, sendo que o transporte público assumia um segundo plano que prejudicava a população de menor renda que viviam as margens das cidades (Carvalho, 2016).

Rodrigues (2016) afirma que o agravamento da crise da mobilidade se deve a crise do transporte coletivo em que o incentivo ao transporte individual fez com que a população o preferisse, aumentando a presença de automóveis e motocicletas nas ruas. Em 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a frota de carros era de 27.700.608, já em 2022, subiu para 60.459.290 um salto de 118%, enquanto as motocicletas tiveram um aumento de 226% para o mesmo período (Figura 1).

Figura 1 - Frota de carros e motos no Brasil (2006-2022)



Fonte: IBGE com adaptação dos autores, 2024.

A expansão do transporte rodoviário desempenhou um papel fundamental para sustentar esse intenso crescimento populacional e expansão territorial urbana. Enquanto as redes ferroviárias eram limitadas e cresciam lentamente, o transporte por rodovias podia ser rapidamente adaptado para atender às necessidades das novas áreas urbanas. Isso levou à expansão das cidades e à diminuição da importância das formas de transporte mais rígidas e inflexíveis. Consequentemente, o país passou de sistemas de transporte urbano que priorizavam o transporte coletivo, público, eletrificado e ferroviário para sistemas que favoreciam o transporte privado, individual, rodoviário e altamente dependente de combustíveis fósseis, que se tornaram a principal fonte de energia para os modos de transporte mais utilizados (Carvalho, 2016).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitou uma série de mudanças na política urbana do Brasil, abrangendo tanto o ordenamento do território e o desenvolvimento das áreas urbanas, exemplificado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), como também no âmbito da mobilidade urbana, com a promulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012). Esta foi elaborada para regular esses princípios, estabelecendo diretrizes abrangentes para os sistemas de transporte, tendo como objetivos (art. 7º, I, II, III, IV e V): diminuir as desigualdades e fomentar a inclusão social, facilitar o acesso aos serviços aos serviços básicos e equipamentos sociais, aprimorar as condições urbanas da população em termos de acessibilidade e mobilidade, estimular o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos urbanos de pessoas e mercadorias, e, reforçar a gestão democrática como meio e garantia da contínua melhoria da mobilidade urbana (Brasil, 2012).

Além disso, o artigo 6º também é essencial para a compreensão da lei pois trata de medidas que devem ser adotadas pelos gestores públicos em prol da mobilidade:

- I - integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos;
- II - prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;

- III - integração entre os modos e serviços de transporte urbano;
- IV - mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade.

Sendo assim, evidencia-se que desde a era dos bondes até a atual predominância do transporte rodoviário individual o país passa por desafios e transformações na mobilidade urbana.

## 2 ÁREA DE ESTUDO

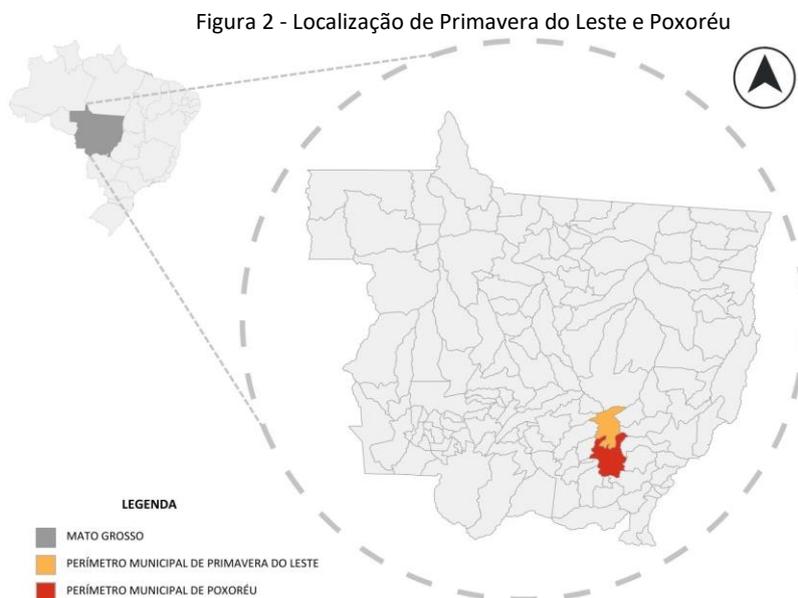
### 2.2 PLANALTO DOS ALCANTILADOS

O Planalto dos Alcantilados é a formação geológica que divide os municípios de Primavera do Leste e Poxoréu. Possui esta nomenclatura devido as escarpas vermelhas que se apresentam ao longo de sua extensão. Sua área percorre os estados de Mato Grosso e Goiás. Em Mato Grosso, o planalto abriga as nascentes do rio São Lourenço (Almeida, 1948).

### 2.3 OS MUNICÍPIOS

As cidades de Poxoréu e Primavera do Leste, objetos de estudos desta pesquisa, apesar de vizinhas possuem características muito distintas, desde sua formação até o seu estágio atual. Enquanto Poxoréu teve sua colonização no início do século XX impulsionada pela descoberta de diamante na região, Primavera do Leste assim como as demais cidades do agronegócio mato grossense passa a ganhar relevância a partir da década de 1970 com suas monoculturas intensivas e áreas de pastagens extensivas (Borges e Tótora, 2013; Frederico, 2011).

Ambas se localizam a 230 km da capital do estado, Cuiabá. Ambas, na mesorregião sudeste de Mato Grosso (Figura 2), já pertenceram a Poxoréu, sendo que Nova Poxoréu ainda está sob sua jurisdição.



Fonte: Map Chart, com adaptações dos autores, 2024.

Por conta da proximidade de tais núcleos populacionais, Teixeira (2021) trata a região como uma conurbação em que afirma ser composta de um tipo de expansão urbana em que o uso da terra para fins agrícola e para fins urbanos estão em conflito. Na década de 1920 a ocupação da porção sudeste do estado de Mato Grosso era induzida pela mineração de ouro e diamante, mas em algumas décadas acaba declinando por conta da exaustão das jazidas e sua mão de obra passa a migrar para os municípios do entorno (Borges e Tótorá, 2013). A partir de 1970 as condições passam a ser favoráveis a agricultura e é no ano de 1986 que Primavera do Leste emancipa-se ficando com a porção de terra em que Teixeira (2020) trata como o “filé mignon” para a produção agrícola.

O distrito de Nova Poxoréu é o que Lefebvre (2001) caracteriza como segregação “espontânea”, sendo ocasionada pelo valor da terra urbana em que a população de menor renda se vê obrigada a ocupar as áreas, geralmente periféricas. No caso de Nova Poxoréu, além de se fazer distante do centro de Primavera do Leste possui também a barreira do Planalto dos Alcantilados que segrega fisicamente as populações (Rosa *et. al*, 2007).

Como já foi salientado, Primavera do Leste é um dos municípios do estado conhecido como cidade do agronegócio, são 547 mil hectares destinados à agricultura, que representa 17% de sua economia (Petrucci, 2021). Em 2022, sua população era de pouco mais de 85 mil habitantes (IBGE, 2022), com IDHM de 0,752 e PIB per capita de 109 mil reais (IBGE, 2010). Além disso, em pesquisa divulgada em 2023 pela FGV atesta que a cidade aparece em primeira colocação no ranking de maior renda média do estado, R\$ 2776,15. Enquanto Poxoréu em 2022 apresentou população de cerca de 23 mil habitantes (IBGE, 2022), IDHM de 0,678 e PIB per capita de 67.630 reais (IBGE, 2010).

Segundo Teixeira (2020), a partir de 2011 famílias de baixa renda residentes do bairro São José passam a se estabelecer no território que se conhece atualmente como Nova Poxoréu, mas foi apenas em 2013 que a Lei Municipal nº 1585 reconheceu a área como distrito. Mesmo após a elevação para subprefeitura em 2013, o distrito segue até o momento sem a regularização fundiária dos lotes, permanecendo na clandestinidade (Santos, 2018). Em audiência pública ocorrida recentemente (março/2024) as lideranças locais afirmaram que a região é composta pelos bairros Vale dos Sonhos, Vale Verde, Bela Vista e Nova Buritis onde residem cerca de 10 mil pessoas.

Apesar do distrito pertencer a Poxoréu, devido a sua proximidade com Primavera do Leste a população usufrui massivamente de seu comércio e serviços. A pesquisa realizada por Teixeira (2020) em Nova Poxoréu, 94,8% dos entrevistados dizem fazer suas compras no município vizinho, 76,5% buscam por educação no mesmo, 100% utilizam seus serviços de saúde, sem contar que os trabalhadores em quase sua totalidade exercem suas funções em Primavera e além disso, 72,2% dos eleitores entrevistados votam na cidade.

Devido a essas circunstâncias acredita-se que o diálogo entre os municípios para que melhorias ocorram na região são de fundamental importância para elevação da qualidade vida de seus moradores.

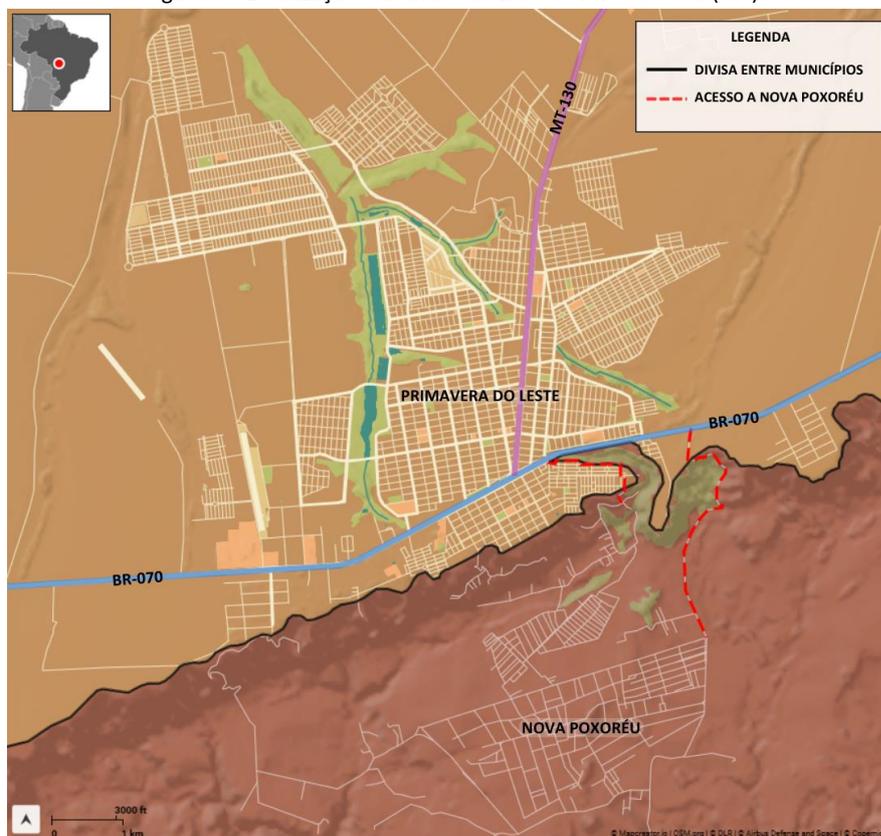
#### **4 MOBILIDADE URBANA LOCAL – PRIMAVERA DO LESTE E NOVA POXORÉU**

Anterior a qualquer discussão a respeito da mobilidade entre Primavera do Leste e Nova Poxoréu se faz necessário uma compreensão de sua localização espacial. Destaca-se que o território primaverense além de estar implantado em terreno fértil à agricultura também fica

localizado no entroncamento de duas importantes vias, a BR 070 que liga o estado à capital do país e a MT 130 que conecta o município a demais cidades do interior. Para Fioravanti (2017) sua localização estratégica não foi por acaso, visto que tais vias facilitam o escoamento da produção agrícola e facilitam o fluxo de mercadorias.

A Figura 3 mostra as rodovias citadas acima, além da divisa entre os municípios que como fica evidente pelo sombreamento da topografia encontra-se exatamente no pico do planalto. Além disso destacou-se os dois principais acessos ao distrito de Nova Poxoréu, ambos originados da BR-070 e sem pavimentação.

Figura 3 – Localização Primavera do Leste e Nova Poxoréu (MT)



Fonte: Map Creator, com adaptação dos autores, 2024.

Em abril de 2023 foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste o projeto de lei nº 1445, Plano de Mobilidade Urbana do Município de Primavera do Leste/MT, o qual garante reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais, promover o desenvolvimento sustentável, entre outros objetivos. A própria justificativa para o projeto de lei mobilidade urbana cita que a cidade se desenvolveu em função da mobilidade por meio de automóvel particular que vem aumentando a cada ano e tornando-se um ciclo vicioso.

Em 2019, a cidade contava com 83% de seus deslocamentos diários ocorrendo por meio de automóveis particulares, sendo carros e motos, enquanto apenas 8% era realizado por bicicletas (Plano de Mobilidade Urbana, 2019). Em contrapartida, seu distrito vizinho, Nova Poxoréu, acaba sofrendo a falta de infraestrutura e interligação principalmente de transporte público que seja capaz de levar seus moradores para desenvolver suas ocupações e usufruir dos serviços disponibilizados em Primavera do Leste.

Com o aumento dos automóveis crescem também os acidentes de trânsito. Em pesquisa realizada entre 2020 e 2021, 8,35% dos acidentes de trânsito ocorridos em Primavera do Leste ocorreram na BR 070, sendo o logradouro com maior percentual no índice (Batista, Souza, Moreira, 2022). A via além de apresentar grande importância para a região Centro-Oeste por ligar o estado de Mato Grosso a capital federal também serve de travessia para os moradores de Nova Poxoréu até o município de Primavera.

Apesar do distrito de Nova Poxoréu pertencer ao território poxoerense, cujo centro está localizado a 35km de distância a maior parte da população do assentamento opta por usufruir de serviços e comércio de Primavera do Leste, localizado a apenas 10km. Porém a mobilidade entre tais localidades se dá quase exclusivamente por transporte próprio ou a pé (Teixeira, 2021). No caso do deslocamento a pé enfrenta-se ainda o agravante de que a área de Nova Poxoréu se encontra em uma cota de nível cerca de 100m abaixo de Primavera do Leste.

Em contato com uma servidora pública de Poxoréu, a mesma informou que não há transporte público coletivo no distrito, mas ressaltou que há transporte escolar e também que grandes empresas disponibilizam o serviço dando assistência àqueles que não possuem veículo próprio para se deslocar até o local de trabalho.

O Plano Diretor Participativo de Poxoréu de 2006 cita o transporte coletivo em sua seção IV de forma genérica:

Art. 56 - O Poder Executivo observará as seguintes ações em relação ao transporte coletivo: 1. Garantir o atendimento público com transporte coletivo de qualidade; 2. Conceder os serviços de transportes coletivos; 3. Criar um itinerário circular passando pelas avenidas e pelas ruas perimetrais; 4. Garantir o atendimento em horários especiais, como nos finais de semana e feriados; 5. Implantar equipamentos públicos adequados aos que possuem necessidades especiais;

A data de aprovação da lei antecede o estabelecimento de Nova Poxoréu e por isso em nenhum momento a área é citada, visto que não existia. Além do mais, estes instrumentos de gestão necessitam passar por revisão a cada 10 anos apresentando-se, portanto, desatualizado.

Sabendo do grande desnível (100m) que separa os dois territórios conclui-se que o ideal para a integração entre o distrito e a cidade de Primavera do Leste consiste em veículos motorizados, pois a construção de ciclofaixa ou ciclovia é uma opção perigosa devido as curvas e a própria altitude a ser vencida para se chegar até a BR-070 (Figura 4).

Figura 4 - Vista de Nova Poxoréu, perspectiva do terreno e perfil da topografia

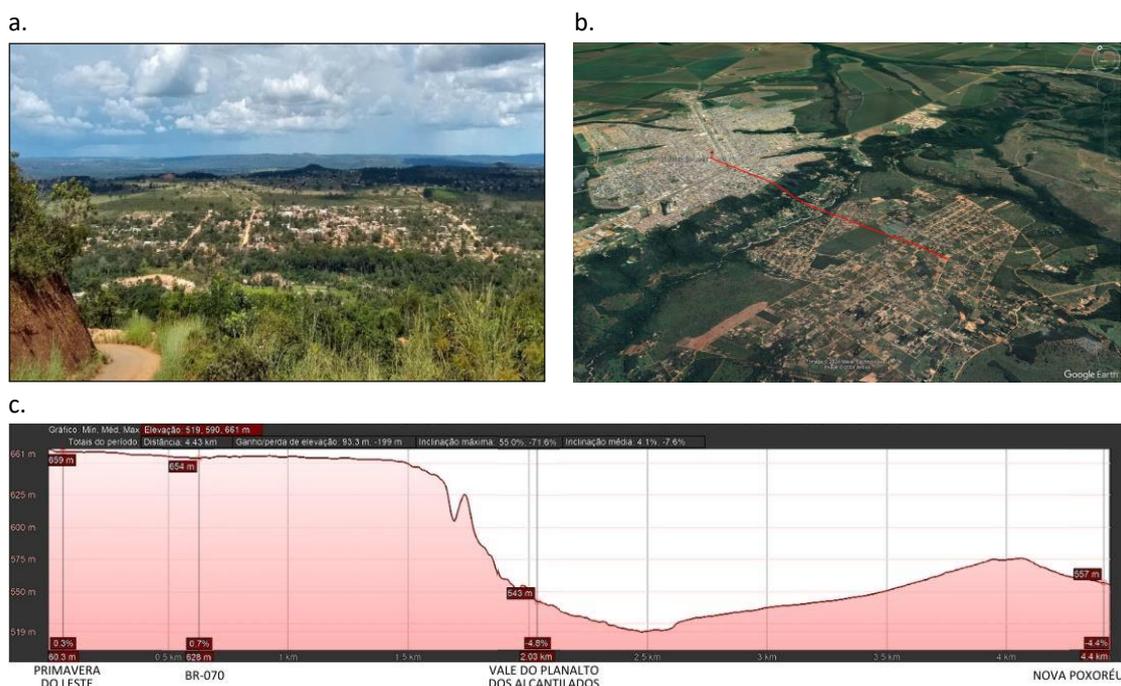


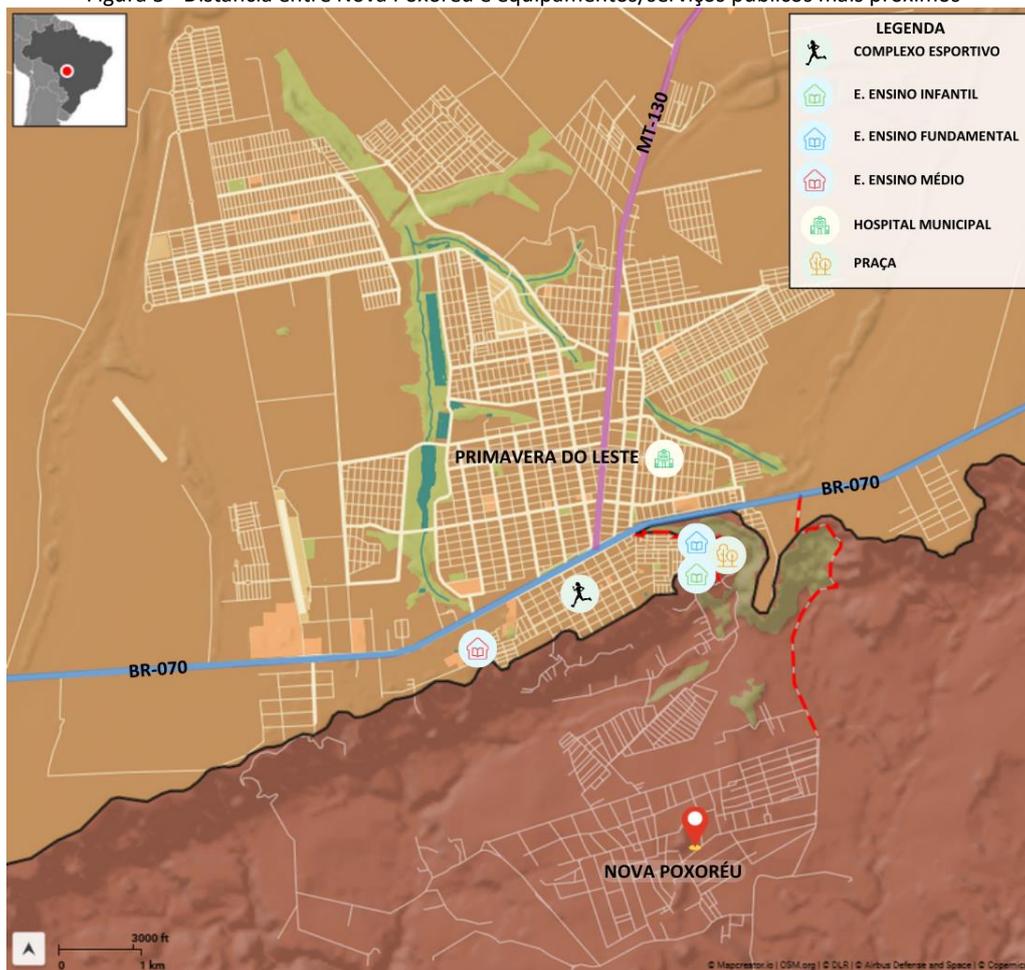
Figura 4a. mostra ao fundo a comunidade de Nova Poxoréu, bem como a estrada (a esquerda) que faz a ligação entre ela e o município de Primavera do Leste. Figura 4b. mostra em perspectiva a topografia de Primavera do Leste, passando pelo Planalto dos Alcantilados, até o centro de Nova Poxoréu e o caminho do corte topográfico apresentado na próxima figura. Figura 4c. mostra o perfil da topografia, iniciando no ponto mais alto, Primavera do Leste (659m de altitude), em seguida a BR-070 (654m de altitude), o vale do Planalto dos Alcantilados (543m de altitude) e Nova Poxoréu (557m de altitude).

Fonte: Teixeira, 2018; Google Earth, 2024.

Além do mais, as estradas que levam também Nova Poxoréu são de circulação de pedestres, bicicletas, motocicletas e carros apresentando assim risco a segurança, principalmente para as aqueles que percorrem o trecho a pé ou de bicicleta.

Atualmente Nova Poxoréu conta com uma escola municipal que atende o ensino fundamental I e um posto de saúde, sendo que os demais serviços/equipamentos públicos essenciais mais próximos encontram-se em Primavera. Diante disso, a Figura 5 apresenta instituições de educação, lazer e saúde, bem como suas distâncias até a região central de Nova Poxoréu. Para estabelecimento da distância tomou-se como base o ponto central demarcado no distrito.

Figura 5 - Distância entre Nova Poxoréu e equipamentos/serviços públicos mais próximos



Fonte: Map Creator, com adaptações dos autores, 2024.

Com base no mapa acima mediu-se a distância a ser percorrida entre o ponto central de Nova Poxoréu e cada um dos demais marcadores. Iniciando pelo Complexo Esportivo, o local composto por campo de futebol, quadra de areia, playground e academia ao ar livre está a 8 km do distrito. Enquanto as instituições de ensino, tanto as escolas de ensino infantil e fundamental encontram-se a uma distância de 6 km do ponto de referência. A escola de ensino médio está localizada mais longe, a 9 km. Há uma escola militar a 7 km de distância, mas que não oferta o 3º ano do ensino médio, apenas do 7º do ensino fundamental ao 2º ano do ensino médio, por isso para a escola de ensino médio mais próxima considerou-se a Escola Estadual Monteiro Lobato, demarcada em mapa.

Situado a uma distância considerável do centro de Nova Poxoréu (8,5 km), em que muitos residentes precisam percorrer a pé, o Hospital Municipal é o único estabelecimento localizado do lado oposto da BR-070, o que o coloca em maior desvantagem em relação aos outros pontos analisados, visto que a rodovia apresenta riscos aos pedestres em sua travessia.

Por fim, a Praça da Juventude, local de lazer e esportes que apresenta quadra coberta, campo de futebol, pista de skate e caminhada está a 6 km do ponto de referência.

Apesar da maioria dos equipamentos e serviços estarem localizados do mesmo lado da BR-070 e tal fator ser considerado vantajoso, é necessário evidenciar que a distância a ser percorrida até eles não é ideal já que a média de caminhada é de aproximadamente 4 km por hora.

É importante também evidenciar que a mobilidade urbana é um conceito amplo e que pode ser implementado de diversas formas. A própria prefeitura de Primavera do Leste vem fomentando a temática por meio de leis e políticas públicas. Com o intuito de dinamizar os meios de transporte da cidade, em 2019, foi sancionada a Lei nº 1.832 que cria o Programa Abrace uma Ciclovia em que alguns objetivos são: incentivar a locomoção por meio de transportes não poluentes e ampliar a malha cicloviária (Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, 2019). Atualmente a cidade possui algumas avenidas com ciclovia, como: Av. São Paulo, Av. Campo Grande, Av. Cuiabá, Av. Porto Alegre, Av. dos trabalhadores, Av. dos Lagos e Av. das Araras Vermelhas. Sendo que a ciclovia da avenida das Araras Vermelhas inicia-se na praça Waldomiro Riva e integra-se com a ciclovia da avenida dos Lagos. Além disso alguns bairros também já contam com a faixa exclusiva para bicicletas. Até 2021 o município possuía 25km de ciclovia (Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, 2021).

Apesar disso, é fundamental destacar que o distrito de Nova Poxoréu está estabelecido a mais de dez anos no local e ainda sofre com carências básicas como serviços relacionados a saúde e educação, asfaltamento das vias e instabilidade no fornecimento de energia. Sendo assim, analisando quaisquer possíveis soluções para o deslocamento da população até Primavera considera-se que o mais viável no momento seja o transporte coletivo convencional em que ambas as prefeituras estejam acordadas em dar assistência, pois ainda que o assentamento pertença a Poxoréu a maioria de seus moradores tem suas ocupações no território primaverense ou pelo menos utiliza de seus serviços e comércio.

## **6 CONCLUSÃO**

A pesquisa realizada sobre a mobilidade urbana entre os municípios de Primavera do Leste e Nova Poxoréu revela um panorama complexo e desafiador no contexto do desenvolvimento urbano brasileiro. Ao longo das últimas décadas, observa-se uma transição significativa no padrão de mobilidade, impulsionada pelo aumento da frota de veículos particulares e pela escassez de investimentos em infraestrutura de transporte público, resultando em congestionamentos, acidentes e emissões de poluentes. A falta de planejamento urbano adequado contribui para agravar essa problemática também em cidades do interior de Mato Grosso e não apenas em grandes centros.

O estudo, embasado em uma abordagem descritiva e na análise da legislação pertinente, buscou compreender a interação entre Primavera do Leste e Nova Poxoréu, destacando a importância da mobilidade urbana para o acesso a serviços básicos e oportunidades de trabalho. A análise revelou que, apesar da proximidade geográfica entre os dois municípios, a falta de infraestrutura de transporte público eficiente compromete a integração socioeconômica e a qualidade de vida dos residentes de Nova Poxoréu.

A mobilidade entre os dois territórios apresenta desafios específicos, incluindo a topografia acidentada e a ausência de opções de transporte coletivo adequadas. A dependência do transporte individual, aliada à falta de planejamento urbano integrado, contribui para a segregação espacial e dificulta o acesso aos serviços e oportunidades disponíveis em Primavera do Leste.

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria da mobilidade urbana, incluindo investimentos em transporte público acessível e sustentável, planejamento urbano integrado e promoção da integração socioeconômica entre

os municípios vizinhos. A aprovação do Plano de Mobilidade Urbana de Primavera do Leste representa um passo importante nesse sentido, fornecendo um arcabouço legal para a implementação de medidas que visam mitigar os impactos negativos da mobilidade urbana desordenada.

## REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Poxoréu – MT**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/510700#sec-demografia>. Acesso em: 27 mar. 2024.

AZAMBUJA, Ana Maria V. de. **Análise de eficiência na gestão do transporte urbano por ônibus em municípios brasileiros**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2022.

BATISTA, Rogério Costa; SOUZA, Thaís Barbosa; MOREIRA, Alex Gomes. **Categorização dos acidentes de trânsito em Primavera do Leste – MT no intuito de subsidiar políticas públicas para diminuição de suas ocorrências**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE. São Paulo, v.8.n.03.mar. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4706/1790>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BORGES, Pedro Pereira; TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. **Cenários político-econômico de Poxoréu ao longo do século XX**. Multitemas, 2013. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/269/314>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm). Acesso em: 08 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 06 mai. 2024.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. **Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas**. Brasília. IPEA. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9186/1/Mobilidade%20urbana.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2024.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. **Efeitos da variação da tarifa e da renda da população sobre a demanda de transporte público coletivo urbano no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1595). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1595.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1595.pdf). Acesso em: 27 mar. 2024.

CAVALCANTI, Alessandra; ALVES, Alysson Lourenço. **O direito de ir e vir: a acessibilidade do transporte público**. Cadernos brasileiros de terapia ocupacional. UFSCar - São Carlos. 2020. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/0104-4931.ctoAO505A>. Acesso em: 05 mai. 2024.

FIORAVANTI, Livia Maschio. **Cidade cativa: estratégias de uma urbanização oligopolista em uma cidade matogrossense**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1732/1711>. Acesso em: 26 mar. 2024.

FIORAVANTI, Livia Maschio; ALCÂNTARA, Willian Magalhães de. **Atlas Socioespacial de Primavera do Leste: contribuições para políticas públicas**. Primavera do Leste, 2017. 72 p.

FGV. FGV Social/CPS a partir dos dados do IRPF e da população (TCU/IBGE)/5570 municípios. **Onde estão os ricos? Municípios 2020**. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ranking/TOP\\_Municipio2020.htm](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ranking/TOP_Municipio2020.htm). Acesso em: 26 mar. 2024.

GASINI - PROJETO, CONSULTORIA E TREINAMENTO. (2019). **Plano de Mobilidade Urbana de Primavera do Leste**. Primavera do Leste, MT.

IBGE. **Microrregiões e mesorregiões geográficas – 1990**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#homepage>. Acesso em: 26 mar. 2024.

IBGE. **Cidades e Estados – Primavera do Leste**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/primavera-do-leste.html>. Acesso em: 26 mar. 2024.

IBGE. **Cidades e Estados – Poxoréu**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/poxoreu.html>. Acesso em: 26 mar. 2024.

IBGE. **Frota de Veículos**. Veículo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/22/0?tipo=grafico&indicador=28120>. Acesso em: 08 mai. 2024.

IBGE. **Frota de Veículos**. Veículo. Automóvel. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/22/0?tipo=grafico&indicador=28122>. Acesso em: 08 mai. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Clarisse M. Ribeiro; SILVA, Gustavo Resgala; SILVA, Luiza M. Costa da. **Planejamento da mobilidade urbana em municípios de pequeno porte**. ANTP. 2015.

MOURA, Ana Paula D. de; SOUZA, Gisela Barcellos de. **Mobilidade como indicador da qualidade de vida urbana**. XII SIIU – Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/336494/9948-11084-2-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 de mai. 2024.

PETRUCELLI, Mylena. **Primavera do Leste se consolida como uma das principais potências agrícolas do país**. 2021. Disponível em: <https://primaveradoleste.mt.gov.br/noticias-6446>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE. **Lei nº 1.832, de 16 de outubro de 2019**. Primavera do Leste. 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/p/primavera-do-leste/lei-ordinaria/2019/184/1832/lei-ordinaria-n-1832-2019-cria-o-programa-abrace-uma-ciclov1a>. Acesso em: 06 de jun. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE. **Primavera do Leste completa 25 km de ciclov1a para interligar bairros**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-U0n24k4CFU>. Acesso em: 06 mai. 2024.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, Juciano Martins. **Mobilidade urbana no Brasil: crise e desafios para as políticas públicas**. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/05/Mobilidade-urbana\\_Juciano-Rodrigues.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/05/Mobilidade-urbana_Juciano-Rodrigues.pdf). Acesso em 06 mai. 2024.

SANTOS, Alexandre Eduardo. **O agro tech-pop-tudo e as desigualdades socioespaciais em uma cidade do agronegócio no cerrado: Primavera do Leste-MT**. Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 71 - 84. Janeiro/Junho 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6984/4584>. Acesso em: 05 mai. 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC. 1993.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Planos de Urbanização para a Cidade de Boa Vista a partir da dinâmica do Território Federal de Roraima (1944-1973)**

*Urbanization plans for the city of Boa Vista based on the dynamics of the Federal Territory of Roraima (1944-1973)*

**Paulina Onofre Ramalho**

Doutoranda em Arquitetura, Dinter UFRR/UFRJ, Brasil  
paulina.ramalho@fau.ufrj.br

**Rubens de Andrade**

Professor Doutor, UFRJ, Brasil.  
rubens.andrade@fau.ufrj.br

## **RESUMO**

Este artigo visa apresentar as linhas gerais que nortearam a elaboração de planos de urbanização para a cidade de Boa Vista durante sua função como capital administrativa do então Território Federal de Roraima. Metodologicamente, recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase em fontes textuais. Como resultado, verificou-se que os planos formulados demonstravam a intenção do Estado brasileiro em tornar Boa Vista um polo de indução desenvolvimentista, utilizando como justificativa questões como fronteira e segurança nacional. Sendo assim, percebemos como as cidades são espaços privilegiados para a ação do Estado e concretização de seus objetivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento. Estado. Cidade-capital.

## **ABSTRACT**

*This article aims to present the general lines that guided the development of urbanization plans for the city of Boa Vista during its function as administrative capital of the then Território Federal de Roraima. Methodologically, we used bibliographic and documentary research, with an emphasis on textual sources. As a result, it was found that the plans formulated demonstrated the Brazilian State's intention to make Boa Vista a hub for development induction, using issues such as border and national security as justification. Therefore, we realize how cities are privileged spaces for State action and the achievement of its objectives.*

**KEYWORDS:** *Planning. State. Capital city.*

## **1 INTRODUÇÃO**

Boa Vista é a capital do Estado de Roraima, localizando-se totalmente no hemisfério norte, em uma região de campos abertos denominada localmente de lavrado. Segundo a historiografia local, sua origem remonta a uma fazenda de gado bovino fundada em 1830 por Inácio Lopes de Magalhães, antigo comandante do Forte São Joaquim (VERAS, 2009). Sendo assim, em 1858, por meio da Lei nº 92, de 09 de novembro, criou-se a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, cuja sede seria o entorno da referida fazenda. Tal ato visava estabelecer um controle administrativo maior da região em função das disputas fronteiriças em curso, nomeadamente entre o Brasil e a Inglaterra, assim como o estímulo a ocupação civil da região, o que, de fato, não ocorreu (BARBOSA, 1993).

No início do período republicano, mais precisamente em 1890, o Decreto nº 49, de 9 de julho, elevou a Freguesia à categoria de município, denominando-o de Boa Vista do Rio Branco (BARBOSA, 1993). Além disso, a sede da antiga freguesia foi reconhecida como a sede do novo município sob o nome de Vila de Boa Vista do Rio Branco. Contudo, tais medidas não propiciaram o desenvolvimento econômico e o povoamento esperados, permanecendo Boa Vista como um pequeno povoado carente de infraestrutura, que apresentava “uma malha com três ruas paralelas à margem do rio Branco (BARROS, 1995, p. 55). Somente em 27 de agosto de 1926, através da Lei estadual nº 1262, concedeu-se foro de cidade à Vila de Boa Vista, o que resultou no aumento de sua autonomia administrativa e no fortalecimento da elite local (SANTILLI, 1994). Contudo, o evento mais emblemático para a cidade de Boa Vista na primeira metade do século XX foi a criação do Território Federal do Rio Branco, posteriormente denominado Território Federal de Roraima, em 1943, pois, nesse contexto, a mesma foi “deixando pouco a pouco de ser um mero povoado provinciano dependente do Estado do Amazonas” (BARROS, 1995, p. 29).

Como capital territorial, sobre Boa Vista incidiram medidas visando dotá-la das condições necessárias à sua condição de centro político-administrativo. Nesse processo podemos destacar, particularmente, dois períodos: 1) o período imediato a criação do território, no qual implementou-se, a partir de 1946, um plano de urbanização elaborado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson; 2) a formulação de um novo plano de urbanização pela Fundação João Pinheiro (FJP), no início da década de 1970, no bojo do período militar. Para o primeiro período já foram elaboradas análises, das quais podemos citar a de Veras (2009). No entanto, abre-se todo um leque de possibilidades para o segundo, que, aqui, terá uma abordagem mais pontual.

Isto posto, objetivamos pontuar as interfaces entre o projeto urbanístico do engenheiro Darcy Aleixo Derenusson e a nova estrutura urbana proposta pela FJP. Para tanto, parte-se da premissa que esses planos relacionam-se às condições econômicas, políticas e técnicas do contexto no qual foram elaborados e implementados.

## **2 METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da pesquisa, o caminho metodológico tem como base: quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa; no que concerne à natureza, a pesquisa é básica; quantos

aos procedimentos técnicos, a mesma recorre a diferentes modalidades, sendo bibliográfica e documental. As fontes serão contextualizadas a partir do cruzamento com dados fornecidos por diferentes autores, assim como da análise de fontes iconográficas. Sendo assim, intenciona-se visibilizar as relações estabelecidas entre o contexto político e a formulação de planos urbanísticos para a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

### **3 UMA CAPITAL PARA O TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO**

Em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro, foi criado o Território Federal do Rio Branco, renomeado, em 1962, Território Federal de Roraima (BRASIL, 1943a). De acordo com o Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, o Território foi dividido em dois municípios, Boa Vista e Catrimani. Nesse contexto, a cidade de Boa Vista foi reconhecida como a capital (BRASIL, 1943b).

A ideia de criar-se unidades administrativas diretamente ligadas ao poder central antecedia o governo de Getúlio Vargas. Mas, a Constituição Federal de 1937 forneceu o respaldo legal ao atribuir à União o poder de instituir, a partir de áreas desmembradas de estados, territórios federais em nome da segurança nacional (FREITAS, 1996), que, nesse caso, poderia ser entendida de forma polissêmica, como proteção de fronteiras, sanar desequilíbrios econômicos e políticos, dentre outros.

Em junho de 1944, chegou em Boa Vista o primeiro governador do Território, o capitão Ene Garcez dos Reis. Uma de suas primeiras medidas consistiu em realizar um levantamento das condições da região. Ficou responsável pelo levantamento José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti, técnico em administração do governo federal. A partir das informações obtidas, elaborou-se o **Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. O referido plano constituiu a base para o **Plano Quinquenal Territorial/1945-1949**, documento que continha as diretrizes de atuação do governo territorial (MACEDO, 2004).

No Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco a realidade do Território é descrita como preocupante. Segundo o mesmo, seus habitantes poderiam ser divididos em dois grupos, a saber: os que viviam nas regiões alagadiças; e os que viviam em terra firme. Mas, em linhas gerais, não havia saneamento, a alimentação era precária, e as instituições médico sanitárias eram quase inexistentes. Sendo assim, a população era acometida, frequentemente, pela malária, tuberculose, sífilis, verminoses, anemia, dentre outros (CAVALCANTI, 1949).

No que refere-se as construções, estas eram de madeira, cobertas de palha e próximas às margens dos rios. A capital, Boa Vista, apresentava 217 mocambos e 122 casas de alvenaria ou madeira, mas sem acesso à energia elétrica, água e esgoto (CAVALCANTI, 1949). Sendo assim, propunha-se obras de saneamento a partir de Boa Vista, considerada núcleo irradiador, como drenagem e revestimento de igarapés, estabelecimento de uma rede de água e esgotos, tratamento de uma zona em frente a cidade durante o inverno, assim como a criação e tratamento de uma faixa de proteção em torno da mesma, expurgo das embarcações, campanhas de educação sanitária, assistência médica permanente, e “a construção da capital do Território, e das outras cidades que forem surgindo, de acordo com o que houver de mais recente ou progressista em matéria de urbanismo” (CAVALCANTI, 1949, p. 29).

Para concretizar o denominado Plano de Urbanização de Boa Vista, lançou-se um edital no Diário Oficial, seção primeira, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1944. Após, apresentaram-se 4 concorrentes, as quais receberam instruções para a elaboração dos projetos. A Divisão de Obras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores responsabilizou-se pela análise das propostas encaminhadas, das quais foi selecionada a da firma Darcy A. Derenusson, posteriormente denominada Riobras, no dia 20 de setembro de 1944. O resultado final da licitação foi descrito no Diário Oficial do Território Federal do Rio Branco nº 24, de 7-12-1944, que expressa que a firma selecionada apresentou menor preço e prazo para a finalização das obras.

Seguidamente a assinatura do contrato, Darcy Aleixo Derenusson, e mais três auxiliares, deslocou-se até o Território e realizou estudos *in loco* que fundamentaram a formulação do projeto de urbanização. Após sete meses, retornou ao Rio de Janeiro, formando uma equipe de técnicos responsável pela elaboração dos projetos de abastecimento de água, geração de energia elétrica, coleta de esgotos e águas pluviais, bem como do Plano Diretor de Urbanismo e do Código de Obras (A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

Antecedendo as obras do plano propriamente ditas, algumas medidas foram consideradas importantes e implementadas entre 1944 e 1946, como: levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral da Vila de Boa Vista e arredores, que cobriu uma extensão de 20 km<sup>2</sup>, com a confecção de planta na escala de 1:1000; recenseamento geral da população; estudos socioeconômicos necessários a elaboração do Plano; elaboração do Plano Diretor da cidade; elaboração do plano urbanístico, propriamente dito, com os detalhes para a sua execução; concepção do Código de Obras; projeto de abastecimento de água, inclusive com o detalhamento da captação, adução e rede distribuidora; projeto da rede coletora de esgotos sanitários (separador) e seu detalhamento; projeto de galerias de águas pluviais e seu detalhamento; projeto de energia elétrica e rede distribuidora com detalhamento e; projeto de escolas rurais e residências (MORAES, GOMES FILHO, 2009; VERAS, 2009).

Além das questões citadas acima, o governo do Território, por sugestão de Derenusson, editou um decreto no qual proibiu novas construções de caráter permanente antes da conclusão do plano, e, no Código de Obras, foi estipulado que as edificações residenciais e comerciais poderiam ter um número máximo de dois pavimentos, e os terrenos adotariam uma área de área de 15x40/20x40m (A GAZETA DE RORAIMA, 1991). No tocante a prefeitura, esta desapropriou alguns lotes nos quais seriam construídas edificações públicas e foram solicitados pelo governo territorial.

Durante o andamento das obras diversos percalços foram observados, principalmente concernentes a aquisição de materiais de construção e acesso a mão de obra. Essa problemática já era uma constante na região do rio Branco, e, no período em estudo, uma parte da força de trabalho estava envolvida em atividades como a mineração, e o Território encontrava-se relativamente isolado do restante do país. De fato, por séculos a única via de acesso ao vale do rio Branco foi o rio de mesmo nome. Entretanto, devido ao regime de chuvas da região, surgem corredeiras no período de estiagem que dificultam e/ou inviabilizam a navegação. Para além dos fatores naturais, segundo Santos (2013), a falta de investimentos estatais e privados agravava a situação. Sendo assim, a solução encontrada foi contratar trabalhadores de outras cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus (A GAZETA DE RORAIMA, 1991). No que tange os

materiais, construiu-se algumas indústrias, como uma olaria, que fornecia telhas e manilhas de barro (REVISTA SELVA, 1950; VERAS, 2009). Os materiais que não podiam ser produzidos localmente eram trazidos em barcos ou, os de pequeno porte, de avião.

Figura 1 – Maquete do projeto urbanístico de Boa Vista/RR



Fonte: Arquivo de Darcy Romero Derenusson.

O projeto urbanístico desenvolvido por Darcy Aleixo Derenusson é radiocêntrico, com amplas avenidas que espraiam-se para o norte, sul e oeste. No centro do mesmo encontra-se a praça cívica, sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário (Figura 1). De acordo com Derenusson, o projeto imbuía-se de um sentido simbólico, pois é, “portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, linguístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte (A GAZETA DE RORAIMA, 1991, p. 127-128).

As obras do plano de urbanização, mesmo com a instabilidade política no Território, adentraram a década de 1950, mas a área do projeto foi consolidada apenas no fim da década de 1960. Consoante Derenusson, seu projeto foi pensado para cerca de 25 anos, depois dos quais haveria a necessidade de pensar um novo planejamento (A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

### 3.1 Um novo plano para a capital do Território Federal de Roraima

Conforme Souza e Vieira (2009), a partir de 1967 o Território Federal de Roraima recebeu uma série de obras de infraestrutura, com destaque para o governo do Coronel Hélio da Costa Campos, que exerceu dois mandatos (1967-1969 e 1970-1974). Essas obras inseriram-se em um projeto maior articulado pelo próprio governo federal para o desenvolvimento conjuntural da Amazônia. Sendo assim, fomentou esse desenvolvimento através de apoio em termos de recursos humanos e financeiros, como: criação, por meio do Decreto-Lei nº 61.330, de 11 de setembro de 1967, de um Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Ministério do Interior, responsável pelo desenvolvimento de projetos de integração; isenção fiscal para a

Amazônia Ocidental de acordo com o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, diminuindo os custos de vida; determinação, a partir do Decreto-Lei nº 63.104, de 15 de agosto de 1968, das áreas prioritárias para a aplicação de recursos, como os espaços vazios e áreas de fronteira, resultando em uma vigilância maior sobre as administrações territoriais.

Como podemos perceber, o Território Federal de Roraima beneficiou-se desse contexto marcado por princípios geopolíticos. Também foi importante a edição do Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização de seus municípios e dá outras providências, pois, ainda de acordo com Souza e Vieira (2009), o mesmo ampliou os recursos para os Territórios e concedeu-lhes mais autonomia, mas manteve-os vinculados ao Ministério do Interior. Cumpre-nos destacar que, dentre os objetivos da União na administração dos Territórios, conforme o artigo 2º do supracitado decreto, estava desenvolvê-los economicamente, socialmente, politicamente e administrativamente, visando criar as condições que lhes possibilitasse ascender à categoria de Estado. Isso explica as obras efetuadas em Roraima e os esforços de povoamento empreendidos.

Assim, se “no período compreendido pouco antes de 1964, não ocorreram no Território transformações de grande vulto, visto que a instabilidade política local não deu os meios necessários para trabalhos de longa duração” (SILVA, 2015, p. 26), percebemos que as transformações a partir da segunda metade da década de 1960, com ênfase na década de 1970, fizeram parte de um projeto nacional, justificado pela questão da segurança nacional e do desenvolvimentismo. Nesse processo, Boa Vista foi considerada um polo importante.

Em 1971, as linhas de ação do governo de Hélio Campos foram divididas em: “1. Preparo do polo de desenvolvimento (Boa Vista) e seus efeitos; 2. Preparo da base econômica do Território e implantação dos fatores básicos no interior” (A CRÍTICA, 28.09.1971, p. 1). No tocante a essas linhas, foram desenvolvidos planos pela Fundação João Pinheiro<sup>1</sup> (FJP), dos quais destacaremos o relativo a Boa Vista.

O FJP Informações, boletim nº 01 da instituição, de 25 de junho de 1972, em sua página nº 02, noticiava que “o levantamento preliminar de dados necessários à elaboração de um projeto de desenvolvimento integrado para o Território Federal de Roraima já foi concluído pela equipe técnica da Fundação João Pinheiro”. No tocante, especificamente, a Boa Vista, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Urbano a partir de um convênio, assinado em 21 de novembro de 1972, entre o Ministério do Interior, Governo do Território Federal Roraima, Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Fundação João Pinheiro. Além disso, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) ficou responsável pela fiscalização e avaliação técnica do trabalho. O trabalho foi posto em prática entre dezembro de 1972 e junho de 1973 pelo Centro de Desenvolvimento Urbano da FJP (FJP, 1973).

Dos trabalhos resultaram os seguintes volumes:

Volume I – Análises – Proposições

Volume II – Lei de Urbanismo e Zoneamento

Classificação de Uso do Solo

Código de Edificações e Instalações

Anexo I – Glossário

---

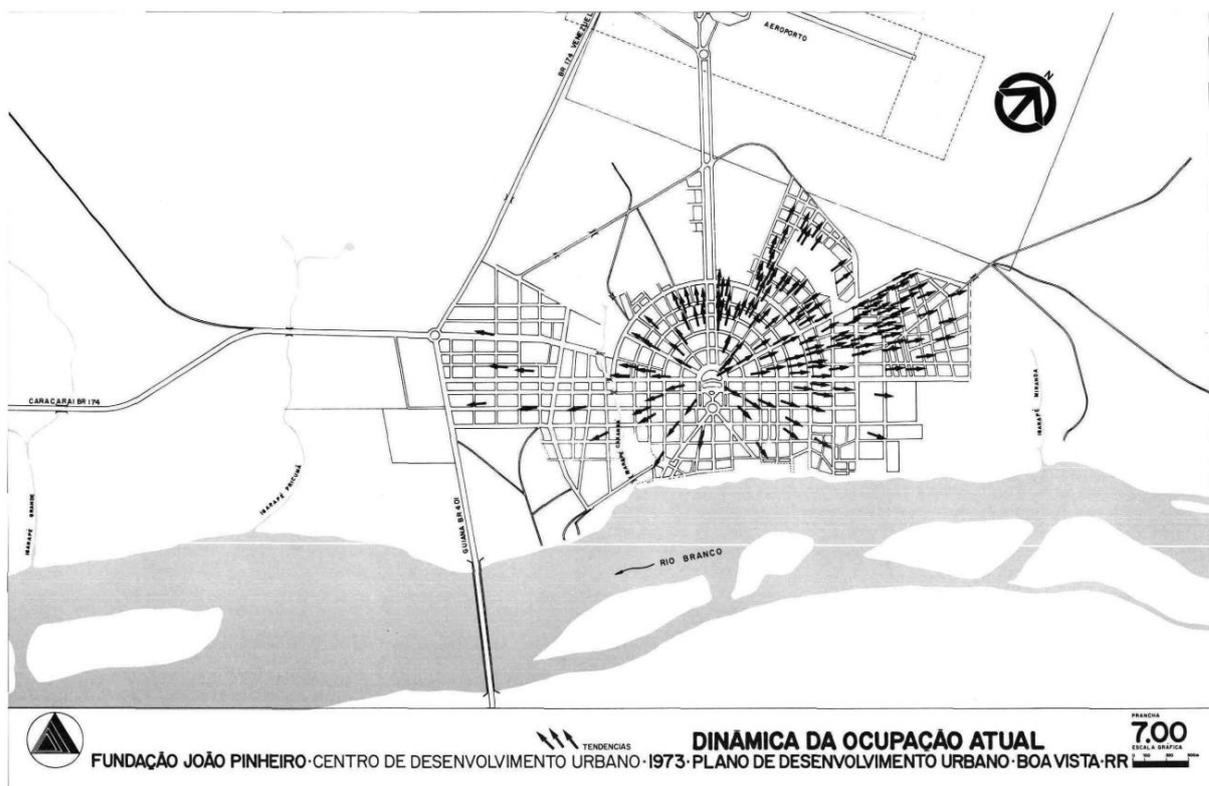
<sup>1</sup> Criada pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1969, e sediada em Belo Horizonte, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino.

- Volume III – Código de Posturas
- Volume IV – Habitação
- Volume V – Arborização
- Volume VI – Projetos Específicos

Esses seis volumes contêm informações sobre a realidade de Boa Vista e proposições sobre os temas que nomeiam cada um deles. Entretanto, neste artigo analisaremos um tópico do volume I, que trata do plano urbanístico da cidade, projetado pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson.

No supracitado volume, as áreas alagadiças das margens dos igarapés e lagoas, as grandes áreas outrora de uso privado, e as áreas reservadas para uso institucional são apresentadas como condicionantes para a forma recortada da mancha urbana de Boa Vista (FJP, 1973). Destarte, são tidas como áreas favoráveis para expansão a zona norte, até o rio Cauamé; uma pequena área a nordeste; e uma “terceira área poderia ser considerada, a oeste do sitio urbano, apresentando-se, entretanto, mais problemática, sendo necessário realizar um intenso processo de drenagem, pois que está sujeita a inundações temporárias (FJP, 1973, [s.p.]) (Figura 2).

Figura 2 - Dinâmica da ocupação de Boa Vista em 1973



Fonte: Fundação João Pinheiro (1973).

Comparando-se com a realidade atual da cidade, percebemos que sua expansão ocorreu, de forma mais intensa, para a zona oeste, que, como apontado acima, é sujeita a inundações devido a depressões que formavam lagoas no período das chuvas, além de outros

corpos d'água. Durante a expansão ocorreu o aterramento dessas lagoas, mas não um sistema eficiente de drenagem.

Com relação ao então desenho urbano da cidade de Boa Vista, nas proposições do Volume I é explicitado que este é claro, de fácil compreensão e assimilação visual, o que constitui o valor principal de sua estrutura. No entanto, questiona-se a retomada do sistema radioconcêntrico, no qual o poder está centralizado na trama urbana, “de onde partem todas as forças indutoras do crescimento da cidade” (FJP, 1973, [s.p.]). A centralização das funções administrativa e comercial geravam fluxos que, futuramente, congestionariam as áreas centrais. As principais problemáticas advinham de:

- Ao se afastarem do centro as radiais se distanciam entre si, criando a necessidade cada vez maior de vias locais de curto percurso e aumentando a circulação em ziguezague [sic]. - Possibilidade de uma certa estratificação dentro da trama urbana, uma vez que privilegia um único centro para o qual tudo converge. - A medida que se aproxima das áreas centrais, eleva-se rapidamente a proporção das áreas consumidas pelo sistema viário e por consequência tem-se um baixo índice de aproveitamento dos terrenos (FJP, 1973, [s.p.]).

O congestionamento da área central, nomeada localmente como “bola do centro”, é uma realidade atual, principalmente em determinados horários (ida/volta do trabalho; ida/volta da escola). Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Urbano de 1973 propôs que, respeitando-se a “área urbanizada atual, buscar dotar a cidade de uma estrutura em aberto, que, impedindo a continuidade do traçado atual, venha abrir novas perspectivas para o desenvolvimento de Boa Vista” (FJP, 1973, [s.p.]). Sendo assim, no presente momento apresentaremos suas linhas gerais. Nesse sentido, a nova estrutura urbana foi proposta a partir dos seguintes parâmetros:

- A possibilidade de crescimento ilimitado e de sofrer constantes adaptações sem se desorganizar. Uma estrutura aberta e evolutiva. - Permitir que as diversas funções urbanas se exerçam em espaços que se desenvolvam em zonas de características unifuncionais. - Uma boa distribuição de equipamentos urbanos. - Uma circulação fácil e racional. - Um mínimo de transtorno e de intervenções de caráter cirúrgico quando da sua implantação. - Um menor fator custo/benefício (FJP, 1973, [s.p.]).

A esses critérios gerais foram acrescidos outros de acordo com a realidade local, como política de adensamento das áreas centrais; suposição de que o crescimento de Boa Vista ganharia um impulso significativo nos próximos anos; presença marcante do governo territorial, inclusive no controle da propriedade fundiária, o que possibilitaria maior liberdade nas proposições, e a efetiva implementação do plano (FJP, 1993). Por conseguinte, a nova estrutura iria materializar-se através de um zoneamento e um modelo de sistema viário.

Para as zonas foram apresentados parâmetros e, para os zoneamentos de ocupação e utilização do solo foram estabelecidas porcentagens máximas admissíveis para a ocupação e utilização do solo, respectivamente. Quanto ao sistema viário, o mesmo foi pensado a partir de três tipos de vias hierarquizadas na seguinte ordem: vias principais, vias coletoras e locais. O referido sistema pode “ao mesmo tempo respeitar o traçado existente nas áreas centrais e criar possibilidades de tratamentos mais modernos no interior das novas malhas acrescentadas” (FJP, 1973, [s.p.]). Assim, almejava-se impedir o prolongamento, de forma indefinida, do traçado

radioconcêntrico, criando-se uma nova estrutura adaptável, mas que preservava a já existente. Ao observarmos a estrutura urbana atual de Boa Vista, somos levados a crer que tais pressupostos foram, em menor ou maior grau, assimilados e perduraram no seu ideário urbanístico.

Em suma, as proposições para a nova estrutura urbana partiram do respeito ao desenho já existente, mas também do reconhecimento de suas limitações, procurando dinamizar a cidade para que a mesma efetuasse seu papel de polo de desenvolvimento para toda uma região. De fato, durante visita ao Território em 1973, o presidente Emílio Garrastazu Médici explanou que:

Os últimos anos tornaram Boa Vista centro polarizador, capaz de catalisar recursos materiais e humanos, para, em seguida irradiar sua capacidade produtora. Tendo implantado serviços no campo energético, financeiro e educacional, de saneamento básico, de saúde pública, dos transportes e das comunicações, a ação governamental já se dirige para cidades e vilas do interior (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p. 1).

Mais uma vez, sobre Boa Vista incidiram projetos de cunho nacional visando transformá-la em ponta de lança na fronteira. Dentre esses projetos destaca-se o Plano de Desenvolvimento elaborado pela Fundação João Pinheiro, pois, como afirma Balandier (1982), o espaço é um palco para a teatralização do poder.

### **3.2 Discussões**

O contexto histórico abordado no presente estudo compreendeu dois períodos do Território Federal de Roraima. O elemento articulador entre esses períodos foram as transformações urbanas ocorridas na cidade de Boa Vista como parte de um projeto nacional. Com efeito, projetos exógenos a Amazônia foram uma constante, como bem aponta Becker (2005). Desse modo, segundo Barros, após a implementação do Território “arrancando a área do rio Branco da dependência ao provincianismo amazônico – viria o projeto de ‘foreword city’, uma cidade que mostrasse na fronteira o que o poder central se propunha a ser” (1995, p. 151).

Para compreendermos o quadro acima apropriamo-nos das discussões sobre teatralização do poder empreendidas por Balandier (1982), para quem o Estado legitima-se, também, através da criação de símbolos, sendo as cidades um espaço privilegiado para essa criação. Nesse sentido, intervenções arquitetônicas e urbanísticas decorrem das intenções do poder político em perpetuar-se “duravelmente, imortalizado em uma matéria imperecível, expresso em criações que manifestem sua ‘personalidade’ e seu brilho” (BALANDIER, 1982, p. 10).

Os planos da Firma Riobras e da Fundação João Pinheiro visaram dotar Boa Vista da estrutura necessária para que a mesma desempenhasse a função de cidade-capital. Para Raffestin, a “capital é a expressão, com duração mais ou menos estável, de uma representação política” (1993, p. 191). Além disso, a capital pode configurar-se uma centralidade, parcial ou totalmente, em termos políticos, econômicos e/ou culturais. No caso de Boa Vista, a cidade foi percebida como potencial centralidade para todo o Território, principalmente nos discursos veiculados na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970. Por isso, planos e obras

foram formulados e/ou executados, visando uma centralidade que ia ao encontro do pensamento desenvolvimentista em voga.

No que diz respeito ao desenvolvimento, parte-se de dois modelos de interpretação, ou seja, o mesmo como ideologia e como prática política e econômica dos denominados Estados desenvolvimentistas (FONSECA, 2015). O certo é que, para o objeto em análise, o discurso desenvolvimentista do Estado pautou justificativas e proposições que nortearam intervenções em diferentes escalas, ao mesmo tempo em que instituía determinada memória de si. Para tal memória, foi fundamental o processo de lembrar e esquecer, seja personagens, eventos e/ou lugares (POLLAK, 1992).

#### **4 CONCLUSÕES**

Roraima tornou-se estado em 1988. De 1943 a 1988, foi um território federal criado no bojo da política varguista. No que diz respeito a Amazônia, Vargas pretendia a colonização de seus espaços despovoados por meio de uma política específica de incremento econômico, implementação de infraestrutura e migração. Para tanto, segundo Bahiana (1991), instituiu todo um aparato que incluía, dentre outros, o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Social de Saúde Pública (SESP) e o Rubber Reserve Comapny. Mas, em termos concretos, a realização mais importante foi a criação dos territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Estado de Roraima) e Guaporé (atual Estado de Rondônia).

Nos territórios mencionados acima foram implementadas medidas visando dotá-los da infraestrutura necessária para a consecução da ideologia varguista. No caso de Boa Vista, capital do Território Federal do Rio Branco, posteriormente Roraima, recorreu-se ao ideário urbanista com a efetivação de um plano urbanístico radioconcêntrico, exógeno a realidade local. Percebemos, assim, que as cidades são espaços privilegiados para a manifestação do poder político, que recorre a diferentes meios de perpetuar-se e criar uma imagem para si e para os outros (BALANDIER, 1982).

No contexto da ditadura civil-militar, especialmente a partir da segunda metade da década de 1960, o discurso desenvolvimentista para a Amazônia também apropriou-se do urbanismo como justificativa e meio de intervenção. Isto posto, entende-se, em parte, o processo no qual foi elaborado um novo plano de urbanização para a cidade de Boa Vista. Esse novo plano, embora parta do respeito ao preexistente, sintetiza concepções em voga na década de 1970.

Apesar das diferenças, determinadas premissas irmanam os dois planos, isto é, os mesmos inseriram-se em um projeto nacional que pretendia modernizar a Amazônia, levando-a a seu desenvolvimento. Além disso, questões como segurança nacional, colonização e proteção das fronteiras forneceram o respaldo discursivo. Sendo assim, entendemos que os planos de urbanização elaborados por Darcy Aleixo Derenusson e pela Fundação João Pinheiro fizeram parte de um projeto do poder central visando transformar Boa Vista em uma cidade-capital de modo a desempenhar o papel de polo de desenvolvimento para todo o Território Federal de Roraima.

Consideramos que, a despeito do pretendido, Boa Vista não tornou-se o polo irradiador de desenvolvimento pretendido. Na verdade, houve uma concentração de serviços nesta cidade, o que acentuou a disparidade com as demais cidades do território.

## 5 REFERÊNCIAS

A VEZ das pontes. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 15.09.1973, p. 01.

BAHIANA, Luís Cavalcanti. O norte na organização regional do Brasil. **Geografia do Brasil**, v. 3, p. 15-23, 1991.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Revista Boletim** 9 (1): Museu Emílio Goeldi, Belém, p. 123-144.1993.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1995.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n° 53, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. de 2021.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943a. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943b. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 7.775, de 24 de julho de 1945. Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal de Rio Branco e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969. Dispõe sobre a organização administrativa dos Territórios Federais, a organização dos seus municípios e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0411.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0411.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda de pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1949.

DERENUSSON, Darci Aleixo. Edição especial (entrevista concedida à jornalista Katia Brasil). **Jornal A Gazeta de Roraima**. Boa Vista, 09 de julho de 1991.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25801](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25801). Acesso em: 05 de outubro de 2021.

FREITAS, Aimerê. **Geografia e História de Roraima**. Manaus: Editora Grafima, 1996.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **FJP Informações**. Belo Horizonte, n. I, p. 2. 1972.

\_\_\_\_\_. **Boa Vista Plano de desenvolvimento urbano: Análises-Proposições**. V. 1. Belo Horizonte: FJP, 1973. 216p.

- GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. IBGE, Publicação N° 13, 1957.
- MACEDO, Inês Rogélia Dantas. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta**. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História Social do Mestrado Interinstitucional UFRJ/UFRR, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Boa Vista, 2004.
- MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. 2010. 187 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- MENDONÇA NETO, Theotonio Pereira. **O governo Hélio da Costa Campos (1970-1974): cooptação e poder no Território Federal de Roraima**. 2011. 61 p. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.
- MORAES, C. G. M. S. M.; GOMES FILHO, G. F. Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: Razões e inspirações da capital de Roraima (1830-2008). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 137–166, 2009. Disponível em: <https://e- revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/3520>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 de setembro de 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Geografia e Política).
- REVISTA SELVA**. Um espelho da vida brasileira. Nº 13. Ano 1950.
- RORAIMA está na fase de implantação dos fatores de desenvolvimento. **A crítica**. Manaus, 28.09.1971, p. 01.
- SANTILLI, Paulo. **As fronteiras da república: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco**. São Paulo: NHII – USP; FAPESP, 1994.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
- SILVA, Amanda Araújo. **O segundo governo Hélio Campos (1970- 1974): a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima**. 2015. 56 p. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.
- SOUZA, Sônia Suely Soares. **Um Território Federal dentro de um Estado Militarizado: o exemplo do governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos em Roraima de 1967 a 1974**. 2008. 144 p. Monografia (Especialização) – Especialização em História Regional, Departamento de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2008.
- SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-1985). **Textos & Debates**, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p. 65-89, jul./dez. 2009.
- VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista- Roraima**. 2009. 235 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo

**UNIVAG**  
Centro Universitário

### **Políticas Públicas de Habitação em Portugal: As contribuições do Poder Público para combate ao déficit habitacional**

*Public Housing Policies in Portugal: The contributions of Public Authorities to combating the housing deficit*

#### **Heitor de Andrade Silva**

Professor Doutor, UFRN, Brasil  
andrade.silva@ufrn.br

#### **Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias**

Professor Doutor, ULISBOA, Portugal  
hfarias@fa.ulisboa.pt

#### **Ana Katarina Pessoa-de-Oliveira**

Professora Doutora, UNIZAR, Espanha  
apessoa@unizar.es

## **RESUMO**

O problema da habitação tem-se mantido ao longo do tempo na realidade da maioria das cidades e tem-se revelado, com algumas particularidades, em diferentes contextos geográficos. Trata-se de uma questão crucial na quase totalidade das áreas urbanas dos países ocidentais, sobretudo no contexto neoliberal, que não tem respondido suficientemente às demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais das populações. Naturalmente, as soluções precisam ser distintas, tendo o Estado um papel fundamental. O artigo tem o objetivo de descrever criticamente o conjunto de ações, inclusive algumas recentes, para o enfrentamento do déficit habitacional em Portugal com atenção às estruturas institucionais e às políticas públicas mais importantes. O estudo resulta de uma revisão de literatura sobre o tema em publicações locais e outros meios de divulgação do debate produzidos nos últimos anos. Os resultados confirmam a contribuição essencial do Poder Público, bem como de políticas voltadas para a solução do problema, considerando diversos aspectos associados – direito à cidade, qualidade arquitetônica e resiliência ambiental. É possível concluir que a questão habitacional precisa ser tratada de forma ampla e articulada, enquanto um direito constitucional, que promova a qualidade arquitetônica, bem como o direito à cidade, o fortalecimento da democracia e da cidadania, sendo às políticas públicas um meio crucial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitação Social. Políticas Públicas. Direito à Cidade. Portugal.

## **SUMMARY**

*The housing problem has persisted over time in the reality of most cities and has emerged, with some particularities, in different geographic contexts. This is a crucial issue in almost all urban areas in Western countries, especially in the neoliberal context, which has not sufficiently responded to the social, economic, environmental and cultural demands of the populations. Naturally, the solutions need to be different, with the State playing a fundamental role. The article aims to critically describe the set of actions, including some recent ones, to combat the housing deficit in Portugal, paying attention to the most important institutional structures and public policies. The study results from a literature review on the topic in local publications and other means of disseminating the debate produced in recent years. The results confirm the essential contribution of the Public Power, as well as policies aimed at solving the problem, considering several associated aspects – right to the city, architectural quality and environmental resilience. It is possible to conclude that the housing issue needs to be addressed in a broad and articulated way, as a constitutional right, which promotes architectural quality, as well as the right to the city, the strengthening of democracy and citizenship, with public policies being a crucial means.*

**KEYWORDS:** Social Housing. Public policy. Right to the City. Portugal.

## **1 CONTEXTO HISTÓRICO EM PORTUGAL**

As políticas habitacionais promulgadas nos últimos duzentos anos em Portugal delinearam as cidades do país. Os acontecimentos historiados em sua capital, Lisboa, reúnem elementos para refletir sobre o caso nacional, uma vez que grande parte das ações foram nela iniciadas e posteriormente estendidas aos demais territórios. O diversificado conjunto de intervenções promovidas por instituições públicas e vinculadas ao Estado trouxe uma fundamental contribuição para a formação da paisagem urbana de Lisboa.

Desde meados do século XVIII, no contexto da Revolução Industrial, o espaço construído das cidades se desenvolveu rapidamente para atender ao grande contingente populacional majoritariamente proveniente de um ambiente rural. Os então camponeses, que passavam a operários, portanto os novos habitantes das cidades, instalaram-se em locais distantes das áreas onde se concentrava a oferta de serviços e infraestrutura e tornam-se os sujeitos dos primeiros sinais de segregação socioespacial. A maior parte das cidades europeias, que passaram pelo processo de industrialização, teve enorme dificuldade para atender a significativa demanda por habitação.

Na segunda metade do século XIX a população de Lisboa seguiu crescendo. As famílias que chegaram à capital precisaram se adaptar a condições precárias de habitabilidade. Até o final desse século não existiam registros de ações concretas promovidas pelos poderes públicos (monárquicos) para o enfrentamento do problema, estando a limitada ampliação do número de habitações a cargo de empreendedores privados. A transição dos séculos XIX para o XX é marcada pela construção de pátios e vilas operárias (foram registradas mais de mil pátios e vilas) voltadas às populações urbanas menos favorecidas.

### **1.1 Primeira República (Estado Novo): 1910 a 1933**

Na Primeira República Portuguesa, iniciada em 1910, surgiram os “bairros de barracas”, como são chamados em Portugal os assentamentos informais, e, em 1918, iniciou-se uma política habitacional, com poucos resultados, que visavam construir casas econômicas no país por empreendedores privados com o apoio indireto do Estado. Em Lisboa, o conjunto da Boa Hora é um exemplo, inaugurado em 1930. Em 1919, o Ministério do Trabalho promove uma política habitacional com o propósito de edificar vários bairros operários em todo país, a maioria em Lisboa, como Alcântara, Ajuda e Braço de Prata e Arco do Cego; contudo, somente esse último foi concluído, também em 1930.

Em 1926, com o começo da ditadura militar em Portugal, revelou-se um extenso censo de moradias ilegais em Lisboa. De acordo com dados do Arquivo Municipal de Lisboa (LISBOA, 2023), foram identificadas 78 áreas de moradia irregular, abrangendo 12 mil casas e 42 mil pessoas, ou seja, 8% da população da cidade. Como medida, o governo iniciou a edificação de habitações populares a custos acessíveis. Em 1928, houve uma tentativa de revitalizar essa política habitacional, mas o efeito foi limitado, seguindo o padrão de esforços anteriores.

### **1.2 Estado Novo: 1933-1974**

Em 1933, o Estado Novo em Portugal dá continuidade ao regime ditatorial iniciado com o golpe militar de 1926. O período compreendido entre esse ano e 1974, com os governos

de António de Oliveira Salazar e Marcello José das Neves Alves Caetano, configura-se o mais longo regime autoritário na Europa Ocidental durante o século XX. As políticas habitacionais do momento focaram na construção de bairros residenciais acessíveis para funcionários públicos. Esta política, que prevaleceu por aproximadamente dez anos, resultou na criação de conjuntos com casas individuais distintas em termos morfológicos, sociais e arquitetônicos. Em Lisboa, surgiram vários bairros econômicos, como Alto da Ajuda e Madre de Deus, caracterizados por uma estética arcaizante e comuns em áreas rurais, que buscavam promover uma uniformidade social. A ideologia fascizante do regime sintetizada no lema “Deus, Pátria e Família” encontrava na política de casas econômicas o eco nas políticas habitacionais e a expansão das cidades.

Em 1938, Portugal adotou a política de casas desmontáveis, originando bairros de habitações térreas e pré-fabricadas. A década de 1940 foi um marco na transição das políticas habitacionais, com a política de casas de renda econômica de 1945. Esta política impulsionou a construção de cerca de 3000 habitações econômicas no bairro Alvalade, em Lisboa. Instituições de previdência foram cruciais nesse processo. Alvalade exemplifica a sinergia entre políticas habitacionais e urbanismo, alinhando-se com o Plano Diretor de Urbanização da década de 1940.

Durante os anos 1960, Lisboa testemunhou um impulso significativo na construção de habitação pública e semipública, exemplificado pelos projetos de Olivais Norte e Olivais Sul. O Gabinete Técnico de Habitação (GTH) introduziu uma estética modernista na cidade, inspirada nos princípios da Carta de Atenas, marcando uma mudança nas práticas habitacionais públicas. Os projetos implementaram diversas expressões arquitetônicas, visando incentivar a diversidade social e a construção em altura, uma novidade para a capital portuguesa.

### **1.3 Final do Estado Novo**

Em 1971, o GTH mapeou 197 aglomerados de habitação informal em Lisboa, abrigando aproximadamente 19 mil residências e 22 mil famílias, representando 9% dos habitantes da cidade. Foi proposto um plano de realojamento, resultando na construção de habitações sociais, predominantemente no setor leste da cidade. É possível observar que nas quatro décadas do regime (Estado Novo) as políticas de habitação favoreceram as classes médias e certos setores profissionais, em detrimento da maior parte da população que se encontrava em condição de vulnerabilidade socioespacial.

Conforme Santos (2015), a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), criada em 1971, constitui o meio para viabilizar programas habitacionais de cariz empresarial, podendo se enquadrar o Alto de Restelo (1971) e o Telheiras (1972) – operações simbólicas desse tipo de iniciativa, predominantemente, voltadas para a classe média – como modelos caracterizados por uma engenharia financeira própria e alinhada com ditames do mercado imobiliário, que tem se repetido nas promoções públicas contemporâneas.

### **1.4 1974: Revolução dos Cravos**

Em 1970, conforme dados do Arquivo Municipal de Lisboa (LISBOA, 2023), não existia alojamento para todas as famílias portuguesas e apenas 64% das habitações tinham acesso a eletricidade, 58% possuíam instalações sanitárias, 47% possuíam acesso a água canalizada e 29% usufruíram de chuveiro (para o banho). Em 1974, o acesso à habitação se dava principalmente

por meio de arrendamento e predominavam condições precarizadas de moradia. No país, a habitação estava entre as principais reivindicações da população, juntamente com educação e saúde. Em 1974, ocorreu o importante acontecimento político e social em Portugal, conhecido como “Revolução de 25 de Abril” ou “Revolução dos Cravos”, que significou o encerramento do regime autoritário do Estado Novo e o início do processo que instituiu um regime democrático, formalizado com a implantação da nova Constituição a 25 de abril de 1976 (com forte orientação socialista), dia em que se iniciam as primeiras eleições legislativas da nova República. Na ocasião, as atenções se voltaram à criação de políticas habitacionais às populações mais carentes, sobretudo nas duas maiores cidades de Portugal, Porto e Lisboa.

Antunes (2019) corrobora com a compreensão de que a questão habitacional era uma das demandas mais urgentes da população, evidência encontrada nas várias mobilizações que reivindicavam melhores condições de vida. O ambiente de participação ativa das comunidades locais favoreceu a implementação de políticas habitacionais participativas, que se materializaram em 1974, com a criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Este serviço visava eliminar moradias inadequadas, adotando uma abordagem participativa no desenvolvimento de projetos, com as famílias desempenhando um papel decisivo.

A metodologia SAAL rejeitava os processos tipicamente *top-down* e privilegiava uma abordagem *bottom-up*, que pretendia fomentar a governação de proximidade e a participação da população. Para tal, eram constituídas brigadas ambulatórias que funcionavam na órbita do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), sendo compostas por equipas multidisciplinares (Bandeirinha, 2007). As brigadas entravam em diálogo directo com as comissões de moradores, debatendo-se em sessões de esclarecimento as tipologias habitacionais a serem construídas no novo bairro, de forma a que estivessem de acordo com as expectativas da população que, em muitas situações, era convidada a participar na construção das casas e do bairro, num modelo de autoconstrução. (ANTUNES, 2019, p.9).

O SAAL capacitou comunidades para formar cooperativas e associações, discutindo e escolhendo soluções de habitação. Vários bairros sociais foram construídos, honrando o direito à cidade. Antunes (2019) vê o SAAL como um exemplo de democracia direta, que enfraqueceu com o fortalecimento da democracia representativa. A partir de 1976, o SAAL enfrentou mudanças visando sua extinção, apesar da alta demanda (246 pedidos de intervenção e 170 operações iniciadas). Com o fim do SAAL, muitos projetos pararam. Obstáculos burocráticos persistem, e entre os anos 1980 e 1990, Lisboa tinha 200 áreas de moradia precária, afetando 11% da população.

### **1.5 Os anos entre 1976 e 2000: programas habitacionais importantes**

Teresa Heitor (2001), citada por Santos (2015), tendo em conta a dimensão e as estratégias de desenvolvimento urbano, considera dois grupos de intervenções habitacionais de carácter social: as “operações pontuais”, que visam mitigar o déficit habitacional e são tipicamente periféricas; e as “operações de grande escala” que promovem a expansão urbana com infraestruturas relacionadas à moradia. As cooperativas habitacionais, apesar de sua presença histórica desde o século XIX, enfrentaram limitações devido à inexperiência com o modelo cooperativo, no século XIX, à dependência do autofinanciamento, durante a ditadura, e ao ceticismo político. Em 1974, foram criadas as condições para fomentar a ação das cooperativas de habitação que tivessem o objetivo de construir ou adquirir habitações de

interesse social, ainda como uma modalidade de enfrentamento do problema habitacional. No início dos anos oitenta, em 1982, surge uma lei própria das “cooperativas de construção e habitação”, criando, a partir de então, diversos modelos de financiamento, adaptações às alterações institucionais, voltadas a aquisição de casa própria caracterizadas como “habitação social” e, posteriormente, “habitação a custos controlados”<sup>1</sup>.

No que respeita à experiência das cooperativas, salienta-se que entre 1974 e 1979 existiu uma explosão significativa na formação de cooperativas de habitação (Coelho, 2013; Pedrosa, 2018). Apesar do forte crescimento, o número de fogos construídos manteve-se reduzido até 1980, devido à tardia consolidação dos apoios financeiros e ao pedido de ajuda externa. [...]. Nos anos seguintes, as alterações legislativas que estabilizaram os apoios permitiram que, entre 1985 e 1995, se consolidasse o momento mais produtivo da história das cooperativas de habitação no nosso país. [...]. Depois da explosão da construção de fogos por cooperativas de habitação entre 1985 e 1995, a actividade voltou a diminuir, até regressar a valores residuais no século XXI. Do ponto de vista espacial, as cooperativas de habitação construíram habitações em todos os distritos, com especial incidência nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (Pedrosa, 2018). (ANTUNES, 2019, p10).

Durante os anos 1980, as cooperativas focaram na construção para a classe média, apesar de uma produção habitacional significativa. O programa CDH, iniciado em 1974, reformou a política de habitação acessível de 1947. Este programa sofreu várias modificações, visando integrar as Habitações a Custos Controlados (HCC) em 1985, simplificar processos em 1989, e incluir cooperativas na promoção de HCC em 1993. Paralelamente, o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) foi criado no final dos anos 1980 para realojar residentes de áreas precárias em Lisboa, mas não conseguiu atender à demanda total de habitação.

Em 1993, surge o Programa Especial de Realojamento (PER), que poderia se enquadrar no segundo grupo de intervenções habitacionais de carácter social, “operações de grande escala”. O programa é marcado pela promoção da relocação de moradores de bairros de habitação precária existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Em Lisboa, o PER permitiu a construção de 9.500 alojamentos. Ao longo da década de 1990 o PIMP e o PER tiveram percursos paralelos, sendo que em Lisboa foram construídos 17 mil alojamentos cedidos à população por meio de arrendamento residencial. Análises dos resultados do estoque habitacional dão conta de um cenário heterogêneo e, em alguns casos, com qualidade duvidosa. A década de 1990 é o último momento em que tamanho estoque de unidades habitacionais é edificado.

No que respeita à promoção directa, o PER tornou-se o programa mais importante e marcante da história da habitação portuguesa. No contexto da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, o desenvolvimento do PER possibilitou a construção de dezenas de milhares de habitações por todo o país, aumentando de forma significativa o parque habitacional municipal. A década de 1990 foi não só o momento mais importante para a construção de habitação pública, como o único da história da habitação portuguesa em que existiu um claro desígnio nacional de erradicar situações chocantes de indignidade humana. (ANTUNES, 2019, p.14).

Em 2004, surgiu o PROHABITA (Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de junho), que regulava a concessão de financiamento para a resolução de situações de carência habitacional para todo o território nacional. O programa também foi importante para modificar a forma como as

---

<sup>1</sup> PORTUGAL, Portaria nº 65, de 19 de fevereiro de 2019.

operações de realojamento eram traçadas, ao se privilegiar ações de reabilitação de edifícios em detrimento da construção nova e também ao melhorar a eficiência energética do edificado social. (ANTUNES, 2018).

## **2 CONTEXTO ATUAL**

### **2.1 Demandas contemporâneas**

A discussão sobre as demandas habitacionais contemporâneas deve considerar algumas particularidades. A alternativa dos alojamentos arrendados é uma vertente bastante reconhecida no contexto de Portugal, tendo em vista que essa, juntamente com a casa própria, constitui um dos principais meios atuais de solução do problema da crise da habitação no país. A primeira situação predominou até o final da década de 1960, quando passou a prevalecer a aquisição da casa própria com recursos de crédito bancário.

A retração do acesso à propriedade (em razão de menos oferta de créditos, instabilidade no trabalho da população, turismo e imigração, imóveis desocupados), associada à elevação recente dos preços dos aluguéis são marcas evidentes da recente crise habitacional. Esse contexto tem gerado a precarização da situação de habitabilidade das camadas populares mais vulneráveis, que precisam deixar as áreas centrais, passam a coabitar apartamentos não projetados para essa forma de uso, bem como a ocupar unidades habitacionais subdimensionadas ou superlotadas etc.

A cultura neoliberal da individualidade que inclui o valor de viver só como sinônimo de uma privacidade necessária, portanto um item de qualidade habitacional, tem-se tornado uma realidade para idosos de classe média, que assim vivem por uma contingência social. Os mais jovens que poderiam optar por essa alternativa em determinado momento da vida não estão mais tendo condições econômicas de realizar essa escolha e talvez não alcancem essa possibilidade.

### **2.2 Estrutura estatal para o problema da habitação em Portugal**

A estrutura estatal, em Portugal, destinada à questão habitacional remonta da década de oitenta. O Instituto Nacional de Habitação (INH), criado em 25 de maio de 1984 (Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de maio), surge com distintas atribuições nos domínios do financiamento, dos estudos e da elaboração da normativa para a problemática habitacional no país.

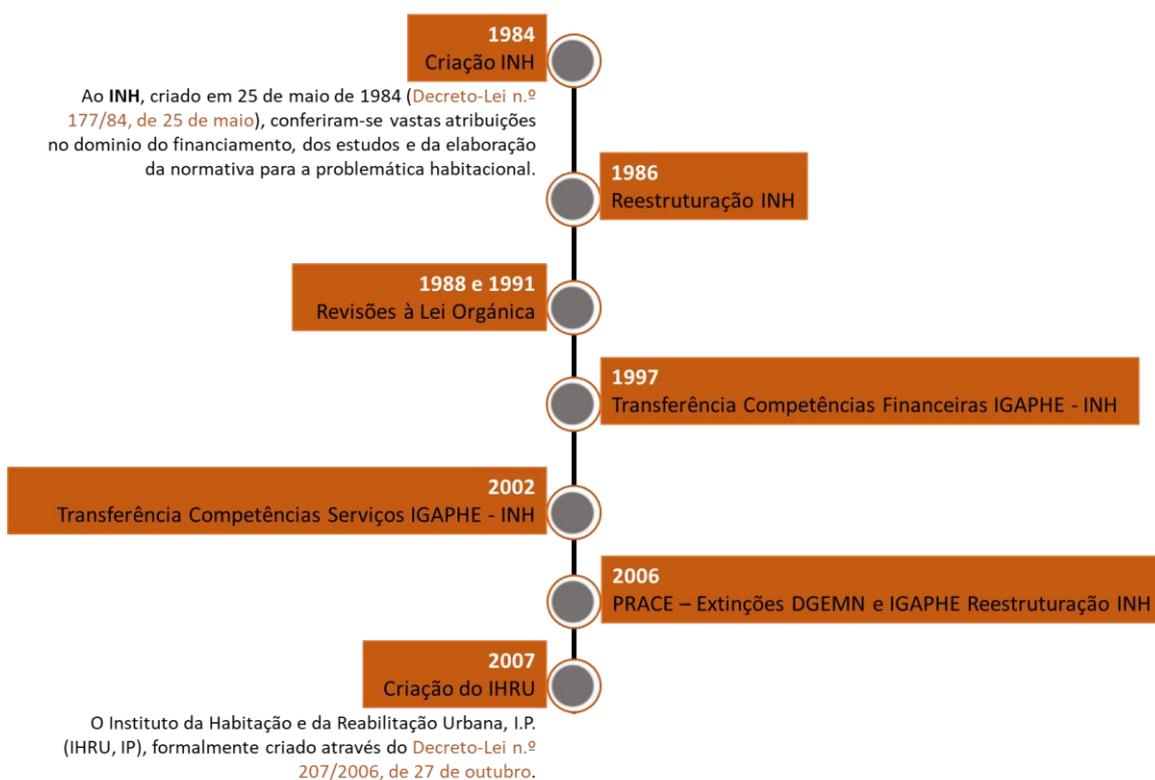
Tinha como objetivo, dotar o Estado de um instrumento de intervenção financeira no sector da habitação, com especial ênfase, à data, na concessão de apoio à construção de habitação social promovida por Cooperativas, Câmaras Municipais, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Empresas Privadas, e destinada aos estratos populacionais que não tivessem recursos para aceder a uma habitação em mercado livre. [...]. Entretanto, através de duas revisões à sua lei orgânica, uma em 1988 e outra em 1991, o estatuto jurídico do INH foi redefinido, quer quanto à sua estrutura, que passou a ser dotada de capital participado por entidades públicas e privadas, quer ao nível da flexibilização e agilização das suas competências, visando habilitá-lo a desenvolver a sua atividade de financiamento de modo mais eficaz e consentâneo com a adequada concretização das políticas de habitação. (PORTUGAL, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, 2019).

Em 1987, foi criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) - Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de fevereiro. O Instituto destinava-se ao desinvestimento de parte do património habitacional, bem como à gestão, conservação e alienação do parque habitacional, equipamentos e terras, ao apoio técnico a autarquias locais e outras instituições promotoras de habitação social. Em 2002, o Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de novembro, definiu e regulou a fusão do IGAPHE com o INH, procedendo à transferência para o INH de uma significativa parte das atribuições e competências do IGAPHE.

Em 2006, foi criado o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e procedeu-se à avaliação dos organismos da administração direta e indireta integrados ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), bem como à redefinição das respectivas estruturas. Conforme argumento da instituição, a ação visava articular as atribuições de diferentes organismos. Do ponto de vista político, foram ampliadas as atribuições do INH, que passou a ser denominado Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), criado através do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de outubro, é atualmente a principal instituição pública de promoção de políticas públicas de habitação em Portugal. Reúne um conjunto de experiências, que tem sido acumulada desde o final dos anos 1960, e, hoje, foca na execução da política habitacional, inclusive, no domínio da reabilitação urbana e no desenvolvimento do mercado do arrendamento. A Figura 1 retrata o percurso histórico desta instituição.

Figura 1: Resumo Histórico



Fonte: PORTUGAL, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, 2019<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Acessível em: <<https://www.ihru.pt/resumo-historico1>>.

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., abreviadamente designado por IHRU, I.P., é a entidade pública promotora da política nacional de habitação, com a natureza de instituto público de regime especial e gestão participada integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, e prossegue as atribuições do Governo na área da habitação, sob superintendência e tutela do membro do Governo responsável por essa área governativa. [...] tem por missão garantir a concretização, coordenação e monitorização da política nacional de habitação e dos programas definidos pelo Governo para as áreas da habitação, do arrendamento habitacional e da reabilitação urbana, em articulação com as políticas regionais e locais de habitação, no quadro da lei de bases da habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019 - Diário da República n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03 (LBH). PORTUGAL, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, 2019.

A recente estrutura estatal portuguesa para tratar da problemática habitacional, consolidada na década de oitenta, é, portanto, marcada com a constituição dos Institutos Nacionais INH (1984) e IGAPHE (1987), sendo esse último extinto e o primeiro substituído pelo IHRU, criado em 2006. Esse conjunto de ações revela a importância do Estado para o enfrentamento da questão da habitação. Nesse contexto, uma devida gestão dos recursos públicos destinados a produção de moradias torna-se crucial, sobretudo, considerando os aportes percebidos decorrentes de crises financeiras, imobiliárias e decorrentes das mudanças climáticas, com destaque para pandemias.

### **2.3 Entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia (1986)**

Conforme Mendes (2023), a adesão de Portugal à União Europeia intensificou duas tendências no setor habitacional: a liberalização do arrendamento privado e a financeirização do mercado imobiliário. A crise habitacional tornou-se um tema central nos debates públicos, destacando as dificuldades enfrentadas por diversos grupos sociais. Esta crise, persistente por décadas, agravou-se com a recessão de 2008 e a pandemia de 2020, e agora é exacerbada pela inflação, especulação imobiliária, turistificação<sup>3</sup>, gentrificação e financeirização da habitação, com epicentro em Lisboa e afetando não apenas os grupos mais material e socialmente vulneráveis, mas também os estudantes e jovens, os idosos, os imigrantes e as famílias de baixo estatuto socioeconômico, revelando-se como uma crise que atravessa gerações e classes sociais.

A expansão do turismo tem alterado a essência de bairros históricos de Lisboa, substituindo residências fixas e comércios por alojamentos temporários, causando segregação e deslocamento de moradores. A recuperação econômica da capital e do Porto, impulsionada pelo setor imobiliário e capital estrangeiro, tem limitado a disponibilidade de habitação a preços acessíveis a grande parte da população residente. O aumento generalizado dos custos de habitação e aluguel, evidenciado pelo Instituto Nacional de Estatística, tem afetado todo o território nacional. As transformações sociodemográficas, a diversidade nas estruturas familiares e a volatilidade do mercado de trabalho exigem adaptações no mercado imobiliário para atender às novas necessidades habitacionais.

---

<sup>3</sup> Lisboa viveu entre 2009 e 2019 um pico de projeção internacional enquanto destino turístico ao mesmo tempo em que o seu mercado de habitação adquiriu formato de ativo financeiro e atraiu dinâmicas globais de procura e investimentos estrangeiro. (Mendes, 2023).

## 2.4 Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)<sup>4</sup>, criado em 2021, é um amplo programa traçado pela Comissão Europeia, que permitiu ao Governo Português definir uma base orçamentária de 2,7 milhões de euros para o eixo da habitação a fim de superar desafios surgidos com a crise pandêmica (da Covid-19) e que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a reposição de um crescimento econômico sustentável, prevendo a construção de 26 mil habitações até 2026.

Segundo Pinto (2023), Lisboa, beneficiária de cerca de um terço dos fundos do PRR, tem implementado iniciativas através da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) e do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para mitigar a crise da habitação, incluindo concursos para projetos em terrenos estatais. Este é um passo positivo, mas os resultados ainda são incipientes, principalmente devido à falta de coordenação com as entidades que historicamente geriram políticas habitacionais e ao afastamento dos debates públicos e especializados sobre habitação coletiva nas últimas duas décadas.

O imperativo do direito constitucional à habitação, reiterado na Lei de Bases da Habitação de 2019, implica um aumento do peso do setor da habitação de interesse social e, conseqüentemente, do parque habitacional público, cuja presença deveria passar de 2% a 5% da habitação disponível. Para tornar possível cumprir este desafio, será necessário reerguer estruturas fundamentais e agregar massa crítica. (PINTO, 2023, p.97).

O Programa Mais Habitação, parte do Plano de Recuperação e Resiliência, foi lançado em 07 de outubro de 2023 para enfrentar a crise habitacional em Portugal. Com todas as medidas legislativas já em ação, o programa está plenamente ativo. Destacam-se iniciativas como o subsídio ao aluguel; a regulação governamental das locações; e os limites aos aumentos de preços de imóveis. Medidas como o arrendamento compulsório de imóveis vazios não tiveram o impacto esperado. Novas políticas incluem incentivos fiscais para aluguéis acessíveis. Contudo, mudanças governamentais em 2024 podem revogar algumas dessas medidas, afetando o alcance do programa.

Segundo Mendonça; Adrião; Gordon (2023), a discussão segue sem incluir a componente qualitativa, que envolve o desenho da cidade, aspectos culturais e ambientais, a resiliência etc. O uso dos recursos públicos disponíveis, que são expressivos, porém finitos, demanda um amplo debate público, a fim de não apenas ampliar o estoque de habitações no país, mas, sobretudo, promover a construção de cidades com qualidade, com espaços públicos e privados adequados e devidamente integrados no meio ambiente.

## 3 ANÁLISES

Segundo Antunes (2019, p.7), em Portugal “as políticas de habitação social foram essencialmente casuísticas, circunstanciais e pontuais, não se tendo criado a médio ou a longo prazo uma estratégia de promoção de habitação social apoiada pelo Estado”. O autor observa sobre o limitado orçamento destinado aos programas de promoção direta e indireta de habitação.

---

<sup>4</sup> <https://recuperarportugal.gov.pt/prr/>

De acordo com um estudo apresentado em 2015 [Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015] sobre as dotações do Orçamento do Estado executadas no período 1987-2011, foi reconhecido que dos 9,6 mil milhões de euros investidos em políticas de habitação, 73,3% foram destinados para apoios à pessoa, nomeadamente para bonificações de juros no crédito à habitação, sendo que apenas 16,1% foram aplicados em programas de promoção directa e 0,1% em programas de promoção indirecta. Tendo sido este o momento mais importante de construção habitacional no nosso país, pode-se concluir que nos últimos 45 anos a “estratégia” habitacional consubstanciou-se na bonificação de juros no crédito à habitação, que aglutinou o esforço financeiro e colocou em segundo plano as restantes opções, como a promoção indirecta ou a promoção directa de habitação social. (ANTUNES, 2019, p.14).

Ao analisar a situação habitacional em Portugal, pode-se concordar que as intervenções, especialmente no âmbito da habitação social, ainda tendem a responder às demandas mais imediatas e carecem de uma continuidade efetiva a longo prazo. Essa intermitência resulta na continuidade de problemas de acesso à habitação condigna em todo território nacional, subsistindo bairros com moradias precárias (construídas com materiais impróprios), ainda deficitários de serviços básicos como eletricidade, água encanada, saneamento e iluminação pública. É crucial que os programas de habitação sejam integrados a um espectro mais amplo de políticas públicas, que abordem a questão de maneira holística e coordenada, englobando as esferas sociais, ambientais e económicas, e levando em consideração fatores culturais, territoriais e materiais, para que se possam alcançar soluções sustentáveis e inclusivas para a crise habitacional.

#### **4 CONCLUSÕES**

A questão habitacional em Portugal tem sido um desafio persistente, abordado por meio de iniciativas tanto do setor privado quanto do público. As políticas públicas, em particular, têm o potencial de tratar o problema de maneira holística e integrada, reconhecendo a habitação como um direito constitucional que assegura qualidade arquitetônica, assim como um elemento essencial do direito à cidade e à plena cidadania.

As políticas de habitação pública são fundamentais para enfrentar as complexidades do acesso à moradia, bem como as suas qualidades e sustentabilidades num longo prazo. Conforme apontado por Ortiz Sánchez e Vilchez Vargas (2023), a habitação é mais do que um abrigo; é um conceito que tem como princípio a promoção da proteção e do bem-estar individual e coletivo, sendo reconhecido como um direito humano básico e um pilar das sociedades democráticas.

Essas políticas servem como ferramentas para facilitar o acesso a moradias seguras, acessíveis e adequadas, garantindo padrões de qualidade e coordenando as diversas condicionantes envolvidas, como as de natureza reguladoras (legislação) e promotoras (programas habitacionais). Elas também representam um meio de mediar conflitos políticos e interesses de diferentes setores sociais, como comunidades interessadas, grupos políticos, mercados imobiliários e seguimentos turísticos. Assim, as políticas públicas de habitação são vitais para estabelecer um equilíbrio entre as necessidades da população e os diversos interesses em jogo no contexto urbano e social do contexto em que se insere.

Ou seja, as políticas públicas de habitação representam um aspecto fundamental da governança urbana, abrangendo uma visão integrada e sistêmica que reconhece a moradia

como mais do que um simples espaço físico. Elas devem garantir as necessidades básicas de segurança, privacidade e conforto, ao mesmo tempo em que se alinham com os imperativos sociais, econômicos e ambientais da sociedade contemporânea. A implementação eficaz dessas políticas requer a coordenação de um órgão público que possa facilitar e harmonizar a colaboração entre todos os *stakeholders* envolvidos no processo habitacional, incluindo comunidades locais, movimentos sociais, desenvolvedores imobiliários, proprietários, agentes governamentais em vários níveis e especialistas do setor.

Ao se concentrar nas raízes dos desafios habitacionais e não apenas nos sintomas, as políticas públicas têm o potencial de promover o desenvolvimento de sistemas de habitação que sejam resilientes diante de crises, acolhedores para todos os segmentos da população e sustentáveis a longo prazo. Isso não apenas pode melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, como também pode fortalecer as comunidades e contribuir para o bem-estar coletivo da sociedade. Portanto, é fundamental que as políticas de habitação sejam concebidas e implementadas de maneira que reflitam e respeitem a complexidade e a interconexão das necessidades humanas e ambientais, assim como corroborem com a qualificação das cidades e com o fortalecimento da democracia.

## 5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gonçalo. Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade. **Forum Sociológico [Online]**, n. 34. p. 7-17, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/sociologico/4662>> Acesso em: 07 maio 2024.

ANTUNES, Gonçalo. **Políticas de Habitação - 200 Anos**. Lisboa: Caleidoscópio; Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: 2018. DOI: 10.30618/978-989-658-538-9

DRAGO, Ana. **A Cidade Democrática: Habitação e participação política no pós-25 de Abril**. Lisboa, Tinta da China, 2024.

PORTUGAL, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU. [Lisboa]. 2019. **Site**. Disponível em: <https://www.ihru.pt/quem-somos>. Acesso em: 8 maio 2024.

MENDES, Luís. Multiescalar e pluridimensional: a territorialização das políticas de habitação. In: SEQUEIRA, Marta. **Habitar Lisboa**. Centro Cultural de Belém, Lisboa, Dinâmica'CET - Iscte, Monade Books, 2023.

MENDONÇA, Cristina de; ADRIÃO, José; GORDON, Ricardo Bak. Habitar Lisboa: Como desenhamos? O que pode a Arquitetura? In: SEQUEIRA, Marta. **Habitar Lisboa**. Centro Cultural de Belém, Lisboa, Dinâmica'CET - Iscte, Monade Books, 2023.

LISBOA, Arquivo Municipal de Lisboa. **Políticas de Habitação em Lisboa, da Monarquia à Democracia**. – Videoteca, 10 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=86RRaPIDIP8>> Acesso em: 24 abr.2024.

PORTUGAL, Portaria nº 65, de 19 de fevereiro de 2019. Diário da República n.º 35/2019, Série I de 19.fev.2019, páginas 1287-1289. Ambiente e Transição Energética. 19.fev.2019. Disponível em: <<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2019/02/03500/0128701289.pdf>>. Acesso em: 07.jun.2024.

PINTO, Paulo Tormenta. Laboratório da habitação em Lisboa: 50 anos de contingências. In: SEQUEIRA, Marta. **Habitar Lisboa**. Centro Cultural de Belém, Lisboa, Dinâmica'CET - Iscte, Monade Books, 2023.

SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos. Entre Habitação e Cidade Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910|2010. Tese. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2015.

SANTOS, Ricardo; DRAGO, Ana (Coord.). **Cidade Participada: Arquitetura e democracia - Lisboa**. Série Operações SAAL. Vol. 5. Tinta da China, 2024.

ORTIZ SÁNCHEZ, I.; VILCHEZ VARGAS, X. El Derecho a la vivienda: problemas, regulación y retos en el contexto peruano. **Revista de Derecho Administrativo**, 22, p.116-138, 2023. Disponível em: <<https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/derechoadministrativo/article/view/27658>>. Acesso em: 07 maio 2023.

AGAREZ, Ricardo (Organizador). **Habitação**: 100 anos de políticas públicas em Portugal (1918-2018), Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: 2018. 525 p.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Qualidade do Lugar: análise de atributos qualificadores dos parques urbanos em São Paulo/SP**

*Quality of Place: analysis of qualifying attributes of urban parks in São Paulo/SP*

#### **Eduarda Faria Silva**

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, IFSP, Brasil.  
Ex-bolsista de Iniciação Científica PIBIFSP.  
fariaeduarda18@gmail.com

#### **Douglas Gallo**

Professor Doutor, IFSP, Brasil.  
Arquiteto e Urbanista, Doutor em Urbanismo.  
douglas.luciano@ifsp.edu.br

## RESUMO

A pesquisa objetivou analisar a qualidade espacial de parques urbanos distribuídos nas cinco regiões da cidade de São Paulo – SP: Parques Augusta e Aclimação no Centro; Parque da Juventude e Horto Florestal na Zona Norte; Parques do Povo e Lina e Paulo Raia na região Sul; Parques Estadual do Belém - Manoel Pitta e do Carmo na Zona Leste; e, na Zona Oeste, os Parques Água Branca e Villa Lobos. Foi admitida, para análise, uma área de abrangência dos parques percorível por 15 minutos de caminhada, considerando a relação entre urbanismo e os impactos na saúde urbana com a presença de parques urbanos no entorno imediato. A partir de visitas de campo, e de Observação Social Sistemática, foram analisadas características e atributos dos espaços públicos e a percepção dos usuários, com base em um *checklist* elaborado a partir da metodologia PPS (*Project for Public Spaces*). A observação dos parques e de seus usos e atividades, evidenciou que a presença de parques urbanos enriquece o entorno das regiões analisadas e a utilização desses espaços promove a vivência e prática de hábitos saudáveis e sustentáveis, além de despertarem sentimentos satisfatórios tendo em vista a presença considerável de áreas verdes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento Urbano Saudável. Qualidade de vida urbana. Urbanismo e Saúde.

## ABSTRACT

*The aim of the research was to assess the spatial quality of urban parks across the five regions of São Paulo – SP: Augusta and Aclimação Parks in the Central area; Juventude and Forest Garden in the North Zone; Povo and Lina e Paulo Raia Parks in the Southern region; Belém State Parks - Manoel Pitta and Carmo Park in the East Zone; and, in the West Zone, Água Branca and Villa Lobos Parks. An area encompassing parks reachable within a 15-minute walk was selected for analysis, considering the interplay between urban planning and the impact on urban health through the presence of parks in close proximity. Through field visits and Systematic Social Observation, characteristics and attributes of public spaces, along with user perceptions, were examined, utilizing a checklist developed with the PPS (Project for Public Spaces) methodology. Observations of park usage and activities revealed that the presence of urban parks enhances the surrounding areas of the analyzed regions. Utilization of these spaces fosters healthy and sustainable habits, while also evoking positive sentiments due to the significant presence of green areas.*

**KEYWORDS:** Healthy Urban Planning. Quality of urban life. Urbanism and Health.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo “qualidade de vida” é apresentado de diversas formas: sinônimo de saúde, felicidade, estilo de vida, relacionado com determinados aspectos da vivência do indivíduo, como uma percepção particular que depende do contexto cultural e do sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, padrões, suas preocupações e expectativas (PEREIRA, TEIXEIRA; SANTOS, 2012). Portanto, é um conceito multidisciplinar, consequência de variados contextos. Relaciona-se diretamente com o desenvolvimento das cidades, visto que estas se constituem de relações e esforços humanos. Ao compreendermos a saúde como sinônimo de qualidade de vida, estritamente relacionada ao espaço urbano, ampliamos a visão para o conceito de cidade saudável, considerando os determinantes sociais da saúde e a cidade como espaço da vida (GALLO, 2020).

Pensar em uma saúde urbana é considerar um entrelaçamento desta com a Saúde Pública, o que nos permite refletir sobre o impacto que as intervenções urbanas e os interesses políticos e governamentais têm na saúde das populações, particularmente quando exercidos e praticados pelo poder público, incluindo as intervenções que não têm origem no setor saúde (PROIETTI; CAIAFFA, 2005; CAIAFFA, FRICHE; OMPAD, 2015). Sob esse viés, remonta a Aristóteles (2017), em seu tratado sobre “Política”, a reflexão sobre as formas de governo e sua relação com a felicidade do cidadão e da cidade enquanto comunidade. O filósofo evidenciou quatro importantes aspectos a serem observados na implantação de uma cidade: i) salubridade; ii) espaço para exercícios e reuniões civis; iii) casas particulares cômodas e agradáveis; e iv) muralhas para defesa. A partir desta perspectiva, nota-se que a relação entre saúde e cidade e o impacto desta na vida do cidadão está longe de ser uma discussão contemporânea. Aristóteles, ainda, reforça dois aspectos relevantes para a qualidade de vida de uma população, a salubridade e a utilização de espaços públicos para lazer e convívio social.

O relatório da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS (*WHO Commission on Social Determinants of Health*) enfatizou a importância da urbanização e do ambiente urbano no bem-estar físico e psicológico e na segurança da população, ressaltando a necessidade de colocar a saúde e a equidade na saúde no centro da governança e do planejamento urbano. De acordo com a comissão, o planejamento urbano deve promover instrumentos que impactam positivamente na saúde mental e física da população (OMS, 2010b).

De acordo com Jane Jacobs (2009), os usos dos parques localizados em bairros urbanos estão longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno *per se*. Longe de promoverem automaticamente as vizinhanças, pelo contrário, os parques são afetados por estas, sendo importante que o planejamento promova adequadamente sua inserção no tecido urbano.

É importante que o planejamento urbano eleja como prioridade o transporte pedonal e cicloviário, forneça meios de transporte coletivos e conceba espaços para recreação e lazer – em todos os bairros –, ao mesmo tempo que atente nas implicações para a violência e a redução do crime (OMS, 2010a).

Muitas expectativas são criadas pela inserção de parques em bairros urbanos, desejados e reivindicados constantemente, porém muitos tornam-se impopulares caso uma miríade de dimensões e atividades não sejam previstas:

Um parque de bairro genérico que não seja quartel-general de indigentes desocupados pode vir a ser frequentado natural e informalmente só por estar situado bem próximo de onde se concentram diferentes modos de vida e atividade. Se for no centro da cidade, deve ter lojistas, visitantes e transeuntes, além de funcionários. Se

não for no centro, deve situar-se onde a vida pulse, onde haja movimentação de escritórios, atividades culturais, residências e comércio – o máximo possível de toda a diversidade que as cidades podem propiciar. O principal problema do planejamento de parques de bairro resume-se ao problema de alimentar uma vizinhança diversificada capaz de utilizá-los e mantê-los (JACOBS, 2009, p. 109-110).

Essa perspectiva de Jacobs entra em concordância com o conceito de cidades policêntricas, as quais aproximam seus cidadãos de seus locais de trabalho, espaços de lazer e consumos básicos, reduzindo também as emissões de dióxido de carbono, a partir do momento que encurta distâncias e confere variados usos e atividades à vizinhança. A distância entre os cidadãos e suas necessidades básicas de trabalho e lazer, deveria ser de 15 minutos de caminhada (MORENO *et al.*, 2021). Portanto, a pesquisa buscou analisar a qualidade espacial e a acessibilidade à dez parques urbanos distribuídos pelas cinco regiões da cidade de São Paulo/SP, e suas áreas de abrangência, considerando o entorno percorrido a pé em 15 minutos.

A importância das áreas verdes urbanas (parques, praças e espaços comunitários) para a saúde física e mental da população e, conseqüentemente, da qualidade de vida nas cidades, tem sido objeto de estudo de diversos autores (MAAS *et al.*, 2009, LIMA; GARCEZ, 2017; SILVA, 2017; SCHEUER; NEVES, 2016; LARSON, JENNINGS; CLOUTIER, 2016; LONDE; MENDES, 2014; NUCCI; CAVALHEIRO, 1998). De acordo com Herculano (2000), o conceito de qualidade de vida é um conceito no qual a questão ambiental se agrega aos demais atributos mensurados pelo Índice de Desenvolvimento Humano, IDH.

Propomos que "qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, hígidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 2000, p. 22).

Estudos realizados na Holanda apontam que a taxa de prevalência anual de 15 dos 24 aglomerados de doenças foi menor em ambientes com mais espaço verde em um raio de 1km do local de moradia. Além disso, essa relação foi mais evidente para transtorno de ansiedade e depressão e para crianças e pessoas com nível socioeconômico mais baixo (MAAS *et al.*, 2009; RIGOLIN *et al.*, 2021). As evidências indicam uma relação positiva entre espaços verdes e indicadores gerais, auto relatados, de saúde física e mental e, também, para agrupamentos de morbidade específicos, avaliada por médicos especialistas. Dessa forma, o estudo enfatiza a importância de espaços verdes próximo às residências de crianças e grupos socioeconômicos mais baixos.

Para Cavalheiro e Del Picchia (1992 *apud* NUCCI; CAVALHEIRO, 1998) os espaços verdes possuem uma função social, estética, ecológica e de lazer, afirmando que *“os espaços livres de uso público têm uma importância relevante, pois são eles onde há possibilidade de convívio social e cujo acesso à população é sempre livre”*. Os autores também citam a necessidade de proximidade dos usuários ao local, entre 10 a 15 minutos de caminhada, sendo o contrário um motivo para que o local se torne subutilizado, acarretando problemáticas de insegurança, degradação, subutilização etc.

## 2 OBJETIVOS

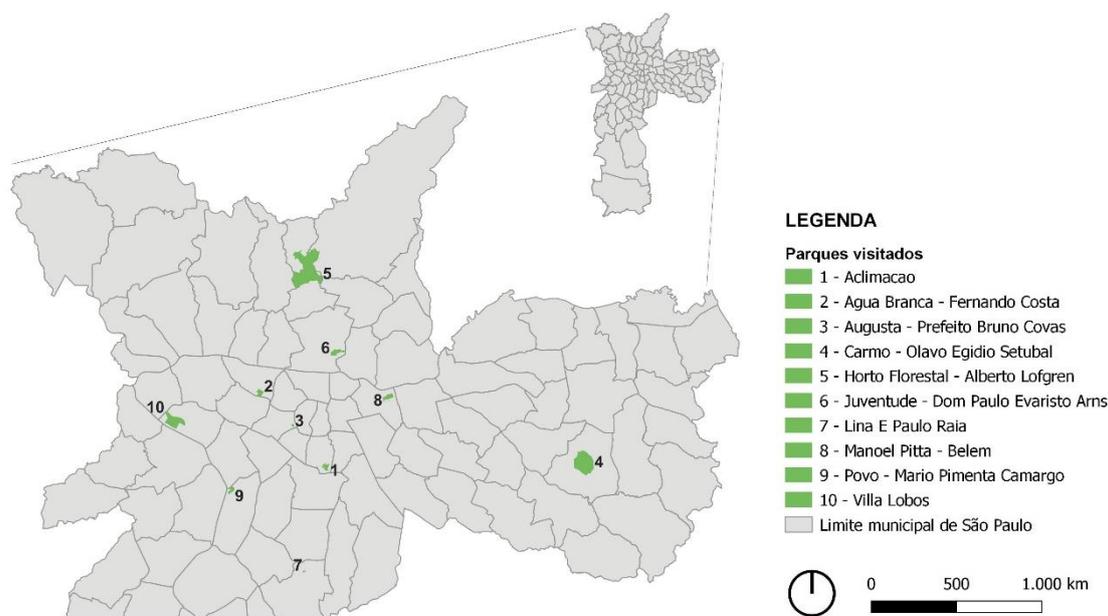
A pesquisa teve como objetivo geral analisar a qualidade espacial dos parques públicos selecionados, nas diferentes regiões da cidade de São Paulo, e de suas áreas de abrangência, considerando uma distância de 15 minutos caminháveis, considerando o papel da acessibilidade ao verde urbano como fundamental para a qualidade de vida dos moradores do entorno.

Como objetivos específicos tem-se: identificar os atributos qualificadores da paisagem dos parques selecionados; analisar a infraestrutura existente e seu estado de conservação; avaliar a acessibilidade física e simbólica nas áreas de abrangência de cada parque selecionado; verificar as formas de apropriação da população da área de abrangência dos parques selecionados; identificar as potencialidades e os desafios para a melhor apropriação dos parques analisados. Como hipótese de pesquisa partiu-se da ideia que os parques urbanos localizados nas regiões com melhor infraestrutura e poder aquisitivo apresentariam uma acessibilidade mais facilitada e melhor qualidade espacial, paisagística e uma manutenção mais satisfatória.

## 3 METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada nas cinco regiões da cidade de São Paulo, sendo selecionados dois parques urbanos por região (Figura 1): 1) Centro: Parque Augusta e Parque da Aclimação; 2) Zona Norte: Parque da Juventude e Horto Florestal; 3) Zona Sul: Parque do Povo e Parque Lina e Paulo Raia; 4) Zona Leste: Parque Estadual do Belém - Manoel Pitta e Parque do Carmo; 5) Zona Oeste: Parque Água Branca e Parque Villa Lobos.

Figura 1: Localização dos parques urbanos selecionados para análise na cidade de São Paulo, SP

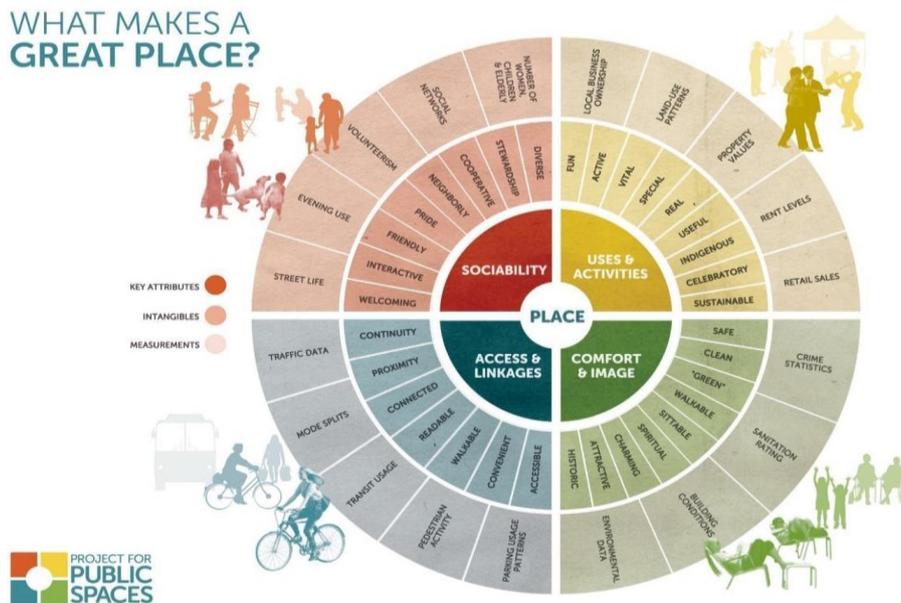


Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2024.

As visitas de campo foram realizadas majoritariamente em dias úteis da semana e no período vespertino, entre os meses de agosto e novembro de 2022, onde foram realizadas a Observação Social Sistemática, tendo como apoio um *checklist* com os atributos-chave e atributos intangíveis proposto pelo *Project for Public Space (PPS)*, cruciais para definição de um

espaço público bem sucedido (HEEMANN; SANTIAGO, 2015). A análise foi complementada por questionários aplicados com frequentadores dos parques, investigando suas infraestruturas, organização espacial, qualidade das áreas verdes, atividades disponíveis e percepção dos atributos-chave do PPS: Sociabilidade, Acessos e Conexões, Usos e Atividades e, Conforto e Imagem, acessos e vivência individual. A Figura 2 apresenta o diagrama do lugar "What Makes a Great Public Spaces?" criado pelo PPS.

Figura 2: Diagrama do lugar com quatro atributos-chave e seus atributos intangíveis



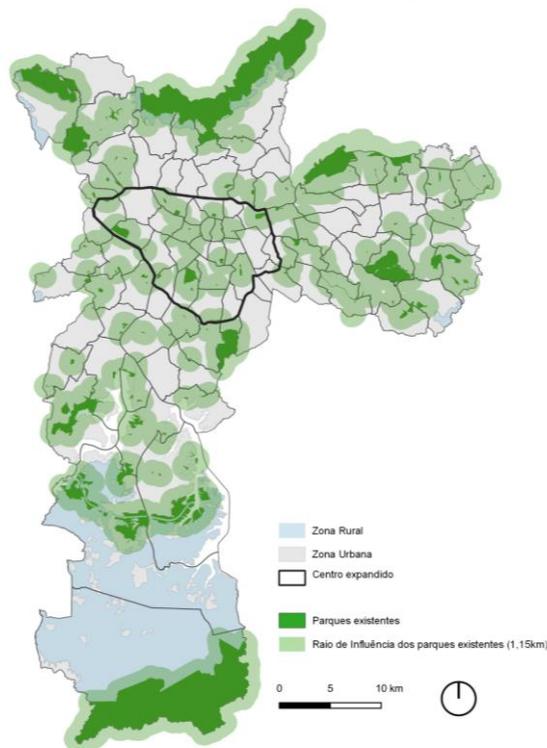
Fonte: PROJECT FOR PUBLIC SPACES (PPS), 2018.

#### 4 ANÁLISE DOS PARQUES URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Como apontado pela OMS (2022), um problema relevante para a saúde urbana é a poluição gerada pelo uso crescente de transportes motorizados. Destaca-se a importância de reduzir o uso de combustíveis fósseis e adotar medidas tangíveis para reduzir os níveis de poluição do ar, visto que quase toda a população do mundo (99%) respira ar que excede os limites de qualidade recomendados pela OMS, o que ameaça a saúde. É importante considerar que os parques urbanos na cidade de São Paulo, apesar de estarem distribuídos por todas as regiões, ainda apresentam iniquidades de acesso (Figura 3), especialmente considerando-se sua acessibilidade em 15 minutos a pé (MIYANISHI; GALLO, 2023), fato que leva muitos usuários optarem pelo uso de automóveis para o deslocamento.

Ainda que os parques visitados tenham sido acessados facilmente por transporte público (Tabela 1), apresentando boas alternativas de acesso, podendo ser considerados de boa acessibilidade no tecido urbano, nem sempre atendem a área de abrangência de 1,5 km em todas as regiões. Em alguns casos, eram os únicos parques urbanos em um raio de 6 a 10 km dos bairros do entorno, o que justifica o grande número de automóveis observados nos estacionamentos dos locais visitados, fato que contraria uma das potencialidades da existência de parques urbanos, o estímulo à mobilidade ativa, seja por meio do caminhar como do ciclismo urbano e transportes coletivos.

Figura 3 – Distribuição dos parques urbanos e sua área de abrangência no município de São Paulo, SP



Fonte: MIYANISHI; GALLO, 2023.

Tabela 1: Intervalo de tempo percorrido de casa aos parques selecionados e meio de deslocamento utilizado

Parques selecionados	Intervalo percorrido			Deslocamento		
	5 a 15 min	15 a 30 min	mais de 30 min	Metrô	ônibus	a pé
Parque Augusta	X					X
Parque Aclimação		X			X	
Parque da Água Branca		X			X	
Parque Villa Lobos			X	X		
Parque Belém		X		X		
Parque do Carmo			X	X	X	
Parque da Juventude		X		X		
Horto Florestal			X		X	
Parque do Povo			X	X		
Parque Lina e Paulo Raia			X	X		
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

Fonte: AUTORES, 2022.

Outro fator importante são as disparidades do entorno de cada parque, visto que cada região apresenta condições socioeconômicas diferentes. É imprescindível considerar que as cidades são marcadas pela desigualdade e segregação socioespacial, desta forma, seus espaços são apropriados de formas bastante diferentes por seus diversos grupos, dependendo de sua posição social e do poder aquisitivo (CALDEIRA, 2011). Tendo isso em mente, é possível compreender a popularidade e a facilidade de acesso a alguns parques da cidade de São Paulo que estão em regiões com poder aquisitivo maior, como é o caso dos Parques do Povo, Augusta, Água Branca e Aclimação. O que se mostra muito diferente nos parques da Zona Leste, por exemplo, principalmente no Parque do Carmo, no qual o acesso é mais dificultado por ser localizado em uma região mais afastada do centro da cidade e ser distante da estação de metrô

Corinthians Itaquera, sendo necessária a utilização do ônibus complementar como meio de transporte.

Para melhor compreensão e comparação entre os parques analisados, a Quadro 1 e as figuras numeradas de 4 a 8 apresentam as características e especificidades dos parques selecionados.

Quadro 1: Características e atrativos dos parques analisados nas diversas regiões da cidade de São Paulo/SP, Brasil

Usos e atividades	Parques estudados por região urbana									
	Aclimação	Augusta	Horto Florestal	da Juventude	do Povo	Lina e Paulo Raia	Belém	do Carmo	Villa Lobos	Água Branca
<b>Ano de inauguração</b>	1939	2021	1896	2003	2008	1981	2012	1976	1989	1929
<b>Dimensão</b>	112.000 m <sup>2</sup>	24.603 m <sup>2</sup>	174 ha	240000 m <sup>2</sup>	133000 m <sup>2</sup>	15.700 m <sup>2</sup>	200.000 m <sup>2</sup>	1.500.000 m <sup>2</sup>	732.000 m <sup>2</sup>	137.000 m <sup>2</sup>
<b>Circuito de corrida e caminhada</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Área de lazer para crianças</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Cachorródromo</b>	X	X							X	
<b>Área de leitura/ bibliotecas</b>				X			X		X	X
<b>Espécies variadas de animais</b>			X							X
<b>Lagos</b>	X			X		X		X		X
<b>Quiosques</b>			X					X	X	X
<b>Exposições/eventos</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Outras atividades diversas</b>		X	X	X		X	X		X	X

Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 4: Paisagens dos Parques da Região Central de São Paulo – A) Parque Aclimação e B) Parque Augusta



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 5: Paisagens dos Parques da Região Norte de São Paulo – A) Horto Florestal e B) Parque da Juventude



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 6: Paisagens dos Parques da Região Sul de São Paulo – A) Parque do Povo e B) Parque Lina e Paulo Raia



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 7: Paisagens dos Parques da Região Leste de São Paulo – A) Parque Estadual Belém e B) Parque do Carmo



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 8: Paisagens dos Parques da Região Oeste de São Paulo – A) Parque da Água Branca e B) Parque Villa Lobos



Fonte: AUTORES, 2022.

Foi possível notar que a distribuição espacial dos parques é muito diferente e os mesmos adotam elementos que se justificam por suas topografias e partidos de projeto. Sob esse viés, entende-se que a escala de influência dos parques e a necessidade dos

frequentadores, principalmente os residentes dos bairros de entorno, são condicionantes da configuração espacial ao conferirem usos e atividades que façam jus à população, ao terreno e seu entorno. Tendo em vista a escala de influência dos parques, é importante salientar que parques como o Parque Villa Lobos, de escala urbana, têm impacto muito diferente na perspectiva dos usuários tendo como comparação os parques que possuem uma influência de bairro, visto que este possui um programa de atividades e serviços muito mais amplo que os demais, realizando eventos que promovem o local, além da sua própria infraestrutura.

Uma exceção a essa análise, é o Parque Augusta, o qual possui características para uma escala de bairro, mas atende uma variedade de usuários de diferentes regiões da cidade, em busca de lazer, principalmente aos fins de semana, conferindo grande popularidade ao parque. Uma explicação possível é o fato de estar localizado em uma área central e pela divulgação e publicidade referente à sua criação, fruto de anos de embate entre moradores do bairro e uma construtora. Outro ponto relevante para a análise sobre os usos e atividades é a questão da segurança, o que está diretamente relacionada à área total dos parques e à distribuição espacial dos seus programas. O Parque do Carmo, por exemplo, foi considerado o menos seguro de acordo com a sua escala espacial, resultando em áreas isoladas e vazias. Sob esse viés, Jacobs (2009, p. 103) reflete:

Os parques impopulares preocupam não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas que implicam, mas também pelos efeitos negativos constantes. Eles sofrem do mesmo problema das ruas sem olhos, e seus riscos espalham-se pela vizinhança, de modo que as ruas que os margeiam ganham fama de perigosas e são evitadas. Além do mais, os parques de pouco uso e seus equipamentos são alvo de vandalismo, o que é bem diferente do desgaste por uso.

Foi nítida a observação de que essas áreas verdes contribuem para o enriquecimento da paisagem de entorno nas diferentes regiões da cidade. Por outro lado, pode-se questionar como a falta de visibilidade dos parques, por conta das grades de segurança, pode prejudicar a interação e acessibilidade dessas áreas verdes com o seu entorno. No mais, principalmente, os parques Lina e Paulo Raia, Parque do Carmo e Parque Estadual do Belém poderiam apresentar setores e serviços com características mais atrativas ao público e uma infraestrutura e distribuição espacial mais satisfatórias com mais atividades disponíveis.

De acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012), a relação entre saúde e qualidade de vida depende da cultura da sociedade em que estão inseridos os sujeitos, de ações pessoais (esfera subjetiva) e programas públicos ligados à melhoria da condição de vida da população (esfera objetiva). A partir da observação dos usos e atividades realizadas pelos usuários, foi possível inferir que os parques urbanos em questão auxiliam na promoção da saúde por possibilitarem o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis e sustentáveis, além de garantirem a melhora da saúde física e mental dos frequentadores.

Nas figuras 10 a 14 é possível observar o “diagrama do lugar” de cada um dos parques analisados (HEEMANN; SANTIAGO, 2015; PPS, 2018). Em cada um dos atributos-chave foram observados critérios intangíveis (Quadro 2), classificados como “presente”, “parcialmente presente” e “ausente”, em escala de tonalidade, como demonstrado na legenda. A representação do diagrama do lugar é uma forma clara de avaliar a qualidade do lugar, por meio dos atributos responsáveis por caracterizar um bom espaço público, de forma clara e objetiva.

Quadro 2: Aspectos avaliados nos quatro critérios do Diagrama do Lugar.

Critério	Sociabilidade	Usos e atividades	Acessos e conexões	Conforto e imagem
1	Diversidade	Divertido	Continuidade	Seguro
2	Zeladoria	Ativo	Proximidade	Limpo
3	Cooperação	Vital	Conectividade	Verde
4	Vizinhança amistosa	Especial	Legibilidade	Caminhável
5	Orgulho	Real	Caminhabilidade	Lugares para sentar
6	Amistosidade	Útil	Conveniência	Espiritual
7	Interatividade	Comemorativo	Acessibilidade	Charmoso
8	Receptividade	Sustentável	Não consta	Atrativo
9	Não consta	Não consta	Não consta	Histórico
I	N° de crianças, mulheres e idosos	Negócios locais	Tráfego intenso	Alto grau de criminalidade
II	Conexões sociais	Bom uso do solo	Distribuição modal	Boas condições de saneamento
III	Voluntarismo	Alto valor dos imóveis	Meios de transporte cicloviários e coletivos	Edifícios em boas condições
IV	Uso ao anoitecer	Muitas oportunidades de aluguel de imóveis	Possibilidades de atividades a pé	Impacto positivo no meio ambiente
V	Vida na rua	Vendas e varejo	Existência de estacionamento	Não consta

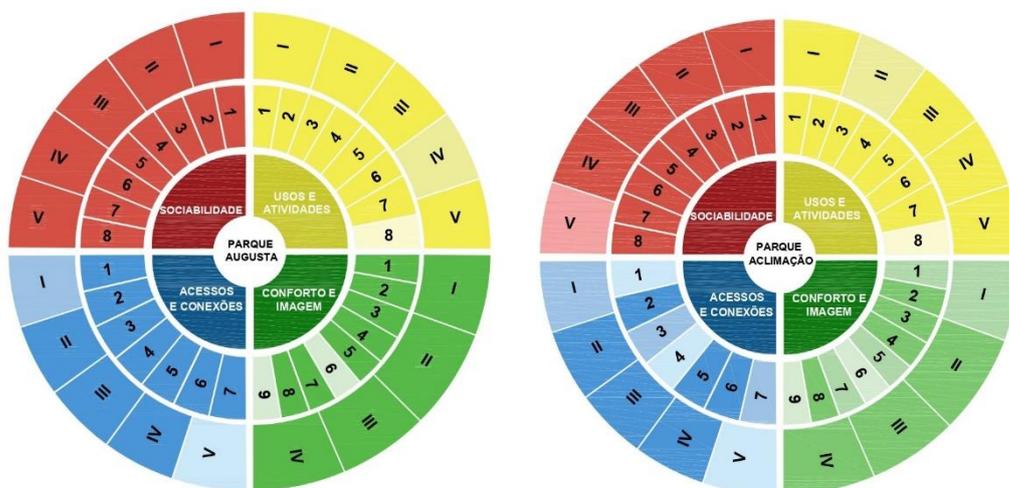
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 9: Legenda do Diagrama do Lugar em escala de tonalidade.



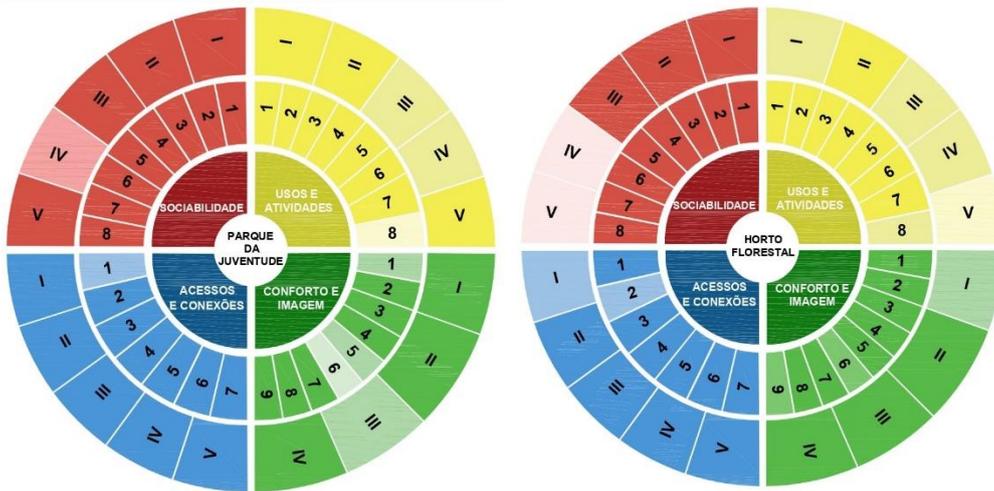
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 10: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Central: Parque Augusta e Parque da Aclimação



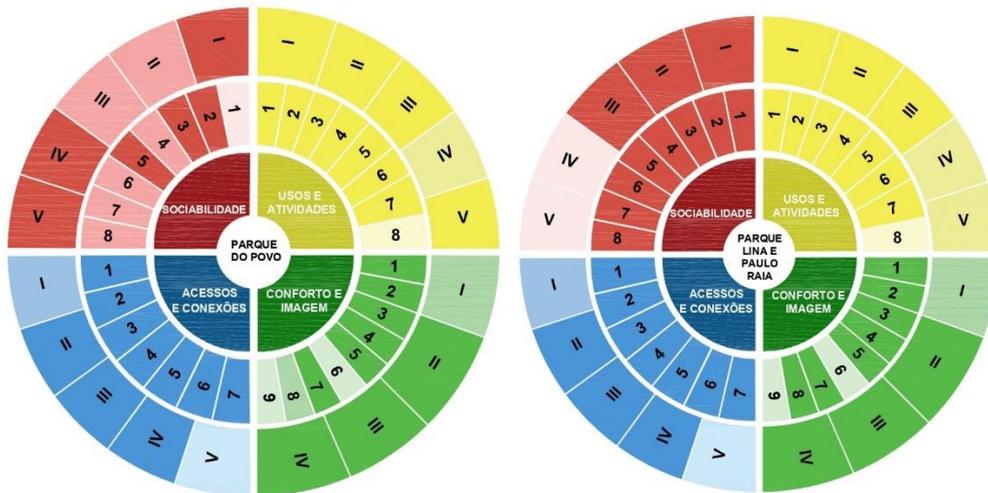
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 11: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Norte: Parque da Juventude e Horto Florestal



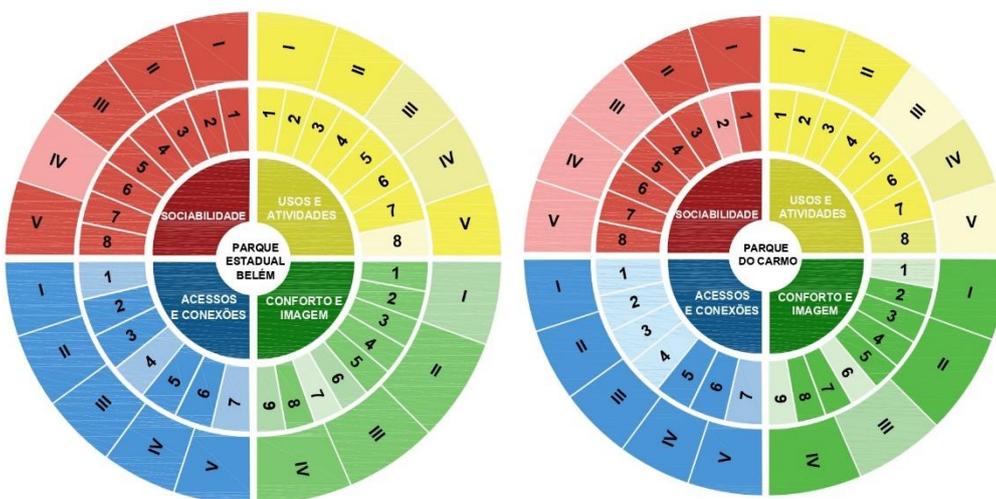
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 12: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Sul: Parque do Povo e Parque Lina e Paulo Raia



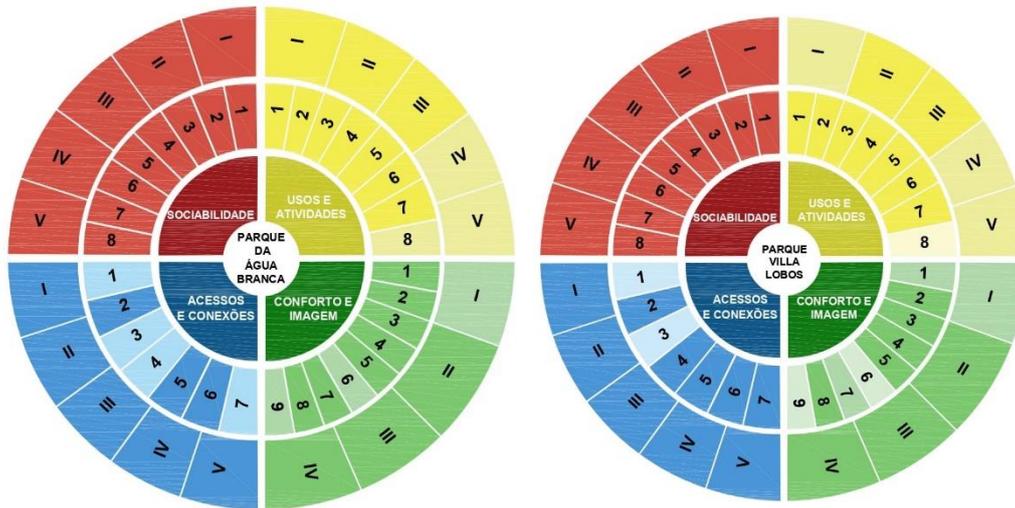
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 13: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Leste: Parque do Carmo e Parque Estadual Belém



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 14: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Oeste: Parque da Água Branca e Parque Villa Lobos



Fonte: AUTORES, 2022.

Como é possível concluir mediante os diagramas apresentados, os parques Augusta e Água Branca obtiveram o melhor resultado no critério “Sociabilidade”, com todos os atributos presentes. Já as análises para os usos e atividades evidenciou-se certo equilíbrio entre todos os parques visitados, diferente dos critérios restantes: “Acessos e conexões” e “Conforto e imagem”. Estes critérios se destacam pelas diferenças nas questões de continuidade, acessibilidade e proximidade, e características como segurança, limpeza, espaços para sentar, espaços espirituais e históricos. Por outro lado, a questão do “impacto positivo no meio ambiente” se mostrou presente em todos os parques, bem como a predominância de espaços verdejados (com vegetação). Sob essa perspectiva, é imprescindível ressaltar a observação de pouca biodiversidade e a falta de manutenção dos espaços. Os projetos paisagísticos também não são muito diversificados em alguns parques, independente de uma boa cobertura vegetal. Esse fato foi observado na visita ao Parque Estadual Belém, o qual poderia apresentar maior variedade em suas paisagens. Por outro lado, o Parque Lina e Paulo Raia, apresenta canteiros com vegetação variada, bem cuidada e identificada, provavelmente pela facilidade de manutenção devido sua área consideravelmente menor.

Outro ponto de grande importância e que deixou a desejar foi o atributo da sustentabilidade, poucas práticas foram observadas nas visitas realizadas, demonstrando uma deficiência que necessita ser repensada na gestão dos parques e áreas verdes do município de São Paulo. A acessibilidade é outro grande problema dos parques analisados, ela é muito limitada pelas diferenças topográficas de cada local de implantação. No mais, muitos atributos positivos e que impactam na qualidade de vida dos frequentadores e da vizinhança se mostraram presentes em todos os parques, como os atributos “diversão”, “ativação”, “vitalidade”, “voluntarismo” e “conexões sociais”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das áreas verdes para a saúde das populações urbanas é objeto de estudo de muitos autores e a discussão sobre o tema se mostra cada vez mais necessária. A análise espacial dos parques do município de São Paulo possibilitou uma maior compreensão

das regiões da cidade e suas diferenças estruturantes. A qualidade dos parques e das paisagens de seus entornos, são qualificadores da ambiência e vida urbana, enquanto espaços privilegiados de qualidade de vida. Embora exista uma boa distribuição de parques urbanos pela cidade de São Paulo, a acessibilidade e a qualidade dos mesmos são questionáveis, ao menos em alguns aspectos observados pela metodologia do PPS, evidenciando uma iniquidade no acesso ao verde urbano. A utilização da metodologia "*Project for Public Space*" demonstrou-se válida e de fácil aplicação, possibilitando análises rápidas e eficientes da qualidade desses espaços públicos tão importantes e fundamentais na promoção da saúde urbana. Compreender o papel dos entornos saudáveis, particularmente os espaços verdejados, para a qualidade de vida e promoção da saúde no espaço urbano é fundamental para repensar o planejamento urbano. Faz-se necessárias futuras pesquisas, particularmente relacionadas à avaliação participativa dos espaços públicos, envolvendo a população do entorno e os usuários destes espaços urbanos.

## 5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luís; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interface com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Edições Each, 2012.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

CAIAFFA, Waleska Teixeira; FRICHE, Amélia Augusta de Lima; OMPAD, Danielle C. Urban health: landmarks, dilemmas, prospects, and challenges. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, suppl. 1, editorial, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011.

GALLO, Douglas Luciano Lopes. **Cidade Humana**: a vida urbana e a promoção da saúde como qualidade de vida. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C.; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado. **Qualidade de vida & riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola Caiuby. **Guia do espaço público**: para inspirar e transformar. Project for Public Spaces (PPS), 2015. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/wpcontent/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LARSON, Lincoln R.; JENNINGS, Viniece; CLOUTIER, Scott A. Public parks and wellbeing in urban areas of the United States. **PLoS ONE**, v. 11, n. 4, e0153211, p. 1-19, 2016.

LIMA, Sabrina Moraes de; GARCEZ, Danielle Sequeira. Áreas verdes públicas urbanas e sua relação com a melhoria da qualidade de vida: um estudo de caso em um parque ecológico urbano na cidade de Fortaleza (Ceará, Brasil). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n.43, p. 140-151, 2017.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v.10, n.18, p. 264-272, 2014.

MAAS, Jolanda; VERHEIJ, Robert A.; VRIES, Sjerp de; SPREEUWENBERG, Peter; SHELLEVIS, François G.; GROENEWEGEN, Peter P. Morbidity is related to a green living environment. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v.63, n.12, p 967-973, 2009.

MORENO, Carlos; ALLAM, Zaheer; CHABAUD, Didier; GALL, Catherine; PRATLONG, Florent. Introducing the “15-Minute City”: sustainability, resilience and place identity in future post pandemic cities. **Smart Cities**, v.4, n.1, p.93-111, 2021.

NUCCI, João Carlos; CAVALHEIRO, Felisberto. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem e Ambiente**, n.11, p. 277-288, 1998.

OMS. Organización Mundial de la Salud. **La planificación urbana es esencial para la salud pública**. Ginebra: OMS, 2010a. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/06/21116\\_spanish\\_integrating\\_health\\_in\\_urban\\_and\\_territorial\\_planning.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/06/21116_spanish_integrating_health_in_urban_and_territorial_planning.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Redução das desigualdades no período de uma geração**: igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Portugal: OMS, 2010b. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241563703>. Acesso em: 06 jun. 2024.

OMS. Organización Mundial de la Salud. **Novos dados da OMS revelam que bilhões de pessoas ainda respiram ar insalubre**. Ginebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/4-4-2022-novos-dados-da-oms-revelam-que-bilhoes-pessoas-ainda-respiram-ar-insalubre>. Acesso em: 10 maio 2024.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.26, n.02: s/p, 2012.

PROIETTI, Fernando Augusto; CAIAFFA, Waleska Teixeira. Fórum: o que é saúde urbana? **Cadernos de Saúde Pública**, v.21, n.3, p. 940-941, 2005.

RIGOLON, Alessandro; BROWNING, Mathew H. E. M.; MCANIRLIN, Olivia; YOON, Hyun-Seo. Green space and health equity: a systematic review on the potential of green space to reduce health disparities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.18, n. 2563, 2021.

SCHEUER, Junior Miranda; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 11, n.5, p. 59-73, 2016.

SILVA, Marly Santos da. **Atributos de qualidade ambiental urbana como norteadores da operacionalização dos instrumentos EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança – e EIA – Estudo de Impacto Ambiental**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Registro de fachadas de edificações: um estudo de caso utilizando *DJI Matrice 300 RTK e Zenmuse L1***

*Registration of building facades: a case study using DJI Matrice 300 RTK and Zenmuse L1*

**Érico Fernando de Oliveira Martins**

Professor Doutor, Facet, Unemat Sinop, Brasil  
profericomartins@unemat.br

**Marlova Slaviero Lopes**

Discente de Pós-Graduação, Facet, Unemat Sinop, Brasil  
marlova12@yahoo.com.br

**Rodrigo Bruno Zanin**

Professor Doutor, Facet, Unemat Sinop, Brasil  
rodrigo.zanin@unemat.br

**Sarah Lirio Paim**

Discente de Graduação, Facet, Unemat Sinop, Brasil  
sarah.lirio@unemat.br

## RESUMO

Esta pesquisa explora o registro de edificações, em particular a captura de dados LiDAR de fachadas por meio de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs). O registro de edificações é crucial para a preservação, manutenção e restauração do imóvel, proporcionando uma base precisa para intervenções e garantindo a documentação detalhada das características arquitetônicas. Foram utilizados o sensor LiDAR *DJI Zenmuse L1* embarcado no VANT *DJI Matrice 300 RTK*. O sensor *DJI Zenmuse L1* é notável por gerar nuvens de pontos tridimensionais adensadas e de alta definição, destacando-se no mapeamento cartográfico. O *DJI Matrice 300 RTK* se distingue por suas capacidades avançadas de detecção de colisão e posicionamento. O método foi testado e teve seus parâmetros definidos por meio de um estudo de caso realizado na Catedral Sagrado Coração de Jesus em Sinop, Mato Grosso, uma edificação com relevância arquitetônica e complexidade geométrica. A pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira visou avaliar os padrões de digitalização e coleta de dados a laser, enquanto a segunda focou em determinar a altitude de voo mais adequada. A primeira etapa revelou que o modo de disparo não repetitivo com coleta de dois retornos do pulso laser era o mais eficaz, produzindo nuvens de pontos mais detalhadas e com menos falhas. A segunda etapa mostrou que, neste estudo de caso, a altitude de 35 metros gerava nuvens de pontos mais consistentes, com tendência de degradação para altitudes maiores. Os resultados demonstraram a eficiência deste método para o registro de edificações.

**PALAVRAS-CHAVE:** VANT; LiDAR; Registro de edificações.

## ABSTRACT

*This research explores the registration of buildings, particularly the capture of LiDAR data of facades using Unmanned Aerial Vehicles (UAVs). Building registration is crucial for the preservation, maintenance, and restoration of properties, providing a precise basis for interventions and ensuring detailed documentation of architectural features. The DJI Zenmuse L1 LiDAR sensor mounted on the DJI Matrice 300 RTK UAV was used. The DJI Zenmuse L1 sensor is notable for generating dense, high-definition three-dimensional point clouds, excelling in cartographic mapping. The DJI Matrice 300 RTK stands out for its advanced collision detection and positioning capabilities. The method was tested and its parameters defined through a case study conducted at the Sacred Heart of Jesus Cathedral in Sinop, Mato Grosso, a building with architectural significance and geometric complexity. The research was divided into two stages: the first aimed to evaluate the scanning patterns and laser data collection, while the second focused on determining the most suitable flight altitude. The first stage revealed that the non-repetitive shooting mode with two laser pulse returns was the most effective, producing more detailed point clouds with fewer gaps. The second stage showed that, in this case study, an altitude of 35 meters generated more consistent point clouds, with a tendency to degrade at higher altitudes. The results demonstrated the efficiency of this method for building registration.*

**KEYWORDS:** UAV; LiDAR, Building registration.

## 1 INTRODUÇÃO

O registro de uma edificação, neste trabalho, é compreendido como a criação de sua representação gráfica virtual a partir de dados capturados *in loco*. Cogima (2019) ressalta que o registro de edificações em representação digital para ambientes virtuais deve ser realizado com meticulosidade para assegurar a fidelidade de todos os aspectos construtivos, transformando-os em registros autênticos, o que é crucial para a preservação, manutenção e análise dessas edificações. Como envolve uma etapa crucial de captura, a qualidade dos resultados depende diretamente da qualidade dos dados obtidos.

A captura dos dados requer a definição das técnicas e sensores adequados ao que se deseja registrar. Por exemplo, o registro de ambientes internos exige equipamentos e métodos diferentes daqueles usados para registrar as fachadas. Nas pesquisas contemporâneas, são cada vez mais frequentes os trabalhos que abordam a captura de dados de fachadas de edificações utilizando metodologias variadas, mas convergentes no uso de tecnologias de ponta de sensoriamento remoto e fotogrametria.

Neste sentido, atualmente, um dos equipamentos que se destacam são os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs). Tondelo e Barth. (2019) enfatizam o papel dos VANTs na coleta de dados de fachadas, oferecendo uma maneira eficaz, econômica e segura de obter informações críticas sobre a condição e conformidade dos edifícios. Lima *et al.* (2020) ressaltam a capacidade desses dispositivos de capturar imagens em pontos de difícil acesso, superando as limitações dos métodos tradicionais.

Franco Júnior (2019), explorou o uso integrado de VANTs e a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling - BIM*) para a documentação de infraestruturas urbanas. Utilizando o VANT *DJI Mavic Pro* e softwares como *Pix4D* e *Agisoft PhotoScan*, foram capturadas imagens aéreas e geradas nuvens de pontos, modelos digitais de superfície e ortofotos. A metodologia incluiu a modelagem BIM com *Autodesk Revit*, *Recap* e *InfraWorks*. Os resultados demonstraram a eficácia da combinação dessas tecnologias na criação de modelos tridimensionais detalhados das infraestruturas urbanas.

Almeida e Pizaia (2019) exploraram o registro do patrimônio arquitetônico do Grand Hotel em Araraquara-SP, utilizando a fotogrametria. A metodologia envolveu a captura de imagens com uma câmera fotográfica *Canon EOS 1000D* e o tratamento dessas imagens com o software *Photomodeler*, seguido pela vetorização no *AutoCAD*. Os resultados incluíram desenhos técnicos detalhados que permitem a criação de uma documentação arquitetônica precisa, facilitando ações de conservação e restauração do patrimônio cultural.

Ballesteros Ruiz e Lordsleem Junior (2021) focaram no uso do VANT *DJI Phantom 4* e de um *software* de análise de imagens para inspeções de manifestações patológicas em fachadas com revestimento cerâmico. Os resultados demonstraram a eficácia do uso de VANTs para inspeções detalhadas, permitindo identificar e documentar problemas com alta precisão.

Costa *et al.* (2022) visaram obter modelos 3D de edificações utilizando softwares fotogramétricos e o VANT *DJI Phantom 4*. A metodologia envolveu a captura de imagens aéreas e seu processamento para gerar modelos tridimensionais detalhados. Os resultados destacaram a precisão dos modelos 3D obtidos, que podem ser usados para diversas aplicações, incluindo planejamento urbano, inspeções e restaurações.

Braghirolli *et al.* (2023) realizaram levantamentos de fachadas usando fotogrametria com o VANT *DJI Mavic Mini SE* e uso de pontos de controle levantados com estação total. Os

resultados incluem a criação de modelos tridimensionais detalhados das fachadas, demonstrando a precisão e eficiência da metodologia para aplicações em inspeções e documentação arquitetônica.

Garcia *et al.* (2023) exploraram o uso de tecnologias de código aberto para o registro fotogramétrico do patrimônio arquitetônico. Utilizando VANTs e câmeras fotográficas, a metodologia envolveu a captura de imagens e o uso de *software* de código aberto para processamento e criação de modelos tridimensionais. Os resultados mostram que as tecnologias de código aberto são viáveis e eficazes para a documentação de patrimônios, oferecendo uma alternativa econômica e acessível para profissionais da área.

Os trabalhos citados anteriormente se distinguem pelas ferramentas e abordagens adotadas; no entanto, todos compartilham o foco na captura de dados de fachadas de edificações utilizando câmeras fotográficas. Embora este seja o sensor mais comumente embarcado em VANTs, é possível utilizar outros sensores, tais como os sistemas de varredura a laser. Stroner *et al.* (2021) observam que, ao contrário da fotogrametria, que reconstrói modelos tridimensionais a partir de imagens pelo princípio da estereoscopia, a varredura a laser mede pontos individuais com coordenadas tridimensionais diretamente nas superfícies de objetos, proporcionando uma representação mais precisa.

Comumente referenciada simplesmente pelo termo laser, a tecnologia LiDAR (*Light Detection And Ranging*) é um sistema topográfico que se baseia na emissão de milhares de pulsos laser de luz infravermelha por segundo e no registro do retorno do sinal. O sistema realiza tarefas como medir as distâncias, a intensidade da energia refletida pelo objeto e os parâmetros do feixe (azimute e elevação), podendo assim determinar com precisão as elevações da superfície (Jensen, 2009). Portanto, a integração de tecnologias como o LiDAR e os VANTs representa um avanço significativo nos métodos de registro do patrimônio, oferecendo precisão, eficiência e novas possibilidades na captura de dados.

Para que os dados obtidos pela tecnologia LiDAR sejam confiáveis, Cogima (2019) ressalta que o planejamento da varredura a laser deve estar baseado na análise dos requisitos de visibilidade e qualidade dos dados a serem coletados, como tolerância, densidade da nuvem e sobreposição mínima das varreduras individuais, assim como as limitações de acessibilidade ao objeto e a portabilidade do equipamento. Trabalhos pioneiros como os de Emelianov *et al.* (2014) e, mais recentemente, Sousa e Centeno (2021) e Room e Ahmad (2023) fazem uso de sensores LiDAR embarcados em VANTs para a captura de dados de fachadas de edificações.

Assim, embora o uso de sensores LiDAR na captura de estruturas arquitetônicas seja um método consolidado, a originalidade desta proposta reside nos equipamentos utilizados e na definição dos parâmetros ideais de uso. Devido ao alto custo e à posição de destaque como tecnologia de ponta no mercado de captura de dados geoespaciais, os equipamentos utilizados nesta pesquisa geram um interesse genuíno tanto na comunidade acadêmica quanto entre profissionais, que estão ansiosos por explorar seus potenciais e limitações.

Desta forma, esta pesquisa busca contribuir estabelecendo um processo e definindo os parâmetros ideais de captura de dados a laser em aplicações de registro de fachadas de patrimônio edificado utilizando equipamentos da empresa *DJI Enterprise*, líder no mercado nacional. Para isso, um estudo de caso foi realizado utilizando o sensor LiDAR *DJI Zenmuse L1* acoplado ao VANT *DJI Matrice 300 RTK* em uma edificação com cerca de 4.000 m<sup>2</sup>. O resultado foi a produção de uma nuvem de pontos tridimensionais detalhada da estrutura, mediante o estabelecimento dos parâmetros mais adequados.

## 2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é estabelecer um processo e definir os parâmetros ideais para a captura de dados a laser em aplicações de registro de fachadas de patrimônios edificados, utilizando equipamentos da empresa DJI Enterprise.

São Objetivos Específicos:

1. Avaliar padrões de digitalização e coleta de dados laser: A primeira etapa da pesquisa visa avaliar diferentes padrões de digitalização (repetitivo e não repetitivo) e determinar a melhor configuração para a coleta de dados laser com o sensor LiDAR *DJI Zenmuse L1*.

2. Determinar a altitude de voo mais adequada: A segunda etapa foca em testar diferentes altitudes de voo (35m, 50m e 70m) para identificar qual delas gera nuvens de pontos mais consistentes e detalhadas, otimizando a produtividade e o consumo de bateria.

3. Realizar um estudo de caso na Catedral Sagrado Coração de Jesus em Sinop: Aplicar os métodos e parâmetros definidos em um estudo de caso específico, utilizando o sensor LiDAR *DJI Zenmuse L1* acoplado ao *VANT DJI Matrice 300 RTK*, para registrar digitalmente uma edificação com cerca de 4.000 m<sup>2</sup>, verificando a eficácia e precisão do processo desenvolvido.

4. Analisar a viabilidade e potencialidade do ecossistema de mapeamento *DJI*: Verificar a viabilidade técnica e econômica da utilização dos equipamentos da *DJI Enterprise* para o registro de edificações, avaliando a precisão, eficiência e novas possibilidades oferecidas pela integração das tecnologias LiDAR e VANTs no mercado de captura de dados geoespaciais.

## 3 MATERIAIS E MÉTODO

Para a realização desta pesquisa, foi definido como edificação de interesse a Catedral Sagrado Coração de Jesus em Sinop, Mato Grosso. Esta edificação foi selecionada por ser um dos principais patrimônios edificados na cidade, estampando cartões postais do município. A Catedral possui 4.000 m<sup>2</sup> de área edificada, com uma ampla fachada composta por elementos geométricos variados (cilíndricos, cúbicos e círculos), características importantes para este estudo de caso (Figura 1).

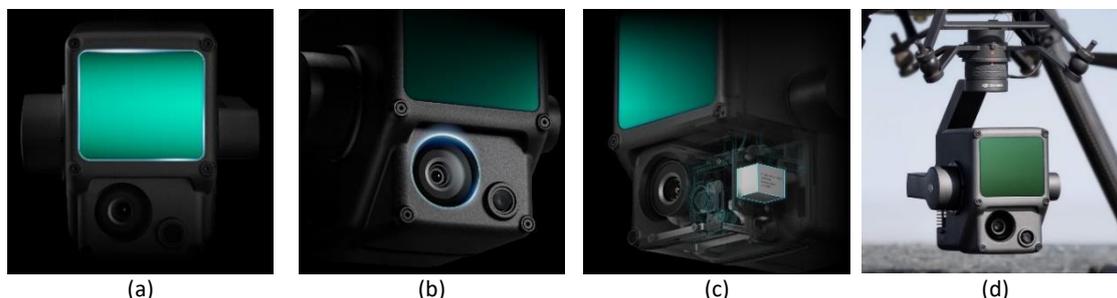
. Figura 1 – Visualizações superior e laterais da Catedral Sagrado Coração de Jesus em Sinop, MT.



Fonte: Catálogo do Google Earth Pro, 2024.

Para a coleta dos dados foi utilizado um sensor *DJI Zenmuse L1*, embarcado em um VANT *DJI Matrice 300 RTK*. O *Zenmuse L1* é um sensor integrado que possui um módulo LiDAR (*Light Detection and Ranging*) da fabricante *Livox* - <https://www.livoxtech.com/> - (Figura 2a); uma IMU (*Inertial Measurement Unit*) de alta precisão (Figura 2b); e uma câmera RGB de 20 megapixels (Figura 2c); montados em um *gimbal* estabilizado de 3 eixos (Figura 2d).

Figura 2 – Sensor DJI Zenmuse L1 com destaque para o (a) LiDAR, (b) câmera, (c) IMU e (d) gimbal.



Fonte: <https://enterprise.dji.com/pt-br/zenmuse-l1>

Lançado em abril de 2023, o *Zenmuse L1* é o primeiro sensor LiDAR da empresa *DJI*, líder no mercado nacional de VANTs. O *Zenmuse L1* está estabelecido no mercado como uma solução completa que fornece dados 3D em tempo real. O destaque deste sensor é a geração de nuvens de pontos tridimensionais, com potencial de uso tanto no mapeamento cartográfico de áreas, quanto na geração de descrições de estruturas complexas. Este dinamismo no uso está associado as combinações de diferentes configurações (Quadro 1).

Quadro 1 – Algumas especificações técnicas do LiDAR, componente do DJI Zenmuse L1.

Características	Parâmetros
Dimensões	152 × 110 × 169 mm
Classificação de IP	IP54
Peso	930±10 g
Energia	Típico: 30 W; Máx.: 60 W
Aeronave compatível	Matrice 300 RTK
Faixa de temperatura operacional	-20 ° a 50 °C (-4 ° a 122 °F)
Segurança do laser	Classe 1(IEC 60825-1:2014) (Segurança ocular)
Taxa de coleta de pontos (retorno).	Único: máx. 240.000 pts/s; Múltiplo: máx. 480.000 pts/s
Precisão do sistema (RMS 1σ)	Horizontal: 10 cm a 50 m; Vertical: 5 cm a 50 m
Modos de coloração de nuvem de pontos	Cor verdadeira; refletividade; elevação; distância
Retornos possíveis	De 1 a 3
Modos de digitalização	Padrão de digitalização não repetitivo Padrão de digitalização repetitivo
Campo visual (FOV) dos padrões de digitalização	Não repetitivo: 70,4° (horizontal) × 77,2° (vertical); Repetitivo: 70,4° (horizontal) × 4,5° (vertical)
Temperatura operacional	De -20 ° a 50 °C

Fonte: <https://enterprise.dji.com/pt-br/zenmuse-l1>.

A plataforma *Matrice 300 RTK* (Figura 3) é o novo modelo de VANT industrial e comercial da empresa *DJI*, sendo a única compatível com o *Zenmuse L1*. Este VANT tem como acessórios um controle inteligente *DJI Enterprise*, com visor de 5,5", e um receptor *D-RTK 2*, que é uma estação móvel GNSS de alta precisão, suportando os principais sistemas globais de navegação por satélite, proporcionando correções em tempo real que podem gerar dados com precisão em nível de centímetros.

Figura 3 – VANT (a) *DJI Matrice 300 RTK*, com (b) controle enterprise e (c) estação móvel *D-RTK 2*.



Fonte: Acervo próprio.

O *Matrice 300 RTK* possui sistema de detecção e posicionamento em 6 direções, garantindo grande segurança de operação, evitando choque com objetos e pessoas. Suas especificações (Quadro 2), o colocam atualmente em destaque no cenário do mapeamento.

Quadro 2 – Especificações técnicas *Matrice 300 RTK*.

Características	Parâmetros
Tempo máximo de voo	55 minutos
Transmissão Máxima	15 km
Altura de serviço	7000m
Resistência ao vento	15 m/s
Velocidade máxima	23 m/s
Capacidade Máxima	2,7 kg
Temperatura operacional	-20 °C a 50 °C

Fonte: <https://enterprise.dji.com/pt-br/matrice-300>

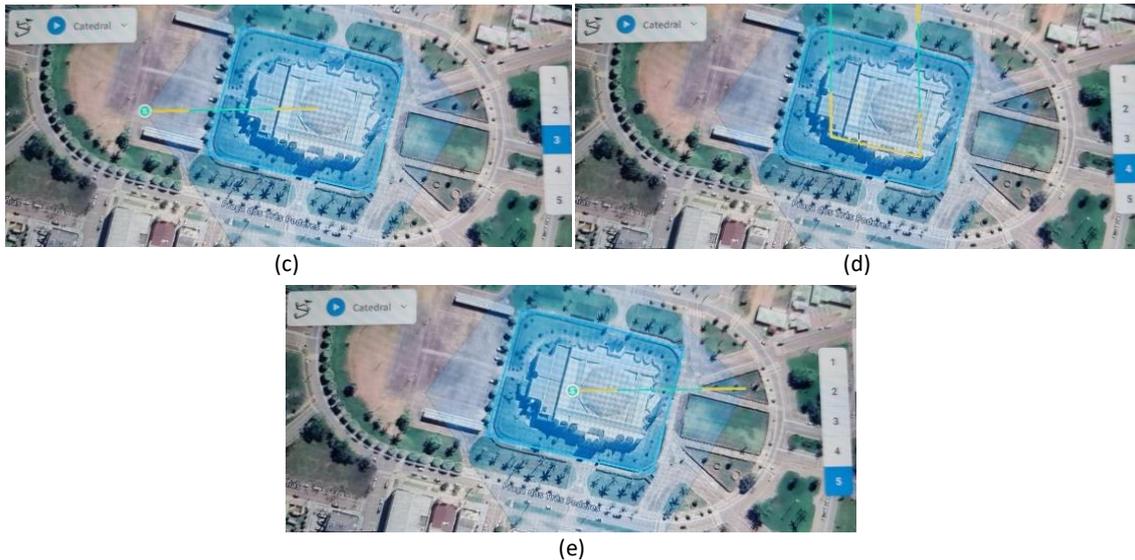
Quanto ao planejamento da coleta dos dados, os planos de voo foram configurados no aplicativo oficial, o *DJI Pilot* (<https://www.dji.com/br/downloads/djiapp/dji-pilot>), na opção de voo oblíquo (*Oblique*) do menu principal de voos automatizados. Este padrão de voo é recomendado quando há interesse em coletar dados de um elemento que possua volume, ou seja, um objeto tridimensional, tal como uma edificação.

Como os algoritmos contidos no *DJI Pilot* são elaborados com base nos princípios fotogramétricos fundamentais, conforme são definidos determinados parâmetros, a missão vai sendo ajustada automaticamente.

Assim, na interface do modo oblíquo (*Oblique*), ao definir um polígono envolvente delimitando a feição de interesse, indicando a altitude de voo, o algoritmo já sugere as rotas que serão realizadas (Figura 4), linhas verdes, bem como as rotas de calibração do sistema LiDAR (trechos de linhas amarelas), parâmetros complementares de velocidade de voo etc. O padrão deste tipo de voo é a realização de cinco rotas, garantindo que o objeto seja recoberto pelo disparo do LiDAR.

Figura 4 – Definição da área de interesse e sugestão das rotas de voo (a,b,c,d,e) no aplicativo *DJI Pilot*.





Fonte: Acervo próprio.

Na Figura 4a, observa-se o polígono regular azul escuro no centro da imagem (destacado por linhas azuis contínuas), sobreposto por um polígono irregular azul claro (destacado por linhas azuis tracejadas). O polígono azul escuro foi delimitado pelo operador no momento da confecção do plano de voo, para indicar a área de interesse. O polígono azul claro é gerado pelos algoritmos do *DJI Pilot* indicando a área que será abrangida pelo sensor LiDAR. Assim, na etapa de processamento dos dados, é necessário segmentar a nuvem de pontos resultantes para limitar os dados somente à área de interesse (retângulo de linhas azuis contínuas).

Para atender o objetivo desta pesquisa, ou seja, capturar dados suficientemente consistentes para a descrição detalhada de edificações, foram testadas diferentes configurações para o sensor LiDAR. Assim, foram realizados cinco voos, organizados em duas etapas com propósitos distintos.

A primeira etapa teve como objetivo avaliar os resultados obtidos pelos padrões de digitalização não repetitivo e repetitivo. Para isso, foram realizados dois voos com altitude fixa em 50 metros e com variação no método de funcionamento do laser. No primeiro voo foi utilizado o modo repetitivo de disparo, com coleta do primeiro retorno. Já no segundo voo foi utilizado o modo não repetitivo com coleta dos dois primeiros retornos, conforme Quadro 3.

Quadro 3- Padrões de disparo do pulso laser e coleta dos retornos definidos nos planos de voo da 1ª etapa.

Voo	Altitude	Digitalização	Pulsos
1º	50	Repetitivo	1
2º	50	Não repetitivo	2

Fonte: Acervo próprio.

A avaliação dos resultados desta etapa se deu por análise qualitativa da nuvem de pontos gerada, por meio de inspeção visual. A partir desta análise foi definida a configuração de disparo e coleta mais adequada para o objetivo da pesquisa, sendo ela adotada para os próximos voos.

Na segunda etapa, o objetivo foi definir a altitude de voo mais adequada. Os testes de altitudes realizados nesta etapa são extremamente relevantes, já que impacta diretamente na produtividade, tendo em vista que maiores altitudes vão implicar em tempo menor de voo,

resultando num menor consumo de bateria. Quando o contrário acontece, irá produzir tempos maiores de voo com maior consumo de bateria. Tendo em vista que a bateria é o que define o quanto será trabalhado em campo, este é um importante parâmetro a ser analisado.

Foram executados três voos, variando a altitude de voo entre 35m (menor altitude possível sem colisão com os elementos da Catedral), 50m (altitude intermediária comumente utilizada) e 70m (altitude próxima a máxima recomendada para o sensor, de 80m), mas mantendo as demais configurações conforme definidas pelos resultados da primeira etapa (Quadro 4).

Quadro 4- Padrões definidos nos planos de voo da primeira etapa metodológica.

Voo	Altitude (m)
1º	35
2º	50
3º	70

Fonte: Acervo próprio.

A avaliação dos resultados obtidos na segunda etapa também foi realizada por inspeção visual, procurando-se identificar a nuvem com maior consistência de descrição do objeto de interesse.

Os dados coletados foram pré-processados no software proprietário *DJI Terra* (<https://enterprise.dji.com/pt-br/dji-terra>). Este software é responsável pelo registro da nuvem de pontos, que originalmente estão em formato fechado *.LDR*, com as coordenadas corrigidas em relação ao RTK, gerando arquivos integrados no formato *.LAS*, que a partir de então podem ser abertos e editados em outros *softwares* pagos ou gratuitos, como o *CloudCompare*. Outros formatos possíveis de exportação são *PNTS*, *PLY*, *PCD*, *S3MB*.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa, procurou-se avaliar a melhor configuração de disparo e registro do retorno do pulso laser, para a coleta de dados por voo oblíquo.

Conforme previsto no Quadro 3, foram realizados dois voos, sendo um voo com o sensor *Zenmuse L1* configurado no modo repetitivo, com coleta do primeiro retorno do pulso laser (Figura 5) e um voo configurado no modo não repetitivo, com coleta dos dois primeiros retornos do pulso laser (Figura 6).

Estes voos mantiveram a altitude de voo fixa em 50 metros e as demais configurações no padrão *default*. Após o pré-processamento dos arquivos (*.LDR*) no *DJI Terra*, a nuvem de pontos resultante (*.LAS*) sofreu a delimitação da área de interesse no *CloudCompare*, não sendo realizado qualquer processo complementar.

O primeiro voo da primeira etapa consumiu um tempo de 15'42", com uma amostragem de 479 pontos/m<sup>2</sup>, percorrendo um trajeto de 1.158 metros, gerando uma nuvem de 60.293.587 pontos. O recorte da área de interesse nesta nuvem inicial reduziu sua dimensão para 16.204.229 pontos (Figura 5).

O segundo voo da primeira etapa teve uma duração de 17'37", percorrendo um trajeto de 1.160 metros, com uma amostragem de 692 pontos/m<sup>2</sup>. Foram coletados ao todo 84.069.157 pontos, dos quais 30.093.878 descrevem a área de interesse (Figura 6).

Figura 5 – Visualização por dois pontos de vista (a,b) da nuvem de pontos do primeiro voo oblíquo laser no modo repetitivo com registro de um retorno.



Fonte: Acervo próprio.

Ao inspecionar visualmente a integridade das nuvens de pontos presentes nas Figuras 5 e 6, fica evidente que o modo de disparo não repetitivo (Figura 6), com registro dos dois primeiros retornos do pulso laser, contém mais detalhes na descrição da edificação, sendo possível notar a diminuição de buracos na nuvem de pontos, se comparada a nuvem resultante do modo repetitivo (Figura 5).

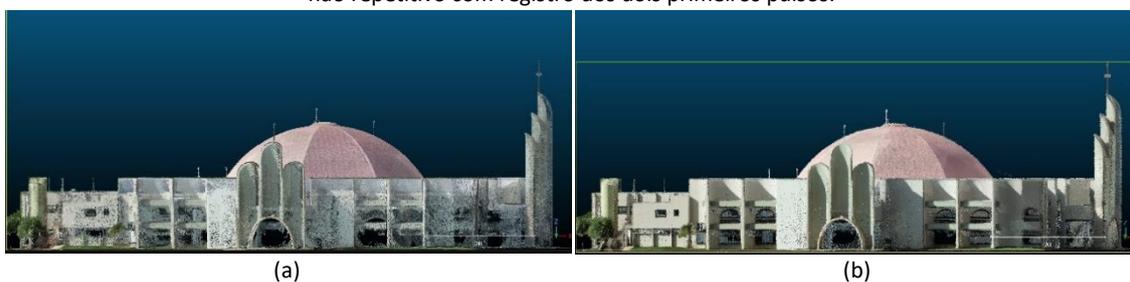
Figura 6 – Visualização por dois pontos de vista (a,b) da nuvem de pontos do segundo voo oblíquo laser no modo não repetitivo com registro de dois retornos



. Fonte: Acervo próprio.

A melhoria nos resultados com a coleta realizada no modo não repetitivo fica evidente ao vistoriar os trechos da nuvem de pontos que descrevem as laterais da Catedral (Figura 7). Há uma melhoria substancial na descrição do contorno dos elementos da fachada.

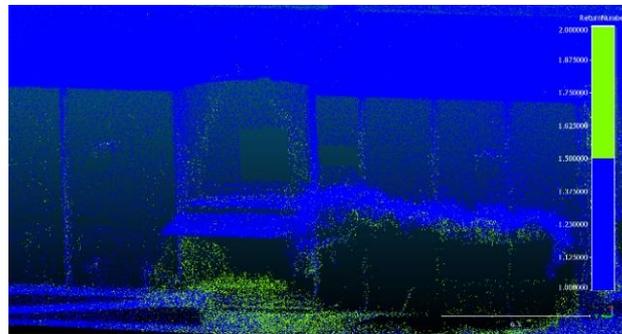
Figura 7 – Nuvem de pontos do sistema LiDAR no (a) modo repetitivo com registro do primeiro pulso e no (b) modo não repetitivo com registro dos dois primeiros pulsos.



Fonte: Acervo próprio.

A Figura 8, ajuda a entender o quanto o registro dos dois retornos do pulso laser colaborou nestes resultados. Nesta imagem os pontos em azul são os primeiros retornos, enquanto os pontos amarelos são os segundos. Nas áreas com oclusões, como áreas abaixo de vegetação ou ocultas por elementos da fachada, só há resposta do segundo pulso laser. Isto ocorre quando o pulso inicial atinge uma camada superficial, parte da energia é refletida de volta ao sensor enquanto o restante penetra mais fundo, até ser refletido por um segundo ponto.

Figura 8 – Nuvem de pontos do 2º voo com coloração de na ordem de registro do retorno.



Fonte: Acervo próprio.

Definido que o melhor método de coleta dos dados laser no sensor *Zenmuse L1* é no modo não repetitivo com registro dos dois primeiros retornos do pulso, iniciou-se a segunda etapa da metodologia, que procurou determinar a altitude de voo mais adequada.

Para a segunda etapa de campo foram realizados os três voos, conforme descrito no Quadro 4, gerando as coletas descritas no Quadro 5.

Quadro 5- Detalhamento dos voos da segunda etapa.

Voo	Altitude de voo	Tempo de voo	Extensão do voo	Pontos coletados
1º	35m	23:09	2143m	171.673.577
2º	50m	17:37	1160m	84.069.157
3º	70m	14:04	520Mm	29.764.813

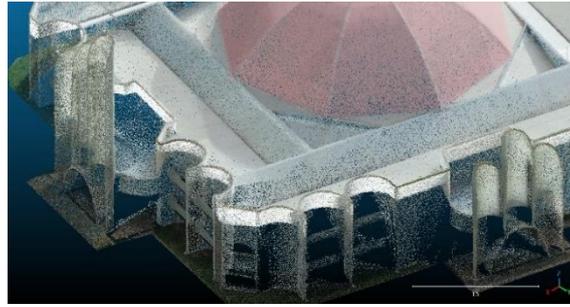
Fonte: Acervo próprio.

Com a segmentação da área de interesse, houve a esperada redução na quantidade pontos da nuvem. No primeiro voo a nuvem reduziu de 171.673.577 pontos para 55.136.910 pontos, enquanto no segundo voo a redução foi de 84.069.157 pontos para 55.136.910 pontos, e por fim, no terceiro voo, reduziu-se de 29.764.813 pontos para 16.366.755 pontos.

Na inspeção visual das nuvens de pontos resultantes (Figura 9), é possível verificar que o aumento da altitude de voo provocou degradação na nuvem de pontos.

Figura 9 – Nuvem de pontos resultante do voo oblíquo a (a) 35m, (b) 50m e (c) 70m de altitude.



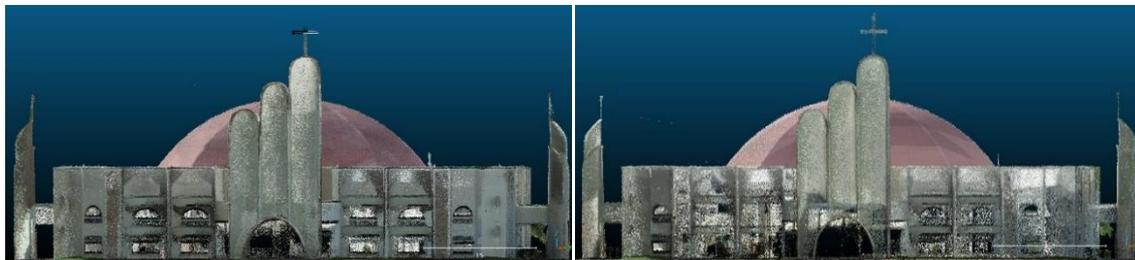


(c)

Fonte: Acervo próprio.

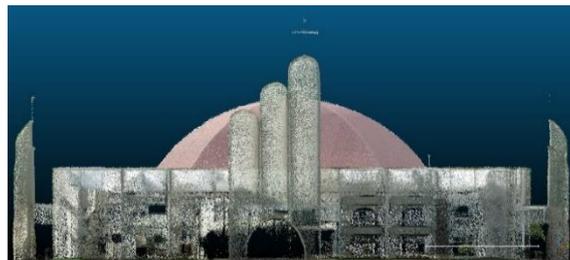
Ao inspecionar as áreas laterais da Catedral, observou-se que a nuvem de pontos inicial, capturada a uma altitude de 35 metros, possibilitava uma clara visualização do contorno das janelas, como demonstrado na Figura 10a. No entanto, à medida que a altitude aumentava, a definição da nuvem de pontos diminuía progressivamente, resultando em uma perda de detalhes significativa, a ponto de não ser possível discernir sequer o número de janelas na fachada, conforme ilustrado na Figura 10c.

Figura 10 – Nuvem de pontos resultante do voo oblíquo a (a) 35m, (b) 50m e (c) 70m de altitude.



(a)

(b)



(c)

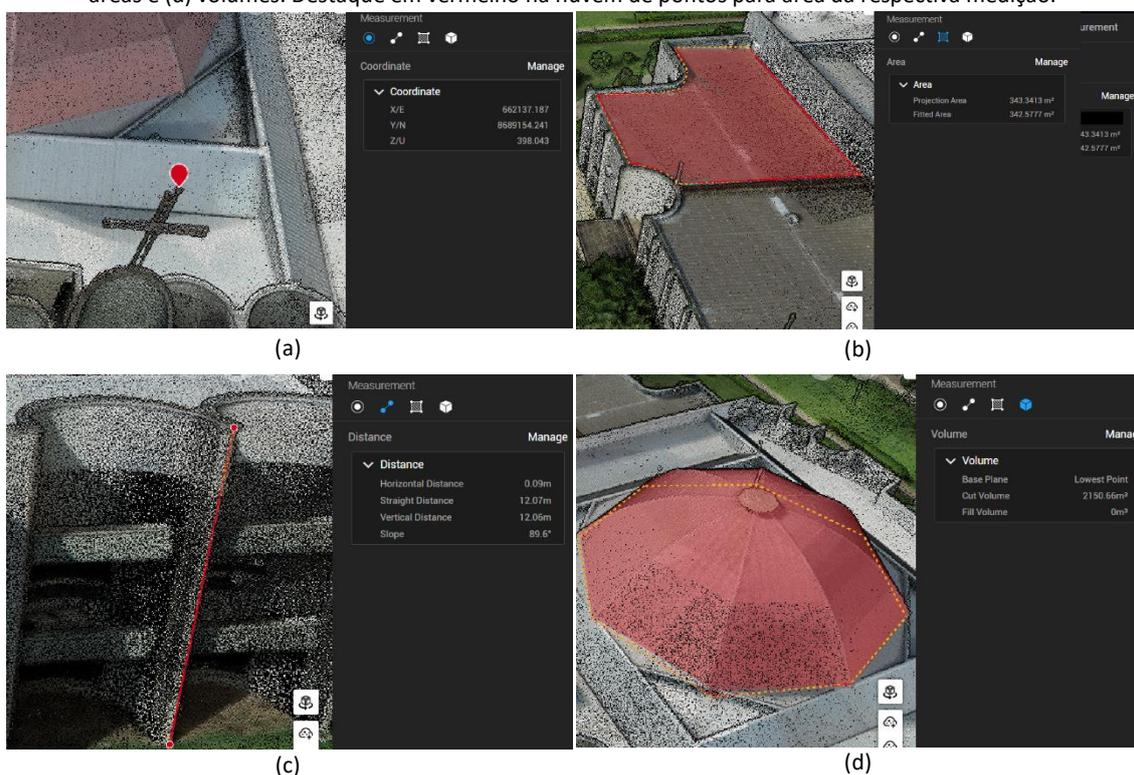
Fonte: Acervo próprio.

A segunda etapa de campo revelou que a altitude de voo de 35 metros produziu uma nuvem de pontos significativamente mais consistente em comparação com as outras altitudes testadas. Assim, foi possível determinar que a configuração ótima para voos oblíquos na coleta de dados de fachadas é a utilização do modo não repetitivo, capturando os dois primeiros retornos do pulso laser, e mantendo a altitude de voo o mais próxima possível do limite superior do objeto em estudo. Essa abordagem maximiza a qualidade e a densidade dos dados coletados, vital para análises detalhadas.

Com estas configurações ajustadas, a nuvem de pontos resultante do primeiro voo da segunda etapa, conforme ilustrado nas Figuras 9a e 10a, mostra-se extremamente densa, com uma qualidade tal que os pontos parecem formar uma superfície sólida. Esta densidade e precisão permitem a obtenção direta de coordenadas de pontos específicos, medidas de

distâncias, cálculos de áreas e volumes diretamente na nuvem de pontos, utilizando o software DJI Terra, conforme Figura 11.

Figura 11 – Ferramentas do *DJI Terra* para obter na nuvem de pontos (a) coordenadas, medidas de (b) distâncias, (c) áreas e (d) volumes. Destaque em vermelho na nuvem de pontos para área da respectiva medição.



Fonte: Acervo próprio.

À medida que avançamos na exploração das capacidades do sensor *LiDAR Zenmuse L1*, torna-se evidente a importância de ajustes meticulosos nos padrões de voo e configurações de digitalização para capturar dados precisos de estruturas complexas. O estudo de caso destaca a capacidade do modo não repetitivo de coleta de dados para minimizar lacunas nas nuvens de pontos, o que é crucial para a documentação detalhada e a preservação digital de patrimônios arquitetônicos. Ao utilizar o registro de dois retornos do pulso laser, conseguimos uma representação mais rica e detalhada das características físicas da edificação, o que é especialmente útil em áreas de difícil acesso ou com visibilidade reduzida devido à oclusão por elementos arquitetônicos. Este método não só melhora a densidade dos dados coletados, como também amplia nossa compreensão da interação dos pulsos laser com diferentes superfícies e materiais, fornecendo insights valiosos para futuras investigações e aplicações em projetos de conservação.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo explorar um ecossistema comercial de mapeamento da empresa DJI em aplicações de captura de fachada para o registro de edificações. Os equipamentos envolvidos são o sensor *DJI Zenmuse L1* e a plataforma *DJI Matrice 300 RTK*.

A pesquisa foi organizada em duas etapas que, de forma complementar, ajudaram a definir as configurações ideais para a coleta de dados a laser de edificações por voos oblíquos. A

primeira etapa demonstrou que, nestas condições, a melhor configuração para o sensor *Zenmuse L1* é o disparo não repetitivo com coleta de dois pulsos de retorno. Já a segunda etapa, mais relacionada à plataforma *Matrice 300 RTK*, demonstrou que a altitude de voo afeta significativamente os resultados de voos oblíquos, indicando que a altitude ideal seja a mais próxima possível da altura máxima da edificação que se deseja capturar os dados.

Neste estudo de caso, a nuvem de pontos resultante da captura no modo não repetitivo com registro dos dois primeiros retornos, voando a 35 metros de altitude, gerou uma nuvem de pontos tão densa que permitia a interpretação visual do cenário, além de permitir a realização de medidas diretamente na nuvem pelo software *DJI Terra*.

A importância do registro de fachadas de edificações reside na preservação, manutenção e restauração do patrimônio arquitetônico. Esse processo proporciona uma base precisa para intervenções e garante a documentação detalhada das características arquitetônicas, essencial para ações de conservação. A tecnologia LiDAR embarcada em VANTs oferece uma solução eficaz para capturar dados de alta resolução, superando limitações dos métodos tradicionais e permitindo a documentação detalhada de áreas de difícil acesso.

Os resultados desta pesquisa demonstraram a viabilidade e potencialidade do ecossistema da DJI para aplicações de registro de edificações. Como sugestão para trabalhos futuros, indica-se o processamento da nuvem de pontos a laser para a geração de um modelo tridimensional da Catedral, bem como a realização de planos de voo com diferentes inclinações para o sensor LiDAR.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao LAID, Laboratório da Rede SpinLab, pela estrutura e suporte prestado na execução desta pesquisa. Aos bolsistas (Edital PROBIC 001/2023 e Edital PIBIC/CNPq 006/2023) Henrique Luis Fontana, Pamella Aparecida Machado Silva e Sarah Lirio Paim. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## 7 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, M. F.; PIZZAIA, A. P. P. **Fotogrametria aplicada ao registro do patrimônio arquitetônico - Estudo de Caso: Grand Hotel (Araraquara - SP)**. In: 3º Simpósio Científico 2019 do ICOMOS/Brasil, 2019, Belo Horizonte. 3º Simpósio Científico 2019 do ICOMOS/Brasil, 2019.

BALLESTEROS RUIZ, R. D.; LORDSLEEM JUNIOR, A. C. **Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) para inspeção de manifestações patológicas em fachadas com revestimento cerâmico**. *Ambiente Construído*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 119–137, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/95857>>. Acesso em: maio. 2024.

BRAGHIROLI, guilherme; SOARES, Maria Carolina; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. **O Uso Da Fotogrametria Com Aeronave Remotamente Pilotada Para Levantamento De Fachadas**. *Anais do XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. INPE - Florianópolis - SC, Brasil. ISBN 9778-65-89159-04-9. 2 a 5 de Abril de 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/p/164770?lang=pt-br>>. Acesso em: maio 2024.

COGIMA, Camila Kimi. **BIM aplicado ao patrimônio histórico baseado em levantamento híbrido com multisensores**. Limeira, SP : [s.n.]. Orientador: Eloisa Dezen-Kempton. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Tecnologia. 2019.

COSTA, R. P.; FERNANDES, L. L. A.; MUTA, L. F.; ISATTO, E. L.; COSTA, D. B. **Uso da fotogrametria para obtenção de modelo 3D de edificações a partir da captura de imagens com veículo aéreo não tripulado (VANT)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 19, 2022, Canela. ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 19. Porto Alegre: ANTAC, 2022. p. 1.

EMELIANOV, S.; BULGAKOW, A.; SAYFEDDINE, D. **Aerial Laser Inspection of Buildings Facades Using Quadrotor**. Journal: Procedia Engineering, 2014, ISSN: 1877-7058. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705814019043>>. Acesso em: maio 2024.

FRANCO JÚNIOR, Júlio César. **Modelagem BIM de infraestrutura urbana a partir de levantamentos aéreos com drone**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-12032020-150726/>>. Acesso em: maio 2024.

GARCIA, V. C.; GUILLEN SALAS, J. C.; CAIXETA, E. M. M. P. **Tecnologias de código aberto para registro fotogramétrico do patrimônio arquitetônico**. Revista Jatobá, Goiânia, v. 5, 2023. DOI: 10.5216/revjat.v5.76955. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/revjat/article/view/76955>>. Acesso em: maio. 2024.

JENSEN, John R. **Sensoriamento remoto do ambiente: Uma perspectiva em recursos terrestres**. Tradução da 2ª edição, São José dos Campos, SP: Parentese, 2009.

LIMA, MOEMÍ BARBOSA; JÚNIOR, ALBERTO C. L.; RUIZ, RAMIRO D. B. et al. **Inspeção de manifestações patológicas de fachadas em edifício de grande altura com VANT**. Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2952/21743a5761dfdf7877a9b6fc0f106ee58ca.pdf>>. Acesso em: abr. 2024.

ROOM, M. H. M.; AHMAD, A. **Fusion Of Uav-Based Lidar And Mobile Laser Scanning Data For Construction Of 3d Building Model**. Int. Arch. Photogramm. Remote Sens. Spatial Inf. Sci., XLVIII-4/W6-2022, 297–302, 2023. DOI: 10.5194/isprs-archives-XLVIII-4-W6-2022-297-2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5194/isprs-archives-XLVIII-4-W6-2022-297-2023>>. Acesso em: maio 2024.

SOUSA, L. A. S.; CENTENO, J. A. S. **Modelagem Geométrica de Fachadas usando Nuvens de Pontos LiDAR**. Revista Brasileira de Cartografia, [S. l.], v. 73, n. 3, p. 870–884, 2021. DOI: 10.14393/rbcv73n3-57808. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/57808>>. Acesso em: 19 maio. 2024.

STRONER, Martin; URBAN, Rudolf; LINKOVÁ, Lenka. **A New Method for UAV Lidar Precision Testing Used for the Evaluation of an Affordable DJI ZENMUSE L1 Scanner**. Department of Special Geodesy, Faculty of Civil Engineering, Czech Technical University in Prague, Thákurova, 2021. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2072-4292/13/23/4811>>. Acesso em: abr. 2024.

TONDELO, Patricia G.; BARTH, Fernando. **Análise das manifestações patológicas em fachadas por meio de inspeção com VANT**. Campinas, SP, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/865281>>



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Sustentabilidade e gestão das cidades históricas: Uma proposta a partir das ideias de Dennis Rodwell**

*Sustainability and management of historic cities: A proposal based on Dennis Rodwell's ideas*

**Ivana Perucci Esteves**

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Brasil.  
ivanaperucci@ufop.edu.br

**Renato César Ferreira de Souza**

Professor Doutor, NPGAU, UFMG, Brasil.  
rcesarfs@gmail.com

## RESUMO

O objetivo do presente ensaio é investigar a abordagem de Dennis Rodwell dentro do campo da teoria contemporânea de restauro, destacando os pontos aplicáveis nas discussões sobre sustentabilidade e gestão das edificações históricas na atualidade no Brasil.

Os debates da conservação do patrimônio histórico se iniciam no século XIX, no período do Renascimento Italiano. Eles evoluíram continuamente até a denominada Teoria Contemporânea do Restauro.

Ponto relevante que tem sido discutido dentro desta corrente é a questão da sustentabilidade, que irá permear o presente estudo. A temática sustentabilidade, de um modo geral, tem sido amplamente debatida; o conceito se incorporou às discussões de arquitetura e, agora, também às ações de conservação em centros históricos.

Nesse contexto, Dennis Rodwell, arquiteto inglês, irá propor uma discussão em torno deste conceito em sua obra *Conservação e Sustentabilidade em Cidades Históricas*.

O autor discute o tema da conservação de forma associada à sustentabilidade, apresentando, para tal, uma revisão histórica e uma análise crítica de estudos de caso de planos de intervenção na Europa, segunda metade do século XX. Com isso, ele defenderá a melhoria da qualidade destas propostas a partir da década de 70, quando o componente de sustentabilidade se inseriu nestas discussões.

Será produzida uma análise da aplicabilidade das ideias do autor em intervenções atuais em centros históricos brasileiros, a partir da proposição de um plano de ação genérico, para nortear intervenções e ações de gestão. Dessa forma, pretende-se abordar os estudos de Rodwell dentro da corrente contemporânea do restauro, entendendo suas potencialidades e fragilidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Histórico. Sustentabilidade. Gestão de centros históricos.

## ABSTRACT

*The aim of this essay is to investigate Dennis Rodwell's approach within the field of contemporary restoration theory, highlighting the applicable points in discussions about sustainability and management of historical buildings in present-day Brazil.*

*Debates on the conservation of historical heritage began in the 19th century, during the Italian Renaissance. They have continuously evolved to what is known as Contemporary Restoration Theory. A relevant point that has been discussed within this framework is the issue of sustainability, which will permeate this study. Sustainability, in general, has been widely debated; the concept has been incorporated into discussions of architecture and now also into conservation actions in historic centers.*

*In this context, Dennis Rodwell, English architect, proposes a discussion around this concept in his work "Conservation and Sustainability in Historic Cities". The author discusses conservation in association with sustainability, presenting a historical review and critical analysis of case studies of intervention plans in Europe in the second half of the 20th century. He advocates for the improvement in the quality of these proposals from the 1970s onwards when the sustainability component was introduced into these discussions.*

*An analysis will be produced regarding the applicability of the author's ideas in current interventions in Brazilian historical centers, based on the proposal of a generic action plan to guide interventions and management actions. The intention is to address Rodwell's studies within the contemporary restoration framework, understanding their strengths and weaknesses.*

**KEYWORDS:** Historical Heritage, Sustainability, Management of Historical Centers

## INTRODUÇÃO

As discussões acerca da proteção do patrimônio histórico tiveram início no período da Renascença Italiana. Durante esse período, houve um ressurgimento do interesse pelas artes, cultura e história clássica da Grécia e Roma antigas. Artistas, estudiosos e governantes começaram a valorizar e a preservar os monumentos e obras de arte que remontavam à antiguidade clássica, reconhecendo sua importância histórica e cultural. O pensamento humanista da Renascença também influenciou a ideia de preservar e valorizar o patrimônio cultural como parte integrante da identidade de uma sociedade.

A partir desse ponto, passam a ser discutidos conceitos relevantes, como o de monumento, que passa a se expandir para abarcar os conjuntos vernaculares e as áreas históricas, bem como os conceitos de preservação e restauração. Os debates avançam, e a restauração ultrapassa o conceito de simples preservação nostálgica para se tornar um estudo de características multidisciplinares. Neste contexto, surgirão os documentos voltados para a preservação, como as Cartas Patrimoniais<sup>1</sup>, bem como as Teorias (ou Correntes) do restauro, além dos primeiros dispositivos para proteção de edificações históricas.

As denominadas teorias ou correntes do restauro são as abordagens ou filosofias aplicadas no campo da conservação e restauração de obras de arte e patrimônio cultural. De modo geral, pode-se dizer que se trata de escolas de pensamento que influenciam a atuação dos profissionais no campo da preservação.

Dentre as correntes de maior relevância nos debates recentes, pode-se citar o Restauro Crítico. Na década de 1960, Cesare Brandi publicou seu livro Teoria da Restauração, no qual são abordados os principais pontos desta corrente. Brandi enfatiza a importância da autenticidade nas intervenções, defendendo uma abordagem cautelosa e criteriosa, na qual as intervenções de restauração devem ser mínimas e reversíveis, e ainda, priorizando a instância estética (às características visuais e formais que permitem a apreciação e apreensão da obra) sobre a histórica (contexto histórico e cultural da obra de arte, bem como sua importância como documento histórico).

Mais recentemente, as discussões avançam para o que se tem denominado teoria contemporânea, ou corrente contemporânea do restauro. São autores com contribuições relevantes para esta corrente Marco Dezzi Bardeschi<sup>2</sup>, Dennis Rodwell e um dos seus principais, expoentes, Salvador Muñoz Viñas<sup>3</sup>.

A obra "Teoria Contemporânea da Restauração", de Salvador Muñoz Viñas, foi publicada pela primeira vez em 2002. Trata-se de uma contribuição de extrema importância para o campo da conservação e restauração, amplamente debatida recentemente uma vez que é referência na corrente contemporânea.

De modo geral, a teoria contemporânea se caracteriza pela sua fragmentariedade, conforme apontado pelo próprio Muñoz-Viñas. Não se trata de um manual ou uma receita completa que delimita a intervenção, mas sim de uma proposta de reflexões necessárias ao se intervir na preexistência histórica. De forma semelhante, Dezzi Bardeschi defende que não faz

---

1 As Cartas Patrimoniais são documentos que estabelecem diretrizes, princípios e ética para a atuação dos profissionais em ações de conservação e restauração de patrimônio cultural em diferentes contextos.

2 Marco Dezzi Bardeschi (1934-2018), arquiteto e restaurador italiano. Atuou como professor de Restauração Arquitetônica na Universidade Politécnica de Milão.

3 Salvador Muñoz-Viñas (1963-), espanhol, professor no curso de Belas Artes na Universitat Politècnica de València

sentido uma única solução ou postura na Restauração. Uma vez que os objetos são distintos, e os usuários destes objetos tem valores sociais distintos, faz sentido que as soluções resultantes também sejam diferentes entre si. Ou seja, é questionável a necessidade da existência de teorias cristalizadas.

Diversos pontos na teoria contemporânea da restauração são relevantes para o profissional que atua neste campo. A corrente propõe novas reflexões para embasar esta atuação que, embora de grande importância, este estudo não tem a pretensão de abarcar, como por exemplo, as discussões do conceito de originalidade. A intenção aqui é abordar a aplicabilidade de um conceito específico, bem como as possíveis implicações deste processo no campo da preservação das edificações e sítios históricos, que é o da sustentabilidade, conforme proposto por Dennis Rodwell.

## **1 CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM CIDADES HISTÓRICAS**

### **1.1 Primeiras discussões**

No ano de 2007, Dennis Rodwell lança o livro “Conservation and Sustainability in Historic Cities” (Conservação e Sustentabilidade em Cidades históricas). Sua obra é de 2007, não tendo sido, ainda, traduzida para o português.

Dennis Rodwell é arquiteto, com atuação em pesquisa e elaboração de projetos de patrimônio histórico. Sua atuação se concentra majoritariamente no Reino Unido, a partir da década de 60.

Imagem 1: Dennis Rodwell, arquiteto projetista

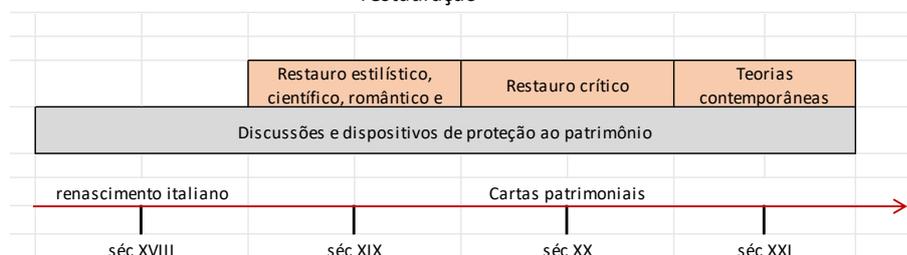


Fonte: RODWELL, 2011

O autor lança esta obra com o objetivo de estudar o conceito de sustentabilidade dentro das intervenções no patrimônio histórico - dois temas que ele propõe debater de modo associado. Ele busca indicar “[...] os pontos de contato entre planos bem sucedidos de conservação arquitetônica e agendas mais amplas de desenvolvimento sustentável e identidade cultural”, bem como “[...]mapear as conquistas da sustentabilidade no âmbito das cidades históricas” (RODWELL, 2007, p. vii, *tradução nossa*).

Conforme o autor, no sentido mais amplo, ecológico, as ideias de conservação e sustentabilidade e a corrente principal do planejamento urbano moderno foram desencadeadas como reação à mesma força: as consequências da Revolução Industrial. Segundo ele, as publicações anteriores trataram das temáticas conservação e sustentabilidade como questões distintas; entretanto, esta seria uma percepção equivocada e ultrapassada; e o entendimento dos dois conceitos de forma associada seria relevante para evitar o que ele denominou de pontos fracos nas práticas de conservação urbana.

Imagem 2: Linha do tempo - dispositivos de proteção ao patrimônio e algumas correntes filosóficas de restauração



Fonte: Os autores, 2024

Entretanto, é fato que, estes debates começaram de forma totalmente desassociada. Portanto, num primeiro momento Rodwell irá tratar da origem destas discussões separadamente.

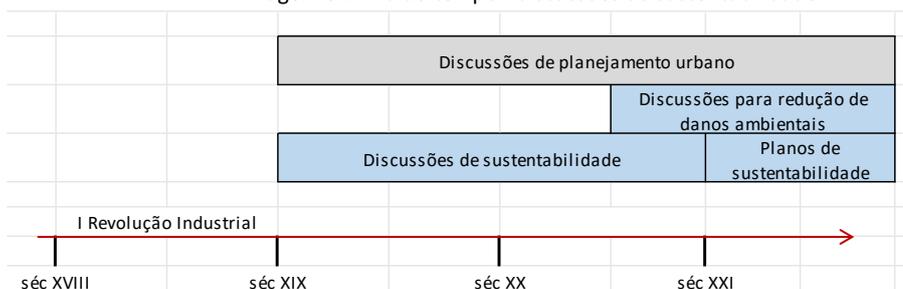
Conforme mencionado, o debate sobre sustentabilidade na Europa tem sua origem em reação à Revolução Industrial e suas consequências, quando a poluição do ar passa a ser uma causa contributiva de um número significativo de fatalidades a cada ano. Como resultado, no final da década de 50 e 60 uma série de movimentos ideológicos por direitos civis ocorrem, sendo uma das pautas a busca de redução dos danos ambientais como requisito para melhor qualidade ambiental e de vida para a população.

O Greenpeace<sup>4</sup> surge em 1971. Já nesta década, os documentos e dispositivos de proteção apontam, conforme Rodwell, para o entendimento que o crescimento econômico não poderia ser indefinido. Um dos documentos produzido à época dá esse direcionamento: Conforme Rodwell, *The Limits of Growth*, ou “Os Limites de Crescimento” modelou a interação dinâmica entre produção industrial, população, danos ambientais, alimentos, consumo, e o uso de recursos naturais finitos.

As discussões acerca do tema evoluem e se expandem. Os anos 2000 são “[...] a década dos planos de sustentabilidade, em que os conceitos de recursos finitos, ciclo de vida, biodiversidade, habitabilidade, saúde e segurança e equidade social têm vindo cada vez mais para o primeiro plano.”(RODWELL, 2007, P. 55, tradução nossa).

<sup>4</sup> O Greenpeace é uma organização não governamental ambiental fundada no Canadá.

Imagem 3: Linha do tempo - discussões de sustentabilidade



Fonte: Os autores, 2024

Com relação à definição do termo sustentabilidade em si, Rodwell inicia suas discussões a partir de Brundtland<sup>5</sup>: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de encontrarem as próprias necessidades”. (RODWELL, 2007, P. 56, *tradução nossa*)

Mas Rodwell irá apontar esta definição como simplista e potencialmente perigosa: nota-se que, conforme este conceito o ser humano tem suas necessidades priorizadas em detrimento do natural.

Após abordar também outras contribuições, Rodwell chega à seguinte definição:

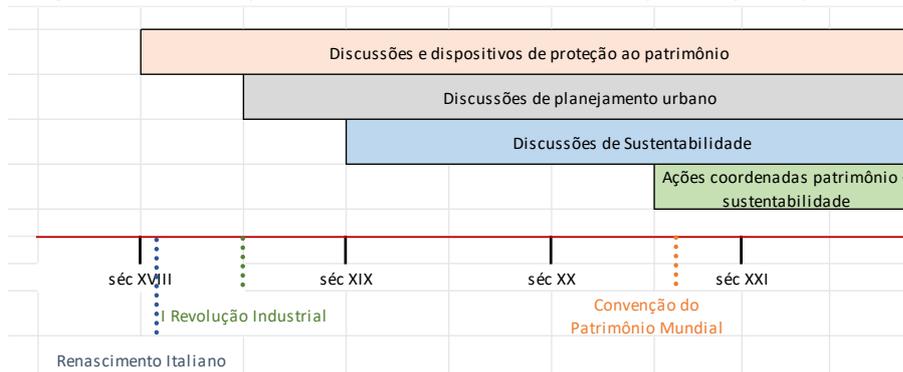
A distinção mais útil que pode ser feita entre sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável é considerar o primeiro como um fator positivo e contínuo processo abrangente para todas as atividades humanas, aquele que vincula o bem estar de pessoas e do ecossistema em um todo de apoio mútuo, e o segundo como uma meta para situações específicas. O desenvolvimento sustentável é um potencial componente positivo dentro da sustentabilidade. (RODWELL, 2007, P. 56, *tradução nossa*).

É neste ponto que a relação entre sustentabilidade e intervenções em centro históricos é definitivamente fixada pelo arquiteto. Apoiando-se nos conceitos de Sir Bernard Feilden<sup>6</sup>, Rodwell estabelece que sustentabilidade é sobre prolongar a vida útil de um edifício, a fim de contribuir para uma economia de energia, dinheiro e materiais. Isso estabelece uma relação clara com os recursos finitos do mundo natural, e abraça com sucesso os três componentes da sustentabilidade: meio ambiente, sociedade (ou seja, funcionalidade dentro da comunidade) e a economia. O último será um quesito abordado de forma significativa por Rodwell; ele considera que as intervenções precisam do componente da sustentabilidade para serem viáveis em execução e na sua permanência ao longo do tempo.

5 O Relatório Brundtland, também chamado de “Nosso Futuro Comum”, foi publicado em outubro de 1987, com a coordenação da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

6 Sir Bernard Feilden (1919-2008), arquiteto inglês com trabalhos relevantes na área da restauração.

Imagem 4: Linha do tempo - discussões de sustentabilidade e de preservação do patrimônio



Fonte: Os autores, 2024

Na prática, 1972 foi o ano que marcou o início da coordenação internacional iniciativas nas áreas de sustentabilidade e conservação. Foi o ano em que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura adotou a Convenção do Patrimônio Mundial. A convenção simboliza a interdependência dos temas de patrimônio cultural e natural. A Convenção foi o primeiro documento relevante internacionalmente a conectar cultura e natureza, e continua sendo um dos poucos que o fazem. É muito comum que os dois temas ainda sejam tratados separadamente.

Após abordar aspectos históricos da origem dos primeiros debates da restauração e sustentabilidade, bem como os eventos marcantes que pontuaram sua evolução, Rodwell irá abordar os conceitos que circundam o patrimônio histórico, como “monumento,” “restauração” “originalidade” e correlatos. Após abordar a ampliação do conceito de “monumento,” que eventualmente passou a englobar os conjuntos edificados, ele passa a discutir de forma crítica as experiências de restauração e conservação em conjuntos que ocorreram nos séculos XIX e XX na Europa, abordando os aspectos negativos e positivos destas experiências. Mas antes de abordar estas experiências, o autor definirá o que entende como bom planejamento urbano e a verdadeira função da cidade.

Rodwell irá se apoiar nas ideias Sir Patrick Geddes<sup>7</sup>, definido por Rodwell como “[...]pioneiro em uma abordagem sociológica para o estudo e prática de planejamento urbano.” (RODWELL, 2007, p.31, *tradução nossa*)

Seus conceitos serão fundamentais para lançar as bases do que Rodwell defenderá como uma intervenção de qualidade nos conjuntos urbanos históricos; eles se apoiam no conceito de que cada cidade é única, possuindo qualidades específicas, e a compreensão destas qualidades é relevante para apreensão da identidade e diversidade cultural da cidade. Consequentemente, o planejamento urbano deve possuir natureza interdisciplinar, sendo necessário incorporar conceitos além do desenho, ou design, na proposição das intervenções.

A temática do planejamento urbano irá se inserir em patrimônio histórico quando Rodwell aborda os conceitos defendidos por Gustavo Giovannoni<sup>8</sup>. Conhecido pela sua atuação na restauração de conjuntos urbanos, tendo inclusive criado o termo “patrimônio urbano”

7 Sir Patrick Geddes (1854-1932), biólogo e filósofo escocês, estudioso do planejamento urbano e regional.

8 Gustavo Giovannoni (1873-1947), arquiteto italiano, pesquisador da restauração em áreas urbanas.

Giovannonni afirma que as áreas históricas das cidades poderiam realizar um importante papel dentro da vida de expansão das cidades modernas, sendo a coexistência entre o tecido antigo e o novo mutuamente favorável e harmoniosa.

Rodwell defenderá o que entende como características vitais da cidade coerente, conceito que, para ele, tem se perdido. “Cidades europeias - planejadas ou não, são centros de poder político, atividades comerciais, sociais, etc. Abrigavam comunidades mistas social, religiosa e culturalmente.” (RODWELL, 2007, p.23, *tradução nossa*)

Rodwell pontua estas questões para que fique claro quais são as características desejáveis numa intervenção, e que vão além da busca pela recuperação da materialidade.

De modo geral, Rodwell considera como experiências positivas aquelas que evitaram a perda da vitalidade essencial das cidades, ou seja; permitiram múltiplos usos das edificações, para além do residencial e do turístico, que possibilitaram e estimularam a manutenção da população residente, que permitiram seu desenvolvimento, ainda que de modo controlado; que reutilizaram as edificações históricas e que preservam o tecido urbano original<sup>9</sup>, valorizando suas características paisagísticas, arquitetônicas e históricas .

Aqui, é preciso destacar o seguinte aspecto: o desenvolvimento é controlado. Sustentável é a intervenção que não causa a destruição do conjunto urbano; e, para tanto, é fundamental conhecer de modo profundo as características onde se intervém e, portanto, seus limites. Estas características vão além da materialidade: é preciso conhecer a comunidade que se relaciona com aquele espaço, moradores ou não, bem como suas características sociais e culturais. A materialidade também é relevante: aspectos da paisagem urbana, como lógica da composição tridimensional; as vistas e visadas existentes, as relações entre o espaço público e privado; além da escala, lógica e ritmo nos espaços urbanos.

Fica claro, portanto, que para Rodwell, a preservação da cidade passa pela manutenção da sua vitalidade - e que esta vitalidade se associa diretamente à sustentabilidade destas intervenções, pois se refletem sobre a vida social e cultural de suas comunidades.

## 1.2 Estudos de caso

Rodwell dividiu os estudos de caso em duas partes: a primeira fase, antes das discussões que relacionam cultura e sustentabilidade, em 1972, na Convenção da ONU e UNESCO. Fica claro seu entendimento de que os debates e a documentação produzida neste evento produzida serviu para propor ações mais efetivas na conservação urbana por apresentarem a sustentabilidade como um componente essencial.

As correlações entre os dois conceitos se reforçam com outros pontos em comum: tanto ações de sustentabilidade como de conservação urbana exigem uma abordagem estratégica pelo menos na escala da cidade/região. No caso de ações de sustentabilidade, as parcerias são mais efetivas inclusive se forem feitas em nível internacional.

A lista de intervenções discutidas por Rodwell se direciona para a Europa, em especial no Reino Unido, com um recorte temporal bem definido - segunda metade do século XX . Neste primeiro momento, ele abordará intervenções das décadas de 50 e 60.

Como exemplo, pode-se citar aqui “Quatro Estudos de Cidades Históricas” (1968), plano que propõe intervenções em Bath, Chester, Chichester e York (Inglaterra) e “O Estudo do

---

<sup>9</sup> Embora as discussões sobre o conceito de originalidade sejam relevantes nos debates das teorias ou correntes do restauro, adota-se aqui o conceito abordado por Rodwell, que é o mesmo proposto por Sir Bernard Feilden: Materialidade original e genuína como foi construída.

Sudeste”, de 1961 a 1981, elaborado para Londres, Inglaterra. Sobre estes e outros estudos, ele abordará tanto problemas quanto as soluções propostas pelos interventores.

De modo geral, os problemas apresentados por Rodwell nestes espaços se relacionam a necessidade de conciliação dos espaços antigos com as cidades do século XX:

- Presença de carros em massa, tráfego intenso e congestionamentos;
- Desenvolvimento descontrolado em centralidade urbana;
- Pouca manutenção ou manutenção de má qualidade e conseqüente decadência dos edifícios históricos;
- Desuso generalizado das edificações;
- Dilapidação acelerada das edificações antigas;
- Projetos arquitetônicos de baixo padrão (qualidade) e
- Descaracterização da paisagem urbana

Quadro 1: Resumo de práticas adotadas de casos estudados por Rodwell em intervenções em conjuntos urbanos históricos - fase 1 (antes de 1972)

ESCALA DE AÇÃO	SOLUÇÕES APLICADAS
Edificação/ equipamento isolado	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Conversão de jardins em estacionamento</li> <li>– Recuperação/restauração de edificações</li> </ul>
Entorno/região/cidades vizinhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Redesenho do tráfego de veículos, aproximando setores distintos</li> <li>– Melhorias no sistema de transporte público</li> <li>– Direcionamento das grandes pressões para desenvolvimento comercial para longe dos centros históricos das cidades</li> <li>– Estudo de valores da paisagem urbana, que possibilitou a compreensão e o redesenho urbano, além de nortear novas intervenções</li> <li>– Criação de contra ímãs nas cidades adjacentes, com polos atrativos em locais que possuíam potencialidade para expansão de centros regionais de população e emprego</li> </ul>
Política de gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Introdução do conceito de limite de capacidade ambiental</li> <li>– Estímulo ao uso misto</li> <li>– Ampliação de zonas comerciais</li> <li>– Categorização de zonas como “desconformes”</li> </ul>

Fonte: Os autores. Obtido a partir de RODWELL, 2007

Rodwell discutirá também ações aplicadas após a Convenção de 1972, ampliando um pouco mais o seu recorte espacial: ele irá abordar também intervenções da Europa Central e Oriental. São exemplos das intervenções analisadas pelo autor a abordagem integrada de áreas urbanas implementada pela OTRA (Old Town Renewal Agency) a partir de 1998 em Vilnius, Lituânia e a restauração de Dubrovnik, na Croácia, por volta dos anos 2000. Por fim, ao analisar o esquema de Restauração de Chartres, França, de 1974 ele resume seu posicionamento na seguinte sentença: “É possível a existência de cidades históricas como comunidades balanceadas e autossustentáveis, mantendo-se ainda um forte componente residencial.” (RODWELL, 2007, P. 108, *tradução nossa*)

Quadro 2: Resumo de práticas adotadas de casos estudados por Rodwell em intervenções em conjuntos urbanos históricos - fase 2 (após 1972)

ESCALA DE AÇÃO	SOLUÇÕES APLICADAS
Edificação/ equipamento isolado	– Programas anuais para restauração de edificações
Entorno/região	– Ações para melhoria de infraestrutura na cidade – Estímulo a atividades não turísticas, como educacional – Estímulo ao uso misto
Internacional	– Elaboração de plano de ação, incluindo plano econômico, sob coordenação da UNESCO, com envolvimento da comunidade internacional
Política de gestão	– Plano de gestão elaborado através da articulação de iniciativas públicas e privadas e os governos nacional e municipal – Organização de seminários; busca de sensibilização da comunidade local – Campanhas que envolvem e informam os cidadãos – Criação de universidades, incluindo cursos de conservação de edifícios históricos – Apoio financeiro setorial a proprietários de imóveis antigos

Fonte: Os autores. Obtido a partir de RODWELL, 2007

Pelos exemplos demonstrados, nota-se que, de fato, há uma alteração clara nas características dos planos de intervenções elaborados para recuperação de cidades históricas após 1972, conforme apontado por Rodwell. Anteriormente, as ações eram mais direcionadas à materialidade – tanto de edificações quanto no espaço urbano.

Nos exemplos analisados por Rodwell na segunda fase, as ações passam a ser mais relacionadas à gestão do espaço do que propriamente às intervenções em sua materialidade. São feitas parcerias mais amplas, envolvendo inclusive outras cidades e órgãos internacionais. A comunidade é envolvida no planejamento das ações. As intervenções em nível de arquitetura e urbanismo ainda existem e são necessárias (por exemplo, em ações de conservação), mas são complementadas com parcerias que ultrapassam a escala da vizinhança.

Os estudos de caso propostos por Rodwell têm um grande valor para fundamentar os debates sobre sustentabilidade nas cidades históricas, como ponto de partida para maiores discussões. Entretanto, é preciso lembrar que as cidades brasileiras possuem realidades muito distintas se comparadas com as cidades europeias abordadas por ele - na verdade, as cidades brasileiras tem realidades distintas até quando comparadas entre si. Mais uma vez, é preciso lembrar que a intervenção se calca no conhecimento profundo do objeto, que por sua vez vai além do conhecimento da sua materialidade.

Rodwell demonstra que as intervenções devem ser sustentáveis inclusive do ponto de vista econômico, propondo que o poder público não seja o único responsável pela aplicação do proposto. Entretanto, cabe aqui o seguinte questionamento: até que ponto amarrar as intervenções à sustentabilidade econômica poderá prejudicar a qualidade das intervenções? Como assegurar que sejam priorizados os interesses da comunidade nestes planos?

Entende-se que sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, implica na necessidade de um certo controle, ou no mínimo, direcionamento das intervenções nas cidades

históricas - isso implica abrir mão do desenvolvimento de uma série de atividades, ou de limitar este desenvolvimento até um certo ponto - e que isso deve ser feito sempre a partir do conhecimento aprofundado do local em que se intervém.

No caso das intervenções em edificações isoladas, é fundamental entendê-las dentro de seus contextos urbanos para mantê-las vitalizadas, para que se compreenda o papel destes elementos na identidade da comunidade que as utilizam, bem como nas dinâmicas existentes. Consequentemente, é necessário entender a recuperação do conjunto urbano histórico como atividade multidisciplinar, uma vez que as habilidades necessárias para viabilizar este entendimento vão além da arquitetura e da engenharia.

## **2 GESTÃO DE CIDADES HISTÓRICAS: UMA PROPOSTA**

Apresenta-se a seguir uma proposta inicial para aplicação das ideias de Dennis Rodwell num plano de ação e de gestão para cidades históricas, desde a etapa inicial de cadastro do objeto até a execução das propostas, indicando-se também dispositivos para acompanhamento da repercussão destas intervenções. Trata-se de um plano de nível preliminar, sem a menor pretensão de esgotar o assunto. Ao contrário, espera-se contribuir pontualmente para a fase inicial de uma discussão que possui grande complexidade e relevância.

Em seguida, será apresentado um diagnóstico do proposto, destacando potencialidades e fragilidades. Destacam-se as linhas que mencionam os agentes executores e coordenadores, entendendo que a definição destes papéis é fundamental para que este tipo de empreendimento seja bem sucedido.

Fase 1.1: Num primeiro momento, são definidas ações de apreensão do objeto, no sentido de entendê-lo e registrá-lo. Serão feitas, em geral, ações relacionadas a cadastro de edificações relevantes, bem como mapeamentos do espaço urbano.

Fase 1.2: Diagnóstico do objeto. É o momento da primeira análise das informações obtidas no espaço anterior. Devem ser indicados problemas relacionados à conservação dos elementos e ao seu bom funcionamento.

Fase 2: Fase de consulta aos usuários do espaço; entender e contemplar os anseios da comunidade. Busca de entidades públicas para verificar interesse na participação do plano de ação; verificar contrapartidas possíveis para viabilizar parcerias.

Fase 3: Nesta fase, o plano começa a ser elaborado; aqui denominado Plano I. São definidos princípios norteadores para o plano; os objetivos gerais, que naturalmente devem refletir as informações obtidas nas fases anteriores. Nesta fase, o mais importante é que fique claro quais os objetivos que se almeja alcançar (como usos desejáveis, melhorias de índices de segurança ou conforto ambiental, por exemplo). A documentação gráfica está em nível preliminar; como mapas com zoneamentos gerais que demarcam áreas a intervir, por exemplo, e memoriais descritivos.

Fase 4: Com a documentação do Plano I, consultar órgãos normativos, como prefeitura e órgãos de proteção ambiental e de patrimônio histórico, por exemplo, para verificar a viabilidade de execução do proposto. Devem ser buscadas organizações internacionais para obtenção orientações e informações sobre experiências similares. O Plano I deverá ser ajustado para contemplar as normativas e dados obtidos. No caso de o Plano I ter sido drasticamente alterado, uma possibilidade seria replicar a fase 2.

Fase 5.1: O Plano I é desenvolvido a nível de documentação básica, passando a ser denominado Plano II. A documentação gráfica é elaborada para definir intervenções em cada edificação e via. São locados e pré-dimensionados os equipamentos urbanos (são definidas as ações em nível urbano, como alterações de tráfego, por exemplo, e criação de novas vias ou áreas abertas e de convivência); e de arquitetura (definição de edificações a restaurar/recuperar, quais os usos, etc).

Fase 5.2: Plano de gestão: Os objetivos definidos no Plano I também poderão ser obtidos através de políticas públicas, a serem definidas pelo poder público. A comunidade também poderá ser envolvida nesta fase através de pesquisas e consultas. O poder público pode planejar, por exemplo, isenções tributárias para estimular um determinado uso ou outras vantagens aos moradores ou comerciantes; ou ainda, ações culturais ou de cunho educativo; pode definir orientações para intervenções que incentivem a arquitetura contemporânea e de qualidade. Nesta fase, também podem ser pré-definidas rotinas de conservação preventiva (se for o caso) e ferramentas de feedback a serem disponibilizadas aos usuários do espaço.

Fase 6: O Plano II é desenvolvido a nível de documentação executiva, passando a ser denominado Plano III. É elaborada a documentação que viabilize a execução, seja pelo poder público ou via processo licitatório. São calculados os custos e a execução é planejada num cronograma com etapas definidas, incluindo a implementação do plano de gestão.

Fase 7: Execução da intervenção e implementação das ferramentas de feedback, planejando-se outras intervenções necessárias, inclusive ações de manutenção.

Imagem 5: Fluxograma - Proposta de Plano de Ação Preliminar



Fonte: Os autores, 2024.

## **CONCLUSÃO**

As ideias de Dennis Rodwell demonstram grande potencial de aplicabilidade para o planejamento de cidades históricas e na criação de planos de gestão, tendo como objetivo a recuperação destes espaços.

Mesmo considerando-se as diferenças dos estudos de casos apresentados por ele com a realidade das cidades brasileiras, muitos dos pontos defendidos, como participação da comunidade nas ações de planejamento; criação de planos de gestão em escalas além do conjunto e busca de parcerias público privadas são passíveis de implementação.

Ao propor a introdução de conceitos como o de limite de ocupação nos espaços, Rodwell demonstra que é necessário incorporar o componente da sustentabilidade dentro dos sítios históricos, desde que o respeito a estes espaços e seus usuários seja priorizado.

Com relação ao plano proposto baseado nos princípios defendidos por Rodwell, alguns pontos demonstram fragilidades. A participação do poder público em todas as etapas de implementação requer mobilização de mão de obra técnica, recurso cada vez mais escasso no serviço público. Ainda que hajam ações a serem executadas via processos licitatórios, ou seja, com envolvimento de empresas privadas, estes processos devem ser acompanhados por pessoal especializado para assegurar a boa qualidade das intervenções e a defesa dos interesses da população.

Além disto, estas ações deverão ser direcionadas não só para a recuperação da materialidade dos espaços, mas também para serem concretizadas em ações que busquem a manutenção ou recuperação da vitalidade neles: a vitalidade nos espaços urbanos é imprescindível para que as intervenções sejam sustentáveis. Assim, conclui-se que a aplicação da temática da sustentabilidade às intervenções nas cidades históricas possui potencial para viabilizar novas ações.

## REFERÊNCIAS

DEZZI BARDESCHI, Marco. (2009). **Restauro: Punto e da capo. Frammenti per una (impossibile) teoria**. Milano: FrancoAngeli.

ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaração de Québec, 2008**. Québec: ICOMOS, 2008, 4 p. Disponível em: <[https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoria Contemporânea da Restauração**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

RODWELL, Dennis. **Conservation and Sustainability in Historic Cities**. Blackwell Publishing, 2007.



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Transformações urbanas pós ferrovia em Assis – SP e Ourinhos - SP**

*Urban Transformations after the Railway in Assis – SP and Ourinhos - SP*

**Caio Cesar Tomaz de Oliveira**

Professor Mestre, UNEMAT, Brasil  
caio.cesar@unemat.br

## RESUMO

O presente artigo investiga as transformações urbanas ocorridas nas cidades de Assis e Ourinhos, em São Paulo, após a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) no início do século XX. O objetivo é compreender como a ferrovia influenciou o desenvolvimento urbano dessas cidades, e identificar fatores que contribuíram para o crescimento e configuração dos espaços urbanos. Para alcançar esse objetivo, a metodologia empregada envolveu uma análise documental e cartográfica, examinando registros históricos, mapas, e documentos relacionados à construção e expansão da ferrovia. Os resultados indicam que a EFS desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de Assis e Ourinhos, promovendo o crescimento econômico e atraindo habitantes e empresas. A implantação das estações ferroviárias gerou uma dinâmica de urbanização, com áreas adjacentes valorizando-se e novos bairros surgindo para acomodar o crescimento populacional. No entanto, a pesquisa também revelou diferenças entre as duas cidades. Assis teve um processo de expansão gradual, influenciado pela topografia local, enquanto Ourinhos experimentou um crescimento rápido, impulsionado pela atividade industrial e comercial fomentada pela ferrovia. Além disso, a influência dos grandes proprietários de terras e da elite política local foi identificada como um fator significativo no planejamento urbano e na localização das estações ferroviárias. A chegada da ferrovia foi um catalisador para o desenvolvimento urbano em Assis e Ourinhos, moldando o desenho urbano e criando oportunidades econômicas. Ao mesmo tempo, as peculiaridades locais, como a topografia e os interesses dos latifundiários, também desempenharam papéis importantes na formação dessas cidades, levando a diferentes padrões de crescimento e estruturação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coronelismo. Urbanismo. Terras.

## ABSTRACT

*The present article investigates the urban transformations that occurred in the cities of Assis and Ourinhos, in São Paulo, following the arrival of the Sorocabana Railway (EFS) in the early 20th century. The objective is to understand how the railway influenced the urban development of these cities and to identify factors that contributed to the growth and shaping of urban spaces. To achieve this goal, the employed methodology involved a documental and cartographic analysis, examining historical records, maps, and documents related to the construction and expansion of the railway. The results indicate that the EFS played a fundamental role in the development of Assis and Ourinhos, promoting economic growth and attracting residents and businesses. The establishment of railway stations generated a dynamic of urbanization, with adjacent areas appreciating in value and new neighborhoods emerging to accommodate the growing population. However, the research also revealed differences between the two cities. Assis experienced a gradual expansion process, influenced by the local topography, while Ourinhos saw rapid growth, driven by industrial and commercial activity fostered by the railway. Moreover, the influence of large landowners and the local political elite was identified as a significant factor in urban planning and the location of railway stations. The arrival of the railway was a catalyst for urban development in Assis and Ourinhos, shaping the urban design and creating economic opportunities. At the same time, local peculiarities, such as topography and the interests of large landowners, also played important roles in the formation of these cities, leading to different patterns of growth and structuring.*

**KEYWORDS:** Coronelismo. Urbanism. Lands.

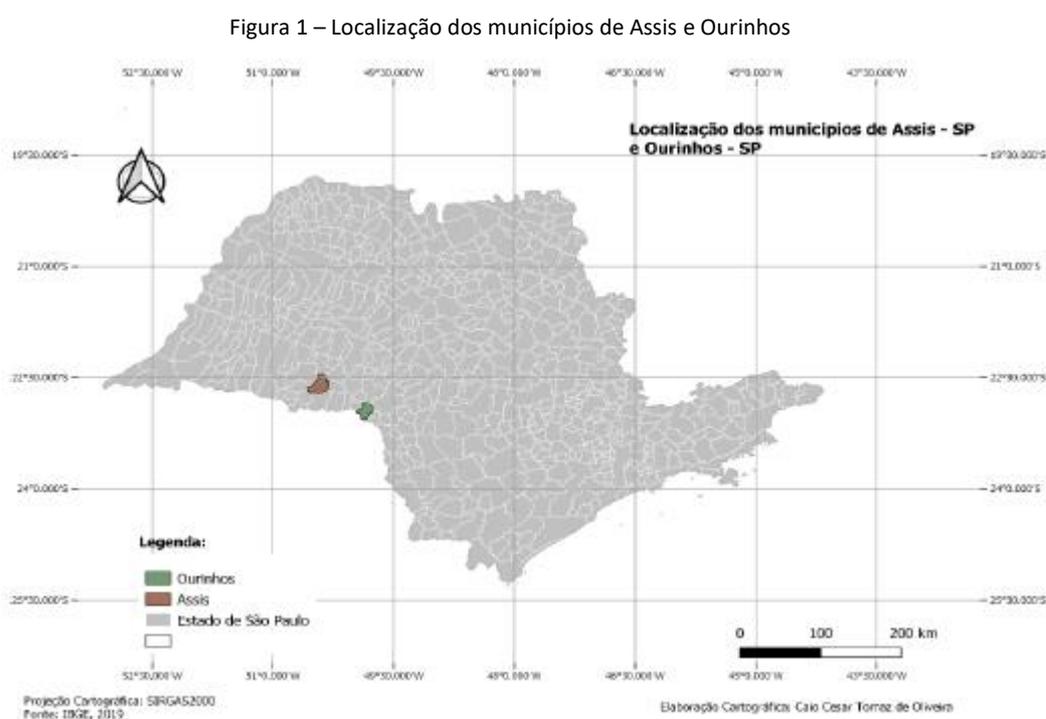
## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trará uma abordagem sobre a dinâmica urbana de duas cidades no interior do Estado de São Paulo, especificamente durante o período chamado de República Velha (1889 – 1929) com um recorte na década de 1920 para que seja possível evidenciar as benfeitorias e mudanças na infraestrutura fornecidas pelo poder público de Assis – SP e Ourinhos - SP.

De início, é possível elencar que ambas as cidades apresentam uma origem urbana distinta, tendo a cidade de Assis - SP a figura do capitão Francisco de Assis Nogueira como o fundador do núcleo urbano e a pessoa responsável pela compra da terra e posterior doação à igreja Católica para a construção do patrimônio religioso. Ourinhos teve sua origem atrelada à figura de Jacintho Ferreira de Sá, conhecido na região como o Coronel responsável pelo parcelamento das terras e criação dos primeiros bairros da cidade.

Contudo, cabe ressaltar que a abordagem era diferente entre Jacintho Ferreira de Sá e Francisco de Assis Nogueira, onde, Jacintho atuou diretamente com a criação de loteamentos particulares, que formaria o núcleo urbano de Ourinhos, outra característica apresentada neste processo foi o de especulação da terra rural com a construção de infraestrutura básica e a venda dos terrenos com o preço elevado (Figura 1).

Já Francisco de Assis Nogueira doou terras à Igreja Católica para a criação do patrimônio religioso, outro atributo presente nesse processo foi que essa doação seria em nome do padroeiro São Francisco de Assis.



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2022.

O argumento utilizado na ocupação das terras do Oeste Paulista foi que os mineiros que em sua grande maioria estavam fugindo de conflitos armados, como diversas revoltas liberais em 1842 e a Guerra do Paraguai (1865-1870) e assim acabam adentrando o território

paulista até chegar à bacia do rio Paranapanema, principalmente na região do rio Peixe.

Entrementes, a região estudada no presente trabalho, localizada entre os rios Paranapanema e Peixe, passou por diversas nomenclaturas durante o século XIX, como Vale do Paranapanema e Sertão do Paranapanema e posteriormente se adotou o termo Alta Sorocabana em decorrência da expansão da Estrada de Ferro Sorocabana no século XX.

Matos (1981) aponta que também havia a denominação de Oeste Paulista, contudo, tal alcunha foi utilizada de forma genérica para identificar variadas terras que foram ocupadas durante a ‘marcha da expansão urbana’, gerada principalmente pelo aumento do cultivo de café no estado de São Paulo e o suporte que as ferrovias davam para o escoamento dessa produção até os portos no litoral.

A região também era conhecida pela grande presença de uma população indígena que não tinha tido contato com a população branca em geral. Sob esse aspecto, Sposito (1983, p. 32) ressalta que os primeiros moradores da área foram os indígenas coroados, além deles, houve um processo ainda no século XIX em ocupar ‘terras desconhecidas’. Ainda no ano de 1856, o desbravador José Teodoro de Souza se apropria de uma vasta extensão de terra no chamado Sertão do Paranapanema e dá início a um processo cada vez maior de criação de vilas na região.

Alguns fatores atuaram diretamente nesse processo de ocupação territorial inicial, como o desenvolvimento do sistema capitalista no país, a promulgação da Lei de Terras (1850), a proibição paulatina da escravidão e a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil (SALLUM JR, 1982, p. 9).

Abreu (1972, p. 20) observa que outros fatores influenciaram nesse processo de ocupação de terras no Paranapanema, indicando que “o processo foi também alimentado pela decadência da mineração e pela Guerra do Paraguai, que expulsava das zonas velhas aqueles que temiam ser convocados”. Esse trecho descrito por Abreu pode ser complementado com as falas de Sposito (1983) que afirma que isso ocorreu paralelamente a um processo de mudança da economia do Rio de Janeiro para São Paulo, pois a expansão cafeeira já havia se estabelecido no Vale do Paraíba”.

Outro aspecto relevante nesse processo foi a promulgação da Lei de Terras (1850), importante ferramenta que serviu de pretexto para a ocupação de diversas terras no estado. Sobre esse aspecto, Sallum Jr. (1982) aponta:

Sancionar, dentro de certas condições, todas as formas de aquisição de terra existentes até então: por concessão governamental (sesmarias), por ocupação (posses) e por compra. Todas as demais terras, à exceção das que se encontravam aplicadas em algum uso público, eram consideradas devolutas [...] transformava assim toda a terra em mercadoria, a que só se podia ter acesso legal através da compra (SALLUM JR., 1982, p. 15-16).

Cabe ressaltar que a maior parte do material utilizado como fonte de pesquisa foi elaborado por autores que não são da Arquitetura e Urbanismo, ou seja, não contempla a análise espacial necessária para o tema. Nesse aspecto, pode-se apontar a relevância da pesquisa no âmbito da história das cidades e como poderá servir de ferramenta de pesquisa para futuros trabalhos.

## **2. OBJETIVOS**

Para alcançar esse feito, é elencado como objetivo geral da pesquisa a recomposição da historiografia urbana de Assis e Ourinhos, com ênfase nos aspectos de infraestrutura fornecidos na década de 1920 e apontar as semelhanças e diferenças entre os núcleos urbanos.

Esse objetivo só será alcançado com um entendimento sobre a elite dominante da região, os chamados coronéis e como sua influência interferiu nas políticas públicas locais e a EFS como elemento estruturador do espaço.

## **3. METODOLOGIA**

O método empregado neste artigo foi dividido em três etapas para organizar a análise dos documentos coletados. Essas etapas consistiram em uma pesquisa bibliográfica inicial, seguida pela catalogação, análise e representação dos dados por meio de textos, figuras e mapas, culminando no desenvolvimento e finalização do estudo.

A primeira etapa envolveu a leitura e a pesquisa de informações relevantes para a elaboração do estudo. O material foi classificado e organizado em uma pasta virtual no Google Drive, facilitando sua recuperação. Visitas ao Arquivo Público do Estado de São Paulo foram realizadas em 2023 para a obtenção de mapas cartográficos, fotografias, recortes de jornais e outros documentos preservados pelo arquivo. Também houve visitas aos museus municipais de Assis e Ourinhos, que continham uma quantidade significativa de documentação relacionada ao tema.

A segunda etapa consistiu no tratamento dessas informações, com a criação de uma linha do tempo para organizar os eventos e a validação dos dados, especialmente quando provinham de memorialistas locais. Alguns mapas precisaram ser editados ou reconstruídos utilizando programas especializados, como AutoCAD e QGIS, para uma melhor compreensão das informações.

Finalmente, a terceira etapa envolveu a redação e a conclusão do artigo. Essa fase consistiu em compilar todas as informações tratadas anteriormente para criar um texto coeso, garantindo que todas as informações fossem claramente apresentadas e contextualizadas no estudo das transformações urbanas nas cidades de Assis e Ourinhos após a chegada da ferrovia.

## **4. RESULTADOS**

Como método de análise da documentação gerada por ambas as prefeituras na década de 1920, foram elencadas as mais relevantes no âmbito urbano e seus desdobramentos. Tal período é conhecido como transição, uma vez que os municípios já haviam se elevado de distritos de paz para cidades e agora precisavam de legislações que versassem sobre os problemas urbanos que poderiam surgir.

Sob esse aspecto, cabe ressaltar que a lista final das leis de Assis e Ourinhos promulgadas nesse período são de 85, variando entre atos e decretos, como por exemplo o Código de Posturas Municipal (441 dispositivos legais de Assis e 507 em Ourinhos).

Diferentes políticos tiveram papel importante na elaboração de outras legislações, que variam entre o processo de expansão do perímetro urbano, condutas que alteravam a localização de indústrias, criação e alteração de nome de vias, dentre outros. Alguns decretos se

voltavam aos aspectos da infraestrutura local, como a autorização de abertura de licitação para contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica (Quadro 1).

Quadro 1- Demais Legislações de Ourinhos

Legislação	Data	Prefeito
Decreto nº 3.090, Cria Caixas Econômicas em Fartura e em Ourinhos.	14/08/1919	Eduardo Salgueiro
Decreto nº 3.687, aprova os estudos definitivos da E. F. de Ourinhos à margem do rio Paranapanema.	25/09/1923	Jacinto Ferreira de Sá
Decreto nº 4.447, declara de utilidade pública, para serem desapropriados na forma da lei nos terrenos necessários à captação e adução das águas do rio Turvo, destinados ao abastecimento da cidade de Ourinhos.	22/08/1928	José Galvão

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ADAPTADO PELO AUTOR, 2023.

Ocorre uma dinâmica diferente em Assis em relação a aprovação desses decretos por justamente o município demorar mais para ofertar infraestrutura urbana para a população.

Legislação	Data	Prefeito
Decreto nº 2946, declara de utilidade pública um terreno em "Assis", município de igual nome, comarca de Campos Novos do Paranapanema, pertencente ao sr. Jovino Catello e necessário à estação de "Assis", da Estrada de Ferro Sorocabana.	18/08/1918	João Teixeira de Camargo
Ofício da Câmara Municipal de Assis, solicitando verba para a projeção das estradas de rodagem daquele município em zonas mais produtivas da comarca.	04/10/1920	Jonathan M. da Silva
Ofício da Câmara Municipal de Assis, solicitando verba para construção de prédio destinados a cadeia e grupo escolar naquela cidade.	06/12/1920	Jonathan M. da Silva
Ofício solicitando verba para a construção da estrada de rodagem em Assis.	16/11/1927	Sebastião da Silva Leite

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ADAPTADO PELO AUTOR, 2023.

#### 4.1 A República e os Aspectos Urbanos

Durante a década de 1920 houve diversas transformações que definiram o processo de crescimento de ambas as cidades, boa parte delas regida por legislações municipais criadas para auxiliar nesse ordenamento territorial, como os códigos de saneamento, conduta e a definição de limites da zona urbana local.

Assis teve cinco prefeitos durante esta década, sendo eles: João Teixeira de Camargo (1918 – 1920); Jonathan Monteiro da Silva (1921 – 1922); José Coelho da Silva (1922 – 1923); Sebastião da Silva Leite (1924 – 1928) e Abílio Duarte de Souza (1928 – 1929).

Ourinhos teve seis prefeitos durante a década de 1920, sendo eles: Eduardo Salgueiro (1919 – 1921); Benício do Espírito Santo (1921 – 1923); Jacinto Ferreira de Sá (1923 – 1925); José Felipe do Amaral (1925 – 1926); José Esteves Mano Filho (1926 – 1926); José Galvão (1926 – 1930) e Hermelino Agnes de Leão (1930 – 1930).

Cabe ressaltar que todos esses políticos foram escolhidos através de eleição indireta realizada pela Câmara de Vereadores Municipal. Ghirardello (2010) destaca que esse período ficou marcado no Estado de São Paulo por um poder absoluto do Partido Republicano Paulista (PRP) que detinha sob seu controle a política dos municípios, não importando qual o grupo estivesse no poder, já que todos estavam diretamente conectados ao partido (LEVI-MOREIRA, 1991).

Em Assis não foi diferente, já após a elevação a município, a Câmara acabou elegendo um advogado ligado ao Partido Republicano Progressista (PRP) para a prefeitura. No município de Ourinhos o processo se deu de maneira semelhante, Del Rios (1992) comenta que:

A cidade teve um primeiro prefeito ligado a Tonico Lista. Jacinto Ferreira de Sá não se manifestou de imediato, mas tinha outros planos. Mineiro habilidoso, manteve-se fiel a Ataliba Leonel, chefe incontestável de todos, mas procurou alianças próprias na região. Ligou-se ao coronel Albino Garcia, de Bernardino de Campos e aprofundou laços com a família Mello Peixoto (DEL RIOS,1992, p. 33).

O processo de ocupação das terras na Alta Sorocabana também ficou marcado por diversas investidas agressivas por parte das figuras detentoras de terras e que geralmente estavam ligadas ao PRP. Como uma alternativa ao partido, em Ourinhos é criado o Partido Municipal, fundado justamente por Jacinto Ferreira de Sá, numa tentativa de rivalizar politicamente e obter cargos políticos relevantes na cidade.

Outro fator importante é que diversos líderes políticos da região acabam criando grupos armados e que estavam a seu serviço, gerando um aspecto de mandonismo e que não foi coibido por parte do governo estadual, pelo contrário, seu maior interesse era de manter esse status sob controle.

A imprensa acaba assumindo a responsabilidade em divulgar tais ações desenvolvidas pelas prefeituras locais no início da década de 1920, além de evidenciar os principais pontos comerciais e uma lista prévia com endereços e informações para a população. Cabe ressaltar que boa parte das redações dos jornais era composta por pessoas próximas ao prefeito e familiares.

Uma maneira de mostrar modernidade, nas recém-criadas cidades, foi a introdução do automóvel, em uma tentativa de aferir um símbolo de riqueza e poder ao dono do carro, mesmo o local tendo uma infraestrutura precária (Figura 2).

Figura 2 – Região Central de Assis 1920



Fonte: BARROS, 2013

A região central de Assis contava com um número reduzido de prédios que ofereciam serviços públicos, privados ou até mesmo residências. É possível analisar a figura anterior e perceber alguns detalhes que chamam a atenção. Em primeiro lugar, os prédios não seguiam um gabarito de altura que era sugerido no Código de Posturas, há adoção de diversos adornos nas fachadas, como pequenos pináculos acima da platibanda, todas as aberturas das fachadas eram delimitadas por molduras que tentavam acompanhar o movimento *Art Déco* no exterior, a cobertura, em sua grande maioria, era dividida em quatro águas, sendo a cumeeira contando com altura de cerca de 1,50 metros.

As calçadas já estavam construídas nesse início de década, proporcionando uma maior caminhabilidade para os pedestres e usuários das edificações. É notado, ainda que de forma prematura, que há instalações de postes de energia elétrica na região central e que anos mais tarde se estende para o restante do município.

Uma placa chama a atenção ao fundo por se tratar de uma montadora de carros que veio diretamente dos Estados Unidos da América e instalou uma revendedora na cidade. Como apontado posteriormente, o automóvel torna-se um status social e que a burguesia deveria ostentar. Também é possível apontar que próximo a calçada direita da figura, existe uma bomba de abastecimento para esses veículos da Ford, uma vez que o conceito de posto de combustível ainda não existia na região.

O discurso adotado pelo governo e que possibilitou tal ato tinha respaldo principalmente por parte de Washington Luís, o presidente do Estado de São Paulo na época. Havia também uma mentalidade de que a implementação de novas tecnologias nas cidades do interior serviria como uma forma de aprimoramento físico e mental. Por fim, era cogitado essa implementação em nível nacional de integrar o automóvel particular e as rodovias (SAVIO, p. 97, 2005).

Esse pensamento acaba sendo conflitante com diversas cidades que tinham a ferrovia como principal meio de transporte de cargas e pessoas, como por exemplo Bauru, que contava com estradas de rodagem em situação precária e não suportariam o grande volume de mercadorias que eram transportadas.

O jornal *O Bauru*, a partir de 1920 começa a veicular diversas propagandas anunciando a instalação de uma revendedora da marca Ford no mesmo prédio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - EFNOB denominada Toledo Piza. É possível ainda fazer uma relação sobre a existência dessa revendedora possível graças a estação ferroviária que concedeu espaço para tal.

Assis teve uma dinâmica parecida em relação a data de instalação à Ford, contudo, não teve que ceder espaço para a instalação dela, pois, adquiriu um espaço próprio na região central e de acordo com relatos obtidos no acervo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Assis, frequentemente patrocinava e incentivava diversas corridas na avenida Rui Barbosa.

Essa ação pode ser tratada como uma ferramenta de atrair a atenção de possíveis compradores, mas sem buscar sua popularização, já que o valor era muito alto para a maioria dos moradores. Ourinhos não é mencionada nesse aspecto, pois de acordo com publicações do jornal *A Voz do Povo*, apenas em 4 de maio de 1946 seria inaugurada a primeira concessionária da Ford na cidade.

Essa diferença no processo de instalação de alguns negócios e serviços será vista com o andamento da pesquisa, mas fica evidente que cada localidade apresentava uma prioridade no processo de construção urbana. Ourinhos opta pela instalação de infraestrutura básica no início da década de 1920 e posteriormente há a chegada de serviços privados, já em Assis se

observa uma certa inversão de prioridades e a cidade acaba demorando mais tempo para fornecer itens básicos, como por exemplo fornecimento de água (Figura 3).

Figura 3 – Condições da Rua Floriano Peixoto - 1920.



Fonte: BARROS, 2013

Alguns comentários podem ser traçados acerca dessa implementação recente do carro particular em Assis, principalmente em relação a sua infraestrutura. O fator que mais chama a atenção é o estado que as vias se encontravam na época e é por meio da figura anterior, fica evidente a impossibilidade de comportar esse tipo de veículo. As ruas, em sua grande maioria, apresentavam medidas reduzidas, não estavam devidamente pavimentadas e as pequenas pontes que cortavam os córregos eram rudimentares, feitas de madeira.

Somente com essas características citadas, não seria possível que o dono de um automóvel pudesse andar pela cidade mesmo em uma velocidade média, pois estaria disputando espaço com carros de boi, carroças e pessoas que andavam a pé pela região central, além de significar um custo muito elevado para uma cidade recém-criada e que tentava atrair novos moradores.

De acordo com Pallotta (2008, p.97), tais ideias acabam sendo reforçadas por Washington Luís, já que ele afirmava que o automóvel poderia acabar com o atraso brasileiro e criar um ideal de civilidade inclusive no interior do Estado.

Ourinhos apresenta uma dinâmica de expansão bem diferente de Assis e de até de cidades da região, por justamente contar com duas linhas férreas em seu perímetro urbano e que determinavam seu crescimento. Ainda na década de 1920, é presenciado a instalação dos primeiros comércios da região conhecida como 'Acima da Linha' que seriam vitais para que outros, da mesma natureza, se instalassem no local. De acordo com Del Rios (1992), essa construção pertencia ao Sr. Torazzo Canda e era especializada em secos e molhados.

O material mais utilizado e abundante na região ainda era a madeira e constava nas portas, que apresentavam uma altura considerável, havia um vidro fixo em cada porta e janela do comércio, denominado bandeira, para auxiliar na iluminação interna.

Além disso, há a presença de uma platibanda adornada com linhas na horizontal e dois elementos feitos de concreto localizados na cobertura da edificação apresentada. É possível

notar que o telhado utiliza telhas convencionais de argila e sua cumeeira está acima da platibanda, indicando uma inclinação mais elevada e possivelmente a divisão em três águas.

O prédio foi concebido pelo Sr. Torazzo Canda e sua esposa na Rua dos Expedicionários, e mais tarde, imigrantes japoneses que chegaram em Assis no início da década de 1910, acabam inaugurando o bazar Janda, do Sr. Mistugui Canda e sua esposa Jandira (Del Rios, 1992, p. 45).

Nesse período, as primeiras casas de secos e molhados, tecidos, calçados e roupas começaram a se instalar em Ourinhos, especialmente próximas às estações ferroviárias, entre elas: a Casa Matachana, Casa Zanotto e Casa Amaral.

Uma das características mais marcantes dessas novas edificações comerciais são justamente ao lado ou no fundo existir a residência das famílias responsáveis pelo negócio. A Casa Amaral mostrada na figura anterior pertencia ao coronel Vicente de Amaral, filiado e um dos chefes políticos mais influentes do PRP da cidade. Anos mais tarde o coronel acaba se mudando para Sorocaba e vende seu comércio para imigrantes portugueses e o local ainda existe atualmente na avenida Jacinto de Sá.

Outro ponto de referência é o Grandes Armazéns Soutello, localizado na esquina da rua São Paulo com a praça Mello Peixoto, e apresenta características únicas em relação a sua construção. Sua cobertura apresenta uma junção entre o telhado da edificação e o externo, provavelmente feita com telhas de amianto e era responsável por cobrir a parte externa da edificação.

#### **4.2 Infraestrutura urbana de Assis e Ourinhos**

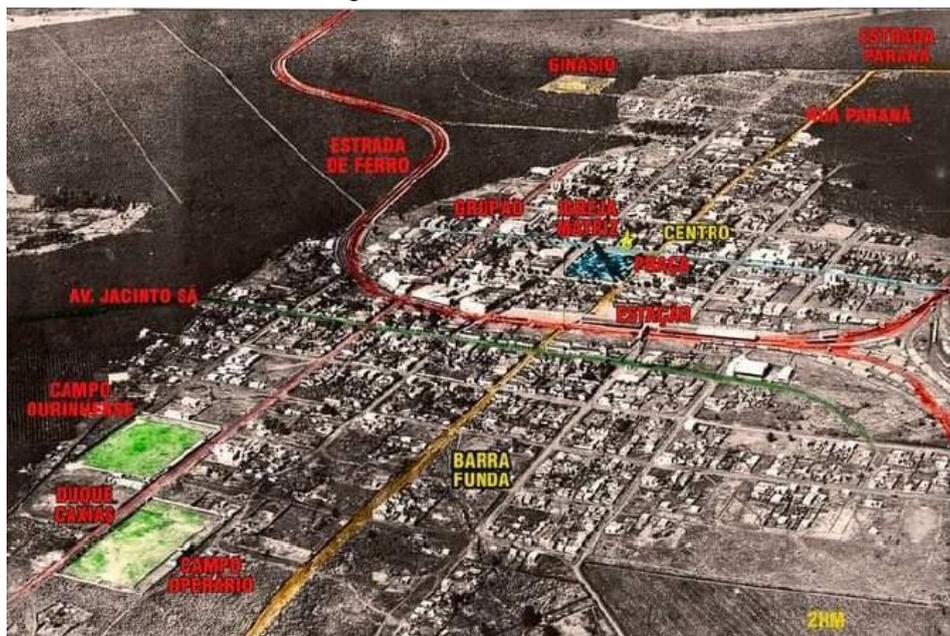
Essa expansão vista nas urbes brasileiras foi em grande parte beneficiada pelas riquezas geradas pelo café e gerou diversas vilas com tecidos e composições distintas das cidades brasileiras tradicionais, pois o “o tipo de sítio disponível, numa paisagem muito homogênea, o trem, novo meio de transporte com suas exigências de trajeto, e a rápida divisão de vendas dos terrenos” acabam transformando e criando uma metodologia urbana com baseia em “monotonamente repetida e regular” (MARX, 1989, p. 36).

Ghirardello (2010, p. 98) ainda pontua que a Lei de Terra abre uma brecha na legislação na segunda metade do século XIX, dando um poder de reforço na concepção de vilas com traçado ortogonal e retilíneo. O autor ainda pontua que “eram gerados pelo somatório de datas que formavam a quadra, módulo-base para o arruamento, cuja repetição formava uma retícula exata”.

Tais afirmações podem ser atestadas nas cidades de Assis e Ourinhos por meio de uma análise espacial da década de 1920 e posteriores alterações. A Figura 4 ilustra alguns elementos importantes para a compreensão da urbe.

Por meio da ilustração é possível determinar algumas alterações que o espaço urbano de Ourinhos sofreu no final da década de 1920 e início de 1930 em decorrência desse processo de expansão inicial da cidade. Destacado com a cor verde localiza-se o estádio do Operário e Ourinhense localizados na rua Duque de Caxias. Essa rua acabou se tornando a atual Rua Cambará e fazia a ligação entre a primeira vila da cidade até a balsa no rio Paranapanema.

Figura 4 – Divisão de Ourinhos.



Fonte: BARROS, 2013

Há uma ênfase em vermelho dos trilhos da ferrovia e da sua bifurcação que se dividia entre a estrada que levava ao Paraná e a EFS que continuava seu traçado para o oeste de São Paulo. Outro aspecto relevante é a existência do grupo escolar já no final dos anos 1920 e a presença da igreja católica na região central, auxiliaram nesse processo de construção do imaginário da urbe.

De acordo com dados obtidos nos jornais locais da época, o comércio de Ourinhos é descrito como desenvolvido e sólido, na qual os sítiantes acabavam por realizar comprar e posteriormente revender para os caixeiros-viajantes da região, alimentando assim o comércio local. A figura acima também evidencia na cor verde a rua Capitão Assis, responsável por conectar o povoado até a fazenda Matão, que pertencia ao fundador.

Contudo, devido às suas características geográficas pouco privilegiadas, pelo fato de não ligar diretamente a estação de trem ao núcleo central, acaba por entrar em desuso com o passar dos anos. Esse novo centro acaba sendo ao redor da EFS (DANTAS, 1978). Lima (2010) pontua que houve outro aspecto interessante nesse período:

A igreja católica, que até aquela ocasião era o central principal de concentração das atividades urbanas, local de permutas no entroncamento dos caminhos, deixou de sê-lo com o início da era ferroviária; as estações passaram a desenvolver esse papel (LIMA, 2010, p.48).

Lima (2010) elucida que esse período pós ferrovia foi de vital importância para o crescimento de Ourinhos, uma vez que a cidade contava com mil habitantes e assistiu a instalação de diversos escritórios de empresas ligadas à agricultura, em especial de café e algumas instituições financeiras. Tal período é marcado também pela construção do primeiro hospital local, do grupo escolar, de centros de lazer e do cinema.

O autor ainda comenta que algumas mudanças consideráveis na infraestrutura acabam acontecendo nesse período, como a construção do primeiro sistema de fornecimento de energia elétrica, fornecida pela Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema em 1924. O

empresário responsável por tal investimento foi o italiano José Giorgi, que levou essas linhas de energia até Salto Grande e as prolongou até Assis.

Contudo, é de conhecimento histórico que esse serviço prestado era de péssima qualidade, com diversas interrupções ao dia de fornecimento, o que levou anos mais tarde a uma rebelião por parte dos moradores e resultou no incêndio na usina a vapor da empresa.

Como já apontado anteriormente, Assis apresentou uma relativa demora em prover os itens básicos de infraestrutura que uma cidade deveria possuir no período de sua fundação, fato esse que só começará a ser revertido após o início da década de 1930. Um exemplo prático a respeito dessa demora é ilustrado pela Figura 5.

Figura 5 – Início do processo de instalação das sarjetas em Assis



Fonte: HERRERA, 2015

Vale ressaltar que esse processo começa fora do período de estudo da presente dissertação, por se tratar das décadas de 1930 e 1940, todavia, sua apresentação acaba sendo necessária para que as devidas comparações urbanas sejam possíveis com Ourinhos, que acabou sendo mais rápida nesse quesito (SILVA, 1996, p. 205).

De acordo com a documentação do acervo municipal, a Figura 5 retrata a rua Paraná e o processo de embelezamento urbano, começando na década de 1930 com a obrigatoriedade da construção de calçadas e posteriormente a inclusão das sarjetas na região central. Todo esse processo teve início no governo do prefeito José Galvão.

Tal período é marcado pela finalização da implantação de diversos serviços públicos e que eram essenciais para a população, como o alargamento das diversas estradas que ligavam Assis aos demais municípios da região e que acabam tendo um aumento no número de automóveis circulando, entrega do serviço de abastecimento e distribuição de água municipal e a construção de escolas para que não fosse necessário enviar as crianças para outras localidades em busca de um ensino de qualidade (SILVA, 1996, p. 206).

As transformações e o crescimento urbano ocorridas vêm acompanhadas de deslocamentos realizados pelos moradores e de serviços que acabaram migrando para outras regiões de Assis.

A instalação do primeiro Paço Municipal, que originalmente estava localizado no cruzamento da Floriano Peixoto com a rua Brasil, teve sua mudança aprovada na década de 1930 para a rua Smith de Vasconcelos e se mudou novamente durante a década de 1950 para o local que permanece até hoje.

O ginásio municipal utiliza as instalações do primeiro Paço Municipal, em frente à Praça Arlindo Luz, contudo, anos mais tarde esse prédio é cedido para uma empresa responsável pela implementação do cinema local, estando em funcionamento até os dias atuais. O fórum acaba absorvendo as instalações da antiga cadeia e permanece durante diversos anos no local, dando espaço mais tarde para a implantação de um centro cultural.

Também é possível traçar um paralelo entre o prolongamento da ferrovia em Assis e seu crescimento urbano com o surgimento de novos bairros, em especial a Vila Boa Vista e Vila Xavier, que também abrigariam outros serviços importantes, como o primeiro cemitério, a igreja católica, o setor de abastecimento municipal de água e o Mercado Modelo Municipal.

Há também uma continuidade no arruamento local, com o prolongamento da avenida Rui Barbosa em um único sentido, pois sua outra extremidade era conectada com a estação ferroviária. Esse período também ficou marcado pelo tecido urbano começar a se expandir e futuramente ultrapassar os limites da ferrovia, com as construções surgindo cada vez mais na região norte da cidade.

A existência de uma rede de infraestrutura urbana que contemple os principais serviços (rede de esgoto, distribuição de energia e abastecimento de água) acabou moldando de forma drástica o crescimento das pequenas cidades paulistas que estavam surgindo no início do século XX.

Ghirardello (2010) ressalta que as características arquitetônicas se alteravam de forma rápida nessas localidades, contudo, os serviços urbanos levaram mais tempo para serem instalados. O autor ainda aponta que essa nova dinâmica das urbes estava ligada ao antigo papel do trabalho escravo, que de certa maneira cumpria, nas velhas cidades, as funções de serviços públicos, sendo que com a abolição, os municípios necessariamente teriam que prover uma infraestrutura básica.

Nesse período um pouco posterior, a formação de diversas cidades por meio da criação de patrimônios religiosos, ou de loteamentos particulares, com o uso de um traçado urbano mais ortogonal e de certo modo rígido, teria que ocorrer, necessariamente, associado a implantação de serviços básicos.

Assis e Ourinhos apresentam algumas peculiaridades que as diferenciam no processo de implantação dessa rede, principalmente em relação a figura política ou entidade que estava ligada diretamente no processo de expansão da vila e até mesmo no período em que foi fornecido.

Como já mencionado, Assis tem sua origem associada ao patrimônio religioso criado nas terras que foram doadas à Igreja Católica e, por meio da ferramenta jurídica da enfiteuse, acaba mais tarde disponibilizando terras para o crescimento da cidade e esse processo ocorre ao mesmo tempo em que os primeiros serviços de infraestrutura estão sendo implantados.

Contudo, cabe ressaltar que em Assis ocorre um processo tardio do fornecimento de diversos serviços, como por exemplo a construção de galerias pluviais e um sistema de abastecimento de água que abrangesse boa parte da população. De acordo com dados fornecidos pela prefeitura, apenas na década de 1950 é que começa seu funcionamento.

Ourinhos conta com a presença da figura do coronel Jacinto Ferreira de Sá como o principal benfeitor desses serviços, tendo começado a implantação logo após a Fazenda Furnas ser comprada e ele se tornar a pessoa com o maior número de posses de terras da região. Diferente do que foi feito pelo capitão Francisco Assis de Nogueira em doar terras à igreja de Assis, há um processo de centralização de poder e de responsabilidades que foram direcionadas

à figura do coronel.

Outro exemplo diferente em relação ao estabelecimento desses serviços na região ocorre na cidade de Presidente Prudente e é narrado por Costa (2019, p. 139) e mostra que essa mesma etapa ocorria de forma distinta nas cidades próximas. A autora pontua que havia uma certa disputa local entre dois coronéis donos de terras e que constantemente o poder era revezado entre eles. Essa ação resultou diretamente em uma pressão pelo controle desses serviços públicos e acabou marcando esse período nas cidades brasileiras durante a República Velha.

Boa parte do material recolhido e que versa acerca dos itens de infraestrutura (rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica e pavimentação de vias) provém de acervos das prefeituras locais, museus ferroviários e até mesmo da própria UNESP, que mantém espaços de preservação da documentação das cidades em seus campus. A busca aconteceu no âmbito estadual, com a consulta das primeiras legislações urbanas e reportagens que tratavam de licitações de empresas de fornecimento de energia elétrica, por exemplo.

Em meio a essa década de mudanças drásticas no crescimento urbano, cabe ressaltar algumas benfeitorias realizadas em ambas as localidades e que acabam moldando esse processo de crescimento. A Lei nº 3 de 9 de maio de 1918, conhecida como Código de Postura, é aprovada e vem regulamentar o desenvolvimento de Assis em diversos aspectos, mesmo que demora alguns anos para sua concretização.

Ourinhos já apresenta uma maior facilidade nesse aspecto, ainda no final da década de 1920, diversas consultas são realizadas e serviços são contratados para o fornecimento de água, telefone e calçamento de vias na região central.

Tais serviços em sua grande maioria eram realizados por pequenas empresas locais ou de regiões próximas, geralmente ligadas a políticos e conhecidos, com um lucro satisfatório, contudo, nem sempre a qualidade do serviço era vista. Essa falta de profissionalização e de diversas tentativas de manutenção irão permear ambas as cidades por diversos anos.

## **5. CONCLUSÃO**

Em se tratando da infraestrutura urbana, a cidade de Assis acaba demorando pelo menos 2 décadas a mais que Ourinhos para fornecer serviços básicos, como água encanada, calçamento de vias e colocação de sarjetas nas calçadas.

Uma das leituras feitas sobre essa tomada de decisão tardia é justamente, a falta de uma figura política forte, para liderar as demandas voltadas às benfeitorias de forma rápida em um gesto de troca de favores, garantindo 'votos de cabresto'. Com o poder de decisão concentrado na paróquia, é iniciado o processo de enfeiteuse, sendo que só na década de 1920 a cidade inicia sua expansão além dos limites do patrimônio religiosos.

Algo que pode ser apontado de ambas as cidades é a localização da via principal ligando todos os prédios mais relevantes da época, no caso de Assis era a avenida Rui Barbosa, ligando a estação ferroviária até a igreja, praça e a Casa de Câmara e Cadeia.

Por fim, o presente artigo presente elencou os aspectos que tornam o crescimento urbano de Assis e Ourinhos semelhantes e ao mesmo tempo diferentes. Uma localização estratégica no oeste paulista durante a República Velha, fundadores com objetivos distintos, enquanto o coronel Jacinto Ferreira de Sá privilegiou a venda de lotes e criação de bairros privados, a doação feita pelo capitão Francisco de Assis Nogueira à igreja permitiu a fundação do patrimônio religioso e a adoção da enfeiteuse para que novos bairros pudessem ser criados

durante a década de 1920.

A morosidade vista em Assis para a implantação é complemente oposta ao que ocorreu em Ourinhos, com a construção (com qualidade questionável) de parte da infraestrutura necessária para o funcionamento do centro da cidade. Por outro lado, a adoção de um plano reticulado em Assis foi mais adaptada às características geográficas locais, por estar localizada em zona mais plana.

Ourinhos acaba enfrentando diversos problemas urbanos pela implementação equivocada deste tipo de traçado, além de decisões que versavam sobre drenagem urbana, gerando grandes inconvenientes, como erosões por toda a cidade, canalização da nascente de córregos e a péssima qualidade dos serviços de infraestrutura básica prestados.

Por fim, conclui-se que tais observações se fazem pertinentes para um maior entendimento sobre o crescimento urbano de cidades no início do século XX e suas implicações para o urbanismo brasileiro.

## 6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

Dantas, A. **Memória do patrimônio de Assis**. São Paulo: Pannartz. 1978.

DEL RIOS, Jefferson. **Ourinhos: memórias de uma cidade paulista**. Ourinhos, SP: Prefeitura Municipal, 1992.

GHIRARDELLO, N. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

JÚNIOR, Brasília Sallum. **Capitalismo e cafeicultura oeste-paulista, 1888-1930**. Livraria Duas Cidades, 1982.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. **Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o partido republicano dissidente de São Paulo, 1901-1906**. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Acesso em: 02 abr. 2024.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. **Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)**. 2010.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. 1 ed. São Paulo. Edusp, 219 p. 1989.

MATOS, O. N. Café e Ferrovia: **A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 3. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

SÁVIO, M. A. C. **A cidade e as máquinas. Bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930**. Tese de Doutorado. São Paulo. PUC-SP, 2005.

SILVA, R. S. **Urdiduras e tessituras urbanas. Na história das cidades, a estruturação territorial de Assis**. 1996. 351 f. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Urbanização & Gentrificação: Favela Brás de Pina – Rio de Janeiro**

*Urbanization & Gentrification: Favela Brás de Pina – Rio de Janeiro*

**Luciana Nemer**

Professora Doutora, UFF, Brasil.  
luciananemerdiniz@gmail.com

**Felipe Gustavo Silva**

Doutorando, UFF, Brasil.  
felipegustavosilva@outlook.com

## **RESUMO**

Este artigo analisa a história de Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro, como exemplo paradigmático de urbanização de favelas ocorrido no século XX e seus desdobramentos na atualidade. O estudo tem como objetivo destacar o processo de gentrificação iniciado desde o anúncio do projeto e as mudanças ocorridas no território ao longo dos anos que levaram à segregação espacial dentro da área e, da mesma em relação à cidade formal. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental e visitas a campo, discutindo aspectos da relação do 'bairro de Brás de Pina' com o entorno imediato, buscando compreender se a intervenção contribuiu para reforçar a identidade e memória coletiva local. Além disso, o trabalho discute a formalização da posse da terra enquanto regularização fundiária, e o quanto esta impacta no cenário atual. Também é abordada a permanência do desenho urbano apesar da utilização do projeto inicial como forma de gentrificação predatória, implicando na perda das características culturais e locais da área suburbana carioca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Favela Brás de Pina. Gentrificação. Urbanização.

## **ABSTRACT**

*This article analyzes the history of Brás de Pina, in the city of Rio de Janeiro, as a paradigmatic example of slum urbanization that occurred in the 20th century and its developments today. The study aims to highlight the gentrification process that began since the announcement of the project and the changes that occurred in the territory over the years that led to spatial segregation within the area and in relation to the formal city. The research is based on a bibliographical and documentary review and field visits, discussing aspects of the relationship between the 'Brás de Pina neighborhood' and the immediate surroundings, seeking to understand whether the intervention contributed to reinforcing local identity and collective memory. Furthermore, the work discusses the formalization of land ownership as land regularization, and how much it impacts the current scenario. The permanence of the urban design is also addressed despite the use of the initial project as a form of predatory gentrification, resulting in the loss of cultural and local characteristics of the Rio suburban area.*

**KEYWORDS:** Favela Brás de Pina. Gentrification. Urbanization.

## 1 INTRODUÇÃO

A urbanização de favelas tem sido um desafio constante para as autoridades municipais em várias cidades ao redor do mundo. No contexto brasileiro, esse processo envolve a regularização fundiária, a melhoria da infraestrutura básica e a incorporação dos assentamentos informais ao tecido urbano formal. A Favela Brás de Pina é um exemplo emblemático dos desafios enfrentados pelas comunidades informais no Rio de Janeiro.

A favela começou a se formar na década de 30, em uma área de mangue, onde a terra era escassa e instável. As áreas próximas às ruas oficiais eram mais firmes, enquanto o centro da favela era um charco sujeito a inundações. As construções eram principalmente de madeira e as condições de vida eram precárias. A falta de infraestrutura básica era um dos principais desafios enfrentados pela comunidade, com esgoto a céu aberto e acesso limitado à água potável e eletricidade. A densidade populacional era alta e o lixo era descartado de forma inadequada, contribuindo para problemas ambientais e de saúde pública.

Ao longo das décadas, várias tentativas foram realizadas para organizar a situação na Favela Brás de Pina, visando melhorar as condições de vida dos moradores. O desenvolvimento urbano é um processo multifacetado que transcende simplesmente o crescimento demográfico e espacial das cidades, envolvendo uma transformação tanto quantitativa quanto qualitativa nos aspectos socioeconômicos, culturais e espaciais das áreas urbanas.

Os projetos de renovação e expansão urbana podem ser utilizados como estratégias para revitalizar áreas urbanas, integrando diferentes atividades como comércio, lazer e habitação. No entanto, essas iniciativas devem ter certo cuidado e haver um planejamento que efetivamente promovam o desenvolvimento econômico e melhorem a qualidade de vida dos residentes, respeitando a identidade cultural das comunidades locais. Nesse ponto, a intervenção de Brás de Pina teve um processo complexo, sendo um sucesso de certo modo, mas muitos desses esforços foram limitados e enfrentaram resistência da comunidade, resultando em transformações parciais e desafios persistentes.

A dicotomia entre núcleo e periferia nas cidades brasileiras mostra a complexidade das realidades nos núcleos metropolitanos, geralmente bem servidos e de alto valor econômico, coexistem com as periferias, muitas vezes marginalizadas e carentes de infraestrutura básica. As intervenções do poder público nas periferias visando melhorar as condições de vida podem inadvertidamente desencadear o surgimento de novas periferias ainda mais distantes e marginalizadas. As favelas são um reflexo das desigualdades socioeconômicas e das deficiências nas políticas públicas de habitação e planejamento urbano.

O processo de transformação - urbanização e construções habitacionais - aqui delineado exemplifica o fenômeno nomeado por gentrificação. Conforme Santos (2021, p. 17) o termo gentrificação chama a atenção de quem ouve e causa muitos pontos de interrogação e confusão, no entanto, o diferencial está no público alvo alcançado por este fenômeno, sobretudo os antigos ou novos moradores. A origem do termo veio de Londres, cunhado pela urbanista Ruth Glass e, após cerca de meio século, entre formulações e adaptações a vários contextos urbanos, chegou também às favelas cariocas (SANTOS, 2021, p. 18).

Este artigo busca compreender as origens históricas da favela, suas condições de vida e os problemas sociais enfrentados pelos moradores ao longo do tempo. A pesquisa destaca a importância de compreender as origens e os desafios postos à Favela Brás de Pina, bem como as complexidades envolvidas na implementação de políticas de urbanização.

## **2 OBJETIVOS**

Este estudo tem como objetivo principal analisar o processo de gentrificação em Brás de Pina, desde o anúncio do projeto de urbanização até os seus desdobramentos na atualidade, discutindo o impacto da formalização da posse da terra na dinâmica socioespacial local e as consequências para a identidade e memória coletiva dos moradores. Além disso, busca-se compreender as mudanças ocorridas no território ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito à segregação espacial e à relação do bairro com a cidade formal.

## **3 METODOLOGIA**

A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando como principais fontes de dados a revisão bibliográfica e documental. Adicionalmente utilizou-se de visitas a campo como procedimento metodológico, coletando informações e dados empíricos obtidos através de registros fotográficos, conversa com moradores locais e observações do contexto circundante.

## **4 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA FAVELA BRÁS DE PINA**

A Favela Brás de Pina, localizada na cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo paradigmático do processo de ocupação e urbanização de áreas informais em contextos urbanos. Durante décadas, essa comunidade enfrentou desafios significativos, desde a ocupação inicial em uma área de mangue até a implementação de infraestrutura básica e o parcelamento da terra. A ocupação de Brás de Pina teve início na década de 1930, em uma área de mangue onde apenas as regiões próximas às ruas do bairro circundante tinham uma terra mais firme. O crescimento da comunidade foi marcado pela rápida construção de barracos, principalmente de madeira, em uma área densamente povoada e sujeita a condições precárias de infraestrutura. O esforço coletivo dos moradores foi notável, permitindo a consolidação da área mesmo em condições adversas (SANTOS, 1981).

### **4.1 DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO EM BRÁS DE PINA**

A Favela Brás de Pina, na véspera de Natal do ano de 1964, resistiu uma tentativa de remoção parcial da favela com o apoio da Igreja Católica, liderada pelo padre José Sainz Artola. Em um esforço para resistir à remoção completa, as lideranças locais, com a mediação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), buscaram a assessoria do grupo Quadra, formado pelos arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Rogério Aroeira Neves, Sylvia Wanderley e Sueli de Azevedo, para elaborar um plano de urbanização da área (SANTOS, 2021). Essa proposta foi recebida com surpresa durante o governo Negrão de Lima, “Se eles quisessem permanecer no lugar onde estavam, era preciso não só continuarem juntos [...] foi aí que surgiu a bandeira da “urbanização” como uma resposta ao desafio do governador” (SANTOS, 1981, p.34).

A urbanização da localidade só ocorreu após décadas de ocupação informal, quando as autoridades locais decidiram implementar medidas para melhorar as condições de vida dos moradores. Para o processo de urbanização houve a necessidade da implementação de

infraestrutura básica, como abastecimento de água, eletricidade e saneamento, bem como a escolha pelos moradores por parcelamento da terra em lotes individuais. A comunidade participou ativamente desse processo, contribuindo com ideias e decisões que refletiam suas necessidades e interesses (BLANK, 1980).

O projeto foi formado sobre a premissa básica de que deve ser considerado e respeitado como investimento de capital, trabalho e tempo dos habitantes, tudo o que existe em condições boas ou razoáveis, desde que isso seja representativo de uma forma de desenvolvimento lógico da comunidade (BLANK, 1980, p.101).

A participação comunitária desempenhou um papel fundamental no processo de urbanização da Favela Brás de Pina. Os moradores se envolveram ativamente na escolha dos lotes e na definição das prioridades para a implementação da infraestrutura básica. As decisões foram tomadas de forma democrática, levando em consideração as necessidades coletivas e individuais da comunidade. A liderança comunitária desempenhou um papel importante na coordenação desses esforços e na representação dos interesses dos moradores perante as autoridades locais (SANTOS, 1981).

O período entre o último trimestre de 1968 e novembro de 1969 marcou uma fase intensa de transformação na Favela Brás de Pina, transformando-a em um verdadeiro canteiro de obras. Durante esse período, várias atividades coexistiram, como as obras de infraestrutura, aterramento, pavimentação das ruas principais, ensaibramento das ruas de pedestres, além da desmontagem e montagem de barracos, e construção de casas. Os primeiros financiamentos do Programa RECON-Social do Banco Nacional da Habitação (BNH) foram disponibilizados por volta de meados de 1969, dos quais 593 das 900 famílias utilizaram (BLANK, 1980). Dentro das diretrizes do programa, os moradores tinham liberdade na escolha do local para adquirir materiais de construção.

Figura 1 – Processo de autoconstrução na Favela de Brás de Pina

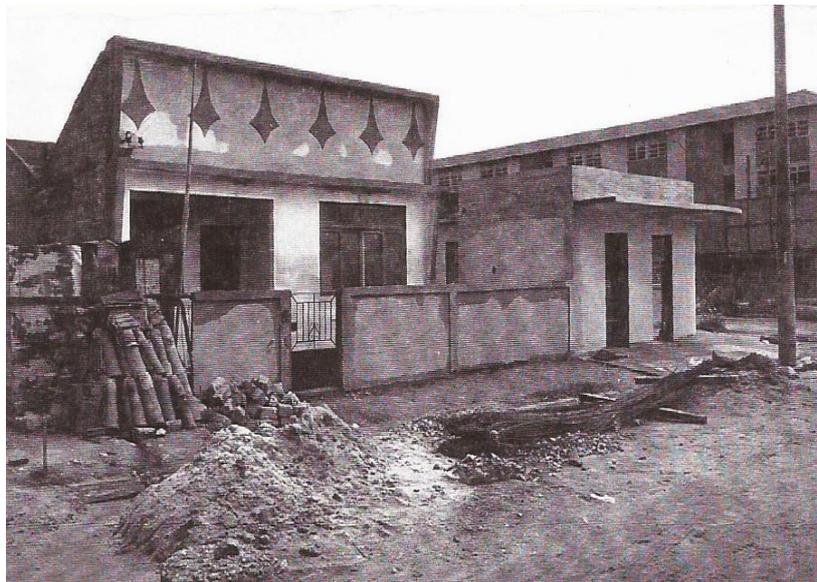


Fonte: BLANK, 1980.

A responsabilidade pela construção das habitações sempre recaiu sobre os moradores, enquanto a companhia fornecia assistência técnica mínima, fiscalização e orientação quando solicitada. Essa abordagem enfatizava três princípios fundamentais: liberdade de concepção, autoconstrução e despreocupação formal (BLANK, 1980). Os moradores foram incentivados a desenhar suas próprias plantas, resultando em uma variedade de projetos. A maioria optou por soluções que conferissem "*status*", como projetos com varanda, mesmo que em dimensões mínimas, ou corredores reproduzindo soluções de apartamentos encontrados em jornais. Após a análise das plantas, os moradores podiam solicitar financiamento para a construção. Em 1977, havia 604 lotes ocupados por casas de alvenaria financiadas pelo RECON, 70 lotes com casas de alvenaria sem financiamento, 213 lotes com casas de madeira, entre outras configurações. O processo de construção geralmente envolvia a contratação de um ou dois trabalhadores durante a semana, e mutirões nos finais de semana para obras maiores.

A compra de materiais era feita sem interferência dos técnicos, o que às vezes resultava em insuficiência de material ou mau uso. Isso levava a casos em que as famílias de renda mais baixa deixavam as casas sem acabamento, enquanto as mais abastadas compravam o restante dos materiais necessários. O processo de construção também envolveu adaptações conforme a obra avançava. Uma modificação comum foi em relação aos banheiros, que inicialmente abriam para a área de serviço ou cozinha, mas posteriormente foram direcionados para a área íntima da casa após considerações de higiene (BLANK, 1980).

Figura 2 – Construção com detalhes na fachada remetendo às colunas de Niemeyer em Brasília.



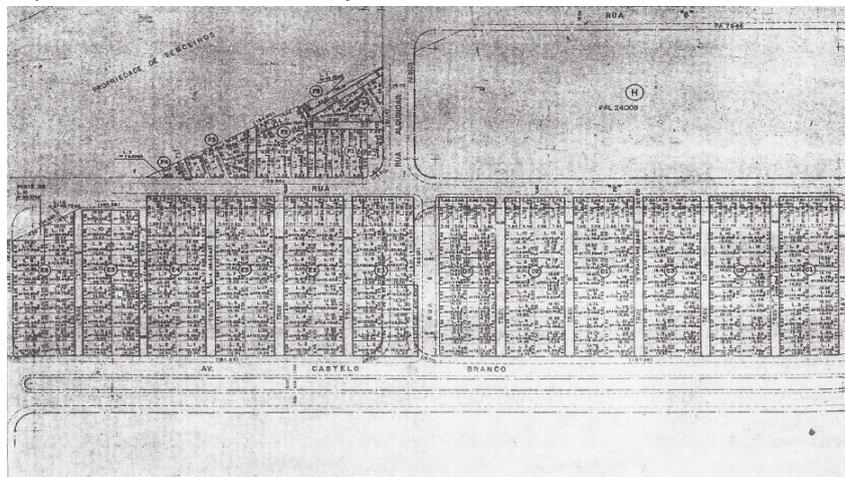
Fonte: BLANK, 1980.

Antes de sua urbanização, a Favela Brás de Pina se destacava significativamente do entorno pela precariedade das habitações, pela ausência de infraestrutura e pela configuração irregular das ruas e casas. A transição entre o bairro e a favela era clara, evidenciando a disparidade física e social existente. A escolha da comunidade pelo projeto que destinava um terreno de 120 m<sup>2</sup> por família refletia o desejo de serem integrados à cidade de maneira mais convencional.

A planta do loteamento, fornecida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, delineava os planos de alinhamento e urbanização para a modificação das quadras, embora sua

conformidade com a realidade fosse questionável devido a questões de propriedade não regularizada. A regulamentação para novas construções, estabelecida durante o plano de urbanização, influenciou a aparência física da favela, definindo parâmetros para as dimensões das construções, recuos obrigatórios e outros aspectos arquitetônicos (BLANK, 1977).

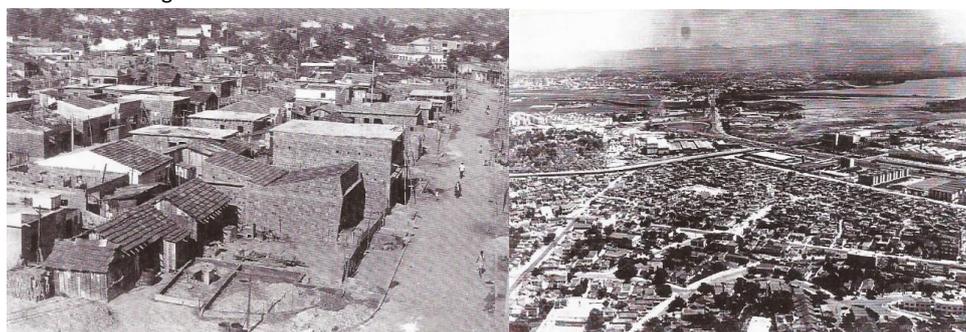
Figura 3 – Projeto do alinhamento e urbanização alterando e inserindo fluxo viário na Favela de Brás de Pina



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

A transformação da favela era evidente nas imagens de 1971 e 1974, que mostravam a substituição progressiva dos barracos por casas de alvenaria em construção. As casas apresentavam uma variedade de estilos arquitetônicos, muitas vezes seguindo tendências contemporâneas e incorporando elementos estéticos adaptados às condições econômicas dos moradores (SANTOS, 1981).

Figura 4 – Vista Parcial de Brás de Pina em 1971 e vista aérea em 1974.



Fonte: BLANK, 1980.

Os residentes de Brás de Pina vislumbravam uma oportunidade de construção de novos pavimentos nas suas casas com o intuito de alugá-los e incrementar sua renda, mesmo que isso implicasse em obrigações financeiras mais elevadas, buscou-se financiamento para habitações. De acordo com Tavares (2021), essas iniciativas entraram em confronto com as diretrizes estabelecidas pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), a qual desencorajava atividades especulativas no local. Para superar esse impasse, a Associação local assumiu a administração das vendas dos direitos de construção. Entretanto, houve a necessidade de cobrança de uma taxa sobre as transações, gerando considerável

descontentamento em relação à CODESCO. A associação de moradores passou a controlar a venda de direitos e estavam proibidas as construções com fins especulativos. Santos (1981) relata que posteriormente, descobriu-se que a associação estava cobrando um ágio sobre a venda de títulos. A associação perde a força.

Ao longo do tempo, a influência da Associação sobre a comunidade foi declinando, frente a crescente predominância da CODESCO. Na prática, a Associação deixou de representar os interesses coletivos, a CODESCO não era mais considerada aliada dos residentes e até mesmo o grupo de arquitetos participantes do projeto, apesar de defender os moradores, não tinha mais influência no desenrolar dos problemas que surgiram. Diante do aumento do descontentamento em relação à CODESCO, os habitantes solicitaram o cumprimento de uma promessa feita pelo governo estadual, a qual assegurava sua retirada após a conclusão do plano de urbanização (TAVARES, 2021).

Os moradores de Brás de Pina, para pagar as prestações da companhia, começavam a alugar ou vender quartos, lojas, garagens ou mesmo um pavimento inteiro, pois apesar de proibido pela CODESCO, era uma forma de aumentar a renda familiar a partir do aproveitamento econômico da própria moradia. Desta forma pediam empréstimo para construção de casas de dois pavimentos para gerar renda, pois o aluguel que recebiam era mais alto que as prestações que pagavam. A companhia começa a questionar a questão do aluguel, bem como a venda de direitos de participar do plano de urbanização. Com o aluguel ou a venda dos direitos, a favela começava a receber moradores de outros bairros, então o plano de urbanização proposto para os favelados estaria atendendo grupos que não eles.

Embora as normas estabelecidas pela CODESCO tenham sido frequentemente desrespeitadas, elas não influenciaram substancialmente as construções futuras na favela. Muitos moradores encaravam suas habitações como um processo contínuo de evolução, adaptando-as ao longo do tempo de acordo com suas necessidades e recursos disponíveis. Como resultado, muitas residências permaneciam inacabadas ou sem revestimentos externos, refletindo um padrão comum em áreas urbanas marginalizadas do Rio de Janeiro.

A inserção do projeto da urbanização na lógica de mercado desencadeou um processo de venda de direitos por parte dos moradores. Nesse sentido, de acordo com Santos (2021), o caso de Brás de Pina pode ser considerado um tipo de gentrificação. A venda de vagas no plano de urbanização que permitiu a construção de casas de dois pavimentos, resultando em unidades extras que foram doadas a parentes ou mercantilizadas, sendo alugadas ou vendidas a indivíduos externos. Esse fenômeno, apesar das tentativas ineficazes da Associação de Moradores de controlar essa especulação imobiliária, promoveu aumento de tributos sobre a localidade e muitos moradores não conseguiam mais arcar com a oneração. Como resultado, a estrutura física da favela se distanciou do projeto original. A falta de segurança, o abandono local e a ausência de regularização fundiária contribuíram para a não permanência dos moradores originais (SANTOS, 2021, p. 126).

#### **4.2 A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA LOCALIDADE**

A Favela Brás de Pina se situa a uma quadra da Avenida Brasil, no sentido Santa Cruz - Centro, entre os bairros Parada de Lucas e Penha. O acesso à favela pela Avenida Brasil pode ser feito através da Avenida Schultz Wenk ou da Rua Iguaperiba, tendo o seu centro como ponto de partida para explorar a comunidade. Na esquina da Rua Alquindar com a Rua 51, encontra-se a

Associação de Moradores da Vila de Santa Edwiges. De acordo com Instituto Pereira Passos (IPP), em Rio de Janeiro (2023), a área da localidade possui 150.854,17 m<sup>2</sup>.

Figura 5 – Atual configuração da Favela Brás de Pina.



Fonte: RIO DE JANEIRO, 2023.

O comparativo de imagens proporcionou uma análise da evolução da urbanização na região, revelando como os espaços têm sido utilizados em função das condições de sobrevivência disponíveis na comunidade, comparando o verificado em 2002 e as atuais condições do local. As imagens destacam a disposição física dos estabelecimentos e residências e mostram os desafios enfrentados pelos moradores para adaptar o ambiente urbano às suas reais necessidades.

Figura 6 – Calçadas sendo utilizadas para comércio em 2002 e avanço das construções sobre calçamento em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

À direita da fotografia de 2002, encontra-se a Associação, sendo notável a lixeira presa ao poste. Esta área central da favela abriga uma variedade de estabelecimentos, como mercados, bares, açougues, barbearias, padarias e outros. A distância entre as fachadas dos lotes varia entre 10,00 e 11,00 metros, enquanto as calçadas possuem uma largura de 2,00 metros. Nessa região, as calçadas são ocupadas pelos comerciantes, assim como por mesas e

cadeiras de bares, refletindo a dinâmica comunitária do local. Há a irregularidade da construção sobre a marquise, onde o segundo pavimento se estende sobre o passeio. É perceptível a presença de muitas garagens ao longo das vias principais. Apesar do limite de altura para edificações ser de dois pavimentos, é comum encontrar residências com três ou até mesmo quatro pavimentos, no final da Rua 51. Esses aspectos evidenciam a complexidade e a adaptação constante do ambiente urbano às necessidades e realidades locais.

Figura 7 – Rua Ourique em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

No cenário urbano delineado na Rua Ourique, situa-se os limites da favela. As residências à esquerda não estão inseridas na favela, indicando uma transição tanto espacial quanto socioeconômica. Os contrastes notáveis na infraestrutura e na arquitetura: o asfalto está mais bem preservado, as calçadas são mais amplas, os cabos elétricos estão mais organizados e os lotes têm testadas maiores em comparação com os da favela. Chama a atenção uma edificação de um pavimento com traços estilísticos remetentes ao neocolonial, possivelmente construída entre as décadas de 1930 e 1940. Originalmente concebida com uma fachada característica, posteriormente foi adaptada para comportar dois portões de garagem. Esse estilo arquitetônico é frequente nos subúrbios, sugerindo pertencer a descendentes de portugueses ou espanhóis. Muitas dessas residências foram projetadas com a intenção de serem alugadas, refletindo uma prática comum na época, especialmente nos subúrbios, sendo denominadas como "casas para renda" ou "casas para ganho". A condição atual do local revela poucas alterações urbanas neste ponto. No entanto, é evidente o abandono de alguns imóveis. De maneira geral, essa região, por representar a divisão entre a área formal e informal da cidade, demonstra um certo grau de organização urbana.

Figura 8 – Rua Iguaperiba em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

A Rua Iguaperiba retrata um dos limites da Favela Brás de Pina. Todos os sobrados e prédios de três pavimentos pertencem à comunidade. A linguagem arquitetônica é característica não apenas de Brás de Pina, mas de diversos subúrbios e favelas do Rio de Janeiro: casas e pequenos apartamentos que foram construídos progressivamente, conforme a necessidade surgia, com aberturas de diferentes tamanhos e estilos de esquadrias que refletem o que o mercado ofereceu nas últimas três décadas para atender às classes menos privilegiadas. A maioria das construções é encostada nas divisas laterais e, frequentemente, nas testadas dos lotes.

Ao se aproximar da Rua 7, é perceptível que as ruas internas, muitas vezes, são estreitas, e sua configuração é moldada pela disposição das residências. Isso fica evidente quando se observa que algumas dessas vias são sem saída. Um aspecto negativo dessa disposição viária é a sensação de confinamento nas ruas, mesmo quando os edifícios não ultrapassam três pavimentos. Prevalece assim, uma desproporção da rua em relação com a altura das construções, o que contribui para essa percepção de enclausuramento. A moradora presente na foto (figura 8), à esquerda, compartilhou que tem conhecimento de que o lote onde sua casa está construída é regularizado. No entanto, a família optou por não buscar o título de posse e legalizar a propriedade para evitar o ônus dos impostos.

De fato, é nessa área que o Governo do Estado concedeu os títulos de posse aos moradores no âmbito do Programa "Cada Família, Um Lote", em 1985. Cabe agora ressaltar que desde a entrada da família no lote, a CODESCO procurou fornecer uma promessa de venda daquele lote, que quando da compra do mesmo passaria de promessa à escritura definitiva. Esta mesma região é referida por Blank como a "área vazia", que surgiu com a remoção parcial da favela em 1964/65 e foi incorporada em 1969 ao processo de urbanização. Blank reproduziu o relato da moradora que destacou as ruas como sendo muito estreitas, em contraste com o restante da cidade. De fato, a largura dessas vias levou a CODESCO a determinar que as garagens só pudessem ser construídas nas ruas principais.

Figura 9 – Rua 7 em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

A vista capturada da Rua 48 (figura 9), olhando em direção à Rua 26 (a via estreita), possui divergência entre o verificado no local com o indicado na planta cadastral. Onde consta na planta cadastral a indicação de uma creche, encontramos a Ermida da Ex-favela, sugerindo que os residentes consideram essa área como um bairro. A laje sobre a rua, proporcionando um efeito de envolvimento, pertence ao edifício do lado direito, também é perceptível que a

estrutura está em estado precário de conservação. Informações levantadas na associação local, soube-se que o prédio abrigava uma creche, que foi ampliada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), mas cessou o fornecimento de alimentos, levando a Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina a fechar a creche.

Figura 10 – Ermida da Ex-favela em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

Poucas informações foram obtidas na Associação, uma delas é que os moradores recusaram aderir ao Programa Favela Bairro da Prefeitura Municipal, alegando a não necessidade e a outra é que o local é frequentemente confundido com o Bairro da Penha Circular. Possivelmente, o que está implícito nas declarações do presidente da associação é que os moradores não reconhecem essa região de Brás de Pina como uma favela. No entanto, a Prefeitura a classifica como tal, como indicado na base de dados do Rio de Janeiro (2023). Através do cadastro do IplanRio (1993), verificou-se que o nome da associação é Associação dos Moradores da Vila de Santa Edwiges e que a favela possui atualmente infraestrutura oficial completa de água, esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais. Entretanto, a limpeza pública pela Comlurb é parcial e a coleta de lixo domiciliar, também realizada pelo mesmo órgão, é ineficaz. A energia elétrica é fornecida pela Light para todo o assentamento.

A problemática do acúmulo de resíduos é uma ocorrência comum ao longo das vias, onde grandes volumes são despejados a céu aberto, sem qualquer forma de contenção ou proteção, permanente ou até a coleta ser realizada pela operadora de lixo. Embora uma área de recreação tenha sido delimitada na área central da favela, a região encontra-se abandonada e desprovida de planejamento para atividades de lazer (TAVARES, 2021).

De topografia plana e morfologia irregular, a favela era considerada insalubre pelo IplanRio (1993), por estarem zerados, na ocasião, os itens de nº 61 a 100 do cadastro. No entanto, observa-se que a favela não foi objeto de pesquisa de campo, sendo as informações obtidas em fontes secundárias, como o levantamento aerofotogramétrico, um levantamento das favelas do município feito pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em 1979, uma listagem da Fundação Leão XIII do mesmo ano e o livro "Habitação em Questão" de Lícia do Prado Valladares, publicado pela Zahar Editores em 1980.

Além disso, foi encontrado no Iplan o cadastro de favelas por atuação governamental, continha apenas duas informações: a primeira referente à pavimentação de 3.200 metros de vias e a segunda à entrega de 316 títulos de propriedade da terra pela 85 - GETH da Companhia

Estadual de Habitação e Obras (CEHAB). Entretanto, na planta atualizada da Prefeitura, constam apenas 275 lotes regularizados (figura 3).

O Cadastro das Favelas do Município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2023), atribui à ficha cadastral de Brás de Pina o número 114, informa o perímetro 1.935,398 metros e o fato da favela ser isolada, ou seja, não pertence a nenhum complexo de favelas.

A situação dos registros coletivos se agrava pela constatação, durante a visita ao local, que “não há mais memória coletiva em Brás de Pina” (SANTOS, 1981, p. 84). A associação não possui registros, sequer iconográficos, do que ocorreu. A CEHAB, responsável por arquivar o acervo da CODESCO por algum tempo, descartou toda a documentação. De acordo com Santos (1981), com exceção dos saudosistas, não se fala mais em luta, padre, CODESCO, etc. As pessoas que vieram de fora pensam que moram num lugar engraçado, estranho, mas não sabem dizer o porquê e não estão informadas sobre o que aconteceu há dez anos. As crianças pequenas não conhecem a história do local onde moram, pois, os pais não se dão ao trabalho de dizer o que se passou lá. Enquanto isso, ironicamente, nos meios profissionais e acadêmicos, a história que os habitantes não conhecem corre mundo, sendo citada e discutida em discursos escritos e falados (SANTOS, 1981).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória da Favela Brás de Pina, desde sua ocupação inicial em um terreno de mangue até sua urbanização e transformação, reflete os desafios e as complexidades enfrentadas pelas comunidades informais em contextos urbanos. Ao longo das décadas, os moradores demonstraram resiliência e determinação na busca por condições de vida dignas. O processo de urbanização de Brás de Pina foi marcado por uma participação comunitária ativa, com a colaboração entre lideranças locais e grupos de arquitetos, enfrentando o Estado, no período ditatorial brasileiro, na busca de integrar a comunidade ao tecido urbano formal.

Os desafios relacionados ao desenho urbano na Favela Brás de Pina, que foi escolhido, solicitado e aprovado pelos moradores em 1964, permanecem atuais e observa-se que o desenho urbano original persiste em grande parte da favela. Embora as ruas tenham se tornado estreitas como resultado desse desenho, essa característica pode ser percebida como proporcionando uma sensação de acolhimento, tornando-a uma continuação do bairro de Brás de Pina, embora com um traçado muito diferenciado da área formal adjacente.

Em relação à gentrificação, embora tenha ocorrido inicialmente, constatou-se durante visitas recentes e avaliações atuais que não houve modificações substanciais nesse sentido. Houve, de fato, uma gentrificação inicial, mas uma estabilização posterior ao longo do tempo.

A ausência de memória coletiva e de registros históricos na região aponta para um fenômeno preocupante de desenraizamento cultural e perda de identidade comunitária. O descarte da documentação pela CEHAB representa uma lacuna na preservação da história local, privando as gerações futuras do conhecimento sobre suas origens e lutas passadas.

Apesar dos esforços de urbanização, a Favela Brás de Pina ainda enfrenta desafios significativos, permeando a exclusão social e falta de acesso a serviços básicos. As perspectivas para o futuro dependem de políticas públicas mais eficazes e de um compromisso contínuo com o desenvolvimento e a inclusão social. O processo de urbanização da Favela Brás de Pina nos anos 60 foi um marco, sendo o primeiro desse tipo no Rio de Janeiro. Contrariando a política local da época, esse processo recebeu destaque na mídia e na academia. Mesmo após 40 anos,

continuam a existir estudos relevantes nos programas de graduação e pós-graduação nacionais sobre a área na atualidade, destacando sua importância e complexidade como um caso pioneiro de urbanização de favelas.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) por meio da Bolsa de Doutorado de Felipe Gustavo Silva.

## REFERÊNCIAS

BLANK, Gilda. Brás de Pina - Experiência em Urbanização de Favela. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.), **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 93 - 124.

BLANK, Gilda. **Experiência em Urbanização de Favela Carioca – Brás de Pina**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Local) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

RIO DE JANEIRO. **DATA.RIO**. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2023.

IPLAN-RIO. ACOABR – **Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda no Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1993.

SANTOS, Andreia Nogueira dos. **Gentrificação de favela: discurso ou ameaça no Morro do Vidigal?**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TAVARES, Daniel Gonçalves. **Laboratório da paisagem: uma intervenção em Brás de Pina**. TCC (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.



2º Simpósio Brasileiro

## Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo

**UNIVAG**  
Centro Universitário

Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

### **Utilização da Metodologia BIM em Reformas Residenciais com Aplicação da NBR 9050: uma Revisão Bibliográfica**

*Use of BIM Methodology in Residential Renovations with Application of NBR 9050: a Bibliographic Review*

**Angelo Palmisano**

Doutor, UNIVAG, Brasil  
angelo.palmisano@univag.edu.br

**Hortência Santos Teixeira Bonfante**

Mestra, UNIVAG, Brasil  
enghortenciateixeira@gmail.com

**Marilene Oliveira Santos**

Mestra, UNIVAG, Brasil  
marilene.vic@hotmail.com

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar uma revisão literária sobre os estudos levantados que aborda o potencial da metodologia BIM (*Building Information Modeling*) na otimização de processos projetuais, fazendo um paralelo entre os benefícios e malefícios da ferramenta, principalmente entre os autônomos e microempreendedores iniciantes que optaram por utilizarem esse sistema. A metodologia desta pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, utilizando procedimentos técnicos de investigação em bibliografias de estudos acadêmicos e relatórios técnicos sobre a aplicação do BIM em reformas, com ênfase à adesão da NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos nas reformas de pequeno porte. objetivando contribuir no estudo sobre a aplicação do BIM em reformas residenciais no contexto brasileiro, destacando sua relevância para a modernização do setor da construção civil e aplicação das diretrizes de acessibilidade no ambiente construído. Resultando na constatação de que, o BIM auxilia na reforma de diversas maneiras, principalmente com a redução de custos, aumento da qualidade, aprimoramento na comunicação, agilidade no processo e a criação de ambientes mais seguros e acessíveis. Este conceito visa melhorar a qualidade de vida dos moradores, lhe proporcionando autonomia nos afazeres do cotidiano dentro de sua residência, enquanto coincidentemente possibilita reformas mais eficientes, seguras e acessíveis, além da redução do impacto ambiental e financeiro nas reformas proporcionado pela otimização dos projetos.

**PALAVRAS-CHAVE:** BIM; Acessibilidade; Reformas Residenciais.

## ABSTRACT

*This research aims to present a literature review on the studies raised that addresses the potential of BIM (Building Information Modeling) methodology in the optimization of design processes, making a parallel between the benefits and harms of the tool, especially among the self-employed and beginning microentrepreneurs who chose to use this system. The methodology of this research is applied, with a qualitative approach, using technical research procedures in bibliographies of academic studies and technical reports on the application of BIM in reforms, with emphasis on adherence to NBR 9050: Accessibility to buildings, furniture, spaces and urban equipment in small renovations. study on the application of BIM in residential reforms in the Brazilian context, highlighting its relevance for the modernization of the construction sector and application of accessibility guidelines in the built environment. Resulting in the realization that BIM assists in the reform in various ways, especially with reducing costs, increasing quality, improving communication, agility in the process and creating safer and more accessible environments. This concept aims to improve the quality of life of residents, providing autonomy in the daily tasks within their residence, while coincidentally enables more efficient, safe and accessible reforms, and financial impact in the reforms provided by the optimization of projects.*

**KEY WORDS:** BIM; Accessibility; Residential Renovations.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) descrita na NBR 16280 (2015), entende-se como reforma da edificação as alterações nas condições existente de um espaço, visando a recuperação, melhoria e ou ampliação de suas condições habitáveis, alterando ou não a função desse espaço.

Em uma reforma residencial, a acessibilidade torna-se um conceito complexo, diferente dos edifícios públicos que necessitam de uma acessibilidade universal que possa atender o máximo de pessoas possíveis, as habitações residenciais almejam uma acessibilidade direcionada a uma necessidade mais específica do cliente, tendo em mente que para ser acessível não basta atender a norma, é necessário que atenda as particularidades atuais e futuras da família sem desconsiderar a recepção de terceiros, para que esses possam viver com independência e autonomia, diminuindo os obstáculos e dificuldades no dia a dia.

Atualmente é possível observar uma crescente preocupação pela necessidade de garantir a resiliência de um espaço, reforçadas pelas diretrizes da Norma Brasileira 9050, que estipula a acessibilidade como uma condição que permita a qualquer pessoa, com ou sem deficiência, a utilizar de forma independente e segura, todos os espaços e serviços domésticos (NBR 9050, 2015).

Neste contexto, a metodologia BIM surge como uma ferramenta para promover a acessibilidade nas reformas, por meio da criação de um modelo digital da edificação que permita a visualização e simulação do projeto antes de sua execução, facilitando a identificação de possíveis problemas de acessibilidade e a implementação de soluções adequadas. Esse processo coloca em evidência o potencial da metodologia BIM, pela sua praticidade em produzir padronização de mobiliários e esquadrias acessíveis disponíveis no mercado, garantindo a otimização do tempo dos cálculos e dimensionamento espacial, reduzindo custos de reforma física e projetual, aumentando a qualidade dos resultados e corroborando para disseminação da aplicação do conceito *design* universal entre os projetistas, de maneira gradativa e com eficácia, abrindo caminho para a construção de um futuro habitacional mais inclusivo e sustentável.

A partir de uma revisão bibliográfica abrangente de estudos acadêmicos e relatórios técnicos sobre a aplicação do BIM em reformas, com ênfase na NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, este estudo visa, portanto, contribuir para a difusão do conhecimento sobre o uso do BIM em reformas residenciais no Brasil, incentivando sua adoção por profissionais e empresas do setor. Acredita-se que o BIM tem o potencial de transformar o mercado de reformas, tornando-o mais eficiente, inclusivo e sustentável.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1- Objetivo Geral

O objetivo geral deste artigo é realizar uma revisão bibliográfica nacional sobre a aplicação do BIM em reformas residenciais, com foco em estudos acadêmicos e relatórios técnicos publicados, que evidenciem o potencial da metodologia BIM, com ênfase na aplicação da NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

## 2.2- Objetivo Específico

- Realizar uma revisão bibliográfica nacional da aplicação do BIM em reformas residenciais;
- Identificar os principais benefícios do BIM para reformas residenciais: em termos de otimização de processos, redução de custos, aumento da qualidade e promoção da acessibilidade;
- Analisar a viabilidade da aplicação do BIM em reformas residenciais no contexto brasileiro: considerando as características, desafios e as oportunidades existentes no mercado brasileiro;
- Disseminar o conhecimento sobre o BIM e seus benefícios para reformas residenciais por meio da publicação desse artigo e posteriores apresentações sobre o tema.

## 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza básica, cujos objetivos se apresentam de forma exploratória, por meio de uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem quantitativa, abrangendo diversos tipos de materiais, como: estudos acadêmicos, artigos científicos, relatórios técnicos e outras fontes relevantes sobre a aplicação da NBR 9050/15.

Na pesquisa foram utilizados dados de produções científicas, com enfoque nos estudos de casos realizados no Brasil, baseada em artigos publicados nos periódicos, anais e bibliotecas digitais de Teses e Dissertações da CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD - IBICT).

As bases de dados escolhidas estão entre as mais comumente usadas pelos pesquisadores brasileiros, de forma aberta. Com intuito de construir uma base de pesquisa sólida, investigando quais os artigos de pesquisas sobre a influência do BIM nas Reformas Residenciais Acessíveis, do qual permite que o pesquisador obtenha uma breve avaliação sobre o tema abordado, possibilitando organizar sua fundamentação teórica e avaliar sua relevância perante a comunidade científica, e de que maneira vem sendo abordada ao longo do tempo, quais os caminhos necessários para contribuir com novas informações ou discutir informações já levantadas.

Foi determinado um conjunto de palavras-chaves que resume os assuntos de maiores destaques e previamente analisado, referente a linha de pesquisa, e posteriormente foram usadas em cada uma das plataformas, passando por uma análise dos resultados para selecionar os materiais que estivessem alinhados com tema e linha de pesquisa.

## 4 REVISÃO LITERÁRIA

De acordo com Martins e Rodrigo Júnior (2019, p.1) a tecnologia *Building Information Modeling* (Modelagem da Informação da Construção), foi desenvolvida pelo arquiteto Jerry Laisern da Universidade de Princeton (EUA), especialista em Tecnologia da Informação (TI), consistindo em uma metodologia criada para gerenciamento de projetos de forma digital, que

puddesse controlar os dados durante todo o ciclo de vida da construção, permitindo assim ao projetista identificar riscos de uma obra ainda na etapa de projeto, melhorando a qualidade do *layout*, estabelecendo os melhores lugares para instalação de itens de segurança e fluxos de passagem, tudo isso a um custo menor quando comparado ao custo de modificações necessárias pós-obra.

Desenvolvida no final da década de 1980, surgindo a partir de uma necessidade de produzir modelos de diferentes tipos de projetos que interagissem entre si, para que todos os profissionais conseguissem trabalhar simultaneamente, permitindo que quando um projeto fosse modificado, todos os demais recebessem essa informação (MARTINS E RODRIGO JÚNIOR, 2019), sendo adotado em larga escala por volta de 2003.

Em 2019, o Governo Federal Brasileiro passa a investir na utilização do BIM, decretando também a Lei de nº 9.983, que instituiu a estratégia nacional de disseminação do BIM, tendo por objetivo fomentar condições para o aumento de sua utilização em território nacional (BRASIL, 2019). No ano seguinte, em 2020, foi publicado o Decreto no 10.306 (BRASIL, 2020), que determina a utilização do BIM na aplicação direta ou indireta de obras e serviços de engenharia que forem realizados por órgãos e entidades da administração pública federal. Essa legislação possibilitou um avanço na implantação da metodologia BIM, principalmente pelo incentivo adotado por fornecedores, que passaram a disponibilizar famílias<sup>1</sup> dos seus produtos comercializados.

Segundo Soemardi e Erwim (2017), uma das vantagens de maior impacto do BIM é poder verificar as condições físicas do local que estão ausentes em projetos realizados em 2D, permitindo maior qualidade e precisão, possibilitando maior embasamento para tomada de decisões. Os autores Martins e Rodrigo Júnior (2019), corrobora com esse pensamento, afirmando que “o setor da construção civil busca por otimização em seus processos, aumentando sua qualidade e diminuindo seus desperdícios, favorecendo assim o surgimento de novas tecnologias como o BIM, que realiza o projeto das edificações de forma tridimensional e integrando todas as etapas de modelamento e as equipes envolvidas” (Martins e Rodrigo Júnior, 2019, p. 1).

Essa ideia norteou a plataforma, que vem sofrendo atualizações constantes ao longo do tempo, a fim de continuar melhorando o compartilhamento de informações. Os autores Martins e Rodrigo Júnior (2019), também afirma que, dentre as vantagens da plataforma BIM, pode-se destacar o englobamento de todo ciclo de vida da edificação, desde os estudos e análises de viabilidade do empreendimento até o a demolição do edifício. Permitindo também a simulação de uma visão tridimensional da edificação pronta, viabilizando o quantitativo automatizado, bem como a construção virtual do projeto, que proporciona resultados mais confiáveis, precisos e eficientes, diminuindo o tempo e o custo da execução.

Durante a reforma de uma residência unifamiliar de pequeno porte, é possível aproveitar ao máximo os benefícios do BIM, principalmente na utilização de mobiliários populares, que em sua maioria estão disponibilizados gratuitamente em sites de comerciantes de varejo, proporcionando mais realismo na proposta e na utilização das medidas reais de produtos disponíveis no mercado. Essa abordagem fomentou um novo campo de mercado de mobiliário e esquadrias, que disponibiliza famílias de seus produtos disponíveis, aumentando a

---

<sup>1</sup>FAMILIA: Contém as informações gráficas, as vistas de plantas, de elevação, de corte e 3D usadas em um elemento. Quando você coloca um modelo de família em um projeto, a família é exibida em todas as vistas do modelo (exemplos: mobiliário, esquadrias, materiais...).

procura do produto, pois a utilização das famílias disponível gratuitamente não facilita apenas o serviço do projetista, mas estimula a procura do item visualizado no projeto.

Entretanto, existem barreiras que dificultam a utilização do BIM, tais como investimentos elevados na implementação de equipamentos adequados para execução dos programas e aplicativos BIM, assim como a escassez de profissionais capacitados na área. Pois, um dos principais desafios enfrentados pelos projetistas que utilizam a plataforma está na especialização da ferramenta, implicando no conhecimento fundamental “da modelagem da informação, parametrização e sua aplicação nos diversos softwares de arquitetura, engenharia, gestão de projetos, orçamento, planejamento e demais disciplinas ligadas a construção” (Grangeiro e Fontenelle, 2019, p. 1), levando os profissionais a pensar com cautela sobre sua aplicação, para que seja adequadamente utilizada.

A técnica possui um investimento alto (considerando custos com *software* e *hardware*) e necessita de profissionais capacitados e bem treinados para a sua implantação, uma vez que é necessário um conhecimento técnico para explorar todas as funcionalidades desta tecnologia (Martins e Rodrigo Júnior, 2019, p. 1).

Segundo Martins e Rodrigo Júnior (2019), também pode-se destacar entre as desvantagens da Plataforma BIM, a dificuldade na aquisição do *software*, que possui preços pouco acessíveis aos profissionais que estão iniciando no mercado, assim como a necessidade de computadores potentes, com muita memória, somados ao baixo número de profissionais habilitados para a elaboração de projetos tridimensionais. Essa desvantagem se agrava ainda mais quando se refere aos microempreendedores iniciantes.

Há abundância de programas de incentivo à adoção de inovações, cujos programas promovem financiamento de parte do investimento financeiro e econômico, direcionamento de profissionais especializados na adoção de inovação. Entretanto, devido ao enquadramento do CNAE dos escritórios não ser industrial ou a impossibilidade de abertura de CNPJ como microempreendedor individual, essa categoria de empresas fica “invisível” para receber esses incentivos (Vendimiati, 2021, p.96).

De acordo com Vendimiati (2021), antes da implantação da Plataforma BIM, é necessário analisar as condições internas e externas da organização, para que as empresas não arisquem seus limitados recursos de forma equivocada.

## 5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica e seleção de estudos relevantes sobre a aplicação do BIM em reformas residenciais e adaptação de acessibilidade foi realizada nas bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da do Periódico da CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD - IBICT), utilizando as palavras-chave “BIM”, “*Building Information Modelling*”, “*Building Information Modeling*”, “BIM Reforma”, “Reformas Residenciais”, “Acessibilidade em Reforma Residencial”, “Reforma Acessibilidade BIM”, “Habitação Acessível” e “NBR 9050”, que segundo a análise, foram os assuntos mais abordados na coleta dos dados, sendo a pesquisa desenvolvida no mês de abril de 2024.

Iniciando a pesquisa pelo Periódico da CAPES, por meio das palavras-chaves e filtros de limitação temporal para analisar os últimos 6 anos (2019 a 2024) de publicações nacionais como indicados no Quadro 1.

QUADRO 1: Resultado da Pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES

Periódicos da CAPES				
PALAVRA- CHAVE	FILTRO	NUMEROS DE MATERIAIS	MATERIAIS RELEVANTES A PESQUISA	DESCRIÇÃO
BIM	2019-2024/ português	129	2	Artigos gerados aborda principalmente a implantação do BIM nos diferentes ramos do mercado de trabalho da área civil.
Building Information Modelling	2019-2024/ português	49	0	Os artigos gerados estão em inglês, os artigos em português são os mesmos da chave BIM.
Building Information Modeling	2019-2024/ português	83	1	Artigos gerados aborda principalmente a implantação do BIM nos diferentes ramos do mercado de trabalho da área civil.
BIM Reforma	2019-2024/ português	2	0	trata de artigos voltados a tecnologia BIM em estudos universitários
Reforma Residencial	2019-2024/ português	14	0	A maior parte dos artigos gerados aborda os Serviço Residencial Terapêutico (SRT) compõe a estratégia de desinstitucionalização na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
Reforma Residencial BIM	2019-2024/ português	0	-	-
Reforma Acessibilidade BIM	2019-2024/ português	0	-	-
Acessibilidade BIM	2019-2024/ português	1	0	-
Acessibilidade em Reforma Residencial	2019-2024/ português	0	-	-
Habitação Acessível	2019-2024/ português	12	0	Artigos gerados nessa chave estão voltados a políticas públicas de habitações sociais.
NBR 9050	2019-2024/ português	6	0	Artigos gerados aborda principalmente estudos de acessibilidade de espaços voltados a crianças deficientes em ambientes escolar e hospitalar

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

No periódico da CAPES houve uma quantidade de 296 artigos encontrados por meio da utilização das palavras chaves selecionadas. contudo apenas os 3 artigos citados no quadro 2 foram relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

QUADRO 2: Artigos que se destacaram na pesquisa realizada no Periódico da CAPES

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE DO ARTIGO	ANO PUBLICAÇÃO	AUTOR (ES)	DESCRIÇÃO
Building Information Modeling (BIM) para gestão da segurança do trabalho em obras de habitações populares	Segurança do trabalho; BIM; Modelagem.	2022	Renato de Melo Seixas; Luiz Mauricio Furtado Maués; Carolina Caldas Neves Rosa; Fabriccio de Almeida Oliveira.	Apresentação dos resultados confrontados de uma obra real, com o objetivo de avaliar a incompatibilidades com o que se é exigido pela NR, utilizando os softwares Revit, MS Project e Naviswork.
Análise da Comparativa da Utilização da Tecnologia BIM em Projeto de Residências Unifamiliares	Modelamento BIM; Projeto Tridimensional; Planejamento Residencial.	2019	Daniel de Andrade Martins; Adauri Silveira Rodrigues Júnior.	O presente estudo buscou realizar uma análise comparativa entre as ferramentas da tecnologia BIM com o software Revit® e das ferramentas convencionais em projeto de prédios unifamiliares, tais como software AutoCAD por meio das plantas bidimensionais.
Os benefícios e diferenciais da tecnologia BIM na construção civil	Processos Construtivos, BIM, Sustentabilidade	2023	Gustavo Macedo Miranda; Danielle Meireles De Oliveira; Marys Lene Braga Almeida; Maria Carmen Couto Ribeiro; Sidnea Eliane Campos Ribeiro; Luiz Antônio Melgaço Nunes Branco	Os benefícios e diferenciais da tecnologia BIM com relação às ferramentas convencionais 2D por meio da modelagem de um empreendimento de pequeno porte

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Após analisar os resultados obtidos no Periódico Capes, o mesmo método foi replicado na base de dados Scielo, utilizando as mesmas palavras-chaves, Filtro temporal e restrição de idioma (português), com intuito de realizar um comparativo entre as bases de dados e aumentar o referencial teórico encontrado sobre o tema, resultando no quantitativo apresentado no Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3: Resultado da Pesquisa no SciELO

Scientific Electronic Library Online (SciELO)				
PALAVRA- CHAVE	FILTRO	NUMEROS DE MATERIAIS	MATERIAIS RELEVANTES A PESQUISA	DESCRIÇÃO
BIM	2019-2024/ BRASIL	23	1	Artigos gerados aborda principalmente a implantação do BIM nos diferentes ramos do mercado de trabalho da área civil.
Building Information Modelling	2019-2024/ BRASIL	2	0	-
Building Information Modeling	2019-2024/ BRASIL	18	0	-
BIM Reforma	2019-2024/ BRASIL	0	-	-
Reforma Residencial	2019-2024/ BRASIL	6	0	A maior parte dos artigos gerados aborda os Serviço Residencial Terapêutico (SRT) compõe a estratégia de desinstitucionalização na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
Reforma Residencial BIM	2019-2024/ BRASIL	0	-	-
Reforma Acessibilidade BIM	2019-2024/ BRASIL	0	-	-
Acessibilidade BIM	2019-2024/ BRASIL	1	0	-
Acessibilidade em Reforma Residencial	2019-2024/ BRASIL	0	-	-
Habitação Acessível	2019-2024/ BRASIL	0	-	-
NBR 9050	2019-2024/ BRASIL	0	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Na base de dados Scielo houve uma quantidade inferior de artigos encontrados em comparação a CAPES, totalizando de 50 artigos encontrados por meio da utilização das palavras chaves selecionadas. contudo apenas 1 artigos foi considerado relevante para o desenvolvimento desta pesquisa, ainda que o mesmo artigo já houvesse sido anteriormente encontrado na plataforma CAPES (Quadro 4).

QUADRO 4: Artigos que se destacaram na pesquisa realizada na SciELO

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE DO ARTIGO	ANO PUBLICAÇÃO	AUTOR (ES)	DESCRIÇÃO
Análise da Comparativa da Utilização da Tecnologia BIM em Projeto de Residências Unifamiliares	Modelamento BIM; Projeto Tridimensional; Planejamento Residencial.	2019	Daniel de Andrade Martins; Adauri Silveira Rodrigues Júnior.	O presente estudo buscou realizar uma análise comparativa entre as ferramentas da tecnologia BIM com o software Revit® e das ferramentas convencionais em projeto de prédios unifamiliares, tais como software AutoCAD® por meio das plantas bidimensionais.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Posteriormente replicamos o mesmo método na Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD - IBICT), onde foram levantados o total de 332 pesquisas encontrados por meio da utilização das palavras chaves selecionadas. contudo apenas 4 estudos foram considerados relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa (Quadro 5).

Quadro 5: Resultado da Pesquisa BDTD - IBICT

Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD - IBICT)				
PALAVRA- CHAVE	FILTRO	NUMEROS DE MATERIAIS	MATERIAIS RELEVANTES A PESQUISA	DESCRIÇÃO
BIM	2019-2024/ português	228	3	Tese e dissertações que estudam a eficácia do BIM na construção civil da área de Habitação
Building Information Modelling	2019-2024/ português	36	1	O objetivo principal deste trabalho é identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) para implantação de BIM por organizações públicas.
Building Information Modeling	2019-2024/ português	208	0	-
BIM Reforma	2019-2024/ português	13	0	-
Reforma Residencial	2019-2024/ português	16	0	Voltado a política públicas ou recursos sustentáveis de reaproveitamento de recursos naturais
Reforma Residencial BIM	2019-2024/ português	0	-	-
Reforma Acessibilidade BIM	2019-2024/ português	0	-	-
Acessibilidade BIM	2019-2024/ português	0	-	-
Acessibilidade em Reforma Residencial	2019-2024/ português	0	-	-
Habitação Acessível	2019-2024/ português	8	0	Voltado a política públicas ou recursos sustentáveis de reaproveitamento de recursos naturais
NBR 9050	2019-2024/ português	31	0	Artigos gerados aborda principalmente estudos de acessibilidade de espaços voltados a crianças deficientes em ambientes públicos

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Na base de dados da BDTD - IBICT houve uma quantidade superior de estudos encontrados em comparação a CAPES e SciELO, totalizando de 540 estudos encontrados por meio da utilização das palavras chaves selecionadas, destacando-se também por ser a base de dados que ofereceu maior número de teses e dissertações sobre o assunto. sendo destacados apenas 4 para o desenvolvimento desta pesquisa (Quadro 6).

QUADRO 6: Estudos que se destacaram na pesquisa realizada na BDTD - IBICT

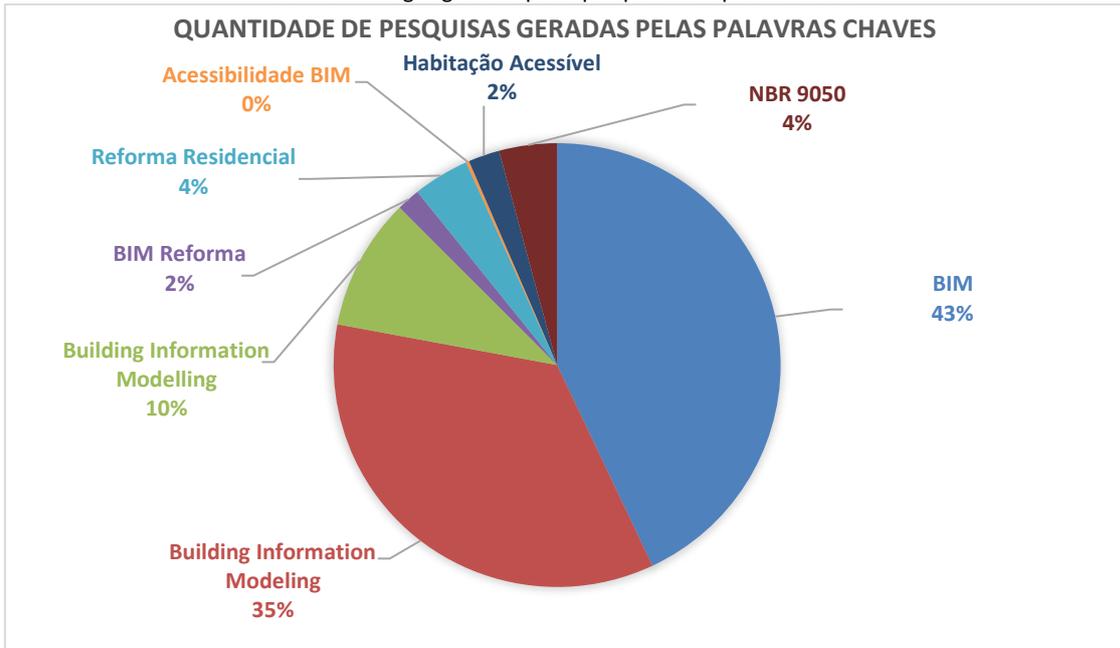
TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE DO ARTIGO	ANO PUBLICAÇÃO	AUTOR (ES)	DESCRIÇÃO
Proposta de diretrizes para a gestão de requisitos da norma ABNT NBR 15.575:2013 – Edificações Habitacionais – Desempenho com o uso de BIM	Gerenciamento da construção; Modelagem; Norma de Desempenho; Normas Técnicas; BIM.	2023	Paola Oliveira De Nicolai	O objetivo deste trabalho é propor aos coordenadores de projetos um processo baseado nas tecnologias BIM para o gerenciamento dos requisitos de desempenho.
Modelo conceitual que integra BIM nas fases iniciais do projeto arquitetônico	BIM; Processo de Ensino e Aprendizagem Criatividade	2019	Vivian Delatorre	O objetivo geral consiste em propor um modelo conceitual que integre BIM nas fases iniciais do projeto arquitetônico para apoiar o processo criativo e de ensino-aprendizagem.
Diagnostico pré-adoção BIM em pequenos escritórios	BIM; Building Information Modeling; Implementação BIM; pequenos Escritórios; Micro e pequenas empresas.	2021	Carolina Martinez Vendimiati	Conduzida pelo método de pesquisa Design Science Research, esta pesquisa se propôs a compreender as diferenças e similaridades dos pequenos escritórios que adotaram ou não o BIM, com o objetivo de propor um Instrumento de diagnóstico pré-implantação BIM.
Fatores críticos de sucesso para implantação de Building Information Modelling (BIM) por organizações Públicas	Modelagem da Informação da Construção; Implantação de BIM; Setor Público; Fatores Críticos de Sucesso; Setor de Arquitetura; Engenharia; Construção e Operação.	2019	Douglas Malheiro De Brito	O objetivo principal deste trabalho é identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) para implantação de BIM por organizações públicas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A maior parte da pesquisa abordou estudos de casos e aplicações realizadas nas instituições de estudo. Ao analisar todo material levantado dos 3 periódicos, foram obtidos o total de 7 estudos relevantes para base da pesquisa, onde podemos constatar os anos em que as pesquisas tiveram maior destaque nas publicações, as palavras-chaves mais adequadas e regiões que mais abordam o assunto.

A respeito das palavras-chaves, quando pesquisadas nos periódicos, obtivemos um quadro geral de sua introdução na área da pesquisa, sendo a palavra-chave “BIM” com maior número de artigos relacionados, seguido da palavra-chave “Building Information Modeling” como mostrado no gráfico 1.

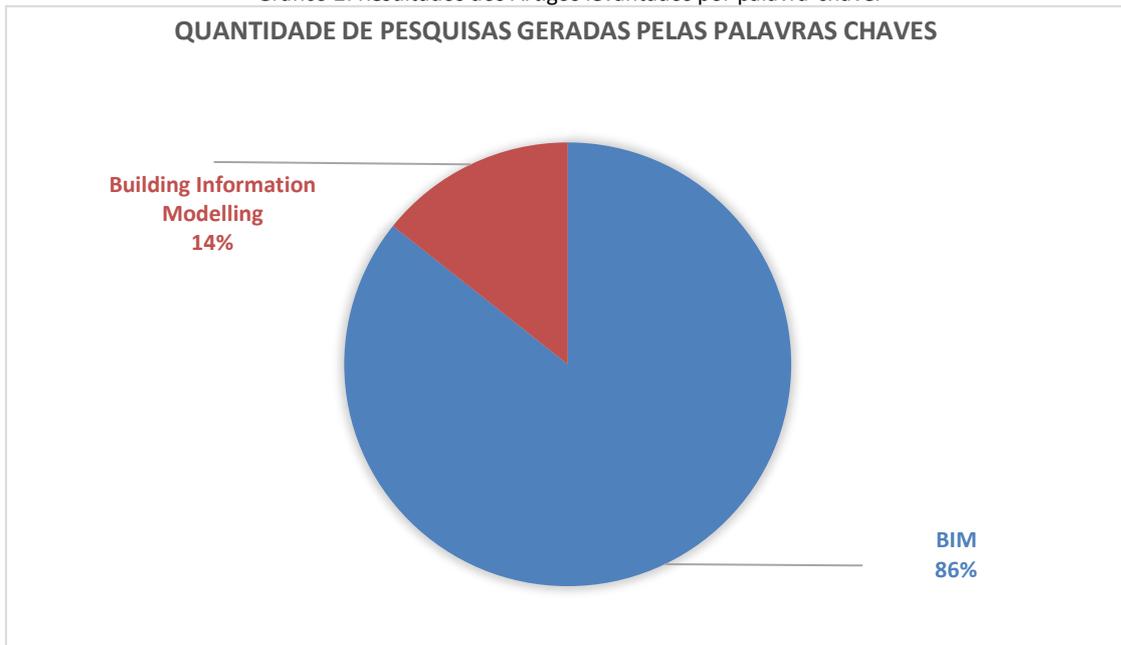
Gráfico 1: Artigos gerados pelas pesquisas das palavras-chaves.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

As palavra-chave “BIM” e “Building Information Modelling” foram as palavras vinculadas aos artigos de maior abrangência da pesquisa, uma vez que ela filtra diretamente o assunto abordado como mostrado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Resultados dos Artigos levantados por palavra-chave.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O levantamento bibliográfico permitiu observar escassez de estudos realizado no Brasil sobre a eficácia da plataforma BIM na aplicação da NBR 9050 nas reformas e construções residenciais. Contudo, também é possível verificar um crescente estudo da temática nos últimos 6 anos, nos quais foram encontrados diversos estudos de casos sobre sua aplicação na construção civil.

## 6 CONCLUSÃO

O presente estudo demonstra o potencial da metodologia BIM para otimizar processos, reduzir custos, aumentar a qualidade e promover a acessibilidade em reformas residenciais no contexto brasileiro, com ênfase na aplicação da NBR 9050: Acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

A partir da revisão bibliográfica e da análise dos resultados obtidos, pode-se afirmar que o BIM oferece diversos benefícios para reformas residenciais, como a redução de custos por meio da otimização de materiais, mão de obra e tempo de execução, reduzindo significativamente os custos com reformas residenciais. Contribui para aumentar a qualidade nos serviços, pois com maior precisão no planejamento e execução da obra minimiza erros e retrabalhos, resultando em reformas de maior qualidade e melhoria na comunicação entre os interessados no projeto, devido ao fato da metodologia BIM facilitar o diálogo entre os diversos profissionais envolvidos na reforma, como arquitetos, engenheiros, designers e construtores, possibilitando uma melhor coordenação do projeto. A agilidade no processo, com a criação de um modelo digital da edificação permite a visualização e simulação da obra antes de sua execução, agilizando o processo e evitando atrasos.

Ressalte-se ainda, que é possível a criação de ambientes mais seguros e acessíveis, pois é possível identificar e corrigir problemas de acessibilidade antes da obra ser executada, garantindo que os ambientes sejam seguros e acessíveis para todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A aplicação do BIM em reformas residenciais contribui para a modernização do setor da construção civil, promovendo a inclusão social e a construção de ambientes mais seguros e acessíveis. Assim sendo, se configura como uma ferramenta essencial para contribuir com a construção de um futuro habitacional mais justo e equitativo para todos.

Nessa pesquisa foi possível inferir sobre algumas lacunas presentes no âmbito acadêmico sobre esse tema, portanto se faz recomendações para pesquisas futuras no sentido que realizarem estudos a respeito da aplicação prática do BIM em reformas residenciais no contexto brasileiro. Também há a possibilidade de desenvolver ferramentas e metodologias específicas para a aplicação do BIM em reformas residenciais e promover a difusão do conhecimento sobre o BIM para profissionais e empresas do setor da construção civil.

O BIM tem o potencial de transformar o mercado de reformas residenciais no Brasil, tornando-o mais eficiente, inclusivo e sustentável.

## 7 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16280**: Reforma em edificações: Sistema de gestão de Reformas - Requisitos. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.306**. Presidência da República Secretária-geral Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10306.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10306.htm). Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 11.888**. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11888.htm#art14](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11888.htm#art14). Acesso em: 30 abr. 2024.

GRANGEIRO, M. M.; FONTENELLE, M. A. M. **Implementação Do Building Information Modeling (BIM) No Curso De Engenharia Civil**: Um Estudo Bibliográfico. Universidade Federal Rural Do Semiárido – Ufersa Curso De Bacharelado Em Ciência E Tecnologia. Trabalho de Conclusão de Curso, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/31ee1d6b-a63b-43ac-ab30-c21d99908522/content>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LIMA, L. F. G.; FIGUEIREDO, K. **Análise da implementação da metodologia BIM em reformas de pequeno porte**. Boletim do Gerenciamento, [S.l.], v. 25, n. 25, p. 56-67, ago. 2021. ISSN 2595-6531.

MARTINS, D. A.; RODRIGUES JUNIOR, A. S. **Análise da Comparativa da Utilização da Tecnologia BIM em Projeto de Residências Unifamiliares**. Revista Teccen, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/338059159\\_Analise\\_da\\_Comparativa\\_da\\_Utilizacao\\_da\\_Tecnologia\\_BIM\\_em\\_Projeto\\_de\\_Residencias\\_Unifamiliares](https://www.researchgate.net/publication/338059159_Analise_da_Comparativa_da_Utilizacao_da_Tecnologia_BIM_em_Projeto_de_Residencias_Unifamiliares). Acesso em: 30 abr. 2024.

SEIXAS, R. de M.; MAUÉS, L. M. F.; ROSA, C. C. N.; OLIVEIRA, F. de A. **Building Information Modeling (BIM) para gestão da segurança do trabalho em obras de habitações populares**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 235-254, ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/n7K6LHqdWNRB3TcsLbnVJsb/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. **Análise Bibliométrica e cientométrica**: desafios para especialistas que atuam no campo. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 2, n. 1, p. 110–129, 2011. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v2i1p110-129. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>. Acesso em: 12 abr. 2024.

VENDIMIATI, C. M. **Diagnostico Pré Adoção BIM em Pequenos Escritórios**. Trabalho de Conclusão de Curso (para defesa) do Mestrado Profissional apresentada na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Eficiência Energética e Sustentabilidade, na área de concentração sustentabilidade. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4478/1/1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.



2º Simpósio Brasileiro

# Arquitetura, Cidade e Território

19 a 21 de junho de 2024

Mestrado Acadêmico em  
Arquitetura e Urbanismo



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo

## **Violência no espaço urbano: segregação espacial e urbana**

*Violence in the urban space: spatial and urban segregation*

**Abelar Santana Morais**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG/PUC, Brasil  
abelarsa@gmail.com

**Antonio Busnardo Filho**

Professor Doutor, UNIVAG/PUC, Brasil  
antonio.busnardo@univag.edu.br

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a questão da violência no espaço urbano na cidade de Cuiabá, mais especificamente o lugar conhecido como córrego do Caju, no bairro CPA III. O tema proposto é uma reflexão necessária sobre se o arquiteto e urbanista tem alguma responsabilidade e ou proposta projetual para mitigação da questão da violência que se faz presente em suas diversas formas de expressão no espaço urbano. As cidades de modo geral, ou o espaço urbano em particular, é fruto e palco de grandes transformações, porém sempre dentro da mesma ótica da exploração do indivíduo/sujeito, ora vejamos, desde o surgimento das cidades e sua evolução no tempo e com a acumulação ampliada do capital reconhecido e chamado como acumulação flexível, tem produzido a dispersão, a fragmentação e segmentação do espaço urbano. Portanto, a violência no espaço urbano é um tema de investigação e preocupação de muitos pensadores: Filósofos, Antropólogos, Juristas, Sociólogos, Educadores, Psicólogos e deveria sê-lo de Arquitetos e Urbanistas. O tema da violência sempre nos captura, pois a reconhecemos em nós mesmos e em nossas relações. Em nosso cotidiano a observamos, mas nem sempre refletimos sobre ela, ou projetamos novos espaços públicos ou privados que possam mitigar as expressões da violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência urbana. Segregação espacial e urbana. Planejamento urbano.

## ABSTRACT

*This work aims to analyze the issue of violence in urban space in the city of Cuiabá, more specifically the place known as the Caju stream, in the CPA III district. The proposed theme is a necessary reflection on whether the architect and urban planner has any responsibility or design proposal to mitigate the issue of violence that is present in its various forms of expression in urban space. Cities in general, or urban space in particular, are the fruit and stage of major transformations, but always from the same perspective of exploitation of the individual/subject. Let's see, since the emergence of cities and their evolution over time and with the expanded accumulation of capital recognized and called flexible accumulation, it has produced the dispersion, fragmentation and segmentation of urban space. Violence in urban space is therefore a topic of investigation and concern for many thinkers: philosophers, anthropologists, jurists, sociologists, educators, psychologists, and it should be for architects and urban planners. The subject of violence always captures us, because we recognize it in ourselves and in our relationships. We observe it in our daily lives, but we don't always reflect on it, or design new public or private spaces that can mitigate the expressions of violence.*

**KEYWORDS:** Urban violence. Spatial and urban segregation. Urban planning.

## INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é uma reflexão sobre a questão da violência urbana a cidade de Cuiabá, considerando seu desenvolvimento histórico, e como se deu o desenvolvimento da cidade a partir da década de 70, do século passado, a ação do agronegócio, que impulsiona a economia de Estado e do Município, e que, conseqüentemente, gerou um processo de migração de pessoas de outros estados em busca de trabalho. A área de análise será o bairro CPA, mais especificamente, os arredores do córrego do Caju.

A partir do pressuposto acima, cabe a reflexão se o arquiteto e/ou urbanista deve ter alguma preocupação em relação à questão da violência urbana, e se suas ações mitigariam a assunto da violência na cidade. Pensando-se a cidade (o espaço em que se vive) e o urbano (o espaço organizado, planejado e regulamentado, onde se vive) enquanto estados complementares para a construção de uma cidadania e convivência plena, ética e democrática, que permita plena expressão do sentido de habitar (Heidegger, 2015).

A cidade de um modo geral e os grandes centros urbanos em particular, e os lugares que as pessoas elegem para morar, ou que são “jogadas” lá, para construir seu habitar, como é o caso de bairro CPA III (córrego do Caju), que abriga e reúne os mais diferentes tipos e representação de atores sociais, sofreram grandes transformações, sempre dentro da mesma ótica de exploração do indivíduo/sujeito (Chauí, 2021; Maricato, 2015).

Nessa reflexão buscamos trazer o debate, sobre os processos de planejamento ocorridos na cidade de Cuiabá pois em sua essência ocultavam a dispersão, a segmentação e a fragmentação no espaço urbano e na produção da cidade, dispondo a população pelo território da cidade, de tal forma a se passar por natural.

Desde o surgimento das cidades e do seu desenvolvimento histórico e da acumulação do capital, tem-se produzido a fragmentação, a dispersão, segmentação e a segregação do espaço urbano, dividindo os seus cidadãos em classes sociais, ricos e pobres, como consequência do progresso, num acúmulo de riqueza gerador de violência, opressão e usurpação dos direitos de seus habitantes, a exemplo de grandes centros como: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Cuiabá, e outros contrapondo-se ao que dizia Lefebvre (2015), que a cidade devia ser um lugar de uso e não de trocas.

Pretende-se nesta reflexão realizar uma discussão sobre os atos violentos e a violência em suas mais diferentes formas de expressão, como consequência das fragmentações propostas pelos planos diretores em áreas administrativas (zonas que definem funções urbanas).

Essa fragmentação, segmentação, dispersão e segregação no espaço urbano destrói os antigos referenciais de identidade das comunidades, dificultando a possibilidade de ações éticas de políticas públicas adequadas para atender às diferentes necessidades de seus cidadãos, contribuindo para um processo de violência que, dada a constância, tende a parecer normal. O direito à cidade, e mais especificamente como expõe Henri Lefebvre (2015) fica negado para grande parcela da população, principalmente os mais empobrecidos que vivem nas periferias urbanas, ou na periferia da periferia.

A fragmentação do espaço urbano é uma das causas, senão a principal, da alienação do cidadão, influenciando a sua ética pessoal e do grupo ao qual pertence, por um processo de dispersão dos atores sociais e pela própria fragmentação socioeconômica, possibilitando o surgimento de uma violência gratuita, modelada pelas contradições de uma sociedade capitalista e por interesses escusos da economia política do espaço urbano (Chauí, 2021).

Neste cenário, a cidade fica dividida entre condomínios fechados (locais de proteção dos mais ricos) e as franjas periféricas para a construção de habitação de interesse social (locais de moradia dos mais pobres), ou as comunidades em terrenos invadidos, sem qualquer infraestrutura, demonstrando a violência socioeconômica do espaço urbano. Com o êxodo urbano, do campo para a cidade, com o sonho de melhoria de vida e com a falsa impressão da facilidade de empregos, as grandes cidades, as capitais dos estados do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, principalmente, ficaram mais densamente habitadas que as áreas do Centro-Oeste e as áreas rurais (Veiga, 2005), isto até meados dos anos 70.

## **URBANIZAÇÃO**

No Brasil, a urbanização é um fenômeno recente; esse fenômeno tem transformado as cidades em organismos caracterizados de modos diferentes, tanto por seus regionalismos como pela forma do seu surgimento, fundação e evolução. Uma por colonização de estrangeiros e outras por formação, a partir de migrações naturais ou provocadas pelo poder público (Siqueira, 2017). Essas diferenças produzem grandes desigualdades – a econômica, por exemplo, suscitando o medo, o medo do outro, que será refletido na arquitetura e na cidade, gerando, enfim, a violência urbana.

Villaça (2004) demonstra que o fenômeno da urbanização no Brasil passou por três fases distintas, mesclando os conceitos de urbanismo à história de formação do país, reproduzindo-se no espaço social e geográfico brasileiro com características e pretensões próprias limitadas no tempo e no espaço, revelando-se ambiência para cada período distinto do histórico brasileiro.

Em sua fala Villaça (2004) define como primeira fase o período entre 1875 até 1930 dos planos marcados pelos melhoramentos e embelezamento das grandes cidades, como resquício da herança da forma urbana monumental que exaltava uma burguesia surgente e que destruía a forma urbana colonial. Herança essa de um urbanismo de Versalhes, de Washington e de Haussmann e de Pereira Passos. O termo de embelezamento teve grande repercussão nos discursos propagandistas da época, e designava mais do que uma imposição de valores novos de característica estética, provocando o surgimento de uma nova fisionomia urbanística<sup>1</sup> para as cidades em processo de desenvolvimento territorial.

Sem desconsiderar a fraseologia desenvolvimentista do espaço urbano de Villaça (2004), a segunda fase é a que interessa para o momento, cujo início se dá na década de 1930, e está vinculada a uma nova realidade trazida pela Revolução Industrial, que chegou ao Brasil no momento histórico em que o Estado tinha que responder à migração da população, predominantemente rural, para as cidades.

Essa segunda fase se estendeu de 1930 a 1990, período que se conecta diretamente em realizar melhorias às obras de habitação, que outrora haviam sido esquecidas. Essa segunda fase teve por princípio compreender a cidade como força de produção e se caracteriza por uma ideologia do planejamento urbano como técnica com base científica, entendida como indispensável ao enfrentamento dos problemas urbanos surgidos com o crescimento dos territórios urbanizados.

---

<sup>1</sup> Nova fisionomia urbanística\_ formando uma cidade dividida, em segregações de sua população, quando se percebe a erradicação da população trabalhadora que ocupavam as áreas centrais da cidade.

Ainda sob o olhar de Flávio Villaça (2011), percebemos que o espaço urbano é fruto do trabalho social humano, cuja importância reside no fato de ser esta a causa da luta de classes, como forma de aquisição de um produto diferenciado, podendo-se inferir que a segregação do espaço urbano é fruto dessa luta de classes, que exclui às classes sociais desprivilegiadas o direito à moradia digna.

As cidades são pensadas ou produzidas para os automóveis e não para os cidadãos (Jacobs, 2013; Gehl, 2014), apontando um crescimento e uma utilização canhestra do espaço urbano, que afasta o cidadão do uso da cidade. O cidadão é computado como mão-de-obra e como pagador de impostos. O direito à cidade é-lhe roubado peremptoriamente, sem qualquer resquício de moral. O cidadão que trabalha, não usufrui da cidade.

Contra isso, Jacobs (2013), enfrentou com seu urbanismo humanista, as propostas autoritárias que vinham de “cima”, sem qualquer tipo de participação popular; que impunham uma forma de urbanismo que inviabiliza (ainda, hoje) o acesso do cidadão à própria cidade, dificultando o cotidiano do cidadão. Jacobs privilegiava um tipo de cidade onde a rua, o bairro e a comunidade fossem fundamentais para a cultura urbana; onde a rua e a calçada são elementos de proteção da cidade; as pessoas nas ruas aumentam e efetivam a segurança urbana, dando prioridade ao pedestre.

A cidade de Jacobs era uma cidade pedonal – os indivíduos andando pela cidade, tomando o espaço urbano como seu. Por outro lado, Gehl (2014) reivindica mais espaços para os pedestres e pensa em cidades para pessoas, porque as considera distantes do espaço urbano, o planejamento urbano deve ser pensado para pessoas, provocando experimentos de reutilização do espaço público, por meio de ações intervencionistas que permitiam, aos cidadãos, usos diferenciados do espaço urbano.

## **VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO**

Considerando a questão da violência urbana, apela-se a Marilena Chauí (2021) que demonstra o sentido etimológico da palavra como uma ação contra alguém, ou sua natureza, como coação, constrangimento, violação de direitos, espoliação, injustiças etc. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. É a crueldade.

Os sentidos de violências expressos por Marilena Chauí encontram-se disseminados nos diferentes comportamentos dos seres humanos, refletindo no espaço urbano. Contudo outros autores expressaram suas compreensões na busca de conceituar o termo violência.

Para Ferreira (2004, p. 2065), “Violência é a qualidade de ser violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação”; essa definição é encontrada na ocorrência da segregação social, no espaço urbano, quando a população mais carente é obrigada a se instalar nas franjas da cidade, coagida pelo sistema organizacional urbano que prioriza a especulação imobiliária.

Segundo Dias (1997), o termo violência se origina do latim *vis absoluta* (violência física) e *vis compulsiva* ou *vis impulsiva* (violência moral). Também pode-se descrever a violência, segundo (Barrata, 1993), como toda e qualquer forma ou ato de opressão, maus tratos, agressão, tanto de modo físico ou emocional que se traduzem em sofrimento físico e emocional que muitas vezes acarretam consequências irreparáveis às vítimas.

Ainda segundo BARRATA (1993, p. 111), a violência nada mais é do que a violação dos direitos humanos que são os princípios garantidores da profunda dignidade do ser humano que “[...] classifica os grupos fundamentais dos direitos humanos: o direito à vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade de opinião de expressão, de religião e direitos políticos, bem como os direitos econômicos e sociais”.

Outro tipo de violência muito comum na esfera urbana é a negligência do poder público. Esse tipo de violência caracteriza-se como abandono parcial ou total dos responsáveis e ou a omissão dos governantes por não providenciarem em seus programas políticos planos de ação comunitária, suprimento das necessidades básicas, bem-estar e qualidade de vida que garanta a possibilidade de posse do território habitado. Outra característica da violência praticada pelo poder público é quando nos planos de urbanização ou de ocupação de área “doadas” pelo poder público para a construção de conjuntos habitacionais para as classes mais pobres da população, encontram-se nas periferias das cidades, sem qualquer infraestrutura urbana.

A violência é mais visível quando após os governos municipais providenciarem os equipamentos e infraestrutura urbanística necessária para a área urbana em que foi implantado os conjuntos habitacionais, os lotes valorizam, iniciando-se a especulação imobiliária. Por sua vez as famílias acabam não tendo condições de arcarem com os valores de impostos, e por fim vendem seu lote e casa e ficam novamente sem ter onde morar. Assim, a violência do poder público se perpetua nos indivíduos e famílias, como se fossem usadas apenas como “massa de manobra”, para a valorização do espaço urbano que ocupavam.

### **CONTEXTUALIZANDO A AREA**

Cuiabá, com seus 305 anos, como todos os territórios conquistados, resulta de uma ação de violência dos conquistadores contra os povos originários, com suas terras invadidas e sendo expulsos por meio da força física e moral, quando não, mortos ou escravizados. Como de hábito, a escolha do local foi nas proximidades de um rio, que sofreria as consequências do progresso. Na luta pela construção do território, as águas não foram levadas em consideração, como era nas ideias desenvolvimentistas. De acampamento de bandeirantes a cidade, Cuiabá cresceu com a chegada de muitos migrantes, expandindo para o norte do território, devido ao limite imposto pelo rio, de mesmo nome que a cidade.

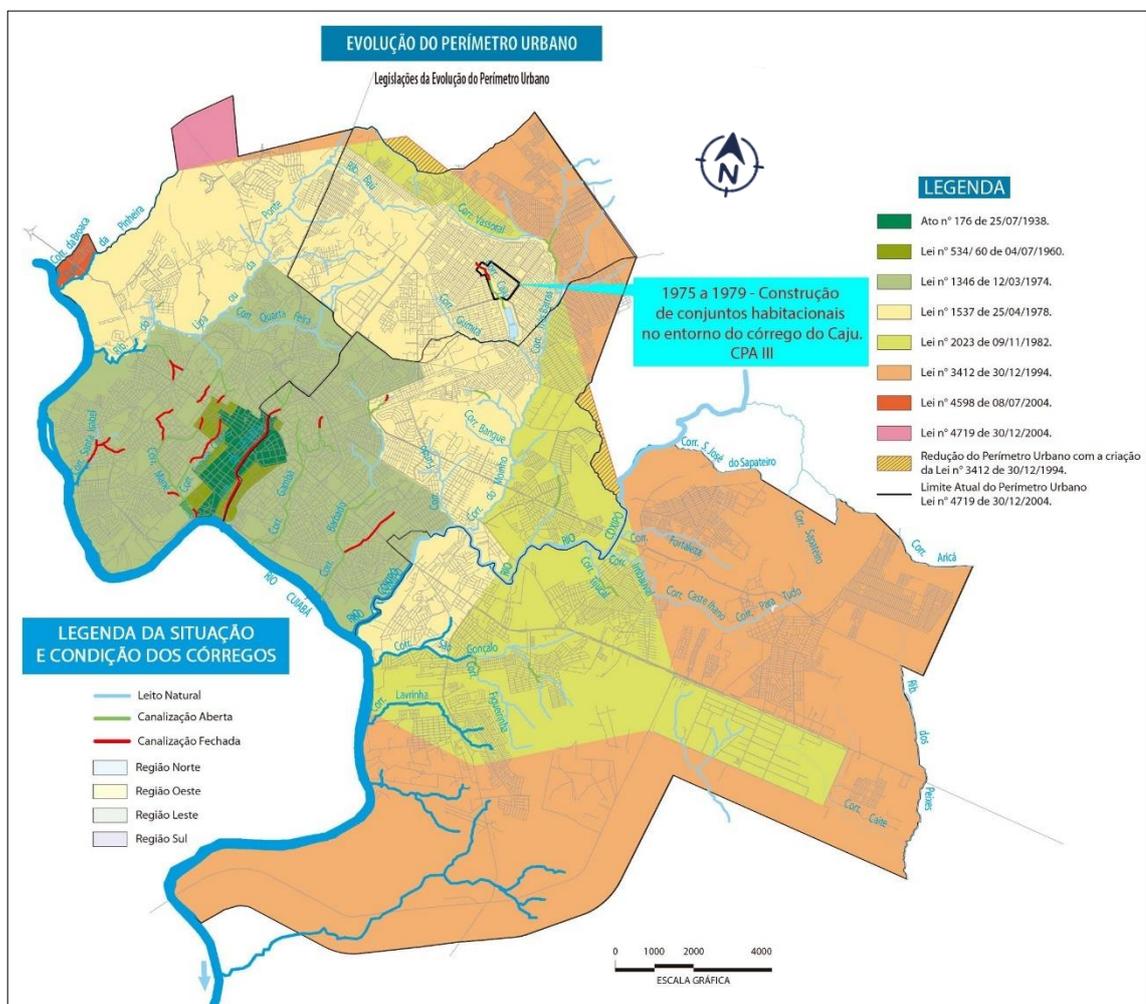
Em seu passado recente, há 49 anos, na década de 70, mais precisamente no ano de 1975, o córrego do Caju já fazia parte do perímetro urbano do município de Cuiabá, tendo sua nascente dentro do bairro CPA III e desembocando no córrego Gumitá. Às suas margens, habitava um pequeno grupo de moradores, descendentes de escravos e de indígenas. As águas do córrego eram fonte de vida, utilizadas para consumo, higiene e limpeza, numa relação ecológica de vivência cuidadosa entre os moradores e o córrego.

Nesse mesmo período de tempo, devido a migração ocorrida para o Centro-Oeste do Brasil, em decorrência do Plano de Integração Nacional, promovido pelo governo militar da época, e por motivos de que a cidade de Cuiabá passava por situação de inchaço do espaço urbano e falta de prédios que pudessem abarcar as secretarias de estado, o então governador José Fragelli (Gestão-1971 a 1975), decide intervir no território cuiabano, promovendo um planejamento para a construção do Centro Político Administrativo do governo estadual, que muda o eixo de crescimento do perímetro urbano de Cuiabá para o norte da cidade.

Além de implantar o CPA, o governo estadual promove, embalado nas propostas do Plano de Integração Nacional, a construção de vários conjuntos habitacionais na região norte da cidade, assim surgem os conjuntos habitacionais denominados de CPA I, CPA II e CPA III. O córrego do Caju se situa no CPA III. Conseqüentemente, com a construção desses bairros residenciais e a proposta de crescimento para o norte, o córrego do Caju que é central em todo o território dos CPA's, ficou encurralado, esquecido e vilipendiado, violentado de todas as formas no péssimo uso feito pela população que despeja seus dejetos e lixo em seu leito. Na década de 70, mais precisamente no ano de 1975, o governador do Estado de Mato Grosso, juntamente com o prefeito da Capital Cuiabá propuseram a transferência da sede do governo Estadual para o norte da capital.

O bairro denominado de CPA (Centro Político Administrativo), na década de 80, foi renomeado como Morada da Serra, abarcando todos os setores denominados: CPA I, CPA II, CPA III, CPA IV e CPA V, loteamento Jardim Brasil, desmembramento Ouro Fino, Loteamento Tancredo Neves, Loteamento Centro América, desmembramento Três Lagoas, desmembramento Vila Nova e desmembramento Vila Rosa, numa continuação desenvolvimentista.

Figura 1 Evolução do perímetro urbano de Cuiabá



Fonte 1 - IPDU - 2007 e 2010 - Composição dos mapas: Rede hidrográfica e Evolução Perímetro Urbano

A urbanização brasileira começa no século XX com a industrialização; na década de 50, mudando a característica do país de rural para urbano, e com a expansão industrial, a economia passa de agrária-exportadora para industrial-urbana, dando um grande impulso ao desenvolvimento e crescimento urbano, como consequência do êxodo do campo para a cidade.

Na década de 1970, praticamente metade da população brasileira já se encontrava nas cidades, em busca de melhores oportunidades de emprego e de qualidade de vida ensejada pela modernidade que se instalava na sociedade brasileira. As cidades não estavam preparadas para esse intenso deslocamento social, que mudava a aparência da área urbana e apontava novas necessidades para as cidades. As pessoas que chegavam não estavam preparadas para serem absorvidas pelo mercado de trabalho, já que a indústria precisava de mão-de-obra especializada. Essas pessoas, sem qualificação e sem posses, foram obrigadas a ocuparem as periferias, onde os aluguéis eram mais baratos e que com pequenos biscates podiam sobreviver precariamente.

As cidades cresceram para as periferias, até que o desenvolvimento urbano chegasse a esses lugares, requerendo as terras, demolindo os casebres e construindo prédios – conforme a região, para satisfazer uma classe média em ascensão, ou para construir prédios para moradias populares. Esse avanço foi característico do período militar, que maquiava a falta de moradia com propagandas da construção de grandes conjuntos habitacionais.

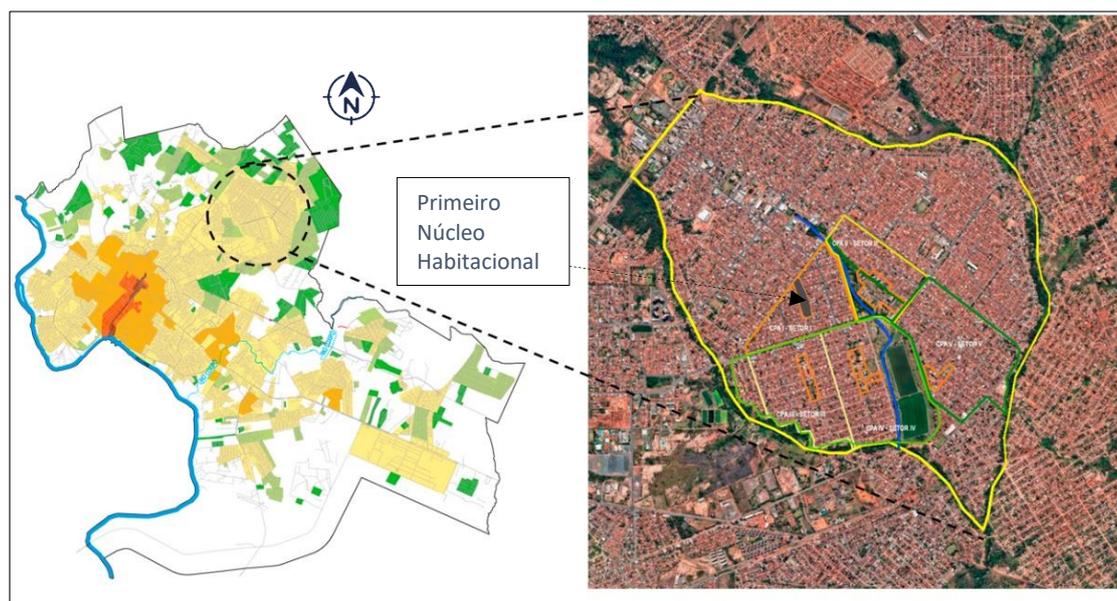
As periferias resistiram a essa invasão e, mesmo que empurradas um pouco mais para longe, desenvolveram formas de resistências a partir das culturas dos seus moradores, e aprenderam a conviver com as dificuldades e as diferenças. Esses traços de constituição de comunidades parecem ser comuns a todas as classes mais necessitadas e mais desprivilegiadas. Valeram-se da cultura e dos ritos e mitos e criaram uma forma de resiliência. Vivem e sobrevivem sem a necessidade do centro. Assim, desenvolveu-se uma autonomia, a despeito da facilitada “invasão” imobiliária.

A intenção dos governantes continha uma violência camuflada que carregava um sentido de segregação, pois este novo bairro como local de moradia para os servidores do estado, tinha a sua localização próxima à sede do Governo Estadual, distando apenas 10 km. O bairro Morada da Serra (Complexo do CPA), na sua fundação, serpenteou o córrego Gumitá, o córrego do Caju – córrego central do bairro e o córrego Três Barras. Segundo Fernando Tadeu (2021) – professor titular da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) – em sua fala divulgada em vídeo comemorativo aos 300 anos de Cuiabá, o lugar onde hoje se situa o bairro do Complexo do CPA já foi território indígena e de moradia de descendentes de escravos. E quando da fundação do bairro, muitos desses moradores descendentes de escravos, foram retirados de seu território, para dar abrigo ao “progresso” que chegava na cidade. O projeto de criação do bairro CPA, na expansão do território cuiabano foi resultado de um convênio com o Banco Nacional de Habitação - BNH - e a Companhia de Habitação Popular – COHAB.

Quando os primeiros lotes de residências ficaram prontos no bairro CPA, e os moradores começaram a ocupá-los, perceberam que não havia sido providenciado, pelos governos estadual e municipal, a infraestrutura necessária como saneamento, esgoto, água encanada, energia elétrica e, também, não fora projetado transporte público para o local. Assim, com todos esses problemas, a população, na sua maioria, vendeu suas casas, recém recebidas.

A área de estudo, Setor III (CPA III) situa-se no setor norte da Cidade de Cuiabá, denominada de Morada da Serra, conforme identificado na figura 2, abaixo.

Figura 2 Localização da área de estudo



Fonte 2 - IPDU 2010 e Google Maps

As iniciativas governamentais pouco abrangentes, não atingiram os efeitos planejados, pois esses bairros foram formados sem infraestrutura adequada para atender as necessidades da população de trabalhadores que aí iriam residir.

O arquiteto, José Antônio Lemos, um dos participantes da equipe de projeto e construção do CPA, no período correspondente aos primeiros anos da década de 70, em entrevista ao jornal *Mídia News* em 2019, explicou que um dos grandes transtornos era a falta de integração da malha viária entre os bairros do centro antigo de Cuiabá, com os bairros que estavam sendo construídos. Uma questão perceptível, ainda hoje, no que tange à moradia popular, a falta e a dificuldade para se levar a infraestrutura aos locais da implantação dos bairros.

Conforme depoimentos dos moradores, era difícil morar neste bairro recém-construído; assim narra Benedita Dorotéia, matriarca de 80 anos, ao lembrar que sua família veio de Rosário Oeste, cidade próxima à capital mato-grossense, em busca de uma vida melhor, que prometia emprego, educação e bem-estar: “Eu fui uma das primeiras a chegar aqui. Sempre morei nesta casa. Aqui era uma casa com sala pequena, cozinha e três quartos. Nós éramos do sítio. Viemos para a capital Cuiabá em busca de uma vida melhor para nossas crianças, para estudar” (MIDIANEWS, 2019). Dona Benedita relatou ainda que, naquela época, o núcleo, oferecido pelo governo, era composto apenas pelas casas e não possuía o básico para se viver, como asfalto, energia e água. O transporte público também era escasso.

Esse relato, de dona Benedita e a fala do arquiteto José Antônio, ilustram o que diz Ermínia Maricato (2015) de que a cidade cresce na periferia do capitalismo, em uma urbanização desigual, com rupturas e continuidades em uma modernização do atraso, confirmando o paradoxo que há entre crescimento urbano, industrialização e necessidade de moradia para os trabalhadores. Afinal, estes embebidos do sonho de ter um lugar bom para morar, trabalhar e oferecer a seus filhos uma vida melhor, são iludidos pelos ideais escusos do capitalismo que explora a vida, a força de trabalho e o sonho dos trabalhadores.

O crescimento da cidade, enterrou seus córregos, como era de hábito fazer, em prol do progresso - existem no perímetro urbano de Cuiabá mais de 60 córregos e fontes de água. Um desses, é o córrego do Caju.

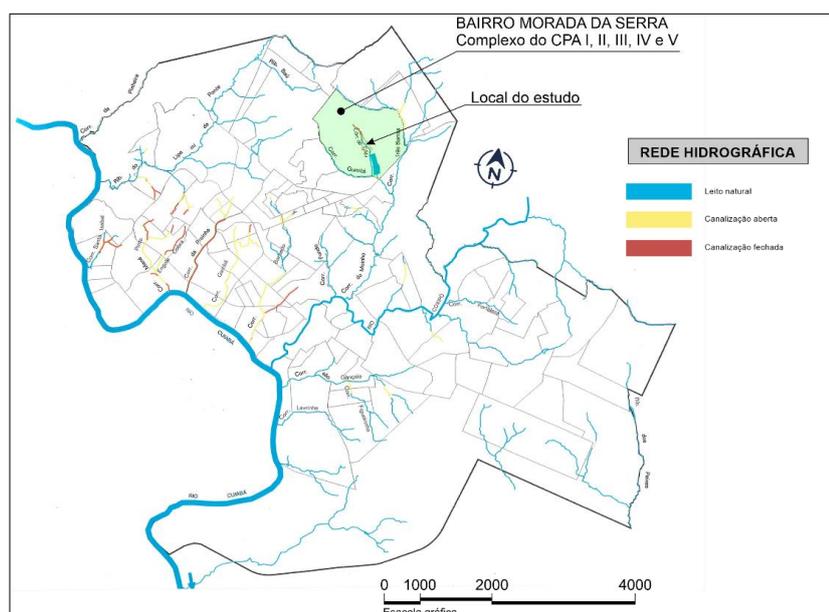
### O LUGAR CONHECIDO COMO CÓRREGO DO CAJU

O córrego do Caju está situado no bairro Morada da Serra que abarca o complexo do Centro Político Administrativo (CPA) I, II, III, IV e V. Mais precisamente, o córrego se situa ao centro do CPA III, e, em seu entorno, encontra-se uma área de preservação. Sua extensão é de 2.300 m, partindo de sua cabeceira e seguindo sinuosamente a estação de tratamento de esgoto – ETE – Lagoa Encantada até desembocar no córrego Gumitá. O córrego apresenta dois tipos hidráulicos de escoamento sendo os primeiros 600 metros em canalização fechada em tubos de concreto e os 1700 metros restantes, em canalização aberta com pedras e concreto. A ilustração expressa na (Figura 3) mostra a localização da bacia hidrográfica do córrego do Caju, obtida do Perfil Socioeconômico de Cuiabá, volume III.

É importante destacar que o córrego do Caju pertence à sub-bacia urbana do rio Coxipó que é um dos principais afluentes do rio Cuiabá.

Para que se entenda sua importância, serão descritas aqui as interligações do córrego do caju; assim, ele se situa nas coordenadas geográficas, estando sua cabeceira em 15° 33' 36" S a 056° 02' 42" W, e seu deságue no córrego Gumitá localiza-se a 15° 34' 35" S a 056° 02' 18" W de longitude de Greenwich (Figura 3).

Figura 3 - Localização do Córrego do Caju.



Fonte 3 - Adaptação do Perfil Socioeconômico de Cuiabá, volume III. (autor: Morais, 2022)

Atualmente, o córrego do Caju encontra-se totalmente poluído por efluentes domésticos, servindo como esgoto a céu aberto e como local de descarte de lixo. A área de preservação no seu entorno está invadida e nela estão erguidas construções de moradia popular, e há um grande espaço que está assoreado. A vegetação natural nas bordas do córrego está totalmente mal-cuidada e não se percebe nenhuma ação pública de preservação. O leito

do córrego do Caju, em sua maioria, foi impermeabilizado, situação que influencia no escoamento das águas pluviais, e certamente aumenta a probabilidade de enchentes no local, agravando a saúde da população do entorno, devido ao aumento da incidência de doenças relacionadas às águas e efluentes do lixo doméstico jogados no córrego.

A situação do córrego do Caju não é nova e nem surpreende mais, dado que o crescimento desenfreado e pouco pensado – ou nada pensado – das grandes cidades e capitais brasileiras enterram seus rios e córregos para ganharem um espaço impróprio para o fluxo de carros – o que é uma expressão de violência urbana, pois atende apenas a alguns tipos de interesses econômicos, que não é para o bem-estar do cidadão.

Valendo-se desses brevíssimos relatos é que se deve pensar a área do córrego do Caju, como um local de intervenção urbanística para sua reabilitação, mesmo estando, hoje, tomada por organizações e facções nada pacificadoras ou pacifistas.

A população residente no entorno do córrego do caju é uma comunidade que foi sendo constituída desde a fundação do bairro CPA, na década de 70. E se referindo à fundação do bairro CPA, a intenção era de que este serviria de local de moradia aos servidores do estado, devido a sua localização ser próxima à sede do Governo Estadual. O bairro seria povoado por moradores que seriam servidores do Estado, facilitando com isso a locomoção de suas casas ao trabalho e vice-versa; não haveria perda de tempo com transportes e as distâncias seriam dirimidas. Apesar da proposta da criação do CPA, como forma de atender as demandas governamentais e de estratégias de crescimento da cidade e, mesmo, de segregação camuflada pelo trabalho, isso não aconteceu. Devido à força da ocupação cultural e social, a fisionomia do bairro mudou; de aspecto “burocrático” e de atendimento a uma necessidade do Estado, rendeu-se a uma comunidade viva, que preserva os aspectos culturais e os costumes locais. A cultura cuiabana é entrevista nesse local, e não a frieza dos trabalhadores burocratizados estaduais.

Com a falta de infraestrutura, saneamento básico e transporte, e considerando que, para a época da implantação do bairro, o centro urbano era distante, era de se esperar que a população, na sua maioria, vendesse suas casas recém adquiridas, apenas pequena parcela da população continuou no local. O grupo de moradores que continuou no local, se organizou e reivindicou as melhorias que faltavam, além de outros equipamentos urbanos.

Esta mobilização impulsionou o crescimento do bairro e novos núcleos habitacionais foram criados na sequência, até o ano de 1979. A partir de 1980, o bairro do CPA teve seu nome alterado para Morada da Serra; e, hoje, 2024, é um dos bairros mais populosos da cidade de Cuiabá, com todos os serviços públicos necessários para atender a população. Contudo, devido ao adensamento novos problemas surgiram.

Conforme o historiador Gilson Lira (2011), o Estado de Mato Grosso possui uma vegetação de Floresta Amazônica, e de Cerrado e faixas de transição como o Pantanal, contudo, em sua capital, Cuiabá, predomina vegetação do cerrado, e no entorno do córrego do Caju esse tipo de vegetação, também, predomina, hoje, e desde a época da fundação do Bairro CPA I.

Devido a expansão urbana e a consequente invasão de área por moradores sem teto, o entorno do córrego do caju já tem sua área assoreada, restando uma pequena parte de vegetação nativa.

A situação do córrego do Caju, atualmente, é semelhante à situação de todos os corpos d'água das grandes cidades, assoreamentos, canalizações, esgotos a céu aberto, enfim, poluição e mal tratos às águas urbanas.

As águas urbanas desaparecem sob a terra, e desaparecem, também, da memória urbana. Aqueles que conviveram com as águas correndo a céu aberto, e limpas, já não contam mais as suas experiências urbanas; os que viram as águas serem poluídas, lamentam-se; e há os que nem sabem da existência dessas águas. São esses que vivem na cidade. E, possivelmente, são esses que planejam a cidade.

Pensar a revitalização da área e a restauração da qualidade de vida e da função urbana do espaço, recoloca o córrego do Caju na malha urbana, como elemento integrador da comunidade à cidade como um todo; o espaço passa a ser não somente daquele lugar específico, mas de todo o espaço urbano, conforme o exemplo do córrego *Cheonggyecheon* – Córrego Límpido (Seul, Coréia) -, que de um córrego limpo, que corria a céu aberto, tornou-se um lugar sujo, poluído e malcheiroso, sendo canalizado e tendo sido construído um complexo viário, por sobre sua canalização. Após a restauração o córrego retomou a sua importância simbólica e se transformou em um elemento agregador do espaço urbano.

Ao se pensar a revitalização no entorno do córrego do Caju, é por se acreditar que isso é possível, quando se conta com uma ação participativa da população, que, assim como no passado se uniram para reivindicar seus direitos por uma habitação plena e garantidora de vida, isso pode ocorrer novamente; até como um princípio pedagógico urbano, que ensina direitos e deveres aos cidadãos e aos habitantes do local.

Hoje o bairro se constitui como um dos bairros mais populosos de Cuiabá e já possui em sua estrutura muitos serviços públicos, porém muitos desses serviços precisam de melhoria e atualização dos equipamentos e nos atendimentos.

Referindo-se especificamente ao entorno do córrego do Caju esse merece toda uma atenção especial, pois como já se encontra degradado, necessita passar por um processo de despoluição total. Hoje, os moradores do entorno do córrego despejam o esgoto diretamente nele, pois não existe infraestrutura de coleta de esgoto, apesar de no bairro ter sido instalada uma Estação de Tratamento de Esgoto.

Caso haja uma mobilização dos moradores pela despoluição do córrego e o adequado uso do espaço em seu entorno, acredita-se que será possível produzir um espaço público como um parque linear que envolva o córrego do Caju, disponibilizando para a população um local renovado, revitalizado, que contribua para a convivialidade e a sociabilidade. Neste sentido é que se entende a habitação plena, saudável que permite dignidade e humanização à população local, primeiramente, e depois a toda a população da cidade, posto que a restituição de um espaço urbano degradado, não só diminui a violência ou a sua possibilidade, mas edifica o sentido de bem-estar a todos os moradores, à medida que melhora a situação do meio ambiente, bem como o ecossistema urbano.

Além disso um projeto de parque linear no entorno do córrego do Caju provocaria como consequência a amenização do clima, valorização da paisagem verde e do restabelecimento do córrego como nascente e fonte de drenagem para as águas pluviais, amenizando os pontos de alagamento que ocorrem no bairro; bem como disponibilizaria para a população um espaço público com equipamentos urbanos, considerando o modo de vida dos índios Bororos<sup>2</sup>, moradores da região, antes da fundação do bairro Morada da Serra (Complexo do CPA).

---

<sup>2</sup> Lembrando o significado de bororo, “pátio vazio”, local de trocas, rituais e festas da tribo. Local de consagração do espaço coletivo e do compartilhamento.

Mesmo que tudo isso seja uma utopia, acredita-se seriamente que havendo a mobilização dos moradores e a participação do poder público municipal (isso, uma quase ilusão) é possível sonhar e ou concretizar o sonho de tornar, realmente, o córrego do Caju um local de socialidades e de convivialidades.

Concluimos que é inegável que os grandes centros urbanos, e isso inclui Cuiabá e o bairro Morada da Serra, fruto e palco da segregação espacial, onde se situa o córrego do Caju, vivem dias difíceis, a violência urbana se expressa de todas as formas e em toda sua plenitude e tem envolvido grande parcela da população, produzindo centenas de vítimas e, em alguns casos, esse ato é praticado pelo próprio poder público, além de inúmeros outros atos de violência intrafamiliar e comunitária.

A violência urbana tem provocado a morte de milhares de pessoas, em todas as comunidades habitacionais e isso não é diferente na comunidade do entorno do córrego do Caju. A marginalização da população empobrecida está embutida/camuflada em todos os programas de habitação, dispersando, fragmentando, segmentando e segregando essa população e tem violentado, usado a população, como se existisse um arquétipo, que vai sendo implantado na produção do espaço urbano e formação da cidade.

É na cidade e no espaço urbano que se concentram os principais problemas sociais, como desemprego, insalubridade com o desprovimento de serviços públicos além da ineficiência da segurança pública, isso tudo gera violência no espaço urbano.

Sob essa perspectiva, conclui-se que o arquiteto e urbanista precisa agir, ser relevante e significativo agente promotor do bem social quando, no planejamento do espaço urbano.

Diante desse quadro, o grupo de arquitetos e urbanistas necessitam, atuarem juntamente com a comunidade, no intuito de provocar uma revolução urbana que possa mitigar ou terminar definitivamente com a violência que o estado promove no arquétipo utilizado para a produção do espaço urbano.

Talvez o maior e principal serviço que os/as arquitetos e urbanistas possam oferecer à sociedade é envolver-se em projetos que possam transformar o espaço urbano e consequentemente a cidade em algo sustentável, equilibrado e que contemple a diversidade de seus atores sociais.

## REFERÊNCIAS

- BARRATA, Alessandro. **Direitos homens: entre a violência estrutural e a violência penal**. Traduzido da revisão alemã (1993) do original espanhol: Ana Lucia Sabadell. Alemanha, Universidade de Saarland.
- CHAUÍ, Marilena Chauí. **Sobre a violência**; organizadoras Ericka Marie Itokazu, Luciana Chauí-Berlinck. – 1. Ed.; 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2021. – (Escritos de Marilena Chauí; v. 5).
- DIAS, Chizue Koyama. **Dicionário Jurídico de bolso**. 1ª Edição, São Paulo; Juleiz, 1997.
- GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014.
- HEIDEGGER, Martin, 1889-1976. **Ser e tempo** / Martin Heidegger: tradução revisada e apresentação de Marcia Sá Cavalcante; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão. 10 Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª reimpressão, 2015 São Paulo: Centauro, Tradução: Rubens Eduardo Frias.
- LIRA, Gilson. **Conhecendo Mato Grosso – O Estado e a Capital Cuiabá**, UFMT, 2011.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- TADEU, FERNANDO – **Cuiabá é uma terra Bororo** – in Vídeo: Minissérie Sesc Celebra Cuiabá Episódio 1 – História de Cuiabá, acesso em 2021 - <https://www.youtube.com/watch?v=dn7HNddG2s>.
- SIQUEIRA, Elizabete Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá, MT: Entrelinha Editora, 2017.
- VEIGA, José Eli da. **A relação rural/urbano no desenvolvimento regional**. II Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, 2005.
- VILLAÇA, Flávio. **O processo de urbanização no Brasil: faça e façanhas**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (org.) O processo de urbanização no Brasil. 1 ed. EDUSP, 2004. p. 169-241.



**UNIVAG**  
Centro Universitário

**PPgau**  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO  
SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO



**PUC**  
CAMPINAS